FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 105 ★ Nº 35.050 QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2025 R$ 7,90

Copom eleva juros para 14,25% e indica que reduzirá ritmo de alta

Com alta de um ponto percentual, Selic atinge patamar do governo Dilma (PT) em 2016

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou ontem a Selic em um ponto percentual, de 13,25% para 14,25% ao ano, e sinalizou nova alta na taxa básica de juros na próxima reunião, em maio, mas de menor intensidade. A decisão do colegiado foi unânime.

Com a terceira alta seguida de um ponto percentual, os juros igualaram o nível de outubro de 2016, durante a crise do governo de Dilma Rousseff (PT).

No comunicado, o colegiado citou a continuidade de "cenário adverso" para a inflação, a elevada incerteza e as defasagens do efeito dos juros na economia. No cenário de referência do Copom, a projeção de inflação recuou de 5,2% para 5,1%, mas ainda está acima do teto da meta (4,5%) para 2025. **Mercado A13 e A14**

Fed mantém taxa de juros e reduz expectativa de crescimento do PIB nos EUA A15



ilustrada

ARNALDO ANTUNES CANTA COM URGÊNCIA

Em novo álbum, artista confronta a aceleração da vida, a emergência do clima e as guerras B4

turismo

MERGULHO NAS ÁGUAS DA BAHIA E DE SERGIPE

Praias do litoral baiano e cânions no Velho Chico são convite para contemplar a natureza B12 a B15

Ruy Castro

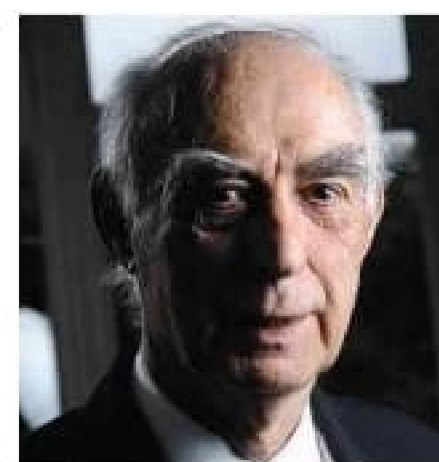
Bolsonaro deveria ficar aliviado

Ele e os seus serão julgados conforme a lei, o que a ditadura que admiram não permitia aos adversários A3

Tire suas dúvidas sobre proposta de Lula para ampliar isenção do IR A17

STF vota por manter Moraes, Dino e Zanin no julgamento da trama golpista

O Supremo Tribunal Federal formou maioria para manter Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin, os dois últimos indicados por Lula (PT), no julgamento da trama golpista. Defesas de Jair Bolsonaro (PL) e outros acusados pediam a suspeição dos ministros. A6



Lembo em foto de 2015; frasista raro Claudio Belli/Valor/Agência O Globo

Lembo, governador de SP no turbulento 2006, morre aos 90

Cláudio Lembo, que comandou o estado de SP durante os ataques do PCC em 2006, morreu ontem aos 90 anos. Vice de Geraldo Alckmin, ele assumiu o governo quando o então tucano disputou as eleições. Conservador, dialogava com esquerda e direita. **Política A12**



Guardas protestam na Câmara do Rio, onde projeto de criação de Força Municipal de Segurança é debatido Alexandro Cassiano/Agência O Globo

Rússia e Ucrânia se atacam depois de cessar-fogo parcial ser aceito

Horas após Vladimir Putin e Volodimir Zelenski aceitarem trégua parcial, Rússia e Ucrânia se atacaram. As primeiras ações, russas, foram relatadas em Kiev terça-feira (18) à noite. Na madrugada, houve troca de ataques com drones. Zelenski, então, criticou os russos. Depois, falou com Donald Trump e se disse disposto a negociar. Já o Kremlin afirmou que a Ucrânia não está comprometida com a trégua. **Mundo A34**

Corte de Trump afeta serviço de saúde para ucranianos A35

Procuradoria vai investigar atuação da CBF após fala da Conmebol A46



Projetos para ampliar poder de guardas municipais se espalham pelo país A38

EDITORIAIS A2

Projeto para ampliar isenção de IR embute riscos Sobre tramitação de proposta de Lula.

Clima de guerra A respeito de relatório que mostra agravamento do aquecimento global.

Polícia indicia 3 por suposto golpe em dono da Embelleze

A polícia do Rio indiciou três suspeitos de organizar um golpe contra o empresário Itamar Serpa Fernandes, fundador da marca de cosméticos Embelleze, morto em 2023. Entre os indiciados está a ex-mulher dele. Ela nega as acusações. A28

Governo Lula segura aval para embaixador de Israel

A gestão Lula (PT) segura desde janeiro a autorização necessária para Israel nomear um novo embaixador no Brasil, em gesto que pode aprofundar a crise com Binyamin Netanyahu. O Itamaraty e a embaixada de Israel não comentaram. A36

Eufrázio

opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Projeto para ampliar isenção de IR embute riscos

Texto atende ao menos parcialmente ao objetivo desejável de tornar mais progressiva a tributação, mas é movido pela busca de Lula por popularidade; perigo de agravamento do déficit fiscal cresce no Congresso

Recém-apresentado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o projeto que amplia até R$ 5.000 mensais a isenção do Imposto de Renda, com alta na taxação de rendas mais altas, atende ao menos parcialmente ao objetivo de tornar mais progressiva a tributação brasileira, defendido por esta **Folha**. O texto embute riscos importantes, porém.

De mais evidente, não se trata de uma proposta abrangente e criteriosa de reforma do IR, como se previa na sequência da já aprovada reforma dos tributos sobre o consumo. Está-se diante de iniciativa um tanto improvisada de um presidente ávido por recuperar popularidade a tempo das eleições de 2026 —quando as novas regras, se aprovadas pelo Congresso, entrarão em vigor.

A ideia não é nova. Na campanha presidencial de 2018, Jair Bolsonaro (então PSL, hoje PL) anunciou isenção para rendas de até 5 salários mínimos. Seu governo não levou adiante a promessa, o que não impediu que ela fosse repetida em 2022. Naquela disputa, o adversário petista adotou o valor de R$ 5.000 (pouco mais de 4 mínimos na época e 3,3 agora).

O projeto atual, além de prever imposto zero nessa faixa, concede descontos até os R$ 7.000 mensais —neste ano, quem recebe até 2 salários mínimos (R$ 3.036) deverá ser liberado de pagar. Para compensar a perda de receita, ganhos a partir de R$ 600 mil serão submetidos a uma taxa mínima.

Os beneficiários estão relativamente distantes dos estratos mais pobres, pois o rendimento médio do trabalho no país é de R$ 3.343 ao mês, segundo o IBGE. Ainda assim, o contingente é numeroso, estimado em 10 milhões de novos contribuintes isentos.

O potencial político-eleitoral do projeto obviamente não passará despercebido pelo Congresso, onde a base governista é frágil e os partidos já fazem seus cálculos para 2026. Se é remota a possibilidade de deputados e senadores votarem contra as bondades propostas, outras dificuldades perigosas podem ser criadas.

Já se fala, por exemplo, em resistência à tributação extra de rendas mais altas, que de resto ainda demanda de fato esclarecimento e debate sobre setores atingidos e impactos.

Uma reforma do Imposto de Renda, de modo a torná-lo mais justo, é tarefa complexa que envolve questões como pessoas jurídicas, terceirizações, dividendos, alíquotas máximas e deduções de gastos com saúde e educação

Mérito à parte, uma vez que até as projeções de arrecadação do Executivo suscitam dúvidas, é longe de desprezível a possibilidade de se agravar o déficit do Orçamento —ainda mais se o Legislativo quiser incluir no texto suas próprias bondades.

Nesse caso, o resultado final da tramitação penalizaria toda a sociedade brasileira, sobretudo os mais pobres, com inflação e juros, no sentido oposto ao declaradamente pretendido.

Uma reforma do Imposto de Renda, de modo a torná-lo mais justo, é tarefa complexa que envolve questões como pessoas jurídicas, terceirizações, dividendos, alíquotas máximas e deduções de gastos com saúde e educação. Na melhor das hipóteses, o projeto de Lula pode ser um passo inicial que precisará de ajustes à frente.

Clima de guerra

Relatório da ONU mostra que aquecimento global se agrava e que consequências podem perdurar por séculos; perspectiva de cooperação multilateral se estreita com geopolítica em polvorosa sob Trump

A Organização Meteorológica Mundial (OMM), ligada à ONU, publicou relatório com panorama funesto sobre o clima na Terra. Não se trata mais de desastre projetado para o futuro, e sim de uma crise em que milhões de pessoas já sofrem com o impacto de eventos extremos.

Pior, as consequências do aquecimento serão irreversíveis por séculos. O CO_2, cuja emissão seguiu em alta nas últimas décadas, apesar de 29 cúpulas como a COP30 de Belém, permanece muito tempo na atmosfera e não dá sinal de diminuirá tão cedo.

O *Homo sapiens* caminha sobre o planeta há algo entre 200 mil e 300 mil anos, mas a poluição produzida pela espécie, sobretudo nos dois séculos passados, fez a concentração de CO_2 e outros gases do efeito estufa atingir patamar inédito em 800 mil anos —420 partes por milhão (ppm).

Esse véu de gases gerou recordes que teriam sido inimagináveis na Cúpula da Terra (Rio-92). A temperatura atmosférica em 2024 ficou 1,55°C acima da média de 1850 a 1900, cruzando pela primeira vez o limite de prudência do Acordo de Paris, em 2015.

Todos os dez anos mais quentes já registrados coincidem com os últimos dez anos. Isso porque 90% do calor adicional foi absorvido na imensa massa de água dos oceanos, que tiveram sua taxa de aquecimento mais que duplicada no intervalo 2005-2024, em comparação com 1960-2005.

Águas mais quentes são má notícia. Sua energia fornece combustível para tempestades mais intensas, inclusive ciclones. A expansão térmica do oceano, aliada ao derretimento de geleiras, acelera a elevação do nível do mar, que saltou do ritmo de 2,1 mm ao ano, entre 1993 e 2002, para 4,7 mm/ano, de 2015 a 2024.

Pode parecer pouco, em especial na perspectiva imediatista de governantes. Eles e seus eleitores desconsideram a inércia titânica do sistema climático, que fará o aquecimento e o degelo prosseguirem por décadas a fio.

A poluição produzida pelo *Homo sapiens*, sobretudo nos dois séculos passados, fez a concentração de CO_2 e outros gases do efeito estufa atingir patamar inédito em 800 mil anos —420 partes por milhão (ppm)

O horizonte se anuvia de vez quando se observa que o tema perde prioridade global, na esteira de retrocessos nos EUA. Além de retirar o país do Acordo de Paris e aniquilar políticas ambientais domésticas, Donald Trump tensiona a geopolítica de tal modo que a Europa já reduz despesas com adaptação à mudança climática e mitigação de seus efeitos para custear o próprio rearmamento.

Minado o multilateralismo, não haverá vencedores na guerra contra o aquecimento global. Nesse cenário conturbado acontecerá a COP30, em novembro, com escassa chance de resultados à altura do desafio portentoso.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (*comercial*)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
860.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Laerte



COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

Eduardo Bolsonaro não é exilado político

Thiago Amparo

Eduardo Bolsonaro não é exilado político. Pela lei americana, em especial a Lei de Refúgio de 1980, não é elegível ao asilo político o estrangeiro sobre o qual há sérias razões para considerar que tenha cometido um crime comum grave fora dos EUA, ou que tenha ordenado, incitado, auxiliado ou participado da perseguição de qualquer pessoa devido à sua opinião política.

É insincero o choro de crocodilo do clã Bolsonaro, dizendo-se perseguido ao ser pego pela Justiça tentando perseguir e matar seus inimigos políticos, segundo as investigações. Perseguição haveria se a família Bolsonaro tivesse sido bem-sucedida no golpe que intentou.

A ordem dos fatos revela que quem hoje alega ser vítima de perseguição é quem planejou perseguir oponentes. Primeiro, espalham desinformação sobre urnas. Segundo, pedem intervenção militar acampando em quartéis, com a conivência de militares. Terceiro, organizam a invasão das sedes dos três Poderes, depredando o patrimônio público na tentativa de um golpe de Estado em plena luz do dia. Quarto, são acusados de arquitetar a abolição violenta do Estado democrático de Direito com direito a minuta do golpe e plano de assassinato.

Pela lei internacional, em particular a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, Eduardo Bolsonaro deveria provar um medo fundamentado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Por exigir que seja fundado, o medo não pode, claro, ser hipotético: ao contrário da vitimização que promove, Eduardo Bolsonaro nem sequer foi indiciado pela PF pela trama golpista, tampouco chegou a ter seu passaporte apreendido. O pedido de asilo político nos EUA é mais uma fuga de um falso patriota de seu próprio país do que uma resposta a uma perseguição institucional que não há.

Entre a Disney e o seu país, Eduardo Bolsonaro preferiu chorar nos ombros do Pateta. Se a Casa Branca decidir, de forma discricionária, conceder-lhe asilo político, provará que golpe de Estado para Trump é questão de liberdade de expressão e nada mais.

BRASÍLIA

IR mais brando não garante aprovação

Adriana Fernandes

O governo Lula apresentou um modelo mais brando do imposto mínimo para os milionários na tentativa de aplacar as resistências que surgiram assim que a **Folha** revelou que a proposta estava no forno para compensar a isenção do Imposto de Renda até R$ 5.000.

Após o anúncio oficial da medida, no dia do pacote de corte de gastos, novo desgaste e mais oposição à proposta, apresentada no final de 2024. O projeto enviado é resultado do que o governo acredita ser politicamente viável para aprovar até o fim do ano e garantir a promessa de isenção do IR em 2026. Haddad retirou os pontos mais polêmicos, fez um modelo com exceções e que tributa a renda dos dividendos na pessoa física com um olhar no que foi pago pelas empresas.

A Fazenda estrategicamente deixou de fora a renda isenta dos investimentos LCI e LCA, que financiam o agro e o setor imobiliário, e as verbas indenizatórias, como as que permitem pagamentos acima do teto do funcionalismo para membros do Judiciário e do Ministério Público.

Não deixa de ser uma contradição. Essas verbas, conhecidas como penduricalhos, são as que o governo quer conter com o projeto dos supersalários. Para que brigar com esses grupos com grande influência?

Nada disso, porém, garante um caminho fácil na tramitação. Os parlamentares querem dividir o protagonismo da parte que dá popularidade: a redução do IR para a classe média. E devem desidratar o alcance do imposto mínimo.

O ponto polêmico é a retenção de 10% na fonte dos dividendos, incluindo os estrangeiros. A medida garante um reforço de pelo menos R$ 9 bilhões no caixa de Lula no último ano do governo.

É difícil imaginar que a oposição e o centrão entreguem de bandeja esse dinheiro para ajudar as contas de Lula em ano eleitoral.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, disse que a isenção é justa e que o parlamentares vão mudar o projeto com cortes de incentivos tributários. O que ele não disse, mas está entendido: o imposto mínimo não sai como o governo enviou. Pode virar uma colcha de retalhos.

RIO DE JANEIRO

Bolsonaro precisa aprender português

Ruy Castro

Bolsonaro precisa aprender português. Quer ser absolvido de crimes que diz não ter cometido. Como ser absolvido de algo de que não se é culpado? Outro dia subiu a um palanque para pedir anistia para os inocentes que tocaram o terror em Brasília no 8/1 na tentativa de induzir o Exército a dar um golpe. Mas é possível anistiar inocentes? E ele não admite que se condene a 17 anos uma doce velhinha de Bíblia na mão, saída de seu burgo na roça, apenas porque ela se deixou iludir pelas mentiras que ele próprio disseminou. Como ela poderia saber que estaria em tão más companhias quando lhe ofereceram um passeio a Brasília com tudo pago e uma aprazível temporada num camping diante de um quartel?

O general Braga Netto também deveria ver sua prisão preventiva como uma saison de merecidas férias. Afinal, não está numa cela gradeada e úmida, entre bandidos carentes e mal intencionados. Está muito bem instalado num quarto com armário, frigobar, TV, ar-condicionado e banheiro exclusivo, no quartel da 1ª Divisão do Exército, na Vila Militar, em Deodoro, Zona Oeste do Rio, a 50 quilômetros de seu antigo apartamento em Copacabana. Muito melhor do que as celas do tempo de seu chefe nos anos 1970, o general Sylvio Frota, em que os presos políticos, em vez daqueles confortos, só dispunham de pau-de-arara, máquina de choques, cadeira do dragão, estupros e eventual "suicídio".

Bolsonaro e seus seguidores estão convencidos de que vivemos numa ditadura comandada por Alexandre de Moraes. É refrescante saber que ele e os seus se converteram à democracia, depois de tantos anos louvando a ditadura, cujo defeito foi não ter matado tanta gente como eles gostariam.

E, convictos da parcialidade da Justiça contra eles, deveriam ficar aliviados por saber que serão julgados conforme a lei, em tribunais reconhecidos, com ampla possibilidade de defesa, mil recursos e transmissão pela TV e pela internet. Os réus da ditadura não tinham essa colher de chá.

Isso quando sobreviviam para chegar a réus.

Falta algo na pauta popular

Às esquerdas toca avançar no caminho da equidade, em um país ainda longe de assegurar igualdade de oportunidades

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, e pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

Entrevistado por Mônica Bergamo, na última segunda-feira (17), o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, não poderia ter sido mais claro quanto ao caminho a seguir: "É mudar de assunto, é entrar na pauta popular. A minha linha agora é que este ano de 2025 é o ano do Lula. É Lula sendo Lula. É Lula falando da vida do povo, é o Lula do Pé-de-Meia, é o Lula do crédito ao trabalhador, que vai beneficiar 40 milhões. É o Lula do Vale-Gás, é o Lula da isenção do Imposto de Renda".

A esta altura é impossível avaliar o impacto eleitoral desse conjunto de medidas. O que se pode dizer é que o presidente e seu partido apostam que tais iniciativas —somadas ao crescimento continuado da economia e do emprego— os ajudarão a permanecer no governo federal a partir de janeiro de 2027.

As medidas miram todas o bolso dos pobres —Vale-Gás e Pé-de-Meia— e remediados —Programa Acredita, de crédito subsidiado ao trabalhador CLT e mudança no limite de isenção do Imposto de Renda associado à cobrança sobre altos rendimentos.

Embora não estejam claros os limites que o compromisso com o bom senso fiscal venha a impor sobre a dimensão de cada programa, em conjunto apontam no sentido esperado de um partido de esquerda comprometido com a redução das desigualdades.

Mesmo em sintonia com valores da esquerda democrática, pauta popular que alimenta comunicação de Lula parece modesta perto dos desafios das esquerdas

Entretanto, mesmo em sintonia com valores básicos da esquerda democrática, a pauta popular defendida pelo parlamentar —e que tem alimentado a comunicação do presidente em eventos e nas redes— parece modesta e convencional perto dos desafios ao campo político das esquerdas. A elas —e só a elas— toca avançar no caminho da equidade, em um país ainda muito longe de assegurar oportunidades similares de usufruto de bens e serviços fundamentais: saúde, educação, segurança e proteção contra desastres ambientais.

O PT e seus governos, nos diversos níveis da Federação, foram cruciais para promover a agenda da inclusão social, gestada na transição para a democracia e levada adiante também por partidos democráticos de centro e centro-direita, como PMDB e PSDB.

A pauta incluiu a tardia universalização da educação básica e a ampliação do acesso às universidades; a criação do Sistema Único de Saúde; a reforma da assistência social e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; a criação das regras e instrumentos de proteção ambiental; o reconhecimento da diversidade étnica, cultural e de gênero da população e o estabelecimento de políticas para protegê-la e assegurá-la.

Vai sem dizer que as forças que construíram a democracia e o sistema de proteção social falharam miseravelmente em garantir segurança à população, dando essa agenda de mão beijada à direita mais rústica.

Hoje o desafio não é mais incluir, porém reduzir as inequidades e ineficiências existentes em cada área da política social. As filas do SUS; as escolas públicas que ensinam mal; as polícias que são ineficientes contra o crime; as instituições de proteção ambiental que não dão conta do desmatamento ilegal nem preparam as cidades para as catástrofes naturais —tudo isso é parte da vida do povo que a agenda do governo mirando a reeleição e apregoada pelo deputado Lindbergh parece desconhecer.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Identitarismo, feminismos negros e política global

Por que tais movimentos tornaram-se bodes expiatórios do fracasso de políticas progressistas ou de esquerda?; problema monumental é que não somos ouvidas

Rosane Borges
Jornalista, escritora e professora da PUC-SP

Já faz algum tempo que o identitarismo não sabe o que é baixa temporada; sempre que cutucado, mostra fôlego para elevar o debate aos trending topics da política contemporânea, atraindo chuva e trovoada para seu território.

Embora o termo tenha se imposto nos últimos anos, empurrado pela ventania das guerras culturais que ganharam outras camadas de complexidade na década de 1980 nos EUA, os marcos fundantes do identitarismo perdem-se sob os lençóis do tempo.

Como bem lembrou Douglas Barros no livro "O que é Identitarismo?" (ed. Boitempo), "aquilo que chamo de identitarismo, porém, nem de longe é fenômeno novo. Amplamente utilizado durante a modernidade, suas raízes são coloniais e seu uso dissuade a política real. A diferença, todavia, neste início de século, reside no fato de que, se antes ele era um fenômeno típico da extrema direita, hoje se encontra entranhado na vida social. (...)."

Segue Barros: "Não são os movimentos sociais — em especial os movimentos negros, feministas ou LGBTQIAPN+ — os causadores do identitarismo. Muito pelo contrário, o identitarismo é a imposição de uma engenharia social, organizada a partir da logística e da gestão, que coloca as identidades na mira da administração como forma de policiamento".

Se o identitarismo não é obra dos movimentos de emancipação, por que testemunhamos, em profusão, argumentos que apontam seu armamento para tais movimentos, denunciando uma prática reducionista responsável por esvaziar a luta anticapitalista e o entendimento da macropolítica? Por que tais movimentos tornaram-se bodes expiatórios do fracasso de políticas progressistas ou de esquerda?

As recentes declarações da psicanalista Maria Rita Kehl sobre o assunto sintetizam uma linha de pensamento que desfere flechas que erram o alvo. Kehl converte grupos historicamente discriminados e identitarismo em coringas intercambiáveis. Nessa condição de equivalência, negros, mulheres, população LGBTQIAPN+ (os terrivelmente outros do mundo) se movimentam em nichos narcísicos, interditando a fala de quem não está perfilado neste ou naquele nicho.

Evidentemente que não ignoro um fenômeno que fez da dimensão da experiência (aquilo que acontece comigo) um discurso competente e exclusivo que só pode ser enunciado por quem tem "lugar de fala" (outra expressão que foi amplamente distorcida). Mas tal anomalia é fruto de uma subjetividade neoliberal (e não dos movimentos sociais), que crescentemente ganha proeminência porque banhada na luz das malhas digitais.

Tal anomalia é fruto de uma subjetividade neoliberal (e não dos movimentos sociais), que crescentemente ganha proeminência porque banhada na luz das malhas digitais

Embora discorde de algumas críticas dirigidas a Maria Rita Kehl (refiro-me aos argumentos que duelaram num campo regressivo), é preciso golpear a mensagem sem golpear a mensageira ("ne nuntium necare", ou seja, "não mate o mensageiro" nem sufoque a artista).

As mulheres negras brasileiras vêm comunicando percucientemente para o conjunto da sociedade que o endereço dos identitaristas está bem distante daquele no qual as flechas de Kehl e de tantos outros foram lançadas. O problema monumental é que não somos ouvidas, somos sumariamente esquecidas para pensar os destinos de uma coletividade (um rápido sobrevoo nas movimentações do poder nos permitirá captar a ausência de corporeidades negras e indígenas, flagrando quem são os moradores dos nichos narcísicos).

Identitaristas tomam a identidade com propósito finalístico e, quase sempre, biologizam a política, o que não ocorre com os movimentos de emancipação.

Neste ano, em 25 de novembro, acontecerá a 2ª Marcha das Mulheres Negras rumo à Brasília, cujo slogan é: "Por Reparação e Bem Viver". Se lidas e ouvidas com atenção, essas palavras carregam a radicalidade de um movimento que, ao articular sua identidade (que é diferente de identitarismo), propõe novas formas da configuração da política, numa atmosfera onde não há nada novo sob o sol.

Nessa atmosfera em que a "boa nova" eleva seu canto fúnebre a partir dos EUA (o mix de colonialismo, xenofobia, misoginia, racismo e domínio descontrolado do império sobre o mundo), a 2ª Marcha das Mulheres Negras confronta o capitalismo e propõe outras gramáticas políticas que incidem no tecido de um mundo carcomido pelo identitarismo.

Nada mais anti-identitário do que ir na contramão dessa rubrica!

'A maldição do vencedor'

Uso dos leilões nas licitações de obras e serviços deve ser repensado para assegurar viabilidade financeira, execução dos projetos e interesse público

Eduardo Capobianco
CEO do Grupo Agis, é vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e presidente do Consic (Conselho Superior da Indústria da Construção da Fiesp)

O uso de leilões nas licitações de obras públicas tem causado polêmica quanto aos efeitos adversos que pode provocar. Estudos demonstram que o modelo pode resultar em grande envolvimento emocional por parte dos participantes, afetando a tomada de decisão e gerando contratos desfavoráveis. Tal fenômeno é conhecido no mercado como "a maldição do vencedor".

Quando o processo envolve a compra de um bem, a disputa leva a um aumento de preço que beneficia o vendedor, mas sem consequências graves. No entanto, no caso de obras e serviços para entrega futura, o impacto é muito maior, pois o vencedor acaba assumindo um compromisso financeiro em um maior prazo, que não cobre o custo real da execução do projeto, prejudicando todos os envolvidos — especialmente a sociedade.

No governo Dilma Rousseff (PT), houve um volume expressivo de concessões públicas baseadas em leilões, mas muitas revelaram-se inviáveis. Ocorreram várias renúncias contratuais após longos processos administrativos e judiciais. O modelo falhou ao não garantir que os termos acordados fossem financeiramente sustentáveis.

Para as concessões, a solução foi mais simples: manteve-se uma redução limitada para as tarifas cobradas pelo concessionário, garantindo a viabilidade dos projetos a longo prazo. Além disso, a disputa passou a ser sobre o valor da outorga e não apenas referente à redução do preço. Com isso, mesmo valores elevados pagos na assinatura do contrato não inviabilizaram a concretização e o desenvolvimento dos compromissos acordados, permitindo a manutenção da necessária sustentabilidade financeira.

No entanto, essa alternativa não pode ser aplicada às obras públicas. Nessas licitações, nas quais o critério principal é o preço mais baixo, muitos contratos acabam sendo prejudicados pela insuficiência dos recursos destinados à execução dos projetos. Com a impossibilidade de ajustar tarifas ou reequilibrar os custos ao longo do tempo, os empreendimentos frequentemente são paralisados, gerando grande desperdício de recursos do erário. Há, ainda, o risco de se comprometer a qualidade dos serviços prestados.

Obras paralisadas não costumam gerar pressão para sua conclusão. Governantes tendem a se preocupar mais com o marketing no lançamento e a celebração das contratações do que com a entrega

No cenário político brasileiro, as obras paralisadas não costumam gerar pressão significativa para sua conclusão. Os governantes tendem a se preocupar mais com o marketing no lançamento de projetos e na celebração das contratações do que com a entrega. Sem falar de quando um gestor não conclui a obra do antecessor, por ser seu adversário político. Como resultado, os cidadãos não veem os benefícios dos investimentos feitos e são apenados com a perda de um dinheiro que poderia ser mais bem aplicado. O problema abala a confiança da sociedade nos investimentos em infraestrutura e agrava o desequilíbrio fiscal.

Portanto, é necessário repensar com urgência o uso dos leilões nas licitações de obras e serviços. A opção é buscar modelos que assegurem a viabilidade financeira e a execução efetiva dos projetos, sem comprometer o interesse público. "A maldição do vencedor", nesse contexto, não se limita a prejudicar o contratado, mas afeta diretamente a sociedade, que paga pelos erros do sistema sem obter os benefícios esperados.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Imposto de Renda

"Taxação de mais ricos enfrenta resistência no Congresso, e Motta sinaliza alternativas para compensar isenção do IR" (Mercado, 18/3). Os ricos votando pelos ricos. Fica claro para quem e para que serve o Congresso. Ainda mais depois das emendas "secretas".
Vitor Luis Aidar Santos
(Jaboticabal, SP)

*

Retrato da nossa meritocracia: imposto de renda do porteiro que ganha R$ 3 mil por mês é de lei. Taxar o dono do tríplex da cobertura, que ganha R$ 3 milhões, é crime contra a livre circulação de riqueza.
Josimar Soares (Ituiutaba, MG)

Projeção é de alta de juros

"Selic deve subir e voltar ao nível de crise de Dilma nesta quarta, e próximos passos do Copom são incertos" (Mercado, 18/3). O Governo lutando para a economia crescer e o mercado apostando nos juros altos para estagnar. Que Lula não corte gastos com educação, saúde, meio ambiente e universidades.
Elismar Bezerra Arruda
(Várzea Grande, MT)

*

Os juros são altos porque o governo gasta mais do que arrecada e tem que buscar dinheiro na praça para cobrir o rombo. E não é com programas sociais que se gasta muito, o que seria justificável, mas com o Estado inchado e ineficiente.
Hermes Yaly (Cordeirópolis, SP)

*

Gostaria que a imprensa explicasse para o povo o que significa o corte de gastos. Sabe o que significa? Economizar com saúde, educação, segurança, ou seja, todo o orçamento destinado ao trabalhador.
Tatiana de Toledo Lopes
(Jundiaí, SP)

Suspeição de ministros

"Barroso e Gilmar votam contra afastar Moraes, Dino e Zanin de julgamento de trama golpista" (Política, 19/3). Se pudessem, bolsonaristas iriam querer que apenas os ministros indicados por Bolsonaro julgassem.
Mauricio Silva (Rio de Janeiro, RJ)

*

Tudo está fundamentado, com o cumprimento dos ritos processuais. Quem não deve não teme. Basta derrubar as inúmeras provas gravadas, auditadas, delatadas e impressas.
Anete Araujo Guedes
(Belo Horizonte, MG)



Reunião para anúncio do envio do projeto de ampliação da isenção do Imposto de Renda ao Congresso Nacional Gabriela Biló/Folhapress

Ditadura militar

"Governo reconhece Vladimir Herzog como anistiado político 50 anos depois" (Política, 19/3). Finalmente alguma reparação. Mais um assassinato praticado cruelmente na ditadura. Lembro de um colega da turma de direito na USP, torturado e morto por agentes do DOI-Codi. O corpo apareceu "atropelado" na rua atrás da faculdade.
Maria Antonia di Felippo
(Santo André, SP)

*

Os que apoiam a ditadura, o fascismo, o ódio e o negacionismo devem desconhecer Herzog, assim como Rubens Paiva e tantos outros assassinados. Esse gesto traz um certo alento ao sofrimento do clã Herzog. Pergunto-me se aconteceria no governo anterior.
Carlos Navas
(São Paulo, SP)

Poder da Guarda Civil

"Ideia de turbinar poder da guarda civil se espalha por cidades brasileiras" (Cotidiano, 19/3). A população precisa de mais polícia nas ruas. Agora que as guardas têm essa possibilidade sofrem denúncias (contra o interesse público) do Ministério Público. Que absurdo.
Paulo Silva (São Paulo, SP)

*

Estão criando um órgão para tumultuar mais o sistema de segurança pública. Os prefeitos querem ter nas mãos uma força policial para chamar de sua. Sabe-se lá o que vai acontecer no interior desse país. O que precisamos é união civil e militar, e não mais uma para dividir ainda mais um orçamento já apertado.
Marcelo Reis (Brasília, DF)

Morre Cláudio Lembo

"Morre Cláudio Lembo, 90, governador de São Paulo no turbulento 2006" (Política, 19/3). O professor Cláudio Lembo foi um dos mais importantes intelectuais do país. De uma honestidade intelectual ímpar e extremamente respeitoso com todos. Fará falta. Meus sentimentos aos familiares e amigos.
Jaime Magalhães Machado Júnior
(Limeira, SP)

*

Foi um homem notável. Acima de tudo, democrata.
Luthero Maynard (São Paulo, SP)

Fisiculturismo e saúde

"Musculação sem esteroides é 'o único esporte saudável' que existe, aponta Paulo Muzy" (Músculo, 19/3). Treinar com parcimônia, respeitando os limites do corpo. Nem tanto a Deus e nem tanto ao diabo.
Joubert de Almeida
(Uberlândia, MG)

*

Realmente nenhum esporte para fins de performance é saudável, algo que todo atleta sabe. Mas usar o esporte para obter saúde, sim. Exercita-se o corpo e o cérebro, algo muito importante.
Wilton Cerantola
(Neves Paulista, SP)

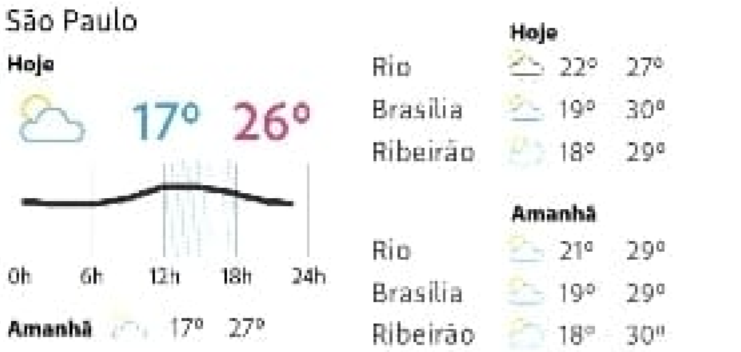
ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (19.MAR, PÁG. A36) No texto 'Putin não aceita parar ataques contra civis e quer ir além da Ucrânia', faltou informar que a repórter viajou à Ucrânia a convite da ONG Public Interest Journalism Lab.

ATMOSFERA

São Paulo



Fonte: www.climatempo.com.br

VAGAS DE ESTÁGIO

O QUÊ O CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) realiza ação gratuita em duas estações da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) nesta semana.

Estudantes poderão tirar dúvidas e se cadastrar em oportunidades de estágio e de aprendizagem.

ONDE E QUANDO Na estação Palmeiras-Barra Funda, nesta quinta-feira (20) e na estação USP Leste, na sexta-feira (21). Os postos de atendimento funcionarão das 11h às 15h.

DIA DA FELICIDADE

O QUÊ Para celebrar o Dia Mundial da Felicidade, comemorado nesta quinta-feira (20), a Prefeitura de São Paulo e a Umapaz (Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz) realizam o Happiness Brasil Summit.

PROGRAMAÇÃO Por meio de palestras, workshops, experiências sociais, práticas de bem-estar e interações imersivas, o evento busca ampliar a divulgação das informações relativas à felicidade e sabedoria.

ONDE E QUANDO Parque Ibirapuera, na avenida Quarto Centenário, nº 1.268, Jardim Luzitânia, em São Paulo. Nesta sexta (21), das 10h às 16h. Neste sábado (22), das 10h às 14h.

INGRESSOS Acesse o site sandrateschner.com.br/happiness-brasil-summit e reserve seu ingresso gratuitamente.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 20.MAR.1925



Folha da Noite

O MUNDO DA ARTE

DIVERSÕES

Mussolini exalta criação e força do seu movimento fascista

Benito Mussolini fundou na Itália em 23 de março de 1919 o movimento dos grupos de combate "Fasci Italiani di Combattimento" (que daria origem em 1921 ao Partido Nacional Fascista). Atualmente, ele é o primeiro-ministro do país e, às vésperas de aquela data completar seis anos, emitiu uma mensagem para celebrar a iniciativa. O chefe do governo italiano traçou uma retrospectiva histórica da criação do movimento e afirmou que todos esses grupos de combate se tornaram um conjunto de forças invencíveis. Mussolini continuou dizendo que os "Fasci" agiram com os objetivos de buscar a unidade espiritual e a força civil da pátria.

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA	R$ 29,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM	R$ 49,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO IMPRESSA	**VENDA AVULSA**		**ASSINATURA MENSAL***
	seg. a sáb.	**dom.**	**Todos os dias**
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 204,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 209,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 361,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

PAINEL
Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Alianças

O desenho da federação PP-União Brasil prevê gestão compartilhada em nove estados, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e que cada partido terá o comando de nove estados cada um. Na noite de terça-feira (18), o PP aprovou prosseguir com as tratativas para a parceria com o União, que ainda precisa decidir sobre o tema. A avaliação de parlamentares é que a federação aumentaria a força das legendas, ao ampliar o fundo eleitoral e o tempo de televisão, além de resolver chapas estaduais.

DIVIDIR... Conforme desenho discutido, o PP ficaria com Alagoas e Piauí, por exemplo, mantendo diretórios importantes sob comando de lideranças do partido, como o próprio presidente da legenda, Ciro Nogueira (PI), e o ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (AL).

...PARA CONQUISTAR O União teria Ceará, Bahia e Goiás, do governador Ronaldo Caiado, potencial candidato às eleições de 2026. A federação exige que os partidos permaneçam juntos por quatro anos.

DE OLHO As duas bancadas feministas do PSOL em São Paulo ingressaram com ação no Tribunal de Justiça contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) por ter utilizado aeronave do governo para ir ao Rio de Janeiro participar de ato bolsonarista neste domingo (16). O uso da aeronave registrada em nome da Polícia Militar de São Paulo foi revelado pela Folha nesta terça.

PÉSSIMO RECADO
Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) consideraram um equívoco o STF (Supremo Tribunal Federal) ter formado maioria para manter os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin no julgamento da trama golpista de 2022. "Os votos desses ministros não serão imparciais", afirma o deputado Cabo Gilberto (PL-PB). "Isso compromete todo o processo."

COBRANÇA Ainda sobre Tarcísio, o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo com representação contra o governador e o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, após a morte de um homem agredido por dois policiais militares no sábado (15) em Barueri. Lucas Almeida de Lima, 26, levou socos e um golpe com joelho no abdômen ao ser abordado pelos policiais, que alegaram que ele teria resistido à aproximação.

MINÚCIAS O Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito civil para cobrar da gestão Ricardo Nunes (MDB) um plano de implementação de câmaras corporais pela Guarda Civil Metropolitana. O Grupo de Atuação Especial em Segurança Pública deu 30 dias para que seja apresentada minuta do programa.

VISITA À FOLHA O empresário britânico Martin Sorrell, fundador e CEO da S4Capital, esteve no jornal nesta terça-feira (18). Acompanhava-o Marina Tunes, diretora de marketing da agência Monks.

Com Danielle Brant e Carlos Petrocilo

Cláudio



STF forma maioria para manter Moraes, Dino e Zanin no julgamento da trama golpista

Plenário da corte começou a julgar nesta quarta (19) recursos de Bolsonaro, Braga Netto e Mario Fernandes por suspeição de ministros



Alexandre de Moraes cumprimenta Flávio Dino durante a posse do segundo no STF Pedro Ladeira - 22.fev.24/Folhapress

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta quarta (19) contra os pedidos para afastar os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin do julgamento da trama golpista de 2022.

Os ministros analisam recursos das defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), do ex-ministro Braga Netto e do general Mario Fernandes, que pedem a suspeição ou o impedimento dos três.

O julgamento, em plenário virtual, começou nesta quarta e termina às 23h59 desta quinta (20). O presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, relator, votou contra o afastamento e foi acompanhado por Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

Faltam votar André Mendonça e Nunes Marques, indicados à corte por Bolsonaro, e Luiz Fux.

O STF julga quatro recursos que pedem. Dino, Zanin e Moraes se declararam impedidos de votar. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou contra os pedidos das defesas.

Os advogados pedem o impedimento de Dino por ter entrado com queixa-crime contra Bolsonaro no Supremo, em janeiro de 2021, processo ainda em aberto.

No caso de Zanin, afirmam que o ministro atuou na campanha presidencial de Lula e assina pedido de investigação judicial contra o ex-presidente denunciado.

A defesa de Braga Netto diz que Moraes era uma das vítimas dos planos golpistas de 2022, de acordo com a PGR, o que o tornaria interessado direto no processo.

Barroso, em seu voto, disse que o recurso dos investigados não traz novidade em relação a pedidos já rejeitados por ele.

"Sem desmerecer os argumentos apresentados pela defesa, e considerando que os fatos narrados na petição inicial desta arguição de impedimento não encontram amparo em nenhuma das causas previstas em rol taxativo do art. 252 do CPP [Código de Processo Penal], não há como acolher o presente recurso", diz no processo contra Zanin.

Ele também diz que o pedido de suspeição de Moraes não deve prosperar por não demonstrar, de forma clara e objetiva, a parcialidade do ministro no processo.

A Primeira Turma do Supremo marcou data para analisar o recebimento da denúncia contra 3 dos 5 grupos acusados pela PGR.

A definição sobre o núcleo central, composto por Bolsonaro e outros sete, ocorrerá em 25 e 26 de março; o núcleo militar —que inclui o general Estevam Theophilo, dez militares e um policial federal— será levado ao STF em 8 e 9 de abril.

Zanin escolheu o dia 29 de abril para o recebimento da denúncia do núcleo acusado de elaborar ações para a trama golpista. O grupo é integrado por Silvinei Vasques (ex-chefe da PRF), Mario Fernandes (general da reserva autor do plano Punhal Verde e Amarelo) e outros quatro.

Barroso, que já tinha negado a suspeição dos ministros em fevereiro, destacou na decisão a insistência dos advogados em afastar a trinca do Supremo. "Registro que esta é a quarta oportunidade em que a defesa técnica do requerente apresenta arguições de impedimento a esta corte."

Ao marcar o julgamento dos pedidos de impedimento e suspeição para esta quarta, ele buscou garantir que a Primeira Turma se reúna na próxima semana com a segurança de uma decisão final do plenário.

Mesmo se houver pedido de vista ou destaque —quando o caso é retirado do ambiente virtual para ser apreciado presencialmente—, não deverá haver impacto sobre o cronograma de julgamento da denúncia.

Isso porque, segundo auxiliares de ministros, o tipo de recurso apresentado pelas defesas não tem efeito suspensivo —ou seja, a decisão de Barroso seguirá válida mesmo com vista ou destaque.

Ao pedir o afastamento de ministros, as defesas buscam alterar a composição da Primeira Turma do Supremo, chamada por Bolsonaro de "câmara de gás". O colegiado é formado por Moraes, Cármen, Zanin, Dino e Fux.

O plenário do Supremo já julgou em dezembro um pedido de Bolsonaro para tirar Moraes da relatoria das ações sobre a tentativa de golpe de Estado de 2022. Só André Mendonça foi favorável.

Ele disse entender que Moraes seria uma das vítimas dos crimes investigados pela Polícia Federal. Nunes Marques foi contra o afastamento.

Bolsonaro e outras 33 pessoas foram denunciadas pela Procuradoria-Geral da República por articular um golpe de Estado após a eleição de Lula (PT) nas eleições de 2022. A denúncia foi dividida em cinco fatias, de acordo com a participação de cada grupo na trama, segundo a PGR.

STF marcou data para analisar denúncias contra 3 dos 5 grupos acusados

- **25 e 26 de março** núcleo central, do qual Bolsonaro faz parte
- **8 e 9 de abril** núcleo militar
- **29 de abril** núcleo acusado de elaborar ações para a trama golpista



APRESENTA

EstúdioFOLHA



Sicredi/Divulgação

Cooperativismo de crédito cresce e já atende mais de 17 milhões de brasileiros

Segmento avança acima da média do Sistema Financeiro, segundo o Banco Central; relacionamento próximo ao associado é diferencial

O modelo de cooperativismo de crédito vive um boom de crescimento no Brasil. Apenas em 2023, o aumento foi de 23,9%, bem acima dos 10,5% das demais instituições do SFN (Sistema Financeiro Nacional), de acordo com o último relatório do Banco Central.

E esse crescimento não é apenas no Brasil. Tanto que a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou 2025 como o "Ano Internacional das Cooperativas".

Com média superior a um milhão de novos associados por ano,

o Sicredi, maior instituição financeira cooperativa brasileira em volume de ativos, impulsiona essa alta. A instituição já faz parte da vida de uma em cada quatro microempresas do país e vem crescendo em ritmo acelerado não só entre empreendedores, mas também junto a consumidores, oferecendo os mesmos serviços dos bancos tradicionais - conta corrente, cartão, Pix, investimentos, crédito, seguros etc. Isso com custo competitivo, movimentação da economia local e o diferencial de fazer de cada pessoa um sócio do negócio.

Sócio, no caso, é o associado da cooperativa, que tem a possibilidade de se beneficiar dos resultados que ele próprio ajuda a gerar, além de poder participar da tomada de decisões e de contribuir com os projetos das comunidades em que estão inseridos.

No modelo cooperativista, não há lucro, já que o resultado financeiro é dividido entre todos. O serviço é realizado por uma instituição financeira cooperativa, supervisionada pelo Banco Central e com seguro de depósitos no formato de Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), como nos bancos comerciais.

"Quanto mais os associados utilizam os serviços, mais a cooperativa cresce, e o próprio associado tem a possibilidade de levar uma participação maior nos resultados. Os associados que mais utilizam os serviços - e geram mais receita - recebem fatias maiores na distribuição", afirma Fernando Dall'Agnese, presidente do conselho de administração do Sicredi.

No mundo, já são mais de 74,6 mil cooperativas de crédito, com cerca de 411 milhões de associados, segundo o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito. O cooperativismo é muito forte na América do Norte e na Europa e ganhou impulso após a crise das hipotecas "subprime" (segunda linha) de 2008, quando os chamados "bancos grandes demais para quebrar" ("Too Big To Fail", em inglês), perderam ativos e clientes e precisaram ser socorridos pelos governos com dinheiro público.

Nos EUA, a penetração das cooperativas chega a 64,9%. No Canadá, está em 42,4% e na América Latina, em 14,3%.

No Brasil, o número de associados atingiu 17,3 milhões em 2023. O cooperativismo surgiu no agronegócio do interior do país, particularmente na região Sul, mas agora está presente em 57% dos municípios. Muitas estão em localidades remotas que não contam com outras opções de agências físicas. Em mais de 200 municípios do Brasil, o Sicredi é a única instituição financeira fisicamente presente.

Encomendado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o último estudo da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), de 2024, revelou que, em municípios acompanhados antes e depois da instalação de cooperativas de crédito, há incremento de 10% no PIB per capita, aumento de 15,1% no total de vagas de emprego e de 15,6% no número de estabelecimentos comerciais.

No Brasil, no entanto, a penetração das cooperativas chega a apenas 12,7% do público endereçável (população economicamente ativa entre 15 e 64 anos) e há muito espaço para avançar, segundo especialistas, dada à presença relevante que atingiram no exterior.

"Um dos grandes fatores para alavancar a expansão é o conhecimento das pessoas sobre os benefícios do modelo, tanto para quem se associa como também para a sociedade em geral. Ele devolve recursos para os associados, investe na economia local e apoia projetos sociais. É um modelo em que todos participam", explica Dall'Agnese.

Só o Sicredi, que reúne 103 cooperativas de alcance regional, conta com mais de 8,5 milhões de associados, distribuídos em 2.800 agências em todos os estados brasileiros. Fundado em 1902 em Nova Petrópolis (RS), como uma cooperativa de crédito rural, hoje o Sicredi está entre as maiores instituições financeiras do país. A instituição emprega mais de 45 mil colaboradores e oferece mais de 300 produtos e serviços.

Entre os associados do Sicredi, 75,4% são consumidores pessoa física, mas há uma parcela importante de 9,5% de produtores rurais _ a grande maioria (83%) de agricultura familiar; 15,2% são empresas, sendo 95% micro, pequenas empresas e MEI (microempreendedor individual).

Para o dirigente, a expansão do Sicredi também tem sido favorecida pela evolução das soluções digitais, que beneficia a adesão de diferentes perfis de pessoas.

"Nosso grande diferencial é o relacionamento, então investimos em alternativas digitais sempre buscando manter a humanização da relação e a atenção às pessoas", diz.



Ano Internacional das Cooperativas

Cooperativas constroem um mundo melhor

A ONU declarou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, um reconhecimento que reforça a relevância do cooperativismo para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo

SOBRE O SICREDI

Maior instituição financeira cooperativa brasileira, que reúne 103 cooperativas de crédito locais

Fundação:
1902, em Nova Petrópolis (RS)

75,4%
consumidor pessoa física

15,2%
pessoa jurídica
(95% micro, pequenas empresas e MEI)

9,5%
produtores rurais
(83% de agricultura familiar e 12% de porte médio)

Mais de 8,5 milhões de associados

R$ 386,1 bilhões
em ativos

R$ 262,1 bilhões
em depósitos

Mais de 45 mil
colaboradores

R$ 243,3 bilhões
em carteira de crédito

2,8 mil
agências, distribuídas em mais de 100 cooperativas, em todos os estados do país

Mais de 300
produtos e serviços financeiros de conta corrente, cartões, crédito, investimentos, seguros, consórcios etc

COOPERATIVISMO GANHA ESPAÇO NO BRASIL E NO MUNDO

No mundo

411 milhões
de associados

74,6 mil
cooperativas de crédito

Penetração
Associados/população economicamente ativa (PEA) entre 15 e 64 anos

Estados Unidos	64,9%
Canadá	42,7%
América Latina	14,3%
Brasil	12,7%

17,3 milhões
de associados
(7,2% da população)

Alcance nos municípios brasileiros

2023	57%
2022	55,3%

Crescimento em 2023

Cooperativismo	23,9%
Demais instituições financeiras	10,5%

Fonte: Sicredi, Banco Central e Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito

Eufrázio

Mudança em projeto acaba com brecha que beneficiaria Bolsonaro

Alteração em PL que modifica Lei da Ficha Limpa impede uso de texto por ex-presidente

João Gabriel

BRASÍLIA A atual redação do projeto de lei que flexibiliza a Lei da Ficha Limpa acaba com a brecha que possibilitaria ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentar reverter sua inelegibilidade e concorrer nas eleições de 2026.

O ponto principal da proposta é a redução do prazo de perda dos direitos políticos. Sua autora é a deputada Dani Cunha (União Brasil-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Impedido de concorrer, Bolsonaro poderia ser beneficiado se o tempo de cassação fosse reduzido, podendo voltar a disputar eleições.

A proposta chegou a entrar em debate no plenário do Senado na terça (18), mas a baixa presença de parlamentares e a possibilidade de que fosse rejeitada adiou a votação.

A redação que saiu da Câmara foi aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) determinava que a perda dos direitos eleitorais ficaria condicionada a casos de "comportamentos graves aptos a implicar cassação de registros, de diplomas ou de mandatos".

Bolsonaro foi condenado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

Mas, como acabou derrotado nas eleições de 2022, o tribunal não cassou diploma ou registro do ex-presidente.

Como o projeto tinha efeito retroativo, se fosse aprovado da forma como estava após a votação na CCJ, permitiria a Bolsonaro tentar reverter a inelegibilidade.

Depois dessa votação, porém, o relator do texto, o senador Weverton (PDT-MA), acatou uma emenda do líder do governo, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que altera esse dispositivo e, na prática, acaba com esse argumento.

A redação proposta por ele mantém que a inelegibilidade segue válida para casos de comportamento grave, mas suprime o trecho que condicionava essa pena à cassação de registros, diplomas ou mandatos.

Segundo parlamentares da base do governo e especialistas ouvidos pela Folha, a mudança impede que o ex-presidente use o projeto (caso ele seja aprovado e transformado em lei) como argumento para tentar reaver seus direitos políticos.

"A emenda acatada elimina a possibilidade de o ex-presidente Jair Bolsonaro alegar a norma em seu favor. Da forma como está no novo relatório, essa hipótese está descartada", afirma o advogado e ex-juiz Márlon Reis, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa.

Três parlamentares aliados a Bolsonaro disseram, sob reserva, que não tinham notado a mudança, mas adotaram o discurso de que não acreditavam que o texto anterior seria suficiente para reverter a inelegibilidade.

A principal esperança do grupo está no projeto de lei da anistia, que hoje é alvo de divergências na Câmara e não tem a simpatia do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Bolsonaro e aliados tentam conseguir apoio de nomes do centrão para tentar fazer a proposta avançar.

No caso do projeto sobre a Lei da Ficha Limpa, o principal ponto do projeto é a mudança no início da contagem do prazo de inelegibilidade para oito anos.

Pelo texto atual, esse tempo passa a contar apenas a partir do trânsito em julgado da condenação, é acrescido ao tempo restante de mandato do político (caso ele ainda esteja em exercício) e pode ser cumulativo em caso de mais de uma sentença.

Com o projeto, o prazo deixa de ser cumulativo e passa a ser unificado em oito anos. Além disso, passa-se a contá-lo a partir da decisão judicial ou da condenação, da eleição na qual ocorra o ilícito ou da renúncia (ou seja, sem levar em conta o tempo restante no cargo).

Sob anonimato, parlamentares dizem que a emenda de Randolfe não foi o que impediu a votação nesta terça, mas sim a possibilidade de derrota.

Não foi definida data para que a proposta volte ao plenário, mas congressistas avaliam que isso pode demorar, já que Alcolumbre deve viajar na semana que vem, e o texto é alvo de divergências.

Weverton tem evitado fazer alterações substanciais no projeto porque, nesse caso, ele precisaria voltar à Câmara —e o senador pretende que vá direto para sanção da Presidência.

A emenda de Randolfe, por sua vez, é considerada "de redação", categoria que não exige nova análise pelos deputados.



Malafaia ataca presidente do Republicanos

O pastor Silas Malafaia atacou o deputado Marcos Pereira, presidente do Republicanos, chamando-o de "cretino" e vergonha para a Igreja Universal do Reino de Deus e todos os evangélicos.

Pereira é bispo licenciado da igreja de Edir Macedo e lidera o partido de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo e nome forte da direita para concorrer em 2026, com Jair Bolsonaro (PL) inelegível.

Ele entrou na mira de Malafaia após dizer à CNN Brasil que o projeto que propõe anistia para envolvidos nos ataques de 8 de janeiro não deveria ser analisado agora.

Texto que libera R$ 4,6 bi em emendas e favorece Alcolumbre é aprovado no Senado aceleradamente

João Gabriel

BRASÍLIA O Congresso aprovou nesta quarta-feira (19) um projeto, articulado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que destrava cerca de R$ 4,6 bilhões em emendas parlamentares das quais ele próprio é o principal beneficiado.

A tramitação do texto durou menos de dois meses e aconteceu de forma acelerada, com amplo apoio da base do governo.

A votação foi fora da previsão da pauta do dia, sem que o texto constasse no sistema do Senado e de forma acelerada. Agora ele vai à sanção da Presidência.

A proposta é uma das atuais investidas do Congresso para manter as emendas parlamentares, que são contestadas pelo STF.

O projeto que revive emendas canceladas foi apresentado em 11 de fevereiro pelo líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que é do mesmo estado de Alcolumbre.

Ele foi aprovado no Senado oito dias depois. Quando chegou à Câmara, o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE) pediu para que ele tramitasse em regime de urgência —indo direto ao plenário, sem passar por comissões. O requerimento foi acatado.

O texto foi aprovado com mudanças e precisou voltar ao Senado, onde surgiu nesta quarta.

A votação demorou mais que o esperado porque a presença na Casa era baixa e senadores precisaram pedir que colegas comparecessem para que houvesse quórum para deliberação. Após 20 minutos, o projeto foi aprovado. Votaram 69 dos 81 senadores, 66 favoráveis à proposta.

O texto devolve ao Orçamento bilhões de restos a pagar que haviam sido cancelados.

Esses valores são investimentos previstos para um determinado ano, mas que acabaram não sendo pagos naquele exercício e, por isso, passam para o seguinte classificados como restos.

Pela lei atual, após dois anos, se essas quantias seguirem empacadas, são canceladas e ficam à disposição da União. O projeto articulado por Alcolumbre impede o cancelamento dos restos de 2020, 2021 e 2022 e que haviam caído.

Levantamento da Consultoria da Câmara revelado pelo UOL mostra que deste montante (R$ 4,6 bilhões), o estado de Alcolumbre, o Amapá, é o que mais tem a ganhar: R$ 515 milhões. Desses, ao menos R$ 130 milhões eram do próprio presidente do Senado.

Dos R$ 4,6 bilhões, o projeto retoma R$ 2,2 bi de emendas de relator —mecanismo amplamente usado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira e que foi derrubado pelo Supremo em 2022.

Outros R$ 2,4 bi são de emendas de comissão —modalidade que vem substituindo a de relator por também permitir manter anônimo quem indicou a verba.



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre Evaristo Sá - 1º.fev.25/AFP

Conrado Hübner Mendes

O colunista está em férias


O deputado Filipe Barros (PL-PR) durante a instalação da comissão de Relações Exteriores da Câmara Alan Santos/Câmara dos Dpeutados

Bolsonarista toma posse em comissão e fala em heroísmo de Eduardo Bolsonaro nos EUA

Filipe Barros diz que colegiado será trincheira para resgatar liberdades e critica 'judicialização da política', em recado ao STF

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O deputado bolsonarista Filipe Barros (PL-PR) tomou posse nesta quarta (19) na presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, falou em trabalhar para que a "democracia volte a ficar de pé" e classificou como "ato heroico" a decisão de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho de Jair Bolsonaro (PL), se licenciar do cargo e permanecer nos Estados Unidos.

O PL havia indicado Eduardo ao posto, a pedido do ex-presidente. Mas, na terça (18), o deputado disse que tomou a decisão "mais difícil" de sua vida e que permaneceria no exterior por temer ser preso por Alexandre de Moraes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Barros foi eleito por 24 votos favoráveis e 4 em branco. No discurso, disse que Eduardo teve de se exilar para "fugir de uma iminente perseguição de suas liberdades" e que a direita foi escolhida para ser "eliminada da vida pública".

"Eduardo Bolsonaro, meu amigo, que mais recebeu votos para essa Casa na história, se exila para fugir de uma iminente perseguição de suas liberdades e de sua família. É mais um capítulo triste da recente história recente do Brasil, onde a democracia é uma palavra quase sem sentido. Onde um grupo político, nós, a direita, foi escolhido para ser eliminado da vida pública", disse Barros.

Barros é próximo do clã Bolsonaro e é investigado pelo STF por vazamento, em 2021, de dados sigilosos sobre uma apuração a respeito das urnas eletrônicas. No ano passado, foi relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita as decisões individuais de ministros do STF no âmbito da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Barros disse que vai priorizar o diálogo com todos os partidos e que essa será a marca de sua gestão. Ele também afirmou que a comissão é uma "trincheira importante" para resgatar a soberania e as liberdades.

Desde o ano passado integrantes do PL diziam que essa comissão era um posto estratégico para o partido e já falavam no nome de Eduardo, que é o atual secretário de relações internacionais do PL com relação com nomes da direita mundial, sobretudo aliados dos presidentes dos EUA, Donald Trump, e da Argentina, Javier Milei. Desde o início do ano, o parlamentar tem passado maior parte do seu tempo nos Estados Unidos em busca em sanções ou retaliações ao Judiciário brasileiro.

Além desse colegiado, o PL terá o comando das seguintes comissões: Saúde, Agricultura, Segurança Pública e Turismo. Por ser a maior bancada da Casa, partido tem a prerrogativa de fazer as primeiras escolhas na partilha dos colegiados.

A instalação dos colegiados temáticos ocorre nesta quarta após uma série de reuniões entre as lideranças partidárias. Na terça (18), os líderes se reuniram ao longo do dia com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB) para definir os ajustes finais nas negociações.

Principal comissão da Câmara, a CCJ será comandada pelo União Brasil, que indicou o deputado Paulo Azi (BA) para o posto. Azi foi eleito por 54 votos e 1 voto branco.

No ano passado, a comissão virou reduto da oposição sob a presidência de Caroline de Toni (PL-SC), com a discussão de matérias da considerada pauta ideológica e sessões marcadas por bate-bocas entre oposicionistas e governistas.

Na partilha das comissões, neste ano, foi firmado um acordo entre líderes para indicar um nome considerado de centro para presidir o colegiado. De acordo com uma pessoa que acompanhou as negociações, a indicação de Azi foi um pedido do vice-presidente do União Brasil, ACM Neto, de quem o parlamentar é próximo.



PSOL pede que Câmara negue licença a deputado

Deputados do PSOL enviaram ofício à Mesa Diretora da Câmara nesta quarta-feira (19) solicitando que seja negado o pedido de licença do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e que seja declarado abandono do mandato do parlamentar.

Na terça-feira (18), Eduardo anunciou que se licenciaria do cargo para permanecer nos Estados Unidos, onde já vinha passando boa parte do tempo, numa cruzada para convencer a administração do presidente Donald Trump a aplicar sanções a ministros do Supremo Tribunal Federal, sobretudo a Alexandre de Moraes.

Fux homologa acordo de Janones sobre 'rachadinha'

Ana Pompeu

BRASÍLIA O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou nesta quarta (19) um acordo no qual o deputado federal André Janones (Avante-MG) se compromete a pagar R$ 131,5 mil à Câmara dos Deputados como reparação de danos pelo caso das "rachadinhas" e, assim, não ser processado criminalmente.

No início do mês, a PGR (Procuradoria-Geral da República) enviou à corte os termos acordados com o parlamentar para análise do relator do caso no STF.

Janones também precisará pagar R$ 26,3 mil de multa, 20% do dano aos cofres públicos.

Ele tinha sido indiciado pela Polícia Federal em setembro de 2024 por suspeita dos crimes de corrupção passiva, peculato e associação criminosa.

Quando o caso foi revelado, em 2023, ele negou prática da "rachadinha". Disse que abriria mão dos sigilos e que não recebera "um único centavo" de assessores.

O site Metrópoles revelou um áudio no qual pedia a assessores ajuda para pagar despesas da campanha de 2016 para a Prefeitura de Ituiutaba (MG), quando ficou em segundo lugar na disputa.

Segundo a manifestação enviada pela PGR, Janones admitiu a irregularidade e se comprometeu a ressarcir o dano causado.

Um trecho citado pela PGR no compromisso diz que o parlamentar confirmou expressamente que pediu a um assessor que "providenciasse um cartão de crédito adicional" em seu nome.

A primeira parcela do valor acordado deverá ser paga em 30 dias a partir da homologação.

O ANPP (acordo de não persecução penal) foi proposto pela PGR em outubro. É uma medida alternativa por meio da qual as partes estabelecem cláusulas para o investigado cumprir e evitar o processo judicial tradicional.

Em agosto passado, o Conselho de Ética da Câmara absolveu Janones. O órgão deu aval, por maioria, à tese do relator do processo, Guilherme Boulos (PSOL), de que não haveria como falar em quebra de decoro parlamentar por supostos atos cometidos antes de ele assumir o mandato.

O deputado do Avante foi um dos principais defensores nas redes da candidatura do hoje presidente Lula na eleição de 2022.

R$ 131,5 mil

é o valor da multa que Janones deverá pagar à Câmara dos Deputados por conta do acordo de não persecução penal firmado com a PGR


CIDADE DE SÃO PAULO
EstúdioFOLHA
Smart Sampa: tecnologia e inteligência artificial reforçam segurança em São Paulo

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Eufrázio



Gusttavo Lima durante show em Itu, no interior de São Paulo Rubens Cavallari - 8.set.23/Folhapress

Gusttavo Lima anuncia que desiste de candidatura à Presidência em 2026

'Não tenho partido e não serei político', diz cantor sertanejo após ter cogitado disputar as próximas eleições majoritárias

Arthur Guimarães de Oliveira e Victória Cócolo

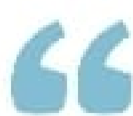
SÃO PAULO O cantor Gusttavo Lima anunciou nesta quarta-feira (19) que desistiu da candidatura a presidente da República e a qualquer outro cargo político nas eleições de 2026.

Em vídeo publicado em redes sociais, ele disse aos fãs que se dedicará inteiramente à carreira musical.

"Esse não foi e não será o meu objetivo, mas mesmo não fazendo parte da política continuarei fazendo minha parte. Não tenho partido e não serei político, ao contrário, quero que todos os partidos se unam em prol do povo brasileiro", afirmou.

O sertanejo afirmou ao portal Metrópoles que a oposição da família (que tentava fazê-lo desistir da carreira política, como mostrou a Folha) pesou na sua decisão, mas que nada impede que ele venha a se candidatar em outro pleito.

Ao Metrópoles, Gusttavo Lima disse que as eleições do próximo ano serão "muito polarizadas" e que seria preciso sentar para negociar pautas que podem não ser do interesse do Brasil, mas de partidos ou pessoas. "Não tenho estômago. Meu negócio é trabalhar e ajudar as pessoas."



Não foi e não será o meu objetivo, mas mesmo não fazendo parte da política continuarei fazendo minha parte

Gusttavo Lima
cantor sertanejo

No pronunciamento de sete minutos, ele afirmou que "continuará contribuindo para as mudanças no Brasil" por meio de trabalhos sociais e empreendedorismo.

O sertanejo ainda reclamou por ter sido alvo de notícias falsas e críticas nos últimos meses, apesar de não se aprofundar no tema, e pediu respeito.

"Peço a todos que respeitem a minha opinião e a minha posição e a minha imparcialidade, de forma justa e respeitosa, assim como ocorre na vida de outro brasileiro que expressa seu ponto de vista. É um ponto de vista diferente, ok?", disse.

"Sempre quando a gente se posiciona politicamente ou de alguma forma, tem aqueles que querem nos atingir e de forma desrespeitosa nos apontar, distorcer as coisas, inventar fake news ao nosso respeito, ao meu respeito", afirmou.

O sertanejo finalizou dizendo que em 2026 "espera que o povo esteja acordado para tomar a decisão certa para essa grande nação".

O cantor é descrito como alguém de direita, com perfil conciliador. Em 2022, pediu voto para Jair Bolsonaro (PL) e deu entrevista ao lado do então presidente após um almoço com músicos sertanejos.

O artista havia ventilado no início do ano a possibilidade de se candidatar à Presidência. Partidos logo correram para negociar a filiação do cantor, um dos mais populares do país.

Em fevereiro, Gusttavo Lima comemorou os resultados de pesquisa Genial/Quaest sobre as eleições de 2026, que o apontava como aquele com menor desvantagem ante Lula (PT) em cenários de segundo turno entre os nomes da direita para a Presidência.

Ele teria 35% em uma segunda rodada contra o petista, que marcaria 41%, conforme o levantamento. Outros nomes testados foram Tarcísio de Freitas (Republicanos), Pablo Marçal (PRTB) e Eduardo Bolsonaro (PL), além de Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (União Brasil).

Aquela foi a primeira pesquisa do instituto em que o nome dele foi citado como opção aos entrevistados, diante da manifestação do cantor de que teria a intenção de concorrer ao Palácio do Planalto.

Em tom de candidato, ele afirmou, após a divulgação do levantamento, que "o Brasil tem jeito". "Só Deus, só ele lá, pode parar um sonho."

Nos últimos meses, o artista se aproximou ainda mais do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), de quem é amigo.

O governador chegou a afirmar em entrevista no início do mês que ele e o cantor estariam em uma mesma chapa, mas o artista disse que não havia tomado uma decisão sobre o tema.

Gusttavo Lima já externou opiniões alinhadas com o bolsonarismo, como críticas à Lei Rouanet, e condenou o uso de maconha. Ao mesmo tempo, defendeu "todas as formas de amor", referindo-se à diversidade sexual, destoando desse campo político.

A possibilidade de o músico concorrer embaralhava ainda mais o cenário para o campo da direita em 2026, que conta com uma variedade de nomes possíveis, mas nenhum consensual, especialmente devido à inelegibilidade de Bolsonaro até 2030.

O cantor sertanejo havia confirmado presença ao lado de Ronaldo Caiado em um ato em Salvador, no próximo dia 4 de abril, onde o governador de Goiás lançará sua pré-candidatura à Presidência. No entanto, após o anúncio, nenhum dos dois se pronunciou sobre o assunto.

O ex-presidente Bolsonaro chegou a criticar a possibilidade de o artista se lançar à Presidência na cabeça de chapa. "O PL tem candidato para presidente em 2026. O candidato sou eu!", disse à CNN, em janeiro.



Com ministros, Lula reclama de ato sem falas de mulheres

O presidente Lula (PT) com a secretária de Saúde do Ceará, Tânia Mara Coelho, em inauguração de hospital em Fortaleza; três semanas após a demissão da ministra Nísia Trindade, o petista, sétimo a discursar, reclamou que apenas homens haviam falado e chamou Tânia Ricardo Stuckert/Presidência

Marina chama senador que disse querer enforcá-la de 'psicopata'

Mariana Brasil

Brasília A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), rebateu nesta quarta (19) a declaração de um senador que disse ter tido vontade de enforcá-la durante sua participação na CPI das ONGs.

Plínio Valério (PSDB-AM), em evento da Fecomércio na sexta (14), disse, sobre a sessão da CPI das ONGs no Senado: "Imagine o que é tolerar Marina seis horas e dez minutos sem enforcá-la".

Marina afirmou: "Com a vida dos outros não se brinca. Quem brinca com a vida dos outros ou faz ameaça aos outros de brincadeira e rindo, só os psicopatas são capazes de fazer isso".

Disse que a fala do senador é uma forma de incitar a violência contra a mulher e que, mesmo em posições de poder e visibilidade como a dela, mulheres ainda estão sujeitas a ataques.

Após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), abordar o assunto em sessão no plenário da Casa nesta quarta, Valério pediu a palavra para rebater as críticas.

Alcolumbre disse que o colega foi "muito infeliz" e que a fala pode ser um "combustível para agressões".

Valério afirmou não ter se arrependido e argumentou que a frase foi uma brincadeira.

"Um ano se passou [desde a sessão na CPI]. Todo mundo riu, foi brincadeira. Se você perguntar: você faria de novo? Não. Mas se arrepende? Não. Foi uma brincadeira", afirmou.



Neste mês das mulheres, a Folha tem um convite especial para você: cuide-se. Cuidar do corpo e da mente, e manter o equilíbrio na rotina são passos essenciais para uma vida plena — e estamos ao seu lado nessa jornada. Em 2023, lançamos a iniciativa **Todas** e a newsletter **Cuide-se.** Em 2025, seguimos com a série **Mova-se**, com orientações sobre atividades físicas. Agora, sob o **movimento Cuide-se,** a Folha irá reunir todo o seu conteúdo de autocuidado, para você ficar em dia com o seu bem-estar.

ASSINE JÁ:



ASSINATURA ESPECIAL PARA MULHERES

2 MESES GRÁTIS
+ 6 MESES Por apenas R$ 9,90/MÊS*
*cancele quando quiser

- Acesso ilimitado ao conteúdo Folha e TODAS
- Newsletters CUIDE-SE e MOVA-SE
- Descontos especiais em Saúde e Bem-estar no Clube Folha
- 15% de desconto nas inscrições das corridas**

LIVE!RUN

**Agora, assinantes Folha têm acesso a descontos e a benefícios exclusivos em mais de 50 corridas de rua em todo o Brasil.
Acesse e confira: www.clube.folha.com.br.

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.



Lembo com sua mulher, Renéa, na celebração do centenário do Theatro Municipal Mastrangelo Reino - 12.set.11/Folhapress

Morre Cláudio Lembo, 90, governador de São Paulo durante o turbulento 2006

Após ser vice de Alckmin, político comandou estado em ano de ataques do PCC; conservador, dialogava com esquerda e era frasista

Naief Haddad

SÃO PAULO Em março de 2006, Geraldo Alckmin, então governador de SP, deixou o cargo para se candidatar à Presidência e passou o posto para o vice, Cláudio Salvador Lembo, então presidente estadual do PFL.

Os líderes do PSDB, partido de Alckmin na época, acreditavam que o advogado e professor Lembo teria atuação política discreta, comportamento que o caracterizava. Além disso, esperavam uma gestão sem sobressaltos. Erraram numa coisa e na outra.

Lembo, que morreu aos 90 anos, foi governador por apenas nove meses, de abril de 2006 a 1º de janeiro de 2007, mas enfrentou um período turbulento.

A causa da morte não foi divulgada. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) decretou nesta quarta (19) luto de três dias.

"Os americanos conhecem o 11 de setembro [ataque ao World Trade Center, em 2001], os espanhóis conhecem o 11 de março [ataque terrorista a trens, com 191 mortos, em 2004]. E nós conhecemos o 12 de maio [de 2006, dia inicial dos ataques do PCC]", disse Lembo no fim daquele ano.

Em 12 de maio de 2006, o PCC deu início ao caos. Nos cinco dias seguintes, em represália à transferência de 765 presos, incluindo a cúpula da facção, os criminosos promoveram mais de 300 atentados contra instituições do estado, como delegacias e postos de polícia. Mais de 50 agentes de segurança foram mortos.

As reações, dentro e, principalmente, fora da lei, não demoraram. Uma tropa de encapuzados saiu às ruas para vingar o assassinato de policiais, deixando 505 civis vítimas em dez dias.

Em entrevista à Folha dias depois do início dos atentados, Lembo associou a "minoria branca" de São Paulo à onda de violência no estado. "Nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa."

Surgiram na época críticas de que os ataques do PCC só tinham cessado porque o poder público havia negociado com a facção. Anos depois, Lembo negou o acordo, mas admitiu que o encontro de uma advogada com Marcola, chefe do PCC, havia contribuído para o fim das ações.

Os tempos de governador serviram para dar visibilidade a dois traços da personalidade política de Lembo: o conservador com disposição para ouvir todos os segmentos ideológicos e o frasista raro, de sinceridade incomum.

A disposição para o diálogo foi lembrada nesta quarta pelo presidente Lula, que disse ter recebido com tristeza a notícia da morte.

"Meu amigo desde os anos 1970, Lembo foi símbolo de Política escrita assim, com P maiúsculo. Representante do campo conservador, sempre tivemos diferenças e, ao mesmo tempo, uma capacidade de diálogo", afirmou.

> **"Os americanos conhecem o 11 de setembro [ataque ao World Trade Center, em 2001], os espanhóis conhecem o 11 de março [ataque terrorista a trens, com 191 mortos, em 2004]. E nós conhecemos o 12 de maio [de 2006, dia inicial dos ataques do PCC]**

> **"Quando cheguei ao governo, a ideia que dava é que São Paulo estava numa situação excepcionalmente boa, financeiramente, socialmente. Cheguei a dar uma entrevista dizendo que estava recebendo uma Maserati, e que eu era um franciscano descalço que não saberia como usar esse veículo tão poderoso. E aí eu constatei que não tinha uma Maserati nas mãos, mas sim um Fusca 68, com o motor meio fundido**

> **"Nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa**

> **"Como estou velho, falo o que penso. O que posso fazer é ser nítido e claro**

Manter uma posição política clara (sempre filiado a partidos de direita ou centro-direita) nunca significou se afastar de quem pensava de outra forma. E havia ainda as frases afiadas. "Como estou velho, falo o que penso. O que posso fazer é ser nítido e claro."

Em entrevista publicada pela Folha no último dia de seu mandato, ao ser questionado se havia se preparado para uma crise de grandes dimensões, como aquela do PCC, Lembo respondeu: "Quando cheguei ao governo, a ideia que dava é que São Paulo estava numa situação excepcionalmente boa, financeiramente, socialmente. Cheguei a dar uma entrevista dizendo que estava recebendo uma Maserati, e que eu era um franciscano descalço que não saberia como usar esse veículo tão poderoso. E aí eu constatei que não tinha uma Maserati nas mãos, mas sim um Fusca 68, com o motor meio fundido".

Lembo se formou em direito na Faculdade do Largo de São Francisco no final da década de 1950 e logo começou a trabalhar no Itaú, sob o comando de Olavo Setubal.

Ao ser indicado prefeito de São Paulo pelo governador Paulo Egydio Martins (prefeito biônico) em 1975, Setubal convidou Lembo para assumir a pasta de Negócios Extraordinários. Ele conciliou o cargo à presidência da Arena.

Em 1979, houve uma situação curiosa, que revela um pouco quem foi Lembo e o que foi a Arena. Ele foi advertido pelo partido por ter conversado com Brizola. "Sinto, na verdade, a presença de autoritarismo, mesclado por um provincianismo ridículo", disse então ao Jornal do Brasil.

Em três outros momentos ao longo das quatro décadas seguintes, ocupou cargos na prefeitura.

Também atuou no governo federal, ao lado de Marco Maciel. Foi chefe de gabinete do Ministério da Educação quando Maciel estava à frente da pasta no governo José Sarney. Voltou a assessorá-lo quando o amigo foi vice de Fernando Henrique Cardoso.

Lembo deixa a esposa, Renéa, com quem foi casado por mais de 60 anos.

Alckmin, em rede social, lamentou a morte e disse enaltecer "o espírito público, a cultura jurídica, a vocação política e a dedicação ao magistério que tão bem o distinguiram em vida".

Brasil reconhece Herzog como anistiado político 50 anos depois

SÃO PAULO | UOL O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania declarou o jornalista Vladimir Herzog como anistiado político em portaria publicada na última terça-feira (18), 50 anos após sua morte na ditadura militar.

Além da anistia, o ministério concedeu pensão mensal vitalícia de R$ 34.577,89 à publicitária Clarice Herzog, viúva do jornalista.

A Justiça Federal já havia determinado pagamento de pensão em decisão do juiz Anderson Santos da Silva, da 2ª Vara Federal Cível do Distrito Federal.

A medida foi concedida com tutela provisória de urgência. O juiz considerou haver "fartas evidências" da perseguição sofrida por Herzog e destacou o estado de saúde de Clarice, que tem 83 anos e Alzheimer em fase avançada.

O valor da pensão foi calculado com base no cargo ocupado por Herzog à época de sua morte, de diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura. Segundo a decisão, a quantia ainda pode ser reavaliada.

Herzog foi convocado pelo Exército para prestar depoimento sobre ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). No dia 25 de outubro de 1975, foi ao DOI-Codi e nunca mais foi visto com vida.

A versão oficial dos militares dizia que havia se suicidado na cela. Laudos e investigações posteriores comprovaram que foi torturado e assassinado pelo regime.

Em 2013, a Justiça de São Paulo determinou a retificação da causa da morte no atestado de óbito de Herzog. A nova versão substituiu "asfixia mecânica por enforcamento" por "lesões e maus-tratos sofridos durante interrogatório em dependência do 2º Exército (DOI-Codi)".

> **R$ 34.577**
> é o valor fixado para a pensão mensal vitalícia de Clarice Herzog, 83, viúva de Vladimir Herzog

Em abril passado, a Comissão de Anistia reconheceu que Clarice Herzog também foi perseguida pelo Estado brasileiro devido à sua luta por justiça após a morte do marido. O colegiado determinou que ela tem direito a uma reparação econômica, a ser paga pelo Ministério do Planejamento.

BC eleva Selic a 14,25%, maior nível desde a crise de Dilma, e indica ritmo menor de alta em maio

Na segunda reunião sob o comando de Galípolo, Copom cita 'cenário adverso' para convergência da inflação, cumpre o choque de juros prometido ainda em dezembro e completa três movimentos seguidos de um ponto

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou nesta quarta-feira (19) a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, de 13,25% para 14,25% ao ano, mesmo nível atingido durante a crise do governo de Dilma Rousseff (PT).

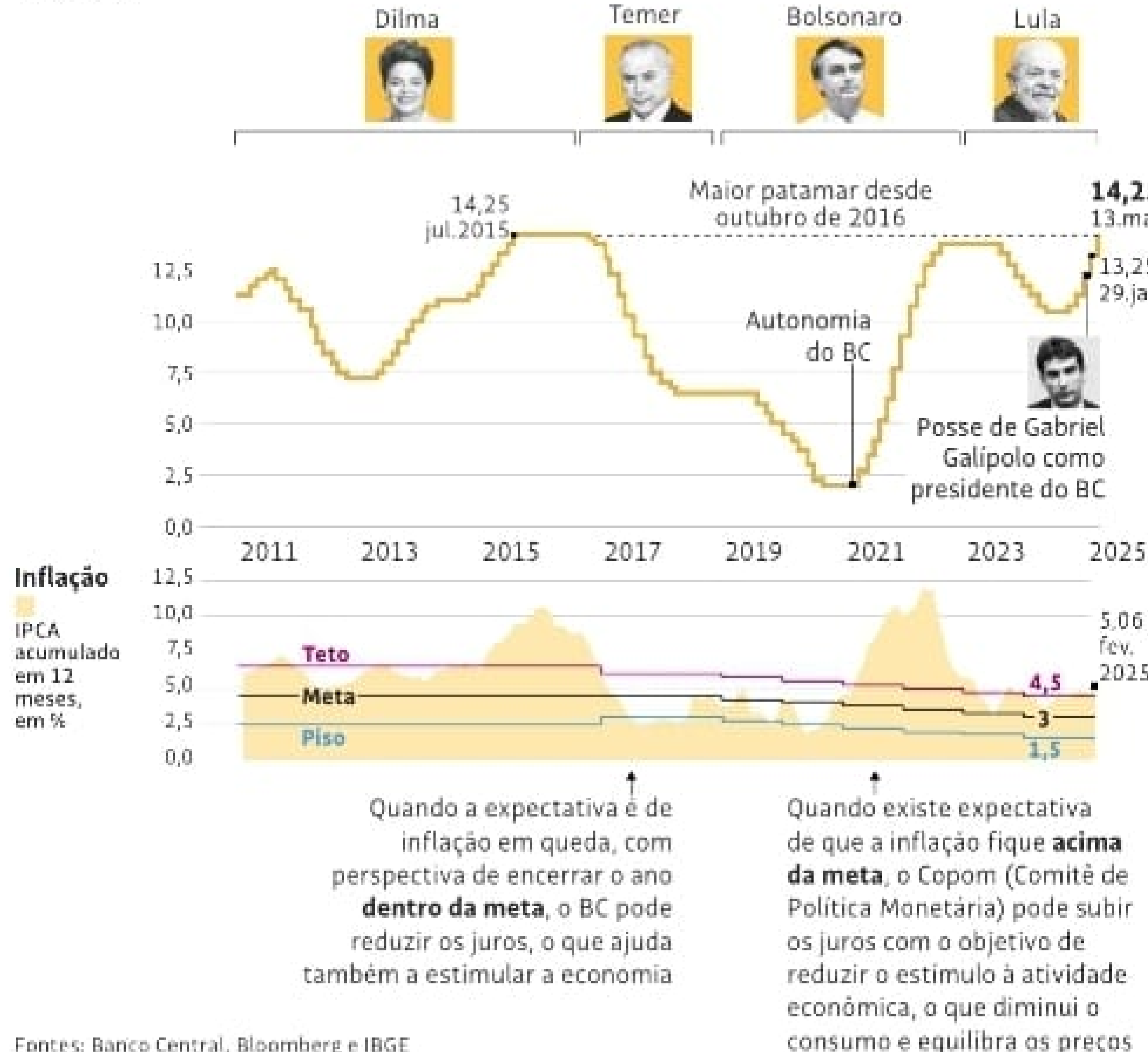
A decisão foi unânime. No comunicado, o comitê sinalizou que os juros vão continuar subindo na próxima reunião, em maio, e que pretende fazer uma nova alta de menor intensidade. Apesar da indicação, evitou se comprometer com um ritmo específico de ajuste.

Como justificativa, o colegiado do BC citou a continuidade do "cenário adverso" para a convergência da inflação, a elevada incerteza e as defasagens do efeito da política de juros sobre a economia.

Os juros se igualaram ao patamar observado em outubro de 2016. Na época, também para combater uma inflação resistente, a taxa básica ficou estacionada em 14,25% durante um ano e três meses, a partir do fim de julho de 2015, atravessando o impeachment de Dilma.

O Copom repetiu no texto que a extensão total do ciclo de alta de juros dependerá da evolução da trajetória e das projeções de inflação, das expectativas, do hiato do produto (diferença entre o crescimento potencial da economia e o efetivo) e do balanço de riscos.

O comitê voltou a defender a necessidade de uma política de juros mais contracionista, ou seja, uma atuação que ajude a frear a força da atividade econômica de forma a controlar o avanço da inflação. Na visão do colegiado, o cenário está marcado por nova piora das expectativas, projeções de inflação elevadas, economia ainda forte e pressões no mercado de trabalho.



Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBGE

No cenário de referência do Copom, a projeção de inflação para este ano teve um leve recuo de 5,2% para 5,1%, mas ainda bastante acima do teto da meta. Para o terceiro trimestre de 2026 —período hoje na mira do BC—, a estimativa caiu marginalmente de 4% para 3,9%.

Na segunda reunião sob o comando de Gabriel Galípolo, o Copom cumpriu o choque de juros prometido ainda em dezembro do ano passado, completando três movimentos seguidos de um ponto percentual.

A decisão desta quarta já era dada como certa pelo mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que a elevação da Selic em um ponto percentual era a projeção unânime de todos os economistas consultados, em linha com a sinalização dada pelo próprio comitê no encontro anterior.

Desde o início do ciclo de alta de juros, em setembro de 2024, já foram cinco aumentos consecutivos. A Selic saiu de 10,5% ao ano e acumula elevação de 3,75 pontos percentuais. Ainda sob a gestão de Roberto Campos Neto no BC, a primeira elevação foi gradual, de 0,25 ponto percentual.

O comitê acelerou o passo pela primeira vez em novembro, com um aumento de 0,5 ponto, e no encontro seguinte, em dezembro, optou por um movimento mais agressivo. Além de subir a Selic em um ponto percentual, prometeu mais duas altas da mesma intensidade nas reuniões seguintes, em janeiro e março. Agora, concretizou a estratégia traçada.

"Esse aumento é para um guidance [orientação] do final do ano passado. O presidente do Banco Central disse em coletiva que o guidance ia ser observado", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dizendo que falaria mais após a divulgação da ata do Copom, na próxima terça-feira (25).

Desde janeiro, houve uma piora adicional nas expectativas de inflação, em especial para 2026. Segundo o mais recente boletim Focus, os analistas esperam que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) termine o próximo ano encostado no teto da meta perseguida pelo BC, em 4,48%.

Para este ano, as estimativas do mercado se afastaram ainda mais do objetivo, passando para 5,66%. O alvo central é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

No radar dos economistas está a preocupação com a política fiscal expansionista do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em meio à queda de popularidade do presidente, foram apresentadas medidas de estímulo à economia, como o novo consignado privado para trabalhadores do setor privado e a liberação do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

No caso da proposta de ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5.000 por mês, há temor pela resistência do Congresso à proposta de compensação apresentada pelo Executivo de cobrar um imposto mínimo dos ricos.

Continua na pág. A14

Lula diz que país vai crescer 3% em 2025

No dia em que o BC elevou os juros, o presidente disse, em Fortaleza, que a economia não vai desacelerar.

"Os especialistas dizem que o Brasil não vai crescer muito em 2025, e eu quero aqui fazer um desafio aos teóricos. O Brasil vai crescer outra vez acima de 3%", afirmou Lula. Em 2024, o PIB cresceu 3,4%.



SOLUÇÕES AUTOMÁTICAS PARA ARMAZÉNS INTELIGENTES

0800 771 3036
mecalux.com.br




Eufrázio

mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Morderam o Leão

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, o secretário da Receita Federal, a procuradora-geral da Fazenda e o presidente da Casa da Moeda do Brasil correm o risco de inabilitação e multa a serem aplicadas pelo TCU caso insistam em não religar, imediatamente, o Sicobe. Este é um sistema de controle de produção de bebidas usado no passado para definir os valores de impostos a serem pagos pelos fabricantes. Nesta quarta (19), o ministro Jhonatan de Jesus deu o ultimato. Sua posição foi chancelada pelo plenário, que, em agosto do ano passado, já tinha determinado a retomada do sistema.

É A LEI O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, já afirmou que esse sistema deverá ser substituído por outro, mas, para a corte de contas, o argumento é irrelevante no processo. Isso porque o sistema foi criado por uma lei e, portanto, não poderia ser desligado por ato administrativo —como ocorreu.

TOTALMENTE... O agregador de academias Wellhub (ex-Gympass) perdeu a disputa travada com a TotalPass, do empresário Edgar Corona, dono da SmartFit. Como antecipou o Painel S.A., o Cade aprovou, por maioria, um despacho do presidente do órgão de defesa da concorrência que cancelou a multa de R$ 3 milhões aplicada à Wellhub por descumprimento de um acordo assinado em setembro de 2022. A medida impôs ainda o cancelamento de todos os contratos de exclusividade firmados desde então.

...MALHADA A partir de agora, o processo sancionador antes congelado devido ao acordo volta a tramitar e deverá ser julgado pelo plenário. Isso só não ocorrerá caso um novo acordo seja firmado com a Superintendência-Geral do Cade.

COLCHÃO... Potencial candidato à disputa presidencial em 2026, o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) lançará nesta semana o Fundo de Estabilização Econômica de Goiás (FEG). É uma iniciativa inédita para evitar desestabilização financeira em caso de crise econômica. O objetivo é prevenir cortes em despesas que dependem do orçamento público.

...ANTICRISE O fundo será abastecido com recursos provenientes de superávits em períodos de crescimento econômico. Os recursos acumulados poderão ser retirados em situações emergenciais para custear a máquina pública, mas também servirá para investimentos em infraestrutura. Neste caso, será fixado um valor mínimo de segurança —um percentual do PIB estadual— que ainda será definido.

SEM LUZ, NÃO!
A Bombril pediu que a Justiça impeça distribuidoras de cortar a energia nas fábricas pelo não pagamento de contas. A empresa do "Mil e uma utilidades" entrou em recuperação e disse ter sofrido ameaças de interrupção de fornecimento pela Cemig. Pela legislação, essa dívida será paga após aprovação do plano de recuperação pelos credores.

PARAFUSOS... Acionistas da Tupy acertaram-se e confirmarão Rafael Lucchesi como presidente da metalúrgica nesta segunda (24). Pessoas que acompanham as negociações afirmam que, inicialmente, os minoritários cogitavam um executivo com outro perfil, mas houve acordo em torno de Lucchesi, que hoje preside o conselho de administração do BNDES. O atual CEO, Fernando Rizzo, permanecerá como consultor durante o período de transição e ficará no cargo até o fim do mandato, em 30 de abril.

...APERTADOS Representante dos acionistas minoritários, Jaime Kalsing assumirá a presidência do conselho de administração da empresa. Via BNDESPar, o BNDES é o maior acionista da Tupy, com 28,2% de participação. O segundo maior sócio (24,8%) é a Previ, o bilionário fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil.

Meu Deus com Stéfanie Rigamonti

BC eleva Selic a 14,25%, maior nível desde a crise de Dilma, e indica ritmo menor de alta em maio

Continuação da pág. A13

Sobre a questão fiscal, o colegiado do BC repetiu o texto usado no comunicado de janeiro, dizendo que segue acompanhando "com atenção" os impactos sobre a política monetária. "A percepção dos agentes econômicos sobre o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida segue impactando, de forma relevante, os preços de ativos e as expectativas dos agentes."

Em paralelo, o cenário é de incerteza no ambiente internacional, com a guerra comercial imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Há dúvidas sobre o efeito das tarifas anunciadas pelo republicano sobre a inflação e a reação do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA), que nesta quarta manteve os juros inalterados no intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano.

Para o Copom, o ambiente permanece "desafiador". No comunicado, enfatizou a incerteza acarretada pela política comercial dos EUA, sem citar Trump nominalmente. "O comitê avalia que o cenário externo segue exigindo cautela por parte de países emergentes."

A cotação do dólar usada pelo BC em suas projeções foi de R$ 5,80, o que representa redução significativa em relação ao encontro de janeiro, quando a moeda norte-americana estava em R$ 6.

Em relação ao cenário doméstico, o colegiado mencionou que surgiram sinais de "uma incipiente moderação no crescimento" da atividade econômica, mas deu ênfase ao dinamismo do conjunto de indicadores da economia e do mercado de trabalho.

O comportamento da atividade tem sido motivo de cautela. O PIB fechou 2024 com alta de 3,4% no acumulado do ano, mas perdeu ritmo no quarto trimestre.

O comitê não fez alterações no balanço de riscos e continuou vendo mais chance de o IPCA ficar acima do projetado do que abaixo, ou seja, assimétrico para cima.

Entre os fatores que elevariam os preços, citou novamente o risco de as expectativas de inflação seguirem distantes da meta por período mais prolongado, maior resiliência na inflação de serviços e uma conjunção de políticas econômicas externa e interna, como o câmbio mais depreciado de forma persistente.

Entre os elementos que puxariam os preços para baixo, mencionou mais uma vez a possibilidade de desaceleração da economia doméstica mais acentuada e a chance de um cenário menos inflacionário para economias emergentes em razão de choques sobre o comércio internacional e sobre as condições financeiras globais.

Devido aos efeitos defasados da política monetária sobre a economia, o BC trabalha agora com a inflação do 3º trimestre de 2026 na mira, conforme o sistema de meta contínua. O comitê é hoje composto majoritariamente por representantes indicados por Lula, com sete dos nove membros.

O Copom volta a se reunir nos dias 6 e 7 de maio.

Analistas falam em aumento de 0,5 ponto na Selic em maio

Mesmo que elevação seja de 0,25 ponto percentual, juro atingirá nível mais alto ao menos desde julho de 2006, quando esteve em 14,75%

Gustavo Soares

SÃO PAULO A decisão unânime do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central de elevar a taxa Selic em um ponto, de 13,25% para 14,25% ao ano, era esperada e evidencia a preocupação da autarquia em controlar a inflação, dizem analistas.

No comunicado desta quarta-feira (19), o comitê sinalizou que os juros vão continuar subindo na próxima reunião, em maio, e que pretende fazer uma nova alta de menor intensidade.

Como justificativa, citou a continuidade do "cenário adverso" para a convergência da inflação, a elevada incerteza e as defasagens do efeito da política de juros sobre a economia.

Embora o Copom não tenha se comprometido com a intensidade do ajuste, investidores falam em uma alta de 0,50 ponto —desde janeiro, o boletim Focus do BC estima que a Selic atinja 15% neste ano.

Uma elevação, mesmo que menor, de 0,25 ponto percentual, na próxima reunião fará com que a Selic fique no nível mais alto ao menos desde julho de 2006, quando esteve em 14,75% ao ano.

"Tanto a decisão de aumentar a Selic em um ponto percentual quanto o conteúdo do comunicado não trouxeram nenhuma surpresa em relação às expectativas dos agentes, o que significa que, muito provavelmente, o mercado vai reagir positivamente", disse José Marcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos.

Para o economista, o colegiado indicou que a resiliência da atividade econômica do país exige que a política monetária se torne ainda mais contracionista.

"Ao afirmar que vai fazer um ajuste de menor magnitude na próxima reunião, que deve ser de 0,5 ponto percentual, o Banco Central não terá ainda condições de sinalizar um encerramento do ciclo. O comunicado atende a visão de que há um compromisso com o alcance da meta de inflação, e acho que isso não deve ser colocado em xeque nesse momento", disse André Muller, estrategista e economista-chefe da AZ Quest.

O Copom volta a se reunir nos dias 6 e 7 de maio.

Veja a rentabilidade da renda fixa com a nova Selic
Rentabilidade após 1 ano

Valor Investido: R$ 1.000	Valor líquido, em R$	Rentabilidade líquida real, em %
LCI/LCA/Debênture incentivada, a 96% CDI	1.141,89	8,51
CDB/RDB/LC, a 105% do CDI	1.128,03	7,2
CDB/RDB/LC, a 15,30%	1.126,23	7,03
CDB com liquidez diária, a 102% do CDI	1.124,37	6,85
Tesouro Selic 2028, a Selic + 0,0556%	1.121,07	6,54
CDB/RDB/LC, a IPCA + 8,35%	1.115,64	6,02
Poupança	1.077,70	2,41

Fonte: C6 Bank

Brasil cai para 4º lugar no ranking de juro real, apesar de decisão do Copom

O Brasil caiu da 1ª para a 4ª posição no ranking mundial de juros reais, abaixo de Turquia, Argentina e Rússia. Houve aumento das taxas nos dois primeiros países e manutenção do percentual do terceiro.

A taxa brasileira caiu de 9,18% ao ano para 8,79% ao ano. O número é uma combinação da inflação projetada para 12 meses —de 5,49% considerando dados do Focus, no caso do Brasil— e dos juros de mercado de 12 meses à frente —utilizando o contrato de DI. No Brasil, a mudança é explicada principalmente pela queda dos juros futuros. O ranking foi elaborado pelo Portal MoneYou e pela Lev Intelligence.

Fed mantém juros à espera de mais inflação e menos crescimento para os EUA

Presidente do banco central americano diz que 'boa parte' da revisão para a alta no custo de vida se deve a tarifas de Trump



O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell Kevin Dietsch/Getty Images/AFP

Helena Schuster

PELOTAS (RS) O Fed (Federal Reserve) decidiu nesta quarta (19) manter a taxa de juros dos EUA na faixa de 4,25% a 4,50%. Foi a segunda manutenção consecutiva da taxa pelo banco central americano, em meio a temores de uma recessão no país e sob influência das políticas voláteis dos primeiros meses do novo mandato de Donald Trump.

A decisão, unânime, do comitê de política monetária americano não surpreendeu. O foco voltou-se às projeções para a trajetória da economia dos EUA nos próximos meses, reunidas no chamado "dot plot". O documento mostrou que os oficiais diminuíram a expectativa de crescimento do PIB neste ano, aumentaram projeções para inflação e esperam taxa de desemprego mais alta no fim de 2025.

O presidente do Fed, Jerome Powell, reconheceu que "boa parte" da previsão mais alta de inflação se deu por causa das tarifas de Trump. Ele disse que há "muitas coisas que não sabemos" sobre o tamanho e o impacto das tarifas, mas que elas "tendem a reduzir o crescimento e aumentar a inflação" e que "o progresso da inflação pode ser por causa delas".

Os membros do Fomc agora esperam que o PIB cresça 1,7% este ano, frente a previsão de 2,1% de dezembro. E esperam que preços subam 2,7%, ante previsão anterior de 2,5% e veem taxa de desemprego de 4,4% no final de 2025, frente a previsão de 4,3% de dezembro.

A declaração oficial do Fomc não cita tarifas ou o presidente republicano, mas diz que "a incerteza em torno das perspectivas econômicas aumentou". Powell reforçou esse discurso, citando que a incerteza está "excepcionalmente elevada" e que a "economia está forte".

O Fed projeta mais um ou dois cortes de 0,25 ponto percentual na taxa neste ano — como em dezembro. Mas subiu de 1 para 4 o número de membros do comitê que esperam que nenhum corte ocorra.

O Fed reduziu os juros em um ponto percentual em 2024, e tem sido cauteloso desde então. A primeira reunião do ano, em janeiro, interrompeu sequência de três cortes de juros.

Uma desaceleração da inflação maior do que a esperada em fevereiro fortaleceu argumentos para retomar cortes. Antes da reunião desta semana, os investidores previam que o Fed aprovaria duas reduções de 0,25 ponto percentual em 2025.

Mas a situação é complexa. Para economistas ouvidos pelo Financial Times, a incerteza dificultou a tarefa do Fed em enviar mensagem sobre o rumo da economia. O banco diz ser "dependente de dados" e focou mais nos últimos números de inflação e crescimento, em vez de modelar o futuro. Economistas temem que isso deixe o Fed em desvantagem, pois pressões de preços induzidas por tarifas podem demorar a aparecer nas estatísticas.

"Todos odeiam a incerteza", diz David Wilcox, ex-membro do Fed, que antecipou que o banco não falaria da agenda de Trump. À imprensa Powell se recusou a falar das ações de Trump e Elon Musk.

Com Reuters e Financial Times



Dólar cai 0,44%, para R$ 5,648, menor nível em 5 meses

O dólar caiu 0,44% e encerrou a quarta-feira (19) cotado a R$ 5,648 —menor patamar desde 14 de outubro de 2024, quando terminou em R$ 5,582. A moeda acelerou queda após a decisão sobre os juros nos EUA. Na mínima do dia, chegou a R$ 5,632; na máxima, a R$ 5,693, ainda nos primeiros negócios da sessão. Já a Bolsa teve mais um pregão de ganhos firmes e subiu 0,78%, a 132.508 pontos.

Diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos



*Os juros do Fed são em faixas com intervalo de 0,25 ponto percentual entre a ponta máxima, representada no gráfico, e a ponta mínima

Fontes: BC e Fed

VAIO

Windows 11

É HORA DE UM UPGRADE COM VAIO PRO BK

A VAIO recomenda o Windows 11 Pro para empresas

Confira novas ferramentas projetadas para mais produtividade e criação com o Windows 11 Pro.

Leve e resistente
Peso de 1.34kg

Armazenamento
SSD NVMe de até 1 TB

Bateria
Até 10 horas

Armazenamento
SSD de até 1 TB

LOCAÇÃO À PRONTA ENTREGA
Entre em contato e conheça as ofertas:
0800 721 1577 | (41) 99149 5371
corporativo@br.vaio.com



VAIO® PRO BK
- Processadores Intel® Core™
- Windows 11 Pro
- Tela de 14" LED FHD IPS



Família de processadores Intel® Core™

© 2025 Positivo Tecnologia S.A. Todos os direitos reservados. Os computadores VAIO têm garantia balcão de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratual e 90 dias de garantia legal. Para acessar a internet, o cliente deve possuir uma linha telefônica fixa ativa e arcar com os custos de pulsos e/ou interurbanos ou contratar o serviço de banda larga de sua preferência, adquirindo os periféricos necessários para o uso do serviço. Microsoft® e Windows® são marcas registradas da Microsoft® Corporation nos EUA e em outros países. Intel, o logotipo Intel e Intel Core são marcas comerciais da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Imagens meramente ilustrativas. Março/2025.

POSITIVO TECNOLOGIA
A inovação que você vive.

Eufrázio

BC duro, sem perder a ternura

Copom não dá sinais de que está mais preocupado com PIB do que com inflação

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A praça financeira fazia pressão para que o Banco Central não amolecesse. Isto é, não desse sinal de que a campanha de elevação da Selic teria fim no horizonte visível. Os "falcões" (a favor da dureza nos juros) ameaçavam morder o BC "pombo" (mole com a inflação).

Nesta quarta (19), o BC foi duro sem perder a ternura, para recorrer de modo irônico ao clichê. Não houve indício de que está mais preocupado com o ritmo da economia do que com o controle da inflação. Mas disse que agora vai mais devagar com o andor.

Segundo o BC, a Selic aumenta mais uma vez na próxima reunião do Copom, em maio. Para junho, não há indicação. No entanto, depreende-se, pela descrição que o BC faz de riscos e outras avaliações de conjuntura, que esta campanha contra a inflação não tem data para acabar.

A ligeiríssima novidade do comunicado em que o BC divulga a decisão sobre a Selic é a menção a sinais "incipientes" de desaceleração (o ritmo da economia talvez comece a seguir o caminho projetado). Logo, é possível ir com mais calma, depois das três pauladas, três aumentos de um ponto percentual. Qual a "ternura"? O BC parece acreditar que é possível conduzir a política monetária em ritmo mais normal.

O que é "normal"? Sem modificações maiores no cenário, alta de 0,75 ponto percentual seria agressiva. Afora milagre na inflação, 0,25 ponto percentual seria encarado como moleza. Logo, 0,5 ponto parece chute razoável.

> **A ligeira novidade do comunicado do BC é a menção a sinais 'incipientes' de desaceleração (a economia talvez comece a seguir o rumo projetado). Logo, é possível ir com mais calma, após três pauladas**

Em maio, a Selic iria a 14,75%. Em junho, um chorinho de 0,25 ponto percentual levaria a taxa básica de juros para os 15% previstos para o final deste ano pelos povos do mercado.

A inflação vai para a meta ou não vai? Segundo o BC, nesse cenário, chega a 3,9% ao ano no terceiro trimestre de 2026. A meta é 3%. O BC endureceu, mas não perdeu a ternura, por assim dizer.

*

O dólar voltou a R$ 5,65. Dado o pico do pânico de dezembro, R$ 6,27, parece pouco. Dadas as expectativas médias da praça financeira, na casa dos R$ 5,90, é um refresco para a inflação, embora não resolva o problema, até porque marés cambiais viram rapidinho. No início de 2024, o dólar custava R$ 4,92.

Recentemente, vem se dizendo na praça que os "robôs", que induzem aplicações em tendências, de alta ou baixa, mudaram de direção. Hum.

Poderia bem ser que estivesse pingando dinheiro aqui (inclusive na Bolsa), saído dos EUA ou até de países que disputam recursos com o Brasil, como o México. Os hermanos mexicanos correm o risco de tomar um tombaço no PIB, por causa de Trump. Mas o pingo de dinheiro não aparece em números de fluxo.

Há chutes informados baseados em causa imediata e mais nebulosa —perspectiva de crescimento menor nos EUA, com inflação ainda relativamente comportada, apesar de Trump. Motivos mais "fundamentais" (termos de troca, diferença entre taxas de juros brasileiras e americanas) ou a redução de risco relativo do Brasil não mudaram lá grande coisa.

Em tese, haveria motivos "domésticos" da valorização do real neste ano, que foi bem maior do que a de moedas de países comparáveis. Mas onde estão esses motivos, fora o exagero do pânico de dezembro? Exagero, pois o problema fiscal permanece grave e assim pensam os donos do dinheiro.

Apesar de dólar mais em conta, as taxas de juros no atacadão do mercado de dinheiro continuam nos maiores níveis do século, nível de arrocho.

Petista assume comissão e cita isenção maior do IR com revisão de renúncia fiscal

Projeto do governo livra renda de até R$ 5.000 de imposto; para deputado, aumentar benefício sem compensação é demagogia

Fernanda Brigatti, Victoria Azevedo e Marianna Holanda



O deputado federal Rogério Correia (PT-MG), eleito presidente da Comissão de Finanças e Tributação Vinicius Loures/Divulgação Câmara

BRASÍLIA O deputado federal Rogério Correia (PT-MG), eleito nesta quarta (19) presidente da Comissão de Finanças e Tributação, não descarta discutir uma ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda —o governo propõe que seja de R$ 5.000— desde que esse debate esteja alinhado à revisão de renúncias fiscais ou à indicação de fontes de receitas.

Sem apontar como compensar o aumento da faixa de isenção, o debate é demagógico, afirma o parlamentar. "Se houver uma proposta séria que sugira o aumento, [ou então que] compatibilize com recursos."

A revisão de incentivos tributários para garantir a neutralidade fiscal do projeto do IR (sem aumento ou perda de arrecadação) foi levantada na terça pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e é vista como uma alternativa à taxação da alta renda, também proposta pelo governo, e que seria alvo de resistência no Parlamento.

Correia diz que a revisão de benefícios fiscais será central para a comissão em 2025. Com exceção da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional, o parlamentar diz que todos os outros benefícios terão de ser discutidos e as vantagens, comprovadas.

Essa revisão pode ter efeito para o projeto do IR, mas, segundo o petista, vai além dele. "Nossa intenção é melhorar [o projeto do IR] e a gente, quem sabe, pode até tirar um debate de renúncia fiscal e até ampliar essa faixa."

Apesar de mencionar mais de uma vez que o fim de benefícios tributários poderia abrir espaço para isenção maior no IR, Correia evocou fala de Lula ao dizer que mudanças no projeto serão bem-vindas se melhorarem o texto.

A elevação da faixa de isenção, segundo ele, precisa ser vista com a Fazenda. Fernando Haddad, titular da pasta, será o primeiro convidado do Executivo a participar de uma reunião da Comissão de Finanças e Tributação. Na quarta, Correia já tentava marcar um encontro.

A expectativa de Correia, que é também vice-líder do governo, é a de que o projeto do IR tenha um rito convencional de tramitação, começando pela Comissão de Finanças e Tributação. Uma vez aprovado lá, iria para a Comissão de Constituição e Justiça.

A decisão, porém, cabe à presidência da Casa, que também pode definir que o texto passe por mais alguma comissão. A tendência, avaliam parlamentares, é de que o projeto não passe por muitos colegiados.

Um líder diz, sob reserva, que se o texto tramitar por mais de uma comissão, pontos importantes poderão ser desidratados.

Hugo Motta disse a jornalistas nesta terça que o Congresso vai "lapidar" o texto, sem dar detalhes de como será alterado.

Ele disse ainda que definirá a relatoria e a tramitação da proposta do IR depois que voltar da viagem ao Japão, na qual acompanhará o presidente Lula (PT).

"Uma matéria complexa como ela é, trazendo amplitude que tem com avanços no que diz respeito a isenções para quem mais precisa, é impossível que passe pela Câmara e pelo Senado sem alteração. O trabalho tem que ser para que essas alterações sejam para melhorar o texto, para poder, de certa forma, lapidar o que foi ideia do governo", afirmou.

Reservadamente, lideranças do Congresso admitem a possibilidade aventada por Correia de ampliar a faixa do projeto, sobretudo pela proximidade do ano eleitoral.

Até mesmo petistas avaliam que é preciso buscar um nome com bom trânsito pelas bancadas partidárias para ser relator da proposta. O PP trabalha para indicar Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que relatou a PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma tributária na Câmara.

Hugo Motta avisou aos parlamentares que sob seu comando os projetos não seriam mais analisados com urgência, quando as comissões são dispensadas e o texto vai direto para o plenário, dispositivo bastante utilizado no ano passado.

Leia mais sobre Imposto de Renda nas págs. A17, A18 e A19

Projeto preserva aplicações isentas para manter estímulos, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse nesta quarta (19) que as aplicações financeiras isentas do IR ficaram de fora da compensação do projeto que amplia o limite de isenção para salários até R$ 5.000 para preservar "estímulos econômicos que são importantes".

"Como nós nos comprometemos com projeto neutro do ponto de vista fiscal, entendemos que o modelo enviado favorece o equilíbrio fiscal sem comprometer estímulos econômicos que são importantes", afirmou. Os investimentos isentos incluem a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e a LCI (Letra de Crédito Imobiliário).

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo, Michael Viriato TER. Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon QUA. Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman QUI. Cida Bento / Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire SAB. Marcos Mendes / Rodrigo Zeidan, Laura Müller Machado

Tire suas dúvidas sobre a proposta para o IR

Projeto prevê isenção para quem ganha até R$ 5.000 e taxa efetiva de até 10% para renda superior a R$ 50 mil

QUEM TERÁ DIREITO À ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA EM 2026?

- Terá direito à isenção total do Imposto de Renda quem **recebe até R$ 5.000** por mês. Isso ocorrerá a partir de **janeiro de 2026**, caso o Congresso aprove o projeto do governo do jeito foi enviado
- Para isso, a faixa inicial da tabela do IR terá reajuste até um valor limite, mais um desconto-padrão de R$ 312,89, para chegar aos R$ 5.000
- Cálculos apresentados pelo Ministério da Fazenda mostram que a economia será de R$ 4.356,89 no ano para trabalhadores nessa renda
- Quem ganha valores entre **R$ 5.000 e R$ 7.000** também será beneficiado com uma **cobrança progressiva**
- Para salários de **R$ 5.500**, a economia anual será de R$ 3.367,68
- Quem recebe **R$ 6.000** terá economia anual de R$ 2.350,79
- Quem ganha **R$ 6.500** terá economia de R$ 1.333,90 por ano

COMO FICARÁ O DESCONTO DO IR PARA QUEM GANHA MAIS DE R$ 7.000?

- Quem recebe **acima de R$ 7.000** continuará pagando IR com base nas **alíquotas progressivas** da tabela do imposto, de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%. Segundo a Fazenda, permanece conforme é hoje em dia, sem aumento
- Mas esses contribuintes **pagarão um pouco menos** de imposto, pois a **tabela atual** do IR terá **reajuste** ainda em 2025, com a ampliação da faixa de isenção

COMO O GOVERNO VAI COMPENSAR A PERDA DE ARRECADAÇÃO?

- A proposta é aplicar um **imposto mínimo** de **até 10%** para aqueles que recebem mais de **R$ 50 mil** por mês ou **R$ 600 mil** por ano
- O cálculo de salários, honorários, aluguéis ou outras rendas já tributadas na fonte não mudará para definir esse imposto mínimo. Essa mudança vai impactar 141,4 mil pessoas

COMO SERÁ COBRADO O IMPOSTO DE QUEM GANHA MAIS DE R$ 600 MIL POR ANO?

- Será somada **toda a renda recebida no ano**, incluindo salário, aluguéis, dividendos e outros rendimentos para fazer a cobrança. Não entram nesta lista valores recebidos de herança e venda de bens
- Se, no ano, a soma for menor que R$ 600 mil, não haverá cobrança adicional do IR. Se ultrapassar esse valor, aplica-se uma alíquota que cresce gradualmente até 10%, atingindo quem ganha **R$ 1,2 milhão** ou mais

R$ 27 bi
é a estimativa do governo de perda de arrecadação com a isenção do IR para os contribuintes que ganham acima de R$ 5.000 ao mês

10 milhões
de brasileiros ficarão isentos de pagar IR se o projeto de lei for aprovado no Congresso como foi enviado

141,4 mil
que recebem mais de R$ 50 mil por mês ou R$ 600 mil por ano terão de pagar um imposto mínimo de até 10%

- O cálculo final será feito pelo programa do IR, na apresentação da declaração. Com isso, o impacto será sentido apenas na prestação de contas do IR de 2027, que terá como base o ano de 2026
- Na conta para saber o valor do imposto devido, alguns rendimentos são excluídos, como ganhos com poupança, títulos, indenizações, aposentadorias e pensão por doenças graves, e outros rendimentos mobiliários isentos

COMO SERÁ A ALÍQUOTA EFETIVA PARA ALTA RENDA?

- Para quem ganha **R$ 600 mil** por ano (R$ 50 mil/mês): **nada muda**; o contribuinte não será afetado e continuará pagando imposto normalmente, sem alteração
- Quem ganha **R$ 750 mil** por ano (R$ 62,5 mil/mês) terá de pagar pelo menos **2,5%** de imposto sobre esse valor, o que significa um imposto mínimo de **R$ 18,75 mil** ao ano
- Quem ganha **R$ 1,2 milhão** por ano (R$ 100 mil/mês) ou mais pagará pelo menos **10%** sobre sua renda total. Isso significa imposto mínimo de **R$ 120 mil** ao ano

Entenda a reforma do Imposto de Renda

Veja exemplos de como vai funcionar a cobrança

Renda mensal	Imposto sem o desconto	Desconto*	Imposto final a pagar
R$ 5.000	R$ 312,89	100%	zero
R$ 5.500	R$ 436,79	75%	R$ 202,13
R$ 6.000	R$ 574,29	50%	R$ 417,85
R$ 6.500	R$ 711,79	25%	R$ 633,57
R$ 7.000	R$ 849,29	0%	R$ 849,29

Veja alguns exemplos de como fica a tributação de salários até R$ 7.000

Salários até R$ 5.000 ficam isentos

Salário mensal	Imposto mensal hoje	Imposto mensal em 2026	Diferença no ano
R$ 3.650,66	R$ 81,44	zero	R$ 1.058,71
R$ 4.867,77	R$ 305,40	zero	R$ 3.970,18
R$ 5.450,00	R$ 447,43	R$ 180,56	R$ 3.202,50
R$ 6.260	R$ 670,18	R$ 530,03	R$ 1.822,01

*Percentual que será calculado sobre os R$ 312,89, de acordo com a faixa salarial
Fonte: Receita Federal

POSITIVO

Windows 11
A Positivo recomenda o Windows 11 Pro para empresas

Linha Positivo Master com NPU
O Poder do AI PC para sua produtividade

IA
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Desempenho otimizado e AI para o que você precisar, onde você estiver.

intel CORE ULTRA 7

Positivo Master N8450
- Processadores Intel® Core™ Ultra 7 vPro
- Windows 11 Pro
- Tela de 14" LED FHD IPS

Saiba mais:

Também disponível na versão com processador Intel® Core™ Ultra 5

© 2025 Positivo Tecnologia S.A. Todos os direitos reservados. Os computadores Positivo têm garantia balcão de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratual e 90 dias de garantia legal. Para acessar a internet, o cliente deve possuir uma linha telefônica fixa ativa e arcar com os custos de pulsos e/ou interurbanos ou contratar o serviço de banda larga de sua preferência, adquirindo os periféricos necessários para o uso do serviço. Microsoft® e Windows® são marcas registradas da Microsoft® Corporation nos EUA e em outros países. Intel, o logotipo Intel e Intel Core são marcas comerciais da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Imagens meramente ilustrativas. Março/2025.

POSITIVO TECNOLOGIA
A inovação que você vive.

Estamos diante de novo regime inflacionário?

Bancos centrais terão disposição para perseguir metas, dado o risco de recessão?

Solange Srour

Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management

Cinco anos após a pandemia, é inegável que os bancos centrais foram bem-sucedidos em reduzir o forte avanço da inflação sem gerar um aumento significativo do desemprego na maior parte das economias. No entanto, em muitas delas, a inflação continua persistentemente elevada e, mesmo diante de um período prolongado de juros reais altos, não há sinais de que retornará às metas. Da mesma forma, as expectativas inflacionárias seguem acima dos níveis históricos, mesmo para horizontes mais longos.

Certamente, as políticas da administração Trump, especialmente em relação às tarifas, podem estar distorcendo as expectativas de inflação nos Estados Unidos. Contudo, independentemente do grau de agressividade dessas medidas, o conjunto mais amplo de ações do novo governo e seus impactos sobre o resto do mundo tendem a intensificar fatores estruturais que já dificultavam um retorno à inflação baixa e estável da última década.

Um dos fatores mais relevantes para esse novo regime inflacionário é a mudança no equilíbrio global entre oferta e demanda. Durante décadas, a globalização ajudou a conter a inflação ao permitir que países desenvolvidos importassem bens baratos de economias emergentes. Agora, o aumento do protecionismo e dos riscos geopolíticos acelera a reconfiguração das cadeias produtivas, pressionando os custos.

Outro fator inflacionário é o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos, que reduz a força de trabalho disponível e pressiona os salários. A prometida redução da imigração nos EUA, que já reverbera no ambiente político europeu, agrava o problema, ao mesmo tempo que a China enfrenta uma crise demográfica, com três anos seguidos de declínio populacional.

> **Durante décadas, a globalização ajudou a conter a inflação. Agora, o aumento do protecionismo e dos riscos geopolíticos acelera a reconfiguração das cadeias produtivas, pressionando os custos**

Simultaneamente, a transição para uma economia de baixo carbono, embora essencial, gera custos elevados a curto prazo. Eventos climáticos extremos têm causado choques de oferta, elevando os preços de commodities agrícolas e energéticas. Mesmo que Trump tente frear essa agenda nos EUA, trata-se de um processo inexorável, impulsionado por pressões regulatórias e compromissos internacionais.

Outro fator fundamental que sustenta uma inflação mais alta é a persistência das políticas fiscais expansionistas no pós-pandemia. Agora, um dos maiores efeitos colaterais da nova dinâmica geopolítica impulsionada por Trump deve ser o aumento dos gastos com defesa, além da crescente necessidade de investimentos em saúde, previdência e transição energética. Uma mudança histórica veio da Alemanha: abandonou o tradicional conservadorismo fiscal, revisando o limite constitucional de endividamento.

Não menos relevante foi o papel dos próprios bancos centrais na construção desse novo cenário. Mesmo diante de uma rápida recuperação da atividade econômica, muitos decidiram manter juros extremamente baixos por um período prolongado, sob o diagnóstico de que a inflação elevada seria temporária e decorrente de choques de oferta.

Diante desse contexto, surge uma questão central: os bancos centrais realmente terão disposição para perseguir suas metas de inflação, já que o custo dessa estratégia pode ser a instabilidade financeira e o risco de recessão? Ou aceitarão que as metas, estabelecidas em um ambiente global diferente, talvez sejam baixas demais? A resposta a essas perguntas determinará, além da trajetória inflacionária global, a possibilidade — ou não — de um retorno à estabilidade da última década.

Declaração online do IR 2025 ainda não está disponível para contribuintes

IR 2025

Júlia Galvão

SÃO PAULO Contribuintes que querem fazer a declaração do IR (Imposto de Renda) 2025 online terão de esperar até o dia 1º de abril, data em que a Receita Federal vai liberar o modelo e os dados completos da pré-preenchida.

O prazo para a entrega das declarações teve início na segunda-feira (17), mas por enquanto só é possível prestar contas se instalar o PGD (Programa Gerador da Declaração) diretamente no computador, fazendo download pelo site da Receita.

Nele, é possível começar a declaração totalmente em branco; importando dados da declaração do ano passado (se estiver usando o mesmo computador ou tiver um backup); ou optando pela pré-preenchida, que ainda não está com todos os dados abastecidos.

As opções da declaração online, pelo aplicativo do Meu Imposto de Renda ou pelo e-CAC, só estarão disponíveis em 1º de abril, diz a Receita. Nas redes sociais, há queixas de contribuintes que não estão localizando a opção.

A Receita recebeu 1.795.258 declarações até as 17h desta quarta-feira (19). O ritmo de entrega está sendo mais lento do que no ano passado, quando o primeiro dia do prazo já teve mais de 1,5 milhão de declarações. Porém, em 2024, a declaração pré-preenchida já continha todos os dados recebidos de vários órgãos, o que facilita a vida do contribuinte que só precisa checar os dados que constam no programa.

A declaração pré-preenchida foi liberada pela Receita na segunda, primeiro dia de entregas, mas só estará com todos os dados abastecidos em 1º de abril. Para ter direito a essa funcionalidade, é preciso fazer o acesso com a senha de acesso do portal Gov.br e ter certificado prata ou ouro.

Na pré-preenchida aparecem informações e valores sobre rendimentos recebidos (como salários), pagamentos feitos (como as despesas médicas). Já os saldos de bancos e investimentos não estarão todos lá, segundo o órgão. A greve dos auditores fiscais é um dos motivos para o atraso.

Em nota à enviada Folha, a Receita diz que não existe só um único fator que justifique o atraso da liberação das declarações pelo Meu Imposto de Renda.

"Assim como todos demais órgãos de governo, tivemos dificuldades orçamentárias e de recursos humanos. A solução Meu Imposto de Renda foi reescrita em uma nova plataforma, o que aumentou os tempos de entrega."

F LEIA MAIS SOBRE O IR DE 2025
folha.com/impostoderenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL
CNPJ nº 46.612.032/0001-49
AVISO DE REDESIGNAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025
PROCESSO Nº 029/2025 - D.A. – D.C.L.
OBJETO: Aquisição de água mineral sem gás acondicionado em galões retornáveis de 20 litros cada para a Secretaria de Infraestrutura e Serviços de Mirassol/SP.
TIPO: "MENOR PREÇO"
Apresentação das Propostas: Até 02/04/2025 às 09:00 horas (horário de Brasília)
Abertura da "Proposta" Sessão Pública: Dia 02/04/2025 às 09:00 horas.
Início da disputa de preço: Dia 02/04/2025 a partir das 09:05 horas (horário de Brasília)
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br, www.mirassol.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2200, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo. Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.
Mirassol/SP, 18 de março de 2025.
Antonio Carlos Doimo
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo
fundada em 1594
Matriculada na Secretaria de Promoção Social de São Paulo sob nº 1581
DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI ESTADUAL
VENIDA RANGEL PESTANA, 230 - IGREJA DO CARMO - SÃO PAULO / SP
CONVOCAÇÃO
A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, com sede à Av. Rangel Pestana, 230, Sé, São Paulo – SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF 50.708.817/0001-97, neste ato, representado por seu Assistente Espiritual Frei Marcelo Amaral de Aquino, convoca todos os Irmãos e Irmãs Professo, em pleno gozo de seus direitos, para se reunir em Assembleia Geral, na sede do Sodalício no dia 30 de março de 2025, às 10:30min, em primeira convocação e às 10:45min, em segunda convocação, para eleição da Mesa Administrativa, triênio 2025-2028.
São Pulo, 19 de março de 2025.
Em Jesus e Maria.
Frei Marcelo Amaral de Aquino
Assistente Espiritual

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo
fundada em 1594
Matriculada na Secretaria de Promoção Social de São Paulo sob nº 1581
DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI ESTADUAL
VENIDA RANGEL PESTANA, 230 - IGREJA DO CARMO - SÃO PAULO / SP
INDICAÇÃO
A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, com sede à Av. Rangel Pestana, 230, Sé, São Paulo – SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF 50.708.817/0001-97, neste ato, representada por sua Mesa Administrativa, faz saber, que os irmãos(as) Professos abaixo indicado, realizaram a inscrição para os cargos na Mesa Administrativa, triênio 2025-2028.
PRIOR: Ir. Altino José Paulo
PROCURADOR GERAL: Ir. Vilma Souza Sá Teles
TESOUREIRO: Ir. Ronaldo Adriano dos Santos
MESTRE DE NOVIÇOS: Ir. Ana Luiza José
SECRETÁRIA: Ir. Mônica Ferreira Dias
Mesa Administrativa da VOTC.

Edital de Convocação
A Diretoria do **SINDEELOCADESP – Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo**, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 29.032.846/0001-19, com sede à Rua Capitão Salomão, 27, 3º andar, conj. 304, Centro, São Paulo/SP, CEP 01034-020, convoca todos os Profissionais dos Empregados e trabalhadores em empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo, planos e não planos, associados ou não do Sindicato, lotados na base territorial do Estado de São Paulo-SP, para uma Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 02 (dias) chamadas no dia 24/03/2025 às 09:00 horas em primeira convocação no Sindicato, situado no Largo do Paissandu, nº 51, Bairro Centro em São Paulo-SP e no mesmo dia, no período da tarde a Assembleia será realizada nas empresas de Locadora de Veículos Automotores diretamente com os trabalhadores, para tratar dos seguintes assuntos: **1)** Leitura do presente Edital de Convocação; **2)** Leitura, debate e aprovação da pauta de reivindicações; **3)** Debate e deliberação sobre reivindicações salariais e condições de trabalho dos trabalhadores em Locadora de Veículos Automotores, cuja pauta, após aprovada, será remetida a cada empresa, com vistas a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho e também será remetida aos sindicatos patronais com vistas a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho, para vigorarem de 01 de maio de 2025 a 30 de abril de 2026; **4)** Autorização a Diretoria do Sindicato para firmar Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e, na inviabilidade, poderes para ajuizar Dissídio Coletivo; **5)** Autorização para descontos das contribuições em conformidade com o Art. 08º da Convenção nº 95 da OIT; **6)** Autorizar liberação de ajuda de custo para Diretores Liberados para prestarem serviços ao Sindicato de acordo com as normas do Estatuto da Entidade; **7)** Autorização para implantação e indicação de plano e saúde, odontológico, seguros e demais benefícios em favor da categoria; **8)** Autorizar aumento da Contribuição Negocial e Assistencial. Se não houver número legal de presentes para que a Assembleia se realize em primeira convocação, a mesma será realizada 01 (uma) hora após, no mesmo local e data, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, aplicando-se o dispositivo no Art. 859 da CLT. O encerramento da presente Assembleia só ocorrerá após o término das negociações com o conhecimento dos interessados. Por esta razão a mesma poderá ser convocada tantas vezes quantas se fizerem necessárias, independentemente de novo Edital de Convocação. São Paulo, 20/03/2025. ***Dirceleone Batista Ferreira*** – *Presidente*

FRAZÃO Leilões — **3ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP** — itaú
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, leiloeira oficial, JUCESP nº 836, com escritório à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04 [...] **VITOR BERNARDO DE ABREU MADEIRA** [...] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line** [...] [illegible]

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú
Ana Claudia Carolina Campos Frazão [...] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [...] [illegible]

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú
Ana Claudia Carolina Campos Frazão [...] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [...] [illegible]

IR sobre estrangeiros dará reforço extra de R$ 8,9 bilhões à gestão Lula em ano eleitoral

Incremento no caixa via taxação de dividendos alimenta resistências do Congresso; estados e municípios também reclamam de mudanças

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A retenção na fonte de 10% sobre os dividendos enviados ao exterior vai reforçar em R$ 8,9 bilhões o caixa do governo Lula (PT) em 2026, ano de eleições.

O valor representa quase toda a diferença entre a renúncia do governo com a isenção de IR (Imposto de Renda) até R$ 5.000 e o que a Receita Federal prevê arrecadar com as medidas de compensação, que incluem o imposto mínimo para a alta renda e a cobrança sobre os dividendos no momento da distribuição.

Enquanto a renúncia é estimada em R$ 25,84 bilhões para 2026, o ganho total de receitas com as novas medidas foi calculado em R$ 34,12 bilhões, já incluindo a taxação dos estrangeiros.



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan Gabriela Biló - 6.ago.24/Folhapress

O governo propôs a retenção na fonte de alíquota sobre dividendos pagos por empresas a pessoas físicas quando esse valor superar R$ 50 mil por mês. A taxação vai alcançar também os investidores estrangeiros que recebem dividendos de empresas brasileiras. Para eles, não haverá valor mínimo para a retenção do imposto na fonte, que será feita mesmo quando a distribuição dos valores for feita a outras pessoas jurídicas.

O reforço no caixa do governo em ano de eleição presidencial, porém, pode dificultar a aprovação da medida no Congresso.

O governo, por sua vez, tem batido na tecla de que os valores não representarão alta da carga tributária do país e que o objetivo do Executivo com este projeto não é resolver questões fiscais.

"Não estamos buscando superávit primário com essa medida", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, na terça (18).

As estimativas de arrecadação, porém, são conservadoras, segundo a própria Receita. Isso significa que o retorno à União pode ser ainda maior.

Segundo o governo, parte da arrecadação extra será devolvida aos contribuintes a partir de 2027, quando for feita a declaração de ajuste. Isso vai ocorrer, por exemplo, nos casos em que a alíquota efetiva já supere os 10% do imposto mínimo.

Estrangeiros também poderão reivindicar um crédito quando a soma da taxação dos dividendos na fonte e dos tributos pagos pela empresa sobre seu lucro superarem a alíquota nominal de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), que é de 34% na maioria dos casos.

Estados e municípios também temem perder recursos com a desoneração da isenção do IR para quem ganha até R$ 5.000.

O IR é um tributo cobrado pelo governo federal, mas parte da arrecadação (49%) é compartilhada com os entes.

Embora o projeto preveja a compensação da renúncia com a criação do imposto mínimo, governadores e prefeitos perderão parte das receitas com o IR que incide sobre suas próprias folhas de pagamento. O imposto retido na fonte desses funcionários públicos pertence integralmente aos estados e municípios. Se uma parcela maior de servidores fica isenta, eles deixam de recolher esses valores —para os quais não haverá compensação. Uma das ideias aventadas por estados e municípios é criar um fundo de compensação.

UASG – HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 20/2025
Modalidade: Pregão eletrônico para registro de preços
Nº Processo: 144.00000616/2025-49
Objeto: Medicamentos
Total de itens Licitados: 43 (quarenta e três).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 20/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Reinaldo Machado, nº 255 - Bairro Fragata - Marília/SP; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 01/04/2025 às 09h00, no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 – UASG 926677
A Câmara Municipal de Campinas informa a abertura do Pregão nº 03/2025 - Eletrônico - Processo CMC-ADM-2024/00401 – **Objeto:** Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Recebimento das Propostas: a partir das 8h do dia 20/03/2025;
Início da Disputa de Preços: a partir das 10h00 do dia 04/04/2025;
Disponibilidade do Edital: 20/03/2025, no portal eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br/ (Nº da licitação no comprasnet: 90003/2025).**
Esclarecimentos adicionais através dos e-mails: **licitacoes@campinas.sp.leg.br / compras.camara.campinas@gmail.com.**
Campinas, 19 de março de 2025
Julio Cesar Favinha
Diretor de Materiais e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
AVISO DE ERRATA:
ONDE SE LÊ: NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA - ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 116/2025 - PE SMS nº 73/2025 - Processo: 1.168/2025 Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93116/2025 (SRP)** Sistema de Registro de Preço **AMPLA PARTICIPAÇÃO MODO DE DISPUTA ABERTO** por meio da INTERNET Tipo Menor Preço por item - Objeto: ***AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCÊS, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS***. Período para entrega das propostas: de 18/03/2025 08:00:00 até 31/03/2025 09:00:00. Data prevista para abertura da sessão pública: 31/03/2025 às 09h. **Pregoeiro: RAFAEL SABINO DE CARVALHO.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000116/2025 onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
LEIA-SE: NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA - ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 116/2025 - PE SMS nº 73/2025 - Processo: 1.168/2025 Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93116/2025 (SRP)** Sistema de Registro de Preço **AMPLA PARTICIPAÇÃO MODO DE DISPUTA ABERTO** por meio da INTERNET Tipo Menor Preço por item - Objeto: ***AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCÊS, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS***. Período para entrega das propostas: **de 20/03/2025 08:00:00 até 02/04/2025 09:00:00**. Data prevista para abertura da sessão pública: **02/04/2025 às 09h. Pregoeiro: RAFAEL SABINO DE CARVALHO.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000125/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 19/03/2025 compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscila Dionisio Zanotto Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

STJ incentiva fraudes no consignado?

Ao isentar que banco pague dano moral, tribunal estimula impunidade

Rômulo Saraiva
Advogado especialista em Previdência, é professor, autor do livro "Fraude nos Fundos de Pensão" e mestre em direito previdenciário

O que você faria se, no final do mês, na hora de pagar os boletos, sumariamente desaparecessem 30% ou 40% da sua renda? Essa é a triste rotina mensal de milhares de aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que estão vulneráveis à epidemia de vazamento de dados e de crimes de engenharia social cada vez mais sofisticados. Descobrem da pior forma possível que foram vítimas de empréstimos consignados ilegais, que contam com a leniência de bancos e de correspondentes bancários preocupados em alavancar os lucros.

O empréstimo fraudulento assim é chamado em razão de não atender vários requisitos de validade —como assinatura, dados pessoais, biometria e documentação— e sobretudo o consentimento do titular em se endividar.

Muitas instituições financeiras simplesmente relaxaram em não conferir se o mútuo é idôneo. Para elas, é melhor acreditar que todos estão certos e esperar a reclamação da minoria. Por sua vez, o INSS há tempo deixou de ser rígido e criterioso no lançamento de descontos diretamente na folha.

Hoje em dia, aumentou a facilidade de aparecer dívida ilícita no seu nome. No mais recente boletim da Secretaria Nacional do Consumidor de 2023, cresceram as reclamações sobre cobranças indevidas de crédito consignado em 172%, estando entre os problemas mais reportados.

Voto se contrapõe ao raciocínio de que o empréstimo fraudulento, ao reduzir a aposentadoria, por si só caracteriza o dano moral e dispensa maiores provas do atropelo que é ter a renda encolhida

Recentemente, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) surpreendeu ao dizer que as vítimas de descontos ilegais em suas aposentadorias não sofrem dano moral em ter o valor de sua aposentadoria reduzida por estelionatários.

Quem recebe aposentadoria do INSS sabe que é angustiante vê-la ser corroída pela inflação e achatada paulatinamente. Não bastasse isso, ainda estar passível de ter a renda reduzida por estelionatários. Reduzir o que já é reduzido.

No julgamento do REsp 2.161.428, a maioria dos ministros da 3ª Turma do STJ entendeu que essa fraude é apenas um "mero dissabor". Como o dano moral não foi regulamentado no Brasil, o termo é um parâmetro subjetivo-jurídico para classificar o nível de aborrecimento que cada um sofre. Se for um "mero dissabor", significa que não tem repercussão jurídica, nem muito menos a pessoa é digna de ganhar indenização financeira.

O ministro Antônio Carlos Ferreira deu o voto de desempate. Na opinião dele e dessa maioria, "a fraude bancária ensejadora da contratação de empréstimo, por si só, não é suficiente para configurar o dano moral, havendo necessidade de estar aliada a circunstâncias agravantes".

O voto de Ferreira se contrapõe ao raciocínio de que o empréstimo fraudulento, ao reduzir o valor da aposentadoria, por si só caracteriza o dano moral e dispensa maiores provas do atropelo que é ter a renda encolhida, lógica que é tendência nos tribunais.

A decisão é preocupante. Embora seja apenas uma turma do tribunal, cria solução jurídica que vai na contramão do bom senso. Pode estimular indiretamente que instituições financeiras, propositalmente complacentes em aceitar todo tipo de empréstimo, se encorajem nesse propósito, pois sabem que não vai pagar nada de dano moral. No máximo, terão de devolver algumas parcelas descontadas da aposentadoria.

É lamentável que uma redução ilegal e significativa da aposentadoria, apta a suprir alimentos e despesas essenciais, seja tratada como "mero dissabor".

Eufrázio

mercado

Congresso deve votar nesta quinta o Orçamento de 2025

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA O Orçamento de 2025 deve ser votado nesta quinta-feira (20) na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no plenário do Congresso.

Na véspera da votação, o relatório final do texto ainda não está pronto. O relator do Ploa (Projeto de Lei do Orçamento), senador Ângelo Coronel (PSD-BA), disse que a expectativa é que a consultoria de orçamento concluísse os ajustes entre 23h e meia-noite desta quarta.

Nos últimos dias, o governo, via Ministério do Planejamento, mandou ofícios pedindo o remanejamento de receitas e despesas no texto orçamentário, o que aumenta o volume de trabalho da consultoria que atende a CMO. Até o início da tarde, os parlamentares da comissão previam concluir a votação do orçamento na sexta (21), quando o texto iria ao plenário. Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) decidiu, porém, que a votação será nesta quinta, após a análise na comissão.

Para que a votação seja concluída, os líderes na CMO terão de aprovar, por acordo, a quebra de intervalos previstos no regimento. Para apresentar destaques, parlamentares terão três horas entre a leitura do relatório final e o início da votação na comissão.

A votação está atrasada. Deveria ser em 2024, mas ficou atrasada devido à crise das emendas parlamentares e o pacote de corte de gastos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025
PROC. LICITATÓRIO Nº 27/2025
EDITAL Nº 08/2025

OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços de médico clínico geral". **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 24/03/2025 às 09:00. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 08/04/2025 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08/04/2025 às 08:35 horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 08/04/2025 às 09:00 horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado". **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, nº 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon, Coronel Macedo – SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou ainda, através do e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br

Coronel Macedo, 18 de março de 2025
Diego Batista Garcia - Prefeito Municipal

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS SAUDE/DGA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO DGA SAÚDE Nº 90121/2025

Processo: 01P 43196/2024
Id contratação PNCP: 46068425000133-1-000512/2025
Objeto: Registro de Preços de Cateter de visualização direta das vias biliares,Pinça de biópsia colangioscópica, Basket colangioscópico e outros.

A Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP torna público a suspensão do Pregão Eletrônico DGA SAÚDE 90121/2025 para confecção do Adendo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 009/2025 – MEMORANDO 1337/2025 – REGISTRO DE PREÇOS visando o FUTURO E EVENTUAL fornecimento de refeições em MARMITEX no período de 12 (doze) meses para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista/SP conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nosso instrumento. Com possibilidade de realizar contrato seguindo normas e conforme a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, conforme Termo de ReferênciaAnexo I. Início da sessão será no dia 01 de abril de 2025, às 09h. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: pregao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista. 19 de março de 2.025 – Avanilde Aparecida Gonzaga Carêdo – Prefeita.

COTRALTI - COOPERATIVA DE TRANSPORTE E LOGISTICA DO ALTO TIETE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De acordo com a Lei 5.764/1971 o Presidente da **COTRALTI - Cooperativa de Transporte e Logistica do Alto Tiete**, localizada na Rua Coronel Souza Franco, 64, anexo 3, Vila Maluf na cidade de Suzano - SP, convoca os Senhores cooperados a se reunirem na Rua Coronel Souza Franco, 64, anexo 3, Vila Maluf – Suzano/SP em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 05 de abril de 2.025 às 09:00 (nove) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados em condições de votar, não havendo quorum a Assembléia se reúne 1 (uma) hora mais tarde com metade mais 1 (um) dos cooperados em segunda convocação, persistindo a falta de quorum a Assembléia reúne-se às 11:00 (onze) horas em terceira e última convocação, com o mínimo de 10 (dez) Cooperados, para deliberar validamente na seguinte ordem do dia: **1-** Leitura e votação do relatório da Diretoria, do Balanço Geral e das Demonstrações de sobras e perdas, prestação de contas e parecer do Conselho Fiscal do ano de 2024. **2** - Eleição de novos membros para o Conselho Fiscal. **3** - Deliberação orçamentária para o Exercício de 2025. **4** - Outros assuntos de interesse sociais. Nota: Para efeito de quorum o número de cooperados é de 125 (Cento e vinte e cinco). Suzano, 19 de março de 2.025. **Enio Fillinger - Presidente.**

COTRALTI LOG - COOPERATIVA DE TRANSPORTE E LOGISTICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De acordo com a Lei 5.764/1971 o Presidente da **COTRALTI LOG – Cooperativa de Transporte e Logistica**, localizada na Rua Coronel Souza Franco, 64, anexo 3, Vila Maluf – Suzano/SP convoca os Senhores cooperados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 05 de abril de 2.025 às 08:00 (oito) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados em condições de votar, não havendo quorum a Assembléia se reúne 1 (uma) hora mais tarde com metade mais 1 (um) dos cooperados em segunda convocação, persistindo a falta de quorum a Assembléia reúne-se às 10:00 (dez) horas em terceira e última convocação, com o mínimo de 10 (dez) Cooperados, para deliberar validamente na seguinte ordem do dia: **1** - Leitura e votação do relatório da Diretoria, do Balanço Geral e das Demonstrações de sobras e perdas, prestação de contas e parecer do Conselho Fiscal do exercício de 2024. **2** - Eleição de novos membros para o Conselho Fiscal. **4** - Deliberação orçamentária para o Exercício de 2025. **5** - Outros assuntos de interesse sociais. Nota: Para efeito de quorum o número de cooperados é de 125 (Cento e vinte e cinco). Suzano, 19 de março de 2.025. **Enio Fillinger - Presidente.**

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible] **JHONATHAN AUGUSTO DUARTE DE CAMPOS**, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e On-line**, [illegible] **no dia 09/04/2025, às 15h30min**, [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO**, [illegible] **R$ 548.086,03** [illegible] **Imóvel objeto da matrícula nº 203.773 do 07º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal** [illegible] **dia 23/04/2025, às 15h30min**, [illegible] **SEGUNDO LEILÃO**, [illegible] **R$ 288.062,99** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo

fundada em 1594

Matriculada na Secretaria de Promoção Social de São Paulo sob nº 1581

DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI ESTADUAL [illegible]
[illegible] RANGEL PESTANA, 230 - IGREJA DO CARMO - [illegible] - SÃO PAULO / SP - [illegible]

São Paulo, 18 de março de 2025.

EDITAL DE CANCELAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL

Caríssimo(a) irmão(ã), ficam os senhores informados do CANCELAMENTO da Assembleia Geral para eleição da Mesa Administrativa Triênio 2025-2028, que ocorreria no dia 23/03/2025, domingo, após a Missa das 9h, na sede da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Oportunamente, será convocada nova assembleia, mediante publicação de edital de convocação, observando-se os prazos e regulamentação aplicáveis.

Em Jesus e Maria.

Frei Marcelo de Aquino
Assistente Espiritual

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ

AVISO DE LICITAÇÃO **PL.Nº.3432.2025.CPL.HUOC.PE.0012.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de Materiais de Expediente, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$79.320,0634 (setenta e oito mil trezentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 31/03/2025 às 09:30h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 20/03/2025 às 8h até o dia 31/03/2025 às 08h00. **PL.Nº.3449.2025.CPL.HUOC.PE.0026.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de Equipamento Poligrafo, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$289.780,5100 (duzentos e oitenta e nove mil setecentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 31/03/2025 às 09:00h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 20/03/2025 às 8h até o dia 31/03/2025 às 08h30. **PL.Nº.3580.2025.CPL.HUOC.PE.0040.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de Imunoglobulina Humana Endovenosa 5G FA 100ML, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$1.209.561,9040 (um milhão, duzentos e nove mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa centavos) O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 01/04/2025 às 09:00h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 20/03/2025 às 8h até o dia 01/04/2025 às 08h30. **PL.Nº.3439.2025.CPL.HUOC.PE.0016.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de MVH PARA EXAMES DE ESPIROMETRIA, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$453.870,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil oitocentos e setenta reais). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 02/04/2025 às 09:30h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 20/03/2025 às 8h até o dia 02/04/2025 às 08h30. **PL.Nº.3455.2025.CPL.HUOC.PE.0027.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$230.940,5070 (duzentos e trinta mil novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 02/04/2025 às 09:30h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 20/03/2025 às 8h até o dia 02/04/2025 às 9h. **PL.Nº.3484.2025.CPL.HUOC.PE.0035.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de MATERIAL PARA VIDEO CIRURGIA, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$34.704,00 (trinta e quatro mil setecentos e quatro reais). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 01/04/2025 às 09:30h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 20/03/2025 às 8h até o dia 01/04/2025 às 9h. Nathalia Beserra, Agente de Contratação CPL/HUOC.

www.grupocpfl.com.br

cpfl sul geradora

Sul Geradora Participações S.A.

CNPJ nº 02.689.862/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Sul Geradora Participações S.A. (Sul Geradora), uma sociedade constituída com objetivo de participar no capital de outras companhias, submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	189	183
Outros tributos a compensar	4	2
Total do circulante	**193**	**185**
Total do ativo	**193**	**185**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Outras contas a pagar	1	1
Total do circulante	1	1
Patrimônio líquido		
Capital social	1.445	1.445
Prejuízos acumulados	(1.253)	(1.261)
Total do patrimônio líquido	**192**	**184**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**193**	**185**

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	2024	2023
Custo com operação	(1)	(1)
Outros custos com operação	(1)	(1)
Lucro operacional bruto	(1)	(1)
Despesas gerais e administrativas	(7)	(1)
Outras despesas gerais e administrativas	(7)	(1)
Resultado do serviço	(8)	(2)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	18	21
	18	**21**
Lucro antes dos tributos	10	19
Contribuição social	(1)	(1)
Imposto de renda	(1)	(2)
	(2)	(3)
Lucro líquido do exercício	8	15

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.445	(1.277)	168
Resultado abrangente total	–	15	15
Lucro do exercício	–	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.445	(1.261)	184
Resultado abrangente total	–	8	8
Lucro do exercício	–	8	8
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.445	(1.253)	193

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8	15
Resultado abrangente do exercício	8	15

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro antes dos tributos	10	19
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Tributos a compensar	(2)	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	8	19
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1)	(3)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	7	16
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7	15
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	183	168
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	189	183

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
1 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(8)	(2)
1.1 Serviços de terceiros	(7)	(1)
1.2 Outros	(0)	(1)
2 - Valor adicionado bruto	(8)	(2)
3 - Valor adicionado recebido em transferência	19	22
3.1 Receitas financeiras	19	22
4 - Valor adicionado líquido a distribuir (2+3)	11	20
5 - Distribuição do valor adicionado		
5.1 Impostos, taxas e contribuições	3	4
5.1.1 Federais	3	4
5.2 Remuneração de capital próprio	8	15
5.2.2 Lucros retidos	8	15
	11	20

1. Patrimônio Líquido - 1.1 - Destinação do lucro líquido do exercício:
A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido base para destinação	8
Absorção do prejuízo	8

A Diretoria

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor

Contabilidade

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP 321353/0-4

As notas explicativas da Companhia estão incluídas nas Demonstrações Financeiras de sua controladora CPFL Comercialização Brasil S.A.

www.grupocpfl.com.br



Companhia Jaguari de Energia

CNPJ nº 53.859.112/0001-69

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/
https://cpfl.riweb.com.br/
https://sistemas.cvm.gov.br
https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Senhores acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.
Em 2024, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 515 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.
As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,2% em relação ao exercício de 2023, com destaque para a classe residencial, que registrou um crescimento de 7,1%.

A CPFL Santa Cruz conquistou, em 2024, o Prêmio Abradee da Avaliação pelo Cliente, que é dado à empresa que obtém o melhor Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee. O resultado da empresa melhorou 6,6% em relação ao ano anterior, e chegou a 83,3 pontos, o melhor resultado do Brasil entre as distribuidoras com mais de 500 mil unidades consumidoras, sendo que a média nacional foi de 68,9 pontos.
Finalmente, a Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		43.125	70.311
Títulos e valores mobiliários		211.769	17.935
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	237.867	243.760
Imposto de renda e contribuição social a compensar		47.051	–
Outros tributos a compensar		24.581	21.290
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS		84.714	122.674
Derivativos		72.356	1.701
Ativo financeiro setorial	7	–	9.970
Estoques		4.416	4.083
Outros ativos		66.709	46.741
Total do circulante		**791.587**	**538.465**
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	15.329	12.993
Depósitos judiciais	13	17.563	18.750
Imposto de renda e contribuição social a compensar		7.386	–
Outros tributos a compensar		28.843	25.104
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS		–	24.632
Ativo financeiro setorial	7	–	2.870
Derivativos		20.212	3.438
Créditos fiscais diferidos		–	14.472
Ativo financeiro da concessão	8	249.335	183.111
Outros ativos		1.772	2.197
Ativo contratual	9	388.375	244.166
Intangível	10	1.175.503	1.079.632
Total do não circulante		**1.904.918**	**1.611.381**
Total do ativo		**2.696.505**	**2.149.846**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores		183.642	147.129
Empréstimos e financiamentos	11	500.567	88.521
Debêntures	12	5.123	95.980
Taxas regulamentares		1.399	5.665
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	25.508
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		18.222	37.822
Dividendo		29.592	12.920
Obrigações estimadas com pessoal		6.433	6.162
Passivo financeiro setorial	7	64.017	20.919
PIS/COFINS devolução consumidores		53.508	106.358
Outras contas a pagar		80.306	45.780
Total do circulante		**942.808**	**592.773**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	569.242	884.749
Debêntures	12	467.507	–
Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.071	7.229
Débitos fiscais diferidos		16.785	–
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13	33.000	32.704
Derivativos		7.141	62.912
Passivo financeiro setorial	7	11.857	3.470
PIS/COFINS devolução consumidores		15.261	41.986
Outras contas a pagar		8.039	9.402
Total do não circulante		**1.136.085**	**1.042.483**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		252.576	218.756
Reserva de capital		485	486
Reserva legal		11.873	5.117
Reserva de lucros a realizar		14.962	8.954
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		289.210	247.457
Outras destinações		48.507	33.820
Total do patrimônio líquido		**617.612**	**514.590**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.696.505**	**2.149.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	15	1.795.573	1.540.552
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	16	(855.912)	(769.078)
Custo com operação		(164.475)	(156.159)
Amortização		(73.511)	(66.690)
Outros custos com operação		(90.964)	(89.470)
Custo com serviço prestado a terceiros		(389.115)	(265.806)
Lucro operacional bruto		386.072	349.509
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(41.415)	(33.902)
Amortização		(210)	(194)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(10.896)	(6.019)
Outras despesas com vendas		(30.309)	(27.688)
Despesas gerais e administrativas		(63.252)	(69.424)
Amortização		(4.708)	(4.992)
Outras despesas gerais e administrativas		(58.544)	(64.432)
Outras despesas operacionais		(7.308)	(9.644)
Resultado do serviço		274.097	236.539
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		60.074	51.249
Despesas financeiras		(146.352)	(142.520)
		(86.277)	(91.271)
Lucro antes dos tributos		187.820	145.268
Contribuição social		(13.698)	(11.497)
Imposto de renda		(39.011)	(31.424)
		(52.709)	(42.921)
Lucro líquido do exercício		135.111	102.347
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R$		376,29	285,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	135.111	102.347
Resultado abrangente do exercício	135.111	102.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros: Outras destinações	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.413	501	34.083	233.016	4.230	–	–	442.243
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	102.347	102.347
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	48.343	–	(34.083)	(14.260)	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	5.117	–	–	–	(5.117)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	28.701	–	–	(28.701)	–
Proposta de aumento de capital	–	–	–	–	–	33.820	(33.820)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	4.724	–	(4.724)	–
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	–	(15)	–	–	–	–	15	–
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	–	–	–	–	–	–	(30.000)	(30.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218.756	486	5.117	247.457	8.954	33.820	–	514.590
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	135.111	135.111
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital - AGE de 25/04/2024	33.820	–	–	–	–	(33.820)	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	6.756	–	–	–	(6.756)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	41.753	–	–	(41.753)	–
Proposta de aumento de capital	–	–	–	–	–	48.507	(48.507)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	6.007	–	(6.007)	–
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	–	(1)	–	–	–	–	1	–
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 a 30/09/2024	–	–	–	–	–	–	(16.640)	(16.640)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(15.440)	(15.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	252.576	485	11.873	289.210	14.962	48.507	–	617.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
1 - Receita	2.576.259	2.246.724
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.198.413	1.987.341
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	388.742	265.403
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.896)	(6.019)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.451.164)	(1.235.780)
2.1 Custo com energia elétrica	(957.045)	(861.172)
2.2 Material	(228.188)	(186.288)
2.3 Serviços de terceiros	(229.670)	(148.199)
2.4 Outros	(36.261)	(40.120)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.125.095	1.010.945
4 - Retenções	(78.921)	(72.129)
4.1 Amortização	(78.921)	(72.129)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.046.174	938.815
6 - Valor adicionado recebido em transferência	62.728	52.787
6.1 Receitas financeiras	62.728	52.787
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.108.902	991.603

8 - Distribuição do valor adicionado	2024	2023
8.1 Pessoal e encargos	77.279	76.358
8.1.1 Remuneração direta	46.447	48.964
8.1.2 Benefícios	27.295	24.767
8.1.3 F.G.T.S.	3.537	2.627
8.2 Impostos, taxas e contribuições	745.840	666.478
8.2.1 Federais	434.899	425.472
8.2.2 Estaduais	310.670	240.708
8.2.3 Municipais	271	298
8.3 Remuneração de capital de terceiros	150.674	146.419
8.3.1 Juros	150.259	145.407
8.3.2 Aluguéis	415	1.012
8.4 Remuneração de capital próprio	135.111	102.347
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	16.649	30.000
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	15.440	–
8.4.3 Lucros retidos	103.022	72.347
	1.108.902	991.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos tributos	187.820	145.268
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	78.429	71.876
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.030	10.071
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.896	6.019
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	107.037	120.141
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.717	9.097
	398.929	362.472
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(7.307)	(64.160)
Tributos a compensar	9.808	59.274
Depósitos judiciais	2.299	7.067
Ativo financeiro setorial	6.722	(7.410)
Contas a receber - CDE	(14.448)	(5.911)
Outros ativos operacionais	5.529	10.178
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	36.513	21.761
Outros tributos e contribuições sociais	1.875	12.817
Taxas regulamentares	(4.266)	3.476
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(7.172)	(12.426)
Passivo financeiro setorial	(25.483)	(71.441)
Contas a pagar - CDE	(37)	37
Outros passivos operacionais	24.046	(9.657)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	427.010	306.077
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(55.385)	(50.124)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.852)	(37.947)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	300.773	218.006
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(775.944)	(61.375)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	585.804	44.176
Adições de ativo contratual	(384.625)	(270.682)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(574.765)	(287.881)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	507.719	313.613
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(202.841)	(170.509)
Liquidação de operações com derivativos	(45.152)	(39.705)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(12.920)	(38.432)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	246.806	64.967
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.186)	(4.908)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	70.311	75.219
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43.125	70.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia "CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13.820-000. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045. A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 515 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo. **1.1 Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R$ 151.221 (R$ 54.308 em 31 de dezembro de 2023), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa para quitar suas dívidas, bem como as projeções de fluxos de caixas, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido. **1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL:** O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação "Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas", e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente. **Iniciativas específicas:** A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia. **Gestão de crises:** O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes da gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação de ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais ("ocorrências"), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento. O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão

continua →

Eufrázio

→★ continuação

Companhia Jaguari de Energia - CNPJ 53.859.112/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos fatos podem atingir a Companhia e, por fim, os públicos de seu relacionamento. Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações da Companhia. Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros. A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL Energia, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência. Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações. Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações da Companhia voltem à normalidade de forma eficiente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de fevereiro de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 5 - Consumidores, concessionárias e permissionárias; • Nota 7 - Ativo e passivo financeiro setorial; • Débitos e créditos fiscais diferidos; • Nota 8 - Ativo financeiro da concessão; • Outros ativos; • Nota 10 - Intangível; • Nota 11 - Empréstimos e financiamentos; • Nota 12 - Debêntures; • Impostos, taxas e contribuições a recolher; • Nota 13 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e • Instrumentos financeiros - derivativos. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 15). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. **3.2 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.3 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.4 Ativo e passivo financeiro setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo para os instrumentos financeiros como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

		Vencidos		Total	
Circulante	**Saldos vincendos**	**até 90 dias**	**> 90 dias**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Classes de consumidores					
Residencial	42.740	37.826	5.215	85.781	81.990
Industrial	8.276	5.618	2.830	16.725	11.613
Comercial	10.921	6.153	1.281	18.355	17.729
Rural	8.720	4.239	1.056	14.015	11.440
Poder público	4.513	2.671	2.355	9.539	9.937
Iluminação pública	4.984	944	407	6.335	9.022
Serviço público	2.590	4.872	2.534	9.996	6.952
Faturado	**82.743**	**62.323**	**15.680**	**160.746**	**148.684**
Não faturado	74.274	–	–	74.274	92.672
Parcelamento de débito de consumidores	6.905	1.742	2.220	10.866	11.121
Operações realizadas na CCEE	3.347	–	–	3.347	494
Concessionárias e permissionárias	1.278	–	–	1.278	1.473
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(266)	–	–	(266)	(208)
	168.281	**64.065**	**17.899**	**250.245**	**254.147**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(12.377)	(10.387)
Total				**237.867**	**243.760**
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	5.145	–	–	5.145	3.808
Energia Livre	10.184	–	–	10.184	9.185
Total	**15.329**	–	–	**15.329**	**12.993**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"): A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2023	(10.387)	(654)	(11.041)
Provisão revertida (constituída) líquida	(17.589)	(32)	(17.621)
Recuperação de receita	6.725	–	6.725
Baixa de contas a receber provisionadas	8.874	–	8.874
Saldo em 31/12/2024	(12.377)	(686)	(13.063)

6. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE PIS E COFINS

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia - "CPFL Santa Cruz" obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Para a "CPFL Santa Cruz" os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial foi totalmente utilizado até o ano de 2023. Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R$ 203.418, sendo que em março de 2021 (R$ 20.241), março de 2022 (R$ 135.567), março de 2023 (R$ 48.449) e março de 2024 (R$ 839) de acréscimo, com isso, o saldo do passivo com consumidores finalizou, ou seja, todo o crédito de PIS e COFINS foi repassado aos consumidores nos reajustes tarifários em relação a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105. A CPFL Jaguari de Energia - "CPFL Santa Cruz" incorporou em dezembro de 2017 a empresa "Companhia de Força e Luz Santa Cruz", e consequentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia. Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal ("STF") que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo" e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R$ 129.574. Em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial da sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo de PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, em fevereiro de 2024 as compensações foram iniciadas. Com isso, no reajuste tarifário de março de 2024 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de (R$ 79.852) (nota 7), restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R$ 68.769. Ainda sobre esse assunto, em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R$ 28.719 foi recolhido em fevereiro de 2024. Posteriormente, tais valores foram abatidos do repasse ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual - RTA. Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2024, até dezembro de 2024 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R$ 77.423, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R$ 84.714. Foi publicada a Lei nº 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento. Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através da contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão. Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

7. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2023			Receita operacional (nota 15)		Resultado financeiro		Recebimento	Saldo em 31/12/2024		
	Diferido	**Homologado**	**Total**	**Constituição**	**Realização**	**Atualização monetária**	**Devolução do crédito de PIS/COFINS**	**CDE Eletrobrás**	**Diferido**	**Homologado**	**Total**
Parcela "A"	**20.165**	**(24.868)**	**(4.702)**	**(34.761)**	**21.205**	**551**	–	**(8.871)**	**(25.239)**	**(1.339)**	**(26.579)**
CVA (*)											
CDE (**)	2.266	(5.960)	(3.694)	(8.600)	12.061	(2.808)	–	(8.871)	(9.020)	(2.889)	(11.910)
Custos energia elétrica	(47.789)	(22.265)	(70.055)	(35.946)	66.175	(3.741)	–	–	(30.441)	(13.125)	(43.566)
ESS e EER (***)	23.029	(14.318)	8.711	4.466	(4.648)	2.392	–	–	4.942	5.978	10.921
Proinfa	–	(308)	(308)	(762)	973	(54)	–	–	–	(152)	(152)
Rede básica	50.970	8.467	59.437	14.464	(52.104)	5.257	–	–	16.013	11.040	27.053
Repasse de Itaipu	4.230	10.489	14.720	14.807	(12.532)	784	–	–	17.056	722	17.778
Transporte de Itaipu	5.215	428	5.642	165	(4.708)	561	–	–	284	1.376	1.660
Neutralidade dos encargos setoriais	(19.472)	(4.786)	(24.258)	(19.129)	20.752	(1.332)	–	–	(19.274)	(4.694)	(23.967)
Sobrecontratação	1.719	3.385	5.104	(2.622)	(4.762)	(513)	–	–	(3.196)	405	(2.791)
Bandeira tarifária faturada	(2)	–	(2)	(1.603)	–	–	–	–	(1.605)	–	(1.605)
Outros componentes financeiros	**(7.317)**	**529**	**(6.788)**	**(22.646)**	**63.833**	**(4.681)**	**(79.013)**	–	**(25.396)**	**(23.899)**	**(49.295)**
Devolução do crédito de PIS/COFINS	–	(10.751)	(10.751)	–	71.813	–	(79.013)	–	–	(17.951)	(17.951)
Outros	(7.317)	11.280	3.963	(22.646)	(7.980)	(4.681)	–	–	(25.396)	(5.948)	(31.344)
Total	**12.848**	**(24.339)**	**(11.490)**	**(57.406)**	**85.038**	**(4.130)**	**(79.013)**	**(8.871)**	**(50.636)**	**(25.238)**	**(75.874)**
Ativo circulante			9.970								–
Ativo não circulante			2.879								–
Passivo circulante			(20.919)								(64.017)
Passivo não circulante			(3.420)								(11.857)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

8. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2023	**183.111**
Transferência - ativo contratual	60.780
Transferência - ativo intangível	(1.260)
Ajuste ao valor justo	10.133
Baixas	(2.821)
Saldo em 31/12/2024	**249.935**

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo.

9. ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2023	**244.168**
Adições	389.430
Transferência - ativo intangível	(184.440)
Transferência - ativo financeiro	(60.780)
Saldo em 31/12/2024	**388.375**

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

continua →★

Eufrázio

→★ continuação

Companhia Jaguari de Energia - CNPJ 53.859.112/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. INTANGÍVEL

	Direito de concessão - Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	**1.079.622**	**10**	**1.079.632**
Custo histórico	1.755.166	296	1.755.463
Amortização acumulada	(675.544)	(286)	(675.831)
Amortização	(78.288)	(10)	(78.298)
Transferência - ativo contratual	184.440	–	184.440
Transferência - ativo financeiro	1.260	–	1.260
Baixa e transferência - outros ativos	(11.540)	–	(11.540)
Saldo em 31/12/2024	**1.175.503**	**–**	**1.175.503**
Custo histórico	1.908.214	296	1.908.511
Amortização acumulada	(732.711)	(296)	(733.007)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós-fixado							
IPCA	389.938	–	(41.976)	34.292	–	(16.419)	365.835
Gastos com captação	(2.776)	–	–	453	–	–	(2.323)
Total moeda nacional	**387.162**	**–**	**(41.976)**	**34.745**	**–**	**(16.419)**	**363.512**
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	521.379	28.700	(65.865)	20.397	138.198	(19.391)	623.418
Euro	83.144	–	–	3.989	15.750	(3.314)	99.569
Marcação a mercado	(18.415)	–	–	1.725	–	–	(16.690)
Total moeda estrangeira	**586.108**	**28.700**	**(65.865)**	**26.111**	**153.948**	**(22.705)**	**706.297**
Total	**973.270**	**28.700**	**(107.841)**	**60.856**	**153.948**	**(39.124)**	**1.069.809**
Circulante	**88.521**						**500.567**
Não circulante	**884.749**						**569.242**

12. DEBÊNTURES

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós-fixado						
CDI	96.005	300.000	(95.000)	11.293	(10.304)	301.994
Gastos com captação	(25)	(1.981)	–	117	–	(1.888)
Total ao custo	**95.980**	**298.019**	**(95.000)**	**11.411**	**(10.304)**	**300.107**
Mensuradas ao valor justo						
Pós-fixado						
IPCA	–	181.000	–	18.377	(5.958)	193.419
Marcação a mercado	–	–	–	(20.806)	–	(20.806)
Total ao valor justo	**–**	**181.000**	**–**	**(2.429)**	**(5.958)**	**172.613**
Total	**95.980**	**479.019**	**(95.000)**	**8.981**	**(15.261)**	**472.720**
Circulante	**95.980**					**5.123**
Não circulante	**–**					**467.597**

13. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	16.325	4.612	15.195	4.365
Cíveis	529	268	1.745	254
Fiscais	12.853	12.683	12.705	14.140
Regulatórios	3.384	–	3.058	–
Total	**33.090**	**17.563**	**32.704**	**18.759**

A movimentação das provisões, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	15.195	2.414	(273)	(2.230)	1.219	16.325
Cíveis	1.745	2.965	(202)	(4.125)	146	529
Fiscais	12.705	2.063	(2.546)	(817)	1.450	12.853
Regulatórios	3.058	–	–	–	325	3.384
Total	**32.704**	**7.441**	**(3.024)**	**(7.172)**	**3.140**	**33.090**

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	Principais causas
Trabalhistas	6.749	6.262	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	26.254	21.325	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	62.341	37.579	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - outros	54.516	57.257	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	4.311	4.327	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	**154.171**	**186.550**	

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	**359.058.396**	**359.058.396**	**100,00**

Destinação do lucro líquido do exercício: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	**135.111**
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	1
Lucro líquido base para destinação	**135.112**
Reserva legal	(6.756)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(41.753)
Reserva de lucros a realizar	(6.007)
Outras destinações - proposta de aumento de capital	(48.507)
Juros sobre capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	(16.649)
Dividendo mínimo obrigatório	(15.440)

Considerando o elevado plano de investimento da Companhia para os próximos anos, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R$ 41.753 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R$ 6.007, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Além disso, a administração está propondo aos acionistas na próxima AGO/E que parte do resultado da Companhia seja destinado a aumento de capital ou outra forma conforme legislação societária no montante de R$ 48.507. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2025, mediante aprovação da Administração.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores 31/12/2024	Nº de consumidores 31/12/2023	GWh 2024	GWh 2023	R$ mil 2024	R$ mil 2023
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	460.487	448.798	1.015	948	820.444	691.295
Industrial	2.591	3.022	159	194	132.268	141.892
Comercial	25.971	26.453	282	290	248.341	227.204
Rural	19.808	20.011	282	249	195.106	159.258
Poderes públicos	4.574	4.420	77	71	63.490	53.478
Iluminação pública	575	563	118	121	56.609	52.257
Serviço público	788	753	100	105	75.381	70.501
Fornecimento faturado	**514.794**	**504.020**	**2.032**	**1.978**	**1.591.639**	**1.395.885**
Consumo próprio	109	111	2	2	–	–
Fornecimento não faturado (líquido)	–	–	–	–	(22.652)	16.866
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(937.503)	(838.010)
Fornecimento de energia elétrica	**514.903**	**504.131**	**2.034**	**1.980**	**631.484**	**574.741**
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			23	55	24.770	43.421
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			–	–	(18.516)	(25.495)
Energia elétrica de curto prazo			166	53	24.209	4.025
Suprimento de energia elétrica			**189**	**107**	**30.463**	**21.951**
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					956.019	863.505
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					368.039	294.171
(–) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(3.633)	(4.171)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					388.742	265.403
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 7)					27.632	79.567
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 8)					9.102	7.158
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					143.801	116.128
Outras receitas e rendas					35.505	34.291
Outras receitas operacionais					**1.925.207**	**1.656.052**
Total da receita operacional bruta					**2.587.155**	**2.252.744**
Deduções da receita operacional						
ICMS					(310.015)	(240.172)
PIS					(30.395)	(27.990)
COFINS					(139.328)	(128.960)
ISS					(16)	(5)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(279.069)	(282.701)
Programa de P&D e eficiência energética					(14.033)	(12.590)
PROINFA					(12.892)	(12.878)
Bandeiras tarifárias e outros					(3.440)	(4.778)
Outros					(2.392)	(2.118)
					(791.583)	**(712.192)**
Receita operacional líquida					**1.795.573**	**1.540.552**

Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA"). Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória ("REH"), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram: Em 2024, através da REH nº 3.311, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 7,02%, sendo 8,22% referente ao reajuste tarifário econômico e -1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 5,63%. Em 2023, através da REH nº 3.178, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 5,65%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,02%.

16. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh 2024	GWh 2023	R$ mil 2024	R$ mil 2023
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	490	501	112.500	108.231
PROINFA	46	46	17.985	21.374
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.030	1.906	451.802	362.532
Crédito de PIS e COFINS	–	–	(53.580)	(45.083)
Subtotal	**2.566**	**2.454**	**528.708**	**447.053**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			274.538	254.579
Encargos de transporte de Itaipu			18.042	16.417
Encargos de conexão			9.861	7.463
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.387	17.405
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			8.601	7.740
Encargos de energia de reserva - EER			45.121	49.151
Crédito de PIS e COFINS			(33.348)	(32.820)
Subtotal			**327.203**	**322.025**
Total			**855.912**	**769.078**

(*) Conta de energia de reserva

Diretoria

RAFAEL LAZZARETTI – Diretor Presidente
RAFAEL LAZZARETTI – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores interino
JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES – Diretor de Assuntos Regulatórios
GUSTAVO KODAMA UEMURA – Diretor Comercial
OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA – Diretor de Operações
HONG ZHA – Diretora Administrativa

Diretoria de Contabilidade

SÉRGIO LUIS FELICE – Diretor de Contabilidade - CT CRC 1SP192.767/O-6
ANA PAULA PERESSIM DE PAULO – Gerente de Contabilidade das Distribuidoras - CT CRC 1SP217.200/O-6

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil da CPFL Santa Cruz foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 26 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida.

Economia da Argentina encolhe 1,7% em 2024 apesar da recuperação registrada no fim do ano

BUENOS AIRES | REUTERS A economia da Argentina encolheu 1,7% em 2024 em comparação com o ano anterior, mas avançou pela segunda vez consecutiva em termos trimestrais nos últimos três meses do ano passado, informou a agência de estatísticas do país nesta quarta-feira.

O PIB (Produto Interno Bruto) da Argentina cresceu 1,4% no quarto trimestre em comparação com o trimestre anterior, em termos sazonalmente ajustados, marcando a segunda expansão trimestral consecutiva.

Em termos anuais, o PIB da Argentina também registrou um aumento de 2,1% no período de outubro a dezembro, superando previsões de analistas de uma expansão de 1,7%.

A economia argentina vacilou no início do ano passado com a desaceleração da indústria em meio às duras medidas de austeridade do presidente libertário Javier Milei, porém conseguiu apresentar uma recuperação nos últimos meses.

O país viu sua inflação altíssima desacelerar para 66,9%, à medida que o governo procura enfrentar os problemas econômicos eliminando os controles de capital, contudo a população argentina está lutando contra custos crescentes e cortes de serviços públicos.



O presidente da Argentina, Javier Milei, acena na chegada a feira agrícola em San Nicolas de los Arroyos 14.mar.25/AFP

mercado



Deputados celebram aval para decreto para acordo com o Fundo Juan Mabromata/AFP

Câmara valida decreto de Milei para novo acordo com FMI

Mayara Paixão

BUENOS AIRES O governo Javier Milei obteve uma custosa, mas importante, vitória ao receber nesta quarta (19) a validação da Câmara para seu decreto que prevê a assinatura futura de um novo acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Empréstimos estatais no exterior têm de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso da Argentina, mas Milei, sem a maioria necessária, encurtou o caminho com um controverso decreto presidencial que tinha apenas uma chance de ser derrubado: se Câmara e Senado o negassem. Agora, com o apoio dos deputados, ele seguirá válido.

Em sessão marcada por gritos e desentendimentos, o chamado DNU (decreto de necessidade de urgência) foi aprovado por 129 votos, ante 108 contrários e 6 abstenções. Era necessário maioria simples na Casa: metade dos presentes mais um.

Do lado de fora, enquanto ocorria a votação, havia clima de tensão diante da iminência de uma nova manifestação somente uma semana após um protesto terminar com mais de cem detidos, 45 feridos e um trabalhador da imprensa hospitalizado em estado grave.

Milei e seu ministro da Economia, Luis "Toto" Caputo, têm há meses se reunido com altas autoridades do FMI para negociar a liberação de novo montante que, segundo sugerem interlocutores, teria o piso de US$ 10 bilhões.

O objetivo seria amortecer a dívida do Tesouro com o banco ventral. Ela seria substituída pela com o Fundo, em um esquema que aumenta a dívida externa. O FMI vem fazendo reiterados elogios à gestão do ultraliberal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025 - Processo Nº 15290/2025

Objeto: Aquisição de 3.000 (três mil) garrafões retornáveis para envase de água mineral "novos", com capacidade para 20 litros, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração. HOMOLOGO para que surta seus efeitos legais o resultado do julgamento da Pregoeira, ficando ADJUDICADO o seu objeto nos termos do Art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/201 e alterações posteriores a favor da empresa: RR LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA.

Wiliam Jardim Pinheiro - Secretário Adjunto Municipal de Administração - Designado

---

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1ª, 2ª e 3ª Convocação

A **Cooperativa de Trabalho Nacional de Profissionais Autônomos de Consultoria e Gestão de Atividades Artísticas, Socioculturais e Educativas**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.070.813/0001-28, e na JUCESP sob nº 3.540.617.235-5, com sede e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições conforme artigo 21º do estatuto social convoca seus cooperados, **aptos a votar**, para comparecerem a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que se realizará em sua sede social à **Av. Senador Casimiro da Rocha nº 182 B, Mirandópolis, São Paulo Capital**, em **31 de Março de 2025**, às 14h00 em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) do número de sócios; em segunda convocação às 15h00 com metade mais 1 (um) dos sócios, e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação às 16h00 com mínimo de 50 (cinquenta) sócios ou 20% (vinte por cento) do total de sócios, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** Apresentação do Balanço Anual do ano calendário de 2024; **2.** Destinação das Sobras/Perdas apuradas no exercício; **3.** Eleição dos membros da Diretoria; **4.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **5.** Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo, 19 de março de 2025. **ELIZABETH CHRISTOFOLI SANTANA** - Diretora Presidente.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO – CREF4/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900262024

Processo nº 2252/2024. Objeto: Contratação de serviços de agenciamento de viagens, conforme especificações estabelecidas no Anexo I do instrumento convocatório. O edital de licitação estará disponível para consulta a partir do dia **20/03/2025**, no site do CREF4/SP através do endereço eletrônico: www.crefsp.gov.br e www.gov.br/compras. A sessão está agendada para o dia **04/04/2025**, com início dos trabalhos às 09h30min, via sistema COMPRASNET, Código da UASG: 926089.

André Ricardo Braz – Diretor do Departamento de Transporte do CREF4/SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA

AVISO DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025** A Prefeitura Municipal de Santa Ernestina, Estado de São Paulo, através de sua Pregoeira Municipal, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que será realizada Licitação aberta através do Edital nº 04/2025, Processo nº 06/2025 na modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2025, do tipo menor preço, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E DE INFORMÁTICA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA/SP conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital regulador do certame. O início da sessão pública está previsto para as 09h00 do dia 02 de Abril de 2025. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.385/2024. O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.santaernestina.sp.gov.br e www.bll.org.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3258-9104 e (16) 3258-9100 e WhatsApp (16) 99809-6507 ou ainda através do e-mail: licitacao@santaernestina.sp.gov.br. Santa Ernestina/SP, aos 19 de Março de 2025. LOREM MARIANE SQUISATTI SANT'ANNA Pregoeira.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 - Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a reabertura da licitação em epígrafe que tem como objeto o Registro de Preço para futura aquisição de uniformes escolares, sendo: camiseta manga curta, short saia, bermuda masculina, calça de inverno e jaqueta de inverno para alunos que compõem a Rede Municipal de Educação do Município de Itápolis em 2025. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de abril de 2025 às 8 horas e 30 minutos no site http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através dos sites www.itapolis.sp.gov.br, http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096 e no Portal Nacional de Contratações Públicas. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA-SAEP

Edital: 16/25. Processo Administrativo: 231/2025. Pregão Eletrônico: 06/25. Objeto: Registro de Preços de materiais elétricos para atender as necessidades do Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga - SAEP. O Edital será disponibilizado nos sites www.saep.sp.gov.br, www.bll.org.br e PNCP no dia 20 de março de 2025. A data início para envio das propostas eletrônicas será 20 de março de 2025 e a abertura da Sessão Pública será às 09:00 horas do dia 01 de abril de 2025. Pirassununga, 19 de março de 2025.Pedro Westphal Nunes – Superintendente.

Edital: 12/25.Processo Administrativo: 254/2025. Pregão Eletrônico: 08/25. Objeto: Aquisição de válvulas borboleta com e sem atuador elétrico para substituição na Estação de Tratamento de Água (ETA) 3 – do Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. O Edital será disponibilizado nos sites www.saep.sp.gov.br, www.bll.org.br e PNCP no dia 20 de março de 2025. A data início para envio das propostas eletrônicas será 20 de março de 2025 e a abertura da Sessão Pública será às 09:00 horas do dia 04 de abril de 2025. Pirassununga, 19 de março de 2025. Pedro Westphal Nunes – Superintendente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

Pregão Eletrônico no 004/2025: Processo Licitatório nº 013/2025. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, envasado em botijão de 13 kg e 45 kg (refil), Kit Registro Regulador e Água Mineral sem gás 200 ml, destinados aos Departamentos de Alimentação Escolar, Assistência Social, Saúde e Paço Municipal, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 03/04/2025 às 09:00hrs no site: http://187.8.185.250:8079/comprasedital. EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 19/03/2025. **Pregão Eletrônico no 003/2025**: Processo Licitatório nº 012/2025. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, destinados aos Departamentos de Educação, Assistência Social, Saúde, Pátio Municipal, Cultura e Paço Municipal, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 02/04/2025 às 09:00hrs no site http://187.8.185.250:8079/comprasedital. EDITAL DISPONÍVEL: no site www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 19/03/2025 PREGOEIRO: [illegible] Mariano da Silva.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 213/2025, do tipo menor preço, destinado à; PARACETAMOL, SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA 1.000 MG 100 ML, ..., A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90213/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA / ORDINÁRIA

1ª, 2ª e 3ª Convocação

A **EONCOOP - Cooperativa de Trabalho de Profissionais Autônomos de Consultoria, Gestão de Empresas e Atividades Socioculturais Educativas**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 26.030.524/0001-19, e na JUCESP sob n.º 3.540.017.706-1, com sede e foro no município de São Paulo, Capital, no uso de suas atribuições conforme artigo 21º de estatuto social convoca seus cooperados, **aptos a votar**, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA / ORDINÁRIA**, que fará realizar em sua sede social à **Av. Senador Casimiro da Rocha nº 182, Mirandópolis, São Paulo Capital**, em **31 de março de 2025**, às 17h00 em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados; em segunda convocação às 18h00 com metade mais 1 (um) dos seus cooperados, ou em terceira convocação às 19h00 com mínimo de 50 (cinquenta) ou 20% (vinte por cento) dos cooperados, para tratar da seguinte **ORDEM DO DIA - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1.** Alteração do Estatuto Social - Capítulo II, Artigo 2º, Objeto Social e seus Objetivos. **ORDEM DO DIA - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** Apresentação do Balanço Anual do ano calendário de 2024; **2.** Destinação das Sobras/Perdas apuradas no exercício; **3.** Eleição dos membros da Diretoria; **4.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **5.** Outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo, 19 de março de 2025

Elizabeth Christofoli Santana - Diretora Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2025 EDITAL N. 16/2025

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ROÇADA URBANA, COMPREENDENDO EM MECANIZADAS E MANUAIS, EM TERRENOS PARTICULARES E EM VIAS PÚBLICAS, PARQUES, PRAÇAS, JARDINS, DENTRE OUTROS. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 03.04.2025 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 20.03.2025 através dos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br**.

RONALD TEIXEIRA PENTEADO - Secretário Municipal de Serviços Públicos.

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICA Nº. 13/2025 EDITAL N. 13/2025

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS (PÓ DE PEDRA BRITADA, PEDRISCO LIMPO, PEDRA BRITADA, PEDRA RACHÃO, BICA CORRIDA E AREI GROSSA). **OCORRÊNCIA:** Por determinação do ÓRGÃO Requisitante, fica **"REVOGADA"** a presente licitação, na forma do artigo 71 da Lei Federal n. 14.133/21.

VALDIR OLIVEIRA JUNIOR - Secretário Municipal de Obras.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 207/2025, do tipo menor preço, destinado à; CAMISA DE PIJAMA GOLA EM V, ..., A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90207/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 212/2025, do tipo menor preço, destinado à; CALÇADOS CONFECCIONADOS COM FORRAÇÃO E SOLADO ESPECIAL, ..., A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90212/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 206/2025, do tipo menor preço, destinado à; SONDA LEVINE PARA SONDAGEM GÁSTRICA, ..., A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90206/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 204/2025, do tipo menor preço, destinado à: (ANTINEOPLÁSICO): GOSSERRELINA, ACETATO DE GOSSERRELINA, SOLUCAO INJETAVEL DE LIBERACAO PROLONGADA, ..., A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90204/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

Prefeitura de SOROCABA

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2025

Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.05/2025 - CPL Nº. 13/2025**, destinado a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME-CARE) PARA ATENDER AO PACIENTE M.A.F.** O limite para o recebimento das propostas no site **www.bnc.org.br será até às 09h00min do dia 04/04/2025 e a abertura da Fase de Lances será dia 04/04/2025 às 09h30min.** Informações pelos sites: **www.bnc.org.br**, **https://bit.ly/3N3cfdk** (Licitações II) e **https://bit.ly/3FFZ4OQ** (PNCP), pelo fone: (15) 3238-2158 ou e-mail **duvidaspregao@sorocaba.sp.gov.br**. Sorocaba, 19 de Março de 2025. **Paulo Horácio Fontes Bandeira Gomes – Pregoeiro.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2025

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços Técnicos continuados de Instalação, Desinstalação, Limpeza e Higienização e Manutenções Corretivas e Preventivas em Aparelhos de Ar Condicionado, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Urupês, abrangendo mão de obra especializada, com ponto fixo comercial, fornecimento de ferramentas, veículos e pessoal necessário para a execução dos serviços, visto que o Município conta com mais de 600 equipamentos de ar condicionado, conforme especificações constantes do Edital. A realização da sessão pública ocorrerá em **4/4/2025 (sexta-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF)**, no sítio eletrônico oficial do Município de Urupês: **www.urupes.sp.gov.br**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br/licitacoes. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br.

MUNICÍPIO DE URUPÊS, 19 de março de 2025.

ROBERTO CACCIARI FILHO

Prefeito Municipal

EDITAL - O Presidente do **SINTRAGASTROH-SAR - Sindicato dos Trabalhadores no Comercio e Serviços em Geral de Gastronomia, Alimentos Preparados, Bebidas a Varejo e Meios de Hospedagem de Santo André e Região**, inscrito no CNPJ. 57.618.373/0001-48, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, faz saber a todos os trabalhadores da base de representação, que a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de Dezembro de 2024, APROVOU de forma prévia e expressa a **Contribuição Assistencial/Negocial dos Trabalhadores**, que está prevista na CCT 2025/2026, cláusula 51ª Em decorrência do disposto da decisão proferida pelo **Supremo Tribunal Federal (Tema 935 da Repercussão Geral): "*É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição*"**. Considerando o encerramento das negociações coletivas em 18/03/2025, com a divulgação dos reajustes salariais e demais conquistas do Sindicato para a relação de trabalho 2025/2026, estabelece o prazo de 10 dias a contar da publicação deste edital, para eventual oposição aos respectivos descontos em folha de pagamento", mediante apresentação de carta escrita de próprio punho, juntamente com cópia do último holerite e do contrato de trabalho na CTPS digital do trabalhador, devendo ser protocolada na sede e sub sedes da entidade sindical situado na Avenida Padre Anchieta, nº 315, Bairro Jardim, Santo André, das 9:00 às 17:00 h. Será desconsiderada Oposições levadas a efeito mediante listas, cartas impressas, e enviadas ao Suscitante através de Correios, Cartório, ou apresentadas fora do prazo acima fixado, serão consideradas desacato à Assembleia Geral e nulas de pleno direito, na forma do artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho. Santo André, 19 de março de 2025. Valter Ventura Oliveira - Presidente.

AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG – AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE CONCORRÊNCIA

Acha-se aberta na AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS – UASG: 262101, a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA nº 90002/2024 - SP-ÁGUAS, Processo nº 137.00011922/2024-82, do tipo menor preço, objetivando a CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONTENÇÃO DE UM TRECHO DE 150 METROS, MARGEM ESQUERDA, CÓRREGO PIRAJUÇARA. A abertura das propostas dar-se-á no dia **08/04/2024 às 10h00**, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS"); www.pncp.gov.br ou www.spaguas.sp.gov.br.

SP ÁGUAS — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

COMUNICADO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 90007/2025 – PROCESSO 69/2025 FEIS

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para prestação de serviços não contínuos especializados de desenvolvimento de atividades culturais e esportivas da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira.

DATA DA SESSÃO: 03/04/2025, às 08:00h no portal eletrônico www.gov.br/compras.

MAIORES INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser consultado gratuitamente nos portais eletrônicos https://www.unesp.br/licitacao e https://www.gov.br/pncp/pt-br a partir de 20/03/25.

CONTATO: materiais.feis@unesp.br ou (18) 3743-1181.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIÓPOLIS

Aviso de Licitação

Modalidade Pregão Eletrônico n.º 05/2025. Processo n.º 60/2025.

Objeto: Aquisição de material de enfermagem para uso da Diretoria Municipal de Saúde (exclusivo para ME/EPP/equiparadas), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Edital disponível nos sites: www.bll.org.br e www.areiopolis.sp.gov.br. Recebimento das propostas: a partir das 12hs00 do dia 20.03.2025 no site www.bll.org.br, abertura das propostas: dia 02/04/2025 às 09hs10m e início da disputa de preços: dia 02/04/2025 às 10:00hs, (horário de Brasília no site: www.bll.org.br).

Areiópolis, 18 de março de 2025.

Michel Henrique Augusto
Prefeito Municipal

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 201/2025, do tipo menor preço, destinado à: PROTETOR DESCARTÁVEL PARA OCLUSÃO OCULAR.... A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90201/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br. telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 200/2025, do tipo menor preço, destinado à: PROTETOR DESCARTÁVEL PARA OCLUSÃO OCULAR.... A realização da Sessão será no dia 09/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90200/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br. telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 198/2025, do tipo menor preço, destinado à: MEDICAMENTO (ANTINEOPLÁSICO): GENCITABINA, CLORIDRATO DE GENCITABINA, PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA 1 G, PEMETREXEDE, PEMETREXEDE DISSÓDICO, PÓ PARA SOLUCAO INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA 500 MG.... A realização da Sessão será no dia 09/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90198/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br. telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
LICITANTE CLASSIFICADO EM SEGUNDO LUGAR
TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2022

DISPENSO, a licitação nos termos do Inciso XI do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, com os valores definidos pela referida Lei e posteriores alterações, em favor da empresa: **DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, classificada em segundo lugar no processo licitatório, modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2022** que tratava da contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução da Obra de Infraestrutura Urbana - Recapeamento Asfáltico: Trecho da Avenida Ítalo Poli e Avenida Galdêncio Brandimarte, ao **custo total de R$288.305,20 (duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinco reais e vinte centavos**, tendo em vista o constante nos autos. Por outro lado, autorizo a contratação pretendida.

Jaboticabal, 19 de março de 2025

EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 046/2025 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **03 de abril de 2025, às 08h30min**, para o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, PARA SER UTILIZADO NA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 19 de março de 2025.

JOAQUIM ROSA CORRADI
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

DPERN

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 – DPE/RN -SRP - (90006/2025-Comprasnet)
PROCESSO Nº 06410002.003500/2024-40

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG 925772), por meio da sua pregoeira, nomeada pela Portaria nº 33/2024-GDPGE, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, exclusivo para ME/EPP, visando à formalização de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de material permanente, particularmente eletrodomésticos, com o intuito de atender às demandas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a ser realizado no dia 01 de abril de 2025, às 09h00 (horário oficial de Brasília). Local da disputa e Edital: **www.comprasnet.gov.br.** Informações: (84) 99814-0506, e-mail: **cpl@dpe.rn.def.br**

Natal/RN, 18 de março de 2025.

Suelene Bezerra Barbosa
Coordenadoria de Licitações/Pregoeira - DPE/RN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

Processo Administrativo nº 048/2025
Credenciamento nº 002/2025

Abertura do Processo Administrativo nº 048/2025, Credenciamento nº 002/2025, credenciamento de empresas interessadas em contratar com a administração, tendo em vista futuras e eventuais prestações de serviços de arbitragem esportiva envolvendo diversas modalidades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. **Data: 03/04/2025, às 09h.** Edital disponível no site: **www.saojoaodelrei.mg.gov.br.** Aurélio Suenes de Resende. Prefeito Municipal

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

Processo de Licitação nº 044/2025

Pregão Eletrônico nº 008/2025

A abertura do Processo de Licitação nº 044/2025, Pregão Eletrônico nº 008/2025, aquisição de pneus. Abertura dia 07/04/2025, às 09h. Plataforma do Pregão Eletrônico **https://saojoaodelrei.licitapp.com.br/**. Edital disponível no site: **www.saojoaodelrei.mg.gov.br.** **Aurélio Suenes de Resende.** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

Processo de Licitação nº 046/2025
Pregão Eletrônico nº 010/2025

Abertura do Processo de Licitação nº 046/2025, Pregão Eletrônico nº 010/2025, Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios diversos de origem animal, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação. **Data: 04/04/2025**, às 09h. Plataforma **https://saojoaodelrei.licitapp.com.br/**. Edital disponível no site: **www.saojoaodelrei.mg.gov.br.** Aurélio Suenes de Resende. Prefeito Municipal.

---

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

COMUNICADO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 90006/2025 – PROCESSO 151/2025 FEIS

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição de luvas e máscaras com entrega parcelada.

DATA DA SESSÃO: 01/04/2025, às 08.00h no portal eletrônico www.gov.br/compras.

MAIORES INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser consultado gratuitamente nos portais eletrônicos https://www.unesp.br/licitacao e https://www.gov.br/pncp/pt-br a partir de 20/03/2025.

CONTATO: materiais.feis@unesp.br ou (18) 3743-1296.

ASPOMIL
Associação de Assistência Social dos Policiais Militares do Estado de São Paulo
CNPJ 02.210.213/0001-73
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da ASPOMIL – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições convoca os senhores associados quites com os cofres da ASPOMIL e no exercício de seus direitos para participar da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA COMPRA VAGAS DE GARAGEM, para o conhecimento de todos os associados estamos publicando no Jornal Folha de São Paulo este Edital e também está sendo afixado nesta Associação para que todos os associados tenham conhecimento.

A Assembleia será realizada em sua sede na Rua Soriano de Sousa, 305, Sala 2, Tatuapé, SP, CEP. 03066-020, no dia 27/03/2025 às 08:00 (oito horas) em primeira convocação se presentes a totalidade dos associados, e, em segunda convocação, após (30) trinta minutos com a presença de qualquer número de associados.

São Paulo, 20 março de 2.024.

Tiago Carnevale Gonçalves - Presidente da ASPOMIL.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 203/2025, do tipo menor preço, destinado à: RADIOFÁRMACO: RADIOFÁRMACO PSMA 1007 (18F) - 555-5550 MBQ/ML - DOSE PADRAO, MARCADOR DE ATIVIDADE TUMORAL ESPECÍFICO DE PRÓSTATA, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, ..., A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90203/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br. telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 197/2025, do tipo menor preço, destinado à: ALCOOL ETILICO A 70%, PARA DESINFECCAO DE SUPERFICIE E ARTIGOS SEMI-CRITICOS E NAO CRITICOS, FRASCO APROPRIADO, FRASCO COM 1 LITRO..., A realização da Sessão será no dia 09/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90197/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br. telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Araraquara e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário das assembleias das categorias com data-base em 01º de agosto de 2025. 1 - Categoria Cobrança e Recuperação de Crédito, realizar-se-á no dia 07 de maio de 2025, às 17h30, em 1ª convocação, com ½ + 1 (metade mais um) de trabalhadores, ou às 18h00 em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 2 - Categoria Contabilidade e Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, realizar-se-á no dia 08 de maio de 2025, às 17h30, em 1ª convocação, com ½ + 1 (metade mais um) de trabalhadores, ou às 18h00 em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 3 - Categoria Sociedades de Advogados, realizar-se-á no dia 12 de maio de 2025, às 17h30, em 1ª convocação, com ½ + 1 (metade mais um) de trabalhadores, ou às 18h00 em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 4 - Categoria Administradores de Consórcios, realizar-se-á no dia 13 de maio de 2025, às 17h30, em 1ª convocação, com ½ + 1 (metade mais um) de trabalhadores ou às 18h00 em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 5 - Categoria Locadoras de Máquinas e Equipamentos para Terraplenagem, realizar-se-á no dia 15 de maio de 2025, às 17h30, em 1ª convocação, com ½ + 1 (metade mais um) de trabalhadores, ou às 18h00 em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Todas as assembleias se realizarão na Avenida Feijó, nº 967, Centro, na cidade de Araraquara/SP, com a seguinte ordem do dia: 1 - Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociações das Convenções Coletivas de Trabalho, cuja data-base é 1º de agosto/2025; 2 - Aprovar, ou não, a continuação da assembleia, que se manterá permanente até o final da solução das negociações/2025, ficando autorizada a Presidenta do sindicato a convocar através de boletins, sessões da assembleia extraordinárias presenciais ou virtuais para deliberar sobre a proposta feita pelo sindicato patronal em caso de não atender a pauta que foi aprovada pelas assembleias dos trabalhadores. 3 - Concessão de poderes à diretoria da entidade para, em conjunto com os demais sindicatos da categoria e a Federação, ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar Acordos, Convenções Coletivas de Trabalho ou Aditivos, bem como tomar as medidas necessárias buscando solucionar as negociações coletivas, seja através de pedido de mediação ou arbitragem, ou ainda através de medidas junto à Justiça do Trabalho; 4 - Ratificar ou não, quanto à Contribuição Assistencial para o exercício/2025, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores associados ou não ao sindicato, das categorias de nossa representação sindical acima mencionadas, bem como fixar seu percentual, forma de desconto, maneira de oposição e índice de multa a ser aplicada no caso de não recolhimento. Araraquara, 20 de março de 2025. Italo José Rampani - Presidente.

---

mercado

Acordo com empresas aéreas ajuda a recuperar valor da dívida ativa

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A recuperação de valores da dívida ativa da União cresceu 20% em 2024, impulsionada novamente por uma série de acordos de transação tributária com devedores, e alcançou R$ 61,3 bilhões no ano. Somente os acordos com as empresas aéreas Gol e Azul e com a massa falida da Varig renderam quase R$ 9 bilhões, somando dívidas com a União e pagamento de FGTS a trabalhadores.

Os dados são da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), que informou também ter evitado perdas para a União de R$ 727 bilhões em ações no Judiciário e no Carf, tribunal administrativo de recursos contra autuações fiscais.

Para 2025, a expectativa da PGFN é uma arrecadação de cerca de R$ 90 bilhões com a dívida ativa, com um aumento de 20% nas transações tributárias e mais R$ 30 bilhões com o PTI (Programa de Transação Integral).

No fim de 2024, a dívida ativa alcançou R$ 3 trilhões, e 72% do valor está concentrado em 27 mil grandes devedores — sendo alguns deles empresas falidas. Cerca de 44% estão classificados como irrecuperáveis.

Em relação a 2021, a recuperação da dívida praticamente triplicou. Em 2020, houve mudanças na legislação sobre a transação tributária que impulsionaram esses resultados.

"Essa é a política pública que visa a regularização da dívida de forma justa e adequada à situação econômico-financeira do devedor, contribuindo, ainda, para que ele atinja a conformidade tributária", afirma a procuradora-geral da Fazenda, Anelize Ruas de Almeida.

A PGFN destaca os acordos com as empresas aéreas Gol e Azul, para regularizar dívidas previdenciárias e fiscais no valor total de R$ 7,5 bilhões, e com a Ulbra (Universidade Luterana do Brasil), que deu fim a litígios judiciais de mais de duas décadas, com uma dívida de R$ 6,5 bilhões em tributos federais e FGTS.

Também no setor aéreo, foi fechado acordo com a massa falida da Varig para quitação de créditos tributários de R$ 170 milhões e de R$ 800 milhões do FGTS, o que beneficiará mais de 15 mil ex-funcionários da empresa, que decretou falência há 20 anos.

mercado

Plataforma para MEI ajuda prefeituras, mas esbarra em qualificação

VIDA PÚBLICA

Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO A plataforma Contrata+ Brasil, lançada em fevereiro pelo governo federal, tem a promessa de ampliar a participação de MEIs (Microempreendedor Individual) nas compras públicas. Segundo especialistas, prefeituras de cidades pequenas serão as principais beneficiadas pela ferramenta, que deve facilitar a contratação de serviços mesmo em regiões onde o mercado de companhias terceirizadas é menor.

Por outro lado, especialistas da área dizem que haverá o desafio de garantir que os empreendedores conheçam a ferramenta e saibam utilizá-la, uma vez que o índice de profissionalização e qualificação na categoria ainda é baixo.

O valor dos contratos pela plataforma pode chegar a R$ 12.545,11. No Contrata+, os empreendedores acessam as vagas e propõem o valor que cobram para cada serviço, em qualquer lugar do país. O site já tem oportunidades, por exemplo, para eletricistas e estofadores.

Hoje, serviços de até R$ 62 mil podem ser contratados sem licitação. A gestão pública recorre principalmente a três recursos: o pregão, licitação mais simples para serviços comuns, o registro de preços e o credenciamento, diz Vinicius Marins, professor da área de gestão pública da FDC (Fundação Dom Cabral).

No registro de preços, o gestor público chama fornecedores interessados para que apresentem o valor que cobram por determinados serviços. A partir daí, uma ata, que tem validade de um ano, é preenchida com essas informações. Já no credenciamento, é o próprio gestor quem determina o preço que está disposto a pagar por um serviço.

"O que está sendo feito no Contrata+ basicamente é um registro de preços, só que de forma mais ágil e dinâmica em um ambiente de marketplace", diz Marins.

"A maior vantagem [da plataforma] é padronizar, facilitar e agilizar procedimentos, tanto para o poder público quanto para o MEI", diz Ursula Peres, professora de gestão de políticas públicas na USP. "Com a flexibilização da contratação, há um ganho de tempo e redução de valor."

SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E AUTÁRQUICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SINDSERVSBC

CNPJ Nº 55.062.533/0001-90

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo, SINDSERV, Sr. Dinailton Souza Cerqueira, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e em conformidade com os artigos 27, 28, 29, 30, 31, caput, incisos e § 1º, e ainda, 34 do ESTATUTO SOCIAL desta entidade, convoca a todos os servidores públicos associados ao Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo, SINDSERV SBC, os quais estejam em dia com as suas obrigações estatutárias e que possuam no mínimo 06 (seis) meses ininterruptos de associação, para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26/03/2025, às 18h30 min, em primeira convocação, e às 19hs, em segunda convocação, na sede do Sindicato, na Rua Caetano Zanela, nº 90, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09721-200, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **PRESTAÇÃO DE CONTAS, RECEITAS E DESPESAS REFERENTES AO ANO DE 2024.**

São Bernardo do Campo, 20 de Março de 2025. **DINAILTON SOUZA CERQUEIRA - Presidente**

Fazenda da Ilha

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A diretoria da Associação dos Adquirentes de Unidades no Empreendimento Fazenda da Ilha por seu diretor presidente José Raimundo Pereira dos Santos, convoca a todos os Associados a participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no Galpão ao lado da Administração no Bolsão II, situado na Rua Córsega s/n - Portaria 2 - Fazenda da Ilha - Embu-Guaçu no Estado de São Paulo, no próximo dia **30/03/2025** em primeira convocação às **08:00h** com o quórum qualificado de 50% dos associados, e em segunda convocação às **08:30h**, com qualquer número de presentes, a fim de discutirem a seguinte ***ordem do dia***.

- Planejamento Orçamentário 2024;
- Planejamento Orçamentário 2025;
- Prestação de Contas do ano 2023;
- Prestação de Contas do ano 2024;

Embu-Guaçu, 17 de março 2025

JOSÉ RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS

Diretor Presidente

Notas:

- Poderão participar da assembleia geral os associados que estiverem quites com suas obrigações perante associação até o mês de Fevereiro de 2025, nos termos do artigo 51 do Estatuto Social.
- Os associados que desejarem fazer-se representar por procuração deverão apresentar procurações públicas nos termos dos artigos 653 e 654, parágrafos 1º e 2º do Código Civil, ou procuração especifica com firma reconhecida.
- Os associados procuradores poderão fazer a sua habilitação no dia 29/03/2025 para evitar filas no dia da eleição;
- Os associados deverão apresentar-se a mesa de cadastramento da assembleia munidos de documento de identificação com foto (RG, CNH, funcional, passaporte, etc.).

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

SICOOB MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 71.698.674/0001.50, com sede na Praça Holanda, número 80, Taubaté-SP, CEP 12.030-350, faz saber que, nos termos da Lei 9.514/1997, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida por P. A. P. LTDA. e ouros (sigilo LGPD), qualificados na matrícula imobiliária de número 214.108, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sorocaba/SP, promoverá 02 (dois) leilões públicos que se farão realizar em: **1ª praça abre às 11h e se encerra às 12h do dia 28/03/2025; 2ª praça abre às 11h e se encerra às 12h do dia 31/03/2025**. **Imóveis:** um imóvel descrito e caracterizado pela matrícula imobiliária de números 214.108, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sorocaba/SP. Imóvel ocupado e consolidado em nome da cooperativa, conforme averbação 04 da matrícula imobiliária. **Valor do imóvel na primeira praça:** R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). **Valor do imóvel na segunda praça (valor da dívida):** R$ 1.765.335,74 (um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos). **Condições de Venda e Valor:** A venda será realizada à vista. Se no primeiro leilão público o maior lance oferecido for inferior ao valor avaliado, um segundo leilão ocorrerá na data previamente estipulada. Nesse segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que cubra pelo menos o valor total da dívida, despesas, honorários, prêmios de seguro, encargos legais e tributos, todos atualizados até a data do leilão. Todas as despesas relacionadas à aquisição do(s) imóvel(is) no leilão serão de responsabilidade do arrematante. Isso inclui: Pagamento de 5% do valor da arrematação ao Leiloeiro como comissão, a ser pago no ato da arrematação; Escritura Pública; Imposto de Transmissão; Foro, Laudêmio; Taxas, alvarás, certidões; Emolumentos cartorários, registros, averbações. Além disso, o arrematante também arcará com todas as despesas e diligências extrajudiciais e judiciais necessárias para o registro da propriedade. O pagamento deve ser feito à vista, e a comissão do Leiloeiro deve ser paga por meio de cheque separado ou depósito em conta corrente no prazo de até 24 horas após o leilão, caso este seja realizado online. **Condições do Imóvel:** O (s) imóvel (is) será (ão) vendido (s) nas condições em que se encontra (m), não podendo o arrematante alegar desconhecimento sobre suas condições, características ou estado de conservação. O (s) imóvel (is) encontra(m)-se ocupado(s), e a desocupação ficará sob a responsabilidade do arrematante. Recomenda-se que o arrematante verifique eventuais débitos de impostos, água/esgoto e condomínio, bem como consulte a matrícula imobiliária. **Para mais informações, entre em contato pelo e-mail:** contato@leiloaria.com.br ou telefone: (19) 3523-6393. Visite: www.leiloaria.com.br - Giovanni Luca Tissiano Martins, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1162.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TUPÃ

AVISO DE ELEIÇÃO E COMUNICADO MATERIAL ELEITORAL

Em cumprimento ao disposto na legislação em vigor e no artigo 107, dos Estatutos Sociais do **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TUPÃ**, faço saber que, no dia 18 de março de 2025, foi realizada eleição nesta Entidade, tendo sido eleita a CHAPA Nº 01, com a seguinte constituição:- DIRETORIA - EFETIVOS: Presidente:- Amauri Sérgio Mortágua; Vice-Presidente: Ariane Sanches Mortágua D'Anúncio; Secretário:- Everaldo Silmar Truzzi; Tesoureiro:- Celso Bozza; Diretor Social:- Cícero de Oliveira; Diretor Regional I:- Marina Alves da Mota; Diretor Regional II:- Marco Antônio Cristiano. DIRETORIA - SUPLENTES: Djavan Gama da Silva, Valmir Ricardo da Silva, Amanda Teixeira Gomes, Solange de Oliveira Dias Garcia, Emanuele Nicole da Silva Alves, Guilherme Rodrigues Chiecco, Rosângela dos Santos Pereira. CONSELHO FISCAL - EFETIVOS: João Gomes Paulino, Ana Lúcia Bezerra da Silva Oliveira, Osvaldo Oliveira. CONSELHO FISCAL - SUPLENTES: Maria Elísia Garcia, Mara Silvia Silvério, Vera Lúcia Murinelli de Oliveira. CONSELHO REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO - EFETIVOS: Amauri Sergio Mortágua, Luiz Carlos Motta. CONSELHO REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO - SUPLENTES: Celso Bozza, Mara Silvia Silvério. De acordo com o artigo 112, dos Estatutos Sindicais, qualquer associado poderá interpor recurso contra o resultado do processo eleitoral, no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do término da eleição. A posse dos eleitos ocorrerá no dia 03 de maio de 2025, com mandato de 4 (quatro) anos, até 02 de maio de 2029. COMUNICADO: Todo o material eleitoral será inutilizado e destruído, exceto os documentos relacionados pelo Art. 117 dos Estatutos, considerados peças essenciais que devem ser arquivados na Entidade pelo prazo legal. Associado que desejar o arquivo e guarda de outros documentos poderá requerer no prazo de até 5 dias da publicação deste aviso. Após este prazo, o material será destruído. Para que chegue ao conhecimento de todos, publica-se o presente Aviso.

Tupã-SP, 19 de março de 2025

AMAURI SÉRGIO MORTÁGUA - PRESIDENTE

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 10.608.405/0001-60, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, Bairro Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular, e da Cédula de Crédito Imobiliário nº 330, Série 2017, emitidos em 14/11/2017, sendo outrora credora **DOMUS COMPANHIA HIPOTECÁRIA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.372.647/0001-06, com sede no Rio de Janeiro/RJ, e Instituição Custodiante **BANCO BARI DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTOS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 00.556.603/0001-74, com sede em Curitiba/PR, no qual figuram como Fiduciantes **ODELSON LOPRETO**, [illegible] **MARCIA LEME PEINADO LOPRETO**, [illegible] no dia 27/03/2025, às 14:00 horas, [illegible] através do site www.portalzuk.com.br, em **PRIMEIRO LEILÃO**, [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

AVISO DE LICITAÇÃO COMUNICADO DE ABERTURA DE CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO** A SER REALIZADO PELO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 13061/2024. EDITAL DE **PREGÃO N.º 90009/2025**. ABERTURA: 03/04/2025, ÀS 10 HORAS. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA – TAPA BURACO. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL. O Edital poderá ser obtido no site do Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br e no Portal Nacional de Contratações Públicas: pncp.gov.br/app/editais. Código da UASG: 986071. Informações pelo telefone (13) 3512-0577 (ramal: 4065). Cubatão, 19 de março de 2025. RODRIGO GUIMARÃES DA SILVA Diretor do Departamento de Suprimentos.

Fundação Educacional de Votuporanga

CNPJ (MF) nº 45.164.654/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 009/2025 - PROCESSO FEV Nº 013/2025

(REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de metalons**, a único e exclusivo critério da Fundação Educacional de Votuporanga, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, e as quantidades registradas poderão ser renovadas, consoante Decreto Municipal nº 15.631/2023, de acordo com as especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 009/2025 e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "Menor Preço" por GRUPO DE ITENS. DATA DA REALIZAÇÃO: 01 de abril de 2025. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 20 de março de 2025. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 01 de abril de 2025 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 01 de abril de 2025 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, site www.unifev.edu.br (link: Institucional/Licitações) e www.bll.org.br.

Votuporanga/SP, 19 de março de 2025.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

Celso Penha Vasconcelos

Diretor Presidente

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **VALDINEIA DA SILVA PEREIRA** [illegible] **UBIRATAN FERNANDO VARJÃO DA SILVA** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line** [illegible] no **dia 04/04/2025, às 10h30min, à Rua Hipodromo, 1141, sala 86, Mooca, São Paulo/SP** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] R$ 490.069,59 [illegible]

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 24/03/2025, às 10h00 | 2º Público Leilão: 26/03/2025, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO JARDIM FORTALEZA BRODOWSKI SPE LTDA.**, CNPJ nº 20.587.480/0001-46, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 14 DA QUADRA Nº 08, DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL FORTALEZA**, sobre o qual consta a construção de uma **CASA RESIDENCIAL** com **ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA DE 65,00m²**, não averbada na matrícula do imóvel (conforme Laudo de Avaliação de 20/02/2025), situado na Rua Deoclides Belloni, nº 364 (conforme foto da fachada do imóvel no laudo de avaliação), Município de Brodowski/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO: 200,00m²**. Medidas e confrontações do terreno: no sentido de quem da Rua Deoclides Belloni olha para o imóvel, mede 10,00m de frente para a Rua Deoclides Belloni; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o lote nº 13; 20,00m do lado direito, confrontando com os lotes nºs 15 e 16; 10,00m nos fundos, confrontando com o lote nº 18. Matrícula nº 4.880 do CRI de Brodowski/SP. Inscrição Municipal nº 01.03.908.0210.001 - 11288. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 234.779,54. 2º Leilão: R$ 105.420,14. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado:** i) verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante:** i) Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas, despesas e impostos para regularização da construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes: devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ ANDRÉ FERREIRA DE MENEZES**, CPF nº 086.787.934-30 e **ROBEJANE DOS SANTOS FERREIRA**, CPF nº 080.984.454-02, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

(Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/MF nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, com sede na Capital do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102 (**"Pentágono"** ou **"Agente Fiduciário"**), na qualidade de Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6ª do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública (**"Emissão"** e **"Debêntures"**, respectivamente), da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (**"Emissora"**), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 03 de março de 2022, às 14:00 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das Debêntures (**"Debenturistas"**)**, cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada (**"Escritura de Emissão"**), **a reunirem-se para a reabertura da assembleia geral de Debenturistas, no dia 20 de março de 2025, às 14h (quatorze horas) ("AGD"), a ser realizada exclusivamente de modo presencial, em local diverso da sede da Emissora para conveniência dos Debenturistas, na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.** Os Debenturistas deverão **deliberar sobre ("Ordem do Dia")**: a) a aprovação de termo aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 06 de agosto de 2021 (**"Contrato de Compra e Venda"**) anexo ao Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora (**"Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações"**), ou de instrumento análogo a ser firmado pelo Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura com o objetivo de ajustar a redação da Cláusula 4.7 do Contrato de Compra e Venda, visando a alteração da Data do Prazo Final, bem como realizar outros ajustes necessários ao Contrato de Compra e Venda decorrentes de eventuais exigências uma vez que as negociações estão em curso com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (**"ARTESP"**) e há, junto à Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**), processos de emissão de valores mobiliários. O Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações ou instrumento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de termo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pela Emissora no âmbito da Recuperação Judicial da Emissora (**"Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial"**), em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Salto/SP, processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526 (**"Recuperação Judicial da Emissora"**), com o objetivo de efetuar os ajustes necessários tendo em vista as negociações em curso com a ARTESP e os processos de emissão de valores mobiliários junto à CVM. O Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) caso aprovado o item "b" acima, deliberar sobre a aprovação de assinatura de termo de adesão ao Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O termo de adesão será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; d) a aprovação do exercício do direito previsto na Cláusula 6.11. do Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora mediante assinatura de termo de adesão ou documento análogo e apresentação de petição pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, informando sobre o exercício do direito previsto na referida Cláusula 6.11. pelos Debenturistas. O termo de adesão ou documento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para, exclusivamente, formalizar o Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e o Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, tão somente para prever as alterações descritas nas alíneas (a) e (b) acima, incluindo-se os aditamentos relacionados aos documentos da Emissão, que serão informados/disponibilizados aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser disponibilizados pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Emissora (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP mencionados nos itens **(a)** e **(b)** da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais. Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (18, 19 e 20/03/2025)

Setor de bateria teme perda após leilão de térmicas e hídricas

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

SÃO PAULO | REUTERS O setor de sistemas de armazenamento de energia teme que o leilão exclusivo para a tecnologia acabe tendo sua demanda "desidratada" pela contratação que virá antes de reserva de capacidade de usinas termelétricas e hidrelétricas, afirmou nesta quarta-feira (19) um representante da indústria.

O governo brasileiro decidiu não incluir as baterias no leilão de reserva de capacidade marcado para 27 de junho, voltado apenas para as fontes termelétrica e hidrelétrica, e planeja um certame inédito só para as soluções de armazenamento, mas ainda sem data definida.

A preocupação é que o governo contrate nas fontes tradicionais grande parte da demanda de potência do sistema elétrico brasileiro nos próximos anos e deixe um volume pouco representativo para o leilão de baterias, usando-o mais como um "teste", afirmou Marcelo Rodrigues, vice-presidente de novos negócios e soluções da fabricante de baterias UCB Power.

Segundo ele, o volume de cadastros de projetos termelétricos e hidrelétricos para o leilão de junho "impressionou" o mercado. Foram cerca de 74 gigawatts (GW) de potência, sendo 67% de projetos de termelétricas novas, 30% termelétricas existentes e 3% ampliações de hidrelétricas, conforme dados da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

A demanda de potência a ser contratada nos leilões é uma informação confidencial do governo e só é revelada após a realização dos certames.

"[O medo é] o Brasil querer fazer um teste. Nós [da indústria de baterias] estamos prontos... [a tecnologia] Está comprovada lá fora, é um benefício para o sistema e para o consumidor", disse o executivo, que estava presente no Cela (Clean Energy Latin America).

Rodrigues, que também é conselheiro da ABSAE (Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia), disse que a entidade está tratando com o Ministério de Minas e Energia sobre o tema.

"Nós estamos brigando para 3 GW de potência... Mas acho que 2 GW já está bom."

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA 90150/2025, UASG 450181**, Processo nº. **01-P-37535/2024**, do tipo menor preço **unitário por lote**, destinado à **Aquisição de mobiliário para escritório.** O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **04/04/2025** às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal **(https://www.gov.br/compras/pt-br/)**.
O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP **(https://www.gov.br/pncp/pt-br)**.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo - STILASP - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo - STILASP, portador do CNPJ/MF nº 62.806.575/0001-53, com sede à Avenida Celso Garcia nº 1588 - Belém - São Paulo/SP, por seu presidente, no uso de suas prerrogativas previstas no Estatuto Social, **Convoca** todos os trabalhadores associados e não associados, empregados na unidade empregadora **Mondelez Brasil Ltda**, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária de Campanha Salarial a ser realizada no dia 24 de março de 2025, de forma virtual**, conforme a distribuição de funções e horários abaixo especificadas. 1) Para os trabalhadores Administrativos, através da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, **às 09h00, no link de endereço:** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmZhYmU3ZmItODY3Yy00ODdlLWJlN2EtZjc0NTI1MzhjNzVi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22917ee905-0fb6-4840-8afa-fb5a06f6419b%22%2c%22Oid%22%3a%22e69dc572-c676-4720-bb26-dfd2b01a4176%22%7d. 2) Para os Promotores, Coordenadores, e Supervisores de Merchandising, através da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, **às 17h00, no link de endereço** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NzNlOWNjZmMtNzFjNy00MTU4LWE4ZGQtM2AxZDBmODI2NTdh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22917ee905-0fb6-4840-8afa-fb5a06f6419b%22%2c%22Oid%22%3a%22e69dc572-c676-4720-bb26-dfd2b01a4176%22%7d. **Ordem do dia: a)** Discussão e elaboração da Pauta de Reivindicação referente às negociações Coletivas de Trabalho do exercício 2025/2026; e **b)** Discussão e Autorização para celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional e na impossibilidade de sua celebração, autorização para iniciar procedimento de reclamação pré-processual (RPP) e/ou Dissídio Coletivo perante o Tribunal Regional do Trabalho. São Paulo/SP, 19 de março de 2025. **Carlos Vicente de Oliveira - Presidente**

Edital de Convocação - Assembleia Geral - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Extração e Processamento, Florestamento e Reflorestamento de Madeira e do Mobiliário de Cerqueira Cesar, Lins e Região, cadastrado no CNPJ: 11.484.497/0001-87, através de seu Presidente, convoca todos os trabalhadores nas empresas de serrarias e carpintarias, artefatos de madeira, madeira compensada e laminados todos com direito a voto, para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 26/03/2025, às 17hr00m endereço Rua D. Pedro II, N 657-A, Centro, Lins/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1º**.- Aprovação da ata de assembleia anterior; **2º**.- Apresentação, discussão e aprovação do Rol da Reivindicação, referente da data-base de 01/06/2025, da categoria dos trabalhadores no setor de serrarias e carpintarias, artefatos de madeira, madeira compensada e laminados,; **3º**.- Deliberar sobre a concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, para dar início à negociação do novo Instrumento Coletivo a vigorar a partir de 01/06/2025, para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 30/05/2025, e novas cláusulas aprovadas na Assembleia, separadamente ou em conjunto com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma livre e direta com as empresas ou Sindicatos Patronais e/ou através de mediação ou solução arbitral. **4º**.- Decidir sobre o calendário de negociação, bem como, seus rumos, inclusive deliberar se necessário, a deflagração do estado de greve e greve. **5º**.- Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir em todos os âmbitos necessários, tanto na esfera, administrativa e/ ou judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar e havendo necessidade instaurar o competente Dissídio Coletivo econômico ou de greve perante o Tribunal do Trabalho.; **6º**.- Deliberar a mantença da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º**.- Deliberar sobre a fixação do percentual a ser descontado a título de contribuição Associativa/Assistencial/Negocial; Autorização Prévia e Expressa do desconto e recolhimento de todos os trabalhadores das categorias profissionais acima mencionada, associados ou não beneficiados pelo instrumento coletivo. Se na hora acima aprazada não houver "quórum", a assembleia realizar-se-á em segunda convocação, trinta minutos após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. Lins/SP 20 de março de 2025. **Ronaldo Batista dos Santos** - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JOSÉ VANDES DOMINGUES VAZ, Secretário Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **ACAF CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 002/2025 – Processo Licitatório nº 002/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual contratação de empresa para fornecimento de massa asfáltica, bem como para contratação de mão-de-obra, para realização de manutenção de vias públicas, lombadas e operação tapa buracos. **Homologado em:** 18/03/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2025 – Processo Licitatório nº 002/2025 – Registro de Preços. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratada: ACAF CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto:** Eventual contratação de empresa para fornecimento de massa asfáltica, bem como para contratação de mão-de-obra, para realização de manutenção de vias públicas, lombadas e operação tapa buracos. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 18/03/2025.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário Municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **FER MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS CORPORATIVOS LTDA, 46.941.653 MELL BUDRI DIAS e PRIMER SOLUÇÕES LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 015/2025 – Processo Licitatório nº 015/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de equipamentos e mobiliários para diversos setores. **Homologado em:** 18/03/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 015/2025 – Processo Licitatório nº 015/2025 – Registro de Preços. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratada: FER MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS CORPORATIVOS LTDA, 46.941.653 MELL BUDRI DIAS e PRIMER SOLUÇÕES LTDA. Objeto:** Eventual aquisição de equipamentos e mobiliários para diversos setores. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 18/03/2025.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ILZA ALVES ROCHA CACCIOLARI, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **CCF NUTRI LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 009/2025 – Processo Licitatório nº 009/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de gêneros alimentícios (carnes, embutidos e produtos lácteos) para o serviço de acolhimento – Casa de Abrigo. **Homologado em:** 18/03/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 009/2025 – Processo Licitatório nº 009/2025 – Registro de Preços. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratada: CCF NUTRI LTDA. Objeto:** Eventual aquisição de gêneros alimentícios (carnes, embutidos e produtos lácteos) para o serviço de acolhimento – Casa de Abrigo. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 18/03/2025.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
(Em processo de recuperação Judicial)
CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ (**"Agente Fiduciário"**), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 15 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (**"Emissão"**, **"Emissora"** e **"Debêntures"**, respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada (**"Escritura de Emissão"**), **a reunirem-se para reabertura da assembleia geral de Debenturistas, que irá acontecer exclusivamente presencial, no dia 20 de março de 2025, às 15 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar – São Paulo-SP, 05501-050.** Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte ordem do dia (**"Ordem do Dia"**): (a) medidas a serem tomadas visando a excussão das garantias da Emissão, em decorrência do vencimento antecipado declarado em Assembleia Geral de Debenturistas, na data de 08.11.2019, bem como em razão do pedido de recuperação judicial da Emissora, objeto do processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526, em trâmite perante a Vara Judicial da Comarca de Salto, Estado de São Paulo (**"RJ"**), nos termos da cláusula 4.16.2, (i) da Escritura de Emissão; (b) ratificação dos atos e medidas eventualmente praticados pelo Agente Fiduciário visando a proteção da comunhão dos debenturistas no âmbito judicial, incluindo, mas não limitando, ao processo de RJ, bem como eventuais processos dependentes ou anexos, ou extra judicial, bem como defesa dos interesses dos debenturistas na perseguição do crédito da Emissão, conforme determina os artigos 11 e 12 da INCVM nº 583 de 20.12.16; (c) ratificação ou não, da continuidade e condições da prestação dos serviços dos assessores legais e financeiros contratados no âmbito da Emissão; ou a sua substituição por outros assessores legais e/ou financeiros para a defesa dos interesses dos debenturistas, no âmbito da RJ e de qualquer medida judicial ou extra judicial relacionada ao vencimento antecipado da Emissão, assim como definição de suas formas de pagamento em decorrência da RJ da Emissora; (d) aprovação, ou não, de criação de Comitê de Debenturistas para deliberar sobre as matérias relacionadas a RJ, incluindo, mas não se limitando, a definição de seus termos e condições; (e) aprovação, ou não, da implementação de fundo de despesas para a Emissão, bem como a definição de seus termos e condições, caso necessário; (f) nos termos da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora na data de 13.11.2019, aprovar, ou não, a contratação às expensas da Emissora, de terceiros para prestação de serviços de controle e excussão da garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária; (g) medidas judiciais e/ou extra judiciais a serem tomadas, em razão do vencimento das apólices de seguro de nº 10.044219 (SP101), nº 10.044038 (SP 308), nº 54-0775-31-0147701 e nº 54-775-31-0147702 e as que por ventura vierem a não ser renovadas ao longo da RJ; (h) outras medidas de interesse dos debenturistas, relacionadas aos itens anteriores. Instruções Gerais: Os debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. **Tendo em vista que o presente edital trata de uma reabertura, informamos que a publicação de todos os itens da Ordem do Dia decorre de lei, sendo certo que os itens (a); (c); (d); (e); (f); (g) e (h) estão encerrados, restando apenas o item (b) para deliberação.** (18, 19 e 20/03/2025)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL

PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados: **Pregão Eletrônico nº 10/25** - Processo Administrativo nº 452/25 – Objeto: Aquisição de colete de proteção balística nível III A para uso da Guarda Civil Municipal – Cadastro das Propostas Iniciais até o dia 07/04/2025 às 08:00 horas. Torna público aos interessados: Pregão Eletrônico nº 16/25 - Processo Administrativo nº 975/25 – Objeto: Aquisição de Óculos – Cadastro das Propostas Iniciais até o dia 1º/04/2025 às 08:00 horas. Os editais completos poderão ser adquirido nos sites www.conchal.sp.gov.br, https://bnccompras.com/Home/Login, portal PNCP e ou pelo e-mail: pregao@conchal.sp.gov.br, estando os autos disponíveis para vista na Secretaria de Licitações e Contratos. Conchal, 19 de março de 2025. ORLANDO CALEFFI JUNIOR Prefeito Municipal

Santander
GRANDE LEILÃO DE IMÓVEIS
SOMENTE ONLINE
BIASI leilões
DIA 8 DE ABRIL DE 2025 ÀS 11:00 HORAS
Aprox. **246** OPORTUNIDADES EM DIVERSOS ESTADOS DO BRASIL (RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E TERRENOS). Confira e aproveite! À VISTA OU FINANCIADO EM ATÉ 420 MESES CONFORME EDITAL. Mais informações: (11) 4003-2575 ou www.biasileiloes.com.br
Leiloeiro Oficial: Eduardo Consentino - JUCESP nº 808 | João Victor Barrozo Gelasco Proposta em aberto

SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

SERVIÇO FUNERÁRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS INFORMA: ENCONTRA-SE NA CÂMARA FRIA DO NECROTÉRIO DO CEMITÉRIO PQ. N. SRA. DA CONCEIÇÃO, O CADÁVER ABAIXO RELACIONADO E NÃO RECLAMADO ATÉ A PRESENTE DATA, O QUAL SERÁ DOADO À UNIVERSIDADE PARA ESTUDOS OU PESQUISAS CIENTÍFICAS. PERIVALDO MARIANO, COM 41 ANOS DE IDADE, COR PARDA, SEXO MASCULINO, NASCIDO AOS 10/12/1983, FILIAÇÃO IGNORADA, SEM RESIDÊNCIA FIXA NESTA CIDADE. DEMAIS DADOS IGNORADOS. FALECIDO ÀS 21:45 DO DIA 20 DE JANEIRO DE 2025, NO HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, NESTA CIDADE, CONFORME REMOÇÃO N. 184/2025 – SETEC

Edital de Convocação - O **Sindicato das Cooperativas de Trabalho do Estado de São Paulo**, por seu presidente, convoca à todos os representantes das cooperativas de trabalho associadas ao sindicato, que estejam estabelecidas ou prestem serviços na base territorial representada pela entidade, ou seja, o Estado de São Paulo, para se fazerem presentes e participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 31 de março de 2.025, às 08:00 hs, em primeira convocação, na sede social do sindicato, na Alameda dos Jurupis, 452, 3º andar, sala 31, Moema, São Paulo/SP, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **1º)** Apresentação da movimentação financeira e balanço patrimonial do exercício de 2.024, assim como do parecer do conselho fiscal sobre as contas do exercício fiscal referido; **2º)** Discussão e votação das contas do exercício de 2.024. **3º)** Proposta orçamentária para o exercício de 2.025. **4º)** Outros assuntos de interesse da categoria. E, não havendo na hora designada número regimental de presentes, a assembleia será instalada, em segunda convocação, às 09:00 horas, deliberando com qualquer número de presentes. São Paulo, 19 de março de 2.025. Ass. **Daniel Wendell Cuzzuol Vieira** - Presidente.

O Presidente do **Sindicato dos Trabalhadores em Comércio e Serviços em Geral de Gastronomia, Alimentos Preparados, Bebidas a Varejo e meios de hospedagem de Aparecida e Região, Taubaté e Litoral Norte**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias convoca todos os trabalhadores associados quites com seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25 de março de 2025 às 16:00 horas, em primeira convocação no clube social do sindicato à Rodovia Washington Luiz, 5000, Pedro Leme, Roseira-SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia; a) leitura, discussão e redação ata de assembleia anterior; b) Ratificação da compra de todos os imóveis da entidade, por decorrência de extravio e/ou não localização das atas das assembleias, para a devida regularização junto as prefeituras e pedidos de imunidade de IPTUs; c) Ratificação e deliberação de aprovação da compra e venda de veículos e demais mobiliários, bem como a autorização para contratação de serviços para o registro de inventário de bens patrimoniais da entidade. Na falta de quorum a mesma será realizada em 2ª convocação, às 16:30 horas com qualquer número de presentes no mesmo dia e local acima citado. **Luis Carlos Apolinário Magalhães** - Diretor Presidente. Aparecida, 20 de março de 2025.

FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, ... **ITAÚ UNIBANCO S/A** ... **LEANDRO SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA** ... **SARA CARISNAY PEREIRA DA SILVA** ... **PÚBLICO LEILÃO** ... **PRIMEIRO LEILÃO** ... **R$ 215.638,43** ... **SEGUNDO LEILÃO** ... **R$ 217.258,76** ... [illegible]

FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, ... **ITAÚ UNIBANCO S/A** ... **THAIS ANDRADE SILVA** ... **PRIMEIRO LEILÃO** ... **SEGUNDO LEILÃO** ... **R$ 133.329,59** ... **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

SINDICATO DOS MOTORISTAS EM EMPRESAS DE COLETA DE LIXO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO - SP SINDMOTORLIX
Edital de Convocação da Categoria para Assembleias Gerais Extraordinárias para Composição da Pauta de Reivindicações referente à Data Base 2025

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores das Empresas de Coleta de Lixo Industrial - Grandes Geradores, filiados ao sindicato ou não, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias a serem realizadas nas garagens e/ou sede das empresas nas seguintes datas, locais e horários:

Data	Empresa	Setor	Hora	Endereço
25/03/2025	Multilixo Remoção De Lixo Ltda	Garagem Sede	5:40 Hrs	Estrada Três Cruzes, 80 - Parque Casa de Pedra - São Paulo / SP
25/03/2025	Flacipel Com. Aparas Ltda	Garagem Sede	12:00 Hrs	Estrada Dona Diniz, 34 - Jd. Cabuçu - Guarulhos / SP
26/03/2025	Gri Koleta Ger. Resid. Inds. S/A	Sede Da Empresa	5:40 Hrs	Rua Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré - São Paulo / SP
26/03/2025	Multilixo Remoção De Lixo Ltda	Ceagesp	12:00 Hrs	Av.: Gastão Vidigal, 500 - Leopoldina - São Paulo / SP
27/03/2025	Ambipar Environment Waste Logistic Ltda	Garagem	5:40 Hrs	Rua Angatuba 83, Cidade Industrial. SP
27/03/2025	Coleta Indl. Firmavan (Van Lix)	Garagem	5:40 Hrs	Rua Soledade, 197 - Jd. Cumbica - Guarulhos - SP
28/03/2025	Alvorada Sist. Amb. Ltda - Me	Garagem	5:00 Hrs	Rua Domingos Fasolari, 376 - Casa Verde - S.Paulo - SP
28/03/2025	Vila Verde Bioenergia Ltda	Garagem	5:00 Hrs	Rua Dr. Felipe Pinal, 750 - Pirituba - S. Paulo - SP
28/03/2025	SINDMOTORLIX SP	Sede	18:00 Hrs	Rua Barão de Itapetininga, 255, 4º andar, sala 402, República, São Paulo / SP

Nas referidas assembleias serão discutidos os seguintes pontos da ordem dia: **01 - Discussão e aprovação da pauta de reivindicação para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 01/05/2025 a 30/04/2026 a ser encaminhada ao sindicato patronal (SELUR); 02 - Autorização para a diretoria do Sindicato negociar, transigir ou instaurar dissídio coletivo junto ao Tribunal, caso malogrem as negociações; 03 - Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de reconhecimento da contribuição assistencial/negocial de acordo com o artigo 513-E da CLT, a ser descontada de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical.** Não havendo nos horários mencionados número legal de trabalhadores para realização das Assembleias, em primeira convocação, serão as mesmas realizadas 01 (uma) hora após, nos mesmos dias e locais, em segunda convocação com qualquer número de trabalhadores presentes. São Paulo, 20 de março de 2025. Marco Antonio Domingos - **Presidente**

Eufrázio

mercado

3 são indiciados sob suspeita de golpe contra o dono da Embelleze

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil do Rio de Janeiro indiciou três pessoas suspeitas de organizar um golpe contra o empresário e ex-deputado federal Itamar Serpa Fernandes, fundador da marca de cosméticos Embelleze, morto em 2023.

Os indiciados são Monique Elias, ex-mulher de Itamar, o filho dela, João Serpa, e Mateus Palheiras, ex-companheiro de Monique com quem ela se relacionou após se divorciar.

João e Matheus foram procurados pela reportagem, mas não responderam. A defesa não foi localizada.

Nas redes sociais, Monique tem publicado mensagens em que se defende das suspeitas da polícia.

O caso foi mostrado primeiramente no programa Fantástico de domingo (16).

A reportagem enviou mensagens aos filhos de Itamar, mas não houve resposta.

A Embelleze, em nota, afirmou que "essa é uma questão estritamente familiar, sem qualquer vínculo com as atividades ou os ativos da empresa".

A investigação da polícia aponta que Itamar teria sido alvo de um golpe que começou em 2012, cuja mentora seria Monique, sua mulher à época. Monique, segundo a polícia, teria usado um nome falso — Jéssica Ferrez — para se comunicar com Itamar através de emails.

O conteúdo das mensagens tinha falsas acusações contra filhos de Itamar, segundo a polícia. A intenção de Monique seria isolar o empresário e guiá-lo nas decisões sobre as finanças da família e a sucessão na Embelleze. O falso perfil também enviava elogios a Monique, "levando Itamar a acreditar que a ex-esposa era a única pessoa em quem podia confiar", diz a nota da Polícia Civil.

A Embelleze foi fundada em 1969 em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

A Draco (Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais), responsável pelo indiciamento de Monique, aponta que ela teria induzido Itamar a fazer transferências milionárias, modificar o testamento e contratar seguros de vida em seu favor.

A polícia estima o prejuízo em R$ 122 milhões.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Cesário Lange torna público que encontra-se aberta as seguinte Licitações na Modalidade de Pregão na forma Eletrônica sob o nº 06/2025. Objeto: contratação de empresa especializada para a realização e organização da Festa do Peão de Boiadeiro de Cesário Lange, em comemoração aos 66 anos de Emancipação Político Administrativa. Inicio recebimento das propostas: 20/03/2025. Fim de recebimento das propostas: 03/04/2025 às 09:00 hs através da plataformabll.org.br. O edital estará disponível no site poderão ser retirados no sitio oficial do Município no Portal da Transparência-transparência. Informações: Prefeitura Municipal de Cesário Lange. Tel 15-32464800.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVANHANDAVA

Pregão Presencial nº 07/2025 Processo nº 17/2025 A Prefeitura Municipal de Avanhandava, Estado de São Paulo, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial nº 07/2025, destinado: Objeto: Aquisição de dois veículos, tipo pick up, cabine dupla, novo, zero km, motor 1.2, flex, conforme descrito no Anexo I. O certame será do tipo "Menor Preço por Item". Recebimento e abertura dos envelopes de proposta até o dia 04/04/2025 às 08h30m. Local: Prefeitura Municipal de Avanhandava/SP – EDITAL COMPLETO e ESCLARECIMENTOS: Praça Santa Luzia, 61 – Centro – CEP: 16.360-000 – Avanhandava/SP. Telefone (18) 3651 9200, ramal 200, no horário de expediente, bem como disponível no site oficial do município www.avanhandava.sp.gov.br. Avanhandava/SP, 19 de Março de 2025. Norberto Cesar Geraldo – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL - 01/2025 - Nº PROC. ADM. 2.049 /2024

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a licitação na modalidade Concorrência Presencial n.º 01/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em construção civil, para construção de Unidade Básica de Saúde - Porte 01, localizada na rua das Camaúbas, Campos de Holambra, no município de Paranapanema/SP, de acordo com o Anexo III - Termo de Referência do edital. Os envelopes de n.º 01(Proposta) e n.º 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 08H00min do dia 03 de abril de 2025. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data de recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações no setor de Licitações, telefone (014) 99670-9667 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br, silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br

Paranapanema/SP. Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 19/03/2025.

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2025. CONTRATADO: ANA CAROLINA VIEIRA DE QUEIROZ COSTA – ME. CNPJ/CPF Nº: 11.770.145/0001-98. **ATA DE REGISTRO Nº 05/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2025.** DATA DA ASSINATURA: 11/03/2025. VIGÊNCIA: 10/03/2026. OBJETO: Registro de Preços visando a futura e eventual Aquisição de produtos estocáveis para a alimentação escolar de todas as unidades escolares e CEIs da Rede Estadual e Municipal de Ensino. VALOR GLOBAL: R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 11/03/2025. CONTRATADO: TULHA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA. CNPJ/CPF Nº: 32.336.168/0001-69.

ATA DE REGISTRO Nº 06/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2025. DATA DA ASSINATURA: 11/03/2025. VIGÊNCIA: 10/03/2026. OBJETO: Registro de Preços visando a futura e eventual Aquisição de produtos estocáveis para a alimentação escolar de todas as unidades escolares e CEIs da Rede Estadual e Municipal de Ensino. VALOR GLOBAL: R$ 2.496.710,50 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, setecentos e dez reais e cinquenta centavos).

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 11/03/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Torna público, realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº. 07/2025 - Processo 18/2025.** Objeto:Registro de Preços para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR,para atendimento às demandas das unidades ambulatoriais que compõem a Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade. Data de abertura: 03/04/2025 às 08:30h. Edital e anexos disponível no site do município www.pmjm.mg.gov.br;Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.João Monlevade, 19 de março de 2025.Ricardo Alexandre de Oliveira Secretário Municipal de Administração

Torna público, realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº. 08/2025 - Processo 24/2025.** Objeto:Aquisição de 03 (três) veículos tipo minivan ou utilitário, 0KM, com capacidade para 7 (sete) passageiros, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Saúde. Nova Data de abertura:02/04/2025 às 08:30h. Edital e anexos disponível no site do município www.pmjm.mg.gov.br; Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.João Monlevade, 19de março de 2025.Ricardo Alexandre de Oliveira Secretário Municipal de Administração

---

PREFEITURA DE **Guararema**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 26/2025, PROCESSO: 068/2025. OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE UNIFORMES ESPORTIVOS.
- Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 02/04/2025
- Inicio da sessão de disputa: 9 horas do dia 02/04/2025
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 23/2025, PROCESSO: 62/2025. OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE APARELHOS CELULARES.
- Recebimento das Propostas: até as 9 horas do dia 02/04/2025
- Inicio da sessão de disputa: 10 horas do dia 02/04/2025
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8087. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 29/2025, PROCESSO: 71/2025. OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE GARRAFAS TÉRMICAS (SQUEEZES).
- Recebimento das Propostas: até as 9 horas do dia 03/04/2025
- Inicio da sessão de disputa: 10 horas do dia 03/04/2025
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8087. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 07/2025, PROCESSO: 13/2025. OBJETO RESUMIDO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULA INFANTIL DE PARTIDA FASE I E FORMULA INFANTIL DE SEGMENTO FASE II PARA LACTENTES.
- Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 02/04/2025
- Inicio da sessão de disputa: 9 horas do dia 02/04/2025
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2025, PROCESSO: 66/2025. OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE TINTAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA.
- Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 04/04/2025
- Inicio da sessão de disputa: 9 horas do dia 04/04/2025
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 03/2025 - Pregão Eletrônico nº 01/2025. Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de Medicamentos para atender a demanda dos órgãos participantes do CIM-AMNAP. O CIM-AMNAP, Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMNAP, informa a abertura do **Pregão Eletrônico nº 01/2025** que será realizado às **09h00min** do dia **03/04/2025.** O Edital poderá ser retirado no link: http://187.17.201.73:8078/compraseditais/. Informações pelo fone (18) 3522-2101. O presente Pregão Eletrônico será processado e julgado de acordo com a **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Adamantina, 19 de março de 2025. **CLAUDIA AZEVEDO DOS SANTOS** - Diretora Executiva.

PREFEITURA DA ESTANCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

RESUMO DE EDITAL – PE 015/2025 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fretamento de veículos diversos para atender o Departamento de Saúde. Encerramento às 08h45 horas do dia 08/04/2025. O edital estará à disposição a partir do dia 21/03/2025, no site **www.saoroque.sp.gov.br**.

---

unesp **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – Campus Araraquara
Pregão Eletrônico nº 90.002/2025-FCL/CAr.

Acha-se aberta na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara, UASG 102304, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90.002/2025-FCL/CAr., Processo nº 86/2025-FCL/CAr. O objeto da licitação é: Registro de preços para contratações futuras de itens para coffee break. A sessão pública online ocorrerá no dia 03/04/2025 às 09:00 horas. As propostas eletrônicas devem ser enviadas para https://www.gov.br/compras, entre os dias 20/03/2025 a 03/04/2025 até o horário da sessão pública. Os procedimentos da licitação serão realizados na Seção Técnica de Materiais, localizada na Rodovia Araraquara - Jaú, km 01, S/N, (sala 30 - Ala Sul, Prédio da Administração), bairro Campos Ville, Araraquara/SP, CEP: 14800-901. O Edital completo está disponível nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM
REABERTURA DE PRAZO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Objeto: "Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar e Acessórios Novos para uso da frota municipal". Tendo em vista a retificação do Termo de Referência – Anexo I, fica determinada a reabertura de prazo do edital supracitado. O início da sessão pública de disputa de preços ocorrerá no dia 01/04/2025 a partir das 09:00 horas, após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a). O edital RETIFICADO estará disponível aos interessados a partir do dia 20 de março de 2025, no site da BBMNET LICITAÇÕES, no endereço eletrônico: www.novobbmnet.com.br acesso indicativo no link "Licitações" ou no site: www.votorantim.sp.gov.br, no link "Licitação" e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) endereço eletrônico: www.gov.br/pncp. Votorantim, 19 de março de 2025. Waber Magarhate Júnior – Prefeito Municipal.

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 199/2025, do tipo menor preço, destinado à; • CAMISA MANGA LONGA PARA CENTRO CIRÚRGICO..., A realização da Sessão será no dia 09/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90199/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 195/2025, do tipo menor preço, destinado à; ESCETAMINA, CLORIDRATO DE ESCETAMINA, SOLUCAO INJETAVEL, FRASCOAMPOLA 500 MG 10 ML, VIA ENDOVENOSA OU INTRAMUSCULAR..., A realização da Sessão será no dia 09/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90195/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal, representada por seu Prefeito, Emerson Rodrigo Camargo, faz saber que se encontra aberto o Edital de **CREDENCIAMENTO Nº 02/2025, que tratará do CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, DEVIDAMENTE INSCRITOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, VISANDO À FUTURA CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL/SP, INCLUINDO TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS À ORGANIZAÇÃO DO CERTAME, AVALIAÇÃO E PRECIFICAÇÃO DOS ITENS, DISPOSIÇÃO DOS LOTES, DIVULGAÇÃO, VISITAÇÃO, REALIZAÇÃO DO LEILÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, E ENTREGA DOS BENS, POR MEIO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE LEILÃO PÚBLICO,** conforme especificações constantes do edital. Para participar da classificação inicial, os interessados poderão apresentar os documentos previstos no edital de credenciamento até às **17:00 do dia 22/04/2025**. O pedido de credenciamento deverá obedecer ao modelo de requerimento constante do ANEXO – II do edital e deverá estar, obrigatoriamente, instruído com os documentos indicados no subitem 5.8 do edital e deverão ser enviados através do e-mail licitacao@jaboticabal.sp.gov.br, em formato PDF, com assinatura digital, para recebimento e análise da Comissão de Contratação. O credenciamento permanecerá aberto, durante o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste edital, habilitando os interessados que satisfizerem as condições exigidas no edital. O edital de credenciamento e seus anexos poderão ser obtidos, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, através da do link **http://transparencia.jaboticabal.sp.gov.br/Compras.aspx**.

Jaboticabal, 19 de março de 2025
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA DE SÃO PAULO - SIEMACO/SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores sindicalizados ou não, que prestam serviços em empresas de Coleta de Lixo industrial no município de São Paulo, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias a serem realizadas nas seguintes datas, locais e horários:

Data	Empresa	Setor	Hora	Endereço
25/03/2025	Multlixo Remoção De Lixo Ltda	Garagem Sede	3h40	Estrada Três Cruzes, 80 - Parque Casa da Pedra - São Paulo / SP
25/03/2025	Flacipel Com. Aparas Ltda	Garagem Sede	12h	Estrada Dona Diniz, 34 - Jd. Cabuçu - Guarulhos / SP
26/03/2025	2A Sistemas / 2 A Reciclagem	Sede da Empresa	12h	Rua Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, 1150 - São Paulo / SP
26/03/2025	Gri Koleta Ger. Resid. Inds. S/A	Sede da Empresa	5h40	Rua Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré - São Paulo / SP
27/03/2025	Coleta Indl. Fintravan Ltda (Van Lix)	Sede da Empresa	5h40	Rua Soledade, 197 - Jd. Cumbica - Guarulhos - SP
28/03/2025	Alvorada Sist. Amb. Ltda - Me	Garagem Sede	5h	Rua Domingos Fasolari, 376 - Casa Verde - S.Paulo - SP
28/03/2025	Vila Verde Bioenergia Ltda	Garagem Sede	5H40	Rua Dr. Felipe Pinel, 750 - Pirituba - S. Paulo - SP
28/03/2025	SIEMACO-SP	Sede	17h	Alameda Eduardo Prado, 648

Constarão na Ordem do dia das referidas assembleias os seguintes pontos: **1 - Discussão e aprovação da pauta de reivindicações para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 1º de maio/2025 a 30 de abril/2026 a ser encaminhada ao sindicato patronal - SELUR; 2 - Autorização para a diretoria do Sindicato negociar, transigir, ou instaurar dissídio coletivo junto ao Tribunal, caso malogrem as negociações; 3 - Discussão, deliberação, aprovação e forma de recolhimento da cota de participação no processo de negociação e acompanhamento do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, a ser descontada de todos os empregados não filiados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não filiados a entidade sindical, em concordância ao disposto no TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, nº 446/2014, junto ao Ministério Público do Trabalho.** Não havendo na hora mencionada, número legal de trabalhadores para realização das Assembleias em primeira convocação, serão as mesmas realizadas uma hora após, no mesmo dia e local, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes. São Paulo, 20 de março de 2025. Edson André dos Santos Filho. Presidente

Eufrázio

Prefeitura Municipal de Boraceia

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 220/2025

DATA DA SESSÃO: 02/04/2025 às 9h00. OBJETO: Aquisição de 01 ônibus usado. EDITAL: www.boraceia.sp.gov.br, comprasnet.gov.br e pncp.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

PREGÃO ELETRÔNICO 3/2025

Processo 1.979/2025

Encontra-se aberto o presente Pregão que tem por objetivo a **aquisição de materiais para instalação de cercas (mourões, escoras, tela de alambrado e arames)**. O edital encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.portofeliz.sp.gov.br (Portal da Transparência); https://bllcompras.com (aba acesso BLL COMPRAS) e www.pncp.gov.br (Portal Nacional de Contratações Públicas). A abertura será dia **01 de abril de 2025 às 09h00min**. Outras informações poderão ser solicitadas através do link: https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Mario Aparecido Biscaro

Secretário Municipal de Serviços Públicos

SINDICAM RIBEIRÃO PRETO - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens ou Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas em Geral de Ribeirão Preto e Região

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do **Sindicam Ribeirão Preto - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens ou Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas em Geral de Ribeirão Preto e região** CNPJ nº 13.042.433/0001-51, faz saber aos membros da Diretoria da Entidade e Filiados, para a Assembleia Geral **na forma virtual**, no aplicativo **Google-Meet**, a realizar no dia **22 de Março de 2025, às 10:00 hs.** em **1ª convocação**, e às **10:30 hs.** em **2ª convocação**, no seguinte endereço **https://meet.google.com/pj-zima-ynt**. A fim de deliberar sobre o seguinte **ordem do dia:** Substituição de Membro da Diretoria e Formalização de Carta Renúncia. O pleito realizar-se-á na sede do sindicato na Via Anhanguera, km 308 + 706 metros, Situado no Outlet Sapato Shopping (Mezanino), Bairro Pq. Anhanguera - CEP14095-530 - Ribeirão Preto/SP. Não havendo "quorum" para a realização da assembleia em 1ª convocação, a mesma realizar-se-á em 2ª convocação com qualquer número de filiados presentes. Ribeirão Preto/SP 19/3/2025. José Carlos Veneroso Junior - RG:29513158

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JOSÉ DÉCIO VICENTINI, Encarregado do Departamento de Água e Esgoto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **AQUAMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e HIDRODOMI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 032/2025 – Processo Licitatório nº 039/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de hipoclorito de sódio, ácido fluorsilícico e dicloro isocianurato de sódio. **Homologado em:** 19/03/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 032/2025 – Processo Licitatório nº 032/2025 – Registro de Preços. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratadas: AQUAMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e HIDRODOMI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto:** Eventual aquisição de hipoclorito de sódio, ácido fluorsilícico e dicloro isocianurato de sódio. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 19/03/2025.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 188/2025, do tipo menor preço, destinado à: REAGENTE PARA DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO POLIOMA VÍRUS JC..., A realização da Sessão será no dia 04/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90188/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 194/2025, do tipo menor preço, destinado à; PLACA PARA ICSI GUARD, FUNDO PLANO DE VIDRO DE QUALIDADE ÓPTICA PARA OBSERVAÇÃO DE CRESCIMENTO DE CÉLULAS E OBSERVAÇÃO EM MICROSCOPIA DE POLARIZAÇÃO A LASER..., A realização da Sessão será no dia 09/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90194/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE MACEIÓ, através do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Estratégicas de Maceió – CG/PPE/MCZ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 7.503/2024, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 9.716/2024, vem, por intermédio da Unidade de PPP, vinculada à Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Integração Metropolitana - SEMAEMI, COMUNICAR aos interessados que se encontra aberta a CONSULTA PÚBLICA para que a sociedade civil e interessados enviem suas contribuições relativas à documentação licitatória para a proposta de PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS, na forma do §2º do art. 8º da já citada Lei Municipal nº 7.503/2024.

Os interessados deverão encaminhar suas contribuições para o seguinte endereço eletrônico: **ppp@semaemi.maceio.al.gov.br**, no período do dia 20 de março de 2025 até o dia 22 de abril de 2025.

As minutas dos documentos editalícios relativos à presente consulta pública, assim como os documentos de apoio que compõem o data room do projeto, estão disponíveis para consulta no endereço: **https://parcerias.maceio.al.gov.br/**.

David Ricardo Luna Gomes

Presidente do CG/PPE/MCZ

Secretário Municipal de Ações Estratégicas e Integração Metropolitana

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025 - COMPRASNET Nº. 90002/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025

DATA DE REALIZAÇÃO: 03 de abril de 2025. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AO USO NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (UESF), CADIP E NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO), DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 002/2025. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis/SP, 19 de março de 2025.

JOÃO PAULO SALES CANTARELLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

PREGÃO ELETRÔNICO 12/2025

Processo 1.959/2025

Encontra-se aberto o presente Pregão que tem por objetivo o **registro de preços para aquisição de materiais para construção.** O edital encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.portofeliz.sp.gov.br (Portal da Transparência); https://bllcompras.com (aba acesso BLL COMPRAS) e www.pncp.gov.br (Portal Nacional de Contratações Públicas). A abertura será dia **02 de abril de 2025 às 09h00min**. Outras informações poderão ser solicitadas através do link: https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Mario Aparecido Biscaro

Secretário Municipal de Serviços Públicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Concreto Usinado, Massa Asfáltica e Emulsão Asfáltica, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra o Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/04/2025 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** SCPI Portal de Compras (http://177.39.199.170:8079/COMPRASEDITAL).

BÁLSAMO, 19 DE MARÇO DE 2025.

JOSÉ EDUARDO NALIATI JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL DE BÁLSAMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Concorrência Pública nº 03/2025- Edital nº 015/2025 – Processo nº 808/2024 do tipo menor preço global. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A VENDA DE BENS OU SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DIFUNDIR IDEIAS OU INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL, CONFORME EDITAL E ANEXOS. A sessão pública do certame será realizada no dia 15 de maio de 2025 às 09H00M, no Setor de Licitações da Prefeitura de Jarinu. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site** www.jarinu.sp.gov.br . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 17 de março de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis – Secretária Municipal de Administração

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATAS: 1º Público Leilão: 24/03/2025, às 16h30 | 2º Público Leilão: 26/03/2025, às 16h30

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **Jardim Morumbi Empreendimento Imobiliário Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 06.124.971/0001-42, **venderá**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, em execução da garantia fiduciária expressa da Escritura Pública de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada em 22.03.2024, **o Imóvel: Apartamento Tipo Impar nº 91, 9º andar do Edifício Professor Adolpho Carlos Lindenberg**, à Rua Jaime Costa, nº 425, Jardim Morumby, São Paulo/SP. __**Áreas:**__ Privativa Coberta Edificada de 1.217,460m², Comum Coberta Edificada de 805,353m², (já incluídas as áreas correspondentes a 01 depósito no térreo ou 1º subsolo e ao uso de 12 vagas na garagem coletiva no térreo, 3º, 2º e 1º subsolos), Área Total Edificada de 2.022,813m², mais 312,897m² de área comum descoberta; a Área Total Construída e descoberta de 2.335,710m², e Fração Ideal do Terreno e nas partes comuns do condomínio de 8,2954%. Matrícula Imobiliária nº 202.220 do 15º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 301.020.0326-1. Consolidação da Propriedade em 17/02/2025. **IMÓVEL OCUPADO. __Lances Mínimos:__ 1º Leilão: R$ 10.748.699,44. 2º Leilão: R$ 8.455.006,18. __Regras, Condições e Informações:__ 1. Cabe ao interessado**: **i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação e da sua situação documental; **ii)** eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital; **iii)** ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **iv)** análise detida do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS E CONDIÇÕES GERAIS**, disponível no Portal www.pecinileiloes.com.br, do qual não poderá alegar desconhecimento. **2. Cabe ao Arrematante**: **i)** pagamento à vista, do valor da arrematação e 5,00% de comissão da Leiloeira; todas as despesas, custas, taxas, impostos, ITBI, decorrentes da transferência patrimonial do imóvel; **ii)** arcar com eventuais regularizações do imóvel, junto aos órgãos competentes, bem como custas e despesas para o ato; **iii)** débitos de IPTU, existentes até a data dos leilões e no exato limite dos valores apurados, serão quitados pela Credora Fiduciária, ficando de exclusiva responsabilidade do Arrematante a quitação de valores eventualmente não apurados e os que vencerem após a data dos leilões. __**A quitação dos débitos fiscais (IPTU e outros), parcelamentos e acordos – PPI, será de exclusiva responsabilidade do Arrematante**__, ainda que lançados em nome do Credor Fiduciário, do fiduciante ou de terceiros. **iv)** Taxas Condominiais vencidas antes das datas dos leilões, não estão inclusas nos valores dos leilões, cuja quitação é de exclusiva responsabilidade do arrematante, bem como, água, energia, gás e outras utilidades; **v)** todas as despesas que vencerem da data da arrematação; **vi)** desocupação do imóvel, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato; **vii)** cancelamento de eventuais gravames na matrícula do imóvel, bem como as custas e despesas para o ato. **3.** A venda será feita em caráter *ad corpus* – Imóvel entregue no estado que se encontra. **4.** Fica a exclusivo critério da Credora, a aceitação de lance inferior, na forma da lei. Fica a Devedora Fiduciante **WIWS PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ nº 24.023.739/0001-67, e seus diretores Stefanie Tamplin Balsimelli – CPF nº 229.441.448-98 e Walter Tamplin Balsimelli – CPF nº 229.441.438-16, **devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações:** contato@pecinileiloes.com.br, *WhatsApp* (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777, *Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.* __Errata para incluir esclarecimento, passando o item "iii" a ter a seguinte descrição:__ ***iii)** débitos de IPTU, existentes até a data dos leilões e no exato limite dos valores apurados, serão quitados pela Credora Fiduciária, ficando de exclusiva responsabilidade do Arrematante a quitação de valores eventualmente não apurados e os que vencerem após a data dos leilões.* __***A quitação dos débitos fiscais (IPTU e outros), parcelamentos e acordos – PPI, será de exclusiva responsabilidade do Arrematante***__, *ainda que lançados em nome do Credor Fiduciário, do fiduciante ou de terceiros.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA

EXTRATO DE CONTRATOS

CT017/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: ATACADÃO RIO PARDO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, OBJETO: CESTAS BÁSICAS, VALOR: R$ 342.944,00, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 03/2025, VIGÊNCIA: 11/02/2026, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 11/02/2025;

CT018/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: MAURO JOHNSON FERREIRA, OBJETO: ECO PONTO, VALOR: R$ 12.000,00, LICITAÇÃO: Inexigibilidade nº 01/2025, VIGÊNCIA: 07/02/2026, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 07/02/2025;

CT019/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: FLEX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, OBJETO: TAPA BURACO, VALOR: R$58.320,00, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 008/2025, VIGÊNCIA: 11/05/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 11/02/2025;

CT020/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: 17.418.059 ROBERT SILVA GONÇALVES, OBJETO: SHOW CARNAVAL, VALOR: R$ 34.000,00, LICITAÇÃO: Inexigibilidade nº 02/2025, VIGÊNCIA: 14/04/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 14/02/2025;

CT021/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: 18.124.827 PAULA LUIZA DA COSTA JUNQUEIRA, OBJETO: SHOW CARNAVAL, VALOR: R$ 35.000,00, LICITAÇÃO: Inexigibilidade nº 03/2025, VIGÊNCIA: 14/04/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 14/02/2025;

CT022/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: KIVEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, OBJETO: VEÍCULO ESPORTE, VALOR: R$92.900,00, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 004/2025, VIGÊNCIA: 19/08/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 19/02/2025;

CT023/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: FARIA VEICULOS LTDA, OBJETO: VEÍCULO VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VALOR: R$ 99.000,00, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 004/2025, VIGÊNCIA: 19/08/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 19/02/2025;

CT024/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: TM RODEIOS E EVENTOS LTDA-ME, OBJETO: ESTRUTURA CARNAVAL (TENDAS), VALOR: R$ 25.332,50, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 06/2024, VIGÊNCIA: 22/03/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 20/02/2025;

CT025/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: TOX SEGURANÇA LTDA, OBJETO: ESTRUTURA CARNAVAL (SEGURANÇAS), VALOR: R$ 10.674,60, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 06/2024, VIGÊNCIA: 22/03/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 20/02/2025;

CT026/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: A.F.S. NETO VENDAS LOCAÇÕES E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, OBJETO: ESTRUTURA CARNAVAL (SANITÁRIOS), VALOR: R$ 10.800,00, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 06/2024, VIGÊNCIA: 22/03/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 20/02/2025;

CT027/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: DOM PUB PRODUCOES E ESTRUTURAS LTDA, OBJETO: ESTRUTURA CARNAVAL (DECORAÇÃO), VALOR: R$ 7.950,00, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 06/2024, VIGÊNCIA: 22/03/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 20/02/2025;

CT028/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: 51.546.759 ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, OBJETO: PINTURAS MONSENHOR E YOLANDA, VALOR: R$ 62.000,00, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 010/2025, VIGÊNCIA: 20/04/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 20/02/2025;

CT029/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: VALE COMERCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA, OBJETO: CAMINHAS EMPILHÁVEIS, VALOR: R$ 34.990,00, LICITAÇÃO: Aditivo nº 02/2025, VIGÊNCIA: 21/04/2025, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 21/02/2025;

CT030/2025, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA, CONTRATADA: RENATA ELENA DIAS - ME, OBJETO: CARNES MERENDA, VALOR: R$ 324.800,00, LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 018/2025, VIGÊNCIA: 24/02/2026, FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, DATA DE ASSINATURA: 24/02/2025;

Prefeitura Municipal de Tapiratiba, 24 de fevereiro de 2025.

Ramon Jesus Vieira - Prefeito Municipal

mercado



Tesla incendiado em oficina em Las Vegas Ethan Miller - 18.mar.25/Getty Images/AFP

Vandalismo contra Tesla é ‘terrorismo interno’, diz procuradora

WASHINGTON | AFP A procuradora-geral dos Estados Unidos, Pam Bondi, declarou em um comunicado na noite de terça-feira (18) que considera uma recente onda de ataques à Tesla como "terrorismo interno" e prometeu aplicar penas severas aos responsáveis.

Bondi informou que o Departamento de Justiça acusou vários suspeitos com essa perspectiva, incluindo casos que envolvem acusações com penas mínimas obrigatórias de cinco anos.

"Seguiremos conduzindo investigações que resultem em punições rigorosas para os envolvidos nesses ataques, abrangendo também aqueles que atuam nos bastidores para coordenar e financiar esses crimes."

A procuradora-geral deu essas declarações depois do mais recente incidente, um incêndio em uma oficina especializada da Tesla em Las Vegas que danificou cinco veículos, segundo a polícia da cidade.

"Ao chegar, os agentes localizaram vários veículos cobertos de chamas e a palavra 'Resistir' pintada de vermelho no prédio", declarou a polícia na segunda.

Musk também compartilhou um vídeo do incêndio de Las Vegas no X, qualificando-o de "terrorismo interno". "A Tesla fabrica apenas carros elétricos e não fez nada para merecer esses ataques", escreveu.

Nas últimas semanas, vários veículos, concessionárias e estações de carga da Tesla foram vandalizadas nos EUA e Europa.

O valor das ações da Tesla na bolsa vem despencando desde dezembro. E alguns proprietários nos Estados Unidos colaram, até mesmo, adesivos em seus carros dizendo que os compraram "antes de saber que Elon estava louco".

Eufrázio

mercado

Ilustração com o logo do X, ex-Twitter, de Elon Musk

Sebastien Bozon - 30.out.23/AFP

X atinge avaliação de US$ 44 bi em reviravolta para Musk

TEC

SAN FRANCISCO E NEW YORK | FINANCIAL TIMES O site de mídia social X, anteriormente conhecido como Twitter, teve sua avaliação elevada novamente para US$ 44 bilhões (R$ 250 bilhões), destacando a reviravolta acentuada nas fortunas da empresa desde que seu proprietário, Elon Musk, assumiu o papel de aliado firme do presidente dos EUA Donald Trump.

Investidores avaliaram a plataforma em US$ 44 bilhões em uma chamada negociação secundária no início deste mês, na qual eles trocam participações existentes na empresa, de acordo com duas pessoas com conhecimento do assunto.

O X também estava trabalhando para levantar capital novo em uma rodada primária, que visava arrecadar cerca de US$ 2 bilhões (R$ 11,3 bilhões) por meio da venda de novas ações e seria usada para pagar mais de US$ 1 bilhão (R$ 5,6 bilhão) de dívida subordinada que Musk concordou em assumir para financiar sua compra da empresa em 2022, disseram várias pessoas informadas sobre a situação.

Desde que assumiu o grupo, Musk afrouxou as políticas de moderação, algo que levou muitos anunciantes a sair. Divulgações da Fidelity Investments no final de setembro implicaram uma avaliação para a empresa abaixo de US$ 10 bilhões (R$ 56,8 bilhões). Musk comprou o Twitter por US$ 44 bilhões.

A nova avaliação representa uma recuperação para Musk e os investidores do grupo, incluindo Andreessen Horowitz, Sequoia Capital, 8VC, Goanna Capital e Fidelity Investments. O acordo ajudaria a definir um preço para a próxima rodada da primária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RINCÃO

Torna público que no dia 03 de abril de 2025, às 09h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Rua 21 de Novembro, nº 491, Centro, será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial de nº 02/2025, aberta através de Processo nº 33/2025, do tipo menor preço, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EM PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE RINCÃO/SP, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão de segunda a sexta feira das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min ou no site www.rincao.sp.gov.br. Informações telefone (16) 3395-9100 ou e-mails: licitacoes@rincao.sp.gov.br ou licitacoes.rincao@gmail.com Rincão, aos 19 de março de 2025 LAURA JULIA TENELLO-Pregoeira.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, UASG 380193, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 900002/2025, do tipo menor preço, que trata da aquisição de medicamento. Com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. XX, inciso XX, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A sessão pública ocorrerá no dia 31/03/2025, com início às 10:00, no site www.gov.br/compras. O edital estará disponível em sua íntegra para a leitura e impressão no site https://www.gov.br/pncp.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
IAMSPE- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Acha-se aberto no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, nº 981 - 5º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 234/2025 - NÚMERO DA LICITAÇÃO - 372101- 90406/2025 - PROCESSO DIGITAL: SEI 147.00032535/2024-42 - Constituição de Registro de preços para a prestação de Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra de CONFECÇÃO ENVELOPE PLÁSTICO COM LOGOTIPO. DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 03/04/2025 às 9:00h (horário de Brasília) Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O EDITAL E SEUS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS, NA ÍNTEGRA, NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://COMPRAS.GOV.BR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAIR

Pregão Presencial nº 03/2025 Aviso de Licitação A Prefeitura Municipal de Altair, torna público e comunica aos interessados em participar da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 03/2025, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", que ocorrerá no dia 31/03/2025, às 09:00, cujo objeto: "Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva, serviços de instalação e remoção, com o fornecimento de peças, para os aparelhos de ar-condicionado, de forma eventual, atendendo as necessidades das secretarias e departamentos municipais, por um período de 12 (doze) meses, conforme as especificações descritas.". INFORMAÇÕES: O Edital e seus respectivos anexos poderão ser adquiridos no site https://www.altair.sp.gov.br/, solicitado no e-mail licitacao@altair.sp.gov.br, por telefone (17) 3880-1286 ou retirado na Prefeitura Municipal, situada à Praça Joaquim Carlos Garcia, 384, no horário comercial das 08h00min às 11h00min e das 12h00min às 15h00min. Altair/SP, 20/03/2025. Marco Antonio Ferreira - Prefeito Municipal

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 08/2025 – DL/PMPA. **Órgão:** POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (UASG 925809)
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo de **medicamentos e materiais hospitalares descartáveis para os semoventes carga da Polícia Militar do Pará.**
Data e hora de abertura: 02/04/2025, às 09h00 (horário de Brasília).
Local: www.gov.br/compras. **Informações:** (91) 984094158.
Pregoeira: NAYARA ANDREZA MONTEIRO MATOS - SGT PM RG 37598
O edital se encontra disponível nos sites: **www.compraspara.pa.gov.br** e **www.gov.br/compras**.
Belém-PA, 20 de março de 2025.
MARCELO AMARO DA GAMA – TEN CEL QOPM PM RG 29201
Diretor de Licitação.

MUNICIPIO DE NARANDIBA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laucelino Ferreira, 540, Vila Rica, Narandiba, Estado de São Paulo, CEP 19.220-000, o **PREGÃO ELETRÔNICO S.R.P. Nº 010/2025**, o qual será regido pela Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS (GLP) P45 E P13 PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP.** Fica estabelecido a abertura do processo licitatório para dia **09/04/2025, às 09:00 horas** pelo **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**, e o Edital completo será disponibilizado no portal de site - www.bll.org.br ou fornecido na Prefeitura Municipal de 2.ª a 6.ª feira, das 08h00 às 17h00, na Sala do Setor de Licitações, e-mail: licitacao@narandiba.sp.gov.br, www.narandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3992-9082.
Narandiba, 19 de março de 2025
Danilo Carvalho dos Santos
Prefeito Municipal

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO
EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 205/2025, do tipo menor preço, destinado à: (ANTINEOPLÁSICO); CISPLATINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 MG 50 ML OU 100 ML; CISPLATINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 100 MG 100 ML, ... A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90205/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.
PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

SAAEB SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 06/2025 EDITAL 06/2025 PE 06/2025

O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro – SAAEB AMBIENTAL torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para aquisição de 16.740 kg de Ortopolifosfato de Sódio, na base seca, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A realização da sessão pública ocorrerá em 02/04/2025 às 09h31min no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no site do SAAEB AMBIENTAL: https://saaebambiental.sp.gov.br/ e no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações pelo telefone: 17 3344-5407 ou pelo e-mail saaeb.licitacao@bebedouro.sp.gov.br.
Bebedouro, 19 de março de 2025
Antônio Francisco Armelin Gomes - Presidente

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO
EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 196/2025, do tipo menor preço, destinado à: SEVOFLURANO, 100% LIQUIDO VOLATIL PARA INALACAO, FRASCO 250 ML, VIA INALATORIA.... A realização da Sessão será no dia 09/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90196/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.
PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

Edital de Divulgação do Pleito - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Guarulhos, Arujá, Igaratá, Itaquaquecetuba, Nazaré Paulista e Santa Isabel - SP em atendimento ao artigo 99 do Estatuto, tornamos público que nos dias 11 e 12 de março de 2025, foram realizadas as eleições neste órgão de classe, tendo sido eleitos os seguintes associados para comporem os órgãos de administração e representação; **Diretoria Efetiva: Presidente:** Eduardo Henrique Neves; **1º Vice Presidente:** Vanderlei Sanches; **Secretário Geral:** Edmilson Leite; **1º Secretário Geral:** Pedro Cesar Batista Domingos; **2º Secretário Geral:** Genivaldo Antônio da Silva; **Secretário de Finanças:** Leonardo Pereira dos Santos; **1º Secretário de Finanças:** Washington Fernando de Moraes Coutinho; **Suplentes da Diretoria:** Erasmo Carlos de Oliveira, Alecsandro Ferreira de Andrade, Paulo Henrique de Godoy, Everaldo Barbosa, Everaldo Grangeiro da Silva, Leonidas Caldas de Siqueira e Vagner Belasco; **Efetivos do Conselho Fiscal:** Antônio Carlos de Oliveira Neri, Rosilene de Oliveira Silva, Alison Diogo Ribeiro da Silva; **Suplentes do Conselho Fiscal:** José Sandreano Silvino, Flávia de Jesus Oliveira, Nathalia Ramos Goes; **Delegados Efetivos Junto a Federação:** Eduardo Henrique Neves e Vanderlei Sanches; **Delegado Suplente Junto a Federação:** Alison Diogo Ribeiro da Silva. Os componentes do aludido órgão serão empossados no dia 25 de julho de 2025, com o mandato até 24 de julho de 2030. Obs.: Foram apurados 1.542 votos, sendo: 1.527 na Chapa número 01, 12 votos em branco, 3 votos nulos e deixaram de votar 565 eleitores, total de eleitores inscritos: 2.107. Guarulhos, 18 de março de 2025. **Eduardo Henrique Neves** - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS

Processo nº 26/2025, **Pregão Eletrônico nº 02/2025.** Encontra-se aberta a mencionada licitação, visando AQUISIÇÃO PARCELADA DE FÓRMULA INFANTIL, LEITES ESPECIAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES/NUTRICIONAIS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIRCE REIS-SP. A data inicial para apresentação das propostas será das 0h do dia 21 de março de 2025 e a final às 13h do dia 04 de abril de 2025, enquanto que a sessão eletrônica ocorrerá no dia 04 de abril de 2025, a partir das 13h30, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser encaminhados, exclusivamente, pela mencionada plataforma da BLL. Dirce Reis, 19 de março de 2025. Prof. Marcelo José Demarchi – Prefeito Municipal.

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - CÂMPUS DE RIO CLARO
AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto no Instituto de Biociências de Rio Claro – UASG 102322, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90006/2025 – IB/CRC, objetivando o Registro de preços para futuras contratações de serviços de chaveiro, cujo critério de julgamento é o de menor preço e modo de disputa aberto. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 04 de abril de 2025 às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico www.compras.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 20 de março de 2025 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situado à Avenida 24-A nº 1515 – Bairro Bela Vista – Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital na íntegra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo nº 249/2025 - IB/CRC.

PROCAPE
AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROC. 3478.2025.CPL.PROC.PE.0002.PROCAPE- OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO PELO REGIME DE CONSIGNAÇÃO DE MATERIAL DE BLOCO CIRURGICO. Estimado R$325.163,8946. Proposta até 02/04/25 às 9:30h. Disputa 02/04/25 às 10:00h. **PROC. 3481.2025.CPL.PROC.PE.0003.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HEMODINAMICA. Estimado R$172.400,7265. Proposta até 01/04/25 às 8:00h. Disputa 01/04/25 às 8:30h. **PROC. 3485.2025.CPL.PROC.PE.0004.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FIO DE SUTURA. Estimado R$45.887,58. Proposta até 02/04/25 às 8:00h. Disputa 02/04/25 às 8:30h. **PROC. 3486.2025.CPL.PROC.PE.0005.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO PELO REGIME DE CONSIGNAÇÃO DE ELETRODO, INTRODUTOR E MARCAPASSO. Estimado R$764.098,0656. Proposta até 02/04/25 às 10:30h. Disputa 02/04/25 às 11:00h. **PROC. 3487.2025.CPL.PROC.PE.0006.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO PELO REGIME DE CONSIGNAÇÃO DE MATERIAL DE HEMODINAMICA. Estimado R$85.764,105. Proposta até 07/04/25 às 8:00h. Disputa 07/04/25 às 8:30h. **PROC. 3488.2025.CPL.PROC.PE.0007.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. Estimado R$413.551,7526. Proposta até 03/04/25 às 9:30h. Disputa 03/04/25 às 10:00h. **PROC. 3495.2025.CPL.PROC.PE.0008.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO. Estimado R$353.895,1544. Proposta até 07/04/25 às 9:30h. Disputa 07/04/25 às 10:00h. **PROC. 3496.2025.CPL.PROC.PE.0009.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO PELO REGIME DE CONSIGNAÇÃO DE MATERIAL DE HEMODINAMICA. Estimado R$85.247,19. Proposta até 01/04/25 às 09:30h. Disputa 01/04/25 às 10:00h. **PROC. 3497.2025.CPL.PROC.PE.0010.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ENOXAPARINA SÓDICA. Estimado R$1.452.675,8519. Proposta até 01/04/25 às 10:30h. Disputa 01/04/25 às 11:00h. **PROC. 3506.2025.CPL.PROC.PE.0011.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO. Estimado R$178.548,333. Proposta até 03/04/25 às 8:00h. Disputa 03/04/25 às 8:30h. Editais www.peintegrado.pe.gov.br. Inf (81)3181-7120, licitacao@procape.upe.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à habilitação previamente digitalizados.
Recife, 19/03/25. Ana Batista Pregoeira.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO
EDITAL

Encontra-se aberto, **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2025**, do tipo menor preço, destinado à aquisição HIDROXIDOS; MUCILOIDE HIDROFILO; POLICRESULENO; COLESTIRAMINA; PROXIMETACAINA; DEXAMETASONA e CIPROFLOXACINOC.... A realização da Sessão será no dia 07/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90208/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2025**, do tipo menor preço, destinado à aquisição LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTERIL.... A realização da Sessão será no dia 07/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90209/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2025**, do tipo menor preço, destinado à aquisição LIDOCAINA; PIPERACILINA; COLISTIMETATO DE SÓDIO; SIMETICONA; SACUBITRIL e CIPROFLOXACINO.... A realização da Sessão será no dia 07/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90210/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2025**, do tipo menor preço, destinado à aquisição PAZOOANIBE; CARBOPLATINA; PACLITAXEL; VIMBLASTINA e FULVESTRANTO.... A realização da Sessão será no dia 07/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90211/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.gov.br/pncp/pt-br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Ribeirão Preto, 19 de Março de 2025.
PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 15-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 36-2025
S.R.P. Nº. 13-2025
DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:
03 de abril de 2025, às 09h00min.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (DESKTOP; NOTEBOOK; IMPRESSORA E TABLET) PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Encontra-se aberto a licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 15-2025 – PROCESSO Nº. 36-2025 – S.R.P. Nº. 13-2025**, cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (DESKTOP; NOTEBOOK; IMPRESSORA E TABLET) PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, conforme especificações apresentadas junto ao Edital e seus anexos, ***com o recebimento das propostas a partir do dia 20 de março de 2025, às 08h00min, com o encerramento no dia 03 de abril de 2025, às 08h30min.*** O Pregão na forma Eletrônica será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). **Iniciando a etapa de lances a partir do dia 03 de abril de 2025, às 09h00min, horário de Brasília-DF.** O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.bll.org.br; www.pirapozinho.sp.gov.br - link: Licitações - Consultas de Editais e www.pncp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no telefone (18) 3269-9900 R: 9919 ou e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 19 de março de 2025, Claudemir Antonio de Matos - Agente de Contratação / Pregoeiro.

RETIFICAÇÃO – AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 14-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 35-2025 - S.R.P. Nº. 12-2025
DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:
02 de abril de 2025, às 09h00min.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADOS MATERIAIS ESPORTIVOS PARA DIVISÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO E DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ONDE SE LÊ: Iniciando a etapa de lances a partir do dia 08 de abril de 2025, às 09h00min, horário de Brasília-DF. LEIA-SE: Iniciando a etapa de lances a partir do dia 02 de abril de 2025, às 09h00min, horário de Brasília-DF. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 19 de março de 2025. Claudemir Antonio de Matos - Agente de Contratação / Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO O ELETRÔNICO Nº 05/2025

A Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre-SP., torna público que fará realizar a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 05/2025. Objeto: Aquisição de 01 Veículo 0km para Atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrições técnicas do Termo de Referência – Anexo ao Edital. Recebimento das propostas até 31/03/2025 às 17h. Disputa dia 01/04/2025 às 10h.15min. Edital disponível na íntegra: www.campinadomontealegre.sp.gov.br. Informações pelo e-mail: licitacoes@campinadomontealegre.sp.gov.br ou pelo telefone (15)3256-1212 ou pelo Portal de Licitações do Brasil – www.bll.org.br. Campina do Monte Alegre, 04 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 - PROCESSO Nº 17/2025

Objeto Registro de Preços para eventual prestação de serviços de manutenção dos veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Fartura, incluindo serviços de borracharia, com eventual fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha, a vigorar por 12 meses. Comunicamos que o Pregão Eletrônico 07/2025 está SUSPENSO por determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O novo edital será publicado nos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. INFORMAÇÕES: Telefone (14) 3308-9332; Site: www.fartura.sp.gov.br.

FARTURA, 19 de março de 2025.
Luiz Marcos de Souza – Prefeito Municipal

SINDICATO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS, PEQUENAS E MICRO EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE VEÍCULOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **Sindicato Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos, Pequenas e Micro Empresas de Transportes Rodoviários de Veículos**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.351.971/0001-49, por intermédio de seu presidente José Ronaldo Marques da Silva, convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, com fundamento no artigo 16, §3º, alínea A de seu Estatuto Social, para a Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 27/03/2025, na sede social do Sindicato, localizada à Estrada dos Casa, nº 1795 – Bairro Dos Casa, São Bernardo do Campo – São Paulo, CEP: 09840-000, em 1ª convocação às 08:30 e em 2ª e última convocação, às 10:30, com finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Deliberação Acerca da Aprovação da Convenção Coletiva da Categoria – 2025/2026

São Bernardo do Campo, 19 de março de 2025. **JOSÉ RONALDO MARQUES DA SILVA - Presidente**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADENDO Nº 01 - PREGÃO ELETRÔNICO PE DGA SAÚDE Nº 90007/2025 - Id contratação PNCP: 46068425000133-1-000116/2025 - PROCESSO Nº 01-P-48567/2023 - OBJETO: Registro de Preços de Produtos que Serão Utilizados em Equipamentos de Refrigeração, com Comodato. A UNICAMP torna público o Adendo nº 01 ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, que encontra-se na íntegra publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), no dia 20/03/2025. Em razão da modificação realizada no Edital, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 55 da Lei Federal nº 14133/2021, as datas da licitação passarão a ser as seguintes: **Abertura da sessão pública em: 02/04/2025 às 09h30.**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00603670792025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº da Contratação: 90399/2025
Nº Processo: 147.00031544/2024-51
Objeto: PRÓTESES VALVULAR MITRAL
Total de Itens Licitados: 4 (Quatro). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 20/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 02/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA 90152/2025, UASG 450161**, Processo nº. **01-P-33363/2024**, do tipo **menor preço unitário por item**, destinado a Aquisição de Servidores para virtualização de serviços internos e processamento de dados. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 04/04/2025 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**).

Edital de Convocação Assembléia Geral Ordinária 31/03/2025 - O Diretor Presidente da **CPTI - Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais**, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 33 (trinta e três) cooperados em condição de votar, para comparecerem à **Assembléia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 31 de março de 2025, na Rua Victor Brecheret, 59 – 1º andar, Osasco – SP, em 1ª convocação às 09h00, com 2/3 (dois terços) de seus associados; em 2ª convocação às 09h30, com metade mais um dos seus associados, ou em 3ª convocação às 10h00 horas com o mínimo de 10 (dez) associados, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de contas do órgão de administração para o exercício de 2024, compreendendo: a) Balanço Geral do exercício e Parecer do Conselho Fiscal; e, b) Relatório da Diretoria; 2) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 4) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Nota:** Inicialmente esta AGO estava marcada para o dia 25/03/2025; por motivo de força maior teve que ser adiada Osasco, 19 de março de 2025. **Amantino Ramos de Freitas.** - Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA EDITAL - **Sindicato das Empresas de Cursos e Treinamentos de Manutenção e Informática do Estado de São Paulo - SINDEINFORMÁTICA**, convoca todas as empresas do seguimento de cursos e treinamentos manutenção informática do estado de São Paulo, filiado ou não, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 21/03/2025, às 10:00hs, na sede da entidade, Rua José Martins, 35 Vila Hortência Sorocaba-SP. Para deliberarem a seguinte ordem do dia: a) Leitura e Discussão e Análise da Pauta reivindicatória do sindicato dos trabalhadores na empresas de informática do Estado de São Paulo – SINDIESP, para aditar a norma coletiva de trabalho 2024/2025. b) Poderes à diretoria do sindicato para firmar acordo, convenção coletiva ou defender em instauração de dissídio coletivo em instância superior TRT/TST, c) fixação de contribuição para custeio da organização sindical, em especial de seu aparelhamento para futuras negociações, fiscalização do cumprimento da norma que for estabelecida, representação da categoria, defesa de interesses coletivos e direitos individuais. Na assembleia será definido a forma de oposição à contribuição para o custeio do sistema de representação. Não havendo quórum, a AGE, será realizada às 10:30 em 2ª convocação com qualquer número de presentes, conforme preceitua o estatuto social da entidade. Os representantes das empresas do setor de cursos, deverão comprovar sua representatividade através do contrato social da empresa, sendo somente admitido a participação dos empresários, sem validade de representação por procuração ou carta de preposição. São Paulo, 19 de março de 2025 Edson Nunes Sobrinho – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUPI - PE

AVISO DE EDITAL

Processo: 026/2025-Pregão Eletrônico: 013/2025, Objeto Nat: Aquisição parcelada de material de limpeza para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Jupi/PE. Valor máximo global admitido: R$ 1.439.883,70. Limite para acolhimento das propostas: Às 08:00hs do dia 02 de abril de 2025. Abertura das propostas: Às 08:00hs do dia 02 de abril de 2025. Início da sessão de disputa: ÀS 09:30hs do dia 02 de abril de 2025. Informações no site www.bnc.org.br, pelo telefone (87) 92000-7790 ou pelo e-mail: cpl_jupi@hotmail.com

Jupi - PE, 19 de março de 2025.
Cícero Leandro Vieira-Pregoeiro.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1201 à 1207 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais fabricante do produto: **RMT 0200:** Radar Meteorológico de Banda S, dupla polarização em estado sólido (não valvulado). Sistema de Radar Meteorológico Banda S polarimétrico, com tecnologia de amplificador em estado sólido (não valvulado), compressão de pulsos NLFM (*Nonlinear Frequency Modulation*), sistema transceptor baseado em tecnologia de Rádio Definido por Software (SDR) e sistema irradiante com um grau de abertura de feixe nas polarizações horizontal e vertical simultaneamente com os seguintes módulos integrados: - Sistema RCC "Bem-Te-Vi" responsável por efetuar todo o controle e supervisão do sistema Radar Meteorológico, gestão de interlocks de segurança, acionamento de radiação, mudança de largura de pulso e controle de posicionamento e movimentação da antena, incluindo Módulo de Detecção de Interferência de RF (SCCE 0100) com tecnologia DBF (*Digital Beam Forming*). - Centro de Visualização e de Operação Local e Remota e Centro de Comando e Controle WEB com integração a sistemas ATC (*Air Traffic Control*) através de capacidades SWIM (*System Wide Information Management*), incluindo geração e disseminação de geração de produtos STSC (Sistema de Tempo Severo Convectivo) e PDMR (Processamento de Dados Meteorológicos em Radar), bem como integração nativa com o Sistema Webradar, incluindo serviços de instalação, projeto executivo, assistência técnica, suporte logístico integrado, manutenção, modernização e cursos de treinamentos correspondentes, bem como respectivos acessórios, sobressalentes, partes e peças destinados à instalação e manutenção deste sistema. A se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 20 de março de 2025.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá
Aviso de Prorrogação de Licitação. Processo: Pregão Eletrônico nº 014/2025. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de gêneros alimentícios, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social. Edital e local da sessão pública: www.licitacoesguaratingueta.com.br. Data da sessão: 04/04/2025, às 10:00 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00599620132025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº da Contratação: 90368/2025
Nº Processo: 147.00003330/2025-10
Objeto: PEQUENOS E GRANDES FRAGMENTOS – PLACAS ESPECIAIS
Total de Itens Licitados: 6 - Agrupamento (Seis) - Vide Edital.
Valor total da licitação: Sigiloso **Disponibilidade do edital:** 21/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00603083172025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº da Contratação: 90372/2025
Nº Processo: 147.00025321/2024-10
Objeto: LENTES DE CONTATO RGP (RIGIDA GAS PERMEAVEL)
Total de Itens Licitados: 2 (Dois). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 21/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00603096812025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº da Contratação: 90295/2025 - **Nº Processo:** 147.00032819/2024-39
Objeto: FIO GUIA, PARAFUSO DE BLOQUEIO, HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA RETROGRADA
Total de Itens Licitados: 1 - Agrupamento (Um).
Valor total da licitação: Sigiloso **Disponibilidade do edital:** 21/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00603054382025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº da Contratação: 90723/2024
Nº Processo: 147.00027985/2024-24
Objeto: INTRODUCTOR PARA ANGIOGRAFIA MICRO GUIA 0,010
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 21/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00603070222025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº da Contratação: 90100/2025
Nº Processo: 147.00031008/2024-11
Objeto: ALIMENTOS NUTRICIONAIS PARA DIETAS ENTERAL OU ORAL
Total de Itens Licitados: 3 (Três). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 21/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00600981202025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº da Contratação: 90297/2025
Nº Processo: 147.00036831/2024-12
Objeto: INTRODUTOR FEMORAL 9F
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 20/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 02/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 87/2025 - PE SMS nº 41/2025 - Processo: 181.890/2024 Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93087/2025** Registro de Preços **AMPLA PARTICIPAÇÃO MODO DE DISPUTA ABERTO** por meio da INTERNET Tipo Menor Preço por item - **Objeto** Aquisição de INSUMOS HOSPITALARES, devidamente especificados no anexo I do edital, através do sistema de registro de preços. Período para entrega das propostas: **20/03/2025 às 8h até 02/04/2025 às 9hm**. Data prevista para abertura da sessão pública: **02/04/2025 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br. **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000121/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 19/03/2025 compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanetto Diretora da Divisão Compras e Licitações S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 121/2025 - PE SMS nº 75/2025 - Processo: 16.810/2025 Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93121/2025** Registro de Preços **AMPLA PARTICIPAÇÃO MODO DE DISPUTA ABERTO** por meio da INTERNET Tipo Menor Preço por item - **Objeto** Aquisição de INSUMOS HOSPITALARES, devidamente especificados no anexo I do edital, através do sistema de registro de preços. Período para entrega das propostas: **20/03/2025 às 8h até 02/04/2025 às 9hm**. Data prevista para abertura da sessão pública: **02/04/2025 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br. **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000120/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 19/03/2025 compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanetto Diretora da Divisão Compras e Licitações S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 122/2025 - PE SMS nº 77/2025 - Processo: 9.576/2025 Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93.122/2025 (SRP)** Sistema de Registro de Preço **AMPLA PARTICIPAÇÃO MODO DE DISPUTA ABERTO** por meio da INTERNET Tipo Menor Preço por item - Objeto: ***AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS***. Período para entrega das propostas: **de 21/03/2025 08:00:00 até 02/04/2025 09:00:00**. Data prevista para abertura da sessão pública: **02/04/2025 às 09h. Pregoeiro: Renato Vinicios Aquino**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000126/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 19/03/2025 compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscila Dionisio Zanotto Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

One UI 7, nova versão da interface para dispositivos Galaxy Divulgação/Samsung

Samsung lança em abril One UI 7, com novas funções de IA

TEC

SÃO PAULO Em 7 de abril, a Samsung irá implementar a One UI 7 nova versão de sua interface para dispositivos Galaxy com design renovado e recursos avançados de inteligência artificial (IA).

A nova interface, One UI 7, é a mais personalizada já feita pela Samsung, segundo o executivo da empresa para smartphones, TM Roh.

Inicialmente, a One UI 7 estará disponível para Galaxy S24, Galaxy Z Fold6 e Galaxy Z Flip6, sendo expandida gradualmente para outros smartphones e tablets da linha Galaxy.

Segundo a Samsung, a nova interface terá um visual mais moderno e intuitivo com uma tela inicial simplificada, widgets redesenhados e uma tela de bloqueio mais personalizável.

Entre as novidades está a Now Bar, que fornece atualizações em tempo real diretamente na tela de bloqueio, permitindo o acesso rápido a informações como progresso de atividades físicas e reprodução de músicas, sem a necessidade de desbloquear o dispositivo.

A atualização inclui o Galaxy AI, que permite simplificar tarefas diárias e minimizar a necessidade de alternar entre aplicativos. Um dos destaques é o Seleção AI, que entende o contexto de uso e sugere ações intuitivas. Por exemplo, ao assistir a um vídeo, é possível salvar um trecho como um arquivo GIF com apenas um toque no Painel Edge. Já o Assistente de Escrita ajuda a resumir ou formatar textos automaticamente.

Outros recursos incluem o Desenho Inteligente, que combina prompts de texto e imagens para criação gráfica, e o Eliminador de Áudio, que possibilita remover ruídos indesejados em vídeos.

SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

SERVIÇO FUNERÁRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS INFORMA: ENCONTRA-SE NA CÂMARA FRIA DO NECROTÉRIO DO CEMITÉRIO PQ. N. SRA. DA CONCEIÇÃO, O CADÁVER ABAIXO RELACIONADO NÃO RECLAMADO ATÉ A PRESENTE DATA, O QUAL SERÁ DOADO À UNIVERSIDADE PARA ESTUDOS OU PESQUISAS CIENTÍFICAS. MARIANO VICENTE DE MELO, COM 72 ANOS DE IDADE, COR BRANCA, SEXO MASCULINO, NASCIDO NA CIDADE DE MACAPARANA/PE AOS 15/03/1952, FILHO DA SRA. JOSEFA LEONOR DE MELO, SEM ENDEREÇO FIXO NESTA CIDADE, DEMAIS DADOS IGNORADOS. FALECIDO ÀS 18:50 DO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2025, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO CARLOS LOURENÇO, NESTA CIDADE. CONFORME REMOÇÃO N. 392/2025 – SETEC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS

Processo nº 25/2025. **Pregão Eletrônico nº 01/2025.** Encontra-se aberta a mencionada licitação, visando "AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME CONVÊNIO /MAPA Nº 9?5872/2021 – PLATAFORMA +BRASIL N.950908/2021" A data inicial para apresentação das propostas será das 0h do dia 21 de março de 2025 e a final às 8h do dia 04 de abril de 2025, enquanto que a sessão eletrônica ocorrerá no dia 04 de abril de 2025, a partir das 8h30, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser encaminhados, exclusivamente, pelo mencionado plataforma da BLL. Dirce Reis, 19 de março de 2025. Prof. Marcelo José Bernardo – Prefeito Municipal.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 27/03/2025, às 14h15 | 2º Público Leilão: 31/03/2025, às 14h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pelo Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1906, TIPO "1", 19º ANDAR OU 24º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 01 – EDIFÍCIO MILANO, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DUE**, situado na Rua Antonieta, nº 280, Bairro do Picanço, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 58,4375m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,9450m² da área bruta de garagem, destinado a uma vaga para estacionamento de veículo de passeio em lugar indeterminado, na garagem coletiva localizada no primeiro, segundo, terceiro ou quarto subsolos da edificação, sendo que a utilização do estacionamento poderá se sujeitar a atuação de manobrista; Comum de Divisão Proporcional de 17,8002m², sendo 10,6873m² de área padrão de construção comum do condomínio, e 7,1929m² de área real de infraestrutura comunitária e de lazer, totalizando 95,0659m² de área padrão de construção, e 102,2627m² de área real ou bruta; FIT de 14,2582m² ou 0,2118%. Matrícula Imobiliária nº 140.763 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.38.0418.01.114. Consolidação da Propriedade em 25/02/2025. **Valores: 1º Leilão: R$ 568.785,22. 2º Leilão: R$ 334.221,04. Encargos do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **v) Venda *AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **EDSON AGARI**, CPF nº 277.543.818-00, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponíveis no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

(Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/MF nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ (**"Agente Fiduciário"**), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 14:30 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (**"Emissão"**, **"Emissora"** e **"Debêntures"**, respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada (**"Escritura de Emissão"**), **a reunirem-se para reabertura da assembleia geral de Debenturistas, que irá acontecer exclusivamente presencial, no dia 20 de março de 2025, às 14:30 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar, São Paulo -SP.** Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte ordem do dia (**"Ordem do Dia"**): a) a aprovação de acordo entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (**"ARTESP"**) e a Emissora (**"Acordo ARTESP"**) acerca dos créditos detidos pela ARTESP em face da Emissora. O Acordo ARTESP está em negociação na data da publicação deste edital e, uma vez assinado, será prontamente disponibilizado aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva deliberação em AGD, através dos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de formalização do Acordo ARTESP nos autos do incidente de impugnação de crédito movida pelo Agente Fiduciário contra a ARTESP, processo nº 1002276-63.2020.8.26.0526 (**"Impugnação"**), inclusive com a desistência, se necessário, por parte do Agente Fiduciário, dos pedidos formulados no âmbito da Impugnação e do agravo de Instrumento nº 2031082-83.2021.8.26.0000, interposto pela ARTESP (**"Agravo de Instrumento"**). Fica certo desde já, que em caso de desistência, a mesma somente será peticionada, caso a parte impugnada abra mão em integralidade de qualquer possível verba sucumbencial. O Acordo ARTESP está em negociação na data da publicação deste edital e, uma vez assinado, será prontamente disponibilizado aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva deliberação em AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) a aprovação do pedido de suspensão da Impugnação e do Agravo de Instrumento pelo Agente Fiduciário durante o curso da negociação dos termos e condições do Acordo ARTESP pela Emissora, caso necessário; d) aprovação de ajustes à redação do Anexo 1.1.52, que corresponde à minuta da Escritura de Emissão de Debêntures de Resultado ao Plano de Recuperação Judicial da Emissora (a ser disponibilizado pelos assessores da emissão, e circulada na íntegra pelo Agente Fiduciário através do endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**), sendo que a versão ajustada do Anexo 1.1.52. – minuta da Escritura de Emissão de Debêntures de Resultado será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD (**"novo Anexo 1.1.52 ao PRJ"**) nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias, para que sejam formalizados o Acordo ARTESP e o novo Anexo 1.1.52 ao PRJ, e que serão prontamente informadas/disponibilizadas aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br.** Instruções Gerais: Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Companhia (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – Internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais. Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da AGD, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à AGD, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGD, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da AGD. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (18, 19 e 20/03/2025)

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

(Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/MF nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (Em processo de recuperação Judicial).

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ (**"Agente Fiduciário"**), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 18 de abril de 2022, às 15:30 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (**"Emissão"**, **"Emissora"** e **"Debêntures"**, respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada (**"Escritura de Emissão"**), **a reunirem-se para reabertura da assembleia geral de Debenturistas, que irá acontecer exclusivamente presencial, no dia 20 de março de 2025, às 15:30 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar – São Paulo-SP, 05501-050.** Os Debenturistas deverão **deliberar sobre** (**"Ordem do Dia"**): a) a aprovação de ajustes à redação do Anexo 1.1.60, ao Plano de Recuperação Judicial da Emissora (**"PRJ"**) (a ser disponibilizado pelos assessores da emissão, e circulada na íntegra pelo Agente Fiduciário através do endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**), que corresponde à minuta do Regulamento do Fundo IE, conforme termo definido no PRJ, tendo em vista as exigências formuladas nos processos de emissão de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (**"ANBIMA"**), sendo que a versão ajustada do Anexo 1.1.60. – minuta do Regulamento do Fundo IE será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD ("novo Anexo 1.1.60 ao PRJ") nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitada ao Agente Fiduciário pelo endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação da minuta da Escritura de Emissão das Debêntures Novos Recursos (conforme definidas no PRJ), sendo que a minuta da Escritura de Emissão das Debêntures Novos Recursos será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) a aprovação de Aditamento ao Anexo 2.2.1. do PRJ, que corresponde à Proposta Vinculante de Condições para Atuação Geribá (**"Aditamento à Proposta Vinculante Geribá"**), incluindo a possibilidade de extensão do prazo previsto na Cláusula 7 deste documento, sendo que a minuta do Aditamento à Proposta Vinculante de Condições para Atuação Geribá será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitada ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; d) aprovação de proposta para atualização do laudo de avaliação das Debêntures ROVT11 (**"Proposta Avaliação"**), no caso de ser demandada, pela CVM, a apresentação de laudo atualizado para fins da subscrição de cotas do Fundo IE, sendo que a minuta da Proposta Avaliação será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitada ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para que sejam formalizados (i) o Anexo 1.1.60. ao PRJ, que corresponde ao Regulamento do Fundo IE em virtude de exigências que possam vir a ser formalizadas pela CVM ou ANBIMA, (ii) a minuta da Escritura de Emissão das Debêntures Novos Recursos (conforme definidas no PRJ); (iii) Aditamento à Proposta Vinculante Geribá; e (iv) a Proposta Avaliação, e que serão prontamente informadas/disponibilizadas aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitadas ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br.** Instruções Gerais: Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Companhia (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – Internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais. Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da AGD, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à AGD, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGD, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da AGD. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (18, 19 e 20/03/2025)

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA

FAI

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO 08/2025

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES (CÓPIAS/DIGITALIZAÇÃO/IMPRESSÃO) COM COMODATO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E SUPORTE TÉCNICO". **TIPO:** Menor preço global. **INÍCIO REC. PROPOSTA:** 21/03/2025. **FIM REC. PROPOSTA:** 03/04/2025 09:00 - **INÍCIO DISPUTA:** 03/04/2025 09:15 - **TIPO DE LANCE:** MENOR LANCE - **TIPO ENCERRAMENTO:** ABERTO. SUPORTE AO FORNECEDOR (41) 3097-4600 contato@bll.org.br. Para demais informações contato via e-mail: licitacao@fai.com.br, telefones: 1835027033 ou 1835027028. Edital disponível em: https://portal.unifai.com.br, PNCP e BLL.

Adamantina (SP), 19 de março de 2025. Prof. Dr. Alexandre Teixeira de Souza - **Reitor**

RICO

Somente Online **Encerramento 21/03/2025** Eletrobras

Edital VD 2025.0001 (Venda Proposta) - Transformador Força

Modalidade: PROPOSTA (www.ricoleiloes.com.br)

Abertura do recebimento de propostas: 13 de março de 2025 às 10h00m

Encerramento do recebimento de propostas: 21 de março de 2025 às 15h00m.

EDITAL COMPLETO acesse www.ricoleiloes.com.br

** Maiores informações, condições de participação, visitação, acesse o edital completo no site.

Leiloeiro Oficial – Victor Senna Gir Andrade – JUCESP 1132

Tel. (11) 4040-8060 | www.RicoLeiloes.com.br

ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico

AVISO

Em conformidade ao disposto no artigo 12 de seu Estatuto, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informa que o Relatório de Administração (Relatório Anual ONS 2024) e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, estarão disponíveis a partir de 21 de março de 2025 em seu site: www.ons.org.br.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.
Operador Nacional do Sistema Elétrico

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online — zuk

Credora Fiduciária: GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.
Fiduciante: FRANCISCO ALEX DE SOUZA

LOTE 01 - Descrição do imóvel: Um Terreno Urbano, designado lote "31" da quadra "C", de formato retangular, situado no loteamento denominado "Terra Nobre 3", localizado no bairro do Furquim, Km. 37,600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: mede 5,00 de frente para a Rua 19 (Dezenove), igual largura nos fundos, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados; encerrando assim uma área superficial de 125,00 metros quadrados, confrontando do lado direito visto da rua com a Viela 1; do lado esquerdo com o lote nº 13 e pelos fundos com o lote nº 13. **Imóvel objeto da matrícula nº 125.671 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** (i) Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como: Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. **(ii)** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 04/04/2025, às 11:30 h. Lance mínimo: R$ 162.426,86. >2º Leilão: 11/04/2025, às 11:30 h. Lance mínimo: R$ 239.924,71.**

O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, quem o primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. Eventuais atos/menções de ações judiciais, no site zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulam a atividade da leiloeira. Demais informações no edital completo disponível no site do leiloeiro. DORA PLAT, leiloeira oficial - JUCESP nº 744.**

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

FRANCO LEILÕES — LEILÃO DE IMÓVEL — inter

Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG

ONLINE

1º LEILÃO: 14/04/2025 - 10:10h - 2º LEILÃO: 15/04/2025 - 10:10h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa**, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.059.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Unidade condominial apartamento nº 24, localizado no 2º andar do bloco 03, do "Condomínio Jardim da Figueira", situado à Rua Orlando Carneiro, 330, Ubatuba/SP possuindo 90,97m² de área útil, acrescida de área comum de 60,411823m², totalizando 150,381823m², com uma fração ideal no terreno de 73,091384m², cabendo a dito apartamento a vaga de estacionamento nº 08, contendo uma área útil de 12,50m², acrescida de área comum de 10,7567m², totalizando 23,21567m², com uma fração ideal no terreno de 11,283723 m², localizada no andar térreo do referido bloco. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 120675.2.0036818-06 trasladada da Matrícula nº 36.918 do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Ubatuba/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: dia 14/04/2025, às 10:10 horas, e 2º Leilão dia 15/04/2025, às 10:10 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: CARLOS ALBERTO CAVALIERE, brasileiro, separado consensualmente, empresário, nascido em 03/02/1966, C.I. 10208540 SSP/SP, CPF: 053.000.858-75, residente e domiciliado à Rua Hans Staden, nº 770, Centro, Ubatuba, CEP: 11.680-000. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01. **DO PAGAMENTO:** O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES 1º Leilão: R$ 750.771,79 (setecentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos) 2º leilão: R$ 375.385,90 (trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos)**, calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF/CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até **24** (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o(a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG. **13/03/2025.**

www.francoleiloes.com.br (31) 3360-4030

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta no Complexo Penitenciário de Itapetininga/SP, PREGÃO ELETRÔNICO número 90002/2025, destinado a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 02/04/2025, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Seção de Finanças e Suprimentos do Complexo Penitenciário de Itapetininga.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta no Complexo Penitenciário de Itapetininga/SP, PREGÃO ELETRÔNICO número 90003/2025, destinado a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 01/04/2025, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Seção de Finanças e Suprimentos do Complexo Penitenciário de Itapetininga.

SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP

LICITAÇÃO: Processo nº 2025/PRC000737 - ORGÃO:- Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo - SAAE. **MODALIDADE:** Pregão nº 03/2025 (Eletrônico) - **Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição futura de materiais de expediente e papelaria para reposição dos estoques do almoxarifado central do SAAE AMPARO, pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme edital e anexos. **DATA DE ENCERRAMENTO:** 02/04/2025 Às 09h00. O Edital estará disponível a partir do dia 19/03/2025, até o final da tarde, sem ônus através do site www.saaeamparo.sp.gov.br ou na Divisão de Suprimentos do SAAE AMPARO das 09:00 às 16:00 horas. **INFORMAÇÕES:-** Tel.: (19) 3808-8400 – **RAMAIS 237, 261 ou e-mail:** compras@saaeamparo.sp.gov.br

Publique-se.
Amparo, 19 de março de 2025.
Valdenir de Souza Dabler
Gerente da Divisão de Suprimentos

Edital de Convocação

O **SINDEELOCADESP – Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.632.846/0001-19, com sede à Rua Capitão Salomão, nº 27, 3º andar, conj. 304, Centro, São Paulo/SP, CEP 01034-020, neste ato representado por sua Diretora Presidente, Dircelene Batista Ferreira, amparado no Artigo 15º do Estatuto Social, convoca todos os trabalhadores quites com suas obrigações estatutárias, com abrangência estadual, no Estado de São Paulo, para comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária a se realizar dia 24/03/2025, na sede do Sindicato, sito no Largo do Paissandu, nº 51, 16º andar, sala 1602-B, Centro, São Paulo-SP, CEP 01034-010, às 11:00 hs. em primeira convocação e às 12:00 hs. em segunda e última convocação com qualquer número de presentes para discutir, aprovar ou não a seguinte Ordem do Dia: **a)** Complementação dos cargos da Diretoria por motivo de renúncia de Diretor; **b)** Remanejamento dos cargos da Diretoria do Sindicato; **c)** Assuntos diversos de interesse da categoria. São Paulo, 20/03/2025. ***Dircelene Batista Ferreira*** – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 62/2024 – PAC nº 124/2024 - RP 45/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte externo, tratamento térmico (incineração) e destinação final das cinzas em aterro classe I dos resíduos químicos tipo B. Abertura de proposta dia 07/04/2025 às 09:00h. Edital completo no site: www.portaldecompraspublicas.com.br do Portal de compras públicas e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 Superintendência de Suprimentos 19/03/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 08/2025 – PAC nº 16/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar com locação de enxovais. Abertura de proposta dia 10/04/2025 às 09:00h. Edital completo no site: www.portaldecompraspublicas.com.br do Portal de compras públicas e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 19/03/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 52/2024 – PAC nº 105/2024 – RP nº 39/2024. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de acessórios para eletrocardiógrafos, oxímetros e monitores multiparâmetros. Abertura de proposta dia 11/04/2025 às 09:00h. Edital completo no site: www.portaldecompraspublicas.com.br do Portal de compras públicas e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.belim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 Superintendência de Suprimentos – 19/03/2025.

seminários folha

Acesse o site
folha.com/seminariosfolha

CSI GOVERNAMENTAL

AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Companhia de Soluções e Inteligência Governamental - CSI Governamental, convoca seus acionistas para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 07 de abril de 2025, segunda-feira, às 17h00min., por meio virtual, para deliberação sobre a seguinte **PAUTA:**

a) Eleição dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Fiscal;

b) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal;

c) Discussão e aprovação das demonstrações financeiras, do exercício do ano de 2024, e

d) Discussão e aprovação do relatório de administração do exercício de 2024. Roberta Alves de Castro – Presidente do Conselho de Administração da CSI Governamental. Data: 18 de março de 2025.

ITAIPU BINACIONAL

CONCORRÊNCIA BINACIONAL EF 1075-24

Objeto: serviços de limpeza, conservação e higienização, incluindo o suprimento de materiais e serviços de apoio diversos, e manutenção das instalações da área industrial da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Condição de Participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil ou no Paraguai.

Caderno de Bases e Condições: disponível nos sites https://portaldofornecedor.itaipu.gov.br ou https://apps.itaipu.gov.py/PPMD/

Recebimento das Propostas: 24 de abril de 2025, com início às 9h30 (horário de Brasília), no Auditório da Diretoria Financeira - Usina Hidrelétrica de ITAIPU, Margem Direita.

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.
Superintendente Adjunto de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 039/2025 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025** A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS, com instalações inclusa, nas Escolas Municipais deste Município, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ANEXO I DO PRESENTE edital, através de Emenda Parlamentar. Vencimento: 01/04/2025 às 09h00. Edital completo: Setor de Licitações da Prefeitura - Av. Antônio Marinho 319, Caiuá-SP, ou no site www.compras@caiua.sp.gov.br/ www.licitardigital.com.br Caiuá/SP, 18/03/2025. Jayme Salvador Alves - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 - PROCESSO Nº 262/2025

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2025, Processo nº 262/2025. Resumo do objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos, conforme quantidades e especificações anexas ao edital. O recebimento das propostas será das 08h00 do dia 20/03/2025 até às 08h00m do dia 02/04/2025. A abertura das propostas será no dia 02/04/2025, dando início da disputa de preços no mesmo dia às 08h30m. O edital completo poderá ser obtido gratuitamente no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br e no site www.nhandeara.sp.gov.br. Nhandeara/SP, 19 de março de 2025. – Antônio Marques do Nascimento Júnior - Prefeito Municipal.

PECINI LEILÕES — **PROVÍNCIA**

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 27/03/2025, às 10h45 | 2º Público Leilão: 31/03/2025, às 10h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado na cidade de São Paulo/SP, em 27/10/2022, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 05, DA QUADRA "E", DO LOTEAMENTO "JARDIM CORONEL VICTOR MEIRELLES"**, sobre o qual consta a construção de um **PRÉDIO RESIDENCIAL**, situado na Rua Antônio Alves dos Santos, nº 133, Santa Rita do Passa Quatro/SP, com **ÁREA CONSTRUÍDA DE 188,29m² (conforme Laudo de Avaliação de 01/07/2024) ou 201,85m² (conforme Certidão de Valor Venal emitida em 27/02/2025)**, não averbada na matrícula do imóvel, e com **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 250,00m²**, mais bem descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 2.510 do CRI de Santa Rita do Passa Quatro/SP. Inscrição Imobiliária nº 02.0442.0221.000. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 357.248,62. 2º Leilão: R$ 215.455,25. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, despesas e impostos para a regularização da construção e benfeitorias junto ao CRI de Santa Rita do Passa Quatro/SP e todos os demais órgãos competentes; **6.** Constam Processos nºs 1000181-55.2024.8.26.0547, em trâmite junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro/SP e 1001007-81.2024.8.26.0547, em trâmite junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro/SP, cujas análises são de responsabilidade do interessado; **7. IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato; **8.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Fiduciantes **MARIA BERNADETE IVAN CANALI** – CPF nº 310.500.468-89 e **ORLANDO CANALI FILHO** – CPF nº 743.716.738-72, e a Devedora **NATAL BORBATO 22577652810** – CNPJ nº 35.370.912/0001-30, representada pelo seu sócio e Fiador **NATAL BORBATO** – CPF nº 225.776.528-10, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício de preferência dos Fiduciantes. Anuente: **LIZANIA IVAN CANALI BORBATO** – CPF nº 288.651.948-07. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

FRAZÃO LEILÕES — **itaú**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

[illegible]

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
Nº 2025/210003V(9055)
IMÓVEL URBANOS COMERCIAL LOCALIZADO NO ESTADO: MG

DATA: 27/03/2025 À PARTIR DAS 12H00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS URBANOS COMERCIAIS COM LOCAÇÃO GARANTIDA

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condominio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados.(ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA!

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações: (11) 3393-3150 ou www.lancenoleilao. com.br

Lance no Leilão — **Leiloeiro Oficial Carla S Umino - Jucesp 826** — Parceria

---

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
Nº 2025/210004V(9055)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS: CE/ ES/ GO/ MG/ PE/ PI E RR

DATA: 27/03/2025 À PARTIR DAS 14H00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS URBANOS

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condominio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA!

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações: (11) 3393-3150 ou www.lancenoleilao. com.br

Lance no Leilão — **Leiloeiro Oficial Carla S Umino - Jucesp 826** — Parceria

---

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 27/03/2025, às 14h30 | 2º Público Leilão: 31/03/2025, às 14h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **ALPHACORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 18.338.282/0001-05, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa na Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada na cidade de Bragança Paulista/SP, em 05/01/2024, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 31, LOCALIZADO NO 3º ANDAR, BLOCO "H"- OPALA DO CONDOMÍNIO COLINA DAS PEDRAS IV**, situado na Rua Camilo Novello, nº 211, Berbari Residencial Clube, Bragança Paulista/SP. Áreas: Real de Uso Privativo do Apartamento: 43,99m²; Real de Uso Privativo do Estacionamento: 10,58m²; Real Total Privativa: 54,57m²; Real de Uso Comum: 1,78m²; Total: 56,35m². FIT: 0,7234%, com espaço para guarda de 1 veículo nas vagas de estacionamento, indeterminada. Matrícula Imobiliária nº 107.133 do CRI de Bragança Paulista/SP. Inscrição Municipal nº 1.21.00.40.0010.1700.08.31. Consolidação da Propriedade em 28/02/2025. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 314.468,03. 2º Leilão: R$ 195.343,83. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **EMERSON DE SOUSA**, CPF nº 299.078.138-26, devidamente comunicado das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online — **zuk**

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pelas Credores Fiduciários **OH MEDICAL, LOCAÇÕES, COMÉRCIO E ASSESSORIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 38.468.540/0001-77, com sede em Campinas/SP e **BRUNO DO ESPÍRITO SANTO RANDI**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do RG nº 36.596.659-5SP/SP, inscrito no CPF nº 426.098.598-13, residente e domiciliado em Campinas/SP, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, e da Cédula de Crédito Bancário, nº 6214391, datados de 25/08/2021, na qual figura como Fiduciante **MÁRCIA MÁXIMO**, brasileira, separada judicialmente, dentista, portador do RG nº 13.934.451-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 138.561.468-83, residente e domiciliada em Itatiba/SP. Terceira Garantidora **NARCISA NILDA ENCISO BOGADO**, paraguaia, separada judicialmente, aposentada, portadora do RNE nº W567894-F-SE/DPMAF/DPF, inscrita no CPF/MF nº 137.726.838-19, residente e domiciliada em Itatiba/SP, já qualificadas na citada Escritura, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. **2. Descrição do imóvel: Imóvel Comercial**, situado na Rua José Monteiro Nunes, nº 374, Bairro Do Engenho, Itatiba/SP. Área construída estimada: 870,00m², Área de terreno: 1.775,00m². **Imóvel objeto da matrícula nº 2.913 do Cartório de Registro de Imóveis de Itatiba/SP. Dispensa-se a descrição na íntegra do imóvel, nos termos do art. 2º da Lei 7.433/85 e Art. 3º do Decreto 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Observação:** (I) Ficará a cargo do eventual arrematante a decisão de quitação integral ou parcelamento do IPTU junto à municipalidade. Cadastro municipal nº: 44444.70.34.00530.0.0001.00000. (II) Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. (III) Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 14/04/2025**, às **10:30** h. Lance mínimo: R$ **1.298.202,91**. **>2º Leilão: 15/04/2025**, às **10:30** h. Lance mínimo: R$ **478.731,79**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A, do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação da homologação da venda, configurará desistência por parte do arrematante, ficando este obrigado a pagar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer eventual valor do arremate, da comissão do leiloeiro, antes da finalização da escritura do imóvel/instrumento particular, perderá em proveito do Vendedor o equivalente a 20% (vinte por cento) do montante dos valores já pagos até o momento da desistência, e 5% referente a comissão; devendo esse valor ser pago no prazo de 2 (dois) dias, após a comunicação de desistência. Essa penalidade se aplica independentemente do motivo alegado para o rompimento do negócio e tal verba destina-se a ressarcir o Vendedor pelos prejuízos decorrentes da disponibilidade do imóvel para o Arrematante/Comprador durante a vigência do contrato. O Arrematante/Comprador perderá todos os direitos relacionados à compra efetuada, e o imóvel ficará liberado ao Vendedor, de imediato, para nova venda. **5.11.** Após a formalização do instrumento pertinente, o regime jurídico para eventual possibilidade de desfazimento do negócio será aquele previsto no respectivo instrumento e/ou regime jurídico previsto em lei, conforme o caso. **5.12.** Caso não haja lance que alcance referido valor, poderá ser aceito pelo credor fiduciário, a seu exclusivo critério, lance que corresponde a, pelo menos, metade do valor de avaliação do bem. **5.13.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site portalzuk.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.14.** Este edital será regido pela legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento. **5.15.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria. **5.16.** Para mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467, ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br

PARA MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

GUARIGLIA LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO QUINTA-FEIRA - 20/03/2025 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 280 VEÍCULOS

PRESENCIAL E ONLINE — **VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS**

VISITAÇÃO: HOJE NO LOCAL DO LEILÃO: das 7 às 9h. | Rod. Pres. Dutra, Km 128 - Sentido RJ-SP - CAÇAPAVA/SP

CHASSIS: 9BHGC8138KP120150 - 9BFZB555BL8772170 - 93HRV2870GZ181916 - 9BD57814UGB108091 - 93HFB2680DZ204778 - 9BGPB69M0EB210520 - 9BD341A5XKY608657 - 9BFZH55L3K8282600 - 9BD358AFVPYM12294 - 9BHBG41DAJP815400 - 9BWKB05U9EP021304 - 9BD57814FJY224939 - 9BWDB45U4JT142002 - 93Y5SRFB4UJ146040 - 9BFZB555IK8752194 - 9BGEB48A0LG196382 - 9BD19713NJ3337210 - 9BWAG45U8KT106285 - 93Y4SRF84JJ082187 - 9BGKL48U0KB124181 - 9BHGA811AJP073425 - 9BWAG5BZ6LP042408 - 9BWAB45U7KT051715 - 3N1BB7AD5KY201174 - 9BFZH54L0M8085632 - 9BRK29BT1G0072701 - 9BD195A4ZM0914874 - 9BGKL48U0LB174432 - 9B8611150KK217331 - 9B8675136LKB4612 - 9BD363A13NY223949 - 8AFAR23L0EJ242177 - WV1DB42H0BB014822 - SALVA2BG7DH830192 - 9B8675129PKL85343 - 9BGEY48H0PG224936 - 9BGEB69A0MG199048 - 9BG148MK0LC421147 - 9BGKD69U0MB232282 - 9B86111LRNK483401 - 93HGM2510D2114715 - 9BGEJ69H0NG187465 - 9BGEB48A0MG215631 - 9BRBL3HE0K0194283 - 9BWBH6BF0L4055735 - 93YRBB00XUJ885574 - 9BFZH54L0K8359473 - 9BD57814FJY224509 - 93Y9SR5ZSPJ472688 - 3GNAX9EX3KS538480 - 9BHBG41DBFP356182 - 9BFZB55H2E8858257 - 9BGKS48U0KG195424 - 8ADUWNFGYNG508665 - 9BGRG08F0DG159836 - 9BD195162C0250538 - 93Y4SRFH4JJ958113 - SALLSAAF4AA231358 - KNAPB817BD7342026 - 9BWAA05U6BT019608 - 8BCLDRFJ28G531171 - 93YRBB007RJ614712 - 9BD197134D3057247 - 93HGK5840JZ101486 - 9BGEN69H0NG164316 - 93YRBB005LJ003987 - SALWA2KF8EA377836 - 9355LNFNWEB563455 - 9BWCA05W0BT064630 - 9BD17140MA5525967 - 9BD11819491058925 - 9BGKS4880EG307659 - 9BD197132E3111581 - 9BFZH54J0G8298647 - 93HGM6650GZ209295 - 9BGSA19S0BB308867 - 9BGJC7520DB274992 - 95PJN818PDB044286 - 9BGPB69M0DB301897 - WBAVL3100CVS03357 - 8AWPB05Z4BA516514 - 9BGRP48F0EG203171 - 9BR53ZEC238505892 - 9UJDB12B1DU003750 - 93YBSR7RHCJ866906 - 9BGJB7520DB127091 - 936CLYFYYFB006063 - 9BFZF12C548130694 - 93Y5SR2B5MJ393919 - 9BD2780832281O482 - 93YRBB006MJ349225 - 9BWGB05W10P033615 - 9BHCN51AANP290157 - 93YRBB008RJ735877 - 953880Z22LF000543 - 9C2JC4830RR089504 - 9C6RG3160P0049868 - 9C2PC4910FR100065 - 9C6KG0490F0009410 - 9C2KC2200NR250016 - 9C2KF1710FR800680 - 9C2KD0810NR128588 - 9C2KC1660ER019980 - 9C6KM0030F0023800 - HL5TCAH31R9W03141 - 9C6DG3410K0003345 - 9C2NC6100PR004412 - 9C2KC2200LR105084 - 9BD341A5XKY613935 - 9B822611XJKB34403 - 9BWAB45U7JT009592 - 9BWAH5BZ5KP523570 - 9BD19713NL3379918 - 9BWDB45U4LT032067 - 9BWAG45U2HT032516 - 9B822611XJKB31933 - 8AFAR22F9DJ119648 - 93YRBB008JJ272112 - 9BRK19BTXF2040593 - 9BWDB45U6FT072414 - 9BWAB45Z8B4062311 - 9BD17164LC5767319 - 9BWAA05U3CT022273 - 93YHSR3HSKJ542288 - 1C4RJFBM7EC432209 - 3G1J86CD7DS525711 - 9BWAG45U0HP073803 - 93Y5SRF84KJ428393 - 3N6BD33B3JK915153 - 9BWAH5BZ9JP019974 - 9BWAB45UXGT038674 - 9BWDA05U0BT160722 - SALVA2BG5EH895267 - 9BM958453EB969244 - 9BM963414NB249090 - 9BPTTH43ONB123422 - 9BPTTH43ONB125918 - 9BM958164PB282203 - 9BVAG40D3FE888650 - 9BVAG40D1EE811663 - 9ADM0352NNM498270 - 9ADG0942NNM498271 - 9ADGE823MNM486993 - 97TD0N412N2006005 - 97TD0N412N2007096 - 9A9REDLA2N1DK4302 - 93Z53HUH0N8836390 - 953908TJ7NR204331 - 9BGKS48U0HG111609 - 9BD196272G2290608 - 9BFZD55P1EB721248 - 93YB5R8VALJ963246 - 9BWAB45U1ET059880 - 9BGEN69H0PG107278 - 9B8671173NKN20408 - 8AFAB23L8MJ208342 - WV1DB42H1EA027933 - 93HRV2870LZ117047 - 9BHBH41D0FP348429 - 93Y5SRF84LJ783940 - 93YRBB000RJ590737 - 9BWDB45U0LT094680 - 9BGKL48U0JB235378 - 93Y4SR064GJ312343 - 9BD19713HH3327492 - 9BFZH54L8L8423387 - 9BWAA45U1FP544081 - 9BFZB55H0F8981685 - 9BGKL69U0LB164016 - 9BWAG45U7PT060038 - 93HFB2630DZ204048 - JMYXTGK1WLZA01000 - 9BRDB12B4KA009985 - 9BD195152D0439019 - 9BFZH55L8J8455806 - 9BWAB45U5NT080458 - 9BRK19BT4J2097674 - 9BD197132F3227699 - 9BFZD55RXHB536010 - 9BFZH5452K8282371 - 9BWAB45U2MT022903 - 9BFZH55L1KB225442 - 9BRDB1185FA001577 - 9BD19710HM3407204 - 9C2JF8500NR007463 - 9C6RG7710P0003315 - 9C2KC2500NR063671 - 9C6RG3160P0048638 - 9C2KC2500RR097519 - 9C2KC2200PR014452 - 9C2ND1120MR100433 - 9C6DG2580N0017425 - 9C2KC2210PR036351 - 9C2KC2500PR101868 - 9C2RC7710FR001223 - 9C2KC2200NR135260 - 9C6RG3850S0072284 - 9C2KC2200PR600337 - 9C2MC4410NR103922 - 99Z0B2102HZ810545 - 9C2KC2200RR623258 - 9C2KC2200SR203519 - 9C2KC2200PR093022 - 9C2KC2200SR203524 - 9BD195152E0545546 - 9BFZD55J6FB764917 - 9BFZH55L2F8132225 - 9BGRP69X0CG309893 - 8A1LZBW2TEL788813 - 3GNAL7EK5CS614917 - 9BD119605F1128882 - 8BCLCN68YDG302822 - 9BD13571AF2268753 - 9BR53ZEC178550870 - 9BD15844AA6272771 - 9BD197163E3136857 - 9BWAB4527J4018766 - 93YHSR2LAEJ963505 - 9BD17164G85048533 - 3N19C1AD5DK197286 - 3GNAL7EC8BS674374 - 8AD3CRFJNBG070503 - 9BWGB05W0CP043504 - 9BWAB45U5KT015926 - 9BWDA05U5AT145177 - 9BGJ97520D9255056 - 9BFZF55A2C8278835 - 93YLSR7SHDJ465953 - 9BFZK53A2C8343023 - 9BFZF55PXB8097856 - 3D4PG5FD3AT220550 - 9BD17306LC5787371 - 93HFA5680BZ234700 - 9BFZH545XK8223584 - 9BWAA05WXAP009971 - 93HFA6680BZ210529 - 9BD195A4ZG0762075 - 9BD27804D97135457 - 9BWZZZ374YT023319 - 9BWAD52R23R300312 - 93YLSR7UHCJ311406 - 9BSTH4X22K3236526 - 9BD17823670967909 - 9362AN6A388025631 - 9BFZK53AXB8285225 - JMYLYV98WEJA00591 - 9BGPB69M0DB248115 - 9BD178226W0681658 - 9C6DG2560M0026165 - 9C2KC2210NR072562 - 9BWAB4520L4010012 - 9BGJE6920H8211298 - 9BGEP766OMB102528 - KMJFD37APVU371627 - KNCSE261577225291 - 9BFZF16PX78098312 - 94DBFAN17H8104457 - 3D4PG5FD4AT124099 - 8AP196271F4096526 - 93YADCUH59J098190 - 9BWAG45U8KT120963 - 936CMNFN2HB005621 - 3N1CN7AD4DL813295 - 9BGJC75E0GB139285 - 3VWLN6160CM067684 - 93HGD18605210886I. | **LOTES DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS.**

Consulte relação completa de veículos no site.
Condições de venda e pagamento constarão no catálogo próprio.

VISITE NOSSO SITE: www.GUARIGLIALEILOES.com.br

Informações: (12) 3654-1000 — /GUARIGLIALEILOES — **ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415**

bradesco — Santander — PAN — omni — Safra — Sicredi — SESI — SENAI — ITAPEVA

CMIN
B3 LISTED N2

CSN Mineração S.A.
CNPJ Nº 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144

CSN MINERAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, enfrentamos um cenário desafiador no mercado global, marcado por uma queda relevante no preço do minério de ferro, mas conseguimos entregar um desempenho operacional excepcional, refletindo nossa capacidade de adaptação e eficiência. Com recordes em todas as fases da nossa cadeia integrada, nossa produção somada às compras atingiu 42,01 milhões de toneladas de minério de ferro, superando a nossa meta divulgada ao mercado. Além disso, registramos avanços importantes em diversas frentes, como o aumento na movimentação de mina, passando de 123,2 milhões em 2023 para 128 milhões no último ano, e tivemos uma melhoria significativa no Rendimento Operacional (RO) de nossos equipamentos. Atingimos ainda o recorde de produção na planta central e na filtragem, suportado por um plano robusto de confiabilidade que também nos levou aos melhores patamares históricos de Rendimento Operacional (RO) desses ativos. Nossos resultados no Porto Tecar também impressionaram. Em 2024, o volume total embarcado alcançou 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro, superando os 35,9 milhões de toneladas de 2023 - um crescimento de 7%, também sustentado por um grande avanço na confiabilidade dos nossos ativos. A evolução no volume próprio é resultado de uma série de avanços na eficiência e resiliência operacionais, que compreendem principalmente a robustez dos programas de melhoria contínua, a maximização do rendimento operacional dos ativos, o uso de tecnologia preditiva (IA) e a consolidação do plano de chuvas, para que a produção aumente mesmo diante dos desafios impostos pela pluviometria. Todas essas medidas contribuíram também para a redução de custos, refletindo em um custo C1 de US$ 21,0 /t em 2024, com a perspectiva de estabilidade em 2025, o que combinado com a tendência de queda no custo de frete marítimo, deverá resultar em um custo CFR China menor. Sob o ponto de vista macroeconômico, nossa visão para este ano é de uma relativa estabilidade em relação ao patamar do final do ano de 2024, suportado por ações do governo chinês, que devem estimular o consumo local para compensar o fechamento dos mercados internacionais. Sobre a estrutura de capital e remuneração aos acionistas, a CSN Mineração encerrou 2024 demonstrando mais uma vez solidez ao mercado, com alavancagem negativa em 0,73 vezes e posição de caixa de R$ 15,2 bilhões, tendo distribuído, desde o IPO, R$ 17,1 bilhões em dividendos, JCP (juros sobre capital) e recompra de ações, o que representava ~45% do *market cap* da Companhia em dezembro de 2024. Este balanço financeiro sólido nos permite manter a política de distribuição de dividendos de 80% a 100% do lucro líquido, em paralelo aos planos de expansão. Em relação à gestão de barragens, a CSN Mineração reafirma mais uma vez a segurança das estruturas, com todas as declarações de estabilidade renovadas por auditoria independente. Das quatro barragens a montante que a empresa possuía, três já foram descaracterizadas, restando apenas a B4, que segue em fase de descaracterização. O pioneirismo nesse tema traz muito orgulho a todos nós, que empreendemos esforços, dia após dia, por uma mineração a seco, e a CMIN foi a primeira do setor a filtrar e empilhar 100% dos rejeitos com essa tecnologia em larga escala.

Nesse sentido, a Companhia segue empenhada com os projetos para reutilização dos rejeitos, que correspondem à parte do processo de expansão. Entre eles, estão os projetos de recuperação de rejeitos de Pires, B4, ultrafinos e de Casa de Pedra, devendo incrementar nos próximos anos milhões de toneladas de um minério de alto teor de ferro à produção da empresa. Além disso, 16,5 milhões de toneladas de *pellet feed* deverão advir da P15, principal projeto hoje da CMIN, com *startup* previsto para 2027. Todas essas iniciativas estão alinhadas ao pilar de ESG da CSN Mineração, mantendo o foco na descarbonização do setor siderúrgico mundial e, somados, devem elevar o total de produção mais compras para 60-65 milhões de toneladas ao ano em 2030. A agenda da inovação tem transformado o grupo CSN de forma perene e a empresa nos últimos anos. Lançada em 2018 como uma plataforma para posicionar ativa e estrategicamente todo o Grupo CSN no ecossistema global de inovação, hoje a CSN Inova tem se mostrado cada vez mais relevante para a atuação sustentável da CSN Mineração, sendo estabelecido o uso de tecnologias que propiciaram a redução da umidade do *sinter feed* com fosfatos (…), a promoção e maior disponibilidade de caminhões fora de estrada com postos de abastecimento móveis, produtos com custos inferiores aos praticados no mercado. Seguimos firmes também na jornada de descarbonização, investindo esforços e recursos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos relacionados às mudanças climáticas. Destacam-se ações como o plano de gestão de abastecimento, a inclusão de seis novos equipamentos elétricos na mina de Casa de Pedra e a conclusão da implementação de limitadores de RPM nos caminhões fora de estrada. Iniciativas que, em conjunto, aprimoram a eficiência energética e operacional, contribuindo diretamente para a redução das emissões diretas na mineração em 11%, o que significa mais um importante passo em direção à meta para que a empresa se torne carbono neutro em 2044. No último ano, mantivemos ainda o reconhecimento em índices e *ratings* que ilustram a constante evolução da empresa nas práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. No "Sustainalytics", a CSN Mineração ficou classificada em 8º entre 158 empresas do setor. Pela avaliação setorial, a Companhia ficou posicionada entre as 8% mais bem avaliadas no *ranking* da SP Global. Além disso, a CSN Mineração apareceu pela primeira vez no *ranking* da FTSE Russell. Na segurança de nossas pessoas, conquistamos a menor taxa de frequência de acidentes em 2024, chegando a 12 anos sem nenhuma fatalidade. Algo do que muito nos orgulhamos e que resulta do trabalho e engajamento da nossa liderança e dos programas para mitigação de riscos e proteção a nossas pessoas e ativos. No que diz respeito à agenda de diversidade e inclusão, avançamos com a participação feminina no último ano. Por meio do Programa Capacitar, contratamos 135 mulheres na CSN Mineração, elevando a representatividade feminina para 25,07%, em comparação com 24,65% em 2023. Esse resultado é motivo de grande orgulho, pois superamos, com um ano de antecedência, a meta pública da CMIN de alcançar 26% até 2025. Além disso, 123 participantes de ciclos anteriores foram promovidas para novos cargos, o que reflete o forte compromisso com o desenvolvimento profissional e a inclusão no mercado de trabalho.

Desse modo, ancorados pela pluralidade e pela diversa, respeitando sempre as melhores práticas do mercado, seguimos com todos os esforços e dedicação necessários para impulsionar o nosso crescimento sustentável. Boa leitura!

Carlos Rodrigues de Campos Mello Júnior - Diretor Superintendente da CSN Mineração

QUEM SOMOS

A CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração" ou "Companhia") atua de forma integrada e competitiva, por meio de operações eficientes de mina, beneficiamento, participação na ferrovia MRS Logística S.A. ("MRS") e contrato de arrendamento do Terminal de Carvão do Porto Organizado de Itaguaí ("TECAR"), no Rio de Janeiro, fornecendo minério de ferro de qualidade para a siderurgia nacional e mercado transoceânico. Com relativo alto teor de ferro e consequente baixa geração de escória na produção de aço, a CSN Mineração ajuda seus clientes a reduzir emissões de gases do efeito estufa, contribuindo para um futuro sustentável e para a redução da poluição. Localizada no Quadrilátero Ferrífero, região reconhecida por sua riqueza mineral, no centro-sul do Estado de Minas Gerais, no Brasil, a CSN Mineração possui uma capacidade instalada de produção de 33 milhões de toneladas de minério de ferro por ano em suas plantas de beneficiamento em Casa de Pedra (planta central e plantas a seco) e uma capacidade instalada de exportação de 45 milhões de toneladas por ano no TECAR. Em 2024, foram comercializadas pela CSN Mineração 42,5 milhões de toneladas de minério de ferro, em linha com 2023, sendo que desse total 9,5% (4,0 milhões de toneladas) tiveram como destino a UPV (Usina Presidente Vargas) e 90,5% foi exportado. A CSN Mineração tem histórico de mais de 100 anos na produção de minério de ferro, atuando como o segundo maior exportador de minério de ferro no Brasil e certificada em 4,1 bilhões de toneladas de recursos e reservas, de acordo com a auditoria da Snowden do Brasil Ltda. ("Snowden"). No ano de 2022, a Companhia realizou uma nova campanha de sondagem de forma independente nas minas de Casa de Pedra e Engenho, de acordo com as normas internacionais da SEC (Securities and Exchange Commission) e (i) atualizou os recursos da Companhia para 1,98 Bi ton de recursos mensurados e (ii) confirmou o total de reservas em 2,1 Bi ton, uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo. Além de todas as vantagens competitivas e qualidade de seus produtos, a CSN Mineração tem em seu pilar de sustentação a preocupação com o meio ambiente e com o crescimento sustentável. Pioneira no Brasil em iniciativas para reduzir o risco e o uso de barragens de rejeito, a Companhia tem, desde janeiro de 2020, sua produção independente do uso de barragens, onde 100% dos rejeitos são filtrados e empilhados a seco.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da CSN Mineração é dividido em **5.485.338.833** ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

CMIN - Composição do Capital Social em 31/12/2024 (%)

Companhia Siderúrgica Nacional (*)	66,01%
Itochu Corporation	10,14%
Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda.	6,28%
Posco Holding Inc.	1,88%
China Steel Corporation	7,75%
Tesouraria	0,41% / 0,87%

* Controlador

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Conforme divulgado em Fato Relevante em 28 de junho de 2024, a Companhia anunciou a aprovação do Programa de Recompra de Ações de emissão da CSN Mineração, com quantidade a ser adquirida de até 100.000.000 de ações ordinárias no prazo de 28 de junho de 2025 a 15 de dezembro de 2025. Ao longo do ano de 2025, foram adquiridas 53.254.300 ações ordinárias (CMIN3) ao preço médio de R$ 17,78/ação. Além disso, no dia 17 de outubro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 3 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem alteração do seu capital social, passando este a ser dividido em 5.485.338.833 ações ordinárias.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO CAPITAIS

A CMIN está listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código **CMIN3**, onde negocia suas ações ordinárias. Em **2024**, as ações da CMIN apresentaram desvalorização de 34,2%, enquanto o Ibovespa apresentou queda de 10,4%. O volume médio diário (CMIN3) negociado na B3, por sua vez, foi de R$ 54,6 milhões em 2024.

	2023	2024
Nº de ações em milhares	**5.485.339**	**5.485.339**
Valor de Mercado		
Cotação de Fechamento (R$/ação)	7,83	5,15
Valor de Mercado (R$ milhões)	42.950	28.249
Variação no período		
CMIN3 (BRL)	91,3%	-34,2%
Ibovespa (BRL)	22,3%	-10,4%
Volume		
Média diária (mil ações)	5.264	9.125
Média diária (R$ mil)	35.576	54.655

Fonte: Bloomberg

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A inovação é um dos pilares que sustentam a evolução contínua da CSN Mineração. A Companhia investe em iniciativas estruturadas que mobilizam colaboradores na busca por soluções criativas e transformadoras, reforçando seu compromisso com a melhoria contínua, a eficiência operacional e a sustentabilidade. Essa cultura de inovação é promovida por meio de programas e ferramentas que incentivam a participação ativa de equipes em todos os níveis hierárquicos. Um exemplo dessa abordagem é o **CSN Lab Ideias**, um programa que estimula os colaboradores a sugerirem melhorias de forma contínua. Em 2024, a CSN Mineração concluiu o 5º Ciclo de Melhoria Contínua, que resultou em mais de 3 mil melhorias implementadas, com a participação direta de mais de 4 mil colaboradores, representando 56% do efetivo total. Esses projetos geraram mais de R$ 140 milhões em ganhos financeiros, que foram validados pela gestão orçamentária. Esse ciclo foi complementado pela Semana Lab, durante a qual os colaboradores apresentaram suas iniciativas, destacando-se 18 projetos premiados nas categorias Kaizen ESG, Kaizen Produtividade, Qualidade e Custos, PDCA e Lean Six Sigma. O evento envolveu melhorias implementadas desde a Mina até o Porto TECAR e celebrou os cinco anos do Programa de Melhoria Contínua CMIN, demonstrando o impacto positivo dessas iniciativas para o crescimento e a competitividade da Companhia. A CSN Mineração também incentiva o intraempreendedorismo por meio do **CSN Conecta**, um programa que identifica e impulsiona iniciativas sustentáveis capazes de transformar a rotina da Companhia e gerar impactos positivos na indústria de forma mais ampla. Em 2024, o programa abordou temas como diversidade, descarbonização, inclusão e responsabilidade ambiental, estimulando a criação de soluções inovadoras pelos colaboradores. Entre os projetos de destaque está o posto móvel, uma solução desenvolvida internamente para abastecimento de equipamentos em campo. Além de reduzir custos operacionais e o consumo de diesel, o caminhão foi construído pela própria equipe da CSN Mineração a um custo 10 vezes menor do que modelos prontos disponíveis no mercado. Outra iniciativa recente do programa é o uso de óleo reciclado para aplicação nos caminhões, reduzindo a aderência de material transportado e evitando acúmulos desnecessários na carroceria, o que melhora a eficiência logística e minimiza desperdícios. Outro destaque é a **CSN Inova**, uma plataforma criada em 2018 para impulsionar a transformação dos negócios do Grupo CSN, orientando-os para uma gestão mais inovadora e alinhada aos princípios ESG (ambientais, sociais e de governança). Atuando de maneira transversal, a área mapeia desafios em diversas cadeias produtivas e desenvolve tecnologias e soluções da Indústria 4.0 que promovem eficiência, produtividade, digitalização, descarbonização e economia circular. Na CSN Mineração, a CSN Inova já viabilizou projetos como o Sistema MRS, que reduziu a umidade do *sinter feed*, um tipo de minério de ferro utilizado na siderurgia, tornando o transporte ferroviário mais eficiente e reduzindo custos operacionais. Além disso, a CSN Inova tem desenvolvido parcerias de P&D para o desenvolvimento de novas tecnologias em temas como aglomeração a frio e produção de ferro briquetado a quente (HBI na sigla em inglês) a partir de pellet feed ou rejeitos, ampliando as alternativas sustentáveis para o setor. Outra frente prioritária para a CSN Inova é o desenvolvimento de tecnologias para reaproveitamento de rejeitos do tipo lama, agregando valor a resíduos da mineração. Há também parcerias em tecnologias para redução do consumo de combustíveis em veículos fora de estrada, principalmente com o uso de hidrogênio, reforçando o compromisso da Companhia com a inovação e a transição energética. A metodologia da CSN Inova inclui o diagnóstico aprofundado de desafios estratégicos, a condução de projetos-piloto e a avaliação de sua viabilidade e escalabilidade, garantindo que estejam alinhados à estratégia corporativa. Entre 2019 e 2024, os projetos conduzidos pela CSN Inova geraram ganhos expressivos da ordem de R$ 100 milhões na Mineração e R$ 700 milhões para o Grupo, alcançados por meio da redução de custos. A plataforma se apoia em quatro frentes de atuação, direcionadas à busca por soluções, formação de parcerias estratégicas e avaliação de projetos com base em desafios concretos e indicadores financeiros e operacionais. Essas frentes fortalecem as vantagens competitivas da CSN Mineração, promovendo uma gestão de inovação alinhada aos objetivos corporativos e sustentada pela busca de eficiência e sustentabilidade em todas as operações. Essa abordagem estratégica também apoia diretamente a jornada de descarbonização da CSN Mineração, um tema central para sua gestão ESG. Nos próximos capítulos, cada uma das frentes de atuação da CSN Inova será detalhada, demonstrando como a plataforma transforma desafios em oportunidades de crescimento sustentável tanto para a CSN Mineração quanto para o Grupo CSN como um todo.

FORÇA DE TRABALHO, DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

O modelo "**Gente & Gestão**" da CSN Mineração é fundamentado em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A companhia acredita que seu diferencial competitivo é o seu capital humano. Através deste modelo, o conhecimento é transformado em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos. A CSN Mineração encerrou 2024 com um quadro de colaboradores composto por 7.796 mil profissionais, sendo 74,9% homens e 25,1% mulheres - todos cobertos por contratos de trabalho e acordos coletivos firmados com sindicatos que representam as categorias profissionais. Com uma combinação de conhecimento técnico avançado e experiência prática, esses profissionais são capazes de enfrentar os desafios do setor de mineração e contribuir de maneira significativa para as operações, tanto no Brasil quanto no exterior. A Companhia também conta com 4.347 trabalhadores terceirizados, sendo 310 em atividades administrativas e 4.037 em funções operacionais, todos igualmente cobertos por acordos de negociação coletiva. O engajamento e a dedicação de todos, internos e terceirizados, são fundamentais para o alcance dos objetivos estratégicos e a continuidade das operações com excelência. A CSN Mineração está comprometida em ampliar a participação de mulheres, negros, pessoas com deficiência (PCDs) e de outros grupos minoritários em suas unidades, garantindo que todos esses grupos tenham igualdade de oportunidades para crescer profissionalmente e assumir posições de liderança. O objetivo é criar um ambiente inclusivo, em que todos os colaboradores, independentemente de sua origem, identidade ou características pessoais, tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento e possam contribuir para os objetivos estratégicos da Companhia. Por meio de ações estruturadas e coordenadas, o Grupo CSN avança na construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, equitativo e inclusivo, refletindo seu compromisso com os critérios ESG e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. A governança dessas iniciativas é acompanhada de perto pelo Comitê ESG e pelo Grupo de Pessoas, que monitoram indicadores como taxas de representatividade, participação em treinamentos e feedbacks dos colaboradores. Esse acompanhamento permite ajustes contínuos e assegura que as estratégias de DE&I estejam alinhadas às necessidades da Companhia e às expectativas de seus stakeholders.

DESEMPENHO EM ASPECTOS ESG[1]

O ano de 2024 foi histórico para a CSN Mineração, marcado por grandes conquistas em todos os segmentos de atuação e expressivos avanços na pauta ESG. Em abril de 2024, a companhia publicou seu quarto Relato Integrado referente ao ano de 2023, o documento é assegurado por terceira parte, elaborado em conformidade com as normas GRI, IIRC, TCFD e SASB para o setor de "Metais e Mineração", e traz no detalhe os resultados dos nossos esforços realizados no período. No documento também foi apresentada a estratégia de Biodiversidade da CSN Mineração, em linha com as premissas adotadas pelo TNFD, e o Estudo de Cenários Climáticos integrando a jornada de descarbonização da companhia. O documento pode ser acessado pelo website ESG da companhia: www.esg.csn.com.br. A partir de 2023, a CSN Mineração (CMIN) passou a ser avaliada por algumas agências de rating ESG de forma independente da CSN, empresa controladora. Em 2024, foi pela primeira vez avaliada pelo FTSE atingindo o rating de 2,8, além de ser listada no índice FTSE4Good. A CSN Mineração alcançou 55 pontos no S&P ESG Rating Score, posicionando a empresa entre as 8% mais bem avaliadas pela agência globalmente no setor de mineração e metais. Já a Sustainalytics qualificou a CMIN entre as 5% mais bem posicionadas, ocupando a 8ª posição entre 158 empresas avaliadas no setor.

[1] **Nota ao leitor:** Os dados ESG citados serão ainda auditados para sua posterior divulgação no Relato Integrado 2024. Dessa forma, estão passíveis de alterações até sua publicação em abril de 2025.

	2022	2023	2024
Sustainalytics	-	23,1	24,4
S&P Global	-	51	55
FTSE	-	-	2,8
CDP Climate Change	B	B	B
CDP Water Security	B	B	B
GHG Protocol	Selo Ouro	Selo Ouro	Selo Ouro

Devido à atualização realizada em 2023, a CSN Mineração atualizou sua materialidade, resultando em uma alteração - mesmo que sutil - da matriz de materialidade da companhia: inclusão do tema de Direitos Humanos e a consolidação das temáticas de Água e Efluentes e Qualidade do Ar em um tema guarda-chuva, a "Ecoeficiência". Como resultado a CSN Mineração identificou dez temas prioritários para compor sua matriz de materialidade, sendo cinco deles considerados materiais tanto sob o viés de impacto quanto sob o viés financeiro. De forma transversal, a gestão desses temas é sustentada por sólidos mecanismos de governança corporativa e gestão de riscos, bem como promoção de inovação e adoção de novas tecnologias. Esses temas foram aprovados pelo Conselho de Administração, reforçando o alinhamento e trabalho com a estratégia da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA · INOVAÇÃO E TECNOLOGIA · GESTÃO DE RISCOS

A matriz de materialidade norteia os esforços e investimentos da Companhia, por isso a CSN Mineração se compromete com metas conectadas aos seus temas materiais em busca de uma gestão cada vez mais eficiente, integrada e sustentável. A seguir são apresentados os resultados das principais metas conforme sua relevância e materialidade para a CMIN e seus stakeholders.

DESEMPENHO NAS PRINCIPAIS METAS ASG

Dimensão	Indicadores	Unidade	Indicador Ano-Base	2024	Status	Meta	Target
Ambiental	Intensidade de Emissão Mineração (GHG)[1]	$kgCO_2e$/t minério	5,77 (Ano base 2019)	6,41		4,97	2035
	Intensidade hídrica[2]	m^3/t minério	-	0,20		0,45	2030
Social	Taxa de Frequência[3]	CAF+SAF	1,96 (Ano-base 2021)	0,99		1,37	2030
Governança	Diversidade (mulheres no quadro funcional)[4]	%	13% (Ano-base 2019)	26%	✓	26%	2025

(1) Considera as emissões apenas da categoria de combustão móvel do escopo 1 da CSN Mineração, que representam 85% das emissões de escopo 1. A emissão de escopo 2 é zerada em função do consumo elétrico ser proveniente de fontes 100% renováveis. Ressalta-se que os dados do inventário de 2024 estão passando por auditoria por empresa de terceira parte e os resultados oficiais serão disponibilizados no Relato Integrado em abril de 2025. (2) Nova meta estabelecida no último trimestre de 2023 e que considera a entrada dos novos projetos de beneficiamento de minério e rejeitos. (3) Taxa considera (CAF+SAF: próprios e terceiros/1 milhão de horas trabalhadas) da CSN Mineração. (4) Considera colaboradores alocados no Brasil, CLT, Aprendiz, Estágio e Programa Capacitar. • **Sistema de Gestão Integrado:** A CSN Mineração adota um Sistema de Gestão Integrado (SGI) robusto e alinhado com os mais altos padrões internacionais. A Diretoria de Sustentabilidade da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento da implementação desse sistema, que abrange aspectos ambientais, de saúde e segurança, e de qualidade. O objetivo é garantir a padronização de processos, procedimentos e ferramentas em todas as operações da Companhia, promovendo uma gestão eficiente e sustentável. No campo ambiental, o sistema segue os requisitos da norma ISO 14.001. Todas as unidades da CSN Mineração estão certificadas conforme essa norma, o que atesta o compromisso da Companhia em adotar práticas de gestão ambiental responsáveis. Já em relação à saúde e segurança, a CSN Mineração baseia-se na norma ISO 45.001, que orienta a construção de seu Manual da Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho. Esse manual estabelece procedimentos para prevenir riscos e evitar acidentes, não apenas para os colaboradores da companhia, mas também para terceiros e comunidades do entorno. A CSN Mineração investe continuamente em melhorias ambientais para tornar suas operações mais sustentáveis e seguras. Em 2024, os investimentos ambientais da Companhia totalizaram R$ 14,2 milhões em CAPEX e R$ 23,7 milhões em OPEX, reforçando o compromisso com a adoção de tecnologias e processos que minimizem impactos ambientais. Esses recursos são destinados a iniciativas como aprimoramento do sistema de gestão de rejeitos, redução de emissões, eficiência hídrica e recuperação de áreas degradadas, garantindo operações alinhadas às melhores práticas globais. No que tange à gestão da qualidade, a CSN Mineração é certificada pela norma ISO 9.001 para as unidades Casa de Pedra e TECAR, garantindo que suas operações atendam aos mais altos padrões de qualidade. Essa certificação é um reconhecimento de que a Companhia segue práticas eficazes de gestão de qualidade em suas operações, contribuindo para a eficiência e satisfação dos clientes. O SGI da CSN Mineração é, portanto, um pilar fundamental para garantir a conformidade com normas e regulamentos, além de promover a melhoria contínua em todas as áreas da companhia, alinhando seus processos com as melhores práticas globais. **A - Dimensão Ambiental:** • **Recursos Hídricos:** A água é um dos principais insumos para o processo produtivo da CSN Mineração. A companhia continuamente busca por projetos que promovam a ecoeficiência em suas operações: em 2024, a empresa reduziu 22% o volume de água captada, quando comparado a 2023 (partindo de 16.812 ML para 13.098 ML). Desde 2021, a redução foi de mais de 25% na captação de água que se deu por meio de melhorias operacionais e aumento da eficiência hídrica, considerando que grande parte da água captada é reaproveitada no processo, reduzindo nossas perdas. Devido aos investimentos operacionais realizados nos últimos anos, o índice de recirculação que considera as operações de beneficiamento de minério e água potável consumida, aumentou de 77,6% em 2018, para 92% em 2024. A partir do início da operação da P15, implantação dos projetos de descaracterização das barragens e projetos previstos na fase um de expansão para os próximos anos, com isso a expectativa é de que a unidade de Casa de Pedra opere de forma mais eficiente nos próximos anos. Neste sentido, a CSN Mineração também se comprometeu em alcançar o índice de 94% de recirculação de água até 2032. A Companhia também relata anualmente ao Carbon Disclosure Project (CDP) as diretrizes seguidas com relação à segurança hídrica. Em 2024, tivemos nosso *score* mantido em "B". • **Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos:** Em todos os projetos da CSN Mineração, são avaliadas questões relacionadas à biodiversidade, seguindo rigorosamente a hierarquia de mitigação para gerenciamento dos impactos através do processo de licenciamento ambiental. Aplicada à avaliação de impactos através do processo de licenciamento ambiental, a estratégia é iniciada pela prevenção de impactos à biodiversidade por meio da avaliação de alternativas locacionais e tecnológicas e até considerar a não execução do projeto, quando necessário. Quando a prevenção não é totalmente possível, a CSN Mineração trabalha para minimizar os impactos, reduzindo sua duração e intensidade. Não sendo possível evitar ou minimizar os impactos, são investidos esforços em reabilitação e restauração dos ecossistemas afetados. Se necessário, a compensação é realizada por meio da restauração de habitats degradados, com o objetivo de garantir a "não perda líquida" ou, preferencialmente, um "ganho líquido" de biodiversidade. Da mesma forma, aspectos relacionados aos fatores de perda de biodiversidade (poluição sonora, do ar, hídrica ou do solo) são devidamente controlados também através do processo de licenciamento ambiental com atendimento de condicionantes de licença, sendo periódica e devidamente monitorados pelos órgãos competentes. Por sua vez, as áreas de recuperação (e compensação) e as áreas preservadas possuem monitoramento de fauna, flora e de status de recuperação. Em 2023, a companhia implementou o Índice de Biodiversidade para as Operações (*Biodiversity Index for Operations* - BIO) na unidade de Casa de Pedra, em Congonhas, Minas Gerais. O indicador se baseia no guia "*Biodiversity Indicator and Reporting System* (BIRS)" da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e mede a condição de biodiversidade das unidades operacionais, possibilitando a definição de metas específicas e uma análise sob a ótica dos conceitos "*no net loss*" e "*net gain*". Nesse mesmo ano, ao adotar o Padrão de Desempenho 6 da International Financial Corporation (IFC), foi finalizado o estudo de habitats críticos do Complexo Casa de Pedra. Este estudo é parte fundamental para que o processo de ampliação das operações tenha como base as melhores práticas adotadas internacionalmente com cuidadosa análise para minimização, mitigação e compensação dos impactos sobre a biodiversidade, além do estabelecimento de linhas de base e indicadores mais precisos. Em 2024, como parte das ações implementadas estão o desenvolvimento de um plano de manejo para a RPPN da Jurema e a criação de ferramentas estratégicas, como o Plano de Ação para a Biodiversidade (BAP) e o Plano de Monitoramento e Avaliação da Biodiversidade (BMEP). A Companhia mantém os compromissos de "No Net Loss" (nenhuma perda líquida de biodiversidade) e, sempre que possível, "Net Gain" (ganho positivo líquido). O progresso é monitorado por meio do indicador "área impactada versus área protegida", em que, a cada projeto implantado, a área suprimida será compensada em uma proporção mínima de duas vezes a área afetada. Em 2024, os projetos implantados resultaram na supressão de 2,50 ha, e a compensação dessas áreas ocorrerá ao longo de três anos no mesmo bioma. • **Mudança do Clima:** A CSN Mineração possui a meta de atingir a neutralidade de emissões dos escopos 1 e 2 de suas operações até 2044. Para percorrer essa *jornada* rumo à neutralidade de carbono, a companhia estruturou sua estratégia climática em três pilares, sendo eles: Engajamento com Stakeholders, Mitigação e Adaptação. A estratégia da CSN Mineração, bem como da sua controladora, está apresentada de forma completa no Relatório de Ação Climática, cuja primeira publicação aconteceu em agosto de 2023 e pode ser acessada aqui. Além da ambição de ser carbono neutra, a Companhia assumiu uma meta de reduzir 30% das emissões de CO_2 por tonelada de minério de ferro até 2035 contemplando as emissões de escopos 1 e 2. Uma das frentes de atuação está na eletrificação da sua frota de caminhões. Em 2024, a CSN Mineração operou seis equipamentos 100% elétricos, incluindo uma escavadeira, uma pá-carregadeira e quatro caminhões (dois fora de estrada e dois de menor porte), marcando um avanço significativo na substituição gradual de veículos movidos a diesel por modelos movidos a baterias recarregáveis. Dessa forma, estão incorporados à operação sete caminhões elétricos na mina Casa de Pedra como parte de seu plano de médio prazo de eletrificação. Outro destaque do ano é o projeto Posto Móvel de Combustível, que visa otimizar o abastecimento dos caminhões fora de estrada na mina Casa de Pedra. Com a instalação de postos móveis de combustível, a Companhia evita que os caminhões precisem se deslocar para o abastecimento e, assim, elimina o tempo perdido em filas. Para operacionalizar esse projeto, a CSN Mineração desenvolveu um caminhão comboio de grande porte, que aumenta a capacidade de movimentação de minério em 1,2% ao ano, além de mitigar as emissões de GEE. Além de investir na redução das suas emissões diretas de GEE, a CSN Mineração também está comprometida na mitigação das emissões da sua cadeia. Com o início das operações da P15 (nova planta de beneficiamento de Itabirito que será instalada em Casa de Pedra) em 2027, a empresa fornecerá mais de 15 Mt/ano de produtos premium com 67% Fe, sendo este essencial nas rotas de redução direta para produção de aço na siderurgia, que possui uma menor intensidade de carbono. No ano de 2024, a Companhia concluiu o Estudo de Vulnerabilidade Climática, um processo rigoroso e baseado em métodos científicos que mapeou as principais vulnerabilidades da Companhia diante dos cenários climáticos projetados. Esse estudo utilizou cenários climáticos pautados nos modelos climáticos mais recentes para prever possíveis mudanças nos padrões climáticos e seus impactos na operação da CSN Mineração. Com base nesse estudo, será desenvolvido o Plano de Adaptação Climática, que detalhará as estratégias necessárias para fortalecer a capacidade de adaptação da CSN Mineração, garantindo a continuidade das operações e mitigando os impactos adversos das mudanças climáticas. Tal processo seguirá rigorosamente a ISO 14.090 que descreve as regras para construção de um plano de adaptação climática. Vale ressaltar ainda que a CSN Mineração reporta suas emissões de forma independente do Grupo CSN, empresa controladora, segundo as diretrizes do *GHG Protocol* visando subsidiar sua gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas. Em 2024, em seu quarto ano de reporte do inventário de emissões de GEE, a CSN Mineração recebeu novamente o selo ouro do *GHG Protocol*, que demonstra o atingimento do maior nível de qualificação do nosso inventário de emissão de gases de efeito estufa. Atendendo também à solicitação de investidores, a Companhia reporta desde 2021 ao Carbon Disclosure Project (CDP) as diretrizes seguidas com relação à mudança climática. • **Gestão de Barragens**: Em 2020, a CSN Mineração foi a primeira mineradora de grande porte a se tornar 100% independente do uso de barragens de rejeito, a partir do investimento de cerca de R$ 400 milhões em tecnologias que viabilizaram a filtragem e empilhamento a seco dos rejeitos. Todas as barragens, desde então inativas e em processo de descaracterização, são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. A CSN Mineração segue as diretrizes e recomendações sobre operação e segurança de barragens estabelecidas pela ICOLD (do inglês: *International Commission on Large Dams*), comissão internacional não governamental, que incentiva a troca de informações sobre planejamento, projeto, construção e operação de grandes barragens. Esses padrões e práticas estão em linha com os princípios do ICMM (do inglês: *International Council on Mining and Metals*). Os Planos de Segurança de Barragens e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) das estruturas da CSN Mineração estão disponíveis no site ESG da companhia. Encerramos o ano de 2024 com todas as barragens da CSN Mineração com nível de emergência zero, ou seja, com estabilidade garantida segundo a legislação nacional vigente. Em continuidade ao cronograma de descaracterização das nossas barragens, até o momento foram concluídas a descaracterização das Barragens Auxiliar do Vigia e B5, e concluídas as obras de descaracterização da Barragem do Vigia, restando ser apenas monitoradas pelo prazo legal, para que seja descadastrada como barragem junto aos órgãos fiscalizadores. As obras da barragem B4 continuam em andamento com conclusão prevista para 2028, conforme cronograma abaixo.

Casa de Pedra: B5 · B4 · Casa de Pedra
Pires: Barragem Auxiliar do Vigia · Barragem do Vigia

B - Dimensão Social: • **Saúde e Segurança do Trabalho:** Para a CSN Mineração a saúde, a segurança e o bem-estar de seus funcionários é prioridade máxima. A melhora sucessiva nos indicadores de taxa de frequência de acidentes reforça o compromisso da empresa na sua busca por zero acidentes. Em 2024, a taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento de funcionários próprios e terceiros atingiu uma significativa redução com relação ao ano anterior, com queda de 10% chegando ao índice de 0,99 (taxa de 1MM HHT), atingindo a menor taxa de frequência da série histórica. A CMIN encerrou o ano de 2024, sem nenhuma ocorrência de acidente fatal, indicador mantido desde 2013.

	2021	2022	2023	2024
Taxa de Frequência	1,96	1,30	1,09	0,99

continuação

Na busca contínua por evolução, o grupo CSN aprimorou, em 2024, o Programa AGIR que contempla também as operações da CSN Mineração. Com a participação ativa da liderança, o programa que visa reduzir o risco de acidentes de alto potencial e prevenir fatalidades, reforça o compromisso de todos os gestores com a segurança como um valor inegociável. Fundamentado nos pilares "Cultura de Saúde e Segurança do Trabalho", "Gestão de Riscos Críticos" e "Segurança de Processos", o programa unifica, por meio de ações sistematizadas, as práticas já existentes nas unidades com o objetivo de reforçar a cultura de prevenção, e aprimorar continuamente a segurança no ambiente de trabalho. As diretrizes de Saúde e Segurança da Companhia são baseadas nas melhores práticas de mercado, direcionadas por normas regulatórias e recomendações nacionais e internacionais. Além disso, por meio de diretrizes estabelecidas em políticas e manuais do Grupo CSN - empresa controladora da CSN Mineração -, todos os colaboradores diretos e indiretos são treinados em ações e comportamentos relacionados à segurança ocupacional, preservando a conformidade legal, mitigação e controle de perigos e riscos e na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. A Política de Sustentabilidade e os Manuais de Saúde e Segurança do Grupo CSN - aplicáveis a todos os seus negócios - podem ser acessados nos links abaixo: • Política de Sustentabilidade (acesse aqui); • Manual de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (acesse aqui); • Manual de Saúde e Segurança do Trabalho para Fornecedores (acesse aqui). As ações da Companhia de promoção à saúde vão além da saúde ocupacional, buscam o engajamento e a mudança de hábitos com foco em uma vida saudável de todos os colaboradores, próprios e terceiros. Dentre os programas, destacam-se ações de conscientização com foco em redução e prevenção às doenças crônicas não transmissíveis (como diabetes, hipertensão e obesidade), cuidado com a saúde mental, alimentação saudável, atividade física e prevenção ao consumo de álcool, tabaco e outras substâncias. • **Diversidade e Inclusão:** A CMIN reconhece que a diversidade entre as pessoas impulsiona a inovação e o crescimento dos negócios, promovendo uma transformação na sociedade. Suas iniciativas de evolução dos processos de recrutamento, avaliação e reconhecimento de talentos refletem práticas que promovem a representatividade e equidade de gênero, pessoas com deficiência (PCDs) e grupos minoritários em cargos operacionais e de liderança. A empresa adota uma política de tolerância zero à discriminação, conforme expresso em seu Código de Conduta. Em 2020, estabeleceu a meta de dobrar a força de trabalho feminina até 2025, de 13% para 26%, concentrando-se no compromisso com o Pacto Global da ONU. **A companhia celebra este ano o atingimento dessa meta, ainda um ano antes de seu prazo!** A CSN Mineração continua intensificando seus investimentos para criar um ambiente mais diversificado, equitativo e inclusivo, concentrando esforços no desenvolvimento da cultura organizacional e no crescimento dos colaboradores. Abordagem fundamentada na valorização da singularidade de cada colaborador e na importância de Diversidade, Equidade e Inclusão como valores alinhados aos objetivos estratégicos da empresa. • **Direitos Humanos e Relacionamento com Stakeholders:** A gestão de direitos humanos na companhia está alinhada com princípios e padrões internacionais, como os Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) da Organização das Nações Unidas, convenções da Organização Internacional do Trabalho e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 5, 8, 10 e 16. Em 2023, a Companhia concluiu a Due Diligence em Direitos Humanos (DDDH) em Congonhas (MG), segundo os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O estudo avaliou temas como Mulheres, Crianças, Povos Tradicionais e Trabalhadores Migrantes, e identificou 37 potenciais impactos adversos, priorizando 14 deles, o que resultou na implementação de 49 planos de ação e 95 iniciativas de mitigação. A due diligence, juntamente com o plano de ação, tem como objetivo mitigar os potenciais riscos relacionados a direitos humanos, fortalecendo as práticas da Companhia. Em 2024, 56% dessas ações já estavam concluídas ou em andamento, reforçando o compromisso da empresa com a proteção dos direitos humanos. A unidade segue com o plano de mitigação, conduzido por uma equipe multidisciplinar dedicada. Além disso, as práticas de due diligence são aplicadas não apenas às operações diretas, mas também a contratados, subcontratados e fornecedores, garantindo um monitoramento abrangente da cadeia de valor. A empresa não possui operações em áreas de conflito. Adicionalmente, cabe destacar o Comitê de Comunidade, uma prática de relacionamento criada pela CSN Mineração que envolve diversos atores. O Comitê tem um cronograma de reuniões ordinárias realizadas bimestralmente com representantes do poder público/privado e das comunidades locais, tendo como objetivo debater demandas, críticas e sugestões de melhoria na minimização ou mitigação dos impactos socioambientais inerentes aos empreendimentos da companhia. Com a "Casa de Apoio CSN", localizada no bairro Residencial em Congonhas (MG), a companhia estabelece outro importante canal de comunicação com a comunidade que tem sido utilizado para prestar esclarecimentos à população sobre as atividades e ações da CSN Mineração, formular iniciativas conforme as demandas da comunidade e divulgar oportunidades de trabalho. Com essa ação, novos colaboradores foram contratados, transformando a realidade local por meio da geração de emprego e renda. Em 2024, foram efetuados mais de 1,1 mil atendimentos na Casa de Apoio. • **Responsabilidade Social:** A Fundação CSN é um dos principais veículos para a promoção de relações positivas entre a CSN Mineração e a população local, com mais de 60 anos de atuação, possui papel fundamental em promover a transformação das comunidades por meio do desenvolvimento social, educacional e cultural e em desenvolver projetos de condição direta nas cidades em que a CMIN está presente. Em 2024, mais de R$ 66 milhões foram investidos em diversos projetos sociais que impactam positivamente a vida das comunidades adjacentes às operações da companhia. Perseguindo o mesmo objetivo, o Centro de Educação Tecnológica (CET), programa da Fundação CSN em parceria com a Secretaria de Educação do Governo de Minas Gerais, ampliou seu programa de bolsas através do "Trilhas de Futuro". No último ano, a escola de Congonhas somou um total de 936 alunos, sendo 627 bolsistas, para os Ensinos Fundamental II e Médio e Cursos Técnicos de Mineração e Eletromecânica. Com o seu modelo de atuação, a Fundação CSN conecta os investimentos à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios do Pacto Global, da ONU e contribui diretamente para transformação de vidas, famílias e comunidades, reforçando o compromisso nas cidades que está inserida. Para saber mais sobre as ações e programas da Fundação CSN, acesse https://fundacaocsn.org.br/. A educação é um dos principais pilares da Fundação CSN, que administra o Centro de Educação Tecnológica (CET) em Congonhas (MG). A instituição oferece ensino fundamental II, médio, técnico e cursos de capacitação profissional. Em 2024, a escola atendeu 252.437 estudantes, com 55% de bolsistas. A Fundação também desenvolveu o projeto "Capacitar para Crescer", capacitando jovens em situação de vulnerabilidade social para programas de Jovem Aprendiz, com 69 capacitados, dos quais 23 já ingressaram no programa. A Fundação também realiza o programa "Conexão Aprendizagem", conectando jovens com empresas para atividades práticas e capacitação, atendendo 744 jovens em 2024. A Fundação também promove o Programa de Educação Ambiental (PEA) em diversas cidades mineiras, com atividades como revitalização de espaços públicos, construção de hortas comunitárias e capacitação em soluções sustentáveis. Em Congonhas, mais de 17 mil pessoas foram envolvidas em ações que reforçam a conscientização ambiental. Na área cultural, o projeto "Garoto Cidadão" oferece atividades artísticas (música, teatro, dança e artes visuais) a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Em 2024, o projeto beneficiou 70.433 pessoas em cidades como Belo Vale, Congonhas, Moedas, Rio Acima (MG) e Itaguaí (RJ), realizando 337 ações culturais e impactando 1.201 crianças e adolescentes. **C - Dimensão Governança:** O Grupo CSN e a CSN Mineração vêm atuando na formalização de seus principais compromissos ESG com foco na governança de seus temas materiais. O Comitê ESG, órgão não-estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração do Grupo CSN, é composto pela alta liderança executiva e atua na definição da estratégia ESG da Companhia, em conjunto com a Diretoria de Sustentabilidade, que responde diretamente ao CEO do grupo CSN. O Comitê atua diretamente na gestão de indicadores, avaliação e identificação de riscos e oportunidades ESG e desenvolvimento de projetos para alavancar a agenda de inovação. Cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade de estabelecer as diretrizes estratégicas e deliberar sobre temas econômicos, sociais e ambientais que tenham impacto sobre os negócios da companhia. Com o intuito de apoiar as decisões dos Conselhos de Administração do Grupo CSN e da CSN Mineração, o Comitê ESG tem por atribuição apresentar a esses órgãos os avanços, desafios, riscos e oportunidades relacionados aos Grupos Temáticos apresentados na imagem abaixo. Esses Grupos foram criados de acordo com a Matriz de Materialidade da Companhia, revisada pela última vez em 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
COMITÊ ESG
COMISSÃO DE GESTÃO INTEGRADA ESG

A estrutura também é composta pela Comissão Integrada de Gestão ESG, que organiza o trabalho realizado pelos Embaixadores ESG. Estes têm como principal função implementar um sistema de inovação aberta e de sustentabilidade distribuídos pelos Grupos Temáticos. A principal função da Comissão de Gestão Integrada é padronizar conceitos e disseminar as boas práticas em todos os segmentos de atuação, com foco no atingimento das metas estabelecidas. Em paralelo, os Embaixadores ESG participam de treinamentos e oficinas relacionadas ao tema de Inovação ESG e coordenam os projetos estratégicos. Em 2024, foram realizadas oito reuniões do Comitê ESG, diversas oficinas com os 52 embaixadores. Além disso, mais de 52 mil horas de treinamentos foram realizados pela Escola ESG na Universidade Corporativa. Ainda em 2024, com o apoio do Comitê ESG, o programa CSN Conecta teve seu terceiro ciclo realizado. O programa tem como objetivo identificar iniciativas com ações em ESG que podem transformar o dia a dia das nossas operações e de toda a indústria com potencial de aceleração. As temáticas trabalhadas neste ano foram: Água & Efluentes, Eficiência Energética, Mudança do Clima, Diversidade & Inclusão, Biodiversidade & Serviços Ecossistêmicos, Economia Circular, e Saúde & Segurança do Trabalho. Dentre os 136 projetos recebidos, 12 foram aprovados e implantados. Os três primeiros colocados receberam uma premiação financeira e foram divulgados durante a semana ESG 2024.

POLÍTICA PARA CONTRATAÇÃO DE AUDITORES INDEPENDENTES

Os auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., que em 2024 prestaram serviços à CSN Mineração foram contratados para emitir a conclusão sobre as demonstrações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores	(R$ mil)
Honorários relacionados à auditoria externa	752
Honorários relacionados a outros serviços de asseguração	105
Total	857

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos das Resoluções CVM 80/2022 e 162/2022, o Conselho de Administração declarou em 12/03/2025 que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Companhia mantém uma estrutura de governança corporativa robusta, contando com a Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, responsável por monitorar e avaliar riscos que possam impactar as demonstrações financeiras, além de assessorar os gestores dos processos de negócios na implementação de controles internos adequados. Em avaliação aos controles internos pela administração, em conjunto ao auditor externo, a Companhia não identificou fraquezas materiais em 31 de dezembro de 2023. A avaliação dos controles internos para o exercício de 2024 encontra-se na fase final, reforçando o compromisso da Companhia com a transparência e a governança corporativa.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Desempenho Operacional: O ano de 2024 encerrou seu último trimestre com um período marcado por forte ritmo de produção de minério de ferro a despeito da sazonalidade negativa no Brasil, com o início do período de chuvas. Os embarques nos portos brasileiros registraram o melhor resultado trimestral dos últimos 4 anos, além de recordes de embarques em alguns dos principais terminais de exportação australianos, acumulando altos volumes de estoques portuários na China. No entanto, diversas medidas de estímulo econômico por parte do governo chinês ajudaram a manter aquecida a demanda do minério de ferro, resultando em um aumento na utilização de capacidade das siderúrgicas chinesas. Nesse cenário, o minério de ferro apresentou uma cotação média de US$ 103,4/dmt (Platts, Fe62%, N. China), valor 3,7% superior à média do 3T24 (US$ 99,7/dmt), mas 9,3% abaixo do registrado no 4T23 (US$ 126,30/dmt). Após os picos nos preços de frete observados no 3T24 (média de US$ 26,67/t), o custo da rota marítima BCI-C3 (Tubarão-Qingdao) caiu 19% no 4T24, registrando uma média de US$ 21,62/t. Essa dinâmica está alinhada com o menor volume de minério de ferro e bauxita embarcados no período e de acordo com a sazonalidade natural do período chuvoso no Brasil. A **Produção de Minério de Ferro** (incluindo compras de terceiros) atingiu em 2024 o volume de de 42.010 mil toneladas, atingindo o *guidance* divulgado pela Companhia e apenas 1,3% abaixo do verificado em 2023, o que reflete a estratégia adotada ao longo do ano de priorizar a margem em detrimento de volume, com um menor volume de compras de minério de terceiros. De forma geral, pode-se afirmar que o ano de 2024 foi um período muito importante para a história da Companhia, com diversos recordes operacionais na movimentação de cargas e o maior volume de produção própria desde 2019, o que demonstra a sólida eficiência da operação e toda a excelência logística que a CSN Mineração tem conseguido atingir. O **Volume de Vendas**, por sua vez, foi de 42.552 mil toneladas em linha com o verificado em 2023. Outro destaque importante de 2024 foi o recorde de toneladas embarcadas no TECAR, o que permitiu que a Companhia não dependesse de portos de terceiros, ajudando a diminuir o custo logístico e a maximizar o resultado. **Desempenho Financeiro:** A **Receita Líquida Ajustada** totalizou R$ 13.009 milhões em 2024, um desempenho 23,7% abaixo da registrada em 2023, resultado exclusivo da curva descendente do preço do minério, apesar dos resultados operacionais apresentados ao longo do ano, com o crescimento da produção própria. Já a **Receita Líquida Unitária** foi de **US$ 56,6** por tonelada em 2024, o que representa uma retração de 25,5% contra o ano anterior, como consequência da queda do preço médio do minério e uma maior presença de *low grade* no *mix* do produto exportado. O **Custo dos Produtos Vendidos** da mineração totalizou R$ 8.025 milhões, um desempenho 18,5% abaixo do registrado em 2023, resultado da forte redução no volume de compras o que reflete a estratégia de priorizar margem unitária. Já o **custo C1** atingiu US$ 21,7 em 2024, o que representa redução de 3,7% em relação ao trimestre anterior, como reflexo da maior diluição de custos fixos em razão do menor volume. Por sua vez, o Lucro Bruto em 2024 atingiu R$ 4.984 milhões, uma redução de 30,9% em relação ao trimestre anterior, com uma Margem Bruta de 38,3%, uma retração de 4,0 p.p. quando comparamos com o ano anterior. Essa menor rentabilidade reflete a retração de receita devido ao descendente preço do minério. As Despesas com Vendas Gerais e Administrativas totalizaram R$ 232 milhões, o que representa um declínio de 35,5% quando comparado com 2023, reflexo da não utilização de portos de terceiros para a comercialização de minério. No ano, a equivalência patrimonial atingiu R$ 181 milhões, um aumento de 19,2% em relação a 2023 devido ao sólido desempenho operacional registrado pela MRS ao longo do ano ao conseguir se beneficiar do maior volume de cargas transportadas, em especial do segmento de minério de ferro. Em 2024, o EBITDA ajustado da mineração foi de R$ 5,8 bilhões, com uma margem EBITDA ajustada de 45,3%, o que representa uma queda de apenas 0,8 p.p. em relação ao ano anterior mesmo com uma queda de 9,3% no preço médio do minério, o que demonstra toda a excelência operacional registrada no período. Por sua vez, o **Resultado Financeiro** foi positivo em R$ 782 milhões, impulsionado pelo impacto da forte variação cambial sobre o caixa, com posição grande exposição ao dólar. O **Lucro Líquido da CSN Mineração** atingiu R$ 4,5 bilhões, o que representa um expressivo aumento de 26,9% em relação a 2023, motivado a efeito da variação cambial na receita financeira.

ESTRUTURA DE CAPITAL E ENDIVIDAMENTO

Em 31/12/2024, a CSN Mineração possuía um total de R$ 15,2 bilhões em disponibilidades, o que representa um crescimento de 4,8% em relação ao trimestre anterior em razão da assinatura de mais um contrato de pré-pagamento, ajudando a reforçar ainda mais a posição de caixa líquido da Companhia ao totalizar R$ 4,6 bilhões no período. Essa melhora no indicador apenas reforça a sólida estrutura de capital da empresa para fazer frente aos seus projetos de crescimento e pagamentos de dividendos. Por sua vez, o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA ficou praticamente estável em -0,79x.

Endividamento (R$ Bilhões) e Dívida Líquida/EBITDA (x)

	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Alavancagem	0,33x	-0,08x	0,03x	-0,25x	-0,18x	-0,24x	-0,33x	-0,80x	-0,79x
Disponibilidades (R$ Bi)	8.737	9.300	7.656	10.834	9.808	10.422	11.787	14.510	15.200
Dívida Líquida	2.019	(808)	158	(1.740)	(1.198)	(1.654)	(2.784)	(5.327)	(4.842)

Cronograma de Amortização da Dívida (R$ Bilhões)

Posição em 31/12/2024
Dívida Bruta: R$ 10.358
Dívida Líquida: -R$ 4.842
Dívida Líquida/EBITDA LTM: -0,79x
Prazo Médio: 41,36 meses

Liquidez	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034+
15.200 (Disponibilidades)	1.384	1.434	1.198	581	581	608	1.413	1.420	387	1.382

Bancos / Mercado de Capitais

Nota: [1] Disponibilidades considerando o caixa e o equivalente de caixa somado com as aplicações de curto prazo.

Investimentos

	2023	2024
Continuidade Operacional	1.008	1.263
Expansão de Negócios	478	530
Total	1.486	1.794

O Capex em 2024 atingiu o valor de R$ 1.794 milhões, um aumento de 20,7% em relação a 2023, como reflexo, principalmente, dos esforços concluídos para avançar na excelência operacional, o que se mostrou uma estratégia muito bem-sucedida ao viabilizar diversos recordes operacionais registrados ao longo do ano. Adicionalmente, foi verificado no 4T24 o início das obras de infraestrutura da P15, fato este que deve acelerar o ritmo de investimento daqui para frente.

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

O Capital Circulante Líquido encerrou o ano negativo em **R$ 194 milhões**, um avanço considerável em relação ao trimestre anterior como consequência do aumento no contas a receber em razão do efeito positivo do preço do minério.

FLUXO DE CAIXA LIVRE AJUSTADO

O Fluxo de Caixa Ajustado no 4T24 totalizou R$ 212 milhões, revertendo o resultado negativo do trimestre anterior, explicado principalmente pelo forte EBITDA alcançado no período que acabou por compensar o maior volume de investimentos e o crescimento de Contas a Receber em razão da recuperação do preço do minério.

DIVIDENDOS

Em 29 de maio de 2024, a Companhia realizou a distribuição de dividendos intercalares aos seus acionistas no valor de R$ 1.025 milhões, o que correspondeu a R$ 0,1868 por ação, conforme anunciado em 09 de maio de 2024. Neste mesmo data, foram pagos R$ 435,2 milhões na forma de juros sobre capital próprio representando um valor bruto de R$ 0,08 por ação.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no valor total de R$ 3 bilhões, divididos da seguinte forma: dividendos intercalares aos seus acionistas no valor de R$ 2.375 milhões (ou R$ 0,43689130448 por ação), dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no valor de R$ 160 milhões (ou R$ 0,02943266927 por ação) e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 465 milhões (ou R$ 0,08553867507 por ação). Esses valores por ação foram estimados e podem sofrer variação em razão de eventual alteração do número de ações em tesouraria. Os pagamentos desses proventos foram pagos em 30 de dezembro de 2024.

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 211 milhões, correspondendo ao valor bruto por ação de R$ 0,03895595758. Esses valores por ação foram estimados e podem sofrer variação em razão de eventual alteração do número de ações em tesouraria. Os pagamentos desses proventos serão realizados até 31 de dezembro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.165.926	9.795.878	5.434.648	5.733.830
Aplicações financeiras	4	13.891	12.452	13.891	12.452
Contas a receber	5	1.506.580	1.712.870	1.772.464	1.698.759
Estoques	6	777.848	935.379	777.738	935.827
Tributos a recuperar	7	20.613	222.674	57.930	224.405
Outros ativos circulantes	8	227.246	302.780	253.817	200.044
Total do ativo circulante		17.832.106	12.987.383	8.330.488	12.805.377
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos diferidos	19.a	143.705	10.138	136.925	-
Estoques	6	1.761.172	1.412.103	1.761.172	1.412.103
Tributos a recuperar	7	281.507	291.251	281.507	290.251
Outros ativos não circulantes	8	536.687	100.788	535.701	100.317
		2.723.075	1.814.280	2.717.306	1.802.671
Investimentos	9	1.774.066	1.577.155	3.368.508	2.023.837
Imobilizado	10	9.704.951	8.958.768	9.439.962	8.677.679
Intangível	11	4.356.721	4.352.819	4.200.397	4.199.566
Total do ativo não circulante		18.558.813	16.703.022	19.726.173	16.703.753
TOTAL DO ATIVO		36.390.919	29.690.805	28.056.661	29.509.130

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	1.340.018	445.182	1.340.018	445.182
Obrigações sociais e trabalhistas		102.121	92.972	100.517	92.183
Fornecedores	16	2.067.209	1.843.187	1.798.410	1.844.015
Obrigações fiscais	21	219.552	538.795	162.875	535.889
Provisões trabalhistas e cíveis	22	10.957	4.056	10.957	4.056
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	179.868	369.960	179.868	369.960
Adiantamento de clientes	18	3.193.893	1.710.343	1.395.007	1.697.890
Fornecedores - Risco Sacado e *Forfaiting*	16.a	187.773	-	187.773	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	936.027	-	936.027
Outras obrigações	17	244.602	129.223	191.674	113.405
Total do passivo circulante		7.545.988	6.069.785	5.367.094	6.038.607
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	8.788.702	7.733.799	8.788.702	7.733.799
Tributos diferidos	19.b	-	114.050	-	114.062
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	22	98.567	73.047	98.567	73.014
Fornecedores LP	16	42.324	14.987	42.324	14.987
Provisões para passivos ambientais e desativação	23	605.167	531.046	605.167	531.046
Adiantamento de clientes LP	18	8.808.268	4.168.120	2.731.732	4.052.033
Outras obrigações	17	232.789	287.074	153.961	252.892
Total do passivo não circulante		18.575.817	12.922.123	12.420.453	12.771.826
Patrimônio líquido					
Capital social integralizado	25.a	7.473.980	7.473.980	7.473.980	7.473.980
Reservas de capital	25.c	127.042	127.042	127.042	127.042
Reservas de lucros		3.240.661	3.273.934	3.240.661	3.273.934
Outros resultados abrangentes		(572.569)	(176.259)	(572.569)	(176.259)
Total do patrimônio líquido		10.269.114	10.698.697	10.269.114	10.698.697
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.390.919	29.690.605	28.056.661	29.509.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o (prejuízo) lucro do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Receita líquida	27	16.496.317	18.680.420	12.033.331	18.808.483
Custo dos produtos e serviços vendidos	28	(8.025.027)	(9.639.057)	(8.156.365)	(9.318.327)
Lucro bruto		8.471.290	9.041.369	4.080.966	9.850.156
Receitas (despesas) operacionais		(3.503.982)	(3.004.984)	913.999	(2.954.495)
Despesas com vendas	28	(3.527.738)	(2.050.270)	(365.244)	(2.055.644)
Despesas gerais e administrativas	28	(182.052)	(161.189)	(153.892)	(143.204)
Resultado da equivalência patrimonial	9	181.978	152.154	1.400.341	286.858
Outras receitas/(Despesas) operacionais, líquidas	29	23.830	(945.729)	32.794	(1.042.505)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.967.308	6.036.375	5.580.965	5.995.661
Resultado financeiro líquido	30	781.818	(1.229.817)	72.423	(1.222.577)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.749.126	4.806.558	5.653.388	4.773.134
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.221.407)	(1.237.821)	(1.125.669)	(1.204.397)
Lucro líquido do período		4.527.719	3.568.737	4.527.719	3.568.737
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	25.f			0,82163	0,65060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	4.527.719	3.568.737	4.527.719	3.568.737
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	1.117	(1.891)	1.117	(1.891)
	1.117	(1.891)	1.117	(1.891)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perda)/Ganho hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	(127.989)	(525.752)	(127.989)	(525.752)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado, líquidos de impostos	(276.676)	531.459	(276.676)	531.459
	(404.665)	5.707	(404.665)	5.707
	(403.548)	3.816	(403.548)	3.816
Resultado Abrangente do exercício	4.124.171	3.572.553	4.124.171	3.572.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Receitas				
Vendas mercadorias, produtos e serviços	16.826.658	19.191.610	13.162.984	19.176.556
Outras receitas/(Despesas)	4.508	7.002	4.508	7.002
(Provisão)/Reversão créditos liquidação duvidosa	(862)	820	134	820
	16.830.304	19.199.432	13.167.626	19.184.378
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(5.452.011)	(6.985.436)	(5.580.331)	(7.080.153)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.410.217)	(2.948.984)	(1.258.871)	(3.068.497)
(Perda)/Recuperação de valores ativos	(32.033)	(65.997)	(32.033)	(65.997)
Outros	-	-	-	-
Impairment ativos disponíveis para venda	-	-	-	-
	(9.894.261)	(10.000.417)	(6.871.235)	(10.214.642)
Valor adicionado bruto	6.936.043	9.199.015	6.296.391	8.969.736
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.150.018)	(1.041.140)	(1.136.185)	(996.646)
Valor adicionado líquido produzido	5.786.025	8.157.875	5.160.206	7.973.090
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	181.978	152.194	1.400.341	286.858
Receitas financeiras	719.775	536.481	520.465	531.057
Outros e variações cambiais ativas	2.383.125	(688.022)	1.575.207	(686.529)
	3.284.888	653	3.496.013	131.386
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	9.070.913	8.158.528	8.656.219	8.104.476
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	840.017	773.903	821.013	764.331
Remuneração direta	631.175	567.004	613.032	557.745
Benefícios	175.477	175.369	174.723	175.162
F.G.T.S	33.364	31.530	33.258	31.424
Impostos, taxas e contribuições	1.796.310	1.929.371	1.700.404	1.897.148
Federais	1.686.963	1.784.192	1.591.057	1.752.569
Estaduais	98.174	135.399	98.174	135.399
Municipais	11.173	9.780	11.173	9.780
Remuneração de capitais de terceiros	1.906.865	1.886.517	1.607.083	1.873.660
Juros	1.552.015	629.116	1.346.246	629.116
Aluguéis	4.982	3.000	3.043	1.363
Outros e variação monetária e cambial passiva	349.868	1.254.401	257.794	1.243.181
Remuneração de capitais próprios	4.527.719	3.568.737	4.527.719	3.568.737
Juros sobre o capital próprio	125.201	714.680	125.201	714.680
Dividendos	2.375.000	1.364.983	2.375.000	1.364.983
Lucro do exercício/Lucros retidos	2.027.518	1.489.074	2.027.518	1.489.074
Participação dos não controladores	-	-	-	-
Outros				
Resultado operações descontinuadas	-	-	-	-
	9.070.913	8.158.528	8.656.219	8.104.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Eufrázio

continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Capital social integralizado	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas: Legal	Reservas: Estatutária	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.473.980	-	127.042	1.266.134	2.007.800	-	(176.259)	10.698.697
Saldos iniciais ajustados	7.473.980	-	127.042	1.266.134	2.007.800	-	(176.259)	10.698.697
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	4.527.719	(403.548)	4.124.171
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	4.527.719	-	4.527.719
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(403.548)	(403.548)
Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	1.117	1.117
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	(404.665)	(404.665)
Ganho na variação percentual de investimentos	-	-	-	-	-	-	7.236	7.238
Destinações:	-	-	-	226.386	64.682	(4.527.719)	-	(4.236.651)
Aprovação dos dividendos intermediários em RCA realizada em 29/02/2024	-	-	-	-	(1.075.041)	-	-	(1.075.041)
Aprovação dos dividendos intermediários em RCA realizada em 31/05/2024	-	-	-	-	(110.000)	(2.375.000)	-	(2.485.000)
Aprovação dos juros sobre capital próprio em RCA realizada em 30/09/2024	-	-	-	-	(339.799)	(125.201)	-	(465.000)
Aprovação dos juros sobre capital próprio em RCA realizada em 27/12/2024	-	-	-	-	(211.610)	-	-	(211.610)
Reserva legal	-	-	-	226.386	-	(226.386)	-	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	1.801.132	(1.801.132)	-	-
Transações de capital	-	(324.341)	-	-	-	-	-	(324.341)
Ações em tesouraria adquiridas	-	(324.341)	-	-	-	-	-	(324.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.473.980	(324.341)	127.042	1.492.520	2.072.482	-	(572.569)	10.269.114

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) líquido do período		**4.527.719**	**3.568.737**	**4.527.719**	**3.568.737**
Resultado de equivalência patrimonial	9	(181.978)	(152.194)	(1.400.341)	(286.858)
Variações cambiais e monetárias		(78.850)	(92.362)	(39.204)	(92.360)
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	13.a	658.590	628.784	678.258	628.784
Juros capitalizados	10	(113.048)	(124.625)	(113.048)	(124.625)
Juros de passivos de arrendamentos		11.353	10.522	11.353	10.522
Amortização custo de transação	13.a	48.280	41.061	48.280	41.061
Depreciação e amortização		1.150.476	1.042.129	1.136.642	997.639
Perda estimada para a baixa de ativos imobilizados	10	10.522	(804)	10.622	(805)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19	1.221.407	1.237.821	1.325.669	1.204.397
Outros provisionamentos		(149)	59.224	(149)	86.949
Perdas/(Ganhos) realizadas com hedge accounting fluxo de caixa e instrumentos derivativos	14	306.292	733.325	306.292	733.325
Outras provisões					
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**7.568.713**	**6.961.620**	**6.292.093**	**6.766.762**
Contas a receber		227.665	(82.896)	(84.378)	(48.041)
Estoques		(190.338)	(383.198)	(190.980)	(384.097)
Impostos a recuperar		165.255	(226.803)	165.218	(226.103)
Adiantamento a fornecedores		(523.109)	128.671	(530.609)	128.671
Outros ativos		(340.323)	(79.360)	(440.484)	52.665
Fornecedores		247.293	432.601	22.939	403.067
Obrigações sociais e trabalhistas		8.462	10.777	8.334	10.802
Tributos a recolher		(147.536)	(86.384)	(201.307)	(51.099)
Adiantamento de clientes		6.441.346	4.235.447	(1.358.016)	4.235.447
Dividendos recebidos		54.167	36.679	54.167	38.679
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.281.248)	(1.256.025)	(1.281.048)	(1.256.025)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(678.258)	(557.623)	(658.590)	(557.623)
Outras obrigações		49.706	(33.440)	88.773	(9.639)
Hedge Accounting de fluxo de caixa e instrumentos derivativos		42.545	(794.752)	42.545	(794.752)
Adiantamento - contratos de energia	18	(52.327)	(50.951)	(47.806)	(45.567)
Fornecedores - Risco Sacado		187.773	-	187.773	-
Variações nos ativos e passivos		**4.195.973**	**1.284.743**	**(4.225.619)**	**1.491.985**
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		**11.756.687**	**8.246.363**	**2.066.474**	**8.258.747**
Aquisição de ativos imobilizados e intangível		(1.762.531)	(1.443.585)	(1.761.609)	(1.443.383)
Aplicações financeiras		(1.439)	234.873	(1.439)	234.873
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		**(1.763.970)**	**(1.208.712)**	**(1.763.048)**	**(1.208.510)**
Pagamento do principal sobre empréstimos	13.a	(365.570)	(1.157.621)	(365.570)	(1.157.621)
Amortização de arrendamento		(27.378)	(18.763)	(27.378)	(18.763)
Custo de transação financeira	13.a	(39.164)	(121.543)	(39.164)	(121.543)
Dividendos pagos		(3.560.241)	(3.546.895)	(3.560.041)	(3.546.895)
Captação de empréstimos e financiamentos	13.a	489.360	1.417.778	489.360	1.417.778
Juros sobre capital próprio		(766.561)	(307.369)	(766.561)	(307.369)
Recompra de ações		(324.341)	-	(324.341)	-
Recursos líquidos captados (utilizados) nas atividades de financiamento		**(4.594.105)**	**(3.734.414)**	**(4.594.105)**	**(3.734.414)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		**(8.472)**	**3.069**	**(8.472)**	**3.069**
Aumento (diminuição) no caixa e títulos e valores mobiliários		**5.390.050**	**3.306.306**	**(4.299.242)**	**3.318.892**
Caixa e títulos e valores mobiliários no início do período		**9.795.878**	**6.489.572**	**9.733.890**	**6.414.998**
Caixa e títulos e valores mobiliários (exceto derivativos ativos) no fim do período		**15.185.928**	**9.795.878**	**5.434.648**	**9.733.890**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSN Mineração S.A. referida adiante como "CMIN", também denominada como "Companhia" ou "Controladora", foi constituída em 2007, e está sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, que em conjunto com as suas subsidiárias e controladas em conjunto é denominada também nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como "Grupo". O Grupo foi formado a partir de combinação de negócios dos ativos de mineração e porto de sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN" ou "Controladora CSN") com os ativos de mineração incorporados da Nacional Minérios S.A. ("Namisa"), uma *joint venture* constituída entre a CSN e *consórcio asiático*, formado, inicialmente, pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co. Ltd. e China Steel Corporation ("Consórcio Asiático"). Em 2021, a Companhia concluiu a oferta pública de ações ("IPO"), tornando-se assim, uma sociedade anônima de capital aberto, passando a deter sua totalidade de ações ordinárias negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código CMIN3. A operação de mineração de ferro da CMIN está localizada no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde a Companhia extrai, beneficia e comercializa minério de ferro tanto de sua própria produção quanto de terceiros. Como uma das maiores exportadoras de minério de ferro do Brasil, a CMIN utiliza uma rede logística eficiente para escoar sua produção até o Porto de Itaguaí. Com escritórios comerciais no Brasil, Suíça e Hong Kong, a Companhia atende clientes em diversas partes do mundo, com destaque para os mercados europeu e asiático. Por ser uma empresa integrada, a CMIN possui participação na malha ferroviária da MRS e opera o Terminal de Carvão do Porto Organizado de Itaguaí ("TECAR"), um dos quatro terminais que compõem o Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro. Além disso, o Grupo detém a outorga da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, permitindo o uso de sua energia para autoprodução. A CMIN é pioneira na adoção de tecnologias sustentáveis para o empilhamento de rejeitos provenientes da produção de minério de ferro. Desde 2020, a Companhia opera com um sistema completo de filtragem de rejeitos, permitindo o empilhamento a seco do material. Esse processo possibilita a disposição dos rejeitos em pilhas geotecnicamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para esse fim, evitando a necessidade de barragens. Como resultado dessas medidas, o descomissionamento das barragens tornou-se um caminho natural no processamento de rejeitos filtrados. Atualmente, todas as barragens de mineração da Companhia estão rigorosamente adequadas à legislação ambiental vigente. • **Continuidade Operacional:** A Administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), atualmente denominadas como IFRS *Accounting Standards*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". **2.b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"). Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas podendo divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia. As estimativas críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado, conforme apresentado abaixo: Nota 12 - Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*); Nota 14 - Instrumentos Financeiros (derivativos e contabilidade de *hedge*); Nota 22 - Provisões fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais; Nota 23 - Provisão para passivos ambientais e desmobilização; Nota 32 - Benefícios a empregados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 12 de março de 2025. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2024, US$1,00 equivale a R$ 6,1923 (R$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023) conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil. **2.d) Políticas contábeis Materiais:** Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nos exercícios apresentados nas notas explicativas. **2.e) Demonstração do valor adicionado:** Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional, autorizado pela Resolução CVM 199. **2.f) Adoção dos novos requisitos, normas, alterações e interpretações:** Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram: • Alterações ao IFRS 16 - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*; • Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como "Circulante" ou "Não Circulante"; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações sobre operações de risco sacado. Em relação às alterações supracitadas, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando da adoção e interpretação das normas, com exceção às alterações ao IAS 7 e IFRS 7, fruto da adição dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado (entende-se também por "*forfaiting*" no decorrer do relatório, em sua nota 16.a. Fornecedores - Risco Sacado e Forfaiting). Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, a expectativa de seus respectivos impactos são: __**IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**__: propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes à sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos à entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026; __**IFRS S2 - Requisitos de Divulgação Relacionados ao Clima**__: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspectos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026; __**Alteração na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio**__: estabelece requisitos à mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada; __**Alterações na IFRS 9 e IFRS 15 - Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros**__: devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros, além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada. __**OCPC 10 - Créditos de carbono (TCO2E), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)**__: estabelece os requisitos de reconhecimento, mensuração e evidenciação à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025. Entretanto, a Companhia não identifica alterações em suas demonstrações financeiras oriundas da emissão desta norma neste momento. __**Melhorias anuais ao IFRS - Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada**__: i) __**IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro**__: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas; ii) __**IFRS 7 - Instrumentos Financeiros**__: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos; iii) __**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**__: As modificações visam corrigir inconsistências e fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros; iv) __**IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas**__: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias; v) __**IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**__: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos. __**IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras**__: Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos, a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e contraste com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027, com possibilidade de adoção antecipada; __**IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**__: Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027, com possibilidade de adoção antecipada. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e entende que, com base na relação supracitada, os requisitos, normas, alterações e interpretações que apresentarão impacto significativo e material nas demonstrações financeiras subsequentes serão as adoções ao IFRS S1, IFRS S2, IFRS 18 e IFRS 19. As principais expectativas em relação às adoções mencionadas são a mensuração e reconhecimento dos itens pertinentes ao IFRS S1 e S2 relacionados à sustentabilidade e clima, a nova apresentação da Demonstração do resultado e informações adicionais relacionadas às subsidiárias, para enquadramento ao IFRS 19. **Reforma tributária brasileira:** A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. __**Reforma tributária internacional**__: Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu a Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. O Grupo adotou essas emendas, tendo em vista que a receita consolidada está acima do limite mínimo de 750.000 de euros. Importante frisar que o Grupo conta atualmente com o apoio de especialistas tributários para auxiliá-lo na aplicação da referida legislação e estimar o impacto de sua aplicação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Caixas e bancos				
No Brasil	4.100	20.711	1.556	7.412
No exterior	11.818.470	8.092.521	2.093.858	8.069.731
	11.822.570	**8.113.232**	**2.095.414**	**8.077.143**
Aplicações financeiras				
No Brasil	1.765.930	830.330	1.741.814	804.431
No exterior	1.597.420	852.316	1.597.420	852.316
	3.363.350	**1.682.646**	**3.339.234**	**1.656.747**
	15.185.920	**9.795.878**	**5.434.648**	**9.733.890**

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e liquidez imediata. Adicionalmente, os recursos financeiros no exterior, mantido em dólar, possuem liquidez diária com bancos considerados pela Administração como de primeira linha, e são remunerados a taxas pré-fixadas. **Política Contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado e Controladora – Circulante 31/12/2024	Consolidado e Controladora – Circulante 31/12/2023
Títulos públicos [1]	13.891	12.452
	13.891	**12.452**

(1) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN, no montante de R$ 13.891 (R$ 12.452 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado e controladora. **Política Contábil:** As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são mensuradas pelo custo amortizado.

5. CONTAS A RECEBER

	Ref.	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Clientes					
Terceiros					
No Brasil		9.971	196.606	8.239	194.390
No exterior		1.158.469	1.162.761	98.298	924.679
		1.168.440	**1.359.367**	**106.537**	**1.119.069**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(9.919)	(9.057)	(1.008)	(1.141)
		1.158.521	**1.350.310**	**105.529**	**1.117.928**
Partes Relacionadas	24	348.059	362.560	1.666.935	580.831
		1.506.580	**1.712.870**	**1.772.464**	**1.698.759**

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber com terceiros por idade de vencimento:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
A vencer	1.106.048	1.350.276	101.803	1.118.061
Vencidos até 180 dias	62.392	-	4.734	-
Vencidos acima de 180 dias	-	9.091	-	1.008
	1.168.440	**1.359.367**	**106.537**	**1.119.069**

As movimentações nas perdas esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são os seguintes:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Saldo inicial	**(9.057)**	**(10.072)**	**(1.141)**	**(1.861)**
(Perdas)/Reversão estimadas de créditos	(1.086)	163	130	165
Recuperação e baixa de créditos	225	[illegible]	3	555
Saldo final	**(9.918)**	**(9.057)**	**(1.008)**	**(1.141)**

A Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação. Após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a Companhia liquida as contas a receber relacionadas e se desobriga integralmente do risco de crédito das operações. Os encargos financeiros na operação de cessão de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R$ 10.804, classificados no resultado financeiro. **Política Contábil:** As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo preço de transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustado ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das "*commodities*" estabelecido pelo "*Platts*", na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente. Quando aplicável, para os saldos em aberto é efetuada a marcação a mercado com base nas cotações médias da Bolsa de Negócios de minério de ferro ajustadas mensalmente até a data negociada para o fechamento do preço final. As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das "commodities" (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato. O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre. A Companhia mensura mensalmente as perdas de crédito esperadas para o instrumento, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, utilizando uma matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. Este modelo considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

6. ESTOQUES

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Produtos acabados	538.154	718.670	538.154	718.670
Produtos em elaboração	1.768.858	1.376.403	1.768.858	1.376.403
Outros	11.842	1.747	11.732	1.595
Almoxarifado	238.451	259.104	238.431	259.104
(-) Perdas estimadas	(18.305)	(19.842)	(18.305)	(19.842)
	2.539.020	**2.346.082**	**2.538.910**	**2.347.930**
Classificado:				
Circulante	777.848	935.979	777.738	935.827
Não Circulante [1]	1.761.172	1.412.103	1.761.172	1.412.103
	2.539.020	**2.346.082**	**2.538.910**	**2.347.930**

(1) Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão processados quando da implementação de novas plantas de beneficiamento, que gerarão como produto o Pellet Feed. O início das operações está previsto para o quarto trimestre de 2027.

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
Saldo inicial	**(19.842)**	**(26.357)**
Reversão/(Perdas estimadas) de estoques de baixa rotatividade e obsolescência	1.537	6.515
Saldo final	**(18.305)**	**(19.842)**

Política Contábil: São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, custos com extração, desmonte, movimentação de mina e outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Créditos da CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral	9.297	11.198	9.297	11.198
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	21.612	67.445	19.584	63.549
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	224.351	200.642	224.389	200.558
Tributos Federais Brasileiros	94.473	235.350	93.981	235.115
Outros tributos	2.157	4.234	2.136	4.234
	352.120	**518.675**	**349.437**	**514.656**
Classificado:				
Circulante	70.613	227.424	67.930	224.405
Não Circulante	281.507	291.251	281.507	290.251
	352.120	**518.675**	**349.437**	**514.656**

continuação

Política Contábil: Os créditos fiscais acumulados decorrem, basicamente, de créditos de ICMS, PIS e COFINS sobre compras de insumos e ativo imobilizado utilizados na produção, além de IRPJ e CSLL relacionados à atualização pela taxa Selic de indébitos tributários aguardando trânsito em julgado para compensação, classificados no ativo não circulante. A realização desses créditos ocorre, geralmente, por meio de compensações naturais com débitos destes tributos, gerados pelas operações de venda e outras saídas tributadas. O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses. Com base em análises e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, não há provisão de riscos quanto à não realização desses créditos tributários, desde que tais projeções orçamentárias se concretizem.

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

		Consolidado				Controladora			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Ref.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais	22	-	-	126.693	79.301	-	-	105.712	69.862
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	10.522	-	-	-	10.522	-	-
Dividendos a receber	24	63.033	53.360	-	-	65.393	55.750	-	-
Despesas antecipadas		-	86.891	-	-	-	86.615	-	-
Adiantamento de despesas compartilhadas [1]	24	111.024	4.491	411.741	4.176	111.214	8.490	411.741	4.176
Outros Créditos com partes relacionadas	24	34.544	4.748	-	7.485	34.544	6.661	-	7.485
Outros ativos		**68.625**	**138.750**	**18.247**	**18.846**	**52.806**	**31.865**	**18.248**	**18.814**
Recebíveis por indenizações [2]		-	105.405	-	-	-	-	-	-
Seguros		36.606	15.780	564	1.140	34.263	15.522	564	1.140
Outros		32.019	16.565	17.683	17.706	18.543	16.343	17.684	17.674
		277.246	302.780	536.687	100.788	263.817	200.044	535.701	100.317

(1) refere-se ao pagamento antecipado para a Controladora CSN a título de compartilhamento das despesas das áreas administrativas. (2) Valor a receber do fisco português em favor da offshore CSN Mining Holding S.L.U. referente a restituição de tributos recolhidos (Imposto de Renda) superior ao valor devido. O valor foi integralmente recebido no segundo trimestre de 2024.

9. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS

As políticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem as controladas e a coligada demonstradas no quadro abaixo:

Empresas	Participação no capital social (%) 31/12/2024	31/12/2023	Atividades principais
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Mining Holding, S.L.U	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Energética de Chapecó	99,99	99,99	Geração de comercialização de energia
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
CSN Mining GmbH	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Portugal Unipessoal LDA [1]	-	100,00	Representação comercial
CSN Mining Asia Limited	100,00	100,00	Representação comercial
CSN Mining International GmbH [2]	100,00	100,00	Comercialização e representação de produtos
Participação em empresas com controle compartilhado classificadas como Joint Venture: Equivalência Patrimonial			
MRS Logística S.A.	18,74	18,74	Transporte ferroviário
Consórcios			
Consórcio Passo Real	23,29	23,29	Geração de energia

(1) Em 05 de setembro de 2024, foi emitido o registro de liquidação da CSN Mining Portugal Unipessoal Lda, tendo seus efeitos retroativos a 08 de agosto de 2024. Em razão da liquidação, ressaltamos que a CSN Mining Portugal Unipessoal Lda. foi extinta. (2) Em dezembro de 2023 a empresa CSN Mining International GmbH, com sede na Suíça, iniciou suas operações de comercialização de minério. **9.a) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e *Joint Ventures*:** A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com a *joint venture*.

Empresas	Saldo final em 31/12/2023	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldo final em 31/12/2024
					Consolidado
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					
Joint-venture					
MRS Logística	1.190.503	(63.060)	264.328	7.390	1.399.161
Fair Value MRS	480.622	-	-	-	480.622
Amortização Fair Value MRS	(93.970)	-	(11.747)	-	(105.717)
	1.577.155	(63.060)	252.581	7.390	1.774.066

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial das empresas com controle compartilhado classificadas como *Joint venture* e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Resultado equivalência da joint-venture		
MRS Logística S.A	264.328	224.674
Amortização de Fair Value	(11.747)	(11.747)
	252.581	212.927
Reclassificação IAS 28 [1]	(70.603)	(60.733)
Resultado de equivalência ajustada	181.978	152.194

(1) A margem operacional das operações *intercompanies* com empresas do grupo classificadas como *joint venture*, que não são consolidadas, são reclassificadas na Demonstração do Resultado do grupo de investimentos para os grupos de custo e imposto de renda e contribuição social.

Abaixo é apresentado a movimentação do investimento da Controladora:

Empresas	Saldo final em 31/12/2023	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldo final em 31/12/2024
					Controladora
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					
Controladas					
CSN Mining Holding S.L.U	135.047	-	1.172.518	-	1.307.565
Companhia Energética de Chapecó	73.861	-	(22.817)	-	51.044
Fair Value- Companhia Energética Chapecó [1]	278.984	-	-	-	278.984
Amortização Fair Value Chapecó	(41.210)	-	(1.941)	-	(43.151)
Joint-venture					
MRS Logística S.A.	1.190.503	(63.060)	264.328	7.390	1.399.161
Fair Value MRS [2]	480.622	-	-	-	480.622
Amortização Fair Value MRS	(93.970)	-	(11.747)	-	(105.717)
Total de participações societárias	**2.023.837**	**(63.060)**	**1.400.341**	**7.390**	**3.368.508**

(1) O *fair value* alocado no investimento na Companhia Energética Chapecó - CEC decorrente da aquisição do controle, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da usina hidrelétrica de Quebra-Queixo, pertencente a CEC. (2) O *fair value* alocado no investimento na MRS é decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato de concessão da ferrovia com a MRS. **9.b) Descrição e principais informações sobre as controladas diretas e *Joint -venture*:** • CSN MINING HOLDING, S.L.U: Situada em Bilbao, Espanha, essa subsidiária integral da Companhia foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como "*holding*", tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Asia Limited, CSN Mining International GmbH, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e operações financeiras. • CSN MINING INTERNATIONAL GmbH: Situada em Zug, no Cantão de Zug, Suíça, essa subsidiária integral da CSN Mining Holding S.L.U. foi constituída em 21 de novembro de 2023, com o objetivo de comercializar matérias-primas de qualquer tipo e outros bens em nome próprio e por conta de terceiros, tanto na Suíça quanto no exterior, podendo realizar ou intermediar serviços que estejam direta ou indiretamente relacionados com esse objetivo ou que a ele sejam relacionados. • COMPANHIA ENERGÉTICA CHAPECÓ - CEC: A Companhia Energética Chapecó - CEC, com sede em escritório central no município de São Paulo, é uma concessionária de produção independente de energia elétrica e tem como atividade preponderante o aproveitamento do potencial de energia elétrica localizado no Rio Chapecó, através de uma usina hidrelétrica, entre os municípios de Ipuaçu e São Domingos, no estado de Santa Catarina, denominada Central Geradora Quebra Queixo. O contrato de concessão tem vigência até dezembro 2040, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas pela ANEEL. A Companhia atualmente possui 99% de participação no capital da Companhia Energética de Chapecó. • CONSÓRCIO PASSO REAL: O Consórcio Passo Real foi constituído com a finalidade de viabilizar a exploração, pelos consorciados, do potencial energético da Usina Hidrelétrica de Passo Real ("UHE Passo Real"), instalada no Rio Jacuí, localizada no município de Salto do Jacuí/RS, com capacidade instalada de 158 MW e formada por 2 unidades geradoras de energia. A Companhia detém 23,29% do investimento no consórcio, cujo objeto é a geração de energia elétrica aos seus consorciados, de acordo com o percentual de participação de cada empresa. As demais consorciadas são sociedades do seu grupo controlador. **9.c) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint venture*):** Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas: **Balanço Patrimonial:**

	31/12/2024	31/12/2023
		Joint-Venture
		MRS Logística
Participação (%)	18,74%	18,74%
Balanço Patrimonial		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.147.393	3.388.052
Adiantamento a fornecedores	42.649	101.318
Outros ativos	1.182.598	1.390.539
Total ativo circulante	**5.372.640**	**4.879.909**
Ativo não circulante		
Outros ativos	448.946	679.749
Investimentos, Imobilizado e Intangível	14.791.500	12.774.225
Total ativo não circulante	**15.240.446**	**13.453.974**
Total do Ativo	**20.613.086**	**18.333.883**
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	547.803	993.367
Passivos de arrendamento	738.978	565.002
Outros passivos	2.103.399	2.111.252
Total passivo circulante	**3.390.180**	**3.669.621**
Passivo não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	7.524.173	5.879.207
Passivos de arrendamento	1.158.058	1.665.072
Outros passivos	1.074.757	729.734
Total passivo não circulante	**9.756.988**	**8.274.013**
Patrimônio líquido	**7.465.918**	**6.390.249**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**20.613.086**	**18.333.883**

Demonstração de resultados

	31/12/2024	31/12/2023
		Joint-Venture
		MRS Logística
Participação (%)	18,74%	18,74%
Demonstrações de Resultados		
Receita Líquida	7.028.472	6.445.618
Custos dos Serviços Vendidos	(3.909.609)	(3.444.706)
Lucro Bruto	**3.118.863**	**3.000.912**
(Despesas) e Receitas Operacionais	89.237	(485.694)
Resultado Financeiro Líquido	(1.160.359)	(722.407)
Lucro antes do IR/CSLL	**2.047.741**	**1.792.811**
IR / CSLL correntes e diferidos	(632.231)	(586.831)
Lucro líquido do exercício	**1.415.510**	**1.205.980**

• MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS"): Situada na cidade e estado do Rio de Janeiro, a MRS tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A concessão tem prazo de duração de 30 anos, contados de 1º de dezembro de 1996. Em julho de 2022, foi aprovada pelo poder concedente a prorrogação da concessão por mais 30 anos contados de 1º de dezembro de 2026. A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos. Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato. A Companhia detém diretamente participação de 18,74% no capital social da MRS. **Política Contábil: Equivalência Patrimonial e Consolidação:** Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas e coligadas. **Controladas:** Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade com a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. ***Joint Venture*:** O investimento na MRS é classificado como *joint-venture*, pois, a Companhia possui influência significativa, mas não o controle. Dessa forma, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, e é considerada uma *joint-venture*, pois, seu controle é compartilhado com os demais sócios. A participação de 18,74% na MRS inclui ações ordinárias, preferenciais e uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, sendo levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos de sua acionista controladora, a CSN, que detém uma participação adicional de 18,75% na MRS e também é signatária do acordo de acionistas da MRS. Empreendimento controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. **Transações entre controladas e *Joint- Venture*:** Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. São eliminados os efeitos no resultado das transações realizadas com a *Joint- Venture*, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social. A data base das demonstrações financeiras das controladas e da *Joint- Venture* é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. **Transações e saldos em moedas estrangeiras:** São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

10. IMOBILIZADO

10.a) Composição do imobilizado

	Ref.	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento [1]	Direito de Uso	Outros [2]	Total
									Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**87.286**	**1.476.511**	**5.259.084**	**20.555**	**1.924.642**	**116.084**	**73.826**	**8.958.768**
Custo		87.286	2.922.964	10.305.972	46.726	1.924.642	160.499	314.247	16.362.336
Depreciação acumulada		-	(1.446.453)	(5.046.108)	(26.171)	-	(44.415)	(240.421)	(7.403.568)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**87.286**	**1.476.511**	**5.259.084**	**20.555**	**1.924.642**	**116.084**	**73.826**	**8.958.768**
Aquisições		1.105	19.412	8.645	3.737	1.760.349	-	1.140	1.794.423
Juros capitalizados	30	-	-	-	-	113.048	-	-	113.048
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão	29	-	-	(10.491)	-	-	-	(131)	(10.622)
Depreciação		-	(117.983)	(926.482)	(4.984)	-	(19.161)	(25.911)	(1.144.519)
Transferências para outras categorias de ativos		289	127.089	1.070.936	51.437	(1.287.572)	-	37.821	-
Transferência entre grupos - intangível		-	-	-	-	(9.740)	-	-	(9.740)
Remensuração do Direito de Uso	10.b	-	-	-	-	-	13.315	-	13.315
Outros		-	-	-	-	(9.722)	-	-	(9.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**88.680**	**1.505.029**	**5.352.514**	**70.140**	**2.491.005**	**110.238**	**86.745**	**9.704.951**
Custo		88.680	3.259.462	11.314.405	101.726	2.491.005	157.248	318.312	18.130.842
Depreciação acumulada		-	(1.754.433)	(5.961.891)	(30.586)	-	(47.010)	(231.567)	(8.425.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**88.680**	**1.505.029**	**5.352.514**	**70.140**	**2.491.005**	**110.238**	**86.745**	**9.704.951**

	Ref.	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento [1]	Direito de Uso	Outros [2]	Total
									Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**72.044**	**1.352.057**	**5.150.941**	**20.459**	**1.924.642**	**116.084**	**41.452**	**8.677.679**
Custo		72.044	2.763.888	10.726.374	46.493	1.924.642	160.499	246.951	15.940.891
Depreciação acumulada		-	(1.411.831)	(5.575.433)	(26.034)	-	(44.415)	(205.499)	(7.263.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**72.044**	**1.352.057**	**5.150.941**	**20.459**	**1.924.642**	**116.084**	**41.452**	**8.677.679**
Aquisições		1.105	19.412	8.002	3.732	1.760.349	-	1.140	1.793.738
Juros capitalizados	30	-	-	-	-	113.048	-	-	113.048
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão	29	-	-	(10.491)	-	-	-	(131)	(10.622)
Depreciação		-	(109.274)	(968.404)	(4.984)	-	(19.161)	(25.911)	(1.127.734)
Transferências para outras categorias de ativos		289	127.089	1.070.934	51.437	(1.287.572)	-	37.821	-
Transferência para intangível		-	-	-	-	(9.740)	-	-	(9.740)
Remensuração do Direito de Uso	10.b	-	-	-	-	-	13.315	-	13.315
Outros		-	-	-	-	(9.722)	-	-	(9.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**73.438**	**1.389.284**	**5.250.982**	**70.644**	**2.491.005**	**110.238**	**54.371**	**9.439.962**
Custo		73.438	2.900.271	11.734.125	101.493	2.491.005	157.248	251.118	17.708.698
Depreciação acumulada		-	(1.510.987)	(6.483.143)	(30.849)	-	(47.010)	(196.747)	(8.268.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**73.438**	**1.389.284**	**5.250.982**	**70.644**	**2.491.005**	**110.238**	**54.371**	**9.439.962**

(1) Destaca-se avanço nos projetos de expansão dos negócios, principalmente expansão do Porto em Itaguaí e Casa de Pedra, projeto de construção da planta de processamento de Itabirito, P-15, recuperação de rejeitos das barragens. (2) Refere-se substancialmente a ferramentas, veículos e hardware. Os prazos médios de vida útil estimada, em anos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Edificações e infraestrutura	29	30
Máquinas, equipamentos e instalações	15	15
Móveis e utensílios	10	11
Outros	6	6

10.b) Direito de uso

Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2024:

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
					Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**115.821**	-	-	**263**	**116.084**
Custo	135.969	12	1.931	22.587	160.499
Depreciação acumulada	(20.148)	(12)	(1.931)	(22.324)	(44.415)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**115.821**	-	-	**263**	**116.084**
- Remensuração	(2.328)	-	2.794	12.849	13.315
- Depreciação	(4.853)	-	(1.196)	(13.112)	(19.161)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**108.640**	-	**1.598**	-	**110.238**
Custo	133.641	-	2.794	20.814	157.248
Depreciação acumulada	(25.001)	-	(1.196)	(20.814)	(47.010)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**108.640**	-	**1.598**	-	**110.238**

10.c) Juros Capitalizados: Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R$ 113.048 (R$ 124.526 em 31 de dezembro de 2023). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR (Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí). **Política Contábil:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. • **Juros capitalizados:** Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data mesmos estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Companhia. • **Custos de Desenvolvimento de Novas Jazidas de Minério:** Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. • **Gastos com Exploração:** Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. • **Gastos de Remoção de Estéril:** Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. • **Gastos de Estéril:** Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

11. INTANGÍVEL

	Ref.	Ágio [1]	Relações com Fornecedores [2]	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças [3]	Total
							Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**3.236.402**	**12.473**	**2.513**	**70**	**1.101.361**	**4.352.819**
Custo		3.236.402	38.432	24.558	84	1.263.935	4.563.411
Amortização acumulada		-	(25.959)	(22.045)	(14)	(162.574)	(210.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**3.236.402**	**12.473**	**2.513**	**70**	**1.101.361**	**4.352.819**
Aquisições		-	-	119	-	-	119
Transferência entre grupos - imobilizado	10	-	-	9.740	-	-	9.740
Amortização		-	(3.678)	(1.544)	(17)	(15.833)	(21.072)
Transferência entre categorias de ativos		-	(2.468)	(113)	-	2.681	-
Outros [4]		-	15.115	-	-	-	15.115
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**3.236.402**	**21.342**	**10.715**	**53**	**1.088.209**	**4.356.721**
Custo		3.236.402	35.750	35.059	83	1.266.616	4.573.910
Amortização acumulada		-	(14.408)	(24.344)	(30)	(178.407)	(217.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**3.236.402**	**21.342**	**10.715**	**53**	**1.088.209**	**4.356.721**

	Ref.	Ágio [1]	Relações com Fornecedores [2]	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças [3]	Total
							Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**3.236.402**	-	**3.590**	**69**	**959.505**	**4.199.566**
Custo		3.236.402	1.422	23.986	83	1.022.818	4.284.709
Amortização acumulada		-	(1.422)	(20.396)	(14)	(63.313)	(85.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**3.236.402**	-	**3.590**	**69**	**959.505**	**4.199.566**
Transferência entre grupos - imobilizado	10	-	-	9.740	-	-	9.740
Amortização		-	-	(2.947)	(17)	(5.945)	(8.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**3.236.402**	-	**10.383**	**52**	**953.560**	**4.200.397**
Custo		3.236.402	1.422	34.481	82	1.022.818	4.295.203
Amortização acumulada		-	(1.422)	(24.098)	(30)	(69.258)	(94.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**3.236.402**	-	**10.383**	**52**	**953.560**	**4.200.397**

(1) Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa. (2) Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa e a Companhia Energética Chapecó-CEC; (3) Composto principalmente por direitos minerários cuja amortização é pelo volume de produção e o Contrato de concessão para utilização de recursos hídricos na aquisição do controle da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica, a amortização é realizada pelo prazo de vigência do contrato. (4) Refere-se à adequação da parcela de amortização do contrato de venda de energia para o Banco BTG Pactual. Os prazos médios de vida útil estimada, em anos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Software	5	8
Relações com fornecedores	7	7
Direitos e Licenças [1]	43	43
Marcas e patentes	5	5

(1) Inclui a vida útil estimada para amortização da concessão da Usina de Quebra-Queixo advinda da aquisição de controle da Companhia Energética Chapecó de 18 anos. **Política Contábil:** Os ativos intangíveis compreendem basicamente os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base na vida útil econômica de cada ativo, nos prazos estimados de exploração ou recuperação. Direitos de Exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. • **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do exercício na data da aquisição. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

12. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (*IMPAIRMENT*)

A Companhia testa anualmente o *impairment* em relação aos ativos que tiveram indicativos de que poderiam estar desvalorizados e para o *goodwill*. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa ("UGC") foi avaliado usando o modelo valor justo de um ativo menos custos de venda ("FVLCD - *Fair Value Less Cost of Disposal*") através de técnicas de fluxo de caixa descontado, sendo classificados no "nível 3" na hierarquia de valor justo, levando em consideração propostas e acordos de venda, quando aplicável. Os fluxos de caixa foram descontados utilizando taxa de desconto, em termos reais, após os impostos que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou o custo médio ponderado de capital ("WACC - *Weighted Average Cost of Capital*") do seu respectivo segmento de negócio como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco nos quais a UGC individualmente opera. Como prática, os fluxos de caixa da UGC da Companhia foram elaborados considerando um período de 42 anos, que é a estimativa de fim da vida útil da mina, sem considerar a taxa de crescimento real, baseada no desempenho passado e em expectativa futura para desenvolvimento deste negócio. Essas expectativas são base para utilização do período de 42 anos e levam em consideração a entrada em operação da expansão do negócio de Mineração, a qual está em fase de engenharia detalhada e com aquisição de equipamentos a ocorrer nos próximos 6 anos.

continuação

Goodwill alocado às operações de Mineração:

Valor contábil	**1.236.402**
Período do Fluxo de Caixa	2025 até 2065 (fim da vida útil da mina)
Margem Bruta	Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como startup e ramp-up operacional de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais.
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como startup e ramp-up de projetos.
Taxa de crescimento na perpetuidade	Sem perpetuidade
Taxa de desconto, em termos reais	11,10%
Mensuração do valor recuperável	FVLCD
Range de preços projetados R$ / t	Dados baseados no mercado
Sensibilidade das premissas-chave	Uma redução de 20% no volume ou uma redução de 9% no preço resultaria no valor recuperável estimado igual ao valor contábil dessa UGC.
Resultado do teste	O valor recuperável do ativo é superior ao seu valor contábil, não sendo reconhecida perda com impairment.

Política Contábil: *Impairment* de Ativos não Financeiros - Os ativos não financeiros são analisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo este último o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda ("FVLCD- *Fair Value less Cost of Disposal*") e o seu valor em uso ("VIU- *Value in Use*"). O FVLCD é normalmente mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixa estimados ("DCF- *Discounted Cash Flow*") decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante de mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é mensurado pelo DCF que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas duas premissas são diferentes da utilizadas no cálculo do valor justo, consequentemente o cálculo do VIU provavelmente dará resultado diferente do cálculo do FVLCD. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Para esse teste, o ágio é alocado para as UGC's ou para o grupo de UGC's que devem se beneficiar na Combinação de Negócios a qual o ágio se originou, sendo identificadas de acordo com o segmento operacional. Ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment* em anos anteriores são revisados ao final de cada exercício sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida. **Estimativas e Julgamentos da Administração:** O teste de *impairment* do ágio e dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas inclui os ativos dessas unidades geradoras de caixa além do saldo dos outros ativos intangíveis. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado, baseada na experiência passada em fazer previsões confiáveis e acuradas para períodos mais longo que 5 anos, com base nas projeções de fluxo de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e nos orçamentos aprovados pela Administração, tem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados a (i) taxa de crescimento, (ii) custos e despesas, (iii) taxa de desconto, (iv) capital de giro e investimento ("Capex") futuro, (v) reservas e recursos minerais mensurados por especialistas internos, (vi) vida útil de da unidade geradora de caixa (relação entre produção e as reservas minerais ou o prazo da concessão), bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado. Além disto, Minérios são insumos essenciais, que também justificam a utilização de períodos mais longo para elaboração de suas projeções. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas futuras e podem mudar significativamente as projeções da Companhia, as abordagens utilizadas para a execução dessas análises também poderão ser aprimoradas ao longo do tempo. Portanto, podem alterar o valor recuperável dos ativos.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES ("DÍVIDAS")

Os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contratos em moeda estrangeira				
Juros variáveis em US$				
FINAME, CDC e CCE		56.617		
Pré-Pagamento	1.107.779	324.405	5.594.073	4.770.891
	1.107.779	**381.022**	**5.594.073**	**4.770.891**
Contratos em Reais - R$				
Títulos com juros variáveis				
BNDES/FINAME/FINEP, NCE, Debêntures e CCB	199.129	35.946	510.500	680.000
Títulos com juros fixos em:				
FINAME, CDC, CCE e Debêntures	77.894	71.870	3.068.241	2.678.467
	277.023	**107.816**	**3.578.741**	**3.358.467**
Total de Empréstimos e Financiamentos	**1.384.802**	**488.838**	**9.172.814**	**8.129.358**
Custos de Transação	(44.784)	(43.556)	(384.112)	(395.559)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	**1.340.018**	**445.182**	**8.788.702**	**7.733.799**

13.a) Movimentação das dívidas. A tabela a seguir demonstra as movimentações durante o exercício:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	**8.178.981**	**8.396.408**
Captações	489.360	1.417.778
Captações atreladas ao imobilizado	32.128	43.010
Amortização principal	(365.970)	(1.157.671)
Pagamentos de encargos	(558.690)	(557.673)
Provisão de encargos	678.258	628.784
Variação Cambial	1.764.334	(512.273)
Custo de Transação	(38.106)	(121.543)
Amortização de Custo de Transação	48.425	43.061
Saldo final	**10.128.720**	**8.178.981**

A Companhia captou e amortizou as dívidas durante 2024, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024			
Natureza de captação	**Captações**	**Vencimentos**	**Amortizações de principal**	**Amortizações de encargos**
Pré - Pagamento	489.360	2025 à 2035	(236.838)	(399.236)
CCE	32.128	2024	(58.897)	(299)
BNDES/FINAME, Debêntures e CCB	-	-	(234)	(259.158)
	521.488	-	**(365.970)**	**(658.690)**

13.b) Vencimentos das dívidas apresentados no passivo circulante e não circulante

	Consolidado e Controladora 31/12/2024		
	Em Reais- R$	Em moeda estrangeira	
Taxa média	**13,66%**	**6,13%**	**Total**
2025	277.023	1.107.779	1.384.802
2026	271.014	1.163.373	1.434.387
2027	273.557	834.516	1.108.073
2028	18.557	561.132	679.689
2029	18.557	561.132	679.689
2030	18.557	561.132	679.689
Após 2030	2.978.499	1.612.788	4.591.287
	3.855.164	**6.701.852**	**10.557.616**

• ***Covenants:*** Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas informações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos. Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes. **Política Contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros, comissões e eventuais encargos financeiros são registrados por competência, ou seja, de acordo com o tempo transcorrido.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de swap de juros e derivativo de *commodity* e de câmbio. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento no curto prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **Classificação de instrumentos financeiros (consolidado):**

		Consolidado 31/12/2024			31/12/2023			
	Ref.	**Valor Justo por meio do resultado**	**Mensurados pelo custo amortizado**	**Saldos**	**Valor Justo através de outros resultados abrangentes**	**Valor Justo por meio do resultado**	**Mensurados pelo custo amortizado**	**Saldos**
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	15.185.978	15.185.978	-	-	9.795.878	9.795.878
Aplicações financeiras	4	-	13.891	13.891	-	-	17.457	17.457
Contas a Receber	5	181.262	1.325.318	1.506.580	-	576.538	1.136.332	1.712.870
Dividendos e JCP a receber		-	63.003	63.003	-	-	53.360	53.360
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	10.522	-	-	10.522
Total Ativo		**181.262**	**16.588.140**	**16.769.402**	**10.522**	**576.538**	**10.998.022**	**11.585.082**
Passivo								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.384.802	1.384.802	-	-	488.838	488.838
Passivos de arrendamento	15	-	12.257	12.257	-	-	11.411	11.411
Fornecedores	16	-	2.267.209	2.267.209	-	-	1.843.187	1.843.187
Fornecedores - Risco Sacado e Forfaiting	16.a	-	187.773	187.773	-	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	26	-	179.868	179.868	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	672.280	263.747	-	936.027
Total		-	**3.831.909**	**3.831.909**	**672.280**	**263.747**	**2.343.436**	**3.279.463**
Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	13	-	9.172.814	9.172.814	-	-	8.129.358	8.129.358
Passivos de arrendamento	15	-	110.071	110.071	-	-	113.627	113.627
Fornecedores	16	-	42.324	42.324	-	-	14.987	14.987
Total		-	**9.325.209**	**9.325.209**	-	-	**8.257.972**	**8.257.972**
Total Passivo		-	**13.157.118**	**13.157.118**	**672.280**	**263.747**	**10.601.408**	**11.537.435**

		Controladora 31/12/2024			31/12/2023			
	Ref.	**Valor Justo por meio do resultado**	**Mensurados pelo custo amortizado**	**Saldos**	**Valor Justo através de outros resultados abrangentes**	**Valor Justo por meio do resultado**	**Mensurados pelo custo amortizado**	**Saldos**
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	5.434.648	5.434.648	-	-	9.795.878	9.795.878
Aplicações financeiras	4	-	13.891	13.891	-	-	12.452	12.452
Contas a Receber	5	293.996	1.478.468	1.772.464	-	576.538	1.136.332	1.712.870
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	10.522	-	-	10.522
Dividendos e JCP a receber		-	65.393	65.393	-	-	53.360	53.360
Total Ativo		**293.996**	**6.992.400**	**7.286.396**	**10.522**	**576.538**	**10.998.022**	**11.585.082**
Passivo								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.384.802	1.384.802	-	-	488.838	488.838
Passivos de arrendamento	15	-	12.257	12.257	-	-	11.411	11.411
Fornecedores	16	-	1.798.410	1.798.410	-	-	1.844.015	1.844.015
Fornecedores - Risco Sacado e Forfaiting	16.a	-	187.773	187.773	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	672.280	263.747	-	936.027
Dividendos e JCP a pagar	26	-	179.868	179.868	-	-	-	-
Total		-	**3.563.110**	**3.563.110**	**672.280**	**263.747**	**2.344.264**	**3.280.291**
Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	13	-	9.172.814	9.172.814	-	-	8.129.358	8.129.358
Passivos de arrendamento	15	-	110.071	110.071	-	-	113.627	113.627
Fornecedores	16	-	42.324	42.324	-	-	14.987	14.987
Total		-	**9.325.209**	**9.325.209**	-	-	**8.257.972**	**8.257.972**
Total Passivo		-	**12.888.319**	**12.888.319**	**672.280**	**263.747**	**10.602.236**	**11.538.263**

Mensuração do valor justo

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

	31/12/2024		31/12/2023	
Consolidado	**Nível 1**	**Saldos**	**Nível 1**	**Saldos**
Ativo				
Circulante				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Contas a receber líquidas	181.262	181.262	576.538	576.538
Total Ativo	**181.262**	**181.262**	**576.538**	**576.538**

Nível 1 - Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados. **Nível 2** - Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos. **Nível 3** - Não há ativos ou passivos classificados no nível. **14.b) Gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue política de gerenciamento de risco de sua acionista controladora CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e taxa de juros, preço de mercado, risco de crédito e ao risco de liquidez. A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto. I) **Risco Cambial:** A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2024, a exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela Companhia. A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Exposição Cambial	**(Valores em US$ mil)**	**(Valores em US$ mil)**
Caixa e equivalente no exterior	1.308.755	1.848.526
Contas a receber	201.259	254.135
Aplicação Financeira	257.036	-
Empréstimos e financiamentos	(1.482.288)	(1.064.061)
Fornecedores	(8.753)	(28.481)
Outros	(79.262)	(6.045)
Exposição Cambial Bruta Natural (ativo - passivo)	**1.196.807**	**1.004.074**
Instrumentos derivativos (*)	999.507	837.900
Exposição cambial líquida	**2.196.314**	**1.841.974**

(*) Valor notional total dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos utilizados para a gestão de riscos cambiais. A Companhia utiliza como estratégia o *Hedge Accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros. **Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada:** A Companhia avaliou dois cenários distintos para análise do impacto cambial: o Cenário 1 projeta um horizonte de aumento da volatilidade da moeda, e o Cenário 2 prevê um horizonte de valorização da moeda. O cálculo foi realizado com base na taxa de câmbio de fechamento em 31 de dezembro de 2024, utilizando premissas fundamentadas em um cálculo de dispersão que considera tanto as variações históricas das taxas cambiais quanto projeções desenvolvidas pela administração. As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

				31/12/2024
Moeda	**Taxa de câmbio**	**Cenário Provável (*)**	**Cenário 1**	**Cenário 2**
USD	6,1923	5,7729	6,2960	5,0799

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

					31/12/2024
Instrumentos	**Notional (em milhões de US$)**	**Risco**	**Cenário Provável (1) R$**	**Cenário 1 R$**	**Cenário 2 R$**
Caixa e equivalente no exterior	1.308.755	Dólar	(135.899)	19.432	(417.563)
Contas a receber - clientes mercado externo	201.259	Dólar	(14.435)	2.045	(44.070)
Aplicação Financeira	257.036	Dólar	(18.439)	2.612	(56.297)
Empréstimos e financiamentos	(1.482.288)	Dólar	77.623	(11.018)	236.990
Fornecedores	(8.753)	Dólar	628	(89)	1.917
Outros Passivos	(79.262)	Dólar	5.685	(807)	17.356
Hedge Accounting de Fluxo de Caixa	999.507	Dólar	(71.686)	10.175	(218.864)
Posição cambial líquida	**2.196.314**	-	**(157.523)**	**22.350**	**(480.931)**

(1) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 25/02/2025.

• ***Hedge Accounting de fluxo de caixa - Câmbio:*** A Companhia designa formalmente relações de *hedge* de fluxo de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar referente a vendas realizadas em dólar. Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado, a Companhia designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento das flutuações do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2024:

									31/12/2024
Data de Designação	**Instrumento de Hedge**	**Objeto de hedge**	**Tipo de risco protegido**	**Período de proteção**	**Câmbio de Designação**	**Montantes designados (US$ mil)**	**Parcelas amortizadas (US$ mil)**	**Efeito no Resultado (1) (R$ mil)**	**Saldo registrado no patrimônio líquido (R$ mil)**
01/06/2022	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Junho de 2022 a Maio de 2033	4,7289	878.602	(157.812)	(33.700)	(1.054.805)
01/12/2022	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Dezembro de 2022 a Junho de 2027	5,0360	70.000	-	-	(80.941)
16/05/2024	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2025 a Março de 2035	5,1770	208.717	-	-	(222.346)
Total						**1.157.319**	**(157.812)**	**(33.700)**	**(1.358.092)**

(1) Em 31 de dezembro de 2024 foi registrado no Patrimônio Líquido o montante de R$ 1.358.092 (R$ 72.183 em 31 de dezembro de 2023). O saldo líquido dos montantes designados e já amortizados em dólares norte-americanos, totaliza US$999.507. Nas relações de hedge descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes. Em 31 de dezembro de 2024 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos e retrospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* de fluxo de caixa foi registrada. **ii) Risco de taxa de juros:** Esse risco decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos atrelados a taxas de juros pré-fixada e pós-fixada de CDI, TJLP, SOFR e IPCA, expondo estes ativos e passivos financeiros às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de análise de sensibilidade. ***Swap taxa de juros IPCA x CDI:*** A Companhia contratou operações de *swap* com o objetivo de trocar a exposição aos juros de suas debêntures, que originalmente são atualizadas pelo IPCA, mais uma taxa pré-fixada, para CDI mais uma taxa pré-fixada. A tabela abaixo demonstra o resultado do swap até 31 de dezembro de 2024 reconhecido em resultados financeiros.

				Valorização (R$)		Valor Justo (mercado)	31/12/2024	31/12/2023
Instrumento	**Vencimento da operação**	**Moeda Notional**	**Notional**	**Posição Ativa**	**Posição Passiva**	**Valor a Receber/ (Pagar) (1)**	**Efeito no resultado financeiro (30)**	
Swap								
Swap Taxa de Juros (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/31	Real	576.448	624.835	(635.788)	(10.953)	(106.533)	55.829
Swap Taxa de Juros (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/32	Real	745.000	806.323	(848.806)	(42.482)	(118.657)	5.841
Swap Taxa de Juros (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/36	Real	423.552	440.113	(480.919)	(40.806)	(77.496)	49.964
Swap Taxa de Juros (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/37	Real	655.383	716.015	(773.952)	(57.936)	(104.307)	(53.028)
Total Swap			**2.400.383**	**2.587.287**	**(2.739.464)**	**(152.177)**	**(406.993)**	**58.606**

(1) Os instrumentos derivativos SWAP CDI x IPCA são totalmente classificados no grupo de empréstimos e financiamentos, uma vez que são atrelados as debêntures com o intuito proteger a exposição ao IPCA. **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros:** A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1, que prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2, que projeta um horizonte de redução. Para realizar o cálculo, utiliza-se como referência as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2024, com base em um modelo de dispersão que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também as projeções detalhadas da Administração. Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.

		Consolidado 31/12/2024	
Juros	**Taxa de juros**	**Cenário 1**	**Cenário 2**
CDI	12,15%	13,72%	10,56%
TJLP	7,43%	8,11%	6,72%
SOFR 6M	4,25%	5,31%	0,11%
SOFR	4,49%	5,29%	0,30%

Os efeitos nos saldos patrimoniais, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

					Impacto nos saldos em 31/12/2024	
Variações nas taxas de juros	**% a.a**	**Ativo**	**Passivo**	**Cenário Provável (1)**	**Cenário 1**	**Cenário 2**
CDI	12,15%	3.348.542	(3.428.741)	(3.744)	(11.001)	(8.467)
TJLP	7,43%	-	(150.000)	(11.145)	(12.258)	(10.078)
SOFR 6M	4,25%	-	(2.987.243)	(125.358)	(158.535)	(15.184)
SOFR	4,49%	-	(2.408.299)	(107.308)	(126.815)	(7.308)
Impacto no Resultado	-	-	-	**(253.255)**	**(308.509)**	**(41.038)**

(1) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2024 registrados no ativo e passivo da Companhia. **iii) Risco de preço de mercado: *Hedge accounting* de fluxo de caixa – índice "Platts":** A Companhia optou por efetuar a designação formal do hedge e, consequentemente, adotou a contabilização de *hedge accounting* nesse instrumento. A tabela abaixo demonstra o resultado do instrumento derivativo até 31 de dezembro de 2024 reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e, na realização dos embarques, o montante reclassificado para "Outras Receitas e Despesas Operacionais":

		31/12/2024			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Valorização (R$)		Valor justo (mercado)						
Vencimento da operação	**Notional**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Valor a receber/ (pagar)**	**Outras receitas e despesas (Nota 29)**		**Outros resultados abrangentes**		**Resultado financeiro líquido (Nota 30)**	
01/01/2023 a 31/12/2023 (Liquidado)	Platts	-	-	-	-	(798.829)	-	(672.280)	-	(1.323)
01/01/2024 a 31/01/2024 (Liquidado)	Platts	-	-	-	(202.732)	-	-	-	(719)	-
01/02/2024 a 28/02/2024 (Liquidado)	Platts	-	-	-	(29.977)	-	-	-	(133)	-
01/03/2024 a 31/03/2024 (Liquidado)	Platts	-	-	-	248.710	-	-	-	5.132	-
01/04/2024 a 30/04/2024 (Liquidado)	Platts	-	-	-	192.625	-	-	-	9.922	-
01/05/2024 a 31/05/2024 (Liquidado)	Platts	-	-	-	81.139	-	-	-	5.243	-
01/06/2024 a 30/06/2024 (Liquidado)	Platts	-	-	-	173.172	-	-	-	-	-
		-	-	-	**452.937**	**(798.829)**	-	**(672.280)**	**19.445**	**(1.323)**

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* do "*Platts*" no resultado da Companhia, a CMIN designa seu derivativo de minério de ferro como instrumento de *hedge accounting* de suas futuras vendas de minério de ferro. Com isso, a marcação a mercado decorrente da volatilidade do "*Platts*", é registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas vendas de acordo com o período de avaliação contratado, permitindo assim, que o reconhecimento da volatilidade do "*Platts*" sobre as vendas de minério de ferro, possa ser reconhecida no mesmo momento. Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elabora documentação formal, indicando como a designação de *hedge accounting* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de derivativo de minério de ferro em montantes equivalentes à parcela das vendas futuras aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia realiza contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração. Por meio da *hedge accounting* de fluxos de caixa, os ganhos e perdas com a volatilidade do "*Platts*" dos instrumentos financeiros de derivativos de minério não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, apenas na medida em que as vendas forem realizadas. Todas as operações de derivativos de minério de ferro foram liquidadas em 30 de junho de 2024. Não houveram novas operações negociadas até 31 de dezembro de 2024. O *hedge* foi integralmente efetivo desde a contratação dos instrumentos derivativos até sua liquidação. A Companhia tem revisado periodicamente os cenários de mercado para avaliar a exposição ao risco do preço do minério de ferro de forma a garantir a adequada cobertura das oscilações de preço de mercado. Esse processo envolve o monitoramento das flutuações e tendências nos preços globais, além da consideração de fatores econômicos e geopolíticos que possam impactar o valor desse commodity. **iv) Riscos de crédito:** A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investida em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro. A Companhia não possui exposição à risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, uma vez que suas operações possuem garantias financeiras. **v) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 13 - Empréstimos e financiamentos. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

						Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	**Ref.**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Total**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.384.802	1.434.387	2.467.451	5.270.976	10.557.616
Passivos de arrendamento	15	12.257	20.298	17.393	71.880	122.328
Fornecedores	16	2.267.209	42.315	-	8	2.109.532
Fornecedores - Risco Sacado e forfaiting	16.a	187.773	-	-	-	187.773
Dividendos e JCP	26	179.858	-	-	-	179.868
		3.831.900	**1.497.500**	**2.484.844**	**5.342.864**	**13.157.117**

continuação

Classificação da carteira de instrumentos financeiros derivativos: Os saldos de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos reconhecidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

Instrumentos	Circulante	Passivo Total	31/12/2024 Outras receitas e despesas operacionais (nota 28)	31/12/2023 Outras receitas e despesas operacionais (nota 28)	31/12/2024 Outros Resultados Abrangentes	31/12/2023 Outros Resultados Abrangentes	31/12/2024 Resultado financeiro líquido	31/12/2023 Resultado financeiro líquido
Derivativo de Minério de Ferro	-	-	452.906	(290.929)	-	(677.280)	19.445	(11.245)
Swap CDI x IPCA [1]	152.177	152.177	-	-	-	-	(406.993)	58.606
	152.177	**152.177**	**452.906**	**(290.929)**	**-**	**(677.280)**	**(387.548)**	**47.361**

(1) Os instrumentos derivativos SWAP CDI x IPCA são totalmente classificados no grupo de empréstimos e financiamentos, uma vez que são atrelados às debêntures com o intuito proteger a exposição ao IPCA.

A movimentação dos montantes relativos ao *hedge accounting* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Movimento	Realização	31/12/2024
Hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts"	(672.280)	1.125.186	(452.906)	-
IR/CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts"	228.575	(382.563)	153.988	-
Valor justo do hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts", líquido dos impostos	**(443.705)**	**742.623**	**(298.918)**	**-**
Hedge accounting de fluxo de caixa	(72.583)	(1.319.109)	33.700	(1.358.092)
IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa	24.712	448.497	(11.458)	461.751
Valor justo do hedge accounting de fluxo de caixa - câmbio, líquido dos impostos	**(47.871)**	**(870.612)**	**22.242**	**(896.341)**
Total Hedge accounting de fluxo de caixa	(744.863)	(193.923)	(419.206)	(1.358.092)
Total de IR/CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa	253.287	65.934	142.530	461.751
Total de valor justo do hedge accounting de fluxo de caixa, líquido dos impostos	**(491.576)**	**(127.989)**	**(276.676)**	**(896.341)**

14.c) Gestão de Capital: A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio (capital próprio)	10.269.114	10.698.497
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	10.178.770	8.178.981
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	0,99	0,77

14.d) Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante enquanto os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita, outras receitas (despesas) operacionais e despesa financeira. Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. **Política Contábil:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros. No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente. **Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro.

15. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os passivos de arrendamento são apresentados a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
Arrendamentos	262.417	277.486
AVP - Arrendamentos	(140.089)	(152.448)
	122.328	**125.038**
Classificado:		
Circulante	12.257	11.411
Não Circulante	110.071	113.627
	122.328	**125.038**

A Companhia é titular de contrato de arrendamento do Terminal de Carvão do Porto de Itaguaí-TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de granéis sólidos, como minério de ferro e carvão, com prazo remanescente de 23 anos. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observada nos contratos, e para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A movimentação dos passivos de arrendamentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
Saldo inicial líquido	**125.038**	**135.380**
Revisão de contratos	13.315	(7.101)
Pagamento	(27.378)	(18.763)
Juros apropriados	11.353	10.522
Saldo final líquido	**122.328**	**125.038**

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado Total
Arrendamentos	12.864	60.440	189.113	262.417
AVP - arrendamentos	(607)	(14.539)	(124.943)	(140.089)
	12.257	**45.901**	**64.170**	**122.328**

• **PIS e COFINS a recuperar:** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado e controladora 31/12/2024	Consolidado e controladora 31/12/2023
Arrendamentos	262.438	277.486
AVP - Arrendamentos	(140.089)	(152.448)
Potencial crédito PIS e COFINS	24.274	25.667
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(12.958)	(14.101)

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:** A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia possui contrato de arrendamento do TECAR que, ainda que estabeleça desempenho mínimo, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas. As despesas relativas aos pagamentos não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado e controladora 31/12/2024	Consolidado e controladora 31/12/2023
Ativos de menor valor	1.943	5.122
Pagamentos variáveis de arrendamentos	329.263	388.312
	331.206	**393.434**

Política Contábil: Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão do direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota a isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados à taxa de juros implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos, obtendo-a através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas à inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, sendo considerado dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e para contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

16. FORNECEDORES

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Fornecedores	2.141.389	1.876.494	1.872.590	1.877.322
(-) Ajuste ao valor presente	(31.856)	(18.320)	(31.856)	(18.320)
	2.109.533	**1.858.174**	**1.840.734**	**1.859.002**
Classificado:				
Circulante	2.067.209	1.843.187	1.798.410	1.844.015
Não Circulante	42.324	14.987	42.324	14.987
	2.109.533	**1.858.174**	**1.840.734**	**1.859.002**

16.a) Fornecedores - Risco Sacado e *Forfaiting*

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
No Brasil	187.773	-
	187.773	**-**

A Companhia divulga e classifica em grupo específico as suas operações de risco sacado e *forfaiting* com fornecedores onde a natureza dos títulos continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia. Referidas operações são negociadas junto a instituições financeiras para possibilitar aos fornecedores da Companhia a antecipação de recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias e, consequentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da própria Companhia. O quadro abaixo fornece a comparação dos prazos de pagamento das faturas com e sem operação de risco sacado, se tratando somente de aquisição de mercadorias, para a data base de 31 de dezembro de 2024.

Fornecedores	Risco Sacado e Forfaiting	Sem Risco Sacado ou Forfaiting
A vencer entre 1 a 180 dias	177.829	1.991.410
A vencer entre 181 a 360 dias	9.944	75.779
Acima de 360 dias	-	42.324
Total	**187.773**	**2.109.533**

Política Contábil: A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento com fornecedores em uma rubrica específica no balanço patrimonial. Esse é o caso quando o acordo de financiamento com fornecedores faz parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não são substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar comerciais que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são apresentados em atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa. Os custos financeiros da operação quando aplicáveis estão demonstrados na nota 30.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

	Ref.	Consolidado Circulante 31/12/2024	Consolidado Circulante 31/12/2023	Consolidado Não Circulante 31/12/2024	Consolidado Não Circulante 31/12/2023	Controladora Circulante 31/12/2024	Controladora Circulante 31/12/2023	Controladora Não Circulante 31/12/2024	Controladora Não Circulante 31/12/2023
Passivos com partes relacionadas	24	43.781	28.579	20.850	38.058	43.781	28.576	20.850	38.058
Tributos parcelados	20	-		20.482	57.213			20.482	57.213
Participação sobre lucro - empregados		55.635	61.779			55.635	61.779		
Passivos de Arrendamento	15	12.257	11.411	110.071	113.627	12.257	11.411	110.071	113.627
Concessões a pagar		12.355	12.281	78.728	74.177				
Demurrage/Despatch com terceiros		47.328	30.598			55.294	9.243		
Ajuste de preço		66.804				22.734			
Outras obrigações		5.742	4.578	2.558	3.959	2.473	2.396	2.558	3.999
		244.082	**120.223**	**232.769**	**287.074**	**181.674**	**113.405**	**153.961**	**212.897**

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Minério de ferro	11.625.627	5.189.756	3.826.254	5.189.756
Ajuste de preço - embarques realizados	-	16.213	-	16.213
Contrato de energia	376.444	434.271	300.385	350.192
Frete Marítimo	-	233.660	-	233.660
Outros	90	103	90	102
Total	**12.002.161**	**5.873.503**	**4.126.729**	**5.789.923**
Circulante	3.193.893	1.710.483	1.395.007	1.697.890
Não circulante	8.808.268	4.163.120	2.731.722	4.092.033
Total	**12.002.161**	**5.873.503**	**4.126.729**	**5.789.923**

Minério de Ferro: referem-se a contratos de fornecimento de minério de ferro firmados pela Companhia com importantes *players* internacionais. Em 16 de janeiro de 2023, a Companhia recebeu antecipadamente o montante total de US$ 500 milhões, referente a contratos de fornecimento de aproximadamente 13 milhões de toneladas de minério de ferro, a ser executado num prazo de 4 anos, iniciado em janeiro de 2024. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia celebrou um aditivo deste contrato, no montante de US$ 300 milhões para fornecimento adicional de 6,3 milhões de toneladas de minério de ferro. Em 02 de agosto de 2023, a Companhia recebeu o montante de US$ 200 milhões, referente à celebração de um novo contrato de fornecimento de 4,3 milhões de toneladas de minério com realização prevista para os próximos 4 anos, iniciado em janeiro de 2024. Em 24 de junho de 2024, a controlada CSN Mining International GmbH celebrou um contrato de adiantamento de fornecimento de minério de ferro no montante de US$ 255 milhões, para fornecimento de 5,5 milhões de toneladas com realização prevista ao longo dos próximos 4 anos. Adicionalmente, em 25 de setembro de 2024, houve a celebração de um segundo contrato de adiantamento de minério no montante de US$ 450 milhões, para fornecimento de adicionais 9,7 milhões de toneladas de minério de ferro. Em 27 de setembro de 2024, também ocorreu a celebração de um terceiro contrato de adiantamento de fornecimento de minério de ferro no montante de US$ 300 milhões, para fornecimento de 7,7 milhões de toneladas. Ambos os contratos têm como data inicial de realização o mês de janeiro de 2025 e prazo de finalização até dezembro de 2028. Em 17 de dezembro de 2024, a controlada CSN Mining International GmbH firmou dois contratos de pré-pagamento que, juntos, totalizam o montante de US$ 355 milhões. Os contratos têm como previsão de início de sua realização o mês de janeiro de 2025 e se estenderão até 2029. Durante esse período, a empresa se compromete a fornecer minério de ferro conforme os termos acordados nos contratos, garantindo a entrega de 8,1 Mt ao longo dos próximos cinco anos a contar a partir de sua assinatura. **Ajuste de preço:** pagamentos recebidos a maior em decorrência de preço provisório praticado na emissão do faturamento, sujeitos a ajustes pela cotação do índice *platts* no período determinado no contrato de venda. **Contratos de energia elétrica:** em setembro de 2022 a Companhia recebeu, antecipadamente, o montante de R$ 500 milhões referente ao contrato de comercialização de, aproximadamente, 262.800 MWh/ano de energia elétrica no período 2023 a 2030, celebrados com operadores nacionais do setor. Os saldos adiantados serão reconhecidos como receita operacional de acordo com a realização esperada, conforme abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Consolidado Total
Minério de ferro	3.136.362	3.237.147	5.257.592	11.631.101
Contratos de energia	57.531	68.813	244.716	371.060
	3.193.893	**3.305.960**	**5.502.308**	**12.002.161**

Política Contábil: A Companhia reconhece como passivos de contratos os recebimentos antecipados de clientes, até que sejam atendidos os critérios contratuais para reconhecimento da receita e amortização dos montantes recebidos. Adicionalmente a Companhia reconhece como adiantamento de clientes os recebimentos efetuados a maior em decorrência dos ajustes pela cotação do índice *platts* que determina o preço praticado nos contratos de vendas de minério de ferro.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.251.060)	(1.209.537)	(1.170.677)	(1.174.817)
Diferido	29.653	(28.284)	45.028	(29.580)
	(1.221.407)	**(1.237.821)**	**(1.125.649)**	**(1.204.397)**

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora, bem como o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL, são demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Lucro antes do IR e da CSLL	**5.749.126**	**4.806.558**	**5.653.388**	**4.773.134**
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(1.954.703)**	**(1.634.230)**	**(1.922.152)**	**(1.622.866)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	67.186	55.340	480.770	112.616
Ajuste Transfer Price e lucros no exterior	(135)	(7.715)	(135)	(7.715)
IR/CS sobre juros capital próprio	230.048	242.591	230.048	242.991
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributados	461.669	31.877		
Programa de alimentação ao trabalhador	37.549	16.146	37.538	16.146
Doações incentivadas	57.070	53.578	57.070	53.578
Outras exclusões (adições) permanentes	(15.051)	92	(3.754)	503
IR/CSLL no resultado do exercício	**(1.221.407)**	**(1.237.821)**	**(1.125.088)**	**(1.204.397)**
Alíquota efetiva	**21,25%**	**25,75%**	**19,91%**	**25,23%**

19.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Diferido				
Diferenças temporárias	**143.709**	**(103.912)**	**138.926**	**(114.050)**
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	37.236	26.204	37.236	26.204
Provisões para passivos ambientais	6.059	6.840	6.059	6.840
Perdas estimadas em ativos	34.219	33.870	34.219	33.870
Perdas estimadas em estoques	5.857	18.193	5.857	18.199
Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	(822)	(186)	(822)	(186)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	343	388	343	388
Hedge Accounting de fluxo de caixa	461.751	253.287	461.751	253.287
Combinação de negócios	(237.703)	(244.473)	(237.703)	(244.473)
Amortização de ágio fiscal	(286.372)	(286.372)	(286.372)	(286.372)
Ajuste a valor presente	(5.845)	(3.293)	(5.845)	(3.293)
Provisão GSF - Chapecó	4.783	10.138	-	
Provisão A.R.O	128.168	97.299	128.168	97.299
Outras	(3.955)	(15.613)	(3.955)	(15.613)
Total	**143.709**	**(103.912)**	**138.926**	**(114.050)**
Total Diferido Passivo	(322.488)	(114.050)	(322.488)	(114.050)
Total Diferido Ativo	466.197	10.138	461.414	-
Total Diferido	**143.709**	**(103.912)**	**138.926**	**(114.050)**

A Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments" e considera que não há razões para que as autoridades fiscais divirjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. **19.c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A seguir demonstra-se a movimentação dos tributos diferidos:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**(71.981)**	**(81.323)**
Reconhecido no resultado	(28.784)	(29.580)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.147)	(3.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(103.912)**	**(114.050)**
Reconhecido no resultado	39.654	45.009
Reconhecido em outros resultados abrangentes	207.967	207.967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**143.709**	**138.926**

Política Contábil: O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

20. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme notas 17 e 21 e estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
REFIS Federal Lei 12.865/13 [1]	28.663	34.775
Parcelamento ordinário [2]	32.628	82.959
	61.291	**117.734**
Circulante	40.809	60.521
Não circulante	20.482	57.213
Total	**61.291**	**117.734**

(1) Débitos decorrentes do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL, incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001. (2) A Companhia aderiu ao parcelamento que possibilita ao contribuinte pagar os débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios, entrada reduzida e prazo ampliado para pagamento.

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Ref.	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Tributos parcelados	20	40.809	60.521	40.809	60.521
Imposto de renda e Contribuição social		85.193	325.781	29.600	324.102
CFEM/TFRM		80.312	106.655	80.312	106.655
ICMS		4.247	22.453	3.568	21.966
Outros tributos		5.391	23.485	8.586	22.645
Total		**215.952**	**538.795**	**162.875**	**535.889**

22. PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITO JUDICIAL

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações estão apresentados a seguir:

	Consolidado Passivo Provisionado 31/12/2024	Consolidado Passivo Provisionado 31/12/2023	Consolidado Depósitos Judiciais [1] 31/12/2024	Consolidado Depósitos Judiciais [1] 31/12/2023	Controladora Passivo Provisionado 31/12/2024	Controladora Passivo Provisionado 31/12/2023	Controladora Depósitos Judiciais [1] 31/12/2024	Controladora Depósitos Judiciais [1] 31/12/2023
Fiscais	3.397	7.202	48	-	3.397	7.202	38	-
Trabalhistas	92.387	59.001	97.540	62.516	92.387	59.969	97.535	62.871
Cíveis	9.364	11.155	5.877	5.227	9.364	11.155	4.840	4.793
Ambientais	4.371	3.745	3.295	2.198	4.371	3.745	3.239	2.198
	109.519	**77.103**	**106.698**	**70.301**	**109.519**	**77.078**	**105.712**	**69.862**
Classificado:								
Circulante	10.952	4.055	-	-	10.952	4.055	-	-
Não Circulante	98.567	73.047	106.698	70.301	98.567	73.014	105.712	69.862
	109.519	**77.103**	**106.698**	**70.301**	**109.519**	**77.078**	**105.712**	**69.862**

(1) Os depósitos judiciais estão alocados no balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

continua

continuação

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrada:

Natureza	31/12/2023	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2024
				Consolidado	Circulante + Não Circulante
Fiscais	2.202	1.580	110	(497)	3.395
Trabalhistas	60.001	42.366	5.531	(16.110)	92.388
Cíveis	11.155	261	466	(2.518)	9.364
Ambientais	3.745	375	264	(12)	4.372
	77.103	45.182	6.371	(19.137)	109.519

Natureza	31/12/2023	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2024
				Controladora	Circulante + Não Circulante
Fiscais	2.202	1.580	110	(497)	3.395
Trabalhistas	59.968	42.366	5.531	(16.077)	92.388
Cíveis	11.155	261	466	(2.518)	9.364
Ambientais	3.745	375	264	(12)	4.372
	77.070	45.182	6.371	(19.104)	109.519

As provisões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, portanto representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, para os quais, em 31 de dezembro de 2024, somavam R$ 10.757.986 (R$ 11.326.419 em 31 de dezembro de 2023), sendo R$ 563.589 em processos trabalhistas (R$ 540.602 em 31 de dezembro de 2023), R$ 57.299 em processos cíveis (R$ 31.214 em 31 de dezembro de 2023), R$ 9.577.901 em processos fiscais (R$ 10.599.537 em 31 de dezembro de 2023), R$ 558.797 em processos ambientais (R$ 155.066 em 31 de dezembro de 2023).

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

	31/12/2024	31/12/2023
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Glosa das deduções de ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa. (1)	4.346.118	5.443.666
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - RFB - Cobrança IRRF - Combinações de Negócios de mineração realizada em nov/2015 (2)	205.621	1.106.401
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2018	534.305	494.888
CFEM - Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo	1.330.789	1.236.128
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	338.273	317.522
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Preço de Transferência (Transfer Pricing)	389.919	363.043
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	2.432.876	1.637.889
Total	**9.577.901**	**10.599.537**

(1) A CSN Mineração obteve êxito no recurso interposto no Processo 15515.720254/2012-72 que tinha como objeto a multa de 150% (Multa Qualificada) encerrando a contingência possível de R$ 993.256. A intimação do acórdão ocorreu em 25 de julho de 2024, sem a interposição de recurso por parte da Fazenda Nacional. Assim, foram realizadas as respectivas baixas dos processos em 07/2024. Por fim, para os demais processos relativos ao tema "Big Jump", os prognósticos permanecem os mesmos (possível). (2) A companhia obteve êxito parcial no Processo Administrativo Fiscal 10600.720008/2020-32, em Acórdão do CARF publicado em 11/09/2024, que reconheceu a inexigibilidade de IRRF sobre ganho de capital de pessoa jurídica residente no Japão, com fundamento nas regras do tratado firmado com o país. A aplicação do tratado não foi objeto de recurso especial da PGFN, encerrado em 17/10/2024, tornando definitivo o êxito parcial da companhia. Para as demais parcelas do lançamento fiscal, o prognóstico permanece o mesmo (possível). No 1º trimestre de 2021 a Companhia foi notificada sobre a instauração de procedimento arbitral fundado em suposto inadimplemento de contratos de fornecimento de minério de ferro. O pedido da contraparte naquele momento foi em torno de US$1 bilhão, o qual a Companhia, além de entender que as alegações apresentadas são infundadas pela completa ausência de danos, também desconhece as bases de estimativa do referido valor. A Companhia informa que elaborou, em conjunto com seus assessores legais, a resposta ao requerimento de arbitragem e atualmente, segue no desenvolvimento de sua defesa. Esclarece também que as discussões envolvem disputas arbitrais em andamento, iniciadas por ambas as partes. Estima-se, ainda, que as arbitragens estejam concluídas em 2 anos. A relevância do processo para a Companhia está relacionada ao valor atribuído à causa e ao eventual impacto financeiro. **Política Contábil:** São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e consideradas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

23. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Passivos ambientais	11.010	13.878
Desativação de ativos	594.157	517.168
	605.167	**531.046**

Passivos Ambientais: Em 31 de dezembro de 2024 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela Área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25. **Política Contábil:** A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção. As obrigações com desativação de ativos "ARO" (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

24. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

24.a) Transações com Controladores: A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 65,01% de participação no capital social. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 41,66% do capital votante da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 11 de março de 2025.

24.b) Transações com controladores, controladas, *Joint-Ventures*, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

• **Consolidado**

	Ref.	31/12/2024 Controladora	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total	31/12/2023 Controladora	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total
Ativo											
Ativo Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	657.362	657.362	-	-	-	646.358	646.358
Contas a Receber	5	236.613	103.788	-	7.652	348.059	183.402	172.377	-	6.725	362.504
Adiantamentos de despesas compartilhadas	8	111.074	-	-	-	111.074	12.667	-	-	-	12.667
Dividendos a receber	8	-	-	63.003	-	63.003	-	-	53.360	-	53.360
Outros créditos		3.008	-	-	31.536	34.544	3.008	-	-	1.740	4.748
		350.701	**103.788**	**63.003**	**697.150**	**1.214.642**	**199.077**	**172.377**	**53.360**	**654.823**	**1.079.637**
Ativo Não Circulante											
Adiantamentos de despesas compartilhadas e outros	8	402.406	-	-	9.335	411.741	-	-	-	7.465	7.465
		402.406	-	-	**9.335**	**411.741**	-	-	-	**7.465**	**7.465**
		753.107	**103.788**	**63.003**	**706.485**	**1.626.383**	**199.077**	**172.377**	**53.360**	**662.288**	**1.087.102**
Passivo											
Passivo circulante											
Dividendos e JCP a pagar		125.346	40.451	-	-	165.797	295.058	42.647	-	-	337.705
Fornecedores		894	7.529	94.462	40.757	143.642	9	6.052	70.617	63.614	140.292
Outras obrigações		19.561	-	23.810	54.966	98.337	5.016	-	23.547	13	28.576
Adiantamento de clientes		-	-	-	-	-	-	-	-	98	98
		145.801	**47.980**	**118.277**	**95.763**	**407.821**	**300.083**	**48.699**	**94.164**	**63.725**	**506.671**
Passivo não circulante											
Contas a Pagar		-	-	20.850	-	20.850	-	-	38.058	-	38.058
		-	-	**20.850**	-	**20.850**	-	-	**38.058**	-	**38.058**
		145.801	**47.980**	**139.127**	**95.763**	**428.671**	**300.083**	**48.699**	**132.222**	**63.725**	**544.729**

	31/12/2024 Controladora	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total	31/12/2023 Controladora	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total
Resultado										
Vendas	1.638.577	970.036	-	34.441	2.643.054	1.581.275	1.041.163	-	16.681	2.639.119
Custos e Despesas	(152.155)	(27.977)	(1.378.033)	(512.595)	(2.070.760)	(142.674)	(31.253)	(1.394.815)	(515.474)	(2.084.216)
Resultado Financeiro										
Juros	25.841	-	(5.502)	23.876	44.215	13.076	-	(8.249)	18.832	23.659
Variações Cambial e Monetárias Líquidas	-	16.953	-	110.117	127.070	-	(2.348)	-	(29.676)	(32.024)
Fundos Exclusivos	-	-	-	1.609	1.609	-	-	-	13.753	13.753
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	749	608	1.357	-	-	(2.164)	-	(2.164)
	1.512.259	**959.012**	**(1.383.886)**	**(333.944)**	**751.441**	**1.451.477**	**1.007.552**	**(1.405.228)**	**(496.884)**	**556.917**

• **Controladora**

	Ref.	31/12/2024 Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total	31/12/2023 Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total
Ativo													
Ativo Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	-	654.159	654.159	-	-	-	-	646.358	646.358
Contas a Receber	5	236.619	103.788	1.317.959	-	8.569	1.666.935	183.402	172.377	218.327	-	6.725	580.831
Adiantamentos de despesas compartilhadas	8	111.074	-	-	-	-	111.074	12.667	-	-	-	-	12.667
Dividendos a receber	8	-	-	2.390	63.003	-	65.393	-	-	2.390	53.360	-	55.750
Outros créditos		3.008	-	-	-	31.536	34.544	3.008	-	1.913	-	1.740	6.661
		350.701	**103.788**	**1.320.349**	**63.003**	**694.264**	**2.532.105**	**199.077**	**172.377**	**222.630**	**53.360**	**654.823**	**1.302.267**
Ativo Não Circulante													
Adiantamentos de despesas compartilhadas e outros	8	402.406	-	-	-	9.335	411.741	-	-	-	-	7.465	7.465
		402.406	-	-	-	**9.335**	**411.741**	-	-	-	-	**7.465**	**7.465**
		753.107	**103.788**	**1.320.349**	**63.003**	**703.599**	**2.943.846**	**199.077**	**172.377**	**222.630**	**53.360**	**662.288**	**1.309.732**
Passivo													
Passivo circulante													
Dividendos e JCP a pagar		125.346	40.451	-	-	-	165.797	295.058	42.647	-	-	-	337.705
Fornecedores		894	7.529	118.428	94.467	40.797	262.115	9	6.052	2.081	70.617	63.614	142.373
Outras obrigações		19.561	-	-	23.810	54.743	98.114	5.016	-	-	23.547	13	28.576
Adiantamento de clientes		-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	100
		145.801	**47.980**	**118.428**	**118.277**	**95.540**	**526.026**	**300.083**	**48.799**	**2.081**	**94.164**	**63.627**	**508.754**
Passivo não circulante													
Contas a Pagar		-	-	-	20.850	-	20.850	-	-	-	38.058	-	38.058
		-	-	-	**20.850**	-	**20.850**	-	-	-	**38.058**	-	**38.058**
		145.801	**47.980**	**118.428**	**139.127**	**95.540**	**546.876**	**300.083**	**48.799**	**2.081**	**132.222**	**63.627**	**546.812**

	31/12/2024 Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total	31/12/2023 Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total
Receita líquida e Custos												
Vendas	1.638.577	970.036	7.966.741	-	34.441	10.609.795	1.581.275	1.041.103	218.342	-	16.681	2.857.401
Custos e Despesas	(152.155)	(27.977)	(86.074)	(1.378.033)	(512.595)	(2.156.838)	(142.674)	(31.253)	(54.043)	(1.394.815)	(515.474)	(2.140.069)
Resultado Financeiro												
Juros	25.841	-	-	(6.607)	29.876	49.115	13.076	-	-	(4.249)	18.833	23.660
Fundos Exclusivos											13.757	13.757
Variações Cambial e Monetárias Líquidas	-	16.953	690.600	-	110.117	817.670	-	(2.348)	(524)	-	(29.676)	(32.547)
Outras despesas e receitas operacionais	-	-	-	749	608	1.357	-	-	-	(2.164)	-	(2.164)
	1.512.259	**959.012**	**8.571.267**	**(1.383.886)**	**(337.553)**	**8.321.099**	**1.451.477**	**1.007.552**	**183.179**	**(1.405.228)**	**(498.864)**	**720.093**

Informações Consolidado e Controladora: Caixa e equivalentes de caixa: Referem-se a aplicações com liquidez imediata mantidas pela Companhia com o Banco Fibra e aplicações em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN. **Contas a receber:** A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN e no mercado externo, para as empresas que compõem o Consórcio Asiático em contratos de longo prazo. Além disso, em dezembro de 2023 a CSN Mineração iniciou as operações de venda de minério de ferro para a *offshore* com sede na Suíça, CSN Mining International GmbH. Os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro. **Adiantamento de despesas compartilhadas e outros:** refere-se ao pagamento antecipado para a Controladora CSN a título de compartilhamento das despesas das áreas administrativas. Em agosto de 2024 a Companhia celebrou um novo contrato de pré-pagamento de custos de despesas administrativas, no montante de R$ 546 milhões, cuja amortização é estimada para os próximos 5 anos. Adicionalmente, a Companhia mantém contratos de adiantamento com outras Partes Relacionadas a fim de melhorar o desempenho operacional em suas plantas. **Dividendos a receber:** dividendos mínimos obrigatórios a receber pela participação na MRS Logística, no montante de R$ 63.003 reconhecidos (R$ 53.360 em 31 de dezembro de 2023). **Fornecedores:** a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado. **Outras obrigações:** em setembro de 2019, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) o que resultará no pagamento de uma indenização de R$ 170 milhões a valor presente. O pagamento ocorrerá anualmente até 2026. A Companhia mantém registrado o montante de R$ 44.660 milhões referente ao acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) com a MRS. **Custos e despesas:** a Companhia possui contratos para aquisição de minério de ferro no mercado interno e de prestação de serviços de manutenção de empresas do grupo CSN, os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro. A Companhia possui também contrato de assessoria de marketing para obtenção de informações estratégicas do mercado internacional de minério de ferro celebrado com integrantes do Consórcio Asiático. **24.c) Outras partes relacionadas não consolidadas: • CBS Previdência:** A CBS Previdência é uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. A Companhia, em conjunto com as empresas do Grupo CSN, é sua patrocinadora e mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento do passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos. • **Fundação CSN:** A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas na Fundação CSN e as transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua. • **Banco Fibra:** O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da CSN, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa. **24.d) Partes Relacionadas sob controle de membro da Administração da Companhia:** O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
		Resultado
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	18.727	12.598
Benefícios pós-emprego	406	314
	19.133	**12.912**

Política Contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. As transações entre a Controladora e suas subsidiárias são eliminadas e ajustadas para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora. As partes relacionadas da Companhia podem ser suas subsidiárias, *joint ventures*, coligadas, acionistas, empresas ligadas, bem como o pessoal-chave da Administração da Companhia.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.a) Capital social integralizado: O capital social totalmente subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 7.473.980, representado por 5.432.044.538 e 5.485.338.835, respectivamente ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **25.b) Capital social autorizado:** O art 5º do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024 define que o capital social pode ser elevado, independente de reforma estatutária, no valor de até R$ 1.900.000 (um bilhão e novecentos milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por decisão do Conselho de Administração. **25.c) Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a reserva de capital da Companhia é de R$ 127.042. Sendo composta por: (i) R$ 141.723 referente ao ágio reconhecido na emissão de ações realizada na combinação de negócios da mineração em dezembro de 2015; e (ii) redução de R$ 14.681 decorrente do custo da transação, líquido de impostos, incorrido na oferta pública das ações primárias, realizada em 17 de fevereiro de 2021. **25.d) Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **25.e) Composição acionária: Aprovação, celebração e efetivação da alienação de participação minoritária da Companhia.** A CSN, em 17 de outubro de 2024, através de reunião do Conselho de Administração, aprovou a Proposta Não Vinculante com a Itochu Corporation para a venda de participação minoritária de até 11% da Companhia, por um preço por ação de R$ 7,50. Em 05 de novembro de 2024, através de nova reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a aprovação da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações para a venda de 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço unitário de R$ 7,50 por ação, no montante de R$ 4.419.786, que foi pago à vista pela Itochu Corporation à CSN na data de transferências das Ações. Após aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a Itochu Corporation faz parte do Acordo de Acionistas da Companhia, aditado em 06 de novembro de 2024, sem alterações dos direitos das partes de tal acordo. A partir do dia 12 de novembro de 2024, a CSN passa a deter 3.785.474.692 ações ordinárias de emissão da Companhia, alcançando a participação direta de 69,01% e a Itochu Corporation passa a deter 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia alcançando a participação direta de 10,74% e indireta de 9,25% através da Japão Brasil Minério de Ferro Participações LTDA. Sendo assim a composição acionária passa a ser:

	31/12/2024 Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	31/12/2023 Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Companhia Siderúrgica Nacional	3.785.474.692	69,01%	69,69%	4.374.779.493	79,75%	79,75%
Itochu Corporation	589.304.801	10,74%	10,85%			
Japão Brasil Minérios de Ferro Participações	507.762.936	9,26%	9,35%	507.762.936	9,26%	9,26%
Posco Holdings Inc	102.186.675	1,86%	1,88%	102.186.675	1,86%	1,86%
China Steel Corporation	22.366.860	0,41%	0,41%	22.366.860	0,41%	0,41%
Outros	424.948.544	7,75%	7,82%	478.242.844	8,72%	8,72%
Total de ações em circulação	**5.432.044.538**	**99,03%**	**100,00%**	**5.485.338.838**	**100,00%**	**100,00%**
Ações em tesouraria	53.294.297	0,97%	-	-	-	-
Total de ações	**5.485.338.835**	**100,00%**	**100,00%**	**5.485.338.838**	**100,00%**	**100,00%**

25.f) Lucro por ação: O lucro por ação básico foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício conforme abaixo:

	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
		Ações ordinárias		Ações ordinárias
Lucro líquido do exercício	**4.527.719**	**3.568.737**	**4.527.719**	**3.568.737**
Média ponderada da quantidade de ações (1)	5.472.598	5.485.339	5.470.508	5.485.339
Lucro básico e diluído por ação	**0,82765**	**0,65060**	**0,82765**	**0,65060**

(1) A média ponderada de ações é calculada considerando a quantidade de ações e o tempo em circulação.

25.g) Programa de recompra de ações

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Saldo de ações em tesouraria
4º	28/06/24	100.000.000	de 28/06/2024 a 19/12/2025	R$ 6,0497	R$ 5,2798 e R$ 7,1162	53.294.300	-	53.294.300
4º			Não aplicável			-	(3)	(3)
						53.294.300	**(3)**	**53.294.297**

Em 28 de junho de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o 4º programa do Plano de Recompra de Ações, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos da instrução CVM 77/2022. O Programa consiste em: * Recompra de até 100.000.000 ações. • Vigência do programa de 28 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2025. • Preço de aquisição não poderá ser superior ao de cotação na Bolsa de Valores; • Operações de recompra intermediadas por instituições financeiras habilitadas. Em 18 de outubro de 2024, a CSN Mineração aprovou em reunião do Conselho de Administração o cancelamento de três ações de emissão própria mantidas em tesouraria, sem alteração no valor do capital social da controlada em decorrência do cancelamento de ações, portanto o capital social da Companhia passará a ser dividido em 5.485.338.835. **Política Contábil: Capital Social:** Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **Lucro/(Prejuízo) por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. **Ações em tesouraria:** Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas. Quando essas ações são subsequentemente alienadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

26. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intermediários com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio distribuídos em 30 de setembro de 2024 foram pagos em 26 de dezembro de 2024, no montante de R$ 465.000, considerando a retenção do imposto de renda no montante de R$ 69.750, adicionalmente, os juros sobre capital próprio distribuídos em 27 de dezembro de 2024 serão pagos até 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 179.868, considerando a retenção de imposto de renda no montante de R$ 31.742.

Data da aprovação em RCA	Data de pagamento	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros de capital próprio	Controladora Valor por ação
09/05/2024	24/05/2024	1.025.041	-	-	0,18686917
30/09/2024	26/12/2024	-	2.375.000	-	0,43689119
30/09/2024	26/12/2024	160.000	-	-	0,02943767
30/09/2024	26/12/2024	-	-	465.000	0,08553670
27/12/2024	até 31/12/2025	-	-	211.610	0,03895505
Montante distribuído em 2024		**1.185.041**	**2.375.000**	**676.610**	-

Os juros sobre capital próprio distribuídos em 27 de dezembro de 2023 foram pagos em 28 de maio de 2024, no montante de R$ 369.900, considerando a retenção de imposto de renda no montante de R$ 65.285.

continuação

Data da aprovação em RCA	Data de pagamento	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros de capital próprio	Controladora Valor por ação
28/04/2023		2.181.913	-	-	0,537851481
03/05/2023	15/05/2023	-	-	279.434	0,068941886
14/11/2023	28/11/2023	-	1.364.983	-	0,248841853
22/12/2023	28/05/2024	-	-	435.246	0,079347394
Montante distribuído em 2023		**2.181.913**	**1.364.983**	**714.680**	-

A Companhia propôs a destinação dos lucros abaixo, que será deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**4.527.719**	**3.508.737**
Reserva Legal	(226.386)	(178.436)
Reserva de Investimento	(1.801.132)	(1.310.638)
Dividendos antecipados e JCP	(2.500.201)	(714.680)
Dividendos adicionais propostos	-	(1.364.983)

Política Contábil: A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia. De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, adicionalmente a Companhia poderá distribuir dividendos adicionais de 25% do lucro ajustado, após a retenção do montante previsto em orçamento de capital, se houver, que ficará destacado no passivo circulante. Além disso, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima. Caso a Companhia informe dividendo superior ao mínimo obrigatório na proposta de destinação, esse montante é destacado em conta específica no patrimônio líquido em "Dividendo Adicional Proposto".

27. RECEITA LÍQUIDA

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Faturamento Bruto				
No Brasil	1.772.075	2.037.305	1.765.188	2.034.951
No exterior	15.069.878	17.153.705	11.436.314	17.141.605
	16.841.953	**19.191.010**	**13.201.502**	**19.176.556**
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(15.295)	-	(38.518)	-
Tributos incidentes sobre vendas	(330.341)	(311.184)	(329.653)	(308.073)
	(345.636)	**(311.184)**	**(368.171)**	**(308.073)**
Receita Líquida	**16.496.317**	**18.880.426**	**12.833.331**	**18.868.483**

Política Contábil: O reconhecimento da receita da Companhia é realizado assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas: • Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Apurações de valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho são concluídas. A Companhia reconhece a receita das vendas de minério de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes. Na maioria dos casos, o controle é transferido quando o produto é entregue ou carregado na embarcação ou veículo em que será transportado, no porto de destino ou as instalações do cliente. Pode haver circunstâncias em que o julgamento é necessário com base nos indicadores de controle destacado anteriormente. Nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (*Cost and Freight*) e CIF (*Cost, Insurance and Freight*), o cliente tem uma obrigação atual de pagar de acordo com os termos do contrato de venda, geralmente ocorre quando o navio é carregado, momento em que a obrigação de pagamento acontece para produto e frete, e em certos casos, para seguros após a data em que o controle das mercadorias passa para o cliente no porto de carregamento. Portanto, a Companhia tem obrigações de desempenho distintas para produtos e frete, porém tais obrigações de performances são combinadas em único contrato e suas receitas são reconhecidas no mesmo momento. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização. A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente. Os contratos de vendas de minério de ferro são provisoriamente fixados a preços na data em que as receitas são reconhecidas e uma fatura provisória é emitida, conforme estipulado no contrato. O preço de venda desses produtos pode ser mensurado confiavelmente a cada período uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

28. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Material de terceiros	(2.710.324)	(4.994.406)	(2.710.324)	(4.994.806)
Mão de obra	(1.027.738)	(894.149)	(984.970)	(892.065)
Suprimentos	(429.174)	(1.135.771)	(450.967)	(1.217.680)
Manutenção (serviços e materiais)	(924.963)	(380.692)	(975.134)	(389.580)
Serviços de terceiros	(737.068)	(700.411)	(773.047)	(740.546)
Fretes/seguros marítimos	(3.404.957)	(1.876.508)	(328.330)	(1.875.485)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.144.307)	(1.084.215)	(1.130.474)	(988.721)
Impostos e taxas	(300.457)	(437.236)	(292.673)	(432.219)
Armazenamento portuário	(473.844)	(97.452)	(473.843)	(97.852)
Despesas Portuárias - Terceiros	-	(135.802)	-	(135.802)
Demurrage/Despatch	-	(39.966)	-	(40.170)
Compartilhamento de despesas	(151.285)	(141.747)	(151.285)	(141.747)
Outros	(140.002)	(181.412)	(164.409)	(174.545)
	(11.744.817)	**(12.050.316)**	**(8.685.501)**	**(12.117.175)**
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(8.025.027)	(9.839.357)	(8.166.365)	(9.918.327)
Despesas com vendas	(3.537.738)	(2.060.770)	(365.244)	(2.055.644)
Despesas gerais e administrativas	(182.052)	(161.189)	(153.892)	(143.204)
	(11.744.817)	**(12.050.316)**	**(8.685.501)**	**(12.117.175)**

A depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Custo de Produção [1]	(1.142.970)	(1.032.160)	(1.130.186)	(988.718)
Despesa Vendas	(69)	(1)	(68)	(1)
Despesa Gerais e Administrativas	(1.268)	(1.054)	(220)	(2)
	(1.144.307)	**(1.033.215)**	**(1.130.474)**	**(988.721)**
Outras operacionais [2]	(5.711)	(7.925)	(5.711)	(7.925)
	(1.150.018)	**(1.041.140)**	**(1.136.185)**	**(996.646)**

(1) No custo de produção, estão inclusos os créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento no montante de R$ 458 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024 (R$ 989 em 31 de dezembro de 2023, consolidado e controladora). (2) Refere-se principalmente a depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 29.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Ref.	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Outras receitas operacionais					
Multas Contratuais		1.118	1.159	1.118	1.169
Hedge de fluxo de caixa realizado [3]	14.c	419.205	-	419.206	-
Créditos extemporâneos de tributos [1]		-	113.015	-	6.610
Ganhos com plano de pensão		409	352	409	352
Outras receitas		28.702	14.174	20.648	15.173
		449.434	**128.710**	**441.381**	**23.304**
Outras despesas operacionais					
Impostos e taxas		(26.308)	(43.854)	(26.140)	(45.695)
Despesas com passivo ambiental líquidas		(22.705)	(9.157)	(22.705)	(9.157)
Despesas com processos judiciais líquidas		(13.769)	(3.686)	(13.769)	(3.686)
Multas contratuais		-	(2.705)	-	(2.705)
Reversão de processos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais		(33.209)	(9.326)	(33.240)	(9.323)
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e Ambientais		(13.370)	(5.158)	(13.370)	(5.158)
Baixas ou perdas estimadas em imobilizado, intangível e propriedades para investimentos, líquidas de reversão	11	(10.677)	7.579	(10.672)	7.579
Perdas estimadas em estoques		(2.937)	(13.168)	(2.837)	(13.168)
Reversão/(perdas) com inventários de produto acabado		(13.705)	(60.310)	(13.706)	(60.310)
Depreciação de equipamentos paralisados [2]		(5.712)	(7.925)	(5.711)	(7.925)
Despesas com estudos e engenharia de projetos		(17.575)	(11.155)	(17.575)	(11.155)
Manutenção equipamentos paralisados		(4.377)	(43)	(4.377)	(43)
Hedge de fluxo de caixa realizado [3]	14.c	-	(805.241)	-	(805.241)
Doações incentivadas		(51.405)	(53.928)	(51.405)	(53.928)
Demurrage		(104.885)	-	(117.003)	-
Outras despesas [4]		(120.122)	(56.272)	(86.127)	(45.844)
		(415.604)	**(1.074.435)**	**(408.587)**	**(1.065.809)**
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas		**33.830**	**(945.725)**	**32.794**	**(1.042.505)**

(1). Trata-se de restituição de tributos pelo fisco português referente a recolhimento superior ao valor devido. (2). Em 2024 Companhia reconheceu ociosidade operacional nas atividades de mineração, devido às intensas chuvas registradas na operação de extração de minério. (3). Ganho/(Perdas) reconhecidas com *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa do índice "*Platts*" e câmbio. (4) Em 2024 a Companhia reconheceu despesas de honorários advocatícios no montante de R$ 70 milhões, relacionados aos processos que ainda estão curso.

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Ref.	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Receitas financeiras					
Partes relacionadas	24	57.326	45.661	57.326	45.661
Rendimentos sobre aplicações financeiras		660.506	485.736	461.389	481.313
Outros rendimentos		1.347	4.084	1.750	4.083
		719.779	**535.481**	**520.465**	**531.057**
Despesas financeiras					
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	13	(418.444)	(335.767)	(418.444)	(335.767)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	13	(259.814)	(293.349)	(259.814)	(293.349)
Juros Capitalizados	10.c	113.048	124.625	113.048	124.625
Juros sobre adiantamento de clientes		(632.034)	(324.841)	(462.098)	(324.841)
Partes relacionadas	24	(5.602)	(8.249)	(5.602)	(8.249)
Juros e multas		(12.199)	(30.176)	(12.191)	(29.745)
Ajuste ao valor presente de fornecedores		(74.543)	(68.463)	(74.543)	(68.463)
Comissões, fianças, garantias e despesas bancárias		(145.722)	(47.075)	(84.772)	(47.075)
Encargos sobre ganhos financeiros		(76.651)	(108.711)	(76.651)	(108.687)
Outras despesas financeiras		(79.055)	(16.238)	(64.179)	(16.237)
		(1.592.016)	**(1.108.244)**	**(1.346.246)**	**(1.107.788)**
Outros itens financeiros líquidos					
Variações monetárias e cambiais líquidas		2.041.503	(705.415)	1.285.752	(703.080)
Variação cambial com hedge accounting - Platts		19.445	(11.245)	19.445	(1.323)
Resultado swap IPCA/CDI		(406.953)	58.606	(406.993)	58.606
		1.654.055	**(658.054)**	**898.204**	**(645.797)**
Resultado financeiro líquido		**781.818**	**(1.229.817)**	**72.423**	**(1.222.528)**

Política Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios, para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo.

Consolidado	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Ásia	13.719.735	83%	16.483.425	87%
Europa	1.351.143	8%	670.196	4%
Mercado interno	1.425.439	9%	1.726.805	9%
	16.496.317		**18.880.426**	

Controladora	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Ásia	13.994	0,1%	16.483.425	87%
Europa	11.399.097	89%	670.196	4%
Mercado interno	1.420.240	11%	1.714.862	9%
	12.833.331		**18.868.483**	

Política Contábil: Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da Companhia para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes. **32.a) Descrição dos planos de pensão:** Plano Misto de Benefício Suplementar: Iniciado em 27 de dezembro de 1996, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria, é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio-doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (renda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev. Plano CBSPREV: Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício de aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. **32.b) Política de investimento:** A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM ("*Asset Liability Management*"), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano. O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. **32.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar:** Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e IAS 19 - Employee Benefits, abaixo é apresentado a posição em 31 de dezembro 2024 e 2023:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
		Ativo Atuarial
Benefícios de planos de pensão	(9.336)	(7.465)
	(9.336)	**(7.465)**

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentado a seguir.

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
Valor presente da obrigação de benefício definido	8.189	7.763
Valor justo dos ativos do plano	(18.920)	(15.365)
Deficit/(Superávit)	**(10.731)**	**(7.602)**
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	1.395	137
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	**(9.336)**	**(7.465)**

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido é demonstrado a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
Valor presente das obrigações no início do exercício	**7.763**	**7.843**
Custo do serviço	311	432
Custo dos juros	639	883
Contribuições de participante realizadas no exercício	329	305
Benefícios pagos	(526)	(648)
Perda/(ganho) atuarial	(367)	(1.052)
Valor presente das obrigações no final do exercício	**8.189**	**7.763**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é demonstrado a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**(15.365)**	**(14.797)**
Receita com juros	(1.432)	(1.718)
Benefícios pagos	576	648
Contribuições de participante realizadas no exercício	(309)	(305)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(2.340)	807
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**(18.920)**	**(15.365)**

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado é demonstrado a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
Custos de serviços correntes	311	432
Custos de juros	639	883
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1.432)	(1.718)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	73	-
Total dos custos (receitas), líquidos	**(409)**	**(403)**

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.
A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
(Ganhos) e perdas atuariais	(367)	(1.052)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(2.340)	807
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.245	-
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	**(1.462)**	**(245)**

A abertura dos ganhos e perdas atuariais estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024	Consolidado e Controladora 31/12/2023
(Ganho)/perda decorrente de mudanças de hipóteses demográficas	-	(438)
(Ganho)/perda decorrente de mudanças de hipóteses financeiras	(607)	260
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	240	(874)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.245	-
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(2.340)	807
(Ganhos) e perdas atuariais	**(1.462)**	**(245)**

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R$)	Real (R$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 12,43%	Plano Milênio: 5,36%
Taxa de inflação	4,56%	3,90%
Taxa de aumento nominal do salário	1,50%	1,00%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,56%	3,90%
Taxa de retorno dos investimentos	7,12%	5,36%
Tábua de mortalidade geral	AT - 2012 Básica por sexo	AT - 2012 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 71	AT - 71
Tábua de rotatividade	5% ao ano	5% ao ano
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos dos empregados com idade de 65 anos e 40 anos:

	Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio) 31/12/2024	31/12/2023
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	21,47	21,47
Feminino	23,34	23,34
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais		
Masculino	44,07	44,07
Feminino	46,68	46,68

Alocação dos ativos do plano:

	Consolidado e Controladora 31/12/2024		31/12/2023	
Renda Variável	1.554	8,74%	590	3,84%
Renda Fixa	15.259	80,65%	13.205	85,95%
Imóveis	989	5,23%	750	4,88%
Outros	1.018	5,38%	818	5,33%
Total	**18.920**	**100%**	**15.363**	**100%**

32.d) Contribuições esperadas para o ano seguinte e despesa do exercício: Para o plano misto de benefício suplementar, a despesa em 2024 foi de R$ 314 (R$ 306 em 31 de dezembro de 2023). Em 2025 para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas para a parcela de contribuição definida são no montante de R$ 4.842 e R$ 329 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco). **32.e) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2024 é demonstrada abaixo:

	31/12/2024 Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)		31/12/2023 Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto				
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(17.658)	18.979	(16.201)	15.983
Efeito no valor presente das obrigações	(172.857)	175.159	(157.843)	176.038
Hipótese: Crescimento Salarial				
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	44.568	(42.772)	35.526	(34.268)
Efeito no valor presente das obrigações	189.248	(180.715)	160.222	(154.619)
Hipótese: Reajuste de Benefícios				
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	7.721	(7.725)	6.257	(6.258)
Efeito no valor presente das obrigações	40.517	(40.536)	38.085	(38.094)
Hipótese: Tábua de Mortalidade				
Nível de sensibilidade	**+1 ano**	**- 1 ano**	**+1 ano**	**- 1 ano**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(4.025)	4.986	(1.135)	1.622
Efeito no valor presente das obrigações	(4.131)	12.096	11.160	(9.317)

Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

Pagamentos esperados	2024	2023
Ano 1	865.320	773.093
Ano 2	532.953	791.647
Ano 3	807.411	765.974
Ano 4	877.845	750.330
Ano 5	848.486	732.240
Próximos 5 anos	3.287.958	3.366.675
Total de pagamentos esperados	**8.220.033**	**7.179.909**

Política Contábil: Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não é plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

continuação

33. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contratos com pagamentos futuros não canceláveis, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período 2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração	1.443.222	1.404.492	1.138.012	1.089.011	-	3.681.515
Fornecimento de energia, pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer	125.149	82.833	45.549	57.004	175.019	405.405
Serviços de mão de obra e consultoria	31.391	25.257	30.967	30.967	123.846	212.022
	1.579.761	1.518.582	1.304.523	1.176.977	298.865	4.298.947

34. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos de apólice de seguros. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário. Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros de sua controladora (CSN) sem, porém, haver responsabilidade solidária e nem subsidiária entre a Companhia e empresas do seu grupo econômico. Em 2024, após negociações com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi renovada apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência 30 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2025 para locais com atividades da Companhia, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Para esta renovação, foi realizada alteração das condições da Apólice de Risco Operacional e de alterou-se o Limite Máximo de Indenização para US$ 375 milhões tendo da franquia de US$ 100 milhões para danos materiais e mantendo-se 45 dias para lucros cessantes. O limite máximo de indenização da apólice é compartilhado com outros estabelecimentos segurados. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia.

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Ref.	Consolidado e Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	10.c	113.048	124.625
Remensuração e adição ao direito de uso	12.b	13.315	(2.101)
Financiamentos de aquisições de imobilizado		-	43.010
		126.363	165.534

36. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Os Outros Resultados Abrangentes consistem-se, principalmente, em instrumentos derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa, líquidos de impostos, que não transitam pelo resultado até a sua realização, adicionalmente temos ajustes atuariais, líquidos de impostos, no benefício pós-emprego que não transitam pelo resultado do exercício.

	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	4.527.719	3.568.737	4.527.719	3.568.737
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	1.117	(1.891)	1.117	(1.891)
	1.117	(1.891)	1.117	(1.891)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	(127.989)	(525.752)	(127.989)	(525.752)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado, líquidos de impostos	(276.676)	531.459	(276.676)	531.459
	(404.665)	5.707	(404.665)	5.707
	(403.548)	3.816	(403.548)	3.816
Resultado Abrangente do Exercício	4.124.171	3.572.553	4.124.171	3.572.553

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Celebração de contratos de NCE, PPE e ACC no montante de US$ 275.000: A Companhia celebrou, no mês de janeiro de 2025, contratos de NCE (Notas de crédito à exportação), PPE (pré-pagamentos à exportação) e ACC (Adiantamento de contratos de câmbio) com as instituições financeiras Credit Agricole, HSBC e JP Morgan no montante de US$ 275.000, que representa aproximadamente R$ 1.622 milhões. Estes contratos configuram operações usuais da Companhia e foram negociadas em condições normais de mercado. **Celebração de "Contrato de Assunção de Obrigação a Fazer", entre a CSN Controladora e CSN Mineração:** Em 20 de janeiro de 2025, a CSN Mineração celebrou junto a sua controladora, CSN, o Contrato de Assunção de Obrigação a Fazer, que consiste na cessão de lastros de exportação pela CMIN à CSN, para que esta possa utilizá-los na amortização dos Contratos de Pré-Pagamento de Exportação, Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio ou contratos similares da CSN. O Contrato de Assunção de Obrigação de Fazer prevê uma governança entre as áreas financeiras da CMIN e CSN para garantir que apenas o excesso de lastro que não seria utilizado pela CMIN seja cedido à CSN, atendendo também às necessidades de internalização de caixa da CMIN. O Contrato de Assunção de Obrigação de Fazer possui prazo indeterminado. O valor estimado para o ano de 2025 é de US$ 1.000.000. Ainda, a transação é rotineira e relacionada ao curso normal dos negócios das Companhias.

DIRETORIA

Carlos Rodrigues de Campos Mello Júnior - Diretor Superintendente
Claudio Musso Velloso - Diretor de Produção
Kan Bito - Diretor de Planejamento Estratégico
Pedro Barros Mercadante Oliva - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Otto Alexandre Levy Reis - Diretor de Investimento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Benjamin Steinbruch - Presidente

Miguel Ethel Sobrinho
Helena Olimpia de Almeida B. Guerra
Eneas Garcia Diniz
Marcelo Cunha Ribeiro
Yoshiaki Nakano
Hisakazu Yamaguchi

CONTADOR

Acyr Frauches Curty - Gerente Geral de Controladoria - Contador CRC SP-267196/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S.A., declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, item VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de março de 2025.

Carlos Rodrigues de Campos Mello Júnior - Diretor Superintendente
Claudio Musso Velloso - Diretor de Operações
Otto Alexandre Levy Reis - Diretor de Investimento
Kan Bito - Diretor de Planejamento Estratégico
Pedro Barros Mercadante Oliva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S.A., declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, item V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de março de 2025.

Carlos Rodrigues de Campos Mello Júnior - Diretor Superintendente
Claudio Musso Velloso - Diretor de Operações
Otto Alexandre Levy Reis - Diretor de Investimento
Kan Bito - Diretor de Planejamento Estratégico
Pedro Barros Mercadante Oliva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **CSN Mineração S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CSN Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **1. Provisão para riscos fiscais (Nota Explicativa nº 22): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal decorrentes do curso normal de suas atividades. A determinação dos valores provisionados e divulgados depende de julgamentos críticos da administração, suportados por seus assessores jurídicos quanto aos prazos, prognósticos de perda e valores de liquidação, além das respectivas divulgações necessárias, conforme requerem as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*). O valor da provisão com avaliação de perda provável e passível de registro nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas montava a R$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2024. O montante de contingências fiscais com avaliação de perda possível (não sujeito, portanto, ao registro de provisão) era de R$ 3.578 milhões em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, determinadas leis e regulamentos no Brasil têm alto grau de complexidade. Portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação de riscos fiscais requer determinado nível de julgamento por parte da Companhia e suas controladas para suportar a determinação de uma estimativa razoável de perda e resultados esperados para cada processo e, consequentemente, registros e divulgações nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, consideramos, novamente, este assunto como relevante para a nossa auditoria do exercício corrente e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos processos para riscos relacionados às demandas fiscais, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos; • confirmação dos assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as demandas judiciais da Companhia, confirmando valores e prognósticos utilizados por sua administração; • avaliação e desafio das premissas utilizadas pela administração da Companhia com base no resultado das respostas às nossas solicitações de confirmações recebidas, visando averiguar se estavam adequadas e consistentes; • envolvimento de nossos especialistas internos tributários na avaliação dos méritos e informações sobre as perspectivas de êxito informadas pelos respectivos assessores jurídicos em relação aos principais assuntos tributários envolvendo a Companhia (na extensão que julgamos necessária); • realização de testes nas despesas legais, com o objetivo de verificarmos se existiam assessores jurídicos eventualmente não cobertos pelos nossos procedimentos de solicitação de confirmação externa; e • avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto à aderência às normas contábeis aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados quanto às principais demandas judiciais que a Companhia está envolvida. Com base nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação das estimativas e riscos relacionados às demandas fiscais em andamento estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2025.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Octavio Zampirollo Neto
Contador CRC 1SP-289.095/O-3

ri.csnmineracao.com.br

FOLHA DE S.PAULO

Sem tarifas de Trump, dólar fecha abaixo de R$ 6

PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA

UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL
WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428

FOLHA DE S.PAULO ★★★ Portal de Publicidade Legal Folha ★★★ EstúdioFOLHA Datafolha INSTITUTO DE PESQUISAS Folhapress

Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica | CEEE-G

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2024

CEEE GERAÇÃO

CNPJ: 39.881.421/0001-04

NIRE: 4330006550-2

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: A Administração da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (Companhia ou CEEE-G), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, elabora o presente Relatório da Administração (RA) e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Histórico da Companhia.** CEEE-G tem sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Bairro Jardim Carvalho, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto social precípuo realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a comercialização de energia elétrica. A Companhia foi constituída em janeiro de 2021 como resultado da cisão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT. No ato do processo de cisão, foi transferido à Companhia o acervo líquido cindido inerente às atividades da geração de energia elétrica, ficando as atividades de transmissão de energia com a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (nova denominação social da CEEE-GT). Como condição para eficácia da cisão, houve a celebração, com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do instrumento de transferência da concessão regulada pelo Contrato nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, o que se deu, também, em 08 de abril de 2021. Com isso, a CEEE-G passou a operar de forma totalmente segregada. A CEEE-G era uma concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo que o seu acionista controlador era o Estado do Rio Grande do Sul. Nos anos de 2021 e 2022 a CEEE-G passou por um processo de desestatização. Assim, em 29 de julho de 2022, ocorreu o leilão do procedimento licitatório na forma do Edital nº 01/2022 (promovido pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul), para aquisição de ações representativas de 66,23% do capital social da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, pelo preço total de R$ 928.000.000,00. A vencedora do Leilão foi a Companhia Florestal do Brasil S.A. controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional. A conclusão do processo de aquisição ocorreu em 21 de outubro de 2022. Em dezembro de 2022, a Companhia Florestal do Brasil adquiriu ações representativas de 32,74% do Capital Social da Companhia de emissão da CEEE-G detidas pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A ("Eletrobras"). Com isso, a Companhia Florestal do Brasil passou a deter 98,98% do Capital social da Companhia. Em novembro de 2023, a CEEE-G realizou o leilão da Oferta Pública de aquisição de Ações ("OPA") para aquisição de até 100% das ações objeto da oferta, para conversão do registro de companhia aberta de categoria "A" para categoria "B". No referido leilão, a Companhia adquiriu 1.271 ações ordinárias e 338 ações preferenciais de emissão própria, representativas de 0,017% do seu capital social total, a um preço por ação de R$ 116,33 (cento e dezesseis reais e trinta e três centavos), totalizando o valor de R$ 187.174,97 (cento e oitenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), com liquidação financeira realizada em 24 de novembro de 2023. O êxito da Oferta culminou na conversão do registro de categoria "A" para categoria "B", deferida pela CVM no dia 25 de janeiro de 2024. Em 21 de fevereiro de 2024, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o resgate compulsório e posterior cancelamento de 98.375 (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco) ações, sendo 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A. Sendo assim, a partir da referida data a CFB passou a deter 100% das ações de emissão da CEEE-G. **A Empresa.** O ano de 2024 apresentou uma receita líquida de R$ 275,9 milhões, uma redução de 11,2% em relação ao ano anterior, explicado pelo menor volume de energia vendida. A Companhia teve um custo de serviço e de operação de R$ 188 milhões, 11,5% inferior ao ano anterior, explicado principalmente pelo menor volume de energia comercializado. Com isso, o resultado bruto do ano de 2024 apresentou um aumento de 10,4% na comparação com o ano anterior, atingindo R$ 87,8 milhões, impactado pela combinação de reduções das receitas com um menor custo da operação. No ano, as receitas e despesas operacionais da Companhia somaram um valor negativo de R$ 110,4 milhões, representando um aumento líquido negativo de 242,7% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente da não recorrência de reversão de provisão de contingências que impactou positivamente a rubrica no ano anterior. Ademais, a Companhia apresentou outras receitas e despesas líquidas no valor positivo de R$ 33,5 milhões, explicado principalmente pelo reconhecimento extraordinário de outras receitas relacionadas. As equivalências patrimoniais da Companhia foram positivas em R$ 44 milhões no ano, representando uma redução de 13,4% em relação ao ano anterior devido a alienação parcial de participações da Companhia em coligadas. O resultado financeiro líquido no ano foi negativo em R$ 189 milhões, refletindo uma redução de 15,7% em relação ao ano de 2023, principalmente pela redução nas despesas relacionadas às operações financeiras. Por fim, o resultado líquido da Companhia foi um prejuízo de 65,3 milhões, contra um lucro de R$ 72,5 milhões verificado no ano passado, resultado esse que reflete um decréscimo operacional, relacionado principalmente ao aumento das despesas operacionais contra o ano de 2023, assim como aos efeitos da não recorrência de eventos extraordinários ocorridos no ano anterior, relacionados principalmente à venda de investimentos e reversão de provisões. **Auditores Externos:** Em atendimento à Resolução CVM 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da empresa Grant Thornton Auditores Independentes, em suas demonstrações financeiras, no montante da remuneração de R$ 644.757,65 (seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), bem como os serviços de revisão de obrigações acessórias, no montante de R$ 63.142,76 (sessenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos). Os Auditores Independentes declararam que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados na Resolução nº 1.267/2009 do Conselho Federal de Contabilidade. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Nosso reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

Porto Alegre, 12 de março de 2025.

Atenciosamente

Administração da CEEE-G

Balanço Patrimonial Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	699.416	784.005	699.549	784.415
Concessionárias e Permissionárias	5	15.460	13.837	15.463	13.837
Tributos a Recuperar	6	43.385	19.326	44.032	19.324
Estoques	7	3.719	3.464	3.719	3.464
Ativo Financeiro Setorial - VIC	8	-	38	-	38
Outros Créditos a Receber	9	14.186	19.824	14.188	19.825
Dividendos a Receber	10	24.250	28.431	24.060	28.431
Arrendamentos Operacionais	11	13.289	12.787	13.289	12.787
Despesas pagas antecipadamente		9.185	6.235	9.185	6.240
		873.270	937.957	873.472	938.451
Não Circulante					
Tributos a Recuperar	6	-	1	-	1
Depósitos Judiciais	12	157.172	65.833	157.192	65.853
IR e Contribuição Social Diferidos	13	148.998	81.436	148.998	81.456
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14.5	-	6.622	-	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda		-	2.876	-	2.876
Outros Créditos a Receber	9	2.326	16.537	2.713	17.001
Investimentos	14	147.548	160.134	146.932	165.893
Imobilizado	15	45.871	33.461	45.974	33.510
Intangível	16	1.922.204	1.981.402	1.922.382	1.981.780
		2.437.918	2.345.457	2.438.133	2.345.410
Total do Ativo		**3.311.188**	**3.283.424**	**3.311.605**	**3.283.861**

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	29.828	13.430	29.852	13.454
Debêntures	18	1.916.670	1.909.914	1.916.670	1.909.914
Obrigações Trabalhistas	19	5.295	7.105	5.295	7.105
Obrigações Fiscais	20	5.937	6.625	5.947	6.665
Provisão para Benefícios a Empregados	21	-	250	-	252
Provisão para Cont Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórios	22	46.575	3.458	46.575	3.458
Obrigações da Concessão	23	15.292	13.840	15.292	13.840
Contas a Pagar	24	12.410	-	12.410	-
Dividendos		19.397	19.396	19.397	19.396
Uso do Bem Público	25	2.052	5.202	2.052	5.202
Arrendamento Financeiro	26	1.140	-	1.140	-
Outros Passivos	27	19.642	10.985	19.642	10.985
		2.074.238	1.950.206	2.074.272	1.950.253
Não Circulante					
Provisão para Benefícios a Empregados	21	-	10.012	-	10.012
Provisão para Cont Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórios	22	192.097	211.888	192.097	211.888
Obrigações da Concessão	23	93.615	87.037	93.615	87.037
Uso do Bem Público	25	8.702	8.745	8.702	8.745
Contas a Pagar	24	30.962	-	30.962	-
Arrendamento Financeiro	26	740	-	740	-
Outros Passivos	27	12.137	11.263	12.525	11.647
		338.858	428.945	339.241	429.329
Patrimônio Líquido					
Capital Social	29.1	755.962	755.962	755.962	755.962
Outros Resultados Abrangentes	29.4	(1.816)	(5.349)	(1.816)	(5.349)
Reservas de Lucros	29.3	143.946	219.409	143.946	219.409
Ações em Tesouraria	29.2	-	(5.749)	-	(5.749)
		898.092	964.273	898.092	964.273
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**3.311.188**	**3.283.424**	**3.311.605**	**3.283.861**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita Operacional Líquida	31	275.850	310.515	275.850	310.515
Custo do Serviço de Energia Elétrica		(188.019)	(212.516)	(188.019)	(212.516)
Custo com Energia Elétrica	32	(28.510)	(51.867)	(28.510)	(51.867)
Custo de Operação	32	(159.509)	(160.649)	(159.509)	(160.649)
Resultado Operacional Bruto		87.831	97.999	87.831	97.999
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(109.929)	77.945	(110.382)	77.336
Despesas Gerais e Administrativas	33	(11.158)	(19.327)	(11.611)	(19.940)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	33	(98.771)	97.272	(98.771)	97.276
Outras Receitas e Outras Despesas	34	33.495	93.248	33.495	93.248
Resultado do Serviço		11.397	269.198	10.944	268.583
Resultado de Participações Societárias		43.509	50.167	43.962	50.758
Resultado Financeiro Líquido	35	(188.965)	(224.075)	(188.976)	(224.053)
Resultado antes de IR e CS		(134.069)	95.290	(134.070)	95.288
Imposto de Renda Diferido	36	50.563	(16.767)	50.564	(16.767)
Contribuição Social Diferida	36	18.203	(6.035)	18.203	(6.036)
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		(65.303)	72.485	(65.303)	72.485
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R$	30	(6,84652)	7,52198	(6,84652)	7,52191
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R$	30	(6,84652)	7,52198	(6,84652)	7,52191

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		(65.303)	72.485	(65.303)	72.485
Outros Resultados Abrangentes		8.790	(1.962)	8.790	(1.962)
Realização do custo atribuído dos ativos		(2.153)	(7.939)	(2.153)	(7.939)
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		732	2.699	732	2.699
Registro de ganho (perda) atuarial		10.211	3.278	10.211	3.278
Resultado Abrangente do Exercício		(56.513)	70.523	(56.513)	70.523
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R$	30	(6,84652)	7,52189	(6,84652)	7,52189
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R$	30	(6,84652)	7,52189	(6,84652)	7,52189
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	(56.513)	70.523

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucro	Ações em tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	755.962	158.085	(5.749)	(3.387)	-	904.911
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	72.485	72.485
Outros Resultados Abrangentes						
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	(7.939)	7.939	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	2.699	-	2.699
Registro de ganho atuarial	-	-	-	3.278	-	3.278
Destinação do Resultado						
Constituição de Reserva Legal	-	4.021	-	-	(4.021)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	(19.101)	(19.101)
Reserva de Investimentos	-	57.302	-	-	(57.302)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	755.962	219.409	(5.749)	(5.349)	-	964.273
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(65.303)	(65.303)
Outros Resultados Abrangentes						
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	(2.153)	2.153	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	732	-	732
Baixa do registro atuarial	-	-	-	4.954	5.257	10.211
Cancelamento de Ações	-	(17.570)	5.749	-	-	(11.821)
Absorção de Resultado						
Reserva de Retenção de Lucros	-	(57.893)	-	-	57.893	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	755.962	143.946	-	(1.816)	-	898.092

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	(65.303)	72.485	(65.303)	72.485
Despesas (Receitas) que Não Afetam Caixa				
Depreciação e Amort. dos Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	4.533	12.806	4.533	12.805
Ativo Financeiro Setorial - VIC	-	(57.924)	-	(57.924)
Amortização Ativo Financeiro Setorial - VIC	98	57.826	98	57.826
Amortização UBP e Outorga	68.875	68.728	68.875	68.728
Constituição/Reversão de Provisões	45.918	(113.323)	45.918	(113.323)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(43.509)	(50.167)	(43.962)	(50.758)
Encargos Debêntures	246.478	289.099	246.478	289.099
Amortização do Custo de Transação	8.412	8.412	8.412	8.412
Ganho na Alienação de Investimentos e Consórcios	(8.451)	(103.797)	(8.451)	(103.797)
Arrendamento Consórcios e Serviços de O&M	(13.733)	(16.569)	(13.733)	(16.569)
Ganho/Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível	2.424	20.880	2.424	20.880
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(68.766)	22.803	(68.766)	22.803
Outros	4.083	1.152	4.259	1.152
Prejuízo/Lucro Líquido Ajustado	181.064	212.410	180.782	211.819
Variações nos Ativos Circulantes e Não Circulante	(93.678)	27.815	(93.740)	26.949
Concessionárias e Permissionárias	(1.620)	29.362	(1.623)	29.362
Tributos a Recuperar	(24.657)	(13.850)	(24.724)	(13.918)
Estoques	(256)	(639)	(256)	(639)
Depósitos Judiciais	(91.339)	670	(91.339)	671
Despesas Pagas Antecipadamente	(2.950)	(6.235)	(2.945)	(6.235)
Outros Créditos a Receber	27.147	17.707	27.147	17.708
Variações nos Passivo Circulantes e Não Circulante	90.818	(28.386)	90.791	(28.599)
Fornecedores	16.398	(14.432)	16.398	(14.445)
Obrigações Trabalhistas	(1.810)	(3.845)	(1.810)	(3.856)
Obrigações Fiscais	26.848	(6.948)	26.839	(6.957)
Provisão para Benefícios a Empregados	(10.262)	(1.598)	(10.262)	(1.598)
Obrigações da Concessão	8.031	(1.497)	8.031	(1.497)
Arrendamento Financeiro	1.880	-	1.880	-
Outros Passivos	49.715	(766)	49.715	(766)
Pagamentos Contingências	(21.997)	(3.738)	(21.997)	(3.738)
Pagamentos de Juros Debêntures	(248.133)	(290.250)	(248.133)	(290.250)
IRPJ/CSLL Pagos	(27.547)	(13.665)	(27.547)	(13.665)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(119.476)	(96.814)	(119.035)	(97.484)
Atividades de Investimentos				
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	34.887	212.149	34.973	212.809
Venda Investimento	39.809	53.069	39.809	53.663
Venda Participação em Consórcio	-	114.763	-	114.763
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(40.827)	(13.923)	(40.827)	(13.923)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(85)	(560)	-	-
Dividendos Recebidos	35.991	58.300	35.991	58.300
Atividades de Financiamento				
Caixa Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento	-	(10)	-	(10)
Dividendos Pagos	-	(10)	-	(10)
Variação do Caixa	(84.589)	115.325	(84.866)	115.315
Redução/Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa				
No Início do Exercício	784.005	668.680	784.415	669.100
No Final do Exercício	699.416	784.005	699.549	784.415
	(84.589)	115.325	(84.866)	115.315

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas				
Receita Operacional Bruta	319.150	360.217	319.150	360.217
Outras Receitas e Despesas	33.741	93.246	33.741	93.246
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(157.339)	(93.276)	(157.781)	(93.886)
Material	(1.806)	(3.232)	(1.806)	(3.232)
Serviços de Terceiros	(29.258)	(18.351)	(29.258)	(18.351)
Custo da Energia Comprada	(28.510)	(51.867)	(28.510)	(51.867)
Outras Despesas Operacionais	(97.765)	(19.816)	(98.137)	(20.436)
(=) Valor Adicionado Bruto	195.552	360.187	195.110	359.577
(-) Depreciações e Amortizações	(4.452)	(12.362)	(4.452)	(12.363)
(-) Amortização UBP	(528)	(350)	(528)	(350)
(-) Amortização Outorga	(68.359)	(68.359)	(68.359)	(68.359)
(-) Provisões	(19.030)	101.050	(19.030)	101.050
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido	103.195	380.157	102.752	379.547
(+) Resultado de Participações Societárias	43.504	50.157	43.962	50.758
(+) Receitas Financeiras	91.914	98.224	91.914	98.301
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	238.613	528.598	238.629	528.606

Distribuição do Valor Adicionado	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Pessoal	41.518	50.788	41.518	50.788
Remuneração Direta	31.910	39.390	31.910	39.390
Benefícios	4.787	6.967	4.787	6.967
Plano de Benefícios Previdenciais	330	1.711	330	1.711
F.G.T.S.	4.491	2.725	4.491	2.725
Impostos, Taxas e Contribuições	(19.523)	81.234	(19.523)	81.237
Federais	(19.807)	80.128	(19.807)	80.131
Estaduais	30	40	30	40
Municipais	254	1.066	254	1.066
Remuneração de Capitais de Terceiros	281.921	324.091	281.937	324.096
Despesas de Locações	1.047	1.742	1.047	1.742
Despesas Financeiras	280.874	322.349	280.890	322.354
Remuneração de Capitais Próprios	(65.303)	72.485	(65.303)	72.485
Prejuízo/Lucro Líquido do Período	(65.303)	72.485	(65.303)	72.485
Total	238.613	528.598	238.629	528.606

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INSTITUCIONAL

A Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G (Companhia ou CEEE-G), com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 223, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista controlador a Companhia Florestal do Brasil, com 100% do seu capital total, na data base dessas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de novembro de 2023, a CEEE-G realizou o leilão da OPA para aquisição de até 100% (cem por cento) das ações objeto da oferta, para fins de conversão de registro de companhia aberta de categoria "A" para categoria "B". No referido leilão, a Companhia adquiriu 1.271 (mil duzentas e setenta e uma) ações ordinárias e 338 (trezentos e trinta e oito) ações preferenciais de emissão própria, representativas de 0,017% do seu capital social total, a um preço por ação de R$ 116,33 (cento e dezesseis reais e trinta e três centavos), totalizando o valor de R$ 187.174,97 (cento e oitenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), com liquidação financeira efetuada em 24 de novembro de 2023. O êxito da Oferta culminou na conversão de registro de categoria "A" para categoria "B", deferida pela CVM no dia 25 de janeiro de 2024. Em continuidade aos procedimentos da OPA, em 21 de fevereiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o resgate e cancelamento de 98.375 (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco) ações sendo, 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A. A CEEE-G tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica. A Companhia ciente das suas obrigações de curto prazo está avaliando todas as opções disponíveis. A Controladora do Grupo CSN é garantidora de todas as obrigações da sua controlada indireta CEEE-G.

1.1. Das Concessões e demais ativos

1.1.1. Concessão de Geração

Em 18 de novembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 004/2022, novo contrato de Concessão da Companhia, sob o regime de produtor independente de energia elétrica, que passou a regular a partir desta data a exploração dos potenciais hidráulicos já detidos pela Companhia, originalmente regulados pelo Contrato de Concessão nº 025/2000, que foi encerrado. Para este novo contrato passaram a valer também novos valores para as Garantias Físicas das usinas, parâmetro que define o máximo montante de energia que a Companhia pode negociar. A tabela a seguir apresenta os principais parâmetros das usinas da CEEE-G e inclui as Centrais Geradoras de capacidade reduzida (CGHs) Toca e Ivaí, que não estão abrangidas pelo Contrato de Concessão.

Usinas	Tipo	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Prazo Final da Concessão
Itaúba	UHE	512,4	176,10	18/11/2052
Jacuí	UHE	180	112,60	18/11/2052
Passo Real	UHE	158	67,60	18/11/2052
Canastra	UHE	44,8	24,40	18/11/2052
Bugres	UHE	17,67 [1]	8,80	18/11/2052
Ernestina	PCH	4,96	2,71	18/11/2052
Capigui	PCH	4,47	2,44	18/11/2052
Guarita	PCH	1,76	0,37	18/11/2052
Santa Rosa	PCH	1,58	0,42	18/11/2052
Herval	PCH	1,52	0,26	18/11/2052
Passo do Inferno	PCH	1,49	0,49	18/11/2052
Forquilha	PCH	1,118	0,32	18/11/2052
Ijuizinho	PCH	1,114	0,59	18/11/2052
Toca	CGH	1,122	0,33	Indeterminado
Ivaí	CGH	0,720	0,44	Indeterminado
Total		**920,070**	**398,17**	

[1] Considera a Potência Instalada de ampliação da usina, autorizada nos termos da Resolução ANEEL nº 397, de 12 de agosto de 2003, e suas alterações supervenientes.

Vinculadas ao novo contrato, foram estabelecidas também novas obrigações para a Companhia, com destaque para a necessidade do pagamento para a União do chamado Bônus de Outorga. Isso ocorreu na data de 28 de dezembro de 2022, em um montante total de R$ 2.051.016.278,51 (dois bilhões, cinquenta e um milhões, dezesseis mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos). Também passou a existir a obrigação de recolhimento a partir do 13º mês do Contrato de encargo pelo Uso do Bem Público (UBP), correspondente a 2,5% da receita auferida pela Companhia nos doze meses anteriores ao pagamento. Esses pagamentos ao Poder Concedente tiveram início em dezembro de 2023 e as liquidações serão realizadas em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

Em 28 de março de 2023, a Companhia foi autorizada pela ANEEL a prosseguir com a transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas UHE Itaúba e UHE Passo Real, para o Consórcio Itaúba Energia e o Consórcio Passo Real Energia, respectivamente, formados por empresas do grupo econômico de seu controlador: Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, CSN Cimentos Brasil S.A., Elizabeth Cimentos S.A., CSN Mineração S.A e Minérios Nacional S.A.

A transferência das concessões, tem como objetivo o suprimento de energia elétrica para os negócios do grupo, sob o regime de autoprodução, atingindo a autossuficiência de energia elétrica para as respectivas Unidades Consumidoras. Para tanto, a Companhia celebrou com o Consórcio Itaúba Energia e Consórcio Passo Real Energia, contratos de arrendamento das instalações das usinas de Itaúba e Passo Real, além de contratos de prestação de serviços de operação, manutenção e administração dos respectivos ativos, com vigência de 15 anos contados a partir de 01 de abril de 2023.

A Companhia classifica as operações decorrentes desses contratos como arrendamentos operacionais, de acordo com o CPC 06(R2) - Operações de arrendamentos, pois mantém sob sua responsabilidade o controle e as operações das usinas, reconhecendo mensalmente as receitas e custos mensurados no resultado operacional.

Os contratos de arrendamento visam assegurar à Companhia a rentabilidade esperada com a comercialização da energia gerada pelas respectivas usinas. Os valores contratuais foram mensurados considerando os preços praticados no mercado livre de energia, avaliando contratos de energia de longo prazo, além dos custos previstos e obrigações incorridas por transferir a concessão.

1.1.2. UHE Dona Francisca e UHE Machadinho

Para além da exploração do Contrato de Concessão nº 025/2000, que foi encerrado, e do novo Contrato de Concessão nº 004/2022, a CEEE-G também participa do Consórcio Dona Francisca, regrado pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 188/1998.

O Consórcio Dona Francisca é responsável pela exploração da UHE Dona Francisca, localizada no rio Jacuí, no estado do Rio Grande do Sul, com uma potência instalada de 125 MW e uma garantia física de 72,5 MW médios. A cota parte da CEEE-G no Consórcio é de 15%, o que implica neste mesmo percentual de custos e encargos sob responsabilidade da Companhia. A exceção é o custo do risco hidrológico, usualmente denominado de GSF (Generation Scaling Factor), arcado integralmente pela CEEE-G. Conforme previsto no Contrato de Constituição do Consórcio, de forma independente da garantia física real da usina, a Companhia é responsável pelo repasse da parcela de energia na participação dos demais integrantes do consórcio (85%) sobre o montante 80 MW médios (equivalente a 68 MW médios). Esta sistemática permanecerá vigente até 28/08/2033, data em que se inicia o prazo de extensão da concessão da usina, nos termos da repactuação do risco hidrológico instituída pela Lei Federal 14.052/2020. A partir desta data, os consorciados acordaram a repartição do GSF de forma proporcional às participações no Consórcio até o final da concessão, em 21/09/2037.

Ainda, a Companhia possuía participação no Consórcio Machadinho, regulado pelo Contrato de Concessão DNAEE nº 009/1997.

O Consórcio Machadinho é responsável pela exploração da UHE Machadinho, localizada no rio Uruguai, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma potência instalada de 1.140 MW e uma garantia física de 519,8 MW médios. A cota parte da CEEE-G no Consórcio era de 5,53%, o que implicava neste mesmo percentual de custos e encargos do empreendimento sob sua responsabilidade. Também nesse caso, o custo com o risco hidrológico constituía uma exceção nesta relação. Todavia, neste caso, a CEEE-G recebia a energia proporcional a sua participação no empreendimento vinculada ao montante fixo de 473 MW médios, sem qualquer incidência de risco hidrológico, resultando no valor de 26,16 MW médios.

Conforme previsto no item 5.54 do Edital de Privatização do Edital de Leilão nº 01/2022 e nos termos do contrato de constituição do Consórcio Machadinho, os demais consorciados exerceram o seu direito de preferência para aquisição da totalidade da participação da CEEE-G. A alienação da participação da CEEE-G no Consórcio Machadinho ocorreu após as Partes concordarem com todos os termos e condições dos documentos definitivos da transação e as condições usuais para o fechamento.

Nesse sentido, a Companhia firmou Contrato de Alienação de Participação no Consórcio e Outras Avenças com as empresas ENGIE Brasil Energia S.A., CBA Machadinho Geração de Energia Ltda., ALCOA Alumínio S.A., VALE S.A., VOTORANTIM Cimentos Machadinho Energia Ltda. e DME Distribuição S.A. – DMED, cujo objeto é alienação da totalidade de sua participação consorcial no Consórcio Machadinho.

Nos termos e condições do contrato avençado, a efetivação do Fechamento da operação foi condicionada ao cumprimento de Condição Precedente, ficando o Fechamento sujeito à obtenção, pelas Partes, de aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a realização da Operação, a qual foi deferida em agosto de 2023. O Fechamento da operação foi realizado em 29/09/2023 (vide notas explicativas 15 e 32.2).

Usinas	Tipo	Potência Instalada (MW) Contrato de Concessão	Participação da CEEE-G	Garantia Física (MWm)	Garantia Física CEEE-G (MWm)	Prazo Final da Concessão
Dona Francisca	UHE	125,00	15,00%	72,50	4,50 [1]	21/09/2037

[1] Até 28/08/2033. Após essa data, o montante passa para 10,88 MW médios.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

continua

continuação

As Demonstrações Financeiras compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), isso porque as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações Financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem da norma IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, uma vez que passou a ser permitida a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures. Essas Demonstrações Financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas simultaneamente, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia optou por apresentar as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Isso foi possível porque não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da Controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Da mesma forma, também não há diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, permitindo essa apresentação conjunta.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis no Brasil inerentes a companhias abertas. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de março de 2025.

2.1.1. Base de Mensuração

As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção, quando aplicável, dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

2.1.2. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As demonstrações são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.1.3. Resultado por Ação

Quando aplicável, não há diferença entre o resultado por ação, em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

2.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Demonstrações Financeiras.

Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e na experiência da Administração, estando suportadas pela melhor informação disponível na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alteram. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos casos em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil, a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. Assim, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias, Permissionárias e Partes Relacionadas.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicáveis, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, a partir da avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas, quando aplicáveis, são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles estimados e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente, a Companhia revisa as estimativas do lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que o estimado pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Contratual

Quando aplicável, a taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos ativos de contrato, por considerar os riscos e os prêmios específicos do negócio.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia, quando aplicável, utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Para ativos e passivos financeiros não ativos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados considerando a vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Ativo Intangível

A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, relacionados a softwares e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para esses ativos, e àqueles relacionados a direitos de exploração da geração de energia elétrica com base no prazo do contrato de concessão. A estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

2.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras da CEEE-G contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-G.

	% de Participação em 31/12/2024	% de Participação em 31/12/2023
Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e do resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

3.1. Ativos e Passivos Financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiverem origem.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, tem prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

3.3. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis quando aplicável e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente, de acordo com a materialidade, a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques são reconhecidas como despesa do exercício em que a redução ou a perda ocorrerem.

3.5. Bens e Direitos Destinados à Alienação

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados, como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

3.6. Investimentos

3.6.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são controladas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da controladora, e consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

3.6.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture).

A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 (vinte) e 50 (cinquenta) por cento do capital votante de outra entidade ou a tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada.

3.6.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - Goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza, assim como os valores atinentes à outorga das usinas da Companhia, nos termos da nota explicativa nº 16.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eventualmente eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

3.9.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores, anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

3.9.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.10. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis, quando aplicáveis, são reconhecidos como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

3.11. Valor Justo

I. Ativo Contratual: quando aplicável, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura e serviço de concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

II. Outros Ativos e Passivos Financeiros: quando aplicável, o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

III. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: quando aplicável, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

3.12. Provisão para Contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

3.13. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais são corrigidos, quando aplicáveis, com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições correntes e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data fim do exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras e que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

Impostos e contribuições diferidas ativas são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.15. Provisão para Benefícios a Empregados

Quando aplicável, as obrigações futuras, estimadas anualmente com base em avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, dentro dos parâmetros contidos na nota explicativa nº 21.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação. O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas Demonstrações Financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver. Toda e qualquer obrigação com característica de benefício pós-emprego é registrada à luz do conteúdo descrito na nota explicativa nº 21.

3.16. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores, quando mensuráveis com razoabilidade, são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.17. Reconhecimento da Receita

3.17.1. Receita da Geração

A receita de geração e comercialização de energia é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados no ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia ou negociações bilaterais. Estes contratos provêem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia, por um determinado período, bem como estabelecem as condições de preço e de reajuste. Eventuais montantes de energia não comercializados via contratos acabam sendo liquidados no Mercado de Curto Prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo estes valorados pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, também compondo a Receita da Geração.

3.17.2. Receita de Arrendamentos e O&M

A receita de arrendamentos e O&M é reconhecida mensalmente com base nos contratos de arrendamentos das usinas de Itaúba e Passo Real, bem como nos contratos de serviços de operação e manutenção dessas usinas, firmados com o Consórcio Itaúba - Energia e o Consórcio Passo Real - Energia, cujos valores foram fixados em tais contratos.

3.17.3. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

3.18. Despesa Financeira

A despesa financeira referente à atualizações dos empréstimos e financiamentos é reconhecida com base nos contratos que regem as obrigações firmadas e se relaciona principalmente com a operação de captação de debêntures, além das atualizações monetárias originárias de obrigações setoriais.

3.19. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 28.

3.20. Questões Ambientais

Quando aplicável, a Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores à entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorrerem. Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA.

3.21. Adoção dos novos requisitos, normas, alterações e interpretações

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram:

- Alteração ao IFRS 16 - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback;
- Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como "Circulante" ou "Não Circulante";
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação às alterações supracitadas, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas, com exceção às alterações ao IAS 7 e IFRS 7, fruto da adição dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado (tratando-se também por "forfaiting" no decorrer do relatório, em sua nota 15 a. Fornecedores - Risco Sacado e Forfaiting).

Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos:

IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes à sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos à entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

IFRS S2 - Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos riscos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

Alteração na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabelece requisitos à mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada;

Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 - Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros, além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada.

Melhorias anuais ao IFRS - Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

i) **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro**: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;

ii) **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros**: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;

iii) **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**: As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros;

iv) **IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas**: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;

v) **IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e conforme com outras demonstrações. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027;

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e entende que, com base na relação supracitada, os requisitos, normas, alterações e interpretações que apresentarão impacto significativo e material nas demonstrações financeiras subsequentes serão as adoções do IFRS S1, IFRS S2, IFRS 18 e IFRS 19. As principais expectativas em relação às adoções mencionadas são a mensuração e reconhecimento dos itens pertencentes ao IFRS S1 e S2 relacionados à sustentabilidade e clima, a nova apresentação da Demonstração do resultado e informações adicionais relacionadas às subsidiárias, para enquadramento ao IFRS 19.

3.22. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Numerário Disponível	189	1.040	322	1.450
Aplicações Financ. de Liq. Imediata	693.227	782.965	699.227	782.965
	693.416	784.005	699.549	784.415

4.1. Numerário Disponível

O valor de R$ 189 (R$ 1.040, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R$ 322 (R$ 1.450, em 31 de dezembro de 2023) no consolidado refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

4.2. Aplicações Financeiras

O valor de R$ 699.227 (R$ 782.965, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R$ 693.227 (R$ 782.965, em 31 de dezembro de 2023) no consolidado refere-se predominantemente à aplicação no Banco do Brasil remunerada pela taxa CDI, com liquidez imediata.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de Energia	10.984	10.038	10.984	10.038
Energia de Curto Prazo - CCEE	2.022	1.232	2.022	1.232
Títulos de Crédito a Receber	2.454	2.567	2.454	2.567
	15.460	13.837	15.460	13.837

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS a Compensar	170	173	170	173
IRPJ e CSLL a Compensar	41.829	17.831	41.862	17.834
Outros	1.986	1.303	2.050	1.368
	43.985	19.307	44.082	19.375
Circulante	**43.985**	**19.306**	**44.082**	**19.374**
Não circulante	-	1	-	1

7. ESTOQUES

O saldo de R$ 3.413 (R$ 3.464, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio.

8. ATIVO FINANCEIRO SETORIAL

Em abril de 2023, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedeu a recontabilização dos Valores de Encargos e Contribuições (VIC) a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas comprometidas com Contratos de Cota de Garantia Física (CCGFs) outorgados à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica — CEEE-G. Os valores calculados e atualizados pela CCEE resultaram no montante de R$ 57.422 a serem creditados à CEEE-G pela CCEE em parcelas a serem realizadas no período de abril a dezembro de 2023. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 refere-se à diferença entre o montante a receber apurado pela Companhia e o valor efetivamente liquidado pela CCEE. A CEEE-G procedeu questionamento à CCEE que após esclarecimentos entendeu o processo de liquidação encerrado, assim, a Companhia procedeu a baixa do montante residual.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recontabilização	57.422	57.422	57.422	57.422
Atualização	476	476	476	476
Parcelas recebidas	(57.800)	(57.800)	(57.800)	(57.800)
Baixa de recontabilização	(98)	-	(98)	-
Saldo a Receber	-	**98**	-	**98**
Circulante	-	**98**	-	**98**
Não Circulante	-	-	-	-

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.295	1.240	1.295	1.240
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	2.247	3.804	2.247	3.804
Serviços Prestados/Aluguéis	778	4.991	778	4.991
Termo de Acordo GSF Dfesa	16.641	30.906	16.641	30.906
Contas a Receber	10.097	9.562	10.483	9.967
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.546)	(14.102)	(14.546)	(14.102)
Total Outros Créditos	**16.512**	**36.401**	**16.898**	**36.806**
Circulante	**14.186**	**19.804**	**14.188**	**19.805**
Não circulante	**2.326**	**16.597**	**2.710**	**17.001**

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O valor de R$ 1.295 (R$ 1.240 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico na Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL (vide nota explicativa nº 23.a).

9.2. Termo de Acordo GSF DFESA - Repactuação Risco Hidrológico Usina de Dona Francisca

Em 08 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a repactuação do risco hidrológico da UHE Dona Francisca, conforme Resolução Autorizativa nº 11.102. Neste sentido, ocorreu o deferimento da extensão da Concessão da Usina em 1.485 dias, passando o final da outorga de 28/02/2033 para 23/03/2037. Superada essa etapa, passou a produzir eficácia o Termo de Acordo firmado entre a CEEE-G e Dona Francisca Energética S.A - DFESA, contrato que redistribui os riscos do Gerador, com a garantia física da Usina, do risco hidrológico e do risco de engenharia na proporção da participação de Dona Francisca (85%) e CEEE-G (15%) no empreendimento, vide nota explicativa nº 1.1.2. Diante desta redistribuição, a DFESA pagará à CEEE-G a quantia de R$ 57.056, em 48 parcelas, a serem adimplidas, a partir do mês de março de 2022, com atualização do crédito por 100% do CDI, já tendo sido recebidas 34 (trinta e quatro) parcelas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Termo de Acordo	57.056	57.056	57.056	57.056
Atualização	14.221	11.696	14.221	11.696
Parcelas recebidas	(54.636)	(37.846)	(54.636)	(37.846)
Saldo a Receber	**16.641**	**30.906**	**16.641**	**30.906**
Circulante	**14.264**	**14.264**	**14.264**	**14.264**
Não Circulante	**2.377**	**16.642**	**2.377**	**16.642**

9.3. Contas a Receber

O valor de R$ 10.097 (R$ 9.562, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R$ 10.483 (R$ 9.967, em 31 de dezembro de 2023) no consolidado refere-se predominantemente a créditos detidos contra a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisão da então denominada CEEE-GT (vide nota explicativa nº 27.1).

9.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R$ 14.546 (R$ 14.102, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado refere-se principalmente a provisão para perdas decorrentes das transações de ressarcimento com a CEEE-T, havendo ainda saldos de outros devedores.

10. DIVIDENDOS A RECEBER

O valor de R$ 74.050 (R$ 78.431, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado refere-se a dividendos declarados pelas investidas.

	Controladora/Consolidado			
	31/12/2023	Constituídos /Revertidos	Recebidos	31/12/2024
Ceran	76.265	(4.381)	-	71.884
Chapecoense	-	31.683	(31.683)	-
Pampeiros	915	-	-	915
Ventos da Lagoa	705	-	-	705
Ventos do Litoral	529	-	-	529
Ventos dos Índios	17	-	-	17
Ventos do Sul	-	4.308	(4.308)	-
	78.431	31.610	(35.991)	74.050

11. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

O valor de R$ 13.289 (R$ 12.787 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado refere-se predominantemente a créditos das operações de arrendamentos das instalações das usinas Itaúba e Passo Real oriundas dos contratos firmados pela Companhia com o Consórcio Itaúba - Energia e com o Consórcio Passo Real - Energia (vide nota explicativa 1.1.1).

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais	13.532	37.165	13.552	37.185
Depósitos Judiciais Vinculados	143.641	28.668	143.641	28.668
	157.173	65.833	157.193	65.853

O valor de R$ 13.532 (R$ 37.165, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R$ 13.552 (R$ 37.185, em 31 de dezembro de 2023) no consolidado refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. O valor de R$ 143.641 (R$ 28.668, em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado refere-se aos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências passivas classificadas como perda provável.

O incremento em 2024 refere-se principalmente a depósito judicial vinculado ao processo movido pela TERMOCAMBARA? (vide nota explicativa 22.3.2).

continua

Eufrázio

continuação

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

13.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos, especialmente no tocante ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, considerando a legislação fiscal nacional e as normas societárias aplicáveis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, o ativo fiscal diferido é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras.

13.1.1. Tributos Diferidos Líquidos

Tributos Diferidos	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Diferenças Temporárias Tributáveis	(6.419)	(12.034)
Diferenças Temporárias Dedutíveis	145.412	81.530
Saldo Contábil Líquido	**138.993**	**69.496**

13.1.2. Diferenças Temporárias Tributáveis

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as diferenças temporárias tributáveis foi calculado à alíquota de 34%, nos termos da legislação tributária.

O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2024, R$ 6.419 (R$ 12.034 em 31 de dezembro de 2023).

Diferenças Temporárias Tributáveis	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Reconhecimento do Custo Atribuído	2.237	4.350
Termo de Acordo GSF DFESA	16.642	30.936
Ativo Financeiro Setorial (VIC)	-	98
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	**18.879**	**35.384**
IR/CS Reconhecimento do Custo Atribuído	761	1.483
IR/CS Termo de Acordo GSF DFESA	5.658	10.518
IR/CS Ativo Financeiro Setorial (VIC)	-	33
Total do Passivo Fiscal Diferido (IR/CS Alíquota 34%)	**6.419**	**12.034**

13.1.3. Diferenças Temporárias Dedutíveis

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-G. O valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-G totaliza, em 31 de dezembro de 2024, R$ 145.412 (R$ 81.530 em 31 de dezembro de 2023).

Créditos Tributários	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos Fiscais/Bases Negativas	142.770	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	117.415	94.815
Provisão para Contingências Cíveis	129.368	113.919
Provisão para Contingências Fiscais	23	251
Provisão para Contingências Ambientais	7.212	6.321
Provisão para Contingências Previdenciárias	14.546	-
Outras Diferenças Temporárias	9.338	24.447
Direitos de Uso - IFRS 16 - CPC 06	6.950	-
Total das Diferenças Temporárias	**427.622**	**239.753**
IR/CS Prejuízos Fiscais/Bases Negativas	48.542	-
IR/CS Provisão para Contingências Trabalhistas	39.921	32.237
IR/CS Provisão para Contingências Cíveis	43.985	38.733
IR/CS Provisão para Contingências Fiscais	8	85
IR/CS Provisão para Contingências Ambientais	2.452	2.149
IR/CS Provisão para Contingências Previdenciárias	4.946	-
IR/CS Outras Diferenças Temporárias	3.175	8.312
IR/CS Direitos de Uso - IFRS 16/CPC 06	2.363	-
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias (IR/CS Alíquota 34%)	**145.412**	**81.530**

13.1.4. Estimativas de Liquidação dos Tributos Diferidos

A Administração estima a realização do ativo fiscal diferido nos exercícios futuros.

ANO CALENDÁRIO	ATIVO	PASSIVO	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Exercício de 2024	-	-	-	(6.496)
Exercício de 2025	-	4.985	(4.985)	(4.850)
Exercício de 2026	-	943	(943)	10.938
Exercício de 2027	-	135	(135)	13.646
Exercício de 2028	1.388	135	1.253	16.925
Exercício de 2029	11.473	135	11.338	22.115
A partir do Exercício de 2030	132.551	86	132.465	12.056
Total	**145.412**	**6.419**	**138.993**	**69.496**

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Controladas - incluídas no consolidado	616	(5.729)	-	-
Coligadas - não consolidadas	146.665	165.662	146.665	165.662
Outros investimentos	220	231	220	231
	147.501	160.164	146.885	165.893
Propriedade para investimento	47	-	47	-
Total Investimentos e participações societárias	**147.548**	**160.164**	**146.932**	**165.893**

14.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-G estão classificados nos seguintes segmentos de negócio:

14.2.1. Controladas

14.2.1.1. Complexo Eólico Povo Novo

O Complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande - RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 52,5 MW.

Em 05 de fevereiro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou Despacho nº 276, habilitando as vencedoras do Leilão nº 05/2013, referente a empreendimentos de energia eólica. A cindida CEEE-GT participou dos 3 consórcios vencedores, relativos ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira: formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira, cuja potência instalada é de 23,1 MW.
- Consórcio Povo Novo: formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo, cuja potência instalada é de 8,4 MW.
- Consórcio Fazenda Vera Cruz: formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Fazenda Vera Cruz, cuja potência instalada é de 21 MW.

Em 26 de fevereiro de 2014, foram constituídas as sociedades Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A. O capital social originalmente subscrito em cada empresa foi de R$ 10, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

Em 2021, foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R$ 1.352 em Ventos de Povo Novo, R$ 2.966 em Ventos de Curupira e R$ 2.786 em Ventos de Vera Cruz, restando um montante de R$ 873 em Ventos de Povo Novo, R$ 1.487 em Ventos de Curupira e R$ 1.181 em Ventos de Vera Cruz.

Em 2022, foram efetuados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R$ 561 em Ventos de Povo Novo, R$ 1.134 em Ventos de Curupira e R$ 731 em Ventos de Vera Cruz.

Em 2023, foram efetuados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R$ 157 em Ventos de Povo Novo, R$ 386 em Ventos de Curupira e R$ 117 em Ventos de Vera Cruz.

Em 2024, foi efetuado adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$ 39 em Ventos de Curupira.

Em junho de 2024, foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R$ 1.590 em Ventos de Povo Novo, R$ 3.029 em Ventos de Curupira e R$ 2.027 em Ventos de Vera Cruz.

Em abril de 2024, foram publicados pela ANEEL os Despachos nº 1077, 1228 e 1094/2024, com a penalidade de revogação das outorgas de autorizações para implantação e exploração das centrais eólicas Povo Novo, Curupira e Fazenda Vera Cruz ("Complexo Eólico Povo Novo"), em decorrência do atraso na implantação dos empreendimentos. Após recurso administrativo das Sociedades contra a imposição da penalidade, a ANEEL indeferiu o pleito e manteve a revogação das outorgas, conforme Despacho nº 3.156/2024, de 22/10/2024. Dessa maneira, foi definitivamente revogada na esfera administrativa a necessária autorização para implantação do Complexo Eólico Povo Novo, o que deve resultar no encerramento do projeto.

14.2.2. Coligadas

Os investimentos são avaliados por equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração das investidas e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

Em março de 2023 a CEEE-G alienou a totalidade de suas participações societárias nas companhias: i) Parques Eólicos Palmares S.A; ii) Ventos da Lagoa Energia S.A; iii) Ventos do Litoral Energia S.A e iv) Ventos dos Índios Energia S.A., nos termos do Edital de Leilão nº 01/2022. O valor da operação foi efetivado pela importância de R$ 53.669, resultando em um ganho na alienação do investimento de R$ 10.102 (vide nota explicativa nº 33.2).

Em outubro de 2024 a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária na companhia Ventos do Sul Energia S.A. O valor da operação foi efetivado pela importância de R$ 39.809, resultando em um ganho na alienação do investimento de R$ 8.451 (vide nota explicativa 34.1).

14.2.2.1. Chapecoense Geração S.A.

Em 01 de março de 2007, a cindida Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A (FCE), sociedade de propósito específicas (SPE) com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão da UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL, 51%; CEEE-GT, 9%; e Chapecoense, 40%. Posteriormente ocorreram modificações no quadro societário da investida, todavia, mantendo-se o percentual de participação da Companhia em 9%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores. Em março de 2011, passou a operar com sua capacidade máxima.

14.2.2.2. Jaguari Energética S.A.

Refere-se à participação da Companhia na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da cindida CEEE-GT reduziu de 30% para 14,19%. Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a cindida CEEE-GT não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da Empresa, reduzindo sua participação para 10,5%, percentual atual de participação da CEEE-G.

14.2.2.3. Companhia Energética Rio das Antas (CERAN)

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas (CERAN), para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos, nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, que somam potência instalada correspondente a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e, em 29 de fevereiro de 2005, entrou em operação a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 07 de abril de 2008, começou a operar a segunda unidade geradora e, em 06 de junho de 2008, a terceira. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e, em 17 de março de 2009, com a segunda unidade geradora.

14.3. Demonstrações Financeiras das Investidas

	31/12/2024 Lote de Mil ações ou quotas	31/12/2024 Participação (%)	31/12/2023 Lote de Mil ações ou quotas	31/12/2023 Participação (%)
Controladas				
Ventos de Curupira	65.177	99,99%	61.986	99,99%
Ventos de Povo Novo	29.064	99,99%	27.622	99,99%
Ventos de Vera Cruz	71.072	99,99%	69.223	99,99%
Coligadas				
Chapecoense	254.509	9,00%	254.509	9,00%
Jaguari	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Ceran	283.808	30,00%	283.808	30,00%
Ventos do Sul	-	-	954	10,00%

14.3.1. Demonstrações Financeiras das Controladas e Coligadas

	31/12/2024 Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	31/12/2023 Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas						
Ventos de Curupira	64.922	486	(371)	61.736	(2.329)	(359)
Ventos de Povo Novo	29.062	193	(25)	27.473	(1.371)	(145)
Ventos de Vera Cruz	71.072	(63)	(62)	69.044	(2.029)	(86)
	165.056	**616**	**(458)**	**158.253**	**(5.729)**	**(590)**
Coligadas						
Chapecoense	254.509	671.754	485.343	254.509	538.443	487.052
Jaguari	17.680	27.176	938	17.680	26.559	2.030
Ceran	283.809	245.093	(33.047)	283.808	230.974	(7.437)
Ventos do Sul	-	-	-	35.548	55.873	76.598
	555.998	**944.023**	**453.239**	**591.545**	**921.854**	**558.252**

14.4. Movimentação dos investimentos

Controladora	Saldos em 31/12/2023	Aumento de Capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Alienação de Investimentos	Resultado na Alienação	Outros	Saldos em 31/12/2024
Controladas								
Ventos de Curupira	(2.329)	3.186	-	(371)	-	-	-	486
Ventos de Povo Novo	(1.371)	1.589	-	(25)	-	-	-	193
Ventos de Vera Cruz	(2.029)	2.028	-	(62)	-	-	-	(63)
Coligadas	-							-
Chapecoense	51.375	-	(31.683)	40.766	-	-	-	60.458
Jaguari	2.565	-	-	192	-	-	9	2.766
Ceran	82.913	-	4.381	(3.853)	-	-	-	83.441
Ventos do Sul	10.635	-	(4.308)	6.857	(39.809)	26.625		-
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	(18.174)	-	-
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	-	(11)	220
	160.164	**6.803**	**(31.610)**	**43.504**	**(39.809)**	**8.451**	**(2)**	**147.501**

Controladora	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial	Provisão Dividendos	Alienação Investimento	Resultado da Alienação	Saldos em 31/12/2023
Controladas						
Ventos de Curupira	(1.969)	(360)	-	-	-	(2.329)
Ventos de Povo Novo	(1.226)	(145)	-	-	-	(1.371)
Ventos de Vera Cruz	(1.943)	(86)	-	-	-	(2.029)
Coligadas						
Chapecoense	57.067	44.138	(49.830)	-	-	51.375
Jaguari	2.266	299	-	-	-	2.565
Ceran	89.523	(2.230)	(4.380)	-	-	82.913
Palmares	12.987	314	-	(15.695)	2.394	-
Ventos da Lagoa	10.653	261	-	(14.853)	3.939	-
Ventos do Litoral	11.174	183	-	(14.012)	2.655	-
Ventos do Sul	4.392	8.809	(2.566)	-	-	10.635
Ventos dos Índios	8.037	(42)	-	(9.109)	1.114	-
Ágio Parques Eólicos	974	(974)	-	-	-	-
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	231
	210.340	**50.167**	**(56.776)**	**(53.669)**	**10.102**	**160.164**

Consolidado	Saldos em 31/12/2023	Aumento do Capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Alienação de Investimentos	Resultado na Alienação	Outros	Saldos em 31/12/2024
Coligadas								
Chapecoense	51.375	-	(31.683)	40.766	-	-	-	60.458
Jaguari	2.565	-	-	197	-	-	9	2.766
Ceran	82.913	-	4.381	(3.853)	-	-	-	83.441
Ventos do Sul	10.635	-	(4.308)	6.857	(39.809)	26.625	-	-
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	(18.174)	-	-
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	-	(11)	220
	165.893	**-**	**(31.610)**	**43.962**	**(39.809)**	**8.451**	**(2)**	**146.885**

Consolidado – Coligadas	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial	Provisão Dividendos	Alienação Investimento	Resultado da Alienação	Saldos em 31/12/2023
Chapecoense	57.067	44.138	(49.830)	-	-	51.375
Jaguari	2.266	299	-	-	-	2.565
Ceran	89.523	(2.230)	(4.380)	-	-	82.913
Palmares	12.987	314	-	(15.695)	2.394	-
Ventos da Lagoa	10.653	261	-	(14.853)	3.939	-
Ventos do Litoral	11.174	183	-	(14.012)	2.655	-
Ventos do Sul	4.392	8.809	(2.566)	-	-	10.635
Ventos dos Índios	8.037	(42)	-	(9.109)	1.114	-
Ágio Parques Eólicos	974	(974)	-	-	-	-
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	231
	215.478	**50.758**	**(56.776)**	**(53.669)**	**10.102**	**165.893**

14.5. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Ventos de Curupira S.A.	-	3.007
Ventos de Povo Novo S.A.	-	1.591
Ventos de Vera Cruz S.A.	-	2.029
	-	**6.627**

O saldo de R$ 6.627 em 31 de dezembro de 2023, acrescido do adiantamento para futuro aumento de capital, realizado em 2024, no valor de R$ 39 em Ventos de Curupira, totalizando o montante de R$ 6.666, foi integralizado ao capital no exercício de 2024.

15. IMOBILIZADO

Controladora	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Transferência entre grupos - BDUF e PPI	31/12/2024
Custo						
Barragens	572.051	-	-	1.474	-	573.525
Terrenos	13.068	-	-	-	34	13.102
Edificações	92.418	-	-	454	1.040	93.912
Máquinas e Equipamentos	409.423	-	(1)	22.415	9	431.846
Veículos	1.299	-	-	-	-	1.299
Móveis e Utensílios	790	-	-	-	-	790
Direito de uso	-	2.107	-	-	-	2.107
	1.089.049	2.107	(1)	24.343	1.083	1.116.581
Depreciação						
Barragens	(552.851)	(2.408)	-	-	-	(555.259)
Edificações	(92.278)	(17)	-	(391)	-	(92.686)
Máquinas e Equipamentos	(378.281)	(1.820)	-	(2)	(9)	(380.112)
Veículos	(1.299)	-	-	-	-	(1.299)
Móveis e Utensílios	(739)	(8)	-	-	-	(747)
Direito de uso	-	(263)	-	-	-	(263)
	(1.025.448)	(4.516)	-	(393)	(9)	(1.030.366)
Redução pelo valor da Indenização	(79.264)	-	-	-	-	(79.264)
Total do Imobilizado em Serviço	63.601	(2.409)	(1)	23.950	1.074	86.215
Total do Imobilizado em Curso	49.124	40.827	(3.077)	(23.950)	-	62.924
Total do Ativo Imobilizado	33.461	38.418	(3.078)	-	1.074	69.875

Controladora	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo				
Barragens	596.582	-	(24.531)	572.051
Terrenos	14.120	-	(1.052)	13.068
Edificações	98.151	-	(5.733)	92.418
Máquinas e Equipamentos	438.051	-	(28.628)	409.423
Veículos	1.306	-	(6)	1.299
Móveis e Utensílios	814	-	(25)	790
	1.149.024	-	(59.975)	1.089.049
Depreciação				
Barragens	(558.109)	(9.985)	15.242	(552.851)
Edificações	(95.792)	(135)	3.649	(92.278)
Máquinas e Equipamentos	(395.880)	(2.636)	20.235	(378.281)
Veículos	(1.304)	(1)	6	(1.299)
Móveis e Utensílios	(755)	(8)	25	(739)
	(1.051.840)	(12.765)	39.157	(1.025.448)
Redução pelo valor da Indenização	(79.264)	-	-	(79.264)
Total do Imobilizado em Serviço	97.184	(12.765)	(20.818)	63.601
Total do Imobilizado em Curso	35.263	13.823	(62)	49.124
Total do Ativo Imobilizado	53.183	1.158	(20.880)	33.461

Consolidado	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Transferência entre grupos - BDUF e PPI	31/12/2024
Custo						
Barragens	572.051	-	-	1.474	-	573.525
Terrenos	13.068	-	-	-	34	13.102
Edificações	92.418	-	-	454	1.040	93.912
Máquinas e Equipamentos	409.423	-	(1)	22.415	9	431.846
Veículos	1.300	-	-	-	-	1.300
Móveis e Utensílios	789	-	-	-	-	789
Direito de uso	-	2.107	-	-	-	2.107
	1.089.049	2.107	(1)	24.343	1.083	1.116.581
Depreciação						
Barragens	(552.852)	(2.408)	-	-	-	(555.260)
Edificações	(92.276)	(17)	-	(391)	-	(92.686)
Máquinas e Equipamentos	(378.281)	(1.820)	-	(2)	(9)	(380.112)
Veículos	(1.299)	-	-	-	-	(1.299)
Móveis e Utensílios	(739)	(8)	-	-	-	(747)
Direito de uso	-	(263)	-	-	-	(263)
	(1.025.447)	(4.516)	-	(393)	(9)	(1.030.365)
Redução pelo valor da Indenização	(79.264)	-	-	-	-	(79.264)
Total do Imobilizado em Serviço	63.601	(2.410)	(1)	23.950	1.074	86.215
Total do Imobilizado em Curso	49.173	40.827	(3.077)	(23.950)	-	62.973
Total do Ativo Imobilizado	33.510	38.418	(3.078)	-	1.074	69.924

Consolidado	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo				
Barragens	596.582	-	(24.531)	572.051
Terrenos	14.120	-	(1.052)	13.068
Edificações	98.151	-	(5.733)	92.418
Máquinas e Equipamentos	438.051	-	(28.628)	409.423
Veículos	1.306	-	(6)	1.300
Móveis e Utensílios	814	-	(25)	789
	1.149.024	-	(59.975)	1.089.049
Depreciação				
Barragens	(558.109)	(9.985)	15.242	(552.852)
Edificações	(95.792)	(135)	3.649	(92.278)
Máquinas e Equipamentos	(395.880)	(2.636)	20.235	(378.281)
Veículos	(1.305)	(1)	6	(1.299)
Móveis e Utensílios	(755)	(8)	25	(739)
	(1.051.840)	(12.765)	39.157	(1.025.448)
Redução pelo valor da Indenização	(79.264)	-	-	(79.264)
Total do Imobilizado em Serviço	97.184	(12.765)	(20.818)	63.600
Total do Imobilizado em Curso	35.312	13.923	(62)	49.173
Total do Ativo Imobilizado	53.232	1.158	(20.880)	33.510

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ITG 01/NBC TG 47, e bens do ativo imobilizado em curso. Face ao novo Contrato de Concessão firmado, com base no disposto na Nota Técnica nº 390/2021/ASSEC do Ministério de Minas e Energia (MME) e no Relatório de Cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) nº EPE-DEE-RE-041/2020-R1 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em outubro de 2022 a Companhia reconheceu provisão para redução pelo valor da indenização, da Usina de Itaúba, no montante de R$ 79,3 milhões. Adicionalmente, diante da alienação de sua participação consorcial no Consórcio Machadinho, em setembro de 2023 a Companhia reconheceu a baixa dos ativos relacionados a essa participação no montante de R$ 22,3 milhões.

Os valores relativos a transferências entre grupos BDUF e PPI, na controladora e no consolidado, referem-se à transferência de bens, ora classificados como Propriedade para Investimento (PPI) e Bens de Uso Futuro (BDUF), para natureza de ativo imobilizado.

16. INTANGÍVEL

Controladora	31/12/2022	Baixas	Amortizações	31/12/2023	Reconhecimento	Baixas	Amortizações	31/12/2024
Softwares	477	-	(40)	437	-	(420)	(17)	-
Concessão Contratual	2.045.315	-	(68.367)	1.976.952	-	-	(68.367)	1.908.585
Uso do Bem Público - UBP	48.615	(35.245)	(351)	13.013	914	-	(508)	13.419
	2.094.415	**(35.245)**	**(68.758)**	**1.990.402**	**914**	**(420)**	**(68.892)**	**1.922.004**

Consolidado	31/12/2022	Baixas	Amortizações	31/12/2023	Reconhecimento	Baixas	Amortizações	31/12/2024
Servidões	376	-	-	376	-	-	-	376
Softwares	477	-	(40)	437	-	(420)	(17)	-
Concessão Contratual	2.045.315	-	(68.367)	1.976.952	-	-	(68.367)	1.908.585
Uso do Bem Público - UBP	48.615	(35.245)	(351)	13.013	914	-	(508)	13.419
	2.094.793	**(35.245)**	**(68.758)**	**1.990.778**	**914**	**(420)**	**(68.892)**	**1.922.382**

O Ativo Intangível da Companhia é composto preponderantemente pelos valores referentes ao direito de exploração da concessão, bem como pelas aquisições de softwares, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

(a) Concessão Contratual e Uso do Bem Público (UBP):

Os valores referentes à Concessão Contratual e ao Uso do Bem Público referem-se ao direito de exploração da geração de energia elétrica pela Companhia, outorgado nos termos do Contrato de Concessão nº 004/2022.

A redução do valor do UBP em 31 de dezembro de 2023 tem origem principalmente na renegociação do encargo a pagar, face à redução da receita anual da Companhia, proveniente do direito de exploração da geração de energia elétrica, efeito natural dos desinvestimentos das instalações das usinas Itaúba e Passo Real, realizados pela Companhia com o Consórcio Itaúba - Energia e com o Consórcio Passo Real - Energia (vide nota explicativa 25).

A amortização desses valores foi calculada usando o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, com base no método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil- econômica remanescente em anos e pelo prazo da concessão, que se encerra em novembro de 2052.

17. FORNECEDORES

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Encargos de Uso da Rede	20.424	1.891	20.424	1.891
Materiais e Serviços	9.197	10.245	9.197	10.245
Retenção Contratual	-	81	-	81
Outros	7	1.214	31	1.238
	29.628	**13.430**	**29.652**	**13.454**

18. DEBÊNTURES

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Série Única	1.900.000	1.900.000	1.900.000	1.900.000
Encargo da Dívida	16.670	18.326	16.670	18.326
(-) Custo de Transação a Amortizar	-	(8.412)	-	(8.412)
	1.916.670	**1.909.914**	**1.916.670**	**1.909.914**

Em 06 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu, após aprovação na AGE realizada em 24 de novembro de 2022, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais), na quantidade de 1.900.000 (um milhão e novecentas mil), com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM. As Debêntures foram emitidas com prazo de vencimento de 02 (dois) anos, em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento, vencendo-se, portanto, em 06 de dezembro de 2024, à taxa de remuneração de DI + 2,35% a.a. base 252 D.U. Os recursos ingressaram no caixa da Companhia em 07 de dezembro de 2022, sendo aplicados no pagamento do valor do Bônus de Outorga, conforme detalhado nos documentos de emissão das debêntures. O pagamento da remuneração das Debêntures será realizado semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, até o dia 06 (seis) dos meses de junho e dezembro de cada ano. Em 04 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral, os Debenturistas aprovaram a prorrogação da data de vencimento das debêntures, passando a vencer em 06 de fevereiro de 2025, mantendo-se vigente as demais condições contratuais. Os eventos relativos às operações com debêntures ocorridos após o encerramento do exercício podem ser verificados nas notas explicativas de Eventos Subsequentes (vide nota explicativa 39).

18.1. Movimentação Debêntures

	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	**1.909.914**	**1.902.653**
Encargos financeiros provisionados	246.474	289.099
Amortizações do custo da transação	8.412	8.412
Encargos financeiros pagos	(248.130)	(290.250)
Saldo Final	**1.916.670**	**1.909.914**

• Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas Demonstrações Financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia encontrava-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes.

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Folha de Pagamento Líquida	-	1.408	-	1.408
Provisão para Férias, Gratificações e Encargos Sociais	4.921	4.396	4.921	4.396
Retenções sobre a Folha de Pagamento	254	1.255	254	1.255
Outros	120	46	120	46
	5.295	7.105	5.295	7.105

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Programas de Integração Social - PIS	498	528	498	529
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.314	3.527	2.314	3.527
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	274	81	274	81
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social - IR/CS	861	26	861	26
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	316	-	316
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.634	1.669	1.634	1.669
Outros	356	79	366	108
	5.937	6.226	5.947	6.256

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica (CEEE-GT) era Patrocinadora dos Planos de Benefício CEEEPrev e Plano Único junto à Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE. Em abril de 2021, por decisão de seu acionista controlador, a CEEE-GT passou por um processo de cisão parcial, que resultou na criação da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, restando as obrigações de benefício pós-emprego com característica de benefício definido alocadas substancialmente na CEEE-T.

A Companhia CEEE-G, considera como passivo o benefício pós-emprego à proporção dos participantes ativos da CEEE-G dos planos originalmente patrocinados pela cindida CEEE-GT até o momento da troca do controle acionário. Após esse marco, não há responsabilidade da CEEE-G pois nunca figurou como patrocinadora dos planos de previdência complementar.

A PREVIC já reconheceu, inclusive, que a CEEE-G não é patrocinadora dos planos previdenciários administrados pela Fundação Família Previdência, o que está alinhado com a Lei nº 15.298/2019 e o edital de leilão da CEEE-G.

Sendo assim, a CEEE-G assumiu a parte do déficit (valores passados) dos planos de previdência decorrentes da cisão e incorporação na parcela cindida não havendo, ressalte-se, solidariedade entre as Companhias.

Adicionalmente, informa que a Fundação CEEE move ação judicial em face da CEEE-D, CEEE-T e CEEE-G (5105455-78.2020.8.21.0001) objetivando impor a obrigação de patrocínio e custeio dos planos de benefícios previdenciários administrados pela entidade de previdência privada complementar Fundação Família Previdência. Abaixo é demonstrado os saldos reconhecidos no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Provisão Plano Único	-	388	-	388
Provisão Plano CEEEPREV	-	9.874	-	9.874
	-	**10.262**	-	**10.262**
Circulante	-	250	-	250
Não Circulante	-	10.012	-	10.012
	-	**10.262**	-	**10.262**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu a reversão dos valores passivos, tendo em vista o resultado do cálculo atuarial negativo, decorrente da diminuição das obrigações no valor presente devido ao aumento da taxa de desconto somado a evolução do patrimônio do plano sem nenhum ganho ou perda em relação ao ano anterior.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível, bem como em processos judiciais de natureza tributária e ambiental que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis e possíveis. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

continua

Eufrázio

continuação

	Controladora/Consolidado 31/12/2024				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
Riscos Prováveis	98.579	133.456	24	7.213	239.272
Riscos Possíveis	89.879	392.299	5.203	23.599	510.186
	188.458	525.755	5.227	30.812	749.458

	Controladora/Consolidado 31/12/2023				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
Riscos Prováveis	94.815	113.919	291	6.321	215.346
Riscos Possíveis	29.577	548.445	4.512	25	582.559
	124.392	662.364	4.803	6.346	797.905

22.1. Composição dos processos de riscos prováveis

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. Os detalhamentos dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Controladora/Consolidado 31/12/2024				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
Passivo circulante	1.302	45.273	-	-	46.575
Passivo não circulante	97.277	88.183	24	7.213	192.697
Total geral	**98.579**	**133.456**	**24**	**7.213**	**239.272**

	Controladora/Consolidado 31/12/2023				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante	2.581	586	291	-	3.458
Passivo não circulante	92.234	113.332	-	6.321	211.888
Total geral	**94.815**	**113.918**	**291**	**6.321**	**215.346**

22.2. Movimentação da Provisão para Contingência

	Controladora/Consolidado – Movimentação da Provisão para Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Previdenciárias	Total
(=) Saldo final dezembro/2022	**86.788**	**233.851**	**1.179**	-	-	**321.818**
(+) Novos ingressos	4.278	13.764	58	7.633	1.431	35.164
(-) Pagamentos	(2.772)	(566)	(346)	(34)	-	(3.718)
(-) Montantes Revertidos	(16.402)	(149.365)	(1.214)	(1.801)	(1.441)	(170.223)
(+) Atualização Monetária	20.913	11.555	414	523	10	33.415
(=) Saldo final Dezembro/2023	**94.815**	**113.819**	**291**	**6.321**	-	**215.346**
(+) Novos ingressos	14.033	45.291	-	263	-	59.587
(-) Pagamentos	(4.950)	(15.570)	(224)	(248)	-	(20.992)
(-) Montantes Revertidos	(11.922)	(31.219)	(57)	65	-	(43.132)
(+) Atualização Monetária	6.603	17.947	14	811	-	25.375
Honorário de Êxito	-	4.088	-	-	-	4.088
(=) Saldo final dezembro/2024	**98.579**	**133.456**	**24**	**7.213**	-	**239.272**

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	49.378	64.941	49.378	64.941
Cíveis	107.794	908	107.814	908
Previdenciárias	-	4	-	4
	157.172	**65.853**	**157.192**	**65.853**

O incremento em 2024 refere-se principalmente a depósito judicial de categoria cível, vinculado ao processo movido pela TERMOGAÚCHA.

22.3. Natureza das ações

22.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-G referem-se a horas extras, responsabilidade solidária/subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, plano de cargos e salários e outras.

22.3.2. Cíveis

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As principais matérias tratadas nessas ações judiciais referem-se a inadimplementos contratuais, danos morais, materiais e questões imobiliárias. No que tange ao contencioso cível, classificado como risco de desembolso provável, destaca-se a ação relacionada ao processo nº 2440311-28.2007.8.21.0001, movido pela TERMOGAÚCHA, em que se discutem obrigações societárias. O valor provisionado para o processo é de R$ 116.088 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 100.023 em 31 de dezembro de 2023), havendo ainda classificação de risco possível na importância de R$ 147.852, na mesma data.

Já entre os casos com classificação de risco possível, destacamos: as ações judiciais nº 5020898-26.2016.8.21.0001 e nº 5002217-39.2018.8.21.0001, movidas pela COPEN - Companhia de Petróleo Gás e Energia relativo a danos materiais e lucros cessantes, cujo valor estimado pelos assessores legais da Companhia para a lide é de aproximados R$ 237.294 (R$ 208.433 em 31 de dezembro de 2023) para ambos os processos.

22.3.3. Tributárias

O saldo provisionado de R$ 24 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 291 em 31 de dezembro de 2023) constitui-se de valores relativos a processos tributários.

23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Conta de Desenvolv. Energético - Quota da CDE	1.310	1.246	1.310	1.246
Recursos P&D	13.706	12.486	13.706	12.486
Recursos FNDCT	184	72	184	72
Recursos MME	92	36	92	36
	15.292	**13.840**	**15.292**	**13.840**
Não Circulante				
Recursos P&D	13.589	11.927	13.589	11.927
Provisão Comercialização Energia MAE/CCEE	80.026	75.110	80.026	75.110
	93.615	**87.037**	**93.615**	**87.037**
Circulante	**15.292**	**13.840**	**15.292**	**13.840**
Não Circulante	**93.615**	**87.037**	**93.615**	**87.037**
	108.907	**100.877**	**108.907**	**100.877**

a) Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D é um mecanismo legal mandatório de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as concessionárias de energia elétrica. É calculado com base na receita operacional líquida das empresas e resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento a Companhia destina anualmente 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada em 30 de setembro de 2024 no ativo circulante, perfaz o montante de R$ 1.295 (vide nota explicativa nº 9.1) e o saldo a realizar é de R$ 11.211 no passivo circulante e R$ 13.089 no passivo não circulante (R$ 12.448 e R$ 11.927, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, dos recursos restantes, 40% são pagos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

b) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Trata-se de provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia mantém esta obrigação reconhecida neste grupo enquanto tramitam ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica, que inicialmente estava prevista para novembro de 2002, remanescendo suspensos tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por solicitação da Companhia, elaborou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE, sendo atualizado conforme condições contratuais estipuladas na época. O montante atualizado perfaz a importância de R$ 80.026 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 75.110 em 31 de dezembro de 2023).

24. CONTAS A PAGAR

A Companhia firmou acordo com a empresa SACE SPA - SERVIZI ASSICURATIVI DEL COMMERCIO ESTERO, no âmbito da ação judicial nº 5006366-59.2010.8.21.0001, com a finalidade de extinguir de modo definitivo todas as obrigações discutidas e relacionadas à Ação Monitória em tela. O valor acordado monta a importância de R$ 43.372 em 31 de dezembro de 2024, com vencimento de duas parcelas em 2025, totalizando R$ 12.410, duas parcelas em 2026, e o saldo remanescente a partir de 2027.

25. USO DO BEM PÚBLICO

O encargo a título de Uso do Bem Público refere-se ao ônus da concessão, compromisso assumido com o Poder Concedente, decorrente do direito de exploração da geração de energia elétrica. O valor da obrigação será determinado com base na aplicação do percentual de 2,5% sobre a receita anual realizada da Companhia, conforme preconiza o Contrato de Concessão nº 004/2022-ANEEL-CEEE-G. Os pagamentos ao Poder Concedente tiveram início em dezembro de 2023, sendo a liquidação realizada em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Uso do Bem Público	15.289	18.153	15.288	18.153
(-) Ajuste a Valor Presente	(4.530)	(4.206)	(4.530)	(4.206)
	10.759	**13.947**	**10.758**	**13.947**
Circulante	**2.052**	**5.202**	**2.052**	**5.202**
Não Circulante	**8.707**	**8.745**	**8.707**	**8.745**

25.1. Movimentação Uso do Bem Público

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	13.947	48.747
Reconhecimento	914	-
(-) Montantes Revertidos	-	(35.245)
Realização de Ajuste a Valor Presente	724	860
(-) Pagamentos	(4.826)	(415)
Saldo Final	**10.759**	**13.947**

26. ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os passivos de arrendamento são apresentados abaixo:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos	2.181	-
AVP - Arrendamentos	(301)	-
	1.880	-
Classificado:		
Circulante	1.140	-
Não Circulante	740	-
	1.880	-

A Companhia possui contrato de arrendamento de frota de veículos leves. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa incremental de empréstimos - IBR em termos nominais.

A taxa empregada na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso no contrato celebrado no decorrer do exercício de 2024 com prazo de 2 anos é de 18,02% a.a.

A conciliação dos passivos de arrendamentos está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Novos arrendamentos	2.107	-
Pagamento	(312)	-
Juros apropriados	85	-
Saldo final líquido	**1.880**	-

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, tais em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2024 os pagamentos mínimos são os seguintes:

	Consolidado e Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	TOTAL
Arrendamentos	1.246	935	-	2.181
AVP - arrendamentos	(106)	(195)	-	(301)
	1.140	**740**	-	**1.880**

26.1. PIS e COFINS a Recuperar

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstra-se abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos	2.181	-
AVP - Arrendamentos	(301)	-
Potencial crédito PIS e COFINS	202	-
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(28)	-

27. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento Clientes	-	236	-	236
Provisão obras	-	1.449	-	1.449
Custas Processos Judiciais	16	63	16	63
Outras Obrigações	17.742	6.378	17.742	6.378
Outros Credores	1.885	2.859	1.885	2.859
	19.642	**10.985**	**19.642**	**10.985**
Provisão Auto de Infração	-	392	-	392
Guascor Serviços Ltda.	12.137	10.821	12.137	10.821
Outros Credores	-	50	383	434
	12.137	**11.263**	**12.520**	**11.647**
Circulante	**19.642**	**10.985**	**19.642**	**10.985**
Não Circulante	**12.137**	**11.263**	**12.520**	**11.647**

27.1. Outras Obrigações

O saldo de R$ 17.742 (R$ 6.378, em 31 de dezembro de 2023) refere-se predominantemente a prêmios de seguros a pagar, bem como a obrigações devidas em favor da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisão da então denominada CEEE-GT (vide nota explicativa nº 9).

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

28.1. Composição

	Nota Explicativa	DFESA	Consórcios*	CEPN	DFESA	Consórcios*
ATIVO		31/12/2024		31/12/2023		
Outros Créditos a Receber	9	-	619	-	-	3.781
Termo de Acordo CSF Dfesa	9.7	16.641	-	-	30.906	-
Arrendamento	11	-	13.289	-	-	12.787
AFAC	14.5	-	-	6.621	-	-
		16.641	**13.908**	**6.621**	**30.906**	**16.568**
RESULTADO		31/12/2024		31/12/2023		
Receita de Arrendamento	30	-	157.966	-	-	115.086
Receita de O&M	30	-	6.499	-	-	4.735
Ressarcimento CFURH		3.906	-	-	3.702	-
Outros		2.525	-	-	2.659	-
		6.431	**164.465**	-	**6.361**	**119.821**

* Consórcio Itaúba Energia e Consórcio Passo Real Energia.

As transações da Companhia com suas controladas, coligadas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores, especialmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante os termos da Resolução Normativa nº 699/2016.

28.2. Controladas

28.2.1. Complexo Eólico Povo Novo

A CEEE-G detém o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014. A participação acionária da CEEE-G no empreendimento é de 99,95%, conforme nota explicativa nº 14.3.1.

28.3. Coligadas

Conforme divulgado na nota explicativa 10, a Companhia possui valores a receber que totalizam o montante de R$ 74.050 (R$ 78.431, em 31 de dezembro de 2023) a título de dividendos declarados por suas coligadas.

28.4. Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os Diretores. Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de Curto Prazo para Administradores	94	82
	94	82

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital Social

O capital social, totalmente subscrito, é de R$ 755.962 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 755.962 em 31 de dezembro de 2023), representado por 9.538.191 (nove milhões, quinhentas e trinta e oito mil, cento e noventa e uma) ações, sem valor nominal, sendo 9.449.127 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias e 89.064 (oitenta e nove mil e sessenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

	Controladora 31/12/2024					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Florestal do Brasil	9.449.127	99,07	89.064	0,93	9.538.191	100,00
	9.449.127	**99,07**	**89.064**	**0,93**	**9.538.191**	**100,00**

	Controladora 31/12/2023					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Florestal do Brasil	9.449.127	99,56	89.064	61,19	9.538.191	98,98
Outros	41.896	0,44	56.479	38,81	98.375	1,02
	9.491.023	**100,00**	**145.543**	**100,00**	**9.636.566**	**100,00**

29.2. Ações em tesouraria - Cancelamento

Em novembro de 2021 foi finalizado o prazo de exercício do recesso oferecido aos acionistas da Companhia, gerando o cancelamento de 21.881 (vinte e um mil, oitocentos e oitenta e uma) ações da Companhia, sem qualquer redução do capital social, com um desembolso de aproximadamente R$ 5.749 (R$ 5.749 em 31 de dezembro de 2023).

Em fevereiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o resgate e cancelamento de 98.375 (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco ações), sendo 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentos e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A., pelo valor de R$ 11.821, liquidado em março de 2024. O cancelamento de ações em tesouraria totalizou, em 31 de março de 2024, a importância de R$ 17.570.

29.3. Reserva de Lucros

O montante de R$ 138.328 (R$ 213.409 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à reserva de retenção de lucros, devidamente aprovada pelos acionistas em sede de Assembleia Geral Ordinária.

29.4. Outros Resultados Abrangentes

O saldo de R$ 7.586 (R$ 5.349 em 31 de dezembro de 2023) refere-se fundamentalmente ao custo atribuído (Deemed Cost) dos ativos de geração e aos ganhos e perdas atuariais, inerentes à nota explicativa nº 21.

30. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

30.1. Lucro (Prejuízo) Básico

	Controladora 31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo Líquido do Exercício - R$ mil	(64.793)	(510)	(65.303)
Denominador Básico			
Quantidade das Ações	9.449.127	89.064	9.538.191
Prejuízo Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	**(6,84643)**	**(6,84648)**	**(6,84643)**
	31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Exercício - R$ mil	71.390	1.095	72.485
Denominador Básico			
Quantidade das Ações	9.491.023	145.543	9.636.566
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	**7,52189**	**7,52188**	**7,52188**

30.2. Lucro (Prejuízo) Diluído

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo/Lucro para as ações ordinárias	(64.793)	71.390
Prejuízo/Lucro para as ações preferenciais	(510)	1.095
	(65.303)	72.485

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.449.127	9.491.023
Ações Preferenciais	89.064	145.543
	9.538.191	9.636.566
Prejuízo/Lucro Diluído por Ação - R$	**(6,84643)**	**7,52188**

31. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de Energia Elétrica	133.120	165.894	133.120	165.894
Ativo Financeiro Setorial - VNR	-	57.924	-	57.924
Receita de Arrendamento	157.966	115.086	157.966	115.086
Receita de O&M	6.499	4.735	6.499	4.735
Energia Elétrica de Curto Prazo	21.319	16.566	21.319	16.566
Outras Receitas Operacionais	246	12	246	12
Receita Operacional Bruta	**319.150**	**360.217**	**319.150**	**360.217**
ICMS/ISS	(277)	(165)	(277)	(165)
PASEP e COFINS	(27.514)	(31.183)	(27.514)	(31.183)
Quota RGR	(468)	(1.516)	(468)	(1.516)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(149)	-	(149)	-
Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT/PEE	(1.165)	(1.990)	(1.165)	(1.990)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(1.052)	(1.694)	(1.052)	(1.694)
Compensação Financeira Pela Utilização Recursos Hídricos - CFURH	(12.704)	(13.154)	(12.704)	(13.154)
Deduções da Receita Operacional	**(43.329)**	**(49.702)**	**(43.329)**	**(49.702)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**275.821**	**310.515**	**275.821**	**310.515**

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções da receita operacional.

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações, apresentadas a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica e Energia elétrica de curto prazo**: receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEALs) e da disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.
- **Arrendamentos**: receitas provenientes dos contratos de arrendamentos das usinas Itaúba e Passo Real, firmados pela Companhia com o Consórcio Itaúba - Energia e Consórcio Passo Real - Energia.
- **Operação e Manutenção**: receitas provenientes dos contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção das usinas Itaúba e Passo Real, firmados pela Companhia com o Consórcio Itaúba - Energia e Consórcio Passo Real - Energia.

As deduções são compostas por tributos decorrentes das operações acima descritas e encargos setoriais.

32. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo com Energia Elétrica				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(13.664)	(19.915)	(13.664)	(19.915)
Encargo de Uso do Sistema	(14.846)	(31.952)	(14.846)	(31.952)
	(28.510)	**(51.867)**	**(28.510)**	**(51.867)**

33. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

33.1. Controladora

	Custo Operação		Despesas Gerais e Administrativas		Outras Receitas e Despesas Operacionais		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e Administradores								
Remuneração e Encargos	(38.264)	(40.044)	(2.800)	(8.535)	-	-	(41.064)	(48.579)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(330)	(1.711)	-	-	-	-	(330)	(1.711)
INSS - Empregador	(5.487)	(6.613)	(67)	(1.156)	-	-	(5.554)	(7.769)
Administradores	(39)	(5)	(85)	(109)	-	-	(124)	(114)
Total Pessoal e Administradores	(44.120)	(48.372)	(2.952)	(10.200)	-	-	(47.072)	(58.572)
Material	(1.806)	(3.232)	-	(429)	-	-	(1.806)	(3.661)
Serviço de Terceiros	(29.268)	(18.361)	-	(8.114)	-	-	(29.268)	(26.475)
Depreciação e Amortização	(4.452)	(12.363)	-	-	-	-	(4.452)	(12.363)
Amortização UBP	(508)	(360)	-	-	-	-	(508)	(360)
Amortização Outorga	(68.367)	(68.367)	-	-	-	-	(68.367)	(68.367)
Despesas de Locação	(973)	(1.674)	(174)	(68)	-	-	(1.047)	(1.742)
Seguros	(24)	(6.952)	(7.938)	(203)	-	-	(7.962)	(7.155)
Tributos	(29)	(944)	(114)	-	-	-	(143)	(944)
Provisão p/Perda Estimada c/Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	-	11	-	11
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	(3.765)	(16.734)	(3.765)	(16.734)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	(13.439)	124.973	(13.439)	124.973
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	257	(847)	257	(847)
Outras Provisões	-	-	-	-	(2.033)	(6.344)	(2.033)	(6.344)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	(48.185)	(7.275)	(48.185)	(7.275)
Acordos Judiciais Firmados	-	-	-	-	(40.493)	-	(40.493)	-
Recuperação de Despesa	-	-	-	-	7.275	-	7.275	-
Outros	(10.012)	(23)	(40)	(313)	1.662	3.492	(8.390)	3.155
TOTAL	**(159.509)**	**(160.649)**	**(11.168)**	**(19.327)**	**(98.771)**	**91.276**	**(269.448)**	**(88.700)**

33.2. Consolidado

	Custo Operação		Despesas Gerais e Administrativas		Outras Receitas e Despesas Operacionais		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e Administradores								
Remuneração e Encargos	(38.264)	(40.043)	(2.800)	(8.935)	-	-	(41.064)	(48.978)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(330)	(1.711)	-	-	-	-	(330)	(1.711)
INSS - Empregador	(5.487)	(6.613)	(67)	(1.156)	-	-	(5.554)	(7.769)
Administradores	(39)	(5)	(85)	(109)	-	-	(124)	(114)
Total Pessoal e Administradores	(44.120)	(48.372)	(2.952)	(10.200)	-	-	(47.072)	(58.571)
Material	(1.806)	(3.232)	-	(430)	-	-	(1.806)	(3.662)
Serviço de Terceiros	(29.268)	(18.361)	(432)	(8.651)	-	-	(29.700)	(27.012)
Depreciação e Amortização	(4.452)	(12.363)	-	-	-	-	(4.452)	(12.363)
Amortização UBS	(508)	(360)	-	-	-	-	(508)	(360)
Amortização Outorga	(68.367)	(68.367)	-	-	-	-	(68.367)	(68.367)
Despesas de Locação	(923)	(1.674)	(124)	(68)	-	-	(1.047)	(1.742)
Seguros	(24)	(6.952)	(7.943)	(225)	-	-	(7.967)	(7.177)
Tributos	(29)	(944)	(114)	(3)	-	-	(143)	(947)
Provisão p/Perda Estimada c/Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	-	11	-	11
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	(3.765)	(16.734)	(3.765)	(16.734)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	(13.439)	124.973	(13.439)	124.973
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	267	(847)	267	(847)
Outras Provisões	-	-	-	-	(2.093)	(6.344)	(2.093)	(6.344)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	(51)	(48.185)	(7.275)	(48.185)	(7.326)
Acordos Judiciais Firmados	-	-	-	-	(40.493)	-	(40.493)	-
Recuperação de Despesa	-	-	-	-	7.275	-	7.275	-
Outros	(10.012)	(24)	(46)	(314)	1.662	3.491	(8.396)	3.153
TOTAL	**(159.508)**	**(160.649)**	**(11.611)**	**(18.840)**	**(98.771)**	**87.276**	**(269.891)**	**(92.213)**

34. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Investimentos	8.451	103.797	8.451	103.797
Sinistros Reclamados e liquidações	31.786	-	31.786	-
Prestação de Serviço - O&M	-	1.059	-	1.059
Honorários de Êxito	(3.210)	-	(3.210)	-
Tributos sobre a Receita	-	(853)	-	(853)
Outros Benefícios - Corrente	-	(3.062)	-	(3.062)
Provisão Para Devedores Duvidosos	17.058	(6.070)	17.058	(6.070)
Recuperação de Despesas	-	1.981	-	1.981
Baixa de Valores não Recuperáveis	(17.910)	-	(17.910)	-
Outros	(2.689)	(3.604)	(2.685)	(3.604)
Total Outras Receitas e Despesas	**33.485**	**93.248**	**33.485**	**93.248**

34.1. Receita de Investimentos

O valor de R$ 103.797, em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao reconhecimento de ganhos na alienação de participações societárias na Companhia, sendo tal montante composto por R$ 51.360 relativo ao ganho na alienação de participação societária nas empresas: i) Parques Eólicos Palmares S.A. ii) Ventos da Lagoa Energia S.A. iii) Ventos do Litoral Energia S.A. e iv) Ventos dos Índios Energia S.A. (vide nota explicativa nº 14.4) e R$ 52.437 relativo ao ganho na alienação de participação societária no Consórcio Machadinho (vide nota explicativa 1.1.2).

O valor de R$ 8.451, em 31 de dezembro de 2024, refere-se ao reconhecimento de ganho na alienação de participação societária da Companhia relativo à alienação de participação societária na empresa Ventos do Sul Energia S.A.

34.2. Sinistros Reclamados e Liquidações

O valor de R$ 31.786 refere-se ao recebimento de indenização de sinistros ocorridos nas plantas da Companhia, bem como as liquidações pertinentes, decorrentes principalmente dos eventos climáticos ocorridos nas localidades onde se encontram diversas unidades da empresa.

continua

continuação

34.3. Valores Não recuperáveis e Provisão para Devedores Duvidosos

O montante de R$ 17.882 refere-se à baixa de títulos, vencidos a mais de cinco anos, considerando como data de corte 31/12/2023, e sem possibilidade de recuperação. Esse montante encontrava-se predominantemente com provisão para Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa - "PECLD" ou "PCLD" constituída na importância de R$ 17.068. O registro de reversão dessa provisão foi realizado por ocasião do movimento da perda dos valores a receber.

35. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicações Financeiras	81.191	84.577	81.191	84.577
Atualização Monet. Depósitos Judiciais	8.299	6.908	8.299	6.908
Outras Receitas Financeiras	2.324	6.839	2.324	6.866
Total Receita Financeira	**91.514**	**98.274**	**91.514**	**98.301**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Atualização Juros e Multa	(287)	(3.676)	(287)	(3.676)
Atualização Encargos setoriais	(2.590)	(4.621)	(2.590)	(4.621)
Atualização Depósitos Judiciais	(6.608)	(5.231)	(6.608)	(5.231)
Encargos Debêntures	(8.418)	(8.412)	(8.418)	(8.412)
Juros Debêntures	(246.474)	(289.059)	(246.474)	(289.059)
Outras Despesas Financeiras	(14.494)	(11.330)	(14.510)	(11.335)
Total Despesa Financeira	**(280.874)**	**(322.349)**	**(280.890)**	**(322.354)**
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	**(188.560)**	**(224.075)**	**(188.576)**	**(224.053)**

36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o saldo do correspondente lucro tributável que exceder R$240 mil ao ano, a título de Imposto de Renda - IRPJ, e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O lucro tributável corresponde ao lucro líquido do respectivo exercício social, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações, determinadas pela legislação tributária.

A reconciliação da despesa com IRPJ e CSLL demonstra os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31/12/2024 IRPJ	31/12/2024 CSLL	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL
Prejuízo/lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	**(134.068)**	**(134.069)**	**95.288**	**95.288**
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	(20.110)	(12.066)	14.293	8.576
Alíquota aplicável	10%	0%	10%	0%
IRPJ - Adicional 10%	(13.431)	-	9.505	-
IRPJ e CSLL antes das Adições e Exclusões	**(33.541)**	**(12.066)**	**23.798**	**8.576**
Efeito líquido de provisões, não dedutíveis constituídas/ realizadas no período	(6.192)	(2.228)	(22.862)	(8.230)
Despesas não dedutíveis e outras adições	1	-	3.517	1.257
Receitas não tributáveis e outras exclusões	(10.876)	(3.914)	(14.064)	(5.052)
IRPJ e CSLL sobre Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL antes das Compensações	**(50.608)**	**(18.208)**	**(9.608)**	**(3.449)**
Total IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(50.563)	(18.203)	16.767	6.036
Total IRPJ e CSLL IFRS Diferidos	**(50.563)**	**(18.203)**	**16.767**	**6.036**
Total IRPJ e CSLL	**(50.563)**	**(18.203)**	**16.767**	**6.036**
Alíquotas efetivas de IRPJ e CSLL	**38%**	**14%**	**18%**	**6%**

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A CEEE-G mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco inerente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e, para os demais, os respectivos valores contábeis, devido à sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Caixa e Equivalentes de Caixa					
Numerário Disponível	4.1	189	1.040	322	1.450
Concessionárias e Permissionárias	5	15.460	13.837	15.460	13.837
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicação	4.2	699.227	282.965	699.227	282.965
Ativo da Concessão Contratual	8	-	-	-	-
		714.876	**297.842**	**715.009**	**298.252**
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	17	29.828	13.430	29.852	13.454
Debêntures	18	1.916.670	1.909.914	1.916.670	1.909.914
Uso do Bem Público	25	10.759	13.947	10.758	13.947
Arrendamento Financeiro	26	1.880	-	1.880	-
		1.959.137	**1.937.291**	**1.959.160**	**1.937.315**

37.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A companhia possui alguma exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

37.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em consequência da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). As receitas atreladas a esses contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre as distribuidoras e os órgãos reguladores.

No conjunto, a Administração entende que o risco de crédito ao qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

A Companhia não possui operações com derivativos. A sistemática de garantias é regulamentada pelos órgãos fiscalizadores, como ONS e CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	699.416	784.005	699.549	784.415
Concessionárias e Permissionárias	5	15.460	13.837	15.460	13.837
Total		714.876	797.842	715.009	798.252

37.1.2. Risco de Preço

A partir da assinatura do novo contrato de concessão nº 004/2022, em novembro/2022, a Companhia passou para condição de Produtor Independente de Energia (PIE) e teve seus contratos regulados de cotas de garantia física interrompidos. Dessa forma, a totalidade da garantia física de suas usinas ficou livre para negociação a preços de mercado.

Dessa forma, no momento a principal parcela de remuneração da CEEE-G é proveniente de Contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (CCEALs), que tem seus preços definidos a partir das chamadas ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação, majoritariamente o IPCA.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

Além destes tipos de contratos, a Companhia dispõe ainda de contratos de arrendamentos e prestação de serviços de operação e manutenção de dois ativos originalmente constantes do Contrato de Concessão nº 004/2022, que garantem uma receita fixa mensal e cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação.

37.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada (ACR) o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto, mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre (ACL) os agentes negociam compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

37.1.4. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco potencial de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. A CEEE-G utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo, visando à necessidade potencial de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

	Nota	Controladora Valor Justo	Controladora Até 1 ano	Controladora 2 - 5 anos	Consolidado Valor Justo	Consolidado Até 1 ano	Consolidado 2 - 5 anos
Ativos Financeiros							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	699.416	699.416	-	699.549	699.549	-
Concessionárias e Permissionárias	5	15.460	15.460	-	15.460	15.460	-
		714.876	**714.876**	-	**715.009**	**715.009**	-
Passivos Financeiros							
Fornecedores	17	29.828	29.828	-	29.852	29.852	-
Debêntures	18	1.916.670	1.916.670	-	1.916.670	1.916.670	-
Uso do Bem Público	25	10.759	2.152	8.607	10.758	2.152	8.607
Arrendamento Financeiro	26	1.880	-	1.880	1.880	-	1.880
		1.959.137	**1.948.650**	**10.487**	**1.959.160**	**1.948.674**	**10.487**

37.1.5. Gestão de Capital

Condizente com outras companhias do setor, a CEEE-G monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de endividamento sobre o patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

O endividamento do Patrimônio Líquido é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Endividamento					
Debêntures	18	1.916.670	1.909.914	1.916.670	1.909.914
Caixa e equivalentes de caixa	4	(699.416)	(784.005)	(699.549)	(784.415)
Dívida Líquida		1.217.254	1.125.909	1.217.121	1.125.499
Patrimônio Líquido		898.097	964.273	898.097	964.273
Endividamento do Patrimônio Líquido		1,36	1,17	1,36	1,17

37.1.6. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	Controladora Valor Contábil	Controladora Valor Justo	Consolidado Valor Contábil	Consolidado Valor Justo
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	699.416	699.416	699.549	699.549
Concessionárias e Permissionárias	5	15.460	15.460	15.460	15.460
		714.876	**714.876**	**715.009**	**715.009**
Passivos Financeiros					
Fornecedores	17	29.828	29.828	29.852	29.852
Debêntures	18	1.916.670	1.916.670	1.916.670	1.916.670
Uso do Bem Público	25	10.759	10.759	10.758	10.758
Arrendamento Financeiro	26	1.880	1.880	1.880	1.880
		1.959.137	**1.959.136**	**1.959.160**	**1.959.160**

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e do prazo de realização.

37.1.7. Hierarquia do Valor Justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou para o passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou para o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações financeiras são classificadas no Nível 2, uma vez que, consideramos como inputs observáveis, porém, não são negociados em mercado ativo (taxa de juros). A Companhia não possui saldo de instrumentos financeiros qualificáveis nos níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

37.1.8. Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1 prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2 projeta um horizonte de redução. Para realização do cálculo, foram consideradas como referências as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2024, com base em um modelo de dispersão, que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também projeções detalhadas da administração. Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.

Juros	31/12/2024 Taxa de juros	31/12/2024 Cenário 1	31/12/2024 Cenário 2
CDI	12,15%	13,72%	10,58%

Os efeitos nos saldos em reais referentes a ativos e passivos atrelados a taxas de juros, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Variações nas taxas de juros	% a.a.	Ativo	Passivo	Cenário Provável (*)	Impacto nos saldos em 31/12/2024 Cenário Extremo Pessimista	Impacto nos saldos em 31/12/2024 Cenário Extremo Otimista
CDI	12,15%	695.227	(1.900.000)	(145.894)	(164.706)	(126.771)
Impacto no Resultado		**695.227**	**(1.900.000)**	**(145.894)**	**(164.706)**	**(126.771)**

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2024 registrados no ativo e passivo da Companhia.

37.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

37.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, que estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico desses empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Esse mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétrica, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo (MCP), podendo impactar negativamente a Companhia. De forma a mitigar esses riscos a Companhia adota mecanismos de proteção adicionais, tais como o hedge energético.

37.2.2. Riscos Ambientais

A instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos voltados às concessões de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecido por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da CEEE-G, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional.

Com base na legislação ambiental, a Companhia mapeia e monitora seus riscos ambientais. Os principais foram mapeados, descritos e classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto. Dessa forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto à sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

38. SEGUROS

A Companhia mantém, quando aplicável, coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 24, eventos subsequentes, entre a data final das Demonstrações Financeiras (31/12/2024) e a data de autorização de sua emissão pelos órgãos da Administração, reportamos os seguintes eventos subsequentes:

39.1. Emissão e Pagamento de Debêntures

39.1.1. 2ª Emissão de debêntures

A Companhia aprovou, em 23 de janeiro de 2025, sua 2ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 1.200.000, com valor nominal unitário de R$ 1, na data de emissão.

A 2ª Emissão é objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, sendo destinada a investidores profissionais.

Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures é 15 de dezembro de 2024. Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 82 (oitenta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 07 de março de 2025. As condições gerais da 2ª Emissão encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a qual se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia e no site da CVM na rede mundial de computadores.

39.1.2. 3ª Emissão de debêntures

A Companhia aprovou, em 23 de janeiro de 2025, sua 3ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, no valor total de R$ 1.200.000, com valor nominal unitário de R$ 1, na data de emissão.

A 3ª Emissão é objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, sendo destinada a ao público investidor em geral. As Debêntures atenderão aos requisitos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, de modo que seus titulares poderão fazer jus aos benefícios tributários na forma da lei.

As Debêntures da Primeira Série tem prazo de vencimento de 6.208 dias, contados da data de emissão, vencendo-se em 14 de dezembro de 2041, e as Debêntures da Segunda Série tem o prazo de vencimento de 6.209 dias contados da data de emissão, vencendo-se em 15 de dezembro de 2041. As condições gerais da 3ª Emissão encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a qual se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia e no site da CVM na rede mundial de computadores.

39.1.3. Evento de pagamento de debêntures da 1ª Emissão

A Companhia realizou em 24 de fevereiro de 2025 o Evento de pagamento das Debêntures relativas a 1ª Emissão. A quitação da dívida foi realizada com uma combinação de recursos próprios provenientes das atividades da Emissora e/ou de outros financiamentos contratados via mercados financeiro e/ou de capitais (local ou externo), dentre outros.

39.2. Emissão de Nota Comercial

39.2.1. 1ª Emissão de Nota Comercial

A Companhia, firmou em 31 de janeiro de 2025, o Termo de Emissão de Nota Comercial Escritural, na condição de EMITENTE, com a COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN, na condição de CREDOR.

A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da EMITENTE, no valor total de R$ 500.000, em série única, e terá prazo de vencimento de 1 ano contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de janeiro de 2026. O prazo de vigência das Notas Comerciais Escriturais poderá ser renovado, a exclusivo critério da EMITENTE, por sucessivos períodos de 1 ano até 31 de janeiro de 2042, mediante a celebração de aditamento ao presente Termo de Emissão, com, no mínimo, 90 dias de antecedência de cada Data de Vencimento.

Diretoria

MARCELO CUNHA RIBEIRO	DAVID MOISE SALAMA	ROGÉRIO GONÇALVES PIZETA	ACYR FRAUCHES CURTY
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores	Diretor	Diretor	Gerente Geral de Controladoria CRC/SP-257.136/O-1

Contadora

RITA DE CÁSSIA PAULIN CORDEIRO
Contadora - CRC/RS-050.162/0-0

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, alínea VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 17 de março de 2025.

Marcelo Cunha Ribeiro	David Moise Salama	Rogério Gonçalves Pizeta
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores	Diretor	Diretor

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, alínea V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 17 de março de 2025.

Marcelo Cunha Ribeiro	David Moise Salama	Rogério Gonçalves Pizeta
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores	Diretor	Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Provisões para contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3.12 e nº 22 a Companhia possui diversos processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais e regulatórias, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da Companhia e deverão ser determinados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada processo. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda e à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do fluxo de processos relevantes sobre as contingências e divulgação de passivos contingentes; (b) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as contingências e divulgações relacionadas; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de processos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis os montantes registrados como provisão para contingências bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 12 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC RS-006.085/T-0

Romeu Sabino da Silva - Contador - CRC 1RS-071.255/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM/MG - Pregão Eletrônico nº 07/2024 - PAC nº 0042/2024 - Objeto: Aquisição de Mobiliário em Geral para atender a SEAAD - Fica adiada a abertura da licitação marcada para o dia 20/03/2025 para o dia 03/04/2025 - Agente de Contratação - 18/03/2025 -

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Bijuterias, Ourivesarias, Relógios e de Profissionais de Assistência Técnica em Relojoaria do Estado de São Paulo. Edital - Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores, associados ou não, representados pelo sindicato acima, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, no seguinte Local: Rua Jardim Francisco Marcos, 44 - Bela Vista - São Paulo -SP. A Assembleia Geral será realizada no dia 24 de março de 2025 às 14:00 horas em primeira convocação e caso não seja atingido o quorum necessário, no mesmo dia e local às 15:00 horas em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para fim de discutir e votar a seguinte ordem do dia: 1) CRIAÇÃO E ABERTURA DE FILIAL. São Paulo, 20 de março de 2025. João José Sana - Presidente

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2025** PROC. ADM. nº 0676/2025 Tipo de Licitação: Maior Oferta Objeto: PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE UM PARQUE DE DIVERSÕES NA ÁREA MUNICIPAL DENOMINADA "PARQUE DE EXPOSIÇÕES TANCREDO NEVES" POR OCASIÃO DA 54ª FESTA DA SOJA NO PERÍODO DE 24/05/2025 A 01/06/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A realização da sessão será no dia 15/ABRIL/2025 – Às 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 19 de março de 2025 Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ 01.206.480/0001-04 – NIRE 35.300.452.542

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2024

Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010. **Presença, Convocação e Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme atestam as assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa: Presidente:** Edson Luis Franco; e **Secretário:** Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia:** (I) Aumentar o capital social da Companhia, (II) Reformar o Estatuto Social da Companhia, e (III) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas presentes e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberou: **I)** Observado que o capital social está totalmente subscrito e integralizado nesta data, aprovar o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em moeda corrente nacional neste ato, passando o capital social de R$ 71.628.481,89 (setenta e um milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), para R$ 91.628.481,89 (noventa e um milhões, seiscentos e vinte oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), mediante a emissão, após arredondamento, de 445.534 (quatrocentas e quarenta e cinco mil, quinhentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e, passando por consequência, a quantidade de ações da Companhia de 1.595.767 (um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentas e sessenta e sete) para 2.041.301 (dois milhões, quarenta e um mil, trezentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **II)** Reformar o Estatuto Social da Companhia, permanecendo inalterados todos os demais artigos, conforme abaixo indicado: **a.** Em decorrência do aumento de capital aprovado no item precedente, reformar o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 4º** – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 91.628.481,89 (noventa e um milhões, seiscentos e vinte oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), dividido em 2.041.301 (dois milhões, quarenta e um mil, trezentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo único** – Cada ação confere os mesmos direitos e obrigações e dá direito a um voto nas Assembleias Gerais."* **b.** Reformar o artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, para (i) prever ajuste redacional no caput para adequar o texto ao previsto na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) prever a possibilidade da Companhia constituir uma reserva estatutária denominada "Reserva de Investimentos", com a consequente inclusão dos novos parágrafos terceiro e quarto ao referido artigo 21, que passará a contar com a seguinte redação: ***"Artigo 21** – O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Nesta data serão preparados um balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstração de resultado do exercício e demonstração do fluxo de caixa. **Parágrafo Primeiro** – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Parágrafo Segundo** – De cada exercício social 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado à reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro** – A Companhia poderá constituir reserva estatutária com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social, em montante não superior a 70% (setenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da Companhia, ressalvado o disposto no artigo 22 deste Estatuto Social ("Reserva de Investimentos"). **Parágrafo Quarto** – O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens deste artigo 21, terá a destinação a ser determinada pela Assembleia Geral, observado ainda, que eventual saldo remanescente que não tenha sido destinado nos termos deste Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendos."* **III)** Diante das alterações estatutárias aprovadas nos itens precedentes, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, como anexo, é parte integrante desta Ata. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Edson Luis Franco; **Secretário da Mesa:** Felipe Name Francisco, **Acionista:** Zurich Minas Brasil Seguros S.A., representada por seus Diretores Edson Luis Franco e Sven Feistel. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 19 de agosto de 2024. **Felipe Name Francisco – Secretário da Mesa. Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.** CNPJ 01.206.480/0001-04 NIRE 35.300.452.542 **Estatuto Social de acordo com a AGE de 19.08.2024. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia é denominada **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.**, sociedade por ações que tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Brooklin Novo, CEP 04.576-010, e será regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território brasileiro, mediante decisão da Diretoria, atribuindo-lhes um capital separado para efeitos fiscais. A Diretoria poderá, também, constituir representantes em qualquer parte do Brasil. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e previdência complementar aberta, em todo o território nacional, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo, ainda, desenvolver todas as atividades necessárias à plena realização do seu objeto social. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observada a legislação aplicável. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 4º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 91.628.481,89 (noventa e um milhões, seiscentos e vinte oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), dividido em 2.041.301 (dois milhões, quarenta e um mil, trezentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação confere os mesmos direitos e obrigações e dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 5º.** A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada pelo Diretor Presidente uma vez por ano e se realizará até o dia 31 de março. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Diretor Presidente sempre que seja necessária ao atendimento dos interesses sociais. **Parágrafo Primeiro.** As Assembleias Gerais deverão ser dirigidas por um Presidente escolhido por aclamação ou eleição e um Secretário escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral, cabendo ao Presidente da Assembleia a supervisão dos trabalhos, a manutenção da ordem, podendo suspender, adiar ou dar por encerrada a Assembleia. **Parágrafo Segundo.** Para estarem aptos a participar da Assembleia, os procuradores dos acionistas deverão apresentar as suas respectivas procurações na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. **Parágrafo Terceiro.** O registro de transferência de ações, a substituição de certificados múltiplos por certificados individuais de ações e vice-versa serão suspensos 08 (oito) dias antes das datas das Assembleias. **Artigo 6º.** Os seguintes atos são de competência da Assembleia Geral: **I)** incorporar outras sociedades à Companhia; **II)** Adquirir, vender ou por outro meio dispor das participações da Companhia em outra sociedade, exceto para fins fiscais; **III)** Alterar o Estatuto Social, a fim de deliberar, entre outras matérias, a criação do Conselho de Administração; **IV)** Autorizar o resgate ou amortização de ações, bem como autorizar compra pela Companhia de suas próprias ações para mantê-las em tesouraria; **V)** Emitir debêntures, partes beneficiárias, ações de gozo e fruição ou bônus de subscrição; **VI)** Declarar e distribuir dividendos; **VII)** Praticar qualquer dos atos relacionados nos itens I a VII do Artigo 136 da Lei nº 6.404/76; e **VIII)** Instalar o Conselho Fiscal. **Capítulo IV – Administração. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 7º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Único.** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado: (i) pela Assembleia Geral de Acionistas, em relação aos membros do Conselho de Administração; ou (ii) pelo Conselho de Administração, em relação aos Diretores. O prazo de gestão do Conselho de Administração se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 8º.** Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam pelo voto da maioria dos presentes. Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, será considerado presente à reunião o membro que na ocasião: (i) estiver participando da reunião por tele ou videoconferência ou por qualquer outro meio que possibilite aos demais Conselheiros ouvi-lo e/ou vê-lo; ou (ii) tenha enviado seu voto por escrito previamente. **Parágrafo Único.** Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues para outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião. **Artigo 9º.** A remuneração dos administradores é determinada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global, observado o disposto neste Estatuto e na legislação vigente. **Seção II – Conselho de Administração. Artigo 10.** O Conselho de Administração é composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no País, com adequado nível de experiência no cargo e eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração deverá prezar pela variedade de experiência entre os membros e deverá indicar, entre seus membros, o Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo.** No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, uma Assembleia Geral será convocada para eleger um novo membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro.** O Conselho de Administração poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento, abrangência e área de atuação. **Artigo 11.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e extraordinariamente quando os interesses da Companhia assim o exigirem. O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente, mediante aviso escrito, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos. A convocação será considerada dispensada nas reuniões do Conselho de Administração em que estejam presentes todos os seus membros. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração são instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Presidente do Conselho de Administração um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião do Conselho de Administração da qual todos os conselheiros tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do Artigo 8º. **Parágrafo Terceiro.** Nas reuniões, o Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, cabendo a cada Conselheiro 1 (um) voto e ao Presidente, além do seu, o voto de qualidade. **Parágrafo Quarto.** As atas de reunião do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio. **Artigo 12.** Compete privativamente ao Conselho de Administração, além do quanto previsto em lei: **I)** Fixar a orientação geral dos negócios sociais; **II)** Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes os cargos e as atribuições, designando dentre os Diretores um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro; **III)** Fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; **IV)** Convocar e preparar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, bem como aprovar as matérias exigidas pela lei, incluindo, mas não se limitando, as seguintes: **(a)** relatórios e contas da Diretoria; **(b)** demonstrações financeiras anuais; **(c)** proposta de pagamento de dividendos; **(d)** proposta para eleição dos membros do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes, quando aplicável; **(e)** proposta para aumento de capital; e **(f)** proposta para alterar o Estatuto Social da Companhia; **V)** Autorizar, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço anual ou intermediário; **VI)** Autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório; **VII)** Administrar a organização da Companhia, estabelecendo políticas e metas, principalmente em relação às questões financeiras, questões de investimentos, princípios da Companhia e procedimentos de administração de riscos, incluindo a aprovação de estratégias, disponibilizando os mecanismos necessários para alcançá-las, bem como assegurar que os riscos dessas políticas e metas sejam prontamente identificados e que existem mecanismos adequados para controlá-los, sempre de acordo com a legislação e regulamentação vigentes; **VIII)** Revisar e aprovar políticas de controle de riscos, a estrutura de auditoria da Companhia, procedimentos, planos e respectivos relatórios atestando a existência de um controle de riscos e que os maiores riscos foram identificados, e adequada e prontamente mitigados por parte da administração; **IX)** Aprovar qualquer outra questão de importância estratégica para a Companhia; **X)** Aprovar anualmente o plano estratégico da Companhia; **XI)** Planejar, aprovar e supervisionar o plano financeiro anual da Companhia, incluindo o monitoramento da disponibilidade de recursos financeiros adequados e aprovação de orçamentos anuais; **XII)** Aprovar as transações de maior relevância para a Companhia, assim definidas como aquelas cujos valores ultrapassem, quando individualmente consideradas, R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), desde que não relacionadas ao seu objeto social; **XIII)** Opinar sobre o balanço anual e balanços intermediários da Companhia; **XIV)** Analisar e aprovar as regras para controle financeiro da Companhia; **XV)** Analisar e aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, caso este seja criado e instalado; **XVI)** Receber e revisar os relatórios financeiros elaborados pelo Diretor Financeiro; **XVII)** Aprovar o Regimento Interno dos Comitês da Companhia quando instalados; **XVIII)** Analisar e opinar sobre propostas de alteração do Estatuto Social; **XIX)** Receber e discutir os relatórios do Diretor Presidente e de outros membros da administração da Companhia, quando requerido pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia; **XX)** Analisar e opinar sobre possíveis aquisições ou alienações de negócios substanciais ou bens da Companhia; **XXI)** Analisar e opinar sobre possíveis novos negócios, fusões, joint ventures e parcerias bem como o encerramento dos mesmos; **XXII)** Analisar e opinar sobre possíveis reestruturações dos negócios da Companhia; **XXIII)** Aprovar a contratação de auditores internos e externos para a Companhia; e **XXIV)** Acompanhar e aprovar a celebração de acordo comerciais, financeiros ou imobiliários entre a Companhia, de um lado, e outro, direta ou indiretamente seus administradores, membros dos conselhos estatutários, e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau; bem como seus controladores, outras sociedades sob controle comum ou sociedades ligadas., desde que referente as seguintes operações: i. às operações referentes à incorporação ou à desincorporação de ativos para fins de aumento ou de redução de capital social; ii. aos participantes de planos ou segurados que, nessa condição, realizarem operações com a Companhia, quando estas estiverem no exercício exclusivo de seu objeto social, segundo regulamentação específica editada pela Susep; iii. às operações de prestações de serviços, desde que a remuneração contratada seja compatível com os valores praticados no mercado e cujos contratos sejam aprovados e acompanhados pelo Conselho de Administração e pela diretoria da Companhia; iv. às operações que, respeitadas as normas vigentes, forem contratadas entre as Companhias, em decorrência de acordo operacional cujo objeto exclusivo seja o fomento da comercialização de produtos regulamentados no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados; e v. aos contratos de transferência de risco realizados entre sociedades seguradoras e resseguradoras. **Artigo 13** – Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração, dentro de suas atribuições legais e estatutárias: **I)** convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; **II)** supervisionar a observância e implementação das deliberações do Conselho de Administração; **III)** informar prontamente e sem atraso todos os membros do Conselho de Administração sobre eventos extraordinários; **IV)** disponibilizar as informações que tenham sido solicitadas por outros membros do Conselho de Administração, quando aplicável; **V)** assegurar a realização de reunião para discussão do desempenho anual do Conselho de Administração; e **VI)** comunicar ao Diretor Presidente as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, com a finalidade de informá-lo sobre o desenvolvimento dos negócios relevantes da Companhia. **Parágrafo Único** - O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, em até 24 (vinte e quatro) horas, quando necessário, devendo respeitar a presença de, pelo menos, a maioria mais um de seus membros, permitida a participação por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica. **Seção III – Diretoria. Artigo 14.** A Companhia será gerida por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos admitida a reeleição. No fim de seus respectivos mandatos os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores eleitos. Os Diretores são dispensados de prestar caução para o exercício do cargo. **Parágrafo Primeiro.** A investidura do cargo de Diretor fica condicionada à homologação de sua eleição pelo órgão fiscalizador do mercado segurador. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores receberão mensalmente uma remuneração fixada anualmente pela Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro.** No caso de ausência ou impedimento de algum Diretor suas obrigações serão exercidas por outro Diretor, conforme decidido em reunião da Diretoria. **Parágrafo Quarto.** Um Diretor não acumulará a remuneração caso venha substituir outro Diretor ou acumular funções. **Parágrafo Quinto.** Dentre os Diretores eleitos, haverá a designação de um Diretor estatutário como responsável pelos controles internos respeitados os termos e prazos constantes da Resolução CNSP nº 416/2021 ou norma que venha a substituí-la. **Artigo 15.** Todas as decisões da Diretoria referentes a qualquer dos itens abaixo relacionados dependerão do prévio consentimento do Diretor Presidente e de, pelo menos, 1 (um) Diretor: **I)** Estabelecer novos negócios não relacionados com os já existentes dentro dos limites do objeto social; **II)** Abrir e extinguir estabelecimento de que trata o parágrafo único do Artigo 1º; **III)** Exercer o direito de voto decorrente de participações da Companhia em outras sociedades; **IV)** Eleger membros do Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Diretoria, Conselho Fiscal das Sociedades nas quais a Companhia detém participação; **V)** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), observada a regulamentação vigente; **VI)** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); **VII)** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e **VIII)** Celebrar qualquer acordo com acionistas ou empresa controlada por quaisquer dos acionistas. **Parágrafo Primeiro.** A constituição de procuradores para representar a Companhia na realização de qualquer dos atos relacionados neste Artigo; depende da assinatura de 2 (dois) Diretores. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores deverão ser convocados para as reuniões da Diretoria, por escrito, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, ficando dispensada a convocação quando presentes à reunião a totalidade dos Diretores. A convocação deverá indicar a data, hora e local, bem como os assuntos que serão debatidos na reunião. **Artigo 16.** São atribuições do Diretor Presidente: **I)** Convocar as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria; **II)** Supervisionar o atendimento às disposições deste Estatuto e das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas Reuniões de Diretoria; **III)** Gerir e administrar os negócios da Companhia, orientando, conduzindo e supervisionando todas as suas atividades; **IV)** Representar a sociedade em juízo ou fora dele, bem como receber citação; **V)** Supervisionar e coordenar as atividades dos outros Diretores; **VI)** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), observada a regulamentação vigente; **VII)** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato, igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e **VIII)** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). **Parágrafo Primeiro.** Em caso de impedimento ou afastamento temporário do Diretor Presidente, este previamente indicará, por escrito, outro Diretor que o substitua para o cumprimento das atribuições acima especificadas. **Parágrafo Segundo.** Na hipótese prevista no parágrafo anterior, caso o Diretor Presidente não tenha indicado outro Diretor para substituí-lo, os demais Diretores ou qualquer outro detentor de poderes de representação da maioria dos acionistas o farão, conforme decisão a ser tomada em conjunto e documentada por escrito, a qual deverá ser cumprida por todos. **Parágrafo Terceiro.** O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, conforme disposto no parágrafo único, artigo 13. **Artigo 17** – São atribuições do Diretor responsável pelos controles internos: **I)** orientar e supervisionar: a) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, nos termos do art. 14, inciso I da Resolução CNSP nº 416/2021, ou norma que venha a substituí-la; e b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver. **II)** prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; (b) acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises. **III)** Informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (a) riscos novos ou emergentes; (b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados à sua mensuração; (c) ações relativas à gestão de riscos; e (d) deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento, quando houver. **Parágrafo Primeiro.** O Diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio; **Parágrafo Segundo.** O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos ou o Conselho de Administração, quando existente, ou com o Diretor Presidente ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores. **Parágrafo Terceiro.** O Diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **Parágrafo Quarto.** É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 18.** Sujeito aos artigos 6º e 15, a Companhia será representada, em juízo ou fora dele, e se obrigará através da assinatura de: **I)** 2 (dois) Diretores, qualquer Diretor conjuntamente com qualquer procurador ou quaisquer 2 (dois) procuradores devidamente constituídos para representar a Companhia, conforme o disposto no parágrafo primeiro deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração, inclusive receber citação, e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma; **II)** Pela assinatura exclusiva de qualquer Diretor ou qualquer procurador devidamente constituído para representar a Companhia, conforme o parágrafo primeiro deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma, representação da Companhia em atos rotineiros frente às autoridades públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e seus órgãos regionais, a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional e seus órgãos regionais, e inspetorias e agências, empresas públicas e sociedades de economia mista, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; assinar os recibos pelos pagamentos feitos à Companhia; a prática de atos como representantes ou preposto em juízo; o endosso de cheque somente para depósitos nas contas bancárias da Companhia; a emissão e endosso de faturas, letras de câmbio ou outros títulos de crédito, somente para desconto ou cobrança bancária e, consequentemente, depósitos na conta da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** As procurações outorgadas pela Companhia sempre devem ser assinadas na forma do disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 15 e serão válidas por, no máximo, 1 (um) ano, devendo especificar todos os poderes outorgados. **Parágrafo Segundo.** As procurações outorgadas para advogado com poderes da cláusula "ad judicia" e para representar a Companhia em processos administrativos do interesse desta devem ser assinadas na forma dos incisos "I" ou "II" deste Artigo. Tais procurações podem ser por prazo indeterminado e podem também permitir o substabelecimento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 19.** A Companhia terá um Conselho Fiscal formado de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e um igual número de suplentes, os quais somente poderão atuar no exercício social em que for deliberado pela Assembleia Geral que elegerá os membros e estipulará sua remuneração. **Parágrafo Único.** Os deveres dos membros efetivos do Conselho Fiscal são os estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias, serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI – Comitê de Auditoria. Artigo 20.** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição por mais 2 (dois) anos, nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro.** No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu Presidente. **Parágrafo Segundo.** O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: **I)** estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; **II)** recomendar, à administração da Companhia a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; **III)** revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras; **IV)** avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia além de regulamentos e códigos internos; **V)** avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pela auditoria interna, ou as justificativas para a sua não aceitação; **VI)** avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; **VII)** recomendar à Diretoria Executiva da Sociedade, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **VIII)** reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor Presidente da Companhia ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado ou grupo e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; **IX)** verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; **X)** reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; **XI)** elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e **XII)** outras atribuições determinadas pela SUSEP. **Parágrafo Quarto.** Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere ao inciso XI deste Artigo. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos. Artigo 21.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Nesta data serão preparados um balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstração de resultado do exercício e demonstração do fluxo de caixa. **Parágrafo Primeiro.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Parágrafo Segundo.** De cada exercício social 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado à reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá constituir reserva estatutária com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social, em montante não superior a 70% (setenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da Companhia, ressalvado o disposto no artigo 22 deste Estatuto Social ("Reserva de Investimentos"). **Parágrafo Quarto.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens deste artigo 21, terá a destinação a ser determinada pela Assembleia Geral, observado ainda, que eventual saldo remanescente que não tenha sido destinado nos termos deste Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendos. **Artigo 22.** Os acionistas terão o direito de receber 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social a título de dividendos obrigatórios, após as deduções exigidas por lei. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 23.** A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 90.830/25-8 em 12/03/2025. Aloizio Epifânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

AVISO DE LICITAÇÃO - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025** - O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO RODRIGUES, Estado de São Paulo, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que no DIA 03 DE ABRIL DE 2025, às 13h30min, será realizado "LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE", aberta através do Processo nº 11/2025, na modalidade Pregão Eletrônico, nº 07/2025, do tipo menor preço unitário, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS – PÃES ASSADOS, QUE IRÃO COMPOR OS CARDÁPIOS OFERTADOS AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2025, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, cujas especificações completas encontram-se discriminadas no Termo de Referência (ANEXO I), que faz parte integrante do edital. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados no site www.candidorodrigues.sp.gov.br. Informações podem ser obtidas através do telefone (16)3257-1133, ramal 203 (departamento de licitações) ou e-mail: licitacao@candidorodrigues.sp.gov.br, ou no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda à sexta feira das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site http://compras.candidorodrigues.sp.gov.br:5078/comprasedital/. Cândido Rodrigues, 19 de março de 2025. TIAGO ALEX RAVAZZI - Prefeito Municipal.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 202/2025, do tipo menor preço, destinado à: ATADURA ELÁSTICA POROSA, MEDINDO 10CM X 120CM..., A realização da Sessão será no dia 11/04/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 90202/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 20/03/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2162.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM/MG - Remarcação de Pregão Eletrônico nº 016/2024 - PAC nº 0100/2024 - Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios para a SEMED - Abertura dia 02/04/2025 às 09:00h - Íntegra do Edital nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e https://www.betim.mg.gov.br/portal/editais/1 - Informações: cpl@betim.mp.org.br – Agente de Contratação – 18/03/2025

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ 01.206.480/0001-04 - NIRE 35.300.452.542

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2024

Data, Hora e Local: No dia 20 (vinte) do mês de novembro de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010. **Presença, Convocação e Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme atestam as assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa: Presidente:** Edson Luis Franco; **Secretário:** Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia: (I)** Rerratificar a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2024 que deliberou pelo aumento de capital; **(II)** Ratificar o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; e **(III)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade da acionista presente e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberou: **(I)** Rerratificar a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2024 que deliberou pelo aumento de capital da Companhia, ainda pendente de homologação pela Susep, para constar corretamente a forma e prazos com que foram realizadas as integralizações pelos acionistas, nos termos a seguir: a) A ata da Assembleia Geral Extraordinária de 19 de agosto de 2024, deliberou pelo aumento do capital social no montante de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), cujo recurso foi aportado por meio de duas transferências PIX, ambas no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) cada, sendo a primeira transferência efetuada em 29 de agosto de 2024, às 15:01:03, e a segunda transferência efetuada em 29 de agosto de 2024, às 15:01:04, respectivamente, totalizando o montante de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), utilizando-se da premissa de que as companhias de seguros se subordinam às disposições da Lei nº 4.595/64. Dessa forma, conforme consta do Boletim de Subscrição, assinado pelos representantes da subscritora e supervisionada Zurich Minas Brasil Seguros S.A., a forma de integralização foi realizada em moeda corrente nacional e a importância realizada foi efetuada mediante duas transferências sequenciais de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), totalizando o valor integral do aumento de capital, ou seja, R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atendendo portanto, do ponto de vista do acionista, ao que se pretendia deliberar, qual seja, que o aumento estivesse 100% integralizado e até 12 meses. **II)** Ratificar o artigo 4º do Estatuto Social, em decorrência da integralização do capital social realizada em 29 de agosto de 2024, conforme informado no item precedente: **"Artigo 4º** – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 91.628.481,89 (noventa e um milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), dividido em 2.041.301 (dois milhões, quarenta e um mil, trezentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo único** – Cada ação confere os mesmos direitos e obrigações e dá direito a um voto nas Assembleias Gerais." **III)** Diante das alterações aprovadas nos itens precedentes, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, como anexo, é parte integrante desta Ata. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Edson Luis Franco; **Secretário da Mesa:** Felipe Name Francisco. **Acionista:** Zurich Minas Brasil Seguros S.A., representada por seus Diretores Edson Luis Franco e Sven Testel. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 20 de novembro de 2024. **Felipe Name Francisco - Secretário. Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. CNPJ 01.206.480/0001-04 NIRE 35.300.452.542. Estatuto Social. De acordo com a AGE de 20.11.20204. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: Artigo 1º** – A Companhia é denominada **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.**, sociedade por ações que tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Brooklin Novo, CEP 04576-010, e será regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá abrir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território brasileiro, mediante decisão da Diretoria, atribuindo-lhes um capital separado para efeitos fiscais. A Diretoria poderá, também, constituir representantes em qualquer parte do Brasil. **Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e previdência complementar aberta, em todo o território nacional, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo, ainda, desenvolver todas as atividades necessárias à plena realização do seu objeto social. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observada a legislação aplicável. **Artigo 3º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 4º** – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 91.628.481,89 (noventa e um milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), dividido em 2.041.301 (dois milhões, quarenta e um mil, trezentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** – Cada ação confere os mesmos direitos e obrigações e dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Assembleia Geral: Artigo 5º** – A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada pelo Diretor Presidente uma vez por ano e se realizará até o dia 31 de março. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Diretor Presidente sempre que seja necessária ao atendimento dos interesses sociais. **Parágrafo Primeiro** – As Assembleias Gerais deverão ser dirigidas por um Presidente escolhido por aclamação ou eleição e um Secretário escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral, cabendo ao Presidente da Assembleia a supervisão dos trabalhos, a manutenção da ordem, podendo suspender, adiar ou dar por encerrada a Assembleia. **Parágrafo Segundo** – Para estarem aptos a participar da Assembleia, os procuradores dos acionistas deverão apresentar as suas respectivas procurações na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. **Parágrafo Terceiro** – O registro de transferência de ações, a substituição de certificados múltiplos por certificados individuais de ações e vice-versa serão suspensos 08 (oito) dias antes das datas das Assembleias. **Artigo 6º** – Os seguintes atos são de competência da Assembleia Geral: **I)** Incorporar outras sociedades à Companhia; **II)** Adquirir, vender ou por outra maneira dispor das participações da Companhia em outras sociedades, exceto para fins fiscais; **III)** Alterar o Estatuto Social, a fim de deliberar, entre outras matérias, a criação do Conselho de Administração; **IV)** Autorizar o resgate ou amortização de ações, bem como autorizar compra pela Companhia de suas próprias ações para mantê-las em tesouraria; **V)** Emitir debêntures, partes beneficiárias, ações de gozo e fruição ou bônus de subscrição; **VI)** Declarar e distribuir dividendos. **VII)** Praticar qualquer dos atos relacionados nos itens I a VIII do Artigo 136 da Lei nº 6.404/76; e **VIII)** Instalar o Conselho Fiscal. **Capítulo IV – Administração: Seção I – Disposições Gerais: Artigo 7º** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Único** – Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado: (i) pela Assembleia Geral de Acionistas, em relação aos membros do Conselho de Administração; ou (ii) pelo Conselho de Administração, em relação aos Diretores. O prazo de gestão do Conselho de Administração se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 8º** – Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reunirá validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam pelo voto da maioria dos presentes. Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, será considerado presente à reunião o membro que na ocasião: (i) estiver participando da reunião por telefone ou videoconferência ou por qualquer outro meio que possibilite aos demais Conselheiros ouvi-lo e/ou vê-lo; ou (ii) tenha enviado seu voto por escrito previamente. **Parágrafo Único** – Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues para outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião. **Artigo 9º** – A remuneração dos administradores é determinada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global, observado o disposto neste Estatuto e na legislação vigente. **Seção II – Conselho de Administração: Artigo 10** – O Conselho de Administração é composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no País, com adequado nível de experiência no cargo a ser eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração deverá prezar pela variedade de experiência entre os membros e deverá indicar, entre seus membros, o Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** – No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, uma Assembleia Geral será convocada para eleger um novo membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro** – O Conselho de Administração poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento, abrangência e área de atuação. **Artigo 11** – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e extraordinariamente quando os interesses da Companhia assim o exigirem. O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente, mediante aviso escrito, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos. A convocação será considerada dispensada nas reuniões do Conselho de Administração em que estejam presentes todos os seus membros. **Parágrafo Primeiro** – As reuniões do Conselho de Administração são instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Presidente do Conselho de Administração um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** – Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião do Conselho de Administração da qual todos os conselheiros tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do Artigo 8º. **Parágrafo Terceiro** – Nas reuniões, o Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, cabendo a cada Conselheiro 1 (um) voto e ao Presidente, além do seu, o voto de qualidade. **Parágrafo Quarto** – As atas de reunião do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio. **Artigo 12** – Compete privativamente ao Conselho de Administração, além do quanto previsto em lei: **I)** Fixar a orientação geral dos negócios sociais; **II)** Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes os cargos e as atribuições, designando dentre os Diretores um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro; **III)** Fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; **IV)** Convocar e preparar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, bem como aprovar as matérias exigidas pela lei, incluindo, mas não se limitando, as seguintes: **(a)** relatórios e contas da Diretoria; **(b)** demonstrações financeiras anuais; **(c)** proposta de pagamento de dividendos; **(d)** proposta para eleição dos membros do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes, quando aplicável; **(e)** proposta para aumento de capital; e **(f)** proposta para alterar o Estatuto Social da Companhia; **V)** Autorizar, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço anual ou intermediário; **VI)** Autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório; **VII)** Administrar a organização da Companhia, estabelecendo políticas e metas, principalmente em relação às questões financeiras, questões de investimentos, princípios da Companhia e procedimentos de administração de riscos, incluindo a aprovação de estratégias, disponibilizando os mecanismos necessários para alcançá-las, bem como assegurar que os riscos dessas políticas e metas sejam prontamente identificados e que existem mecanismos adequados para controlá-los, sempre de acordo com a legislação e regulamentação vigentes; **VIII)** Revisar e aprovar políticas de controle de riscos, a estrutura de auditoria da Companhia, procedimentos, planos e respectivos relatórios atestando a existência de um controle de riscos e que os maiores riscos foram identificados, e adequada e prontamente mitigados por parte da administração; **IX)** Aprovar qualquer outra questão de importância estratégica para a Companhia; **X)** Aprovar anualmente o plano estratégico da Companhia; **XI)** Planejar, aprovar e supervisionar o plano financeiro anual da Companhia, incluindo o monitoramento da disponibilidade de recursos financeiros adequados e aprovação de orçamentos anuais. **XII)** Aprovar as transações de maior relevância para a Companhia, assim definidas como aquelas cujos valores ultrapassem, quando individualmente consideradas, R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), desde que não relacionadas ao seu objeto social. **XIII)** Opinar sobre o balanço anual e balanços intermediários da Companhia; **XIV)** Analisar e aprovar as regras para controle financeiro da Companhia; **XV)** Analisar e aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, caso este seja criado e instalado; **XVI)** Receber e revisar os relatórios financeiros elaborados pelo Diretor Financeiro; **XVII)** Aprovar o Regimento Interno dos Comitês da Companhia quando instalados; **XVIII)** Analisar e opinar sobre propostas de alteração do Estatuto Social; **XIX)** Receber e discutir os relatórios do Diretor Presidente e de outros membros da administração da Companhia, quando requerido pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia; **XX)** Analisar e opinar sobre possíveis aquisições ou alienações de negócios substanciais ou bens da Companhia; **XXI)** Analisar e opinar sobre possíveis novos negócios, fusões, joint ventures e parcerias bem como o encerramento dos mesmos; **XXII)** Analisar e opinar sobre possíveis reestruturações dos negócios da Companhia; **XXIII)** Aprovar a contratação de auditores internos e externos para a Companhia. e **XXIV)** Acompanhar e aprovar a celebração de acordo comerciais, financeiros ou imobiliários entre a Companhia, de um lado, e outro, direta ou indiretamente seus administradores, membros dos conselhos estatutários, e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau; bem como seus controladores, outras sociedades sob controle comum ou sociedades ligadas., desde que referente as seguintes operações: i. as operações referentes à incorporação ou à desincorporação de ativos para fins de aumento ou de redução de capital social; ii. aos participantes de planos ou segurados que, nessa condição, realizarem operações com a Companhia, quando estas estiverem no exercício exclusivo de seu objeto social, segundo regulamentação específica editada pela Susep; iii. as operações de prestações de serviços, desde que a remuneração contratada seja compatível com os valores praticados no mercado e cujos contratos sejam aprovados e acompanhados pelo Conselho de Administração e pela diretoria da Companhia; iv. às operações que, respeitadas as normas vigentes, forem contratadas entre as Companhias, em decorrência de acordo operacional cujo objeto exclusivo seja o fomento da comercialização de produtos regulamentados no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados; e v. aos contratos de transferência de risco realizados entre sociedades seguradoras e resseguradores. **Artigo 13** – Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração, dentro de suas atribuições legais e estatutárias: **I)** convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; **II)** supervisionar a observância e implementação das deliberações do Conselho de Administração; **III)** informar prontamente e sem atraso todos os membros do Conselho de Administração sobre eventos extraordinários; **IV)** disponibilizar as informações que tenham sido solicitadas por outros membros do Conselho de Administração, quando aplicável; **V)** assegurar a realização de reunião para discussão do desempenho anual do Conselho de Administração; e **VI)** comunicar ao Diretor Presidente as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, com a finalidade de informá-lo sobre o desenvolvimento dos negócios relevantes da Companhia. **Parágrafo Único** – O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, em até 24 (vinte e quatro) horas, quando necessário, devendo respeitar a presença de, pelo menos, a maioria mais um de seus membros, permitida a participação por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica. **Seção III - Diretoria: Artigo 14** – A Companhia será gerida por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos admitida a reeleição. No fim de seus respectivos mandatos os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores eleitos. Os Diretores são dispensados de prestar caução para o exercício do cargo. **Parágrafo Primeiro** – A investidura do cargo de Diretor fica condicionada à homologação de sua eleição pelo órgão fiscalizador do mercado segurador. **Parágrafo Segundo** – Os Diretores receberão mensalmente uma remuneração fixada anualmente pela Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro** – No caso de ausência ou impedimento de algum Diretor suas obrigações serão exercidas por outro Diretor, conforme decidido em reunião da Diretoria. **Parágrafo Quarto** – Um Diretor não acumulará a remuneração caso venha substituir outro Diretor ou acumular funções. **Parágrafo Quinto** – Dentre os Diretores eleitos, haverá a designação de um Diretor estatutário como responsável pelos controles internos respeitados os termos e prazos constantes da Resolução CNSP nº 416/2021 ou norma que venha a substituí-la. **Artigo 15** – Todas as decisões da Diretoria referentes a qualquer dos itens abaixo relacionados dependerão do prévio consentimento do Diretor Presidente e de, pelo menos, 1 (um) Diretor: **I)** Estabelecer novos negócios não relacionados com os já existentes dentro dos limites do objeto social; **II)** Abrir e extinguir estabelecimento de que trata o parágrafo único do Artigo 1º; **III)** Exercer o direito de voto decorrente de participações da Companhia em outras sociedades; **IV)** Eleger membros do Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Diretoria, Conselho Fiscal das Sociedades nas quais a Companhia detém participação; **V)** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), observada a regulamentação vigente; **VI)** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); **VII)** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e **VIII)** Celebrar qualquer acordo com acionistas ou empresa controlada por quaisquer dos acionistas. **Parágrafo Primeiro** – A constituição de procuradores para representar a Companhia na realização de qualquer dos atos relacionados neste Artigo; depende da assinatura de 2 (dois) Diretores. **Parágrafo Segundo** – Os Diretores deverão ser convocados para as reuniões da Diretoria, por escrito, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, ficando dispensada a convocação quando presentes à reunião a totalidade dos Diretores. A convocação deverá indicar a data, hora e local, bem como os assuntos que serão debatidos na reunião. **Artigo 16** – São atribuições do Diretor Presidente: **I)** Convocar as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria; **II)** Supervisionar o atendimento às disposições deste Estatuto e das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas Reuniões de Diretoria; **III)** Gerir e administrar os negócios da Companhia, orientando, conduzindo e supervisionando todas as suas atividades; **IV)** Representar a sociedade em juízo ou fora dele, bem como receber citação; **V)** Supervisionar e coordenar as atividades dos outros Diretores; **VI)** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), observada a regulamentação vigente; **VII)** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato, igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e **VIII)** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). **Parágrafo Primeiro** – Em caso de impedimento ou afastamento temporário do Diretor Presidente, este previamente indicará, por escrito, outro Diretor que o substitua para o cumprimento das atribuições acima especificadas. **Parágrafo Segundo** – Na hipótese prevista no parágrafo anterior, caso o Diretor Presidente não tenha indicado outro Diretor para substituí-lo, os demais Diretores ou qualquer outro detentor de poderes de representação da maioria dos acionistas o farão, conforme decisão a ser tomada em conjunto e documentada por escrito, a qual deverá ser cumprida por todos. **Parágrafo Terceiro** – O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, conforme disposto no parágrafo único, artigo 13. **Artigo 17** – São atribuições do Diretor responsável pelos controles internos: **I)** orientar e supervisionar: a) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, nos termos do art. 14, inciso I da Resolução CNSP nº 416/2021, ou norma que venha a substituí-la; e b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; **II)** prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; (b) acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises; **III)** Informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (a) riscos novos ou emergentes; (b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados à sua mensuração; (c) ações relativas à gestão de riscos; e (d) deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento, quando houver. **Parágrafo Primeiro** – O Diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio; **Parágrafo Segundo** – O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos ou o Conselho de Administração, quando existente, ou com o Diretor Presidente ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores; **Parágrafo Terceiro** – O Diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **Parágrafo Quarto** – É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 18** – Sujeito aos artigos 5º e 15, a Companhia será representada, em juízo ou fora dele, e se obrigará através da assinatura de: **I)** 2 (dois) Diretores, qualquer Diretor conjuntamente com qualquer procurador ou quaisquer 2 (dois) procuradores devidamente constituídos para representar a Companhia, conforme o disposto no parágrafo primeiro deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração, inclusive receber citação, e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma. **II)** Pela assinatura exclusiva de qualquer Diretor ou qualquer procurador devidamente constituído para representar a Companhia, conforme o parágrafo primeiro deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma, representação da Companhia em atos rotineiros frente às autoridades públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e seus órgãos regionais, a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional e seus órgãos regionais, e inspetorias e agências, empresas públicas e sociedades de economia mista, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; assinar os recibos pelos pagamentos feitos à Companhia; a prática de atos como representantes ou preposto em juízo; o endosso de cheque somente para depósitos nas contas bancárias da Companhia; a emissão e endosso de faturas, letras de câmbio ou outros títulos de crédito, somente para desconto ou cobrança bancária e, consequentemente, depósitos na conta da Companhia. **Parágrafo Primeiro** – As procurações outorgadas pela Companhia sempre devem ser assinadas na forma do disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 15 e serão válidas por, no máximo, 1 (um) ano, devendo especificar todos os poderes outorgados. **Parágrafo Segundo** – As procurações outorgadas para advogado com poderes da cláusula "ad judicia" e para representar a Companhia em processos administrativos do interesse desta devem ser assinadas na forma dos incisos "I" ou "II" deste Artigo. Tais procurações podem ser por prazo indeterminado e podem também permitir o substabelecimento. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 19** – A Companhia terá um Conselho Fiscal formado de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e um igual número de suplentes, os quais somente poderão atuar no exercício social em que for deliberado pela Assembleia Geral que elegerá os membros e estipulará sua remuneração. **Parágrafo Único** – Os deveres dos membros efetivos do Conselho Fiscal são os estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias, serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI – Comitê de Auditoria: Artigo 20** – A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição por mais 2 (dois) anos, nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro** – No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu Presidente. **Parágrafo Segundo** – O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo Terceiro** – Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: **I)** estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; **II)** recomendar, à administração da Companhia a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; **III)** revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. **IV)** avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia além de regulamentos e códigos internos; **V)** avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pela auditoria interna, ou as justificativas para a sua não aceitação; **VI)** avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; **VII)** recomendar à Diretoria Executiva da Sociedade, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **VIII)** reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor Presidente da Companhia ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado ou grupo e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; **IX)** verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; **X)** reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; **XI)** elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e **XII)** outras atribuições determinadas pela SUSEP. **Parágrafo Quarto** – Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere ao inciso XI deste Artigo. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos: Artigo 21** – O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Nesta data serão preparados um balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstração de resultado do exercício e demonstração do fluxo de caixa. **Parágrafo Primeiro** – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Parágrafo Segundo** – De cada exercício social 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado à reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro** – A Companhia poderá constituir reserva estatutária com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social, em montante não superior a 70% (setenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da Companhia, ressalvado o disposto no artigo 22 deste Estatuto Social ("Reserva de Investimentos"). **Parágrafo Quarto** – O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens deste artigo 21, terá a destinação a ser determinada pela Assembleia Geral, observado ainda, que eventual saldo remanescente que não tenha sido destinado nos termos deste Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendos. **Artigo 22** – Os acionistas terão o direito de receber 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social a título de dividendos obrigatórios, após as deduções exigidas por lei. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Extinção: Artigo 23** – A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 90.829/25-6 em 12/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.



Incêndio consome hospital após ataque russo em Krasnopilia, na região de Sumi, no leste da Ucrânia Divulgação/Serviço de Emergência da Ucrânia/AFP

Rússia e Ucrânia se atacam um dia após aceitarem cessar-fogo parcial

Depois de criticar líder russo e falar com presidente americano, Zelenski afirma que vai negociar termos de pausa de 30 dias em bombardeios contra sistema energético

Igor Gielow

SÃO PAULO Horas após Vladimir Putin e Volodimir Zelenski concordarem com um cessar-fogo parcial de 30 dias na Guerra da Ucrânia que envolve a pausa nos ataques à infraestrutura energética, ambos os lados se atacaram.

Os protagonistas da guerra se envolveram em uma disputa retórica sobre quem era menos confiável. Ao fim, o ucraniano falou com o pai da proposta, Donald Trump, e disse que ainda irá negociar os termos da pausa.

Os primeiros relatos foram de ações russas, com explosões relatadas em Kiev enquanto o presidente ucraniano falava em rede social a partir da Finlândia que os termos com os quais Putin concordou em telefonema com o americano Donald Trump eram aceitáveis, na noite de terça (18).

Ao longo da madrugada desta quarta-feira (19), contudo, a linha foi borrada. Houve uma grande troca de ataques com drones. Kiev disse ter destruído 72 de 145 lançados pelos russos, enquanto Moscou relatou apenas ter abatido 57 aviões-robôs, 35 deles sobre a região meridional de Kursk.

São números compatíveis com as médias recentes e embutem uma sinalização: não houve emprego de mísseis de cruzeiro ou balísticos, mais mortíferos. Foram atingidos alvos que deveriam ser poupados a depreender do que foi divulgado na terça: uma estação de distribuição de energia para a rede ferroviária e um hospital de Sumi (nordeste ucraniano) e um depósito de petróleo de Krasnodar (sul russo).

Como seria previsível ante sua posição escanteada nas conversas e a degradação avançada de sua rede energética, Kiev gritou mais alto. Zelenski disse que os ataques provavam que os russos seguem na ofensiva. Depois, conversou com Trump ao telefone. Segundo o americano escreveu na rede Truth Social, "muito da discussão foi baseada na conversa feita ontem com o presidente Putin, para alinhar tanto a Rússia quanto a Ucrânia em termos de suas requisições e necessidades".

Ou seja, nada concreto. Depois, Zelenski afirmou que instruiu seus times "para resolver as questões técnica relativas à implementação e à expansão do cessar-fogo parcial", sugerindo que ouviu uma admoestação privada de Trump.

Ainda nesta quarta, houve a combinada troca de 175 prisioneiros de guerra de cada lado com os russo, conforme acertado no telefonema entre o americano e o russo.

Aliados europeus de Kiev também saíram em defesa dos ucranianos. "Putin está jogando um jogo aqui, e eu tenho certeza de que o presidente americano não poderá ficar sentado observando isso por muito mais tempo", disse o ministro alemão Boris Pistorius (Defesa), à TV ZDF.

O Kremlin foi na mesma linha. Nesta quarta, o porta-voz Dmitri Peskov afirmou que a Ucrânia não está comprometida com a trégua. Ele chegou a dizer que os militares russos até abortaram um ataque, derrubando sete de seus próprios drones, após a conversa entre os líderes.

Se isso ocorreu, não mudou a figura da noite. Peskov descreveu a relação entre seu chefe e Trump como "de confiança". "Eles se compreendem", afirmou o porta-voz, que voltou a falar no potencial de negócios entre russos e americanos com o relaxamento das relações entre os rivais.

O problema para o ucraniano e seus apoiadores é que Trump não só pode, como está trabalhando no ritmo imposto por Putin. A questão central acerca do cessar-fogo parcial é que nenhuma regra de fato foi colocada na mesa de forma clara.

Fiel ao seu estilo de querer cantar vitória sempre, o presidente americano cometeu a temeridade de dizer que o arranjo já estava valendo em uma postagem após a conversa com Putin. Faltou combinar com russos e ucranianos como isso se daria, aparentemente, e a continuidade dos ataques deu munição retórica gratuita para ambos os lados.

Trump não conseguiu de Putin o que havia conseguido de Zelenski uma semana antes: um cessar-fogo de 30 dias total, sem nenhuma ação militar após mais de três anos da invasão russa. O russo já havia dito que isso não aconteceria sem que seus termos para a paz fossem colocados à mesa: cessão territorial dos 20% que domina do vizinho, neutralidade e desmilitarização de Kiev.

Na visão do americano, aceita por Kiev após uma brutal campanha de bullying político por parte de Trump que incluiu a humilhação de Zelenski na Casa Branca, é possível negociar tudo isso com um cessar-fogo em efeito.

Negociações serão retomadas no domingo (23)

As negociações sobre um cessar-fogo temporário na guerra entre Rússia e Ucrânia vão continuar no próximo domingo (23) na cidade de Jiddah, na Arábia Saudita, disse na terça (18) o enviado do governo Donald Trump ao Oriente Médio, Steve Witkoff.

Em entrevista ao canal Fox News, Witkoff afirmou que integrantes do governo americano vão à cidade saudita numa tentativa de concretizar o acordo. A equipe será formada, entre outros, pelo secretário de Estado, Marco Rubio, e pelo assessor de Segurança Nacional de Trump, Mike Waltz.

Mais cedo nesta terça, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, aceitou um cessar-fogo temporário com a Ucrânia em conversa por telefone com Trump. O russo concordou com a suspensão dos ataques mútuos contra infraestrutura energética.

Uma nova ordem mundial emerge com a aproximação entre Trump e Putin

Análise

SÃO PAULO Um dos preceitos da geopolítica é que pessoas não moldam a história, mas a servem. Sob essa ótica, quando um personagem como Donald Trump surge, ele encarna o espírito do tempo.

Assim, por tentador que seja individualizar na conduta espalhafatosa do presidente americano a mudança da ordem mundial ora em curso, o que de resto serve a seu propósito político mais comezinho, é preciso contextualizá-la.

O sistema internacional como o conhecemos, montado após a Segunda Guerra Mundial, está caduco. A China ascendeu, potências menores clamam por lugar, a globalização passou de panaceia a vilã e a pandemia acabou por desarranjar tudo.

Vladimir Putin, outro indivíduo que reflete a realidade geopolítica de seu país apesar de parecer controlá-la, então invadiu a Ucrânia em 2022. A reação dos EUA sob Joe Biden esticou o conflito: nem Putin seria derrotado, nem Volodimir Zelenski seria imolado.

O arranjo era tão frágil que não durou dois meses da volta do republicano ao poder. Trump é a imagem do fastio da sociedade ocidental consigo mesma, para mais críticos o cinismo da era das redes sociais e do capitalismo tecnológico de Velho Oeste dos Elon Musk à sua volta, inclusive o próprio.

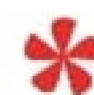
Para observadores mais moderados, longe da base de fãs do populismo, ele deriva de uma necessidade: a mudança das regras estabelecidas, que já não atendem à realidade.

Como seria óbvio, Trump pode não ter moral, mas tem lado, e isso delimita a linha entre seus críticos e apoiadores. Isso se vê em Israel, mas seu "bromance" com Putin é ainda mais dramático.

Por ora, o russo ganha tempo para elevar o seu cacife em qualquer negociação que venha a travar com Zelenski, e Trump se deixa enrolar por acreditar ser este o caminho para a acomodação.

Exemplo disso foi o telefonema entre Kremlin e Casa Branca na terça (18).

Continua na pág. A35



Por ora, o russo ganha tempo para elevar o seu cacife em qualquer negociação que venha a travar com Zelenski, e Trump se deixa enrolar por acreditar ser este o caminho para a acomodação

Continuação da pág. A34

Trump quer desafiar a noção de ser apenas um instrumento e emula o antecessor Richard Nixon, quando o também republicano encontrou-se com o líder soviético Leonid Brejnev em Washington, em 1973.

Segundo as gravações de suas conversas, o americano e o russo concordaram que a relação pessoal entre eles era "a chave do futuro". Brejnev chegou a se presenteado com uma limusine, da mesma forma com que o ditador Kim Jong-un ganhou uma de Putin.

Trump se fia no "rapport" com o colega. O entorno no Kremlin desconfia que ele queira auferir louros políticos e vantagens econômicas na reabertura do mercado russo que virá se a guerra acabar. Já seus críticos nos EUA e Europa o veem como manipulável.

O problema de ser a pessoa certa na hora certa do processo histórico é estar à altura dele. Noves fora considerações morais de caráter, Trump parece apenas buscar sua máxima declarada de proclamar vitória a qualquer custo, mesmo na derrota sua ou dos outros.

Independentemente dessas características, o que reforça a visão impessoal da história, uma nova ordem já emerge na Europa e, de lá, tende a reverberar mundo afora.

No mesmo dia em que proclamou um cessar-fogo inexistente, o americano viu a Alemanha aprovar uma mudança tectônica na sua imagem de monólito da austeridade fiscal em favor de se rearmar e animar a economia.

Este é o país que levou, como ator de uma geopolítica em desencanto, o mundo a duas guerras mundiais quando resolveu investir no seu atávico belicismo —uma delas sob o farol aberrante do nazismo.

Que seu rearmamento seja aplaudido de pé por europeus é sinal inequívoco dos novos tempos. A França de outro personagem que adoraria estar nos livros de história, Emmanuel Macron, virou profeta do gasto militar. Bruxelas promete R$ 5 trilhões para defesa nos próximos anos.

Também na terça, Polônia e Estados bálticos, todos com motivos para temer uma Rússia reenergizada pela "pax trumpista", anunciaram que vão deixar o tratado que baniu as horrendas minas antipessoais para coalhar suas fronteiras com esses armamentos. A Finlândia deve segui-los.

Uma versão báltica da Cortina de Ferro, que até há pouco tempo seria vista como um retrocesso no tabuleiro civilizatório, com efeito foi celebrada pelos membros da Otan.

O próximo capítulo é incerto, podendo ser nos extremos uma paz ditada pela força ou a Terceira Guerra Mundial, ou ainda a mais convencional acomodação. Uma coisa é certa: o anjo da história lido por Walter Benjamin a partir do quadro de Paul Klee, fixa o olhar para o passado, mas é tragado pelo futuro. IG

Suspensão da ajuda dos EUA ao país invadido afeta acesso à saúde no front

Até financiamento para organização de eleições na Ucrânia foi eliminado pela Usaid

UCRÂNIA NA ERA TRUMP

Patrícia Campos Mello

KIEV E KHARKIV (UCRÂNIA) "O financiamento do seu projeto não se alinha às prioridades da agência" e "esse programa não é do interesse nacional", dizia o email seco enviado pela Usaid, a agência de ajuda externa dos Estados Unidos que foi fechada por Donald Trump. "Deus abençoe a América", concluía a mensagem de 27 de fevereiro recebida por Olga Aivazovska, diretora do conselho da ONG ucraniana Opora.

O financiamento cortado pela Usaid, de US$ 8 milhões, era para algo que tem sido apresentado como prioridade por Trump —organização das próximas eleições na Ucrânia. Mas nem isso poupou o projeto da motosserra de Elon Musk, que, à frente do Doge, ainda que não oficialmente, cortou quase toda a ajuda que os EUA davam a outros países.

A Ucrânia é o maior receptor de recursos da Usaid —foram US$ 28 bilhões em 2023. Em seguida, vêm Jordânia, com US$ 1,6 bilhão, e Egito, com US$ 1,5 bilhão.

De acordo com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, 83% dos 6.200 contratos da Usaid foram cancelados. "Os 5.200 contratos que agora estão cancelados representaram gastos de dezenas de bilhões de dólares que não serviam, e às vezes até prejudicavam, os principais interesses nacionais dos EUA", disse ele no X.

O projeto cortado da Opora era para organizar uma missão de observadores para assegurar eleições justas na Ucrânia após o fim da lei marcial no país, vigente desde a invasão russa.

"Precisaremos apoiar a democracia na Ucrânia sem ajuda dos EUA", diz Aivazovska. Ela agora está buscando financiamento do Reino Unido e da Noruega para tentar tapar o buraco deixado por Washington.

Trump tem afirmado que os Estados Unidos já destinaram US$ 350 bilhões em ajuda externa (militar e não militar) à Ucrânia desde o início da guerra e que a Europa só deu US$ 100 bilhões. Os números não estão corretos. De acordo com o Instituto Kiel para a Economia Mundial, os EUA destinaram US$ 119 bilhões de ajuda direta para a Ucrânia, e os países europeus, US$ 138 bilhões. Os números são corroborados por outros levantamentos.

No Centro Ucraniano de Assistência à Saúde, apenas 5% do orçamento vinha da Usaid. Mas mesmo quem não dependia tanto dos recursos da agência americana está sofrendo, porque aumentou muito a competição por financiamento de outros países.



Série aborda efeito de Trump sobre a guerra

Desde o retorno de Donald Trump ao poder, a Ucrânia passou a conviver com a incerteza sobre o apoio dado pelos EUA e a expectativa de que a guerra com a Rússia chegasse ao fim.

Na série "Ucrânia na era Trump", a repórter especial Patrícia Campos Mello percorre o país para relatar a vida dos ucranianos, diante do cenário de uma trégua parcial do conflito.

A Usaid financiava um programa em que o centro estava aprimorando o atendimento básico a saúde em dez comunidades. Nesses locais próximos do front, não há grandes hospitais, e o transporte público não está funcionando. Então essas unidades básicas de saúde precisam oferecer atendimento completo. O centro estava treinando profissionais para prestarem atendimento de emergência e cuidados a pacientes em estado crítico.

"Tivemos que fechar tudo, no meio do projeto. Com isso, essas comunidades no front vão ficar sem um bom atendimento de emergência", diz Irina Nemirovitch, diretora do órgão.

Outro financiamento cortado foi o da Fundação Vesta, que oferece assistência psicológica a soldados e veteranos. Estresse pós-traumático, membros amputados, readaptação à vida civil e depressão são problemas comuns entre militares ucranianos.

A fundação tem 12 psicólogos em tempo integral e mais 13 para períodos de crise que oferecem consultas online e no front. O programa dependia de doações de empresas, indivíduos e dos EUA. Agora, está buscando novas fontes, diz Vladislav Babir, vice-diretor da fundação.

A repórter viajou à Ucrânia a convite da ONG Public Interest Journalism Lab



Manifestantes protestam em Istambul em apoio ao prefeito Ekrem Imamoglu, preso sob acusação de corrupção Yasin Akgul/AFP

Turquia prende prefeito de Istambul, rival de Erdogan; oposição vê golpe

ISTAMBUL | REUTERS E AFP A Turquia deteve Ekrem Imamoglu, prefeito de Istambul e principal rival do presidente Recep Tayyip Erdogan, sob acusações de corrupção e auxílio a um grupo considerado terrorista pelo governo. O principal partido de oposição chamou a medida de golpe. O governo nega a acusação e afirma que a Justiça turca tem independência.

À frente de Erdogan em algumas pesquisas de opinião, Imamoglu, 54, estava prestes a ser nomeado candidato à Presidência pela sua sigla, o Partido Popular Republicano (CHP, na sigla em turco), nas eleições previstas para 2028.

Eufrázio

Brasil segura autorização para embaixador de Israel e arrisca ampliar crise com Netanyahu

Itamaraty recebeu em janeiro requisição de Tel Aviv para nomeação de novo chefe da missão em Brasília, mas ainda não respondeu

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O governo do presidente Lula (PT) segura há cerca de dois meses o aval necessário para que Israel nomeie um novo embaixador no Brasil, num gesto que ameaça aprofundar a crise com o país liderado por Binyamin Netanyahu.

Na segunda metade de janeiro, Israel solicitou ao Itamaraty o chamado agrément (consulta que pede a anuência do país anfitrião antes da designação formal de um embaixador) para enviar ao Brasil, como chefe de missão, o diplomata Gali Dagan.

Ex-embaixador em Bogotá, Dagan deixou a Colômbia em junho, depois que o presidente Gustavo Petro decidiu romper relações com Israel em decorrência da guerra na Faixa de Gaza.

Até esta quarta-feira (19), a requisição do agrément não havia sido concedida pelo Itamaraty — na tradição diplomática, um pedido desse tipo nunca é formalmente recusado, apenas fica sem resposta caso um governo se oponha à nomeação.

Se o aval não for mesmo dado, o governo Lula estará, na prática, rebaixando seu relacionamento com Israel, que passará a ser representado no Brasil apenas por um encarregado de negócios (de nível hierárquico inferior).

Procurado pela **Folha**, o Itamaraty afirmou que processos de substituição de embaixadores são "rotineiros e sigilosos até a concessão do agrément" e que não comentaria o assunto. A embaixada de Israel em Brasília também não se manifestou.

Os governo Lula e Netanyahu trocaram críticas nos últimos meses devido à ofensiva militar israelense em Gaza.

O momento mais agudo da crise ocorreu durante a visita de Lula à Etiópia, em fevereiro de 2024.

Na ocasião, o petista comparou as incursões de Israel em Gaza à perseguição aos judeus pela Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial, o que desatou fortes queixas do governo de Israel e da comunidade judaica no Brasil.

Em resposta, Netanyahu disse que Lula tinha cruzado uma linha vermelha. O então embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, foi chamado para uma represália pública no Yad Vashem, o mais importante memorial sobre o Holocausto.

Depois, o então chanceler israelense e hoje ministro da Defesa, Israel Katz, declarou que Lula era "persona non grata" no país. O governo brasileiro viu na forma como a reprimenda foi organizada —em hebraico, idioma que Meyer não domina— uma provocação. O Planalto decidiu retirar o diplomata de Tel Aviv, sem substituí-lo. Hoje, a missão brasileira não conta com um embaixador.

Nesta semana, a rixa entre os dois governos ganhou novo capítulo com os ataques israelenses em Gaza, que indicaram o fim do frágil cessar-fogo com o Hamas.

Em comunicado publicado na terça, o governo Lula disse deplorar os novos ataques israelenses, que "provocaram a morte de centenas de palestinos, incluindo grande número de crianças, em flagrante violação do Direito Internacional Humanitário".

"[O governo] exorta, ainda, as partes a cumprirem os termos do acordo de cessar-fogo anunciado em 15 de janeiro", diz a nota.

A velocidade com que um agrément é concedido reflete a proximidade política entre governos. Em tempos de relacionamento normal, o Itamaraty costumava dar o aval para embaixadores argentinos no próprio dia do protocolo da solicitação.

Gali Dagan é diplomata de carreira e ingressou na chancelaria israelense em 2006. No exterior, foi vice-chefe na embaixada de Israel em Lima, no Peru, e conselheiro nas missões israelenses para a União Europeia e a Otan.

O atual embaixador, Daniel Zonshine, deixa o posto nas próximas semanas. Antes, chefiou a missão israelense em Mianmar e foi cônsul-geral em Mumbai (Índia). De 1998 a 2002, teve uma primeira passagem por Brasília, como ministro-conselheiro.

Estudante preso deve permanecer nos EUA, diz juiz

Um juiz americano disse nesta quarta-feira (19) que Mahmoud Khalil, ex-aluno da Universidade Columbia detido sob risco de deportação por sua participação em protestos pró-Palestina, deve permanecer nos Estados Unidos por enquanto, mas transferiu o caso de contestação da legalidade de sua prisão para um tribunal em Nova Jersey.

O juiz federal Jesse Furman, de Manhattan, negou proposta do governo Trump para arquivar o caso, mas aceitou que não tinha jurisdição pois Khalil estava detido em Nova Jersey.



Manifestante com máscara de Binyamin Netanyahu protesta contra o premiê perto da residência oficial, em Jerusalém Ammar Awad/Reuters

Tel Aviv faz operação terrestre em Gaza após colapso do cessar-fogo

Igor Gielow

SÃO PAULO Um dia depois de encerrar o cessar-fogo com o grupo terrorista Hamas com violentos ataques aéreos à Faixa de Gaza, o governo de Israel reocupou um trecho do território conhecido como corredor de Netzarim, que o divide ao meio.

O corredor é estratégico para o controle de ir e vir e de movimentações militares na região arruinada pela guerra iniciada após o Hamas atacar o Estado judeu em 7 de outubro de 2023. Ele havia sido desocupado como parte da primeira fase do cessar-fogo ora suspenso, que havia entrado em vigor em 19 de janeiro passado.

Com isso, as tropas israelenses estão em posição para outras ações terrestres, provavelmente incursões. Tel Aviv ainda controla outro corredor, o Filadélfia, que separa o sul da faixa do Egito.

O fato de ter ficado ali foi um dos argumentos do Hamas para não levar em frente o cessar-fogo proposto pelos EUA, que levaria a 50 mais dias de pausa nos combates, quando ficou claro que o grupo e Israel não iriam cumprir o cronograma anterior.

Do lado israelense, a queixa é a demora na liberação dos reféns tomados no 7 de Outubro ainda em mãos do Hamas —59, talvez 24 dos quais ainda vivos. A volta dos ataques provocou fúria entre familiares dos cativos, e grandes protestos contra o governo de Binyamin Netanyahu.

O premiê, empoderado pelo apoio renovado do americano Donald Trump a suas políticas, perpetua sua posição de líder em guerra em um país cindido quanto a isso. Sem o conflito, lá e em outras frentes, o apoio da ultradireita a seu governo no Parlamento tende a evaporar.

Netanyahu foi amplamente condenado pela comunidade internacional pela violação do cessar-fogo. Isso, mas principalmente a pressão doméstica, levou a uma redução na intensidade dos ataques aéreos na madrugada desta quarta-feira (19).



No período, morreram ao menos 14 pessoas, elevando a 470 o número de mortos desde o reinício dos ataques. Na conta do Ministério da Saúde de Gaza, que é controlado pelo Hamas, são 49.547 os palestinos mortos no conflito até aqui. O ataque terrorista que o originou deixou cerca de 1.200 mortos em Israel.

Apesar da animosidade, o Hamas disse nesta quarta que está disposto a negociar com Tel Aviv. O grupo está sem muitas opções, dada sua fraqueza militar.

Bancados pelo regime do Irã, Hamas e o grupo libanês Hezbollah foram desarticulados militarmente e viram suas lideranças dizimadas.



Operação policial de Milei desinfla ato uma semana após confronto

Um novo protesto contra o presidente argentino ocorreu em Buenos Aires na quarta (19) sem violência, diferente do ocorrido último dia 12; Casa Rosada e sede do Congresso foram cercados com grades pretas Matias Baglietto/Reuters

Documentos sobre Kennedy mostram temor nos EUA de avanço comunista no Brasil

Arquivos publicados pelo governo Trump apontam que autoridades americanas monitoraram políticos brasileiros durante Guerra Fria

Renan Marra

SÃO PAULO Documentos relacionados ao assassinato de John F. Kennedy e tornados públicos pelo governo de Donald Trump mencionam o Brasil no contexto da Guerra Fria (1947-1989), marcada pelo conflito ideológico entre os EUA e a antiga União Soviética, e da influência de Cuba e da China na América Latina.

Mais de 2.000 arquivos foram tornados públicos na terça-feira (18) após decreto assinado por Trump, que ainda durante a campanha à Casa Branca havia prometido "revelar tudo" sobre a morte de JFK, como ficou conhecido o 35º presidente dos EUA, e os desdobramentos do caso. Outros lotes de arquivos, totalizando mais de 80 mil páginas, devem ser liberados nos próximos dias.

Os documentos contêm detalhes sobre investigações conduzidas pela CIA, a agência de inteligência americana, e por outros departamentos do governo com o objetivo de conter o avanço do comunismo no continente.

Autoridades dos EUA monitoraram inclusive políticos brasileiros, mostram os arquivos que até agora eram sigilosos. Um deles foi Leonel Brizola (1922 - 2004), à época governador do Rio Grande do Sul. Líder da esquerda, ele teria recusado oferta de ajuda feita pelos regimes de Cuba e China quando comandava esforços para a sucessão de poder no Brasil após a renúncia do presidente Jânio Quadros (1917 - 1992), em 1961.

Os partidos comunistas chinês, sob a liderança de Mao Tse-tung, e cubano, com Fidel Castro à frente, ofereceram a Brizola voluntários e apoio material, segundo um dos relatórios. Mas o brasileiro recusou a oferta pois temia que a iniciativa pudesse melindrar a relação diplomática de Brasília com Washington.

"Brizola obviamente tinha medo de que, se as ofertas fossem aceitas, os EUA poderiam intervir", disse uma autoridade da CIA não identificada no relatório. O documento é parte do material que foi liberado no site do Arquivo Nacional americano.

A renúncia de Jânio abriu caminho para a Presidência de João Goulart (1919 - 1976), posteriormente deposto no golpe de 1964. Documento produzido pela CIA naquele ano afirma que, antes de os militares brasileiros tomarem o poder e instaurarem a ditadura, líderes de Cuba estavam empenhados em aumentar a influência sobre outros países latino-americanos, incluindo o Brasil.

"Antes da derrubada do presidente Goulart, Cuba estava envolvida em um esforço subversivo ativo no Brasil, fornecendo fundos, treinamento de guerrilha e propaganda, além de apoio a grupos comunistas", afirmava trecho do relatório americano.

Segundo o documento, o regime de Fidel manteve uma "operação significativa" de propaganda no Brasil, que teria servido como área de trânsito para "subversivos latino-americanos" que retornavam aos seus países depois de terem recebido treinamento em território cubano.

Os documentos mostram que Washington monitorava com atenção a situação política na América Latina —e considerava o cenário preocupante. Em 1963, o ano em que JFK foi assassinado, os EUA estavam envolvidos na Guerra do Vietnã (1955-1975), a Guerra Fria estava no auge, e a Revolução Cubana triunfara havia apenas quatro anos.

O assassinato de JFK, no Texas, é rodeado de teorias da conspiração que envolvem a CIA, o FBI e a máfia. Após sua morte, uma comissão especial estabelecida por seu sucessor, Lyndon Johnson, chegou à conclusão que o ex-militar Lee Harvey Oswald era o único culpado pela morte —Oswald foi, ele próprio, morto por um dono de boate dois dias depois do assassinato do presidente.

O FBI e o Departamento de Justiça sempre negaram envolvimento no caso.

Principais trechos em que país é mencionado nos papéis sobre morte de JFK

- Leonel Brizola recusou ajuda oferecida por Cuba e China; ele liderava esforços para a sucessão de poder no Brasil após a renúncia do presidente Jânio Quadros
- O regime cubano manteve "operação significativa" de propaganda no Brasil, que ainda teria servido como área de trânsito para "subversivos latino-americanos"
- Golpe no Brasil foi "grande derrota" para o regime cubano, que acumulou revezes políticos e precisou de um "período de respiro"

Deputado fujão e juiz entram num bar...

Zero Três pode se informar melhor sobre a história do país ao qual dedica lealdade

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT

Um deputado fujão e um juiz da Suprema Corte entram num bar...

Ainda não tenho a piada pronta, mas explico: uma coisa é esbravejar. Outra é ter poder para cumprir ameaças. Assim, é preciso deixar claro que não haverá, até a eleição de 2028, um processo de impeachment contra um juiz federal americano, especificamente o juiz James Boasberg, no momento sendo desafiado e xingado coletivamente por Donald Trump e seu gabinete por questionar a autoridade do Poder Executivo no voo dos venezuelanos deportados.

Não há 67 votos no Senado para remover um juiz vitalício de seu tribunal. Com a apertada maioria de deputados republicanos, o presidente da Câmara, Mike Johnson, cometeria suicídio político se enfiasse o pé na jaca com uma aventura de impeachment.

O problema de um regime que segue a palavra de ordem do porcino Steve Bannon —"invadir a área com merda"— para manter a oposição zonza porque, segundo ele, a mídia é o inimigo, é que não se trata de convencimento e sim de desorientação.

Já que vai ter tempo livre de sobra, o deputado fujão Zero Três estaria aberto a sugestões de leitura para aprimorar suas cultas credenciais como fritador de hambúrgueres? Quem sabe, ele pode se identificar como o Oblomov brasileiro, o filhinho de papai que nada faz e choraminga quando enfrenta a realidade, imortalizado no romance homônimo de Ivan Gontcharov.

Assim como não compreende a distinção entre grelhar e fritar a carne do sanduíche, o ocioso herdeiro produzido pela Barra da Tijuca parece achar que os três Poderes devem formar uma bacanal de fidelidade ao papai

Quando não estiver conspirando contra a nossa soberania nacional, o deslumbrado rebento conhecido pela bravata "se quiser fechar o STF, você não manda nem um jipe, cara, manda um soldado e um cabo" pode ir a uma biblioteca se informar melhor sobre a história do país onde sempre sonhou viver.

Certamente, há de escapar ao parlamentar gazeteiro a ironia de ter explicado sua fuga no mesmo dia em que o presidente da Suprema Corte americana deu uma cotovelada na Casa Branca com esta declaração: "Por mais de dois séculos, ficou estabelecido que o impeachment não é uma resposta apropriada para desacordos sobre uma decisão judicial."

O juiz John Roberts, um silencioso conservador e autor da decisão à qual este país deve a garantia de impunidade para ocupantes da Casa Branca, só havia puxado a orelha de Trump uma vez, em 2018, também num caso de imigração, quando o presidente xingou um magistrado que o contrariou de "juiz de Obama". Ele reagiu para defender a independência de seus pares, afirmando que juiz não tem dono.

Na terça-feira (18), a curta declaração de Roberts sobre os "dois séculos" foi uma referência direta ao ano de 1805, quando o barulhento e partidário juiz da Suprema Corte Samuel Chase foi absolvido de um processo de impeachment iniciado na Câmara e orquestrado pelo presidente Thomas Jefferson. O presidente da corte naquele ano, um forte opositor do impeachment, era o juiz John Marshall, herói de John Roberts. Marshall entrou para a história como um grande defensor da independência do Judiciário.

Assim como não compreende a distinção entre grelhar e fritar a carne do sanduíche inventado na pátria à qual dedica sua lealdade, o ocioso herdeiro produzido pela Barra da Tijuca parece achar que os três Poderes devem formar uma bacanal de fidelidade ao papai. Se depender do juiz Roberts, ele vai ter a chance de avançar na sua educação.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
QUA. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães SÁB. Igor Patrick

Ideia de turbinar guardas civis municipais com poder de polícia se espalha por cidades do país

Justiça tem barrado mudança do nome das corporações para Polícia Municipal, como aconteceu em São Paulo; guardas municipais do Rio protestam em frente à Câmara contra alteração no projeto sobre o tema



Agentes da Guarda Municipal do Rio fazem manifestação em frente à Câmara dos Vereadores Paulo Carneiro/Ato Press/Agência O Globo

RIO DE JANEIRO, RIBEIRÃO PRETO, BELO HORIZONTE, BELÉM, RECIFE, SALVADOR, PORTO ALEGRE, CURITIBA E SÃO PAULO A intenção do prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB) de ampliar os poderes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) também encontra paralelos em outras cidades do país. No entanto, a Justiça barrou a mudança do nome da corporação para Polícia Municipal em São Paulo, assim como em outras cidades paulistas.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), anunciou no início de março que guardas municipais poderão formar a nova Força Municipal de Segurança, que atuará armada. No projeto original enviado à Câmara em fevereiro, a Força Municipal, composta por reformados das Forças Armadas, seria um grupo paralelo à Guarda Municipal.

O texto, contudo, foi enviado cinco dias antes de o STF (Supremo Tribunal Federal) decidir que guardas municipais podem atuar no policiamento urbano, fazendo buscas pessoais e prisões em flagrante. O projeto original foi retirado e substituído por um novo, com as alterações. O plano é que a Força Municipal tenha uma divisão armada, com previsão de ter 4.500 agentes até 2028.

Nesta quarta (19), guardas municipais protestaram do lado de fora da Câmara do Rio, durante audiência pública que discutiu o projeto. Os manifestantes também estiveram nas galerias do palácio Pedro Ernesto e vaiaram vereadores que defenderam o texto atual da proposta.

A principal demanda da categoria é que toda a tropa da Força Municipal seja formada por guardas, sem a presença de agentes externos temporários. O plano de Paes prevê, por exemplo, que militares reformados das Forças Armadas possam ser contratados para fazer essa função.

Em Nova Iguaçu (região metropolitana do Rio), a Câmara indicou a alteração de nome para Polícia Municipal. Mas a prefeitura disse que ainda não prevê a mudança, pois aguarda uma mudança na Constituição que inclua as guardas municipais no rol das polícias.

Outros municípios fluminenses, como Duque de Caxias e São Gonçalo já iniciaram trâmites para armamento da guarda, mas não preveem alteração no nome.

Em Belém, o prefeito Igor Normando (MDB) propôs transformar a guarda em Polícia Municipal. Ele enviou um projeto de lei com a proposta à Câmara. "Vamos valorizar e treinar a nossa Polícia Municipal", disse ele. "Temos mais de mil servidores trabalhando na segurança pública municipal e que, agora, poderão trabalhar de fato e de direito."

A prefeitura diz existir um convênio com o Governo do Pará para o apoio de 170 policiais militares às ações de fiscalização.

O nome Polícia Municipal deve constar em todos os documentos oficiais, uniformes e viaturas, conforme o projeto de lei.

Para especialistas ouvidos pela Folha, a troca de nome não teria impacto prático no trabalho das guardas. O efeito pretendido seria político, mas também pode reverberar um sentimento que existe dentro das corporações municipais. "Eu acho que não faz sentido algum mudar. Essa mudança está gerando um monte de trabalho, um monte de discussão por uma coisa boba, que não faz sentido", diz o professor da FGV (Fundação Getulio Vargas) Rafael Alcadipani. Para ele, o melhor seria manter os nomes atuais.

A diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, aponta a falta de efeito na organização e na rotina dos agentes municipais. Mas a mudança, segundo a especialista, pode encontrar eco nas próprias guardas.

"As guardas vêm seguindo no Brasil um caminho mais militarizado, de mimetizar as polícias militares", diz Carolina. "A gente vê guardas com tropas especializadas como Romu [sigla usada em várias cidades para Ronda Ostensiva Municipal], Iope [Inspetoria Regional de Operações Especiais, como a da guarda paulistana], querendo fazer trabalho de PM, policiamento ostensivo, prisão em flagrante."

O nome de polícia parece uma demanda dessa identidade que as guardas civis têm assumido de uma corporação mais militarizada, segundo a especialista.

"E os prefeitos têm faturado em cima disso", diz Carolina, em referência a casos como o de Itaquaquecetuba, em São Paulo, e da própria capital paulista.

A projeção política busca identificação com a tropa e com a parte da sociedade que acha importante ter uma polícia municipal. É o que também diz Alcadipani. "Acho que os prefeitos estão querendo aparecer como as pessoas que vão resolver todos os problemas de segurança pública."

As mudanças também estão acontecendo no interior de São Paulo. Em Ribeirão Preto, a Guarda Civil Metropolitana passou a se chamar Polícia Metropolitana após aprovação de projeto de lei complementar do prefeito Ricardo Silva (PSD).

"A decisão [do STF] legaliza o que já ocorre na prática, garantindo que nossos guardas municipais sigam atuando na segurança da cidade, sempre dentro dos limites de competência das polícias Civil e Militar, com as quais trabalharemos em parceria", disse Ricardo ao enviar projeto à Câmara.

Até a última semana, o Ministério Público Estadual já havia movido ações contra 13 municípios paulistas que trocaram os nomes de suas guardas para polícia. Em 11 delas a Justiça julgou procedentes os pedidos. Em Cruzeiro e Holambra, as ações foram extintas sem a resolução do assunto.

Em Belo Horizonte, um projeto do vereador Cleiton Xavier (MDB) que pretende alterar o nome para Polícia Municipal foi aprovado na Câmara em primeiro turno em agosto do ano passado. Procurada, a administração municipal não informou se concorda com a mudança.

A Prefeitura de Contagem (MG) disse que aguarda desdobramentos sobre a consolidação da nomenclatura e outras atribuições. A de Juiz de Fora afirmou que faz estudos para cumprir a medida no que for legalmente vigente.

Em Porto Alegre, um projeto que propõe a transformação da guarda em Polícia Municipal protocolado pela vereadora Mariana Lescano (PP) está em tramitação.

A proposta prevê que a corporação passe a realizar abordagens, atender ocorrências e atuar no policiamento ostensivo.

A prefeitura diz que não comenta projetos, mas Sebastião Melo (MDB) defendeu em discursos uma participação mais ativa do município na segurança, incluindo a possibilidade de armamento da Guarda Municipal.

Em Canoas (RS), a mudança de nome está em tramitação mas já recebeu o apoio do prefeito Airton Souza (PL). Já em Gravataí, a proposta foi enviada pelo próprio Executivo no fim de fevereiro.

Em Pelotas, a Câmara aprovou no dia 12 de março a renomeação da Guarda para Polícia Municipal e aguarda sanção da prefeitura. Em Caxias do Sul, o vereador Alexandre Bortoluz (PP) protocolou projeto semelhante.

A Prefeitura de Curitiba diz que deu início a um estudo interno para alteração da nomenclatura da Guarda Municipal e também para redefinição de atribuições.

Yuri Eiras, Marcelo Toledo, Artur Búrigo, Vinicius Sassine, José Matheus Santos, João Pedro Pitombo, Carlos Villela e Catarina Scortecci

Colaborou Lucas Lacerda, de São Paulo

Tema está em discussão em cidades do NE

No Recife, a prefeitura não pretende fazer alteração no nome da Guarda Municipal. Em 2024, o prefeito João Campos (PSB) deu aval para estudos iniciais para um processo gradual de armamento da Guarda Municipal, uma promessa de campanha nas eleições passadas.

A pauta do armamento era bandeira da oposição de direita a Campos ao longo do primeiro mandato. Nas eleições, o prefeito surpreendeu até aliados ao anunciar os planos de armamento gradual.

Em Salvador, a gestão de Bruno Reis (União Brasil) afirmou não há previsão de mudança no nome da Guarda Civil Municipal, que possui um efetivo com cerca de 1.300 agentes. No início do mês, o vereador Sandro Filho (PP), alinhado ao bolsonarismo, apresentou um projeto de indicação para a troca do nome para Polícia Metropolitana de Salvador. Neste caso, a proposta é apenas como uma sugestão ao prefeito.

Suspeito de participar da morte do ciclista Vitor Medrado é preso em SP

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, outro homem que teria participado do crime foi detido no dia 8 de março

Francisco Lima Neto e Diego Alejandro

SÃO PAULO Um suspeito de participar da morte do ciclista Vitor Medrado, 46, ao lado do Parque do Povo, no Itaim Bibi (zona oeste), foi preso temporariamente na manhã desta quarta-feira (19) em São Paulo.

De acordo com Guilherme Derrite, secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Jeferson de Souza, 28, é o piloto da moto usada no crime ocorrido em 13 de fevereiro. Ele é conhecido como Gordo da Paraisópolis.

Ele foi encontrado em Paraisópolis durante uma operação da 1ª Delegacia de Roubos e Latrocínios. Ele tem passagens anteriores por tráfico de drogas e receptação, e confessou o crime, de acordo com a Polícia Civil.



Ciclistas protestam ao lado do Parque do Povo contra a morte de Vitor Medrado Eduardo Knapp - 14.fev.25/Folhapress

A reportagem não conseguiu contato com advogado de Souza até a publicação deste texto.

Segundo o delegado Ronaldo Sayeg, responsável pelo Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais), foi necessária uma análise minuciosa de câmeras de segurança para identificar o suspeito preso.

"Notamos as características físicas dele, percebemos que era um homem mais forte. Depois, acompanhamos toda a rota realizada por essa moto, que saiu lá de perto do parque, onde o Vitor foi morto, até a comunidade de Paraisópolis", explicou.

Os policiais conseguiram os dados pessoais e o endereço do investigado. Com as provas, a Justiça expediu o mandado de prisão. Jeferson foi surpreendido pelas equipes da polícia nas primeiras horas da manhã, enquanto ainda dormia.

"Na casa dele foi apreendida uma arma, possivelmente usada no latrocínio —roubo seguido de morte— contra o ciclista. O item foi encaminhado à perícia. Conforme os investigadores, o suspeito possui passagens criminais por tráfico de drogas e receptação", afirmou a SSP.

Erick Benedito Veríssimo, 20, suspeito de atirar no ciclista, já havia sido preso em flagrante em 8 de março. De acordo com Sayeg, a prisão do atirador não foi divulgada para não atrapalhar as investigações contra o piloto da motocicleta.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Erick.

Ele estava roubando celulares no Brooklin, zona oeste, quando foi preso pela Polícia Militar, que apreendeu com ele uma arma com a numeração raspada e uma moto furtada. O piloto que dirigia a moto fugiu.

De acordo com Derrite, o atirador afirmou que a arma apreendida foi a mesma usada para matar Vitor Medrado. Os investigadores já sabiam da participação de Erick no crime e, por isso, passaram a monitorá-lo. Jeferson, ao ser preso, confirmou que o crime contra o ciclista tinha sido praticado pelos dois.

O Secretário também disse que Erick fez parte de outro crime, na mesma manhã do assassinato de Medrado. Uma vítima foi baleada em uma rua a cerca de três quilômetros de distância, por volta das 11h. Jeferson não estava presente, sendo substituído por outro motorista que não teve a identidade revelada.

A suspeita começou após a polícia notar que a placa da moto usada nos dois crimes ser a mesma. De acordo com as investigações, a placa é clonada, registrada na cidade de Dourados (MS), de modelo e cor diferente da usada pelos bandidos.



APRESENTA

EstúdioFOLHA

Smart Sampa: tecnologia e inteligência artificial reforçam segurança em São Paulo

Sistema de câmeras inteligentes de combate à criminalidade já contribuiu para 2.074 prisões em flagrante e para captura de 868 foragidos da Justiça

O Smart Sampa, sistema de câmeras inteligentes para o combate à criminalidade criado pela Prefeitura de São Paulo, já contribuiu para a prisão em flagrante de 2.074 criminosos, a captura de 868 foragidos da Justiça – 549 apenas em 2025 – e a localização de 51 pessoas desaparecidas. O sistema conta com 25 mil câmeras inteligentes espalhadas pela cidade.

Do total de detidos, ao menos 94 eram procurados por autoridades de fora de São Paulo, mostrando como o sistema ajuda a fechar o cerco contra criminosos que tentam escapar da Justiça. Minas Gerais lidera a lista do Smart Sampa com 19 detidos, seguido da Bahia, 11, e do Paraná, 9 (veja quadro).

PRISÕES DE FORAGIDOS DA JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS REALIZADAS POR MEIO DO SMART SAMPA

2 AM, 1 AC, 1 MA, 3 CE, 2 RN, 2 PB, 2 PI, 6 PE, 2 TO, 11 BA, 3 MT, 2 DF, MG 19, 2 ES, 7 MS, 8 RJ, 9 PR, 7 SC, 5 RS

O programa utiliza inteligência artificial para identificar suspeitos e monitorar áreas estratégicas, integrando-se a órgãos de segurança, como a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

O Smart Sampa tem sua base de operações em uma Central de monitoramento, inaugurada em julho de 2024, no centro histórico da cidade. Lá, cerca de 250 agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Defesa Civil monitoram as ocorrências em tempo real, 24 horas por dia.

O sistema, que tem como principal objetivo garantir respostas rápidas a crimes e emergências, além de auxiliar na busca por desaparecidos e na captura de foragidos funciona em parceria com órgãos como o SAMU, o Corpo de Bombeiros, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e as polícias Civil e Militar.

ATUAÇÃO NO CARNAVAL E APROVAÇÃO POPULAR

A atuação do Smart Sampa foi testada em grande escala durante o Carnaval de 2025, que reuniu 16,5 milhões de foliões nas ruas da cidade, tornando-se o maior do Brasil. A segurança foi um dos pontos altos do evento, aprovado por 99% dos participantes. Entre eles, 91% dos foliões aprovaram também o uso da tecnologia de monitoramento.

Nos dias de folia, o sistema foi responsável pela prisão de 14 foragidos após alertas emitidos pelas câmeras inteligentes, pela localização de duas pessoas desaparecidas e por 24 prisões em flagrante.

COMO FUNCIONA

As câmeras do Smart Sampa estão posicionadas em pontos estratégicos da cidade, incluindo terminais de transporte, locais de grande circulação e áreas com histórico de criminalidade. As imagens captadas são analisadas por algoritmos que fazem comparações automáticas com bancos de dados policiais.

Ao identificar uma possível correspondência com 90% de paridade entre uma imagem capturada e um procurado, o sistema emite um alerta, que passa por uma checagem manual feita por especialistas. Essa verificação humana é fundamental para evitar erros e garantir que as abordagens sejam feitas de forma precisa e segura.

Após a confirmação, informações detalhadas – como localização exata e registros criminais – são enviadas às equipes policiais mais próximas, que realizam a abordagem.

Além do reconhecimento facial, cerca de 4.000 câmeras do Smart Sampa possuem tecnologia para identificar placas de veículos. Essa funcionalidade tem sido reforçada por uma parceria com o Ministério da Justiça, permitindo a integração do programa à plataforma Córtex, que reúne bancos de dados federais.

Com isso, veículos roubados ou furtados podem ser rapidamente detectados. Quando uma placa suspeita é identificada, um alerta é gerado na Central de Monitoramento, onde agentes validam as informações antes de repassá-las para as equipes em campo.

O Smart Sampa também aposta na ampliação da rede de monitoramento por meio da colaboração com empresas. Câmeras particulares podem ser integradas ao sistema de forma gratuita, aumentando o alcance do programa. Com isso, o número de dispositivos pode chegar a 30 mil até o fim de 2025.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania também participa do programa, fornecendo informações sobre pessoas desaparecidas para agilizar sua localização.

EstúdioFOLHA Conteúdo patrocinado produzido pelo Estúdio Folha

Eufrázio

Homem afirma que matou Vitória para que ela não revelasse suposta relação

Celular e roupas de jovem foram queimados após o crime, segundo depoimento; defesa diz não reconhecer confissão

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O operador de empilhadeira Maicol Antonio Sales dos Santos, 23, disse em depoimento, de acordo com a polícia, ter matado Vitória Regina de Sousa, 17, durante uma conversa para que ela não revelasse para a atual esposa dele um suposto envolvimento entre os dois no passado.

A "troca de carinhos" entre Maicol e Vitória, como ele menciona no documento a qual a **Folha** teve acesso, teria ocorrido há um ano e meio. A Polícia Civil não confirma que os dois tenham tido alguma relação.

Maicol confessou o crime entre a noite de segunda-feira (17) e a madrugada de terça-feira (18) durante depoimento a policiais civis sem a presença dos advogados. Conforme os responsáveis pela investigação, uma advogada da cidade acompanhou a oitiva. Tal situação é criticada pela defesa constituída por Maicol.

A Polícia Civil diz ter convicção de Maicol agiu sozinho, mas aguarda conclusão de laudos para concluir o caso. Maicol relatou para os investigadores que Vitória o ameaçava de contar o "pequeno deslize" para a esposa. A conduta da jovem se arrastaria desde quando teriam saído.

O preso alegou que, quando se envolveu com a adolescente, ele mal havia iniciado o namoro com a atual mulher. Maicol afirmou que temia perdê-la caso Vitória falasse.

De acordo com o documento policial, na Quarta-feira de Cinzas, após um jogo do Corinthians, decidiu esperar Vitória em ponto de ônibus sem saber se ela realmente desembarcaria do ônibus ali.

Maicol relatou para os policiais que encontrou Vitória naquela noite em uma rua. Ele a convidou para entrar no veículo, um Toyota Corolla prata, o que ela aceitou. Dentro do carro, ele passou a pedir para que ela não contasse para a esposa dele sobre a relação que tiveram.

Ainda segundo a versão de Maicol, Vitória teria ficado nervosa e passado a agredi-lo com arranhões, atingido seu pescoço. No primeiro depoimento, ele estaria com os ferimentos visíveis, diz trecho do documento.

Vitória Regina de Sousa, 17, chega a ponto de ônibus em Cajamar, na Grande São Paulo Reprodução

Maicol narrou, ainda de acordo com o documento, que teria se exaltado e pegado uma faca de lâmina lisa, que transportava na parte lateral do automóvel junto ao banco do motorista. O primeiro golpe foi no pescoço de Vitória; o segundo, próximo ao peito.

O suspeito afirmou que a adolescente desfaleceu na sequência, sem esboçar reação ou gritos. Maicol então dirigiu até sua casa. Lá colocou o corpo de Vitória no porta-malas e seguiu para uma área de mata. Após enterrá-la, Maicol retornou para a residência dele. Tomou banho e tentou dormir, mas não conseguiu.

Segundo o registro do interrogatório, ele disse ter se levantado por volta das 7h e seguido para o trabalho. Ao retornar, por volta das 17h, juntou os pertences de Vitória que estavam no carro, como roupas e o celular, e os queimou junto a lixos. Os resíduos foram colocados em um saco e descartados em uma lixeira próxima a um campo de futebol.

A faca utilizada no crime foi jogada em um rio, conforme a versão. Maicol contou não ter encontrado manchas de sangue no carro, mas que lavou o veículo mesmo assim.

Ele disse ter visto a repercussão do caso na imprensa e ficado preocupado, mas que procurou não aparentar nervosismo. Declarou não usar álcool ou drogas e que teme por sua segurança na cadeia e nas ruas.

STF derruba liminar e permite que Tarcísio mantenha PPP das escolas

Ana Pompeu

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, autorizou nesta quarta-feira (19) a continuidade do projeto do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de terceirizar a gestão de serviços não pedagógicos das escolas públicas estaduais paulistas. No dia 10, o governo do estado entrou com uma ação no Supremo com um pedido de suspensão de liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo, que determinou a paralisação do processo.

O ministro acolheu o pleito do governo Tarcísio e derrubou a medida da Justiça paulista. Barroso disse considerar a urgência na concessão da medida. "Com prazos definidos e compromissos já assumidos, a descontinuidade impõe custos de desmobilização, atrasos na entrega das novas unidades escolares e na manutenção das existentes, além do risco de prejuízos ao erário decorrentes de indenizações e encargos contratuais", disse.

O ministro considerou informações levadas à corte pela Procuradoria-Geral do Estado, segundo as quais a suspensão tem impacto em 34.580 novas vagas na rede estadual.

classificados

classificados@grupofolha.com.br

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse **folha.com/classificados** ou ligue **11 3224-4000**

NEGÓCIOS

EMPRESAS COMPRA/VENDA

LOTERICAS IMPERDÍVEL
Rentabilidade: 2% A 2,5%
Campinas, Superm.II $40mil
Campinas, Superm.LL 15 mil
Circuito das Aguas, $ 590 mil
Ibitinga, Lucro 24mil 1.190m
Jundiaí, Nobre, Lucro $ 23mil
Junqueirópolis, Pço.$ 850 mil
Lençóis Pta.,9 mil Vr. 450mil
Paulínia, Lic. Lucro R$ 18 mil
S.J.Cpos,Lucro$8mil, 250mil
Sta.B.D'Oeste,23m, 750 mil
Taubaté, Lucro,R$ 21 mil,Top
Vinhedo, Lucro13 mil, 650mil
ZN-SP, Shop. LL$11m 420mil
Joinville-SC, Lucro,R$ 17mil
Maracaju-MS, Pço.,$ 640mil
MPUGA (19) 9 9653-2020

COMUNICADOS

COMUNICADO
Solicitamos o comparecimento do Sr(a) MARIA SILVANA SILVA DO NASCIMENTO Portadora da CTPS 94554 SÉRIE 159-SP no prazo de 03 dias. O seu Não comparecimento caracteriza ABANDONO DE EMPREGO, CONFORME ART. 482 CLT. EMPRESA LIMPADORA MONTEIRO LTDA.

COMUNICADO
Solicitamos o comparecimento do Sr(a) NATALI CRISTINA [illegible] portador(a) da CTPS [illegible] SÉRIE 000-SP no prazo de 03 dias. O seu Não comparecimento caracteriza ABANDONO DE EMPREGO, CONFORME ART. 482 C.L.T. EMPRESA LIMPADORA MONTEIRO LTDA

VENDE-SE EMPRESA
Nome: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS. [illegible] Tel: (11) 96961-1525

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE SACRA
Dia 24 de Março de 2025 às 20 hrs. Somente online [illegible] James Lisboa Leiloeiro Oficial JUCESP nº 386. As relações [illegible] dos lotes estão disponíveis p/ acesso no site www.[illegible].com.

LEILÃO DE RELÓGIOS CANETAS E ACESSÓRIOS
Dia 27 de Março 14h Rua Oscar Freire 232 Casa 7 Somente online. Leiloeiro José Roberto Bortoletto Júnior Tel: (11) [illegible]

PARA ANUNCIAR NOS **CLASSIFICADOS FOLHA** LIGUE AGORA **11/3224-4000**

A OSS/SPDM - HOSPITAL DAS CLÍNICAS LUZIA DE PINHO MELO

Seleciona:

Pessoas com Deficiência para vagas de:

✓ Auxiliar Administrativo,
✓ Aprendiz,
✓ Telefonista,
✓ Recepcionista,
✓ Auxiliar de Governança,
✓ Enfermagem,
✓ Terapeuta Ocupacional,
✓ Escriturário entre outras.

Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.

GUPY

ACOMPANHANTES

AMANDA
[illegible]

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

P

PCD - ÁREAS DIVERSAS
V/F DEV OP PARTICIPAÇÕES contrata pessoas com deficiências para áreas diversas. Enviar currículo para recrutamento [illegible]

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade sem fins lucrativos, seleciona Bolsista para projeto de pesquisa no INLAB – INRAD – Philips – Air Project "Projeto voltado à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT) no contexto da saúde, bolsa de inovação com duração prevista para 12 meses, à seguinte posição:

Código das vagas: Bolsistas - IDT INLAB-7
1 vaga

Gerente de Projetos PMO (Bolsista). Requisitos: Graduação Concluída em Administração, Engenharia, Tecnologia da Informação ou correlatas. Desejável Curso de Especialização, Extensão ou Pós-graduação em Gestão de Projetos ou Certificações (PMP, PMI-ACP, Prince2, Scrum Master). Conhec. em ferramentas de gestão de projetos, metodologias ágeis (Scrum e Kanban) e tradicionais (PMBOK, Waterfall) e gerenciamento de stakeholders. Inglês intermediário/avançado. Atribuições: Planejar, executar e monitorar projetos desde a concepção até a entrega, garantindo o cumprimento de prazos, escopo e orçamento; gerenciar equipes multidisciplinares, promovendo a colaboração e garantindo a eficiência operacional; identificar riscos e desenvolver estratégias para mitigação, assegurando a qualidade e sucesso do projeto; elaborar cronogramas, planos de ação e relatórios de progresso; coordenar reuniões de alinhamento entre as equipes e garantir a aplicação de metodologias ágeis ou tradicionais conforme necessidade do projeto.

Os candidatos interessados deverão enviar currículo e certificados de formação citados na divulgação da vaga, de 20/03/2025 a 30/03/2025, para o e-mail selecao@ffm.br, mencionando no assunto o código completo do anúncio

A OSS – Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, recruta currículos de médicos nas seguintes especializadas:

MÉDICO ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA INFANTIL; MÉDICO PSIQUIATRA; MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA VASCULAR; MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO para Atendimento Ambulatorial e Procedimentos Cirúrgicos inclusive Reconstrução Mamária; MÉDICO UROLOGISTA; Médico anestesista; Médico Cardiologista para Atendimento Ambulatorial e Visita na Enfermaria (Cirurgia Cardíaca); Médicos Cardiologistas e Intensivistas para atuação em Unidade Coronariana; Médico Emergencista para acompanhamento de pacientes na Hemodinâmica e Ressonância Magnética; Médico especialista em Análise de Eletrocardiograma Dinâmica de 24 h (Holter) e Leitura de MAPA; Médico especialista em Análise e Emissão de Laudos Radiológicos com acompanhamento; Médico especialista em Assistência Médica nos Setores Críticos (Pronto Socorro); Médico especialista em Cirurgia Cardíaca; Médico especialista em Cirurgia Gástrica (PS e Centro Cirúrgico); Médico especialista em Ecocardiografia Transtorácica Adulto e Infantil e Transesofágica Adulto; Médico especialista em Eletroencefalografia; Médico especialista em execução de procedimentos de Punção Aspirativa por Agulha fina (PAAF) e CORE biópsia; Médico especialista em Hematologia com habilidade para execução de biópsia de medula; Médico especialista em Laudos de Anatomopatológicos e Imunohistoquímicos. Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.

GUPY

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO, METAIS, CUTELARIA, USINAGEM, TORNEARIA, SOLDA E FERRAMENTAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINAFER

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Será realizada no dia **31 de março 2025 às 8h na Avenida Paulista, 1313 - 7º andar - conj. 702 - Bela Vista - CEP: 01311-923 - São Paulo - SP,** a Assembleia Geral Ordinária do Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais, Cutelaria, Usinagem, Tornearia, Solda e Ferramentas em Geral no Estado de São Paulo - SINAFER a fim de deliberar sobre o seguinte: a) Aprovação do Balanço Patrimonial - Exercício 2024; b) Outros assuntos. Caso não haja número legal para instalação da Assembleia, em primeira convocação, a mesma será realizada em segunda convocação às 8h30min do mesmo dia, com qualquer número de associados presentes.

São Paulo, 19 de março de 2025
(A) CARLOS MARTINS
Presidente Executivo do SINAFER

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores da **ISA ENERGIA BRASIL S.A.** (CNPJ: 02.998.611/0001-04) a participarem das Assembleias Extraordinárias, que serão realizadas nos dias, horários e locais adiante mencionados: Dia **21/03/2025** às **08h - ISA ENERGIA SE LESTE** - Rua Amorim Viana, 193 - São Paulo. Dia **24/03/2025** às **08h - ISA ENERGIA TAUBATÉ** - Rodovia Presidente Dutra, km 116 - Taubaté - SP; **ISA ENERGIA CABREUVA** - Estrada Vereador José de Moraes, s/nº, Pinhal - Cabreúva; **ISA ENERGIA SE OESTE SOROCABA** - Rua Georg Schaffer, 1500 - Sorocaba - SP; **ISA ENERGIA SE NORTE** - R. Deus do Sol, 249 - Guarulhos; às **10h - ISA ENERGIA SE APARECIDA** - Avenida Itaguaçu, s/nº - Aparecida; **ISA ENERGIA BOM JARDIM** - Alameda CESP s/nº Fazenda Grande, Jundiaí - SP; às **14h - ISA ENERGIA SÃO JOSE DOS CAMPOS** - Rua Brigadeiro Osvaldo Leal, 303; **ISA ENERGIA SE EMBU-GUAÇU** - Estrada Enosuke Kagohara, Km 2,5; **ISA ENERGIA RAMON REBERT JR.** - Rua Francisco Claudio Henrique de Paulo, 150 - Ramon Rebert. Dia **25/03/2025** às **08h - ISA ENERGIA SE SANTO ANGELO** - Estrada das Varinhas Km 49, Jundiapeba; **ISA ENERGIA SE BANDEIRANTES** - Av. Engenheiro Carlos Berrini, 345 - São Paulo; **ISA ENERGIA SE SUL** - Rua Campos, 3406 - Santo André - SP; às **14h - ISA ENERGIA MAIRIPORÃ** - Estrada do Rio Acima, 101 - Mairiporã; **ISA ENERGIA INTERLAGOS** na Av. Gregório Bezerra, 303 - São Paulo - SP; **ISA ENERGIA MILTON FORNAZARO** - Rua Andrés Bello, 235 - Castelo Branco. Dia **26/03/2025** às **8h - ISA ENERGIA PIRITUBA** - Av. Paula Ferreira, 504 - Pirituba, para deliberar a **"ORDEM DO DIA": 1)** Leitura, discussão e votação, do Termo Aditivo ao ACT 2024/2026 - Projeto Ômega. **São Paulo, 19 de Março de 2025. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO e REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
Pregão Eletrônico n.º 043/2025
Proc. Adm. nº. 250110043287500/2025

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços parcelados de **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM**, em atendimento às demandas de eventos geridos por todas as Secretarias deste Município, pelo período de 01 (um) ano. O Município de Santana de Parnaíba faz saber que, após reanálise das condições de comprovação de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA previstas em Edital, constatou-se a necessidade de retificação do referido item e, considerando que alterações impactam diretamente na habilitação e consequentemente na competitividade da disputa, republica-se o presente certame, nas seguintes condições: **Do Edital**: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 20/03/2025, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Início da sessão de disputa de lances: **Dia 03/04/2025, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 19 de março de 2025.
AUTORIDADE COMPETENTE



Alexandre Kalache na gravação de curso para a CasaFolha, na TV Folha, em São Paulo Dirceu Neto/Folhapress

Na CasaFolha, ex-diretor da OMS fala da 'gerontolescência', a adolescência antes da velhice

Alexandre Kalache discute mudanças no processo de envelhecimento e dá dicas para vida saudável, como sair da mesa com um pouco de fome

Uirá Machado

SÃO PAULO A geração do médico Alexandre Kalache, 79, redefiniu a ideia de juventude meio século atrás ao fazer da rebeldia e do ativismo suas principais marcas. Agora, está dando novo significado ao processo de envelhecimento. "Como vou envelhecer da mesma forma que os meus avós? Ou mesmo que meus pais?", pergunta o gerontólogo na CasaFolha, a plataforma de cursos online lançada pela Folha.

"Se eu estava participando do movimento universitário de 1968, lutando contra a ditadura, se eu estava indignado, como é que eu vou agora envelhecer caladinho, bonitinho, porque a sociedade me quer no cantinho?", questiona em uma de suas aulas exclusivas no site casafolhasp.com.br.

Ex-diretor da OMS (Organização Mundial da Saúde) e um dos maiores especialistas em envelhecimento no mundo, Kalache recusa esse destino. "Não vou envelhecer lá no aposento. Eu vou envelhecer na sala na frente, ciente dos meus direitos, fazendo barulho, virando a mesa", diz na CasaFolha. "Eu vou ser um 'gerontolescente'", completa. O neologismo junta as palavras "gerontologia" (área que estuda o envelhecimento) e "adolescente" para indicar não mais a transição da infância para a fase adulta, e sim "a transição da idade adulta para a tal da velhice".

De acordo com Kalache, a 'gerontolescência' começa lá pelos 55 anos, uma fase em que as pessoas costumam já estar liberadas dos filhos, por exemplo, e em que já não se sentem "obrigadas" a dar certo na vida.

"Aos 55, 60 anos, ou você já deu certo ou não deu. Você quer aproveitar a vida, você quer fazer essa transição. A diferença é que adolescência dura cinco, seis anos. Ou deveria, né? [...] A 'gerontolescência' vai durar 30 anos ou mais, dos 55 aos 85, por aí", diz o especialista em uma de suas aulas na CasaFolha.

A plataforma já conta com 18 cursos de grandes personalidades, como o cineasta José Padilha, que ensina a arte de contar histórias, o ex-ministro Pedro Malan, que explica como analisar a economia, a Monja Coen, que ensina meditação, e o craque Raí, que fala sobre a disciplina e a mentalidade de um atleta de alto nível.

Além disso, novos conteúdos são incorporados todos os meses. No dia 23 deste mês, por exemplo, será lançado um curso de escrita criativa com o escritor Itamar Vieira Junior, autor de "Torto Arado" e "Salvar o Fogo", livros que somam mais de 1 milhão de cópias vendidas e venceram diversos prêmios literários.

Todas as aulas podem ser acompanhadas por membros da CasaFolha. É possível se vincular à plataforma pelo endereço casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto de 67%, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção).

No curso, Kalache traça um paralelo entre atos de ousadia praticados por adolescentes e aqueles praticados na 'gerontolescência'. "A diferença é que, quando nós éramos jovens e íamos para o quarto com a namorada ou com namorado e trancávamos a porta, os pais não sabiam o que dizer. Agora, a gente vai paquerar, a gente vai viajar, fazer uma porção de coisa que os velhos de antigamente não faziam, e são os netos que não sabem o que dizer."

Essa nova fase só é possível graças à revolução da longevidade, outro conceito que o especialista ensina na CasaFolha: as pessoas estão vivendo cada vez mais, com implicações nas mais diversas áreas, como previdência social, mercado de trabalho, ambiente. E, claro, saúde.

Kalache diz ser fundamental aprender o autocuidado para fazer ajustes na vida. Aos 75 anos, ninguém consegue fazer as coisas da mesma forma que fazia aos 35. Isso significa calibrar a atividade física ("para ter uma massa muscular que possa te tirar da cama com facilidade") e adaptar a dieta, por exemplo.

O gerontólogo sugere melhorar a qualidade dos pratos e observar a quantidade. "Se possível, saia da mesa com um pouco de fome. Coma 80% daquilo que você gostaria." Em qualquer caso, ele insiste num mantra ao longo de seu curso: "Quanto mais cedo você começar a se preparar para a velhice, melhor — mas nunca é tarde demais".

Como assinar a CasaFolha

Para assinar a plataforma, basta entrar em casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto de 67% no lançamento, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado a todas as notícias da **Folha** no site e no app.

Quem já é assinante do jornal não precisa de nova assinatura. Basta fazer o upgrade por R$ 10 adicionais no plano do jornal para ter à disposição todo o conteúdo da CasaFolha: casafolhasp.com.br/upgrade.

Culto à espontaneidade é armadilha das redes

Tendência mira na hipocrisia, mas manda pelos ares muito profissionalismo

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

Chega sem aviso, espontaneamente (epa!), o pensamento de que, entre as muitas armadilhas que a comunicação digital em rede espalhou no nosso caminho, o culto da espontaneidade é uma das mais insidiosas. De repente, veio o tsunami da desconfiança de tudo o que na comunicação de massa era — e é — construído, produzido, editado, padronizado; tudo o que exige certo apuro, além do cumprimento de determinadas regras de higiene.

Talvez o pessoal tenha abusado da limpeza, da cara de pau? É claro que a "mensagem" dos meios de comunicação sempre foi conservadora — e portanto hipócrita— num nível político profundo.

No campo dos costumes, não necessariamente. A busca da audiência levou a sociedade de massa a passar por transformações de impacto profundo ao longo do século 20, quase todas no sentido da ampliação dos direitos e das margens de liberdade individual.

Ainda assim, a denúncia da hipocrisia inerente aos meios de comunicação de massa — agentes de um modelo em que um fala e multidões ouvem, hoje em vias de superação— acompanhou esses entes desde o berço. Ninguém nunca teve dúvida de que sua posição era no limite comprometida, porque no fim das contas — e às vezes no começo também— sujeita aos condicionantes econômicos e ideológicos de quem banca o caro lugar de emissor.

A busca da audiência levou a sociedade de massa a passar por transformações de impacto ao longo do século 20, quase todas no sentido da ampliação dos direitos e das margens de liberdade individual

Quando o preço do lugar de emissor despencou no mercado, já neste século, e de repente todo mundo "podia falar", talvez a valorização do tosco e do malfeito fosse a princípio uma reação saudável a décadas de "padrão Globo de qualidade". A palavra "saudável" não parece se aplicar mais. Como poderia, se meninas de 17 anos que nada sabem fazer têm mais seguidores interessados em sua rotina do que a audiência média de nossos telejornais?

O culto da espontaneidade chegou mirando nas taças de cristal do núcleo Leblon da novela, no terno cafona do apresentador, no sorriso falso dos anúncios, no texto empolado dos editoriais de jornalão. Acertar, acertou. Mas mandou pelos ares, como danos colaterais, muito profissionalismo e muito conhecimento, além de alguns códigos de ética que, se não eram sempre obedecidos, pelo menos existiam.

O respeito à ciência e a certas hierarquias de saber eram coisas dadas, antes de tanta espontaneidade. Imagine que alguém previsse, em 1988, que no futuro um estudante de administração de empresas de Araraquara desafiaria o Prêmio Nobel de Física em praça pública, recebendo o apoio de centenas de semelhantes.

Todos diriam que o vidente delirava. Que deixasse de fazer humor — aquilo nem era tão engraçado. No entanto, aqui estamos.

Quando se começa a escrever, é comum acreditar que, por uma lei de espontaneidade ou preguiça, a primeira versão de uma história, cena ou pensamento que se lança na página é a melhor possível, pois "natural".

Na verdade, é o contrário: embora possa haver casos em que se encontra de saída o ajuste entre o quê e o como de um texto, o mais frequente é que a primeira versão precise ser trabalhada.

Acho que ainda precisaremos trabalhar bastante essa espontaneidade toda que anda por aí.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SAB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

ambiente



Área de cerrado desmatada para o plantio de soja em uma fazenda na zona rural de São Desidério (BA) Lalo de Almeida - 15.mar.24/Folhapress

Ibama multa Banco do Brasil, BNB e Basa por financiar desmatadores

Estatais punidas em R$ 3,6 mi por empréstimos a donos de fazendas que somam 243 hectares de áreas embargadas no cerrado negam irregularidades nos processos

André Borges

BRASÍLIA O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) multou o BB (Banco do Brasil), o BNB (Banco do Nordeste) e o Basa (Banco da Amazônia) em R$ 3,6 milhões por oferecem crédito a proprietários rurais acusados de desmatamento ilegal no cerrado.

A chamada Operação Caixa-Forte, deflagrada nesta quarta (19), mira instituições financeiras que concederam crédito rural para fazendas embargadas por desmatamento ilegal, o que contraria a legislação ambiental e as normas do Conselho Monetário Nacional.

Os três bancos multados são estatais, os quais costumam concentrar a maior parte das modalidades de oferta de crédito rural. O Ibama cruzou ofertas desses créditos com áreas embargadas.

Foram lavrados pelo menos dez autos de infração, de acordo com informações obtidas pela **Folha**. A maior multa foi aplicada ao Banco do Brasil, no valor de R$ 2,754 milhões. A autuação foi entregue em uma agência do BB na cidade de Tasso Fragoso (MA).

O Banco do Nordeste do Brasil recebeu um total de R$ 850,2 mil em cinco multas. As autuações foram levadas até agências na cidade de Porto Franco (MA) e Teresina (PI). Já o Banco da Amazônia foi alvo de quatro multas, que somam R$ 30,5 mil, e foram entregues à agência de Araguaçu (TO).

As três instituições foram procuradas pela reportagem. O Banco do Brasil negou irregularidades e informou, por meio de nota, que "identificou a situação e adotou os procedimentos de desclassificação (do tomador do empréstimo) previstos no Manual de Crédito Rural em 2023". A iniciativa, segundo o banco, é "fruto do monitoramento constante que a instituição faz da sua carteira de crédito", que leva em consideração as evoluções normativas e tecnológicas.

"O banco possui processos robustos de verificação socioambiental da carteira, tanto no momento de contratação como no acompanhamento das operações, sempre atuando de forma voluntária e com comprometimento com a atuação sustentável. O BB reforça o compromisso com a transparência e vai recorrer da autuação."

O BNB declarou, em nota, que "adotará todos os procedimentos cabíveis para averiguação da situação apresentada e se manifestará, conforme prazo estabelecido". A instituição financeira também afirmou que cumpre a legislação ambiental vigente.

Não houve posicionamento do Basa até a conclusão da reportagem. O Ibama identificou as irregularidades a partir do cruzamento de dados de desmatamento, autorizações de supressão da vegetação, registros de imóveis rurais, imagens de satélite e operações de crédito rural.

Os dez autos de infração emitidos se referem a empréstimos feitos a sete proprietários rurais, donos de fazendas que somam 243 hectares de áreas embargadas. Essas pessoas serão autuadas nos próximos dias, concluído o acionamento dos bancos.

Todas as propriedades estavam em situação irregular, por descumprimento de embargo e por impedir a regeneração natural da vegetação nativa. O valor das multas destinadas a produtores, bancos, compradores e transportadores se baseia na quantidade de produtos ilegalmente produzidos nestas áreas embargadas pelo Ibama. O critério leva em conta o número de cabeças de gado ou de sacas de grãos ligadas àquela determinada área.

Além da punição financeira, o produto ilegal é apreendido. Podem ser aplicadas ainda penas restritivas de direitos, como suspensão ou proibição de financiamento, além de suspensão e cancelamento de licenças.

As instituições financeiras podem ser punidas pelo Banco Central do Brasil, devido ao descumprimento das regras financeiras. O Manual de Crédito Rural, conjunto de normas estabelecidas pela Comissão Monetária Nacional para o financiamento, proíbe que as instituições financeiras concedam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas que possuam áreas embargadas por desmatamento em imóveis rurais.

A consulta pública às áreas embargadas fica disponível no site do Ibama."Os bancos desempenham um papel crucial no combate ao desmatamento por meio de crédito e investimentos, que podem incentivar práticas sustentáveis e desestimular atividades danosas", disse à **Folha** o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Jair Schmitt.

O cerrado, que é o alvo da Operação Caixa-Forte, é o segundo maior bioma em extensão no Brasil, superado apenas pela amazônia. Apesar da redução de 25% no desmatamento do cerrado em 2024, atingindo 8.174 km², a área desmatada total equivale a mais de 1 milhão de campos de futebol.

Segundo o Ibama, o desmatamento no cerrado está associado à expansão de áreas para a agricultura em larga escala para a produção de soja, milho e algodão.

10

autos de infração foram lavrados pelo Ibama, segundo a **Folha** apurou

R$ 2,754 milhões

foi a multa aplicada ao Banco do Brasil, a maior na Operação Caixa-Forte

R$ 850,2 mil

em cinco multas foram aplicados ao Banco do Nordeste do Brasil

R$ 30,5 mil

em quatro multas foi a penalidade aplicada ao Banco da Amazônia

8.174 km²

foram desmatados no cerrado no ano de 2024, área equivalente a mais de 1 milhão de campos de futebol

Júri nos EUA condena Greenpeace a pagar US$ 660 milhões por danos em protestos

Karen Zraick

THE NEW YORK TIMES Um júri da Dakota do Norte, nos Estados Unidos, condenou o Greenpeace a pagar US$ 660 milhões em indenizações por danos em ação aberta pela empresa de oleodutos Energy Transfer, que tem sede no Texas. A companhia processou o Greenpeace por seu papel em protestos quase uma década atrás contra o oleoduto Dakota Access.

O veredicto, nesta quarta-feira (19), foi um grande golpe para a renomada organização ambiental. O Greenpeace já havia afirmado que os danos reivindicados pela Energy Transfer, na faixa de US$ 300 milhões, seriam suficientes para encerrar as atividades do grupo nos Estados Unidos. O júri nesta quarta concedeu um valor muito superior a esse.

O Greenpeace disse que vai recorrer. Em sua defesa, afirmou que desempenhou apenas um papel menor nas manifestações lideradas pela tribo Sioux de Standing Rock. A ONG avaliou o processo como uma tentativa de silenciar críticos da indústria petrolífera, mas o júri discordou.

O júri de nove pessoas no tribunal do Condado de Morton, em Mandan, a cerca de 45 minutos do local onde os protestos ocorreram, chegou à decisão após aproximadamente dois dias de deliberações.

Kelcy Warren, presidente do conselho da Energy Transfer, aliado e doador de campanha do presidente Donald Trump, fez crítica aberta aos manifestantes e teve a última palavra durante os argumentos finais dos demandantes na segunda-feira (17), quando advogados exibiram comentários dele em vídeo para os jurados.

"Precisamos nos defender", disse Warren, argumentando que os manifestantes criaram "uma narrativa totalmente falsa" sobre sua empresa.

A Energy Transfer é uma das maiores empresas de oleodutos do país. Os protestos sobre a construção do oleoduto Dakota Access atraíram atenção nacional e milhares de pessoas para acampamentos que duraram meses em 2016 e 2017.

Os manifestantes se reuniram dentro e ao redor da Reserva Sioux de Standing Rock, argumentando que o oleoduto cortava terras sagradas e poderia colocar em risco o abastecimento de água.

A comunidade de Standing Rock abriu processo para interromper o projeto, e membros de outras tribos, ambientalistas e celebridades estiveram entre os manifestantes que se dirigiram à área rural. Mas os protestos eclodiram em atos de violência em alguns momentos, impactando a comunidade ao redor da área de Bismarck-Mandan.

Eufrázio

saúde

Conselho Federal de Medicina cria comissão para entender consequências da fé na saúde

Estudos apontam que práticas religiosas podem melhorar a resposta a tratamentos e diminuir níveis de depressão, alcoolismo e outras doenças

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Sabe aquela expressão popular, "reza que passa"? Não que o CFM (Conselho Federal de Medicina) proponha algo perto de colocar a recuperação de um paciente nas mãos de Deus ou qualquer variante divina, a depender da crença pessoal. Mas a recente criação da Comissão de Saúde e Espiritualidade sinaliza que, para a entidade que fiscaliza a prática médica no Brasil, ter fé na vida pode ser uma parte vital do tratamento.

Não se trata de atestar intervenções sobrenaturais no estado clínico de alguém. O que importa é medir até que ponto acreditar nelas impacta a nossa saúde. Spoiler: vários estudos indicam um saldo positivo —e falamos aqui daqueles revisados por pares científicos, ou seja, passíveis de serem levados a sério.

A nova comissão vai estudar, segundo o psiquiatra Bruno Paz Mosqueiro, professor da UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e parte do grupo, "qual é o efeito nas pessoas que vão semanalmente, por exemplo, a um encontro [religioso] ou que têm o hábito de fazer suas preces, orações, uma meditação". Tudo isso pode afetar a saúde do indivíduo.

"Assim como a gente estuda qual é o impacto da atividade física uma, duas, três vezes por semana. É mais um dos hábitos da experiência humana que podem e devem ser investigados pela ciência", afirma.

Pacientes entrosados em práticas espirituais costumam relatar níveis mais baixos de estresse e ansiedade, e daí em diante é ladeira acima: se estiverem, digamos, lidando com uma doença, a recuperação tende a ser mais rápida, e a resposta ao tratamento melhora.

Pesquisas também apontam que a presença de capelães e programas de apoio espiritual em hospitais podem reduzir o tempo de internação e deixam pacientes mais bem-dispostos.

Outro ponto a se considerar: níveis mais parrudos de envolvimento religioso são associados a menos quadros depressivos e menos abuso de álcool e drogas. O comportamento suicida também diminui.

Mosqueiro lembra de uma senhora que atendeu no passado, "com uma depressão muito grave". Acabou sendo internada. "Ela falou assim, 'olha doutor, se não fosse a minha fé, talvez eu já tivesse, de alguma forma, tirado a minha própria vida'."

Ser espiritualizado não necessariamente implica numa filiação religiosa, embora isso possa acontecer.



Homem segura a Bíblia durante culto evangélico; CFM vai estudar impacto dos hábitos religiosos na saúde Tércio Teixeira - 13.nov.22/Folhapress

Na literatura acadêmica, a espiritualidade contempla a busca do ser humano por algo sagrado e transcendente, indo muito além do monoteísmo cristão que calibra a religiosidade nacional. É aquele sentimento de que há algo além do mundo convencional, que pode ser traduzido na forma de um Deus ou vários, e também outras experiências tidas como sobrenaturais. A oração no culto evangélico e o ebó em religiões afrobrasileiras fazem parte desse mesmo pacote, por exemplo.

No Brasil há ainda um fenômeno que podemos chamar de self-service ecumênico, que é a pessoa que declara uma religião mas constrói para si outros puxadinhos espiritualizados. Ela vai na igreja católica e no centro espírita, medita, assiste no celular à pregação evangélica e joga flores para Iemanjá no Ano-Novo.

A escola de saúde pública de Harvard se interessou pela correlação entre crer e sarar. Pesquisadores da universidade publicaram um artigo no prestigiado Jama (The Journal of the American Medical Association) mostrando que participar de comunidades espirituais aumenta as chances de levar uma vida mais saudável e também aprimoram a reação do corpo a doenças graves.

Os autores sugerem ainda que questionar quem está sob cuidado sobre o tema deve constar na boa prática médica. "Ignorar a espiritualidade faz com que os pacientes se sintam desconectados do sistema de saúde e dos médicos que tentam cuidar deles", diz Howard Koh, professor de Harvard com passagem no departamento de saúde do governo Barack Obama.

O CFM não está comprando a ideia de que orar é sempre o melhor remédio, segundo Rosylane Rocha, a presidente da comissão dedicada ao assunto. "O que motivou o conselho foi que a própria OMS [Organização Mundial de Saúde] vem admitindo o conceito de saúde como o completo bem-estar físico, mental, social e espiritual", afirma. "Alguns congressos de medicina incluíram o tema na grade científica, e vários médicos têm se debruçado em estudos sobre os efeitos da fé na evolução clínica e na cura."

Pesquisadores não descartam que a espiritualidade influencia para o bem, mas por vezes também para o mal. O zelo médico não pode, em hipótese nenhuma, ser condicionado a proselitismos, que é o que se vê com alguma frequência em comunidades terapêuticas para dependentes químicos —aquela história de que, para receber guarida técnica daquele lugar, é preciso rezar certa cartilha religiosa.

O fervor religioso também pode provocar efeitos colaterais perigosos, como a recusa de um protocolo clínico. Basta lembrar que Testemunhas de Jeová podem negar a transfusão de sangue, direito assegurado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br



Arquivo pessoal

GUIDO FIORENTINI (1954 - 2025)

Sobreviveu à selva e cuidou da memória do jornalismo

Encadernador do arquivo da Folha, atuou como missionário antes de casar

Clayton Castelani

SÃO PAULO Na sobreloja do prédio na alameda Barão de Limeira, o corredor formado por estantes de aço guarda a história contada dia a dia pela **Folha** em mais de um século de edições cronologicamente organizadas em livros de capa escura com escrita dourada.

O arquivo na região central da capital paulista é resultado de um cuidadoso trabalho de encadernação que, nas últimas três décadas, esteve nas mãos do casal Guido Fiorentini, 71, e Iole Stignani Fiorentini, 60.

Gaúcho de Tucunduva, Guido deixou o Brasil no início dos anos 1980 para estudar teologia em Roma, na Itália. Era uma preparação para que pudesse se tornar padre. Ele perseguiu seu objetivo nos primeiros anos na capital italiana, mas passou a questionar a vocação durante uma pausa nos estudos em Cesenatico. Trabalhando em uma joalheria da comuna banhada pelo mar Adriático, passou a receber visitas de uma jovem cliente que estava de férias com a família na cidade.

Iole comparecia à loja diariamente, com o pretexto de comprar novos acessórios. "Chegou uma hora que ela não tinha mais o que comprar e entregou um bilhete com o número de telefone dela", conta Mariana Fiorentini, 30, filha do casal.

Disposto a deixar o seminário, Guido recebeu da Igreja um pedido para que retribuísse, trabalhando como missionário, a estada na Itália.

Enviado de volta ao Brasil, realizou seu trabalho com povos indígenas em Roraima durante dois anos marcados pelos sintomas de malária e de outras doenças tropicais. Comunicando-se por cartas que dependiam de helicópteros para serem remetidas, demorava meses para mandar notícias a Iole.

Retornou à Itália para reencontrar a futura esposa. Como ela já não tinha os pais vivos e era filha única, o casal contratou uma empresa de transportes marítimos para levar os bens da família dela para o Brasil. A companhia nunca entregou a encomenda.

Era preciso começar do zero, ou quase. Guido trazia na bagagem os aprendizados dos trabalhos na Itália, entre os quais o de encadernador de livros.

Com Guido cuidando do acabamento das capas e Iole costurando páginas, a Ibella Encadernação conquistou clientes na imprensa. Os primeiros exemplares da **Folha** encadernados por eles são de 1988.

No final de 2024, fragilizado após ter contraído dengue, entrou em um período de seguidas hospitalizações. Guido Fiorentini morreu no último dia 25 de fevereiro, aos 71 anos, devido ao agravamento de uma pneumonia. Deixa mulher e dois filhos.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.
Aviso gratuito folha.com/mortes. Até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos).

saúde

Concorrente do Ozempic, Mounjaro chega às farmácias do Brasil em junho

SÃO PAULO O remédio para diabetes tipo 2 Mounjaro (tirzepatida) estará disponível para venda no Brasil a partir de 7 de junho deste ano, de acordo com a farmacêutica Eli Lilly. Concorrente direto do Ozempic, o medicamento poderá ter preço máximo para o consumidor com valores entre R$ 1.516,61 e R$ 4.009,25, a depender da dose.

O Mounjaro foi aprovado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em 2023 e é indicado por prescrição médica. Assim como a semaglutida —princípio ativo do Ozempic—, a tirzepatida também provoca perda de peso, apesar de essa ser uma indicação off label, ou seja, que não consta na bula.

Em outros países, o Mounjaro também tem sido popularmente utilizado para controle de sobrepeso e obesidade. Em estudos, o medicamento demonstrou reduzir significativamente o risco de progressão para diabetes tipo 2 em adultos com obesidade ou sobrepeso e pré-diabetes.

Outras pesquisas com o fármaco indicaram uma redução de peso de até 22,9% ao longo de 176 semanas de tratamento.

A tirzepatida é um agonista dos receptores GIP (polipeptídeo insulinotrópico dependente de glicose) e GLP-1 (peptídeo semelhante ao glucagon-1) administrado uma vez por semana. É uma molécula única que ativa os receptores do corpo para GIP e GLP-1, que são hormônios incretínicos naturais.

Tanto os receptores de GIP quanto de GLP-1 são encontrados em áreas do cérebro humano importantes para a regulação do apetite. A tirzepatida diminui a ingestão calórica, e os efeitos são provavelmente mediados pela alteração no apetite.

Os eventos adversos gastrointestinais mais comuns em pacientes tratados com tirzepatida foram náuseas, diarreia e também constipação.

O valor do Mounjaro nas farmácias ainda pode variar de acordo com a dosagem, aplicações disponíveis na caneta e os impostos de cada estado.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 90013/2025 ENCONTRA-SE ABERTA NA FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCONSP (UASG 990029) A LICITAÇÃO ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2025. TIPO MENOR PREÇO - PROCESSO SEI 165.00001409/2024-28. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de 865 desktops (com monitor, teclado e mouse), 300 notebooks e 300 impressoras multifuncionais, incluindo garantia on-site, para atendimento ao Convênio MJ/Senacon nº 930001/2022, celebrado entre a Secretaria Nacional do Consumidor e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo. INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS 20/03/2025 - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/04/2025 ÀS 10:00 NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.GOV.BR/COMPRAS.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos trabalhadores da empresa **ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A** (CNPJ: 24.743.678/0001-22), a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no próximo dia **26 de Março de 2025**, às **14h**, na Av. das Nações Unidas, 14.171 - Cond. Rochaverá - Corporate Towers Torre A - Ebony - 15º andar - SP, para deliberar a **"ORDEM DO DIA": 1)** Votação da proposta final apresentada pela empresa, para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026. **São Paulo, 19 de Março de 2025. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FEPEFI
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os todos os trabalhadores membros da categoria de profissionais de educação física do Estado de São Paulo, integrantes nas Áreas Inorganizadas em Sindicatos, representados por esta Federação, como Entidade Sindical de 2º Grau, estabelecidos na Base Territorial do Estado de São Paulo, registrados no CNES, convocados para a ASSEMBLEIA GERAL, a ser realizada no dia **8 de abril de 2025**, sexta-feira, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Joinville, nº 54, CEP 04008-010, com início às 14h00, em primeira convocação, ou, às 10h00, em segunda convocação, conforme Artigo 17, §§ 1º e 2º, do Estatuto Social. Será obedecida a seguinte **ORDEM DO DIA**: a) Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; b) Discussão para elaboração e votação de pauta de reivindicações da categoria para o período 2025/2026, para os que possuem data base em março 2025, que será apresentada aos Empregadores, Entidades e Sindicatos Patronais, com a consequente outorga de poderes à Diretoria da FEPEFI para promover o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria; c) Discussão e votação da extensão da representação nas negociações coletivas, de modo a abranger a categoria como um todo, independentemente de associação sindical, com a consequente concessão de autorização plena à Diretoria da FEPEFI; d) Discussão e votação da concessão de autorização à Diretoria da FEPEFI para instauração de Dissídio Coletivo contra Empregadores, Entidades e Sindicatos Patronais, caso se faça necessário; e) Discussão e votação da concessão de autorização para deflagrar greve na forma da Constituição Federal e da lei federal nº 7.783/89, em caso de malogro nas negociações; f) Discussão para fixação e votação de percentual de desconto da Contribuição Negocial para vigorar a partir de março 2024, a qual, sendo aprovada, determinará a abertura de prazo para os trabalhadores integrantes da categoria, eventualmente, manifestarem oposição à contribuição, na sede da FEPEFI, que será por 10 dias após a estipular o início a partir da assinatura da CCT com data-base em março, pessoalmente e por escrito, das 10:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira; g) Discussão para fixação e votação de proposta da forma de recolhimento da Contribuição Sindical estabelecida nos artigos 578 e seguintes da CLT, conforme redação da Lei 13.467/2017; h) Continuação da assembleia, a qual se manterá permanente até final solução na Campanha Salarial 2025/2026, ficando autorizado o Sindicato a convocar a categoria, através de boletins, sessões da assembleia, inclusive nos locais de trabalho, em suas imediações e em locais de fácil acesso aos trabalhadores; i) Palavra livre, a critério da Presidência.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2025. **Weber Matias dos Santos - Presidente**

Sindicato dos Profissionais de Educação Física de São Paulo – SINPEFESP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os todos os trabalhadores membros da categoria de profissionais de educação física do Estado de São Paulo, integrantes nas Áreas Inorganizadas em Sindicatos, representados por esta Federação, como Entidade Sindical de 2º Grau, estabelecidos na Base Territorial do Estado de São Paulo, registrados no CNES, convocados para a ASSEMBLEIA GERAL, a ser realizada no dia **08 de abril de 2025**, sexta-feira, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Joinville, nº 54, CEP 04008-010, com início às 10h00, em primeira convocação, ou, às 10h30, em segunda convocação, conforme Artigo 17, §§ 1º e 2º, do Estatuto Social. Será obedecida a seguinte **ORDEM DO DIA**: a) Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; b) Discussão para elaboração e votação de pauta de reivindicações da categoria para o período 2025/2026, para os que possuem data base em março de 2025, que será apresentada aos Empregadores, Entidades e Sindicatos Patronais, com a consequente outorga de poderes à Diretoria da SINPEFESP para promover o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria; c) Discussão e votação da extensão da representação nas negociações coletivas, de modo a abranger a categoria como um todo, independentemente de associação sindical, com a consequente concessão de autorização plena à Diretoria da SINPEFESP; d) Discussão e votação da concessão de autorização à Diretoria da SINPEFESP para instauração de Dissídio Coletivo contra Empregadores, Entidades e Sindicatos Patronais, caso se faça necessário; e) Discussão e votação da concessão de autorização para deflagrar greve na forma da Constituição Federal e da lei federal nº 7.783/89, em caso de malogro nas negociações; f) Discussão para fixação e votação de percentual de desconto da Contribuição Negocial para vigorar a partir de março 2024, a qual, sendo aprovada, determinará a abertura de prazo para os trabalhadores integrantes da categoria, eventualmente, manifestarem oposição à contribuição, na sede da SINPEFESP, que será por 10 dias após a estipular o início a partir da assinatura da CCT com data-base em março, pessoalmente e por escrito, das 10:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira; g) Discussão para fixação e votação de proposta da forma de recolhimento da Contribuição Sindical estabelecida nos artigos 578 e seguintes da CLT, conforme redação da Lei 13.467/2017; h) Continuação da assembleia, a qual se manterá permanente até final solução da Campanha Salarial 2025/2026, ficando autorizado o Sindicato a convocar a categoria, através de boletins, sessões da assembleia, inclusive nos locais de trabalho, em suas imediações e em locais de fácil acesso aos trabalhadores; i) Palavra livre, a critério da Presidência.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2025. **Antônio Rogério Magri - Presidente**

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 037/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISORES"
Processo Administrativo: 16.096/2024-D
Data e Hora do Pregão: 10/04/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço unitário
Modo de Disputa: Aberta
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Transportes, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 19 de março de 2025.
PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação

SOFAPE FABRICANTE DE FILTROS S.A.
CNPJ nº 04.155.026/0001-60 - NIRE 35.300.328.663
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2025
1. Data, Hora e Local: No dia 17 de fevereiro de 2025, às 09:00 horas, na sede da Sofape Fabricante de Filtros S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Dutra, Km 213,8, Jardim Cumbica, CEP 07183-904. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Por indicação dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jorge Cerveira Schertel, e secretariados pelo Sr. Rogel Delgado Santos. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: (i) o cancelamento de ações mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social da Companhia; (ii) a data de pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024; (iii) o primeiro aumento de capital da Companhia mediante subscrição de ações; e (iv) o segundo aumento de capital da Companhia mediante subscrição de ações. **5. Deliberações**: Primeiramente, os acionistas aprovaram a lavratura da ata da presente Assembleia Geral na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por unanimidade: **5.1.** Aprovar, nos termos do artigo 12 e do artigo 30, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o cancelamento de 110.752 (cento e dez mil, setecentas e cinquenta e duas) ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, adquiridas no âmbito de recompra de ações pela Companhia aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2024. **5.1.1.** Em razão do cancelamento de ações, o capital social da Companhia, de R$ 200.243.471,27 (duzentos milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos) anteriormente dividido em 190.618.872 (cento e noventa milhões, seiscentas e dezoito mil, oitocentas e setenta e duas) ações, passa a ser dividido em 190.508.120 (cento e noventa milhões, quinhentas e oito mil, cento e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.2.** Definir a data de pagamento dos juros sobre o próprio declarados conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024 como sendo 17 de fevereiro de 2025. **5.3.** Aprovar o primeiro aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 7.320.357,58 (sete milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), mediante a emissão de 2.634.520 (dois milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quinhentas e vinte) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 2,77863048 (dois vírgula sete sete oito seis três zero quatro oito) por ação, definido na forma do artigo 170, §1º da Lei das S.A., totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional nesta data, mediante a capitalização de crédito de mesmo valor detido pelo acionista **Capitólio Brasil Partners I G – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior** perante a Companhia, decorrente da distribuição dos juros sobre capital próprio declarados conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024, pelo seu valor líquido, conforme boletim de subscrição que fica arquivado na sede da Companhia. **5.3.1.** Os acionistas da Companhia, presentes a esta assembleia, renunciaram expressamente aos seus respectivos direitos de preferência neste primeiro aumento de capital, bem como confirmaram que o presente aumento não resultará em diluição injustificada de suas participações para fins do artigo 170 da Lei das S.A. **5.3.2.** Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R$ 200.243.471,27 (duzentos milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos), dividido em 190.508.120 (cento e noventa milhões, quinhentas e oito mil, cento e vinte) ações ordinárias, **para** R$ 207.563.828,85 (duzentos e sete milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 193.142.640 (cento e noventa e três milhões, cento e quarenta e duas mil, seiscentas e quarenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.4.** Aprovar o segundo aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 35.576,22 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e vinte e dois centavos), mediante a emissão de 15.058 (quinze mil e cinquenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 2,36261262 (dois vírgula três seis dois seis um dois seis dois) por ação, definido na forma do artigo 170, §1º da Lei das S.A., totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional nesta data, mediante (i) a capitalização de créditos no valor de R$ 35.564,53 (trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) perfazendo o valor total detido pelos demais acionistas perante a Companhia decorrentes da distribuição dos juros sobre capital próprio declarados conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024, pelos seus respectivos valores líquidos, e (ii) um aporte em moeda corrente nacional no valor de R$ 11,69 (onze reais e sessenta e nove centavos), mediante depósito em conta corrente da Companhia nesta data, conforme boletins de subscrição que ficam arquivados na sede da Companhia. **5.4.1.** Os acionistas da Companhia, presentes a esta assembleia, renunciaram expressamente aos seus respectivos direitos de preferência neste segundo aumento de capital, bem como confirmaram que o presente aumento não resultará em diluição injustificada de suas participações para fins do artigo 170 da Lei das S.A., conforme justificativa arquivada na sede da Companhia. **5.4.2.** Em decorrência do segundo aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R$ 207.563.828,85 (duzentos e sete milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 193.142.640 (cento e noventa e três milhões, cento e quarenta e duas mil, seiscentas e quarenta) ações ordinárias, **para** R$ 207.599.405,07 (duzentos e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinco reais e sete centavos), dividido em 193.157.698 (cento e noventa e três milhões, cento e cinquenta e sete mil, seiscentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.5.** Aprovar, em decorrência do cancelamento de ações e dos aumentos de capital ora aprovados, a nova redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia: **"Art. 5º** – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 207.599.405,07 (duzentos e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinco reais e sete centavos), dividido em 193.157.698 (cento e noventa e três milhões, cento e cinquenta e sete mil, seiscentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **6. Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. Guarulhos, 17 de fevereiro de 2025. Mesa: (aa) Jorge Cerveira Schertel – Presidente; Rogel Delgado Santos – Secretário. Acionistas presentes: (aa) Capitólio Brasil Partners I G – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Adriano Benedetti, Alexandre dos Reis Sborto, Flavio Montanari Boni, Joceleo Ventura Barbosa, Marcio André da Silva, Plinio Segarovic Faze, Roberto Rusionga Marcos, Rogel Delgado Santos, Sonia Regina de Moraes, Wagner Vieira dos Santos, Jorge Cerveira Schertel. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Guarulhos, 17 de fevereiro de 2025. Mesa: **Jorge Cerveira Schertel** - Presidente; **Rogel Delgado Santos** - Secretário. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 86.178/25-0 em 28/02/25. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Baalbek Cooperativa Habitacional
CNPJ 10.333.593/0001-61
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
O Presidente da Baalbek Cooperativa Habitacional - CNPJ 10.333.593/0001-61, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca seus Sócios Cooperados para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que será realizada no dia **30 de março de 2025**, no **Hakka Eventos**, situado à **Rua São Joaquim, 460, Liberdade, São Paulo, SP, 01508-000**, por não haver acomodações na sede social. Em primeira convocação às 13:00 horas com a presença de 2/3 dos convocados, em segunda convocação às 14:00 horas com a presença de metade mais 01 (um) dos convocados, e em terceira e última convocação às 15:00 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) convocados presentes, sendo **6588** o número de cooperados convocados. Sendo tratada a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** 1. Deliberação do relatório de administração e contas do exercício fiscal do ano de 2024; 2. Eleição e posse do Conselho Fiscal. **Extraordinária:** 1. Deliberação da Reforma Estatutária; 2. Ratificação da reforma do Regimento Interno; 3. Deliberação das Normas Transitórias na implementação das alterações Estatutárias e Regimentais; 4. Distribuição de unidades habitacionais. São Paulo, 20 de março de 2025. **Robinson de Souza Santos** - Conselheiro Presidente – Baalbek Cooperativa Habitacional.

ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO CENTER NORTE
CNPJ/MF nº 10.302.473/0001-05
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
O sr. **Guilherme de Brito Marini**, na qualidade de presidente do Conselho Diretor, convoca os associados da Associação dos Lojistas do Center Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.302.473/0001-05 e com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, à Travessa Casalbuono, nº 120, Vila Guilherme, CEP 02.089-900 ("Associação"), para comparecerem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **28 de março de 2025**, em primeira convocação, às **14:00**, na sede da Associação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** Em pauta Ordinária (nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Associação): **(i)** a aprovação de contas da Associação (inclusive do Conselho Diretor), assim como dos balancetes semestrais e do balanço contábil anual da Associação, referente ao exercício social de 2024, nos termos dos artigos 11 e 24, parágrafo 1º do Estatuto Social da Associação; **(ii)** eleição do Conselho Diretor, nos termos do artigo 22 do Estatuto Social da Associação; e **(iii)** eleição do Conselho Deliberativo da Associação, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Associação; e **(b)** Em pauta Extraordinária: **(i)** aprovação do orçamento da Associação para 2025, conforme proposta pelo Conselho Diretor e aprovado pelo Conselho Deliberativo; e **(ii)** a aprovação do Programa Anual de Fundo de Promoção do Center Norte para 2025, conforme proposto pelo Conselho Diretor e aprovado pelo Conselho Deliberativo. São Paulo, 14 de março de 2025. **Guilherme de Brito Marini** - Presidente do Conselho Diretor

Santander
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 07 de abril de 2025, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 09 de abril de 2025, às 14h30min *. *(horário de Brasília)
Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj. 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº [illegible], com o Emitente **FORTS INDUSTRIA COMERCIO DE FARMA LTDA**, inscrito no CNPJ/MF nº [illegible], com sede em Piracicaba/SP, com a Avalista **SILVANA CRISTINA THOMAZINI**, [illegible], e com a proprietária **OLGA SAVIO THOMAZINI**, [illegible], em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.125.818,83** [illegible], o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Avenida América, nº 285, Lote 11 da Quadra [illegible], Dois Córregos/SP. [illegible] matrícula nº 1.792 do Cartório de Registro de Imóveis de Dois Córregos/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 780.935,32** [illegible], nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE** www.portalzuk.com.br. Informações pelo WhatsApp (11) 4501-4837 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br [illegible]

TCMSP
TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2025
Processo: TC/010549/2024 - Objeto: Locação de fontes de energia ininterrupta, também denominados como UPS ou Nobreak, de várias potências, cada equipamento contendo um banco de baterias seladas VRLA (Valve-Regulated Lead-Acid), com autonomia de 10 (dez) minutos, incluindo os serviços de instalação aos pontos da rede e os serviços mensais de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, para atendimento a todos os computadores e monitores da rede do TCMSP e do Telão do Plenário. Acha-se aberta a licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA**, a realizar-se no dia **04 de abril de 2025 às 09h00** no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. O edital poderá ser obtido gratuitamente, na Internet, por meio do Portal do TCMSP (http://www.tcm.sp.gov.br) ou pelo Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/) – UASG 926462.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 040/2025
Objeto: "LOCAÇÃO DE USINA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA"
Processo Administrativo: 24.572/2024-D
Data e Hora do Pregão: 07/04/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Maior desconto por item
Modo de Disputa: Aberta
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
Tipo de licitação: Licitação não diferenciada
UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Administração, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 19 de março de 2025.
RUY FERRAZ FONTES - Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 10/04/2025, às 10:20hs / 2º Público Leilão: 11/04/2025, às 10:20hs
FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Escritório nº 1506, contendo a área privativa de 42,703m², área comum de 36,586m², totalizando 79,289m² de área construída, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,2115%, no terreno condominial, e a fração ideal de 0,3966%, na construção e demais coisas comuns do condomínio, cabendo-lhe o direito de uma vaga indeterminada na garagem situada nos níveis N = +93,90 e N = +98,15; Escritório nº 1507, contendo a área privativa de 42,080m², área comum de 41,386m², totalizando 83,466m² de área construída, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,2245%, no terreno condominial, e a fração ideal de 0,4204%, na construção e demais coisas comuns do condomínio, cabendo-lhe o direito de uma vaga indeterminada na garagem situada nos níveis N = +93,90 e N = +98,15; Escritório nº 1508, contendo a área privativa de 46,440m², área comum de 42,844m², totalizando 89,284m² de área construída, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,2422%, no terreno condominial, e a fração ideal de 0,4535%, na construção e demais coisas comuns do condomínio, cabendo-lhe o direito de uma vaga indeterminada na garagem situada nos níveis N = +93,90 e N = +98,15; Escritório nº 1509, contendo a área privativa de 46,440m², área comum de 42,844m², totalizando 89,284m² de área construída, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,2422%, no terreno condominial, e a fração ideal de 0,4535%, na construção e demais coisas comuns do condomínio, cabendo-lhe o direito de uma vaga indeterminada na garagem situada nos níveis N = +93,90 e N = +98,15; Escritório nº 1510, contendo a área privativa de 42,080m², área comum de 41,386m², totalizando 83,466m² de área construída, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,2245%, no terreno condominial, e a fração ideal de 0,4204%, na construção e demais coisas comuns do condomínio, cabendo-lhe o direito de uma vaga indeterminada na garagem situada nos níveis N = +93,90 e N = +98,15; localizados no 15º andar do Condomínio West Gate, situado à Alameda Rio Negro, nº 299, esquina com a Alameda Tocantins, nº 75, Bairro Alphaville, Barueri/SP. Imóveis objetos respectivamente das Matrículas CNM: 120576.2.0110743-72 trasladada da Matrícula nº 110.743; Matrícula CNM: 120576.2.0110744-69 trasladada da Matrícula nº 110.744; Matrícula CNM: 120576.2.0110745-66 trasladada da Matrícula nº 110.745; Matrícula CNM: 120576.2.0110746-63 trasladada da Matrícula nº 110.746 e Matrícula CNM: 120576.2.0110747-60 trasladada da Matrícula nº 110.747 do Registro de Imóveis da Comarca de Barueri/SP. Dispensa-se as descrições completas dos IMÓVEIS, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando os mesmos descritos e caracterizados nas matrículas anteriormente mencionadas. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 2.128.122,55 (dois milhões, cento e vinte e oito mil, cento e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.454.439,04 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quatro centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% da comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: MATEUS VANDERLEI CHAVES, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 01/04/2001, C.I: 39.073.601-4 SSP/SP, CPF: 359.634.938-97, residente e domiciliado na Rua Petúnia, nº 160, bairro Jardim Bolívia, Jandira/SP, CEP: 06642-070, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br

À sombra de Trump, COI escolhe seu 10º presidente de olho no passado

Problemas antigos, como neutralidade dos Jogos, atletas transgêneros e escolha das sedes, conduzem integrantes do comitê na seleção do sucessor de Thomas Bach

José Henrique Mariante

BERLIM A 144ª sessão do Comitê Olímpico Internacional foi aberta em Olímpia, na Grécia, na terça-feira (18). A frugalidade da sede dos Jogos da Antiguidade, que a cada quatro anos reaviva a Tocha Olímpica, serviu de cenário por poucas horas. A escolha do próximo presidente da entidade, nesta quinta-feira (20), se dará a cem quilômetros dali, em Costa Navarino, conjunto de resorts de luxo à beira do Mediterrâneo.

Não falta dinheiro em caixa para tamanho conforto. O alemão Thomas Bach, 71, entrega o comitê com as contas em dia e os Jogos Olímpicos em alta, feito nada desprezível após 12 anos de fortes turbulências. Em sua primeira edição do evento como presidente, Sochi-2014, Bach, por exemplo, viu o anfitrião, Vladimir Putin, invadir a vizinha Crimeia no dia do encerramento dos Jogos de Inverno.



Combinação de fotos mostra os principais candidatos à presidência do COI: Sebastian Coe e Kirsty Coventry, no alto, e David Lappartient e Juan Antonio Samaranch Fabrice Coffrini e Franck Fife - 30.jan.25/AFP

O balneário russo era herança de administrações anteriores, carregadas com suspeitas de favorecimento e corrupção entre integrantes do comitê. Investigações na França e no Brasil avançaram também sobre a escolha de Londres-2012 e Rio-2016. Combinada à ofensiva fluminense da Lava Jato, as ações levaram à desgraça Carlos Arthur Nuzman, até hoje "suspenso provisoriamente" do cargo de integrante honorário do COI.

Sochi também foi o ápice do gigantismo dos Jogos. Putin conseguiu a façanha de gastar mais do que Pequim-2008, até então a Olimpíada de maior custo da história, só que com o triplo de eventos. A gastança foi acompanhada por um programa estatal de doping, que durou de 2011 a 2015, e fez a Rússia ser suspensa dos Jogos.

Bach ainda encarou a pandemia e um inédito adiamento olímpico. Tóquio-2020 aconteceu sem público, um ano depois do previsto, mas ainda assim com relativo sucesso.

Com uma administração centralizada, o ex-esgrimista teve relativo sucesso em conter o gigantismo do evento. Impôs agendas compulsórias com uma série de parâmetros a serem perseguidos, como legado, urbanismo, questões ambientais, diversidade e paridade de gênero. Seguindo a receita à risca, Paris-2024 se tornou o novo paradigma das Olimpíadas, como se percebe nos manifestos de campanha dos sete candidatos a suceder Bach.

Eclético, o grupo tem duas grandes estrelas olímpicas, o ex-meio-fundista Sebastian Coe e a ex-nadadora Kirsty Coventry, e Juan Antonio Samaranch, que tenta repetir a saga de seu pai, dirigente polêmico que profissionalizou os Jogos e fez seu valor disparar em contratos de direitos de TV e patrocínio. Os três são apontados como favoritos: Coe e Samaranch com uma plataforma de oposição à cartilha centralizadora de Bach, e Coventry, única mulher do pleito, como nome preferido do cartola alemão.

Uma espécie de segundo pelotão da disputa é formado por dirigentes: David Lappartient, presidente da UCI, que rege o ciclismo internacional, o príncipe jordaniano Feisal Al Hussein, membro do Comitê Executivo do COI desde 2019, Johan Eliasch, presidente da Federação de Esqui e Snowboard, e Morinari Watanabe, chefe da FIG, a entidade controladora da ginástica artística. Casas de apostas veem pouca chance de alguém do grupo emergir.

Mesmo perdendo alguns patrocinadores importantes no último ciclo olímpico, o COI viu seu retorno comercial crescer 60% desde 2012, informou o comitê nesta quarta (19). Em números, US$ 7,7 bilhões de 2021 a 2024, US$ 7,5 bilhões de 2025 a 2028, US$ 6,9 bilhões de 2029 a 2032 e US$ 4 bilhões de 2033 a 2036. Como esses são valores já assegurados, o prognóstico para a próxima década continua positivo.

O próximo presidente do COI, no entanto, terá que driblar a polarização política. Em 2026, os Jogos de Inverno serão na Itália de Giorgia Meloni e, dois anos mais tarde, o anfitrião será Donald Trump, em Los Angeles.

O presidente americano não esqueceu do esporte em sua ofensiva regulatória de começo de governo. Baniu atletas transgênero de disputas escolares nos EUA e ensaia nova lista de nacionalidades proibidas de entrar no país, como a que afetou nações muçulmanas em seu primeiro mandato. Graças aos direitos de TV pagos pela NBC, os americanos são os maiores financiadores olímpicos, argumento que dificilmente Trump deixará escapar.

Em Paris, em 2024, o COI manteve-se firme na disposição de barrar Rússia e Belarus dos Jogos, devido à invasão da Ucrânia, mas permitir a participação de seus atletas sob a bandeira olímpica. O comitê derrapou feio, porém, na gestão da crise provocada pela participação de duas mulheres no torneio de boxe acusadas de serem transgêneros.

A novela foi precipitada por um ataque híbrido da Rússia, que se transformou em uma onda populista nas redes sociais. Não à toa, quase todos os candidatos a suceder Bach prometem uma determinação clara para o assunto no COI —o comitê, hoje, empurra o problema para as federações.

A designação de sexo é questão antiga no esporte olímpico, assim como a neutralidade dos Jogos, bombardeada por conflitos divisivos como as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Uma lista crescente de postulantes a receber edições futuras dos Jogos, com a presença de países como Índia, Hungria, Qatar e Arábia Saudita, reaviva um passado que Bach conseguiu deixar para trás.

Nesta quarta (19), o alemão, com lágrimas nos olhos, foi aclamado como presidente honorário vitalício pelo COI. Repetir seu desempenho já será um desafio.



Os presidentes do COI desde a sua fundação

- **Demetrius Vikelas** Grécia (1894-1896)
- **Pierre de Coubertin** França (1896-1925)
- **Henri de Baillet-Latour** Bélgica (1925-1942)
- **Johannes Sigfrid Edström** Suécia (1942-1952)
- **Avery Brundage** EUA (1952-1972)
- **Lorde Killanin (Michael Morris)** Irlanda (1972-1980)
- **Juan Antonio Samaranch** Espanha (1980-2001)
- **Jacques Rogge** Bélgica (2001-2013)
- **Thomas Bach** Alemanha (2013-2025)

Favoritos, Coe e Coventry encaram filho de Samaranch em eleição

BERLIM Eles carregam os sobrenomes mais conhecidos da disputa pelo posto de décimo presidente do COI (Comitê Olímpico Internacional). Sebastian Coe, 68, e Kirsty Coventry, 41, são os únicos ex-atletas de nível olímpico na lista de sete candidatos a suceder Thomas Bach, na eleição desta quinta-feira (20), na Grécia. Os dois também consolidaram carreiras como cartolas.

Coe, dois ouros no 1.500 m e duas pratas nos 800 m, foi a face pública e bem-sucedida dos Jogos de Londres-2012 e preside a World Athletics, a federação de atletismo que deixou para trás seu antigo nome, Iaaf, e um incômodo passado marcado por corrupção.

Político e midiático, lorde Coe argumenta que o COI tem "muito poder nas mãos de poucas pessoas" e que os processos de tomada de decisão estão "desequilibrados".

Coventry, com sete medalhas olímpicas na natação, duas delas de ouro, é ministra de Esportes do Zimbábue e presidiu a Comissão de Atletas do COI de 2018 a 2021. Não à toa, sua campanha é liderada pela preocupação com a saúde mental e a recuperação física dos maiores protagonistas do esporte, durante e depois de suas carreiras esportivas. É também a candidata do alemão Bach, 71, que não esconde sua predileção pela única mulher do pleito.

Outro sobrenome que se confunde com esporte olímpico e concorre entre os favoritos é o de Juan Antonio Samaranch, 65, filho homônimo do mais longevo presidente do COI desde Pierre de Coubertin.

Figura controversa, a começar pelo passado franquista, seu pai colocou o movimento olímpico em outro patamar nas décadas de 1980 e 1990. Entretanto, junto com a profissionalização dos Jogos Olímpicos e a consolidação de contratos bilionários de direitos de televisão, veio a corrupção na escolha da sede das Olimpíadas, cujo ápice se deu na escolha de Salt Lake City-2022.

Curiosamente, o filho não se refere ao pai nas 42 páginas de seu manifesto de candidatura, ainda que os acenos políticos sejam evidentes. O atual vice-presidente do COI defende o aumento da idade limite dos membros do COI de 70 para 75 anos, assim como a volta deles a um papel mais efetivo na seleção das sedes.

Em reunião a portas fechadas em Costa Navarino, conjunto de resorts de luxo à beira do Mediterrâneo, o COI seleciona o próximo presidente por maioria simples do colégio eleitoral, formado por pouco mais de cem integrantes. Se ela não é alcançada, o candidato com a pior votação é eliminado no escrutínio seguinte. Como são sete postulantes no total, estima-se que a escolha leve algumas rodadas para se consumar. JHM



Vice-presidente defende fundo de US$ 1 bilhão

O espanhol Juan Antonio Samaranch, que tem uma carreira de sucesso no mercado financeiro, propõe a criação de um fundo de US$ 1 bilhão para atrair investidores e que o comitê regule a "distinção inequívoca" das modalidades masculinas e femininas, eufemismo para o vespeiro que se tornou a questão das atletas transgêneros.

ESPORTE AO VIVO Nations League
16h45 Holanda x Espanha, Sportv2

A seleção agora vai! Vai?

Contra a Colômbia e a Argentina, Vinicius Junior e cia. têm a chance de embalar

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

É nesta quinta-feira (20), no Mané Garrincha, em Brasília, que a seleção tem a chance de, mais uma vez, reatar relações com a torcida e ganhar moral para enfrentar os campeões mundiais argentinos, sem Lionel Messi, machucado, na terça (25), no Monumental de Núñez, em Buenos Aires.

Sem botar o carro adiante das bolas, mas já botando, Pachecos poderão argumentar que aos hermanos faltará Messi assim como para nós faltará Neymar, só que não é bem assim.

Eles terão desfalque importante, e nós a chamada ausência que preencherá uma lacuna.

Antes, porém, tem a Colômbia, em quarto lugar nas Eliminatórias, uma posição e um ponto acima do inconfiável time da CBF, que padece de falta de comando e personalidade, da presidência ao vestiário.

A rara leitora e o raro leitor perguntam: como é que um time pode formar trio de ataque com Raphinha, Rodrygo e Vinicius Junior e jogar mal? Ou um quarteto ao acrescentar Estêvão? Ou até mesmo um quinteto, como prega o romântico Matinas Suzuki desde o século passado, adicionando Endrick?

(Matinas argumentava com o quinteto do Barcelona —o holandês Cocu, o português Figo, o brasileiro Rivaldo, o também holandês Kluivert e o espanhol Luis Henrique— que, em 1999, dirigido por outro holandês —só podia ser—, Van Gaal, enfiou 3 a 0 no Real Madrid campeão europeu e mundial).

Pode-se argumentar que Cocu não era exatamente atacante, era mais um curinga, como Matinas frisava, como é bom realçar que no Barcelona, naquele El Clasico em 1999, no Camp Nou, jogava também Pep Guardiola —como sexto atacante?!

Por que falar da seleção se é motivo de irritação? Por que tratar das datas Fifa se são um porre? Eis perguntas recorrentes das raras e raros para uma única resposta: é o que temos para o momento

Cada vez mais, e novamente, porque as ondas vão e voltam na vida diferentemente do que no mar, joga-se futebol sem posições fixas e é obrigação dos treinadores achar como escalar os melhores —e deles tirar tudo de bom segundo as qualidades de cada um.

Se assim não for nem será preciso de treinador, bastará um burocrata, distribuidor de camisas segundo o bom senso da maioria, e do cozinheiro incapaz de ir além do arroz com feijão —não que seja ruim a mistura bem temperada, muito ao contrário.

Aparentemente não temos nem uma coisa nem outra, e todos nós, loucos por futebol, estamos loucos por poder desfrutar de bons espetáculos da seleção, porque a classificação para a Copa-26, no triângulo das loucas bermudas de Donald Trump, é obrigação.

Lembremos que nestas Eliminatórias, pela quinta rodada, em Barranquilla, deu Colômbia, de virada, por 2 a 1, primeira vitória colombiana sobre a seleção brasileira pelo torneio.

No confronto geral a vantagem verde e amarela é colossal, 21 vitórias contra quatro derrotas e 12 empates. É no retrospecto mais recente que as coisas se complicam e explicam por que a seleção tem mais irritado que agradado: em dez partidas, quatro vitórias brasileiras, duas colombianas e quatro empates.

Por que falar da seleção se é motivo de irritação? Por que tratar das datas Fifa se são um porre? Por que mencionar os estaduais se são tratados no diminutivo? Eis três perguntas recorrentes das raras e raros para uma única resposta óbvia: porque é o que temos para o momento.

E a Libertadores? Nossos times são sempre os favoritos. Sem jogos fáceis e sempre com decepções no meio do caminho.

DOM. Tostão, Juca Kfouri **SEG.** Juca Kfouri
TER. Sandro Macedo **QUA.** Tostão **QUI.** Juca Kfouri
SEX. No Corre, O Mundo é uma Bola **SAB.** Marina Izidro



O técnico Dorival Júnior, durante treino da seleção brasileira em Brasília Pedro Ladeira/Folhapress

Sem Neymar, Brasil aposta em grande fase de Raphinha para confrontos das Eliminatórias

Carente de atuações convincentes, seleção encara a Colômbia nesta quinta, em Brasília, e pegará a Argentina na terça, em Buenos Aires

BRASIL X COLÔMBIA
21h45, Estádio Mané Garrincha
TV: Globo, SporTV e Globoplay

SÃO PAULO Sem Neymar, lesionado, a seleção brasileira faz sua primeira partida do ano contra a Colômbia pelas Eliminatórias para a Copa do Mundo apostando no atacante Raphinha, destaque do Barcelona na temporada.

O jogo contra os colombianos liderados pelo meia James Rodríguez ocorre nesta quinta (20), às 21h45 (de Brasília), no Estádio Mané Garrincha, em Brasília.

No jogo de ida, em novembro de 2023, ainda sob o comando de Fernando Diniz, o Brasil perdeu por 2 a 1, com dois gols de Luis Díaz. Gabriel Martinelli descontou.

O Brasil é o atual quinto colocado na classificação, uma posição abaixo da Colômbia. Os seis primeiros têm vaga direta no Mundial. O sétimo jogará repescagem.

Na sequência, a seleção viaja até Buenos Aires para enfrentar na terça (25) a Argentina, que estará desfalcada de Lionel Messi —o craque ficou de fora devido a uma lesão na coxa esquerda.

Carente de atuações convincentes, a equipe de Dorival Júnior luta para encontrar a melhor forma de aproveitar o talento de Raphinha em campo. Com 11 gols na Liga dos Campeões da Europa, dois nos 3 a 1 sobre o Benfica que assegurou a vaga do Barcelona nas quartas de final, Raphinha é o artilheiro da atual edição do torneio —ele já é o brasileiro com mais gols em uma edição, superando Roberto Firmino, Neymar, Kaká, Rivaldo e Jardel, com dez.

No clube desde 2022, Raphinha subiu de produção a partir de meados de 2024, em especial com a chegada do técnico Hansi Flick. O treinador alemão trocou o atleta de 28 anos da faixa direita para a esquerda do ataque, e deu mais minutos em campo ao brasileiro do que o antecessor, Xavi.

Raphinha é o vice-artilheiro da equipe na temporada, com 27 gols em 42 jogos, atrás apenas de Robert Lewandowski, com 35.

Com mais 20 assistências na temporada, ele passou a ter seu nome cotado para a premiação da Bola de Ouro, da revista France Football. Kaká, em 2007, foi o último brasileiro a vencer a disputa.

Na seleção, porém, com Vinicius Jr. pela esquerda e Rodrygo pela direita, Dorival Júnior tem usado Raphinha na armação das jogadas, mais recuado, atrás do centroavante. Até a volta de Neymar, ele deve onde não rende tanto. "Raphinha na Copa América foi questionado. Hoje é um dos postulantes a Bola de Ouro. Em qualquer função, se adapta muito bem", disse Dorival.

O técnico teve início promissor em 2024, ao vencer a Inglaterra e empatar com a Espanha. Na sequência, foi eliminado pelo Uruguai na Copa América e patinou nas Eliminatórias ante Paraguai (derrota) e Venezuela (empate).

RACISMO NO FUTEBOL

MPF investiga ação da CBF no caso Luighi e fala da Conmebol

RIO DE JANEIRO O Ministério Público Federal instaurou nesta quarta (19) inquérito civil para apurar a atuação da CBF frente ao caso de racismo contra o jogador Luighi, do Palmeiras, durante a Libertadores sub-20 e sobre as fala do presidente da Conmebol, Alejandro Domingues, que afirmou que a competição sem os brasileiros é como "Tarzan sem Chita".

O procedimento visa apurar medidas de CBF e Ministério dos Esportes para coibir o racismo no futebol. O inquérito foi instaurado após pedido da Jus Racial para apurar responsabilidade civil por omissão da CBF no caso contra Luighi no jogo ante o Cerro Porteño, no Paraguai. A entidade, com especialistas em justiça racial, avalia que houve negligência.

Após o episódio de 6 de março, a CBF emitiu nota de repúdio e afirmou que cobraria punições rígidas. A Conmebol determinou neste domingo (9) que o Cerro Porteño jogue com portões fechados as próximas partidas de 2025 da Libertadores Sub-20.

CBF e ministério não comentaram a instauração do inquérito.

A Jus Brasil diz que a CBF não apresentou defesa técnica do atleta por não ter feito impugnação formal contra a falta de punição ao árbitro por não ter interrompido o jogo, como prescreve normas da Conmebol. E por não ter questionado, diz a entidade, o valor da multa, de R$ 288,4 mil.

Para piorar, na segunda (17), Domingues fez comentário racista ao falar sobre uma Libertadores sem clubes brasileiros. "Seria como o Tarzan sem Chita. Impossível", disse ele, que pediu desculpas na terça (18). **Italo Nogueira**

UOL PLAY
PAULISTÃO Sicredi 2025

PAULISTÃO 2025
É NO UOL PLAY

A MAIOR COBERTURA DE JOGOS DO PAULISTÃO
ESTÁ NO UOL PLAY E NO CANAL UOL

SAIBA MAIS



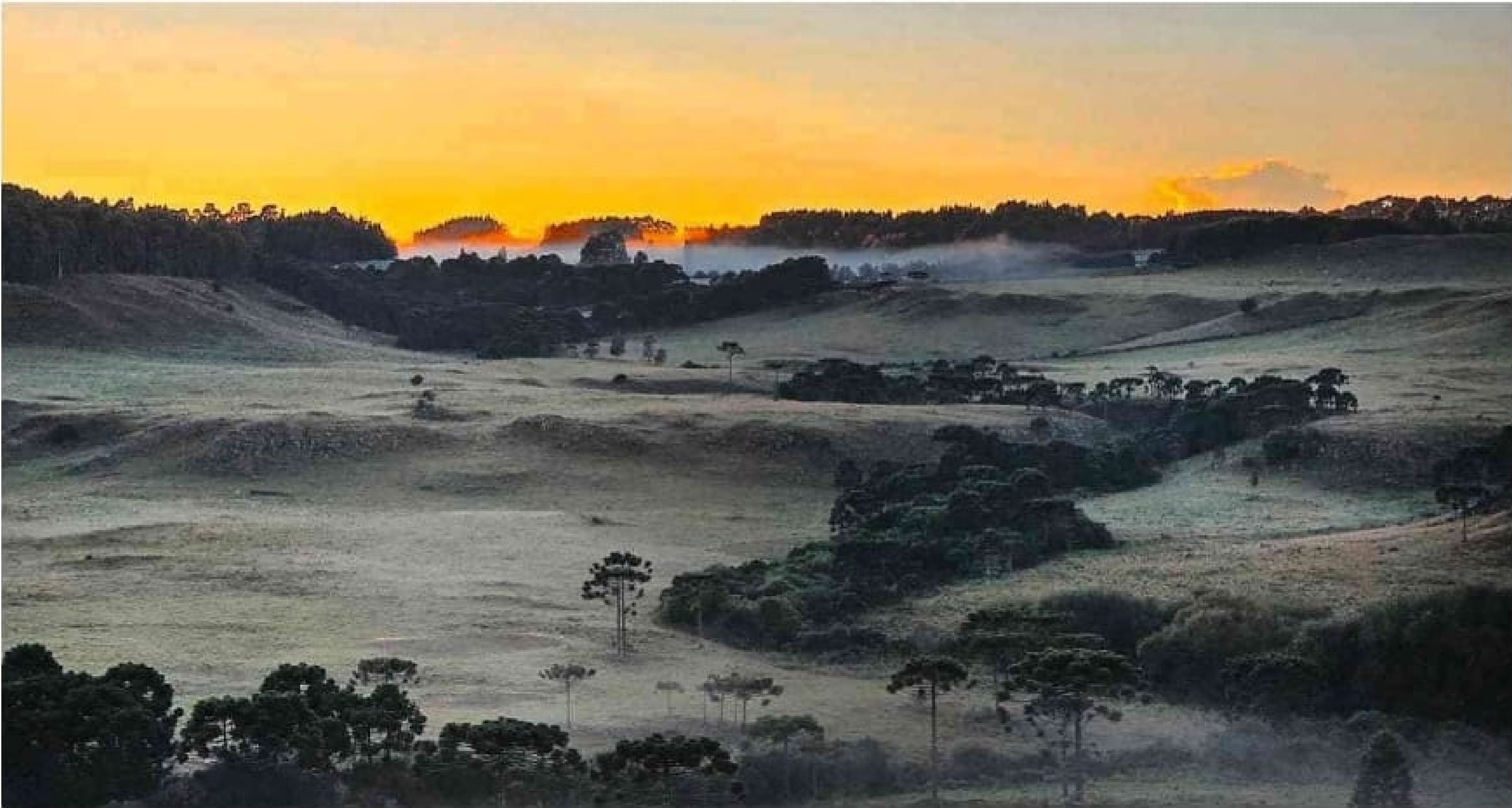
91 JOGOS COM
TRANSMISSÃO AO VIVO
PRIMEIRA FASE, QUARTAS,
SEMIFINAIS E FINAIS

TUDO ISSO COM UM TIME DE CRAQUES
NO COMANDO DAS TRANSMISSÕES

MILTON LEITE, CASAGRANDE
MAURO CEZAR PEREIRA, JOSÉ TRAJANO,
ANDRÉ HERNAN E MAIS

ACESSE UOL.COM.BR/PLAY E FAÇA SUA TORCIDA

Eufrázio



Último dia do verão traz segunda geada do ano à região serrana de Santa Catarina

Campos do Vale Caminhos da Neve, em São Joaquim, foram encobertos por uma camada fina de gelo, após atingir temperatura mínima de 3,8°C Mycchel Legnaghi/São Joaquim Online

TUDO A LER

Isadora Laviola
Estagiária de Livros

Claudia Rankine, Zuzu Angel, o novo 'Jogos Vorazes' e mais novidades literárias

Lançamento biográfico de Lázaro Ramos e estreia de Andressa Marques se destacam

Jordana, protagonista do romance "A Construção" (Nós, R$ 69, 192 págs.), de Andressa Marques, entrou na Universidade de Brasília pelo sistema de cotas e seu nome foi incluído na lista de aprovados acompanhado de um asterisco.

Filha de um pai machista, ausente e engajado em causas negras, Jordana tenta escapar de sua sina e ascender socialmente. Até entender que mesmo suas questões mais íntimas não estão a salvo do racismo estrutural e de suas consequências.

A história de Jordana é a de seus ancestrais, segundo a crítica Luciana Araujo Marques. E o asterisco indica uma conquista de gerações de descendentes de pessoas escravizadas. Jordana passa então a se entender como um coletivo. Essa é a mesma conclusão a que chegou o ator Lázaro Ramos após lançar seu primeiro livro biográfico, "Na Minha Pele".

A continuação, "Na Nossa Pele" (Objetiva, R$ 69,90, 128 págs.), nasceu do entendimento de que, ao contar sua história, Lázaro estava falando de muito mais gente.

Lázaro conta à jornalista Clara Balbi que, quando escreveu o primeiro livro, evitou contar a história de sofrimento da mãe para não desmotivar os leitores. Dona Célia foi empregada doméstica, sofreu abusos dos patrões e passou os últimos meses de vida presa a uma cama por causa de uma doença rara. No novo livro, porém, o ator conta a história da mãe e de muitas mulheres como ela — também das Jordanas e dos Lázaros do Brasil.

ACABOU DE CHEGAR
NÃO ME DEIXE SÓ
A obra chega ao Brasil 20 anos após sua primeira edição e soa como uma visita ao passado. A realidade narrada por Claudia Rankine, com a eleição de George W. Bush e os atentados de 11 de setembro de 2001, tem as mesmas fragilidades democráticas e tensões diplomáticas internacionais atuais. Para a crítica Stephanie Borges, a solidão e as turbulências que Rankine enfrenta ressoam na contemporaneidade.
TRADUÇÃO Maria Cecília Brandi
EDITORA Todavia **PREÇO** R$ 96,90, (184 págs.), R$ 59,90 (ebook)

A MULHER HABITADA
Escrito em 1988 por Gioconda Belli, antecipa o que aconteceria com a Nicarágua pós-sandinismo. Ela escreveu sobre um casal envolvido na luta para derrubar a ditadura instaurada no país. E hoje Belli, 76, está exilada de seu país natal, que vive mais um regime ditatorial. Ela conta à colunista Sylvia Colombo que, ao escrever o livro, tinha uma esperança que não tem mais: "Tenho de falar disso, como uma espécie de manifesto. E já se passaram meus anos de revolucionária".
TRADUÇÃO Enrique Boero Baby
EDITORA Rosa dos Tempos
PREÇO R$ 79,90, (448 págs.)

AMANHECER NA COLHEITA
É mais um título de Suzanne Collins que antecede sua série best-seller "Jogos Vorazes". Na saga, jovens são obrigados a participar de uma competição onde só o vencedor sobrevive. O novo livro conta a história de Haymitch Abernathy, que na trilogia principal é treinador de jogadores. Para a crítica Isabela Yu, a obra se limita a repetir fórmulas já conhecidas como a tese de que os jogos existem porque violência gera audiência.
TRADUÇÃO Regiane Winarski
EDITORA Rocco **PREÇO** R$ 79,90, (448 págs.), R$ 39,90 (ebook)

E MAIS
ZUZU ANGEL A Todavia prepara uma biografia de Zuzu Angel para ser lançada antes dos 50 anos da morte da estilista. O Painel das Letras conta que "Quem É Essa Mulher: Zuzu Angel", da jornalista Virginia Siqueira Starling, se dedicará à luta da estilista por justiça. Seu primogênito, Stuart Angel, foi torturado e morto pelo mesmo regime que a matou.

FERNANDA MONTENEGRO Em "Pausa & Linha" (Pinakotheke, R$ 120, 156 págs.), Joaquim Falcão mergulha nos silêncios de sua colega de ABL e amiga Fernanda Montenegro. O livro é um exercício de interpretação da intérprete no qual Falcão estuda as estratégias e intenções por trás das pausas de Montenegro. Para ele, o livro é lançado em um momento em que o Brasil necessita de "silêncios inteligentes".

YAMANDU COSTA O jornalista Ricardo Viel lançou de maneira independente um livro perfil sobre o violonista gaúcho Yamandu Costa. Viel conta ao repórter especial Fabio Victor que foi difícil escrever o livro pois seu biografado queria conversar sobre outras coisas que não sua própria vida: "Ele tem muita ressalva. Não com o conteúdo, mas com ter uma biografia".

ALÉM DOS LIVROS
BIENAL A Bienal do Livro Rio anunciou seus primeiros convidados para a edição 2025, que acontece entre os dias 13 e 22 de junho. Entre os nomes divulgados estão o americano G. T. Karber, autor da série de enigmas "Murdle"; a britânica Cara Hunter, conhecida pelos títulos "Onde Está Daisy Mason?" e "Em Um Porão Escuro"; e o argentino Pedro Mairal, autor de "A Uruguaia".

REIMPRESSÃO O editor e jornalista Matinas Suzuki Junior, que saiu da direção da Companhia das Letras no ano passado, prepara uma iniciativa de reimpressão de livros esgotados. O editor Walter Porto conta que o projeto tem a intenção de tornar esses livros novamente disponíveis sob demanda e de remunerar seus autores — o que não acontece, por exemplo, com a revenda realizada em sebos.



Acesse o QR Code para se inscrever

Deputada do PL pede veto a livros no Ceará

A deputada estadual Silvana Sousa (PL) pediu o veto aos livros "E o Medo, que Medo Tem?" e "Alfrabeto" em escolas do Ceará, segundo a repórter Isabela Palhares. O primeiro por apresentar um personagem vestido de bailarina que, nas palavras da deputada, é "mensagem subliminar para a cultura LGBT". E o segundo por colocar "religiões de matrizes africanas em destaque em detrimento das demais".

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2025 B1

O cantor e compositor Arnaldo Antunes Leo Aversa/Divulgação

O futuro em frente

Arnaldo Antunes lança seu 'Novo Mundo', disco de inéditas em que combate a frivolidade das redes e comenta a mudança do clima Leia na pág. B4

Eufrázio

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

VAGA ABERTA

A decisão do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) de permanecer nos EUA reabriu a corrida para saber quem será o candidato ao Senado da direita por São Paulo em 2026.

VAGA 2 Eduardo tem a vaga garantida —mas sua ausência abriu a possibilidade de ele de fato não retornar ao país num período breve, abrindo mão de concorrer ao cargo.

VAGA 3 Outra possibilidade é a de ele voltar, mas disputar a vice ao lado do pai, Jair Bolsonaro (PL), que figuraria como candidato à Presidência da República. Caso o ex-presidente siga mesmo inelegível, o filho saltaria para a cabeça de chapa.

VAGA 4 As articulações contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes nos EUA ajudariam a credenciá-lo ao cargo junto ao eleitorado de direita.

VAGA 5 Assim que Eduardo anunciou a decisão de não voltar ao país, diversos nomes voltaram a ser cogitados para a vaga de candidato ao Senado —a outra já estaria reservada para o secretário de Segurança de SP, Guilherme Derrite.

QUERO, SIM O deputado Pastor Marco Feliciano, por exemplo, admitiu à coluna que alimenta a pretensão de concorrer _o nome dele apareceu com 8,9% em pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas.

NA BÍBLIA "Penso que chegou a hora do principal estado da Federação, que tem uma das maiores proporções de cristãos evangélicos do país, ter um representante desse segmento no Senado da República", afirma.

VALORES "Mais que isso, São Paulo é o estado mais conservador do Brasil, e por minha caminhada de 30 anos na defesa dos valores da família, meus quatro mandatos de deputado federal, penso que eu esteja preparado para defender bem esses valores tão caros aos paulistas", segue.

LISTA Outros nomes que aparecem no debate são dos do ex-secretário da Cultura do governo Bolsonaro, Mário Frias (PL-SP), o do presidente da Assembleia Legislativa, André do Prado (PL-SP), e o de Ricardo Salles (Novo-SP), que teria maior dificuldade por não ser mais filiado ao PL.

ROTA O Tribunal de Contas da União (TCU) arquivou, por unanimidade, um pedido de investigação contra a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, por gastos em viagens internacionais. A representação era do deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO).


1


2


3


4


5


6


7


8


9


10

CELEBRAÇÃO

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) 1, e os governadores Cláudio Castro (PL) 2, do Rio de Janeiro, e Romeu Zema (Novo) 3, de Minas Gerais, prestigiaram a festa de cinco anos da CNN Brasil, na noite de segunda (17), no Fasano Itaim, em São Paulo. O fundador e sócio-controlador da emissora, Rubens Menin 4, recebeu os convidados, assim como o presidente-executivo do conselho da CNN Brasil, João Camargo, que estava acompanhado da mulher, a conselheira-executiva do Esfera Brasil Ana Funaro 5. O médico e apresentador do canal, Roberto Kalil, e a mulher, a médica Claudia Cozer Kalil 6, e o presidente do PSD, Gilberto Kassab 7, marcaram presença na celebração. O vice-presidente de desenvolvimento de parcerias da CNN, Samson Desta 8, compareceu ao evento. A apresentadora Daniela Filomeno 9 e a âncora Elisa Veeck 10 também passaram por lá Fotos Ronny Santos/Folhapress

TELINHA A Justiça do Trabalho condenou a Globo a pagar uma indenização de R$ 500 mil à atriz Roberta Rodrigues por assédio moral e racismo institucional durante as gravações da novela "Nos Tempos do Imperador". Cabe recurso.

TELINHA 2 A coluna teve acesso à decisão do processo, que corre em segredo de Justiça. "Nos Tempos do Imperador" foi ao ar entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022.

TELINHA 3 A juíza Aline Gomes Siqueira, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, entendeu que o ambiente de trabalho foi marcado por práticas de assédio moral e racismo institucional durante as gravações do folhetim. De acordo com a magistrada, esse suposto ambiente teria causado o adoecimento da atriz.

SILÊNCIO Procurada, a Globo diz que não comenta processos da Justiça. Os advogados da atriz, Carlos Nicodemos e Cinthia Carvalho, não comentam o caso por estar em segredo de Justiça.

MARTELO A Justiça de SP condenou o gestor Vladimir Timerman, da Esh Capital, a pena de um ano, 10 meses e 15 dias de prisão pelo crime de perseguição contra o empresário Nelson Tanure. Cabe recurso. Em sua sentença, a juíza Eva Lobo Chaib Dias Jorge, da 12ª Vara Criminal, substituiu a detenção por prestação de serviços gratuitos beneficentes durante o período da condenação, na frequência de oito horas semanais.

MARTELO 2 A disputa entre os dois teve início em 2021, quando Timerman acusou Tanure de cooptar acionistas minoritários para assumir o controle da Alliar, uma empresa de exames médicos, na qual o empresário tem participação e que hoje é conhecida como Alliança Saúde e Participações. Tanure foi representado pelos advogados Pierpaolo Cruz Bottini e Pablo Naves Testoni.

VIVA-VOZ O deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) enviou um ofício à CBF (Confederação Brasileira de Futebol) cobrando da entidade medidas de combate ao racismo e um posicionamento "mais contundente" contra as recentes falas do presidente da Conmebol (Confederação Sul-Americana de Futebol), Alejandro Domínguez. O dirigente disse que uma edição da Copa Libertadores sem clubes do Brasil seria como "o Tarzan sem a Chita".

PALCO No ar na novela "Volta por Cima" (Globo), o ator Guilherme Weber já tem novo projeto para o teatro após o fim da trama. Ele será o diretor da primeira versão brasileira de "Plaza Suíte", comédia de Neil Simon que estreou pela primeira vez em 1968, em Boston, e virou longa-metragem em 1971, com Walter Mathau, Maureen Stapleton e Barbara Harris.

com Karina Matias, Laura Intrieri e Manoella Smith

Eufrázio

Fissuras no muro da Globo

Vitórias da Record com futebol são fruto da maior concorrência nas transmissões esportivas

Mauricio Stycer
Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

Por ocasião das comemorações dos 30 anos do SBT, em agosto de 2011, Silvio Santos foi sabatinado por funcionários da emissora no Hotel Jequitimar, no Guarujá. Bem à vontade, de chinelos, short rosa e camisa florida, o empresário classificou a Globo como "um muro" muito difícil de ser ultrapassado.

"Nós de televisão estamos vendo que por mais que a Record queira se aproximar da Globo, em todos esses anos ela não passou de 11 pontos e ultimamente ela tem caído para dez, nove, oito pontos. O que significa que o público, dificilmente, vai deixar a Globo", disse.

E acrescentou: "A Globo é um muro. E ultrapassar esse muro a gente só consegue de vez em quando. É claro que se você tem um jogo de futebol entre Corinthians e São Paulo na Band, isso pode dar 30, 40 pontos, mas, no dia seguinte, as pessoas voltam para a Globo. A gente já sabe que lutar contra a Globo, na minha opinião, é impossível".

Em duas das partidas do Corinthians, contra o Santos e o Palmeiras, a Record surrou a Globo, alcançando mais que o dobro da audiência de seu Domingão com Huck, com médias em torno de 20 pontos contra apenas dez. Muito mudou nos últimos 14 anos, a começar pelo fato de que nenhum programa hoje alcança a marca dos 40 pontos de audiência no Ibope

Agora em março, três partidas do Timão, justamente, expuseram uma trincada no muro erguido pela Globo. Dona dos direitos de transmissão do Campeonato Paulista, a emissora de Edir Macedo destronou seguidamente, em três domingos, o canal da família Marinho no final da tarde, em São Paulo.

Em dois desses jogos do Corinthians, contra o Santos e o Palmeiras, a Record surrou a Globo, alcançando mais que o dobro da audiência do Domingão com Huck, com médias em torno de 20 pontos contra dez (cada ponto na Grande São Paulo equivale a 199.313 indivíduos).

Algumas coisas mudaram nesses últimos 14 anos, desde a certeira análise de mercado de Silvio Santos, a começar pelo fato de que nenhum programa hoje dá 40 pontos de audiência. A Globo segue como líder na TV aberta, mas em patamares muito mais baixos. Os rivais continuam obtendo vitórias esporádicas, mas sem conseguir provocar uma migração sustentável de público. E quem exibe jogos do Corinthians não é mais a Band, mas a Record e o SBT.

A multiplicação da oferta de transmissões esportivas, outro fato relativamente novo, amplia as fissuras no muro erguido pela Globo. Enxugando custos e revendo estratégias, a emissora carioca abriu mão de algumas competições e perdeu a posse de outras, aceitando como inevitáveis derrotas como as dos últimos domingos.

Desde 2022, a Record exibe jogos do Paulistão. Neste ano, também vai exibir uma partida por rodada do Brasileirão. Em 2021, o SBT começou a exibir partidas da Champions League e desde 2023 mostra jogos da Copa Sul-Americana.

Vários desses acordos ocorrem em parceria ou em paralelo a negócios realizados por empresas estrangeiras em atuação no Brasil, na TV paga e no streaming, como Disney, Warner Bros., Discovery e Prime. Não falta futebol na televisão.

O que escondem os emojis

Duas ou três coisas sobre "Adolescência", a nova série sensação da Netflix. Em quatro episódios, acompanha-se a história de um garoto de 13 anos acusado de matar uma colega de escola. Mais do que um pano de fundo, o abismo que existe entre os adolescentes, os seus pais e os professores nas escolas é o grande tema dessa produção britânica criada por Jack Thorne e Stephen Graham e dirigida por Philip Barantini.

A série busca respostas, mas evita julgamentos ou conclusões lacradoras. O incrível esforço de transformar cada episódio num único plano-sequência amplia a sensação de opressão e dor que todos os personagens vivem. Graham, que interpreta o pai, é um ator extraordinário. O menino Owen Coper, no seu primeiro trabalho como ator, é um fenômeno. Obrigatório, mas triste e angustiante assistir.

ARTES CÊNICAS

Prêmio Shell premia ator drag queen por 'Rei Lear'

SÃO PAULO Alexia Twister, drag queen experiente nos palcos paulistanos e conhecida pela série "Nasce uma Rainha", produção da plataforma Netflix, ganhou nesta terça-feira o Prêmio Shell de Teatro por seu papel em "Rei Lear", uma das grandes tragédias de William Shakespeare.

Na montagem, só com artistas drag queens, Alexia representou o monarca e se destacou pela cena em que o octogenário, à beira da loucura, enfrenta uma tempestade. A 35ª edição do prêmio, que prestigia anualmente artistas e espetáculos teatrais em São Paulo e no Rio de Janeiro, anunciou os vencedores em cerimônia no Teatro Riachuelo, na capital fluminense. Cristina Camargo

MÚSICA

Mercado musical no Brasil faturou R$ 3,4 bilhões em 2024

SÃO PAULO O mercado fonográfico no Brasil cresceu 21,7% no ano passado, chegando a um faturamento de R$ 3,4 bilhões em 2024. Os dados são do relatório anual da Pró-Música, entidade que representa as principais gravadoras e produtoras fonográficas do país. Com isso, o país se mantém como o nono maior no ranking global da Federação Internacional da Indústria Fonográfica, a IFPI. O streaming segue puxando esse crescimento, responsável por 87,6% das receitas no setor. As plataformas digitais faturaram R$ 3,05 bilhões no ano, 22,5% a mais do que o registrado em 2023.

MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com

Minissérie sobre morte na Casa Branca tem seu lançamento na Netflix

Assassinato na Casa Branca
Netflix, 14 anos
A nova produção de Shonda Rhimes é uma minissérie policial estrelada por Uzo Aduba e Giancarlo Esposito que se passa nas 132 salas da Casa Branca. Um cadáver aparece depois de um jantar, e a excêntrica detetive Cordelia Cupp passa a investigar os funcionários e convidados, 157 pessoas no total. "Assassinato na Casa Branca" é baseada no livro "The Residence: Inside the Private World of the White House", da autora Kate Andersen Brower.

Memórias de um Amor
Prime Video e Mubi, 14 anos
O casal Sam e Tusker, vividos por Colin Firth e Stanley Tucci, viaja pela Inglaterra depois que um deles é diagnosticado com demência precoce. Eles revivem as suas memórias e celebram os seus momentos juntos ao visitar lugares que marcaram suas vidas.

Gomorra
Mubi, 16 anos
O diretor Matteo Garrone retrata o crime organizado na Itália, a Camorra, com uma estética documental e narrativa fragmentada. Vencedor do Prêmio do Júri no Festival de Cannes de 2008, o filme desmonta o mito do gângster napolitano em cinco histórias paralelas. Alguns tentam derrotar a Camorra, outros sobrevivem justamente por causa dela.

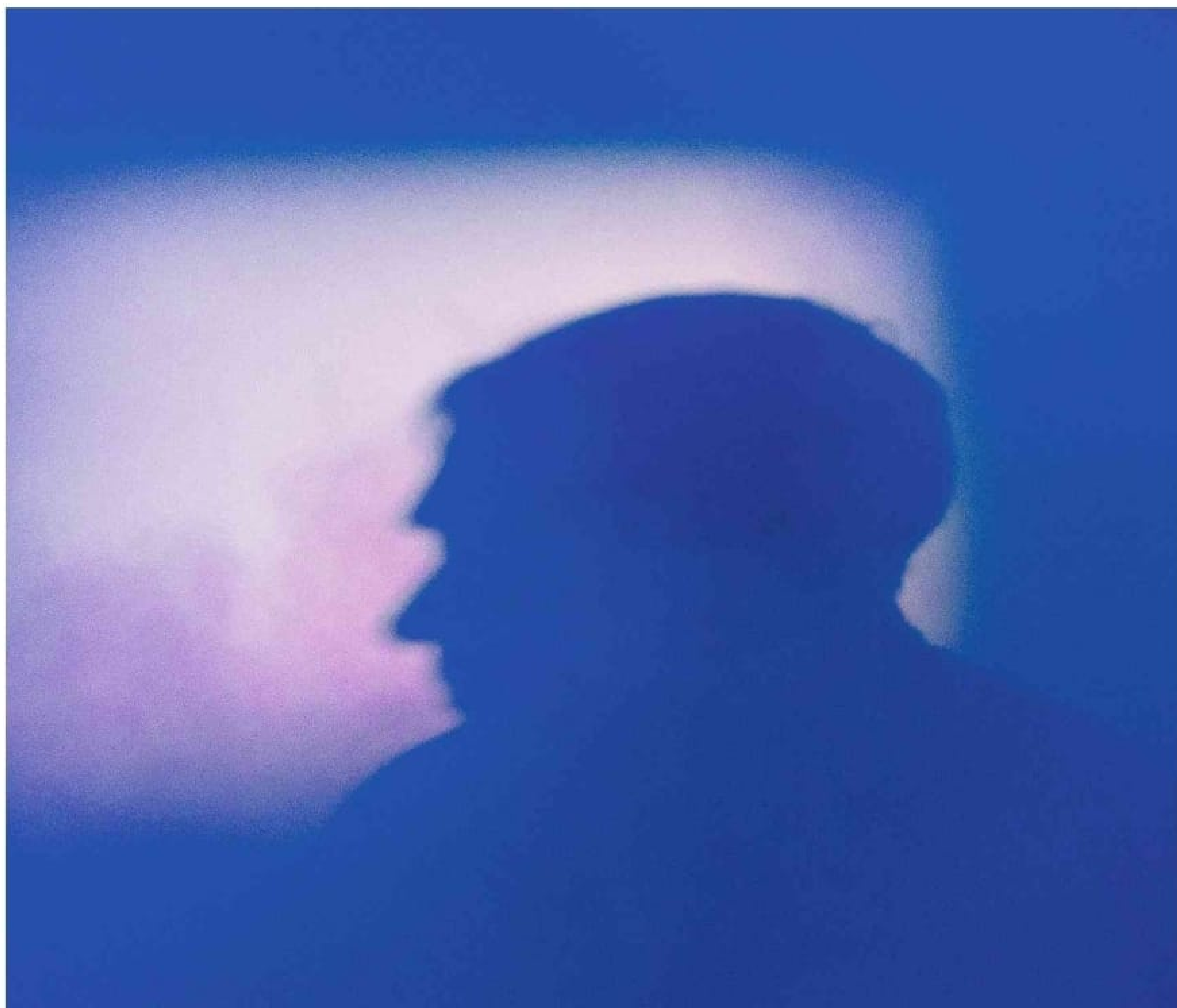
+ O Nascimento de H. Teixeira
Curta!, 22h20, 12 anos
A escritora e imortal Heloísa Buarque de Hollanda agora atende pelo nome de Heloísa Teixeira. O documentário sobre a sua carreira explica as razões que justificam a mudança realizada em seu nome e ao mesmo tempo se aprofunda em seu passado enquanto figura feminista e professora. Explora ainda a sua relação com os poetas e artistas que orbitam ao seu redor e os efeitos que essas personagens exerceram ao longo de sua trajetória

Alexandria
Paramount Network, 21h20, 14 anos
Hipátia é uma filósofa e professora em Alexandria, em 391, dedicada aos estudos e à ciência. Em uma época em que os cristãos disputam a soberania política, econômica e cultural, Hipátia se recusa a se converter ao cristianismo e é acusada de bruxaria.

Eu Não Desisto de Você
TV Brasil, 23h, 14 anos
Série dividida em cinco episódios sobre a trajetória e o legado deixado pela advogada pernambucana Ana Vasconcelos. Ela é reconhecida como a criadora da "Casa da Passagem", organização fundada em 1989, no Recife, que por mais de duas décadas ofereceu atendimentos a diversas meninas, adolescentes e mulheres em situação de rua ou integrantes de comunidades carentes.

TOKIOMARINEHALL.COM.BR
TOKIO MARINE HALL
CURTA O MOMENTO! A TOKIO MARINE SEGURADORA CUIDA DE TUDO.
ICATU APRESENTA
SIMONE
22.MAR-21H
patrocínio produção
ICATU
Azul uol

Eufrázio



Arnaldo Antunes confronta a aceleração da vida e a catástrofe do clima em álbum

Ao lançar 'Novo Mundo', que tem parcerias com David Byrne, artista pede que o acervo de Haroldo de Campos seja conservado e diz que jamais usaria inteligência artificial para criar

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Nos loucos anos 1980, Arnaldo Antunes, ainda integrante dos Titãs, convidou Haroldo de Campos para sair em turnê, viajando no ônibus da banda. Findo um dos shows, o poeta concreto se viu rodeado por jovens descamisados, que mais pareciam um time de rúgbi, entoando cantigas para celebrar o visitante erudito.

Em dado momento, Haroldo não resistiu à tentação de teorizar o que acabara de ver em cena. Disse que, em oposição à coreografia mais placentária do vocalista Branco Mello, a performance de Antunes se assemelhava à estrutura cubista, porque sua movimentação engendrava, no espaço vazio, ângulos, vértices e arestas.

O tempo passou, mas a dança é a mesma. Aos 64 anos, Antunes cultiva uma postura combativa para enfrentar os desafios do novo século. Com socos, cotoveladas e pontapés, ele escancara o "Novo Mundo", disco de inéditas, que chega agora ao streaming.

"Eu acho que a minha dança pode ter, sim, relação com a palavra escrita, mas isso é involuntário. Faço aquilo com espontaneidade, não é uma coreografia pensada", afirma ele, numa entrevista por videoconferência, enquanto reproduz, do outro lado da tela, os passos de sua dança.

Conhecido por transitar livremente entre as artes, da performance à música, Arnaldo Antunes é, antes de tudo, um poeta, tendo encontrado na palavra escrita seu lugar existencial. Herdeiro do concretismo na MPB, ele explora a linguagem "verbivocovisual", isto é, a dimensão verbal, vocal e visual da palavra, podendo ocupar diferentes funções, incluindo a de cantor e compositor.

Os primeiros meses deste ano, no entanto, trouxeram más notícias. O acervo do amigo, Haroldo, foi removido da Casa das Rosas, instituição vinculada ao governo de São Paulo, e está agora inacessível aos pesquisadores, trancado em um depósito em Barueri, a 30 quilômetros da capital paulista.

"É uma indignação enorme, um descaso. O acervo foi para um porto que era para ser seguro, e o valor daquilo é imenso para a cultura brasileira. Foi um baque. Acho que as autoridades que tomaram essa decisão tiveram um descuido imperdoável e isso precisa ser corrigido", afirma Antunes. De todo modo, o diálogo que mantém com a tradição deve servir para elucidar o presente e imaginar futuros possíveis.

Não por acaso, as canções do novo álbum se relacionam num contexto cheio de urgências. Na faixa de abertura, que nomeia o disco, Antunes tematiza a conjuntura de guerras, de emergência climática e a desumanização, causada pelo avanço tecnológico. "Cada vez mais plástico e menos água/ cada vez mais casca e menos substância/ o veneno apenas fortalece a praga/ e a nau da insensatez sem freio avança."

Continua na pág. B5

O cantor e compositor Arnaldo Antunes
Leo Aversa/Divulgação

Continuação da pág. B4
Arnaldo Antunes diz que a preservação ambiental agora voltou à pauta no governo Lula, do Partido dos Trabalhadores, mas os esforços políticos para o desenvolvimento sustentável ainda são muito insuficientes. "O Brasil caminha a passos lentos, existe um Congresso muito conservador, existem forças muito reacionárias administrando essa questão", afirma o artista.

Ao fundo, ouvimos as batidas eletrônicas de Pupillo, o produtor do disco, que imprime uma cadência semelhante à do hip-hop. À guisa de um manifesto, o esteio sonoro do longo poema desemboca numa intervenção do rapper baiano Vandal, que alerta para os impactos da inteligência artificial no mercado de trabalho.

No encarte do disco, o protesto de Vandal ganha uma forma gráfica específica, com letras maiusculas e a letra "H" substituindo os acentos agudos. É quase código Morse. "Não é uma crítica à inteligência artificial em si. É uma crítica ao mundo, à maneira como esse instrumento é utilizado nas comunicações", diz Antunes, acrescentando que não tem vontade de usar a ferramenta para compor. Segundo ele, as soluções apresentadas pela tecnologia são, quase sempre, clichês.

"Quando surgiu a internet, acho que eu tinha uma visão muito ilusória do que realmente ela veio a se tornar. Achava que a comunicação instantânea facilitaria o convívio com as diferenças, e fomos percebendo um acirramento de guetos, e o algoritmo incentivando a extrema direita."

Sob uma perspectiva circular, o álbum termina com "Tanta Pressa pra Quê?", parceria de Antunes com sua mulher, Márcia Xavier, que denuncia a aceleração do mundo com a internet. "Todo mundo tem opinião o tempo todo/ pare o mundo que quero descer", diz a letra. No refrão, os solos de Kiko Dinucci se assemelham à guitarrada paraense.

Ao longo das 12 faixas de "Novo Mundo", algumas participações se destacam. A cantora Ana Frango Elétrico entoa o iê-iê-iê "Pra Não Falar Mal", em que o compositor brinca com a rima anasalada "ninguém" e "alguém", explorando o polo positivo e o negativo, temática zen budista tão presente em sua poética. Não à toa, a letra menciona o livro clássico "Tao-Te King", atribuído a Lao Tzu, que inspirou o budismo e o taoísmo.

Já o americano David Byrne, fundador da banda Talking Heads, é parceiro de Antunes nas duas faixas em que divide os vocais —"Não Dá para Ficar Parado Aí na Porta" e "Body Corpo", ambas cantadas em inglês e em português, constituindo duas camadas linguísticas. Em particular, "Body Corpo" responde à desumanização, expressando a corporalidade, assunto tão em voga na poesia contemporânea.

"Novo Mundo", em suma, não configura uma distopia, mas expõe a realidade tal como se apresenta hoje. Apesar dos desafios, "Sou Só", que Antunes escreveu e agora canta com Marisa Monte, deixa um sentimento de esperança no ar. Ele diz que os famosos duetos com a soprano, entoados em oitavas diferentes, o ajudaram a estabelecer o registro grave e nasal como singularidade.

De fato, é possível observar duas tendências na carreira solo do artista. Nos quatro primeiros discos, Antunes ainda curte o barato concreto com a crueza do rock. Depois dos Tribalistas, grupo que integra com Monte e Carlinhos Brown, ele é menos punk e mais hippie, inaugurando uma poética nostálgica com o olhar virgem da velha infância.

Antunes, que participou da megaturnê dos Titãs no ano passado, não concorda que o rock tenha morrido. "O rock se tornou mais uma questão de comportamento do que gênero musical", diz ele. "A gente ficou muito surpreso, durante a turnê, que os temas da banda continuam atuais."

Foi a experiência com a sua antiga banda que o motivou a fazer o novo disco, com o som pesado de "Tire o Seu Passado da Frente", um recado à sanha canceladora das redes sociais. "Não é porque foi oprimido que vai virar opressor/ não é porque foi abusado que vai ser abusador/ não é porque ficou fodido que vai perder a fé", diz a letra, pontuada pelo sintetizador de Vitor Araújo. Nos últimos segundos, a melodia muda, e ouvimos Antunes experimentar a sua voz, em gritos, grunhidos e gemidos guturais, um recurso vocal análogo aos vértices, ângulos e arestas de sua coreografia no espaço vazio.

Instado a comentar a letra, o compositor tergiversa. "Não tem muito o que explicar, mas tem essa forma individual de algumas pessoas reproduzirem o que sofreram no passado", afirma o músico. Como sua arte tem matriz formalista, ele se dá ao luxo de dizer "a canção fala por si".

Em paralelo à música, o autor de "Algo Antigo" começa a escrever poemas para um novo livro. Ele também acaba de participar do documentário "Artéria: Poesia em Revista", dirigido por Bruna Callegari, sobre o mais longevo periódico dedicado ao gênero literário, de que foi colaborador.

Antunes sente falta da cultura de revistas, porque era um incentivo à criação gráfica. Ele acredita que há sentido em abolir o verso hoje, depois das vanguardas. Com os poemas visuais, pensa responder aos estímulos das novidades da tecnologia.

Dinamitando a linguagem em sua dimensão "verbivocovisual", Antunes alcança a autonomia da forma. Afinal, responder "a canção fala por si" não deixa de ser uma maneira um pouco mais intelectualizada de berrar, como naquela sua famosa música —"Porrada! Porrada! Porrada!".

Leia mais na pág. B6

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br



EM BREVE NA TV
A atriz Cláudia Abreu caracterizada como Filipa, a sua personagem em 'Dona de Mim', próxima trama das sete da Globo, escrita por Rosane Svartman Léo Rosário/TV Globo

Cláudia Abreu está de volta às novelas da Globo

Afastada das novelas da Globo desde "A Lei do Amor" (2016), Cláudia Abreu diz ter surpreendido a si mesma ao retornar à emissora. Ela está no elenco de "Dona de Mim", próxima trama das sete, escrita por Rosane Svartman e dirigida por Allan Fiterman. Em conversa com a coluna, Abreu explicou por que decidiu aceitar o papel de Filipa, mesmo rodando o país com duas peças (o monólogo "Virginia" e "Os Mambembes") e um documentário em produção.

ABRE ASPAS "Não estava esperando fazer TV este ano, a vida já estava bem agitada. Mas o convite do Allan e da Rosane me empolgou. Além do fato de já estar longe das novelas há algum tempo, achei que seria uma oportunidade de voltar", disse. Sua personagem é uma mulher rica, que passa por uma instabilidade mental após não dar certo como artista. A entrevista completa está no site da coluna, no F5.

QUASE LÁ Autor de novelas como "Salve-se Quem Puder" (2020) e "Família É Tudo" (2024), Daniel Ortiz está com um acordo encaminhado para renovar seu contrato com a Globo. Ele tem tudo praticamente certo para estender o vínculo até 2027. Faltam apenas alguns detalhes a acertar.

5,9
pontos foi a audiência do Hoje em Dia, da Record, na terça-feira (18). Com a cobertura do caso Vitória, venceu o Encontro com Patrícia Poeta, da Globo

FILA Se nada mudar, Daniel Ortiz deve entrar na fila de novelas das sete da Globo e escreverá a trama que vai suceder "Coração Acelerado", de Maria Helena Nascimento e Izabel de Oliveira, no segundo semestre de 2026. Antes dela, vai ao ar "Dona de Mim", que entra no lugar de "Volta por Cima" em abril.

DE OLHO NO FUTURO A explosão de popularidade de João Fonseca e o interesse da Globo fizeram a ESPN se antecipar e conseguir, na quarta-feira (19), a renovação de contrato de jogos do circuito da ATP (Associação de Tenistas Profissionais), o principal do tênis masculino. Falta apenas a assinatura, mas já está tudo acordado. O novo vínculo dura até 2029.

ADEUS A Globo encerrou nesta terça-feira (18) as gravações de "Mania de Você", novela das nove escrita por João Emanuel Carneiro. Os trabalhos de pós-produção e edição seguem até a semana que vem na emissora. O diretor artístico da trama, Carlos Araújo, agradeceu aos atores e à equipe pelo empenho de entregar o produto, mesmo com as dificuldades e a audiência ruim da trama.

APOSTA A RedeTV! estreia no domingo (23) o programa Para Aqui, comandado por João Kleber. A atração vai unir todos os quadros consagrados pelo apresentador em um só, como segredos bizarros, pegadinhas e o famigerado "Teste de Fidelidade". A meta é vencer o Perrengue, da Band, na faixa das 19h.

Disco de Arnaldo Antunes tem em faixas com David Byrne o ponto alto

'Novo Mundo' mistura frescor e o passado mais rock'n'roll do cantor e compositor nos Titãs, acompanhado de uma banda intensa



O músico Arnaldo Antunes, que lança 'Novo Mundo' Léo Aversa/Divulgação

MÚSICA
Novo Mundo
★★★★★
Artista: Arnaldo Antunes. Gravadora: Selo Risco. Disponível nas plataformas digitais

Thales de Menezes

"Novo Mundo" é um pacote de boas novidades para os fãs de Arnaldo Antunes. Ele volta a reunir uma banda para o acompanhar, apresenta uma safra de canções pop, com um uso inventivo de sintetizadores, e traz em duas faixas uma parceria valiosa, com David Byrne.

A opção pelo "modo banda" inevitavelmente traria algo novo ou um resgate de seu passado mais rock'n'roll. O resultado é uma mistura das duas coisas. Os eleitos são velhos colegas de palco e estúdio —Vitor Araújo nos teclados, Betão Aguiar no baixo, Kiko Dinucci nas guitarras e efeitos eletrônicos, e Pupillo, que, além de cuidar de bateria, percussão e programações, assume a produção. Uma banda da pesada, que, de certa forma, traz algo de Titãs às faixas.

A música que dá título é a primeira a tocar, e há estranheza. O novo mundo da letra remete à desolação, que compõe um clima um tanto tétrico com sons sintetizados. O rapper Vandal participa e há uma citação de sua "MUNDANOH". Em seguida vem "O Amor É a Droga Mais Forte", e o Antunes dos versos certeiros dá as caras com "o destino faz sua parte/ fora isso só mesmo a sorte/ mais que isso só mesmo a morte".

"É Primeiro de Janeiro", um dos pontos altos do disco, tem a típica arnaldice de uma letra singela que fala de sentimentos recorrendo a ações triviais —"joga fora a roupa que não cabe mais/ é 1º de janeiro/ tira a máscara da cara e fica em paz/ com seu rosto verdadeiro". Esse mesmo clima aparece em "Pra Não Falar Mal", em que ele divide os vocais com a cantora Ana Frango Elétrico.

O que mais surpreende são os dois duetos com David Byrne. São letras bilíngues, em "Body Corpo" e "Não Dá pra Ficar Parado Aí na Porta", em canções de levada percussiva. Duas ótimas faixas, que devem funcionar bem no palco.

Há uma graça nessa associação, porque, nos anos 1980, era evidente a influência de Byrne em Antunes, que gostava de ternos largos como os do líder dos Talking Heads e havia semelhanças na dança robótica dos dois.

"Tire o Seu Passado da Frente" volta sem escalas aos anos 1980. Rock acelerado com o teclado sendo martelado sem parar. Mas a viagem nostálgica é interrompida a partir da metade da faixa, quando a melodia é substituída por percussão e vocais guturais.

O repertório traz a opção recorrente por versos curtos. Como nas românticas "Acordarei" e "Para Brincar", com o filtro juvenil de Antunes para falar sobre amor, e "Viu, Mãe?", parceria com Erasmo Carlos que radicaliza ao ter apenas uma palavra em cada verso.

Outro destaque, por fim, é quando canta "Sou Só", com Marisa Monte —uma balada impecável. E a delicadeza da canção só se acentua ao ganhar um arranjo com violinos, viola e cello. Mais Tribalistas impossível.



Os músicos Steve Marker, Butch Vig, Shirley Manson e Duke Erikson, integrantes da banda Garbage Divulgação

Butch Vig, do Garbage, diz que noticiário nos Estados Unidos está se tornando mais sombrio

Banda de rock dos anos 1990 liderada por Shirley Manson retorna ao Brasil para três shows às vésperas do lançamento de seu novo álbum

André Barcinski

PARATY (RJ) O produtor musical e instrumentista Butch Vig é um nome fundamental do rock nas últimas três décadas. Esse artista americano de 69 anos produziu discos importantes de bandas como Nirvana, com a qual fez "Nevermind"—, Smashing Pumpkins — "Gish" e "Siamese Dream"—, Sonic Youth —"Dirty"—, L7 —"Bricks Are Heavy"—, Foo Fighters —"Wasting Light" e "Sonic Highways"— e Green Day —"21st Century Breakdown".

Desde 1993, ele é também o baterista e produtor do Garbage, grupo musical que conta ainda com a cantora Shirley Manson e os multi-instrumentistas Steve Marker e Duke Erikson. A banda retorna ao Brasil para três shows.

O conjunto se apresenta no clube Sacadura 154, no Rio de Janeiro, em 21 de março, em São Paulo, no Terra SP, no dia seguinte, e em Curitiba, na Ópera de Arame, no dia 23 de março, numa luxuosa dobradinha com a excelente banda punk feminina L7, que toca de novo no Brasil.

"Vai ser muito divertido encontrar as meninas do L7 aí", afirma Vig, o produtor, em entrevista. "É certamente a banda mais louca e divertida que já tive o prazer de produzir, eu amo todas elas."

O Garbage prepara para o fim de maio o lançamento de "Let All that We Imagine Be the Light", o oitavo disco de estúdio da banda estabelecida na década de 1990.

"De certa forma, é uma continuação de nosso último disco, 'No Gods No Masters'", conta Vig. "As letras de Shirley [Manson] continuam falando de temas sociopolíticos, mas acho que agora ela traz mais otimismo e esperança. Estamos precisando, pois o noticiário nos Estados Unidos está ficando cada vez mais sombrio."

Vig diz que o novo álbum é "muito cinematográfico, com um desenho de som complexo". "Quisemos fazer um disco que soasse esparso e minimalista. O novo LP é cheio de sintetizadores analógicos e teclados", conta o músico. "Certas músicas têm guitarras pesadas, mas acho que é um disco mais influenciado por teclados."

O artista tem uma carreira de quase quatro décadas como produtor musical e se diz chocado com a rapidez com que as técnicas de gravação vem evoluindo.

"A revolução digital é impressionante, a cada dia surgem novas maneiras de fazer música. Não é segredo nenhum que, hoje, um menino num quarto pode compor e gravar uma música em questão de horas e a lançar na internet. Isso é incrível porque democratiza o processo. Por outro lado, há tanta gente fazendo isso que hoje temos um imenso oceano de mediocridade, em que todo mundo usa os mesmos 'beats' e timbres."

O produtor diz que o processo de composição e gravação do Garbage ainda é o mesmo de três décadas atrás. "Nada é melhor do que ter pessoas num estúdio trabalhando juntas. Faço muitos trabalhos a distância, com trocas de arquivos na web, mas eu prefiro trabalhar vendo as pessoas."

Garbage

ONDE No Rio de Janeiro, no Sacadura 154 - r. Sacadura Cabral, 154. Em São Paulo, no Terra SP - av. Salim Antônio Curiati, 106. Em Curitiba, na Ópera do Arame - r. João Gava, 920. **QUANDO** No Rio de Janeiro, dia 21 de março, sexta, a partir das 19h. Em São Paulo, no dia 22 de março, sábado, a partir das 19h. Em Curitiba, no dia 23 de março, domingo, a partir das 19h. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** Não informada. **PREÇO** A partir de R$ 350, pelo site fastix.com.br



Galvão Bertazzi

Despedida de Dudu Bolsonaro

'Pedirei asilo para o presidente Trump alegando violação de direitos humanos'

Flávia Boggio

Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

Caros patriotas, como vocês devem saber, estou me licenciando do cargo de deputado federal para deixar o país.

Vivemos uma ditadura comandada por Alexandre de Moraes, que está em um processo gradual de acabar com a democracia e nossa liberdade.

O julgamento do meu pai está chegando e há sérios riscos de eu também ser preso. É lógico que eu não devo nada. Sou um homem inocente.

Meu pai é acusado de exercer nosso direito democrático de planejar um golpe contra um presidente eleito por voto popular. Mas desde quando planejar é crime? Já fiz muitos planos na minha vida e não realizei. Já planejei ser deputado federal de São Paulo e nem por isso eu fui. Meus eleitores acreditam que eu fui, mas Deus me livre trabalhar para São Paulo.

Sem falar que as urnas não são confiáveis, embora ninguém tenha provado isso.

Ele também é acusado de fazer parte de um plano que tinha um detalhe, coisa de nada, de matar o Lula e o Xandão. Mas era só uma coisinha de nada.

Eu também posso ser preso no Brasil, como o Lula. Ele também poderia ter fugido. Mas foi trouxa e mereceu.

Imagina eu, o mais 'American' dos Bolsonaros, que fritei hambúrguer durante meses, com o 'English' mais 'fluent' da família, sem poder viajar mais para os 'States'? Não sobreviverei

Podem fazer atrocidades piores comigo, como apreender meu passaporte. Imagina eu, o mais "American" dos Bolsonaros, que fritei hambúrguer por meses, com o "English" mais "fluent" da família, sem poder viajar pros "States"? Não sobreviverei.

Por isso, pedirei asilo para o presidente Trump alegando violação de direitos humanos. Sim, eu sempre fui contra os direitos humanos para pessoas comunistas, que não merecem. Direitos humanos são para humanos de direita. Se não se chamariam "esquerdos humanos".

Também fui vítima de tortura. A tortura de não poder usufruir dos benefícios de ter um pai presidente.

Quero agradecer aos eleitores paulistas pelos votos que me deram o cargo de deputado federal. Adoro a cidade e sempre visito o aeroporto de Guarulhos, nas conexões do voo Rio-Miami.

Também quero agradecer à colunista pelo espaço cedido. Na verdade, eu invadi o espaço, mas ainda vivemos em um país livre e eu tenho a liberdade de colocar minha carta em qualquer lugar, até mesmo na Foice de São Paulo.

Nos vemos nos "States", porque não tenho a menor intenção de voltar para o Brasil para trabalhar.

VISTA CYRELA
FURNISHED BY ARMANI/CASA

VISTA
CYRELA

O PRIMEIRO RESIDENCIAL DECORADO
POR ARMANI/CASA DO BRASIL.



2 CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS E INDEPENDENTES

VENEZIA **464** A **515** M² | MILANO **348** A **411** M² | PENTHOUSES **695** A **811** M²

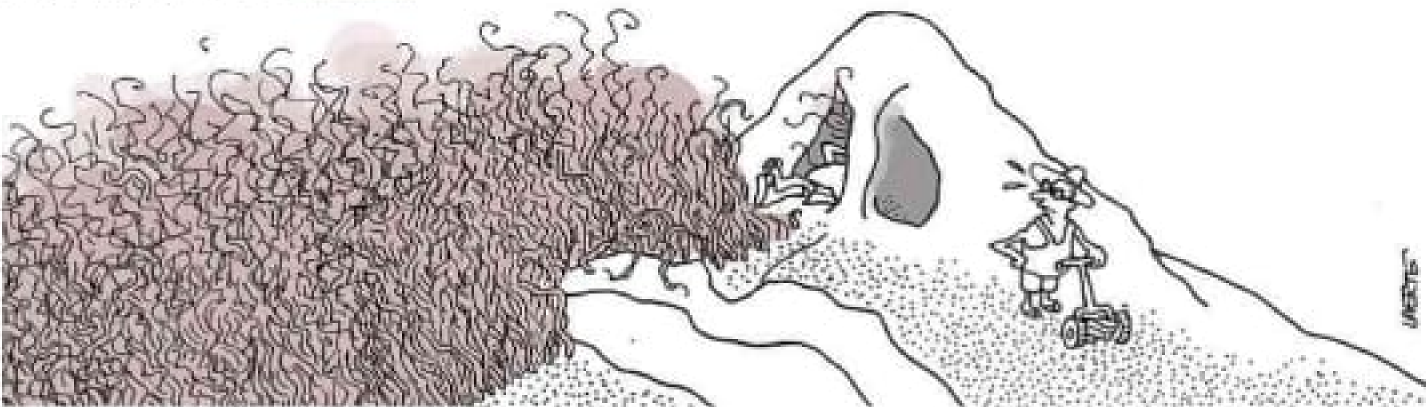
11 **4118-4015** / vista**cyrela.com.br**


REALIZAÇÃO:
J.Safra | Properties
REALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO:
CYRELA

Eufrázio

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



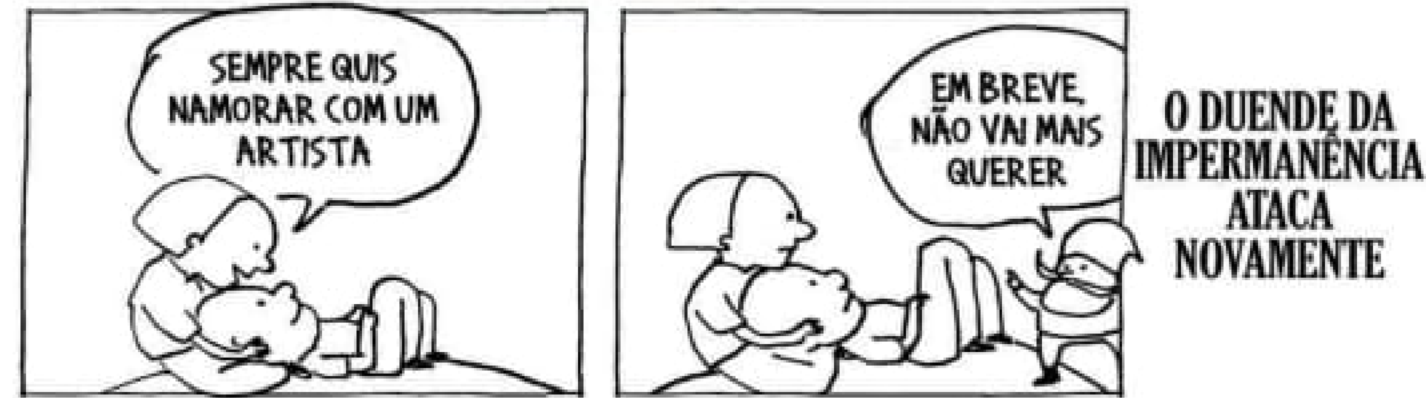
Bicudinho Caco Galhardo



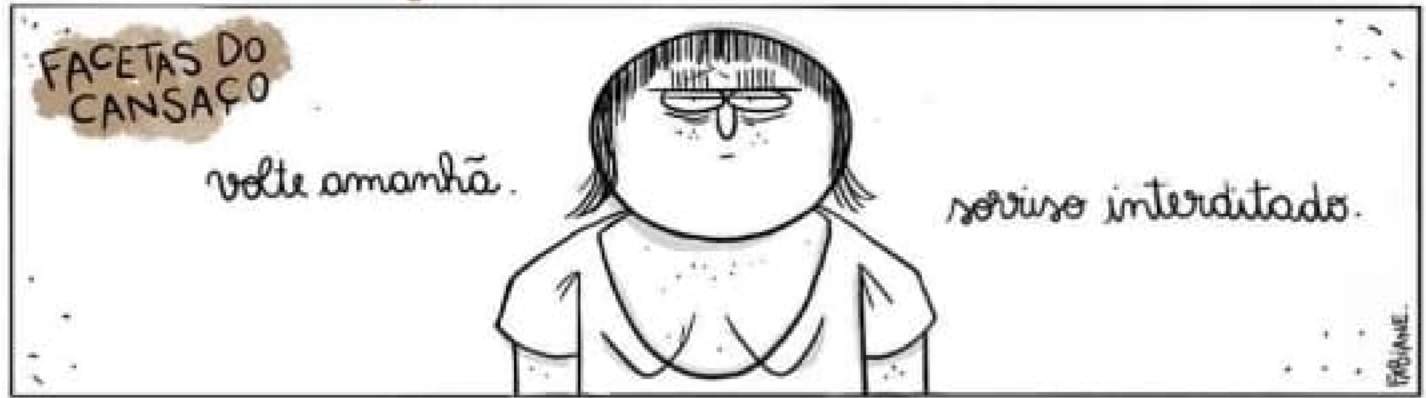
Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



GODOKU texto.art.br/fsp

		R					L	
E					R	U		
L	S					E		P
	P		L		E		O	
			S		P			J
			A	R				
	R	P	E		L			
		E						
S	O					J	P	

As regras do Godoku são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de um ator gaúcho nascido nesta data, em 1937, já falecido .

SOLUÇÃO

P	J	R	U	E	S	A	L	O
E	A	O	P	L	R	U	J	S
L	S	U	O	J	A	E	R	P
R	P	J	L	U	E	S	O	A
U	L	A	S	O	P	R	E	J
O	E	S	A	R	J	P	U	L
J	R	P	E	S	L	O	A	U
A	U	E	J	P	O	L	S	R
S	O	L	R	A	U	J	P	E

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Improrrogável **2.** (-teimosa) Cachaça / Berreiro de criança **3.** Salto que a cavalgadura dá, escoiceando / Adalgisa Nery (1905-1980), escritora **4.** Ponto inicial (pl.) **5.** Bloqueio do arremesso, no basquete / Conjunto de carneiros, cavalos, bois, cabritos etc. **6.** Interjeição de alegria, admiração / Um ingrediente que não entra em sanduíches veganos **7.** (Quím.) O símbolo do níquel / Indivíduo muito parecido com outro **8.** Passarinho também chamado dançador **9.** No futebol, chutar a bola de primeiro toque **10.** Calor intenso / Marca Registrada **11.** O escritor e telenovelista Dias (1922-1999), de "Roque Santeiro" / Qualquer pedaço de madeira **12.** Famosa praia da capital baiana **13.** A paixão do filatelista / (Ingl.) Porta.

VERTICAIS

1. Que não tem força para fazer, realizar algo / Substância que não tem forma nem volume determinados **2.** Grande cidade africana, capital do Quênia / O profeta de Alá **3.** Tintura usada em contusões e edemas / Diz-se de água com virtudes terapêuticas **4.** O sambista Nogueira / Um carro fabricado pela Renault **5.** Barco de luxo, usado para cruzeiro / Caridosa **6.** Ficar entalado / As consoantes de laudo **7.** (Inform.) Visual Basic / Matar a vontade de / Profundamente religioso **8.** Estados Unidos da América / Entregar espontaneamente, sem nenhuma compensação / O técnico de futebol Menezes **9.** O John (1940-1980) dos Beatles / Abrir ruas em.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2						■			
3							■		
4								■	
5					■				
6				■					
7			■						■
8		■							
9								■	
10	■						■		
11						■			
12									
13					■				

HORIZONTAIS: 1. Inadiável, **2.** Maria, Buê, **3.** Pinote, AN, **4.** Origens, **5.** Toco, Gado, **6.** Eba, Bacon, **7.** Ni, Sósia, **8.** Tangará, **9.** Emendar, **10.** Ardor, MR, **11.** Gomes, Pau, **12.** Amaralina, **13.** Selo, Door. **VERTICAIS: 1.** Impotente, Gás, **2.** Nairóbi, Maomé, **3.** Arnica, Termal, **4.** Diogo, Sandero, **5.** Iate, Bondosa, **6.** Engasgar, Ld, **7.** VB, Saciar, Pio, **8.** EUA, Doar, Mano, **9.** Lennon, Arruar.

Eufrázio

turismo
FOLHA DE S.PAULO
QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2025 B11

Verde-esmeralda

Mergulhe nas águas salgadas de Itacaré e Morro de São Paulo, na Bahia, e na água doce do Velho Chico, em Sergipe Leia nas págs. B13 a B15

Turistas na Segunda praia, em Morro de São Paulo (BA) Danilo Verpa/Folhapress

MÊS DO CONSUMIDOR CVC.
SONHE ALTO, PREÇOS BAIXOS.

Seu sonho de viajar para **Sergipe** se tornará realidade



XINGÓ PARQUE HOTEL
7 DIAS

A PARTIR DE 12x R$ 268
Total à vista R$ 3.216
Saída: 02/06/25
Retorno: 08/06/25*
Consulte condições





MAKAI RESORT ALL INCLUSIVE
7 DIAS

A PARTIR DE 12x R$ 338
Total à vista R$ 4.056
Saída: 07/08/25
Retorno: 13/08/25
*Consulte condições.



Em até 12x



ARACAJU
REAL CLASSIC HOTEL
5 DIAS

De: ~~R$ 2.664~~
Por: R$ 2.131
Saída: 29/05/25
Retorno: 02/06/25*
Consulte condições

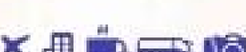


Em até 12x



ARACAJU
ARUANA ECO PRAIA HOTEL
5 DIAS

De: ~~R$ 3.835~~
Por: R$ 3.452
Saída: 01/08/25
Retorno: 07/08/25
Consulte condições





Texto legal: Prezado cliente: Pacote para Makai Resort All Inclusive com preço por pessoa, sem taxas, em apartamento duplo, saindo de São Paulo em 07/08/2025, em voo classe econômica. Inclui passagem aérea e hospedagem all inclusive no Makai Resort All Inclusive. Pacote para Canindé de São Francisco – SE com preço por pessoa, sem taxas, em apartamento duplo, saindo de São Paulo em 02/06/2025, em voo classe econômica. Inclui passagem aérea e hospedagem com meia pensão no Xingó Parque Hotel. Pacote para Aracaju com preço por pessoa, sem taxas, em apartamento duplo, saindo de São Paulo em 29/05/2025, em voo classe econômica. Inclui passagem aérea, hospedagem com café da manhã no Real Classic Hotel, transfer in/out e city tour. Pacote para Aracaju com preço por pessoa, sem taxas, em apartamento duplo, saindo de São Paulo em 01/08/2025, em voo classe econômica. Inclui passagem aérea, hospedagem com café da manhã no Aruanã Eco Praia Hotel, transfer in/out e city tour. As taxas de embarque cobradas pelos aeroportos não estão inclusas e deverão ser pagas por todos os passageiros. Condição de pagamento com parcelamento 0 + 12X ou 1+ 11X sem juros nos cartões de crédito. Desconto de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) para pagamentos à vista via PIX (QR Code), nas vendas de produtos selecionados realizadas exclusivamente nas lojas físicas CVC. Produtos participantes, sua disponibilidade e regras para aplicação do desconto sujeitos à consulta. As condições ofertadas ficam sujeitas à disponibilidade de datas e horários de voos optados e vagas de hotéis



Eufrázio



Turistas na praia da Engenhoca, em Itacaré, no litoral da Bahia Roberto de Oliveira/Folhapress

Itacaré, no litoral da Bahia, se consolida como referência internacional no surfe

Praias com condições mais propícias ao esporte atraem entusiastas que têm perfil jovem e aventureiro e acabam movimentando o mercado de aluguel de pranchas

Felipe Bramucci

ITACARÉ (BA) Com praias em meio à mata atlântica preservada, a cidade de Itacaré, no sul da Bahia, cresce como referência internacional para surfistas que viajam em busca de boas ondas.

O comércio local se adapta para atender a demanda de turistas iniciantes no esporte. Na rua da Pituba, região mais turística da cidade, restaurantes, pousadas e bares incorporam referências às ondas e pranchas na decoração, reforçando a estética praiana.

Durante o dia é possível ver o vaivém de turistas e moradores caminhando em direção às praias ao sul da cidade com suas pranchas de surfe debaixo do braço.

"Quando tem onda eu levo minha prancha para o trabalho e caio na água logo após o expediente", diz Caique Botelho, 23, garçom em um restaurante por ali.

Segundo comerciantes, o turismo em Itacaré sempre esteve ligado ao surfe, mas vem se consolidando nos últimos anos. "Até a década de 1970, era só uma vila de pescadores, sem energia elétrica e pouco conhecida. O destino ganhou fama no boca a boca entre surfistas aventureiros que exploravam o litoral sul da Bahia em busca de boas ondas", afirma Anderson Pinheiro, 56, soteropolitano que vive há 30 na cidade.

Para a inglesa Molly Piper Greaves, 28, com experiência no esporte em países como México e Austrália, Itacaré é um destino ideal para aprender a surfar.

"O melhor daqui é a temperatura da água, que permite ficar horas no mar sem desconforto. E o preço das aulas é mais acessível do que em outros lugares."

Além da temperatura da água, instrutores de surfe destacam que a formação rochosa das praias, em formato de concha, ajuda a alinhar o swell —vento responsável pela formação das ondas— tornando a região ainda mais atraente para surfistas. Com clima tropical, Itacaré oferece boas condições para a prática do esporte durante todo o ano.

A época mais indicada para surfistas iniciantes é entre janeiro e março, quando as ondas estão menores, com cerca de 1,5 metro. O restante do ano apresenta um grau maior de desafio devido às correntes marítimas, sendo propício para os mais experientes.

O crescimento do turismo voltado ao surfe impulsionou a oferta de aulas em Itacaré. Cristóvão Costa dos Santos, 56, conhecido como Thor, é dono de uma das escolinhas mais tradicionais da cidade, em atividade há 25 anos.

"Eu era atleta profissional quando conheci Itacaré e decidi me mudar para cá. No início, me sustentava consertando pranchas. A ideia das aulas surgiu quando um turista estrangeiro me ofereceu US$ 50 pelo aluguel da minha prancha. Vi ali uma oportunidade de negócio e comecei alugar e dar aulas de surfe."

Thor estima que cerca de 90% de seus alunos sejam turistas estrangeiros. A maioria procura a escola em busca da primeira experiência no surfe, mas há também pacotes para quem deseja aprimorar técnicas e aprender manobras. As aulas acontecem diariamente, com duração de aproximadamente uma hora e meia, e custam, em média, R$ 200.

A maioria dos seus alunos vêm de Israel, graças a uma parceria comercial com uma agência de turismo do país do Oriente Médio que promove a escola. Na sede, anúncios em inglês e hebraico reforçam a conexão, enquanto as bandeiras decoram a fachada.

O israelense Yoel Gutkowski, 23, veio ao Brasil após cumprir o serviço militar obrigatório e conheceu Itacaré por indicação de amigos. "Passava os dias na areia observando os surfistas e senti vontade de aprender", conta.

Para começar, os alunos se reúnem na sede da escola, que fica no centro da cidade, e depois seguem de van à praia da Engenhoca, a 15 km do centro de Itacaré.

As aulas são realizadas em uma praia mais isolada para evitar colisões com banhistas. Os alunos, junto a um grupo com três instrutores, seguem por uma trilha até chegarem à praia de areia branca com coqueiros e água cristalina.

O grupo então se reúne em uma cabana na praia que funciona como restaurante e abrigo para as pranchas. Em troca, a escola traz clientes para a cabana.

A aula começa com a parte teórica, ainda na areia, com os instrutores alternando entre o inglês e o hebraico. Depois de aprender a ficar em pé na prancha, os alunos fazem exercícios e alongamentos em grupo e caem na água.

Ainda no raso, os instrutores se revezam auxiliando os alunos a entrar na onda através de um empurrãozinho. Assim que a prancha ganha velocidade, os alunos tentam dropar —descer a onda, em pé sobre a prancha.

Os instrutores comemoram com gritos, aplausos e o sinal do hang loose o progresso dos alunos sempre que alguém acertava a movimentação para dropar sem tomar vaca —o famoso caldo.



Onde aprender e praticar surfe em Itacaré

Praias da Tiririca, do Resende e da Ribeira
Uma trilha de 1 km a partir da rua da Pituba leva a esse conjunto de praias, que justamente pelo acesso facilitado, têm maior presença de banhistas

Praia da Engenhoca
Praia isolada a 15 km do centro, com acesso por uma trilha de 20 minutos

Praia de Jeribucaçu
Praia isolada, também a 15 km do centro; acesso por uma trilha de 35 minutos

Escolas de surfe
- Thor Surf School
- Easydrop Surf Camp
- Dr das Pranchas
- The Surf's Cool


Turistas na praia da Gamboa, em povoado próximo à vila de Morro de São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Morro de São Paulo, na Bahia, atrai cada vez mais israelenses pós-serviço militar

Com uma sinagoga e anúncios em hebraico, vilarejo na ilha de Tinharé se adapta para recebê-los e atender seus hábitos específicos

Felipe Bramucci

CAIRU (BA) Ao desembarcar no cais principal de Morro de São Paulo, na ilha de Tinharé, na Bahia, turistas são recebidos por carregadores com carrinhos de mão, já que o vilarejo não tem rua nem carro. Eles oferecem transporte das malas até a vila, no alto de uma subida íngreme. Eles abordam os turistas que desembarcam perguntando se são "sababa".

"Sababa", que significa "tudo bem" em hebraico, é o apelido dado pelos locais aos turistas israelenses, que estão entre os mais frequentes na região. "Eles geralmente não falam português, então criamos o apelido para mostrar que sabemos que são de Israel e deixá-los mais à vontade para nos contratar", diz Ricardo Santos, 26, que transporta malas na alta temporada de verão.

Famoso por suas praias de águas cristalinas e tranquilas, protegidas por barreiras de corais que formam piscinas naturais, o vilarejo com cerca de 10 mil habitantes tornou-se um dos destinos favoritos entre jovens do pequeno país do Oriente Médio que vêm à América Latina após o serviço militar obrigatório.

"Tirar um ano sabático após a obrigação militar é tradição entre israelenses. Escolhemos este destino pelas ótimas recomendações de conterrâneos no site de viagens Muchiler", afirma Eden Key, 22, jovem que está há três meses viajando pelo Brasil com amigas.

A maioria dos viajantes descobre o local através dessa plataforma israelense, que oferece dicas de roteiros, hospedagens e comunidades de mochileiros. Na seção sobre o Brasil, Morro de São Paulo aparece ao lado de destinos famosos como Rio e Florianópolis.

O lugar ganhou ainda mais popularidade após se tornar cenário da série israelense "Magic Malabi Express", uma adaptação dirigida por Yaniv Halperin, autor do livro homônimo que inspirou a produção. Halperin escreveu a obra durante sua estadia ali.

Publicado em 2007, o livro combina drama e comédia para narrar a história de três amigos israelenses em uma jornada de autodescoberta pelo Brasil. Durante a viagem, eles vendem malabi, uma tradicional sobremesa do Oriente Médio, enquanto vivem aventuras, enfrentam desafios culturais e formam conexões inesperadas.

"Passamos três anos sob um rígido regime de serviço militar obrigatório, servindo em um país em guerra enquanto ainda somos muito jovens. Quando terminamos essa etapa, buscamos a América Latina ou o sudeste asiático para relaxar, aproveitar o dia na praia e curtir festas à noite", diz Lior Amir, 24.

De acordo com o secretário municipal da Administração de Morro de São Paulo, Eloi Alves, os turistas israelenses são fundamentais para o comércio local, sendo a segunda nacionalidade que mais visita o vilarejo, atrás apenas dos argentinos.

Com o aumento da presença de turistas de Israel na ilha, a rotina muda e o comércio local tem se adaptado para atrair esse público, usando anúncios traduzidos para o hebraico e exibindo bandeiras de Israel na entrada dos estabelecimentos.

Na entrada da pizzaria Carpaccio há uma placa com uma mensagem em hebraico escrita a mão na entrada. "Uma turista de Israel comeu aqui e ficou deslumbrada com a ideia do rodízio de pizza, algo incomum no seu país. Ela gostou tanto que quis deixar uma mensagem de carinho indicando nossa pizzaria", conta o funcionário José dos Santos, 31.

Algumas lanchonetes começaram a incluir no menu o havitá, um prato típico semelhante ao omelete, e a tocar músicas em hebraico para agradar o público.

A rua Shalom, localizada na Terceira Praia de Morro de São Paulo, concentra a maior parte dos turistas vindos de Israel. Nessa área, encontram-se hostels, restaurantes e cafeterias administrados por comerciantes israelenses, além também de um centro comunitário judaico que é associado ao judaísmo ortodoxo.

O Hostel Mundo da Lua, situado ao lado da sinagoga, passou a aceitar reservas exclusivamente por sites do país do Oriente Médio ao longo da alta temporada.

"Optamos por atender apenas turistas israelenses devido aos hábitos específicos. Além das restrições alimentares, são mais noturnos e tendem a falar alto, o que causa desconforto entre outros hóspedes", explica Luciano Rezende, 36, dono do hostel.

Em nota, o Ministério do Turismo afirma que, no ano passado, 16 mil turistas israelenses escolheram o Brasil para visitar. A cidade de São Paulo foi a principal porta de entrada desses visitantes no país, seguida pelo Rio de Janeiro.



1

Cânion do Xingó, entre Alagoas e Sergipe, permite passear de barco e nadar entre os paredões

Lugar mistura ação da natureza com intervenção do homem; o mais recomendado é pernoitar em Piranhas ou Canindé do São Francisco

Flávia Mantovani

PIRANHAS (AL) Em tupi-guarani, "xingó" significa água que corre entre pedras. Quando os povos originários deram esse nome à região do semiárido na divisa entre Sergipe e Alagoas, ainda não existia a atração que hoje atrai milhares de turistas para o local. Ainda assim, ele não poderia ser mais adequado para descrevê-la.

No cânion do Xingó, a água é a do rio São Francisco, e as pedras são paredões de rocha de até 50 metros de altura, formados ao longo de milhões de anos.

Quinto maior cânion navegável do mundo, com 65 quilômetros de extensão, 170 metros de profundidade e uma largura que varia de 50 a 300 metros, o Xingó é uma mistura da ação da natureza com a intervenção do homem. O represamento das águas do São Francisco após a construção da usina hidrelétrica de mesmo nome, na década de 1990, triplicou o tamanho do rio naquela área e formou o vale de águas profundas que hoje permite a navegação em meio às rochas areníticas avermelhadas.

A região, situada entre os municípios de Canindé de São Francisco (SE) e Piranhas (AL), ficou famosa por ter sido cenário para novelas e minisséries da TV Globo, como "Cordel Encantado" (2011), "Velho Chico" (2016) e "Mar do Sertão" (2022).

Desde o fim da pandemia, o número de visitantes é crescente: em 2024, foram 770 mil por ano, 90 mil a mais do que no ano anterior.

O passeio pode ser feito em catamarãs, que comportam 250 pessoas, ou lanchas. A primeira opção custa R$ 135 e tem comodidades como banheiro, serviço de bar e chuveiro. Já as lanchas oferecem um serviço mais privativo, que permite passar mais tempo aproveitando o local. O valor chega a R$ 175 por pessoa.

No catamarã, um guia dava explicações ao microfone, chamando a atenção para a vegetação típica da caatinga e para formações rochosas com nomes como Ponta do Papagaio, Pedra do Japonês e Morro dos Macacos.

Continua na pág. B16



2







1 Barco navega pelo cânion do Xingó 2 Imagem de são Francisco em oratório incrustado nos paredões rochosos 3 Fenda do cânion 4 Bares em praça da cidade de Piranhas Fotos Flávia Mantovani/Arquivo pessoal

Continuação da pag. B15

No restante do tempo, a trilha sonora era de música popular brasileira, com predominância de artistas nordestinos, como Fagner, Djavan e Alceu Valença.

O cânion foi avistado pela primeira vez ao som da "Oração de São Francisco" —imagens do santo católico em oratórios podem ser vistas incrustadas nas pedras.

Do restaurante Karrancas, de onde saem as embarcações, leva-se cerca de uma hora para se chegar ao Paraíso do Talhado, o mais bonito do trajeto, onde turistas permanecem por até uma hora.

Uma vez lá, é possível nadar em uma área delimitada para isso, com redes de proteção e a presença de salva-vidas. A piscina principal tem 10 metros de profundidade e a menor, 1 metro. Nos dias de mais procura, elas podem ficar lotadas, mas já dá para ter o gostinho de entrar nas águas verde-esmeralda do São Francisco, com uma bela paisagem ao redor.

Da plataforma flutuante saem barquinhos a remo que permitem ver de perto o cânion, em trajetos de 10 minutos que custam R$ 20 por pessoa. Esse trecho do passeio é opcional, mas imperdível, pois é a parte mais bonita da jornada. No dia da visita da reportagem, patos nadavam nas águas iluminadas pelo sol que entrava pelas frestas das pedras.

É comum entre os visitantes fazer um bate-volta até o Xingó saindo de Aracaju ou Maceió. Serviços de van oferecem o passeio, que sai cedo das capitais e volta no fim da tarde. Mas é preciso levar em conta que são quase quatro horas de estrada em cada trecho, no primeiro caso, e quatro horas e meia no segundo.

Menos cansativo é dormir em Canindé do São Francisco ou em Piranhas, e aproveitar para fazer outro passeio no dia seguinte ou curtir um dos restaurantes locais com vista para o São Francisco e balneários para se refrescar.

Com casas coloridas, lojas de artesanato e praça com bares e apresentação de grupos de forró, Piranhas é uma cidade histórica tão pequena quanto charmosa.

Vale a pena vê-la do alto, de um de seus dois mirantes: o do Senhor do Bonfim, que tem uma igrejinha, e o Secular, onde fica o restaurante Flor de Cacto. Ao primeiro só se chega por uma escadaria de 265 degraus. Já o segundo também é acessível de carro.

Uma das opções de passeios de meio dia de duração é a Rota do Cangaço, que percorre caminhos explorados por Lampião, Maria Bonita e seu bando, incluindo a Grota de Angicos, onde eles foram mortos pela polícia, em 1938.

Também é possível conhecer o Museu de Antropologia do Xingó, que exibe achados arqueológicos de até 9.000 anos atrás, como arte rupestre. A visita é guiada e traz informações interessantes, ainda que sejam poucas as peças originais expostas. Importante saber que o local só aceita dinheiro em espécie, para o ingresso (R$ 15) e para os produtos da lojinha.

É possível visitar o Xingó o ano todo, mas a época mais movimentada é o verão, de dezembro a fevereiro. No período chuvoso, de maio a setembro, as temperaturas são mais amenas.

É LOGO ALI

Marco no monte Roraima ganha sinalização do ICMBio

Ação do projeto Entreparques e da Roraima Adventures leva placas à tríplice fronteira

Luiza Pastor
Jornalista que gosta de caminhar, escalaminhar e bater perna por aí

Um dos passeios obrigatórios para quem chegou ao topo dos 2.810 metros do monte Roraima é bater ponto no marco da tríplice fronteira, que marca o encontro de Brasil, Venezuela e Guiana. Esse local é também o limite do Parque Nacional Monte Roraima —mas, até recentemente, poucos haviam ouvido falar da existência dessa unidade de conservação. A omissão começou a ser eliminada com o acréscimo ao marco de uma placa que informa ser ali área sob os cuidados do ICMBio (Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade). E a Gruta do Quati, espaço que abriga os acampamentos dos visitantes, também recebeu sinalização informando que ali é Brasil.

A iniciativa de colocar as placas no platô do Roraima partiu de Dennis Hyde e Letícia Alves, o casal que percorreu os 75 parques nacionais do Brasil. "Quando subimos ao Roraima, no marco, sentimos falta de informação sobre o parque nacional", conta Dennis. "Conversamos com o ICMBio, que aceitou que fizéssemos uma campanha de arrecadação junto com a agência Roraima Adventures, de Magno Souza, que reverteria parte da renda gerada por clientes que indicássemos para a confecção das placas."

A campanha deu certo, Dennis e Letícia mandaram fazer as placas e, em fevereiro, equipes do ICMBio e da Roraima Adventures instalaram a sinalização.

116 mil hectares

é a área total do Parque Nacional Monte Roraima, que chega às fronteiras de Venezuela e Guiana

O acesso ao platô do Roraima só pode ser feito via Venezuela, a partir da comunidade indígena de Paraitepuy, no Parque Nacional Canaima, onde se inicia o trekking de três dias até o cume. A área brasileira, segundo o ICMBio, corresponde a cerca de 5% do platô. Mas, embora a "proa" do monte, sua imagem mais icônica, fique dentro da área brasileira, não há qualquer iniciativa para criar uma rota turística de acesso nacional.

"Uma característica peculiar do parque é ser sobreposto à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, na etnorregião Ingarikó, sendo sua gestão feita em conjunto com essa etnia", conta Havana Viana, do Parna Roraima. "O acesso pelo lado brasileiro só poderia ser feito por escalada dos paredões rochosos", acrescenta. Mas ela ressalva que, embora "os ingarikó utilizem suas trilhas para manterem contato com outras etnias, de parte do ICMBio nunca houve uma expedição para apurar uma trilha alternativa partindo da TI até a montanha, pois a articulação teria que envolver muitas instituições brasileiras e venezuelanas, em região sensível de fronteira".

A área total do Parna do Monte Roraima é de 116 mil hectares e, até a instalação das placas no platô, só havia uma placa de sinalização, perto do marco de fronteira BV3, nos limites de Brasil e Venezuela.

Dentro do parque, além do Roraima, fica um dos picos que mais atiçam a imaginação de trekkers de todo o Brasil: o monte Caburaí, ponto mais setentrional do país, próximo da fronteira da Guiana, e cujo acesso é restrito a expedições de pesquisas e monitoramento, como explica Havana, por ser sobreposto ao TI Ingarikó. A abertura da área a uma visitação mais ampla, diz ela, depende da finalização do Plano de Visitação do Povo Ingarikó. "Acreditamos que expedições regulares, com a presença de operadores de turismo, possa gerar uma parceria junto aos indígenas para proteção dessas áreas, já que no último concurso no ICMBio Roraima não foi contemplado com vagas e nosso efetivo é escasso", acrescenta.

qui. Luiza Pastor; **Zeca Camargo**

Eufrázio

turismo



A velejadora brasileira Tamara Klink, que cruzou o Círculo Polar Ártico em viagem solo Marin Le Roux/Pola Ryse/Divulgação

Livro conta casos de mulheres viajantes, da Antiguidade ao feito de Tamara Klink

Escritora portuguesa Sónia Serrano discorre sobre os perigos das travessias femininas, que perduram até mesmo nos dias de hoje



A escritora portuguesa Sónia Serrano, autora de 'Mulheres Viajantes', em viagem à Escócia Divulgação

TODAS

Angela Boldrini

SÃO PAULO O primeiro relato de uma viajante feminina data do ano de 381 d.C., quando Egéria começou sua peregrinação pela Europa em direção a Jerusalém. A viagem, que em 2024 dura poucas horas de avião, levou anos.

Pouco se sabe sobre Egéria: sabemos que tinha algum poder e influência, uma vez que pôde se dar ao luxo de fazer a travessia, e que foi acompanhada por homens do clero durante o percurso.

Seu diário foi recuperado séculos depois, em 1884, após ser encontrado num mosteiro beneditino. É um importante documento histórico, que dá pistas sobre as diferenças na liturgia cristã de Jerusalém e da Europa ocidental num tempo em que a religião ainda estava se estabelecendo.

Mais de mil anos depois, é a vez de outra viajante, a nobre inglesa Hester Lucy Stanhope, chegar a Jerusalém. Viajando no início do século 19, de cabelo raspado, turbante e trajes masculinos, Hester representava "uma extraordinária subversão dos hábitos ocidentais". Tornou-se conhecida como a "rainha Hester" em Palmira, cidade localizada em uma área que hoje pertence à Síria.

As histórias dessas personagens históricas, que são pouco conhecidas do público brasileiro, são contadas no livro "Mulheres Viajantes", de Sónia Serrano.

Serrano, que é portuguesa, afirma que começou a se interessar pelo tema em 2010, quando montava em Lisboa uma exposição da obra fotográfica da suíça Annemarie Schwarzenbach —a artista foi de carro de Genebra até Cabul, no Afeganistão, em 1939.

"Essa jovem suíça, morta aos 34 anos, desconhecida, tinha vindo a adquirir uma popularidade marginal e quase secreta no domínio da literatura de viagens", escreve Serrano, que se descreve como uma "investigadora na área de literatura de viagem", em seu preâmbulo à edição brasileira.

Na época, a portuguesa já acompanhava os relatos de grandes travessias, mas não tinha interesse pelas viajantes femininas históricas —em parte por nem sequer ter ouvido os seus nomes.

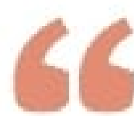
"Fomos pesquisar o quão comum seria para uma mulher, nessa primeira metade do século 20, viajar sozinha ou simplesmente viajar", diz Serrano. "Pus-me a investigar e encontrei um sem-número de mulheres viajantes como ela, que eu não conhecia."

A curiosidade a levou a escrever o livro, publicado em Portugal em 2014. Na obra, Serrano não apenas se debruça sobre as histórias particulares dessas personagens, como discorre sobre os desafios de ser uma mulher que viaja.

Um dos capítulos trata, por exemplo, de segurança. A autora diz se impressionar com o fato de que alguns perigos relatados séculos atrás permanecem.

"Ainda hoje há certa perplexidade ao se ver uma mulher viajar sozinha, parece que há ousadia em fazer isso porque acham que continua a ser uma atividade perigosa. E não deveria ser, não é?"

Ela lembra o caso das argentinas Maria José Coni e Marina Menegazzo, mortas no Equador em 2016 enquanto realizavam um mochilão pela América do Sul.



> **Quando comecei a investigar, achava que todas as mulheres teriam mais ou menos as mesmas características, e não têm. São pessoas individuais, com seus anseios, seus desejos, seus medos e seus preconceitos**
>
> Sónia Serrano
> Escritora, autora de 'Mulheres Viajantes'

"Falou-se muito de terem ido viajar sozinhas, de como é que elas tinham ido para aqueles lugares. É horrível, é indecente, e coloca o peso todo na vítima", diz Serrano.

A edição brasileira do "Mulheres Viajantes" traz a história da velejadora Tamara Klink, que aos 24 anos cruzou o Atlântico. Aos 27, tornou-se a primeira mulher a passar sozinha pela "invernagem" de três meses no Ártico.

"Ela é muito interessante. E tão jovem, não é? Já com uma vida de viajante tão intensa", diz Serrano.

Um dos pontos mais curiosos das viajantes de Serrano é que elas não se encaixam necessariamente no rótulo de "mulheres à frente de seu tempo". Muitas são membros de classes privilegiadas —o que as permitia viajar—, e não tinham posições feministas.

Gertrude Bell foi uma figura proeminente do movimento antissufragista. Lady Hester Stanhope, que desafiava os costumes da época com o cabelo raspado e montando a cavalos "como um homem" ficou conhecida por nutrir desdém por outras mulheres, que considerava fúteis.

"Tem o mais elevado desprezo pelo seu sexo, pelo menos naquela parte em que este se entretém com nada mais que visitas, capas e gorros e todos esses objetos frívolos", escreveu um companheiro de viagem sobre ela em 1810.

"Quando comecei a investigar, achava que teriam todas mais ou menos as mesmas características, e não têm. São pessoas individuais, com seus anseios, seus desejos, seus medos, seus preconceitos," afirma Serrano.

Mulheres Viajantes

Autoria: Sónia Serrano. Ed.: Tinta-da-China Brasil. R$ 119,90 (352 págs.)